

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Tese de doutorado

**Imagens e cotidiano de imigrantes alemães, franceses, italianos e seus
descendentes na Serra dos Tapes/RS**

Descrição e interpretação dos acervos fotográficos do Museu da Imigração
Pomerana, Museu da Colônia Maciel e Museu da Colônia Francesa

Cristiano Gehrke

Pelotas, dezembro de 2018.

Cristiano Gehrke

**Imagens e cotidiano de imigrantes alemães, franceses, italianos e seus
descendentes na Serra dos Tapes/RS**

Descrição e interpretação dos acervos fotográficos do Museu da Imigração
Pomerana, Museu da Colônia Maciel e Museu da Colônia Francesa

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador:

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Pelotas, dezembro de 2018.

G311i Gehrke, Cristiano

Imagens e cotidiano de imigrantes alemães, franceses, italianos e seus descendentes na Serra dos Tapes/RS: descrição e interpretação dos acervos fotográficos do Museu da Imigração Pomerana, Museu da Colônia Maciel e Museu da Colônia Francesa / Cristiano Gehrke; Fábio Vergara Cerqueira, orientador. — Pelotas, 2018.

666 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Fotografia. 2. Museu. 3. Imigração. 4. Serra dos Tapes. 5. Coleção. I. Cerqueira, Fábio Vergara, orient. II. Título.

Banca examinadora

Professora Doutora Luiza Horn Iotti (Universidade de Caxias do Sul – UCS)

Professora Doutora Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS)

Professor Doutor Daniel Maurício Viana de Souza (Universidade Federal de Pelotas – UFPEL)

Professor Doutor Eduardo Roberto Jordão Knack (Universidade Federal de Pelotas – UFPEL)

Professor Doutor Fábio Vergara Cerqueira (Universidade Federal de Pelotas – UFPEL) Orientador

Aos meus pais Bruno e Magali, dedico.

Agradecimentos

*“Há pessoas que nos falam e nem as escutamos;
Há pessoas que nos ferem e nem cicatrizes deixam.
Mas há pessoas que, simplesmente, aparecem em nossa vida
e que marcam para sempre”.*
Cecília Meireles

Com esta passagem, dou início à tarefa de agradecer a todos aqueles que de forma ou outra ajudaram na concretização deste trabalho.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu pai Bruno Gehrke e à minha mãe Magali Jeske Gehrke. Sem o apoio deles a tarefa de conclusão da presente tese teria sido impossível, assim como teria sido impossível a realização de minha graduação ou mesmo do mestrado. Não tenho nem palavras para agradecer a ajuda que ambos me deram tanto para concretizar esta etapa, como por compreender minha ausência e distância em alguns momentos. Nos momentos mais difíceis vocês estiveram ao meu lado. Seguraram minha mão e não me deixaram desistir. Muito obrigado por tudo.

Em seguida gostaria de agradecer à minha irmã Andréia Gehrke. Nunca tivemos uma relação exemplar de irmãos, mas nos últimos meses, uma série de acontecimentos fez com que ocorresse uma aproximação tamanha que hoje posso dizer que tenho o maior orgulho de ter ela como irmã e que sou imensamente feliz por ter ela na minha vida. Agradeço a ela por não ter desistido de mim, por ter me apoiado nos momentos mais difíceis pelos quais já passei e por ter colocado na minha vida a minha princesinha Luísa, que por dias e dias tornou mais alegre a minha existência, que nos dias em que as ideias, a inspiração teimavam em não aparecer, as brincadeiras com ela eram a fuga mais prazerosa.

Agradeço ainda ao meu irmão Ardilson, minha cunhada Leoci, e minha sobrinha Gabrieli... que mesmo com a distância sempre estiveram presentes nos meus pensamentos.

Gostaria de agradecer em especial ao professor, orientador e amigo Fábio Vergara Cerqueira pelo conhecimento compartilhado, pela generosidade intelectual, pela paciência e profissionalismo sempre tão característicos de sua personalidade, e que permitiram construir uma amizade, que se estende desde

o início da minha graduação no curso de História, no ano de 2005 até os dias atuais. Foi um privilégio poder compartilhar quase 14 anos de orientação. Sou eternamente grato por me ouvir nos momentos mais difíceis, por me dar um norte quando eu estava perdido e por me fazer rir em momentos algumas vezes difíceis.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural pelo aprendizado partilhado, e pela ajuda de substancial importância em diferentes momentos. Aqui um agradecimento especial à professora Maria Leticia Mazzucchi Ferreira sempre tão atenta às nossas necessidades, e uma pessoa tão generosa e humana.

À Gisele Quevedo que sempre prestativa e com um sorriso no rosto resolvia os mais diversos problemas que por ventura viessem a surgir.

Aos professores Diego Ribeiro, Carla Gastaud, Paulo Possamai e Ingardt Grützmann por suas pertinentes colocações quando do exame de qualificação.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa, bem como pela concessão da Bolsa de Doutorado Sanduíche na Universidad de Buenos Aires.

Ao Luiz Gonçalo de Moraes Prado que em diferentes momentos esteve presente na minha vida, me ajudando das mais diferentes formas, seja me dando puxões de orelha, seja me dando conselhos. E também a Dona Maria Ceci de Moraes Prado que por sua gentileza, educação e ilustração fez reavivar em mim um sentimento a muito adormecido: o amor pela pesquisa.

Aos diferentes amigos que estiveram presentes na minha vida em diferentes momentos e que me ajudaram de diferentes formas. Graciela da Silveira pelas risadas intermináveis, pelos planos que nunca deram certo, mas que sempre renderam muita diversão. Mariciana Zorzi pelos conselhos e confidências trocados. Luísa Maciel pelas diversões, loucuras conselhos trocados. Fabiano Neis pelas risadas, conselhos, puxões de orelha. Não posso esquecer do Roma Batalha e do Igor Amorim que foram pessoas generosas e mais pacientes, sem eles eu não estaria aqui hoje.

Marcela Reinhardt... o que dizer? O que falar desta amiga de quase 15 anos que sempre esteve tão presente na minha vida, que me ajudou tanto, que partilhou de tantas coisas comigo? Sou eternamente grato ao simples fato de ter na minha vida.

Renata Padilha... eterna companheira de viagens, de troca de confidências e de apoio incondicional nos momentos mais difíceis e delicados.

Sem esquecer da Karen Saavedra, uma amiga que o intercâmbio me proporcionou... uma amiga que por sua calma, lucidez me cativou e tornou os meus dias em Buenos Aires mais alegres...

Enfim... amigos de perto e amigos de longe. Cada um fez de certa forma algum tipo de contribuição. Contribuíram no sentido de deixar minha vida mais alegre, compartilhando comigo momentos agradáveis...

A minha filha de quatro patas, que me fez companhia nos meus momentos de concentração durante as leituras e redação, a qual literalmente ficou no meu colo ou ao meu lado durante todo o período.

À Equipe Diretiva da Escola Heitor Soares Ribeiro e aos colegas Gabriela, Elissandro e Mônica pela diversão e risadas.

Não posso deixar de mencionar os funcionários da Coordenadoria Municipal de Cultura de São Lourenço do Sul, responsável pela gestão do Arquivo e Museu Históricos e pela Biblioteca Pública Municipal, em especial para Venine Oliveira dos Santos, Joice Kaul, Gláucia Strelow e D. Nair Hubner.

À Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Sul pelo fornecimento das informações, em especial à senhora Angela Maria Becker, pela competência e agilidade.

À Secretaria Municipal de Educação de São Lourenço do Sul, pelo acesso ao material de pesquisa, em especial a Aline Jeske Neunfeld e Jéssica Laforet Silva pela importante ajuda.

À Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul em especial a alguns setores: ao setor responsável pela gestão do Cemitério Municipal de São Lourenço do Sul e ao Setor de Expediente Geral, pelo péssimo atendimento prestado, o que fez com que fosse necessário recorrer à legislação para que me fosse franqueado o acesso à documentação, e desta forma eu pudesse conhecer melhor os meus direitos como cidadão. Indo na contramão do péssimo atendimento recebido nesta instituição, gostaria de destacar a atuação digna de registro da funcionária Heloísa Guimarães pelo atendimento cordial, eficiente e exemplar.

À Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul, na figura do delegado Edson Vinícius da Silva Ramalho por franquear o acesso à documentação guardada naquela instituição.

A equipe diretiva do Museu da Imigração Pomerana em especial a senhora Iléia Krüger.

A todas as pessoas que gentilmente cederam seus depoimentos para mim durante a pesquisa.

Enfim, a todas as pessoas de que forma ou outra contribuíram para que este trabalho pudesse ser concretizado, meu muito obrigado.

Die 2. Sinfonie

Gustav Mahler

Urlicht

O Röschen rot!
Der Mensch liegt in größter Not!
Der Mensch liegt in größter Pein!
Je lieber möcht' ich im Himmel
sein.
Da kam ich auf einen breiten
Weg:
Da kam ein Engelein und wollt'
mich abweisen.
Ach nein! Ich ließ mich nicht
abweisen!
Ich bin von Gott und will wieder
zu Gott!
Der liebe Gott wird mir ein
Lichtchen geben,
Wird leuchten mir bis in das ewig
selig Leben!
— *Des Knaben Wunderhorn*

Aufersteh'n, ja aufersteh'n
Wirst du, Mein Staub,
Nach kurzer Ruh'!
Unsterblich Leben! Unsterblich
Leben
wird der dich rief dir geben!
Wieder aufzublüh'n wirst du
gesät!
Der Herr der Ernte geht
und sammelt Garben
uns ein, die starben!
—Friedrich Klopstock

O glaube, mein Herz, o glaube:
Es geht dir nichts verloren!
Dein ist, ja dein, was du gesehnt!
Dein, was du geliebt,
Was du gestritten!
O glaube
Du wardst nicht umsonst
geboren!
Hast nicht umsonst gelebt,
gelitten!
Was entstanden ist
Das muß vergehen!
Was vergangen, auferstehen!
Hör' auf zu beben!
Bereite dich zu leben!
O Schmerz! Du Alldurchdringer!
Dir bin ich entrunnen!
O Tod! Du Allbezwinger!
Nun bist du bezwungen!
Mit Flügeln, die ich mir errungen,
In heißem Liebesstreben,
Werd'ich entschweben
Zum Licht, zu dem kein Aug'
gedrungen!
Sterben werd' ich, um zu leben!
Aufersteh'n, ja aufersteh'n
wirst du, mein Herz, in einem Nu!
Was du geschlagen
zu Gott wird es dich tragen!
—Gustav Mahler

Segunda Sinfonia

Gustav Mahler

Luz Primordial

Ó rosa vermelha!
O homem encontra-se em grande
necessidade!
O homem encontra-se em grande
dor!
Como eu gostaria de estar no
céu.
Eu vim por um largo caminho
Um anjo veio e queria me afastar.
Ah não! Eu não serei afastado!
Eu vim de Deus e retornarei a
Deus!
O Deus amoroso me dará um
pouco de luz,
Que me iluminará para a
abençoada vida eterna!
— *Des Knaben Wunderhorn*

Ressuscitará, sim,
O meu pó ressuscitará
Após um breve repouso!
Vida imortal! Vida imortal
Será dada por aquele que te
chamou.
Para florescer novamente tu foste
semeado!
O Senhor da colheita
Recolherá seus feixes,
Nós, que morremos.
—Friedrich Klopstock

Ó crê, meu coração, crê:
Não perderás nada!
Alcançou aquilo que desejaste,
Aquilo que amaste
Aquilo por que lutou!
Ó crê,
Tu não nasceste em vão!
Não viveste nem sofreste em
vão!
O que foi criado
Deve perecer
O que pereceu deve ressuscitar!
Não trema mais!
Prepara-te para viver!
Ó dor, que penetra tudo
De ti fui separado!
Ó morte, que conquistas tudo,
Agora foste conquistada!
Com asas que ganhei,
Na dura batalha do amor,
Alçarei voo
Para a luz que nenhum olho
penetrou!
Morrerei para poder viver.
Ressuscitará, sim,
Meu coração ressuscitará em um
instante!
Tudo o que sofreste,
Te levará a Deus!
—Gustav Mahler

Resumo

Influenciados por um fenômeno conhecido como mnemotropismo e pelas políticas patrimoniais vigentes foram criados, na última década, na região conhecida como Serra dos Tapes, no estado do Rio Grande do Sul, o Museu Etnográfico da Colônia Maciel, o Museu da Imigração Pomerana e o Museu da Colônia Francesa como forma de preservar parte do patrimônio cultural e destacar as particularidades de cada um dos grupos étnicos responsáveis pela articulação de criação destas instituições: italianos, alemães/pomeranos e franceses, respectivamente. Sendo assim, o objetivo desta tese é realizar um estudo analítico - comparativo dos acervos fotográficos que estão preservados em cada um destes museus, estabelecendo um padrão de recorrência temática e traçar um paralelo entre os três grupos estudados, no sentido de determinar recorrências e divergências em relação à representação fotográfica de suas práticas cotidianas e assim apontar quais os aspectos culturais mais representativos de cada grupo, quais destes aspectos estão registrados fotograficamente e quais não e como questões relacionadas às identidades étnicas e ruralidade podem ter vindo a influenciar ou não a produção destes registros imagéticos.

Palavras-chave

Imigração – Fotografia – Museu

Resumen

En la última década, en la región conocida como Sierra de los Tapes, ubicada en la provincia de Rio Grande do Sul/Brasil, se han creado, bajo la influencia de las políticas patrimoniales actuales, los siguientes museos: el Museo Etnográfico de la Colonia Maciel, el Museo de la Inmigración Pomerana y el Museo de la Colonia Francesa. Estos museos fueron creados con el fin de preservar parte del patrimonio cultural y poner en evidencia las particularidades de cada uno de los grupos étnicos responsables por la creación de estas instituciones: inmigrantes de origen italiano, francés y alemán/pomerano, respectivamente. Con base en esto, el objetivo de esta tesis es realizar un estudio analítico - comparativo de las colecciones fotográficas que se conservan en cada uno de estos museos, estableciendo un patrón recurrente del tema, además de hacer un paralelo entre los tres grupos con el fin de determinar las recurrencias y las disparidades en relación a la representación fotográfica de sus prácticas diarias. De esta forma, se busca señalar cuáles son los aspectos culturales más representativos de cada grupo, cuáles de estos aspectos están registrados en fotografía y cuáles no y cómo las cuestiones relacionadas con las identidades étnicas pueden haber influenciado o no en la producción de estos registros fotográficos.

Palabras clave

Inmigración – Fotografía – Museo

Sommario

Influenzati dalle politiche del patrimonio attualmente esistenti sono stati creati, negli ultimi dieci anni, nella regione noto come Serra dos Tapes, nella regione del Rio Grande do Sul, il Museo Etnografico della Colonia Maciel (Museu Entográfico da Colônia Maciel), il Museo della Immigrazione Pomerania (Museu da Imigração Pomerana) e il Museo della Colonia Francese (Museu da Colônia Francesa) al fine di preservare una parte del patrimonio culturale e evidenziare le particolarità di ogni gruppi etnici responsabile per la creazione di questi istituzioni: italiani, tedeschi/pomeraniani e francesi, rispettivamente. L'obiettivo di questa tesi è effettuare uno studio analitico e comparativo delle collezioni fotografiche que sono conservati in ogni di questi musei, stabilendo uno standard di tema ricorrente e fare un parallelo tra i tre gruppi, nel senso di determinare recidive e disparità in relazione alla rappresentazione fotografica delle loro pratiche quotidiane e indicare quali sono gli aspetti culturali più rappresentativi di ogni gruppo; quale di questi aspetti sono registrati fotograficamente e quello non sono e come le questioni relative alla identità etniche possono aver influenzato la produzione di questi documentazione fotografica.

Parole chiave

Immigrazione. Fotografia. Museo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa de localização da região denominada Serra dos Tapes.....	48
Figura 02: Mapa de localização da região da Pomerânia, no atual mapa Europeu.....	66
Figura 03: Mapa com a localização do Distrito do Quilombo e da Colônia Francesa.....	102
Figura 04: Mapa do município de Pelotas, com a localização do distrito do Rincão da Cruz.....	113
Figura 05: Escola Garibaldi, registro fotográfico de 1928.....	168
Figura 06: Fachada do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, em 2006.....	169
Figura 07: Exposição do Museu Etnográfico da Colônia Maciel. Setor: Chegada.....	170
Figura 08: Exposição do Museu Etnográfico da Colônia Maciel. Setor: Casa.....	172
Figura 09: Total de visitantes no Museu Etnográfico da Colônia Maciel.....	173
Figura 10: Detalhe da exposição montada na Casa 6.....	176
Figura 11: Detalhe da exposição montada na Casa 6.....	176
Figura 12: Detalhe da exposição montada na Casa 6.....	176
Figura 13: Sede do Seminário Concórdia em Bom Jesus.....	181
Figura 14: Fachada do Museu da Imigração Pomerana.....	185
Figura 15: Aspecto da exposição do Museu da Imigração Pomerana.....	186
Figura 16: Aspecto da exposição do Museu da Imigração Pomerana.....	187
Figura 17: Aspecto da exposição do Museu da Imigração Pomerana.....	188
Figura 18: Número de visitantes anuais no Museu da Imigração Pomerana.....	189
Figura 19: Parte da exposição no Museu da Colônia Francesa (2009)	190
Figura 20: Parte da exposição no Museu da Colônia Francesa (2009)	191
Figura 21: Parte da exposição no Museu da Colônia Francesa (2009)	191
Figura 22: Sede do Museu da Colônia Francesa.....	194
Figura 23: NADAR, Félix. Lluvia de fotógrafos.....	249
Figura 24: Diferentes ângulos do aparelho fotográfico. Nº inventário 356 – Acervo Museu Histórico de São Lourenço do Sul.....	278
Figura 25: Diferentes ângulos do aparelho fotográfico. Nº inventário 356 – Acervo Museu Histórico de São Lourenço do Sul.....	278
Figura 26: Charge que representa a ida de uma família ao estúdio fotográfico.....	324
Figura 27: Gráfico apresentando as diferentes categorias de análise do acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel.....	354
Figura 28: Gráfico apresentando as diferentes categorias de análise do acervo do Museu da Imigração Pomerana.....	356
Figura 29: Gráfico apresentando as diferentes categorias de análise do acervo do Museu da Colônia Francesa.....	359
Figura 30: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático <i>Arquitetura</i>	361
Figura 31: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático <i>Educação</i>	362
Figura 32: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático <i>Lazer</i>	362
Figura 33: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático <i>Ocupações</i>	363
Figura 34: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático <i>Paisagem</i>	363
Figura 35: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático <i>Religiosidade</i>	364

Figura 36: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático <i>Retratos</i> .	365
Figura 37: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático <i>Transporte</i> .	365
Figura 38: Gráfico com a análise do percentual de fotos em cada eixo temático.	367
Figura 39: Gráfico com o número de matrículas conforme o sexo dos alunos.	419
Figura 40: Gráfico com o número de matrículas conforme o sexo dos alunos.	420
Figura 41: Gráfico com o número total de matrículas.	421
Figura 42: Gráfico com o número de alunos, conforme o sexo, matriculados na Escola Padre Anchieta conforme o ano.	423
Figura 43: Gráfico com o número de alunos matriculados na Escola Padre Anchieta conforme o ano.	424
Figura 44: Caçada em São Lourenço do Sul.	438
Figura 45: The Horse Race.	448
Figura 46: Processo de fabricação de tijolos.	483
Figura 47: Processo de fabricação e tijolos.	484
Figura 48: Carta celeste.	503
Figura 49: Índios Mataco – Un curandeiro.	507

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População da colônia de São Lourenço entre 1858 e 1877.....	88
Tabela 2: Produção entre os anos de 1860 e 1865 na colônia de São Lourenço, em alqueires.....	89
Tabela 3: Quadro comparativo entre diferentes grupos étnicos.....	123
Tabela 4: Procedência e número da totalidade de fotografias do Museu Etnográfico da Colônia Maciel.....	337
Tabela 5: Procedência e número de fotografias do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, utilizadas no presente estudo.....	338
Tabela 6: Procedência e número de fotografias do Museu da Imigração Pomerana, utilizadas no presente estudo.....	345
Tabela 7: Total de fotografias analisadas.....	353
Tabela 8: Subtemas identificados no eixo temático <i>Arquitetura</i>	355
Tabela 9: Subtemas identificados no eixo temático <i>Lazer</i>	355
Tabela 10: Subtemas identificados no eixo temático <i>Ocupações</i>	355
Tabela 11: Subtemas identificados no eixo temático <i>Educação</i>	355
Tabela 12: Subtemas identificados no eixo temático <i>Religiosidade</i>	355
Tabela 13: Subtemas identificados no eixo temático <i>Transporte</i>	355
Tabela 14: Subtemas identificados no eixo temático <i>Retrato</i>	356
Tabela 15: Subtemas identificados no eixo temático <i>Arquitetura</i>	357
Tabela 16: Subtemas identificados no eixo temático <i>Lazer</i>	357
Tabela 17: Subtemas identificados no eixo temático <i>Ocupações</i>	357
Tabela 18: Subtemas identificados no eixo temático <i>Paisagem</i>	357
Tabela 19: Subtemas identificados no eixo temático <i>Educação</i>	357
Tabela 20: Subtemas identificados no eixo temático <i>Comunicação</i>	358
Tabela 21: Subtemas identificados no eixo temático <i>Religiosidade</i>	358
Tabela 22: Subtemas identificados no eixo temático <i>Transporte</i>	358
Tabela 23: Subtemas identificados no eixo temático <i>Retrato</i>	358
Tabela 24: Subtemas identificados no eixo temático <i>Arquitetura</i>	359
Tabela 25: Subtemas identificados no eixo temático <i>Lazer</i>	359
Tabela 26: Subtemas identificados no eixo temático <i>Ocupações</i>	359
Tabela 27: Subtemas identificados no eixo temático <i>Paisagem</i>	360
Tabela 28: Subtemas identificados no eixo temático <i>Educação</i>	360
Tabela 29: Subtemas identificados no eixo temático <i>Religiosidade</i>	360
Tabela 30: Subtemas identificados no eixo temático <i>Transporte</i>	360
Tabela 31: Subtemas identificados no eixo temático <i>Retrato</i>	360
Tabela 32: Total de registros por autor.....	368

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CAPA - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
GASSETUR - Grupo Associativo de Empreendedores em Turismo Rural
SMTIC - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio de São Lourenço do Sul
FCC - Fundação Catarinense de Cultura
MinC - Ministério da Cultura
MTur - Ministério do Turismo
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
Sebrae - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
LIC - Lei de Incentivo à Cultura
CIC - Congressos de Iniciação Científica
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UCPEL – Universidade Católica de Pelotas
LEPAARQ - Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia
FECICAN - Feira da Indústria e Comércio de Canguçu
ACI - Associação Comercial de Pelotas
IELB - Igreja Evangélica Luterana do Brasil
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
SOGIPA - Sociedade de Ginástica de Porto Alegre
MHSLs - Museu Histórico de São Lourenço do Sul
MECOM – Museu Etnográfico da Colônia Maciel
PUC – Pontifícia Universidade Católica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO.....	25
1 IMIGRAÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO.....	42
1.1 IMIGRAÇÃO NA SERRA DOS TAPES.....	47
1.1.1 IMIGRAÇÃO ALEMÃ/POMERANA EM SÃO LOURENÇO.....	64
1.1.2 IMIGRAÇÃO FRANCESA NA COLÔNIA SANTO ANTÔNIO.....	92
1.1.3. IMIGRAÇÃO ITALIANA NA COLÔNIA MACIEL.....	112
2 PATRIMÔNIO CULTURAL DE IMIGRAÇÃO.....	124
2.1 IDENTIDADES ÉTNICAS: O COLONO IMIGRANTE.....	129
2.1.1 IDENTIDADE, ETNICIDADE, ETNIA E GRUPO ÉTNICO.....	130
2.1.2 COLÔNIA – COLONO.....	140
2.2 TURISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADES.....	147
2.3 A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO: O CASO DOS MUSEUS ÉTNICOS DA SERRA DOS TAPES.....	159
2.3.1 MUSEU ETNOGRÁFICO DA COLÔNIA MACIEL.....	166
2.3.2 MUSEU DA IMIGRAÇÃO POMERANA.....	178
2.3.3 MUSEU DA COLÔNIA FRANCESA.....	190
3 FOTOGRAFIA NA SERRA DOS TAPES: A FOTO NO ESPAÇO RURAL.....	198
3.1 FONTES FOTOGRÁFICAS E SEUS APORTES PARA ESTUDOS DO COTIDIANO.....	201
3.2 O ESPAÇO RURAL E A CULTURA FOTOGRÁFICA.....	224
3.3 AUTORIA: FOTÓGRAFOS AMADORES E PROFISSIONAIS.....	229
4 AS COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS.....	318
4.1 COLEÇÃO MUSEU ETNOGRÁFICO DA COLÔNIA MACIEL.....	336
4.2 COLEÇÃO MUSEU DA COLÔNIA FRANCESA.....	345
4.3 COLEÇÃO MUSEU DA IMIGRAÇÃO POMERANA.....	349
5 ANÁLISE COMPARATIVA DOS ACERVOS.....	351
5.1 ARQUITETURA.....	369
5.2 COMUNICAÇÃO.....	383
5.3 EDUCAÇÃO.....	391
5.4 LAZER.....	435
5.5 OCUPAÇÕES.....	460
5.6 PAISAGEM.....	529
5.7 RELIGIOSIDADE.....	533
5.8 RETRATO.....	557
5.9 TRANSPORTE.....	569
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	577
7 REFERÊNCIAS.....	613
8 ANEXOS	

APRESENTAÇÃO

A vitória será nossa, pois somos a morte. Tudo gravita para nós e cada giro se faz em nosso benefício. Mais cedo ou mais tarde, conquistadores e conquistados vêm a nós. Possuímos a monarquia, sã e salva, do alfa ao ômega (...) as chaves da Bastilha, a ata da declaração dos direitos do homem (...)

Quanto a mim, quando entrei pela primeira vez nestas catacumbas de manuscritos, nesta admirável necrópole de monumentos nacionais teria de bom grado exclamado (...) “Este é meu descanso eterno aqui hesitarei, pois isso é o que tenho desejado!”

Contudo, não tardo a distinguir, em meio ao aparente silêncio destas galerias, um movimento e um murmúrio que não eram os da morte. Estes papéis e pergaminhos, há tempo abandonados nada mais desejavam do que ser restituídos à luz do dia: pois não são papéis, mas sim vidas de homens, de províncias e de nações (...) Todos viviam e falavam, e rodeavam o autor numa multidão que falava uma centena de línguas (...)

A medida que soprava seu pó, eu os via levantar-se. Erguiam-se do sepulcro, um, a cabeça, o outro, a mão, como no Juízo Final de Michelangelo, ou na Dança da Morte. Esta danças galvânicas que realizavam à minha volta foi o que pretendi reproduzir nesta obra.

Jules Michelet

Este trecho reproduzido do posfácio da obra *História da França* (1833-67) de Jules Michelet, resume de certa forma, o sentimento, a sensação que tive ao adentrar em três instituições museológicas localizadas na Serra dos Tapes. Mesmo que Michelet em seu texto, referia-se, de modo geral, a documentos arquivísticos, aquele sentimento, aquela sensação descrita pelo autor foi despertada em mim por meio de outras fontes: as fotografias.

Uma olhada rápida naqueles acervos me revelava uma infinidade de aspectos, uma infinidade de temas. Era como se pudesse escutar as vozes dos personagens retratados, personagens que suplicavam que suas histórias fossem desvendadas, que suas trajetórias pudessem ser trilhadas, que seus nomes, ou

mesmo suas imagens, pudessem ser definitivamente fixadas na história, uma vez que, só a produção de um registro fotográfico não assegura esta perpetuação.

Já por estas palavras introdutórias, é possível verificar que a apresentação deste trabalho terá um caráter de certa forma autobiográfico e a sua inclusão nesta parte do estudo, tem relação direta com justificativa da escolha deste objeto de pesquisa. Desta forma, num primeiro momento, farei uso da palavra em primeira pessoa.

O drama franco alemão dirigido por Louis Malle, lançado em 1987, *Au revoir les enfants*¹, é considerada uma película autobiográfica do diretor. O filme se passa em um colégio católico francês que, em 1944, abrigava de forma clandestina alguns jovens judeus que fugiam da perseguição nazista. A cena mais emblemática do filme se passa nos últimos segundos do longa-metragem, quando o jovem Julien acena para o amigo Bonnet, que está sendo levado pela Gestapo. O encerramento se dá com a narração do próprio diretor: “passaram mais de 40 anos, mas até o dia da minha morte recordarei cada segundo daquela manhã de janeiro”.

Com este trecho da fala de Julien, inicio a presente apresentação, apontando o grau de pertinência das chamadas memórias traumáticas. Memórias traumáticas são aquelas tristes, dolorosas e que raras as vezes são exteriorizadas, contudo, conforme fica claro no depoimento do diretor da película citada, “cada segundo” delas é recordado.

Podemos fazer uma relação direta desta cena, com as obras produzidas por Primo Levi (2012). Levi foi um químico e escritor italiano, que se tornou conhecido após o lançamento do seu primeiro livro “Se isto é um homem?”, no qual relata o período em que esteve preso no campo de concentração de Auschwitz-Birkenau. A este livro, seguiram uma série de outros relatos autobiográficos, de teor semelhante à obra que o lança no mercado literário.

Levi afirma que apesar de ter tentado levar uma vida normal após a sua saída do campo de trabalho forçado, as lembranças daquele período o perturbavam o tempo todo, a ponto de preferir não encontrar ex-companheiros de prisão, sob risco de as lembranças se tornarem dolorosas demais. Especula-

¹ *Au revoir les enfants* (Adeus, meninos). Direção e roteiro: Louis Malle. Duração: 1h44m. França, 1987

se, inclusive, que a morte de Levi em 1987 teria sido em decorrência de suicídio, por não suportar a carga emocional que passou a carregar após a sua libertação do campo de concentração.

Assim, percebemos que memórias traumáticas acompanham o indivíduo por toda a sua existência. Elas vão permanecer vivas na memória das pessoas. Estas memórias, muitas vezes, acabam sendo perpetuadas por mais de uma geração, sua transmissão ocorre de forma oral e não há regras, nem formas disso acontecer.

Em momento algum procuro comparar o contexto vivido por estes autores com o contexto atual; pelo contrário, meu objetivo ao citar estas duas obras é simplesmente destacar que estas serviram como inspiração para a redação do presente trabalho. Uma inspiração no sentido de que mesmo com todas as adversidades, podemos dar o melhor de nós e produzir algo que ficará registrado para a posteridade e que, de certo modo, poderá servir como fonte ou mesmo como inspiração para outras pessoas.

Minha infância e adolescência passadas na localidade de Santa Tereza, na zona rural do município de São Lourenço do Sul/Rio Grande do Sul foram marcadas por algumas questões que tiveram uma importância bastante relevante na minha trajetória pessoal e profissional.

Filho de um casal de agricultores descendentes de imigrantes de origem alemã, desde cedo, a partir dos seis anos aproximadamente, comecei a participar da execução de tarefas diárias, ainda que restritas à esfera doméstica. Debulhar milho, tratar os porcos, as galinhas, os patos e os gansos, varrer o pátio aos sábados à tarde, eram algumas das tarefas cuja responsabilidade ficava a cargo das crianças da casa, neste caso eu e minha irmã. Recordo que esta prática era tão comum, que existiam em nossa propriedade, inclusive, ferramentas adaptadas ao trabalho das crianças, tais com enxadas em tamanho reduzido.

Aos sete anos passo a frequentar a escola, que ficava próxima de nossa residência. Foi um momento em que aprendi a ler, escrever e falar em português, uma vez que a comunicação familiar ocorria somente no dialeto pomerano. Vencidas as dificuldades iniciais de comunicação, dei início a minha larga trajetória de estudante, que desde então, até o presente momento, ocorreu de forma ininterrupta.

Sem muito tempo para brincadeiras, as obrigações de trabalho iam aumentando conforme eu ia ficando mais velho. Aos 10 anos, já tirava leite e ia para a lavoura. Capinava a plantação de milho, arava a terra e atuava em todas as etapas da produção de fumo, que envolvia o preparo da terra, com a formação da “*leras*”², o transplante das mudas, a aplicação de pesticidas, a capina, o corte das flores, a colheita, a colocação na estufa para a secagem, a classificação e por fim, a comercialização do produto.

Aos meus 14 anos fui questionado pelos meus pais, que naquela época já com idade avançada, em processo de encaminhamento da documentação para solicitar a aposentadoria, se eu tinha interesse em continuar morando na zona rural e trabalhar com agricultura, ou se eu tinha interesse em tentar uma outra carreira.

Desde cedo percebi que aquela vida “na colônia” não me satisfazia. Sendo assim, não pensei duas vezes e optei em continuar minha formação e quem sabe ter acesso a uma “vida melhor”. Neste período, eu conciliava os estudos e uma viagem de quase seis horas diárias até a escola onde cursei o ensino médio.

Além das dificuldades econômicas pelas quais a família passava, as provocações dos meus colegas faziam com que cada dia fosse uma tortura. Somente à noite, com a cabeça recostada sobre o travesseiro, em meio a algumas lágrimas que insistiam em brotar, eu me sentia um pouco aliviado. Foram anos duros e difíceis.

Mas também me lembro desta época com carinho. Este foi um período em que o meu pai sentava comigo, em dias chuvosos, e começava a contar histórias sobre suas vivências, histórias sobre seus avós, sobre seus pais, sobre o período em que permaneceu no exército.

Ele contava histórias que as vezes eu me questionava se realmente tinham acontecido ou eram fruto de sua imaginação. Era comum essas histórias virem acompanhadas de “comprovantes”. Víamos fotografias, documentos e automaticamente surgiam mais e mais “histórias de antigamente”.

Hoje, com a distância dos anos percebo que a escolha pelo curso de História e a escolha pela pesquisa com imigração e fotografias tem uma relação

² Termo em dialeto pomerano que se refere às faixas de terra revolvida por meio do uso de um arado, sobre as quais eram transplantadas as mudas de fumo

direta tanto com as dificuldades pelas quais passei com minha família durante a infância, quanto com as histórias que o meu pai me contava quando eu era criança.

Percebo também que a atração que eu tinha em estar na casa das minhas avós Irma e Frida ou da minha madrinha Maria, que eram cheias de quadros de desconhecidos pendurados nas paredes, de objetos estranhos que não mais eram usados, teria uma relação direta com a profissão que eu viria a escolher futuramente.

Sentia fascinação e medo ao mesmo tempo. Medo, porque de certa forma, era como se aquelas pessoas ali retratadas estavam presentes naquelas salas decoradas com móveis antigos. Era como se aquelas pessoas ali retratadas quisessem falar. Hoje percebo que na verdade elas falavam. Elas falavam comigo. Me pediam para que eu lhes desse voz. Para que eu fosse o seu porta-voz e as fizesse serem ouvidas pelo mundo.

Uma vez iniciada a graduação, passei a atuar em uma série de outros projetos, dentre os quais o projeto de formação do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, do Museu e Espaço Cultural da Etnia Francesa, do projeto de revitalização do Museu do Gruppelli e do Museu de São Lourenço do Sul.

Assim, a continuação da minha carreira acadêmica seria basicamente uma forma de superar aquele passado difícil. Mas com o passar do tempo, percebi que aquelas lembranças, em vez de serem esquecidas, tornar-se-iam mais fortes e me dariam de certo modo energia e ânimo para seguir em frente.

Ao atuar como estagiário nas diferentes instituições museológicas, sempre que observava os seus acervos fotográficos, flagrava-me efetuando comparações entre eles, traçava mentalmente as diferenças básicas e enxergava, de certa forma, padrões de representação comuns aos acervos.

Desta forma, surgiu a ideia de fazer um estudo sobre o cotidiano de descendentes de imigrantes de diferentes origens étnicas, através da análise de todo o universo de fotografias que fazia parte das instituições nas quais eu tinha tido uma participação ao longo da minha trajetória acadêmica.

Assim questões de ordem pessoal e questões profissionais fizeram com que este trabalho pudesse ser desenvolvido com o entusiasmo que me acompanhou durante todo o processo de redação da presente tese. Ginzburg (2007) afirma que este tipo de entusiasmo possui todas as características de

uma paixão. Concordo com o autor. Produzir esta tese foi ao mesmo tempo fulminante, compeliu-me a tratar de alguns temas com enlevo e entusiasmo, e em determinados momentos outros temas com prostração ou mesmo letargia. Os resultados desta “história de amor”, cheia de altos, mas de certo com alguns baixos, o leitor tem agora em mãos.

INTRODUÇÃO

*La méthode, c'est la voie après qu'on l'a parcourue*³.

Marcel Granet

Os fluxos migratórios que tiveram como destino a então província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX já foram estudados por inúmeros pesquisadores. De maneira geral, tais estudos são organizados obedecendo determinado período ou determinado grupo étnico.

Angelo Trento (1986), Rovílio Costa (1986), Luis de Boni (1996), Mario Maestri e Florence Carboni (2000), Olívio Manfroi (2001), João Fábio Bertonha (2004) e (2005) se propuseram a estudar a imigração italiana de modo geral e em especial o processo migratório no Rio Grande do Sul. Aspectos sociais, econômicos, políticos e religiosos foram abordados em suas investigações. Nuncia Santoro de Constantino (2000) analisa os imigrantes italianos cujo destino foi a zona urbana de Porto Alegre. Luiza Horn Iotti (2001; 2010) se propõe a estudar a legislação relacionada com imigração de modo geral e também se dedicou a analisar o discurso oficial sobre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul entre a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX. Ismael Vanini (2004) aborda a sexualidade e a demografia entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Maria Catarina Chitolina Zanini (2006) analisa a construção da identidade étnica na região de Santa Maria no Rio Grande do Sul. Terciane Angela Luchese (2011) estuda questões relacionadas à educação entre imigrantes de origem itálica na Serra Gaúcha. Maira Vendrame (2016) aborda aspectos relacionados com honra familiar e práticas de justiça na colônia italiana de Silveira Martins.

Marcos Hallal dos Anjos (1995) analisa os imigrantes italianos na cidade de Pelotas. Luciana Peixoto (2003), Giliana Soares (1995), Margarete Cristina Casarin (2003) analisam a imigração italiana na zona rural de Pelotas, em especial na Colônia Maciel. Cristiano Gehrke (2013) analisa as fotografias do Museu Etnográfico da Colônia Maciel e disserta sobre o cotidiano de imigrantes italianos em Pelotas.

³ “O método é o caminho depois que o percorremos”, conforme tradução nossa.

Ernesto Pellanda (1925), Jean Roche (1969) Jorge Luis Cunha (2003) e Martin Dreher (2014) estudaram questões gerais sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul. Walter Koch (1974) analisa questões relacionadas com a língua alemã no Rio Grande do Sul. Hilda Agnes Hübner (1979), a cultura musical entre os imigrantes alemães. Carlos Henrique Hunsche (1983) aborda em seu estudo a temática do protestantismo no sul do Brasil. Jorge Hage Pádua (2000) trata de questões culturais e religiosas entre os teuto brasileiros. Roswinthia Weber (2001), aborda a identidade alemã e o turismo cultural na Rota Romântica. Roberto Radünz (2003), a questão do protestantismo em Santa Cruz do Sul. Günter Weimer (2005), questões relacionadas com a arquitetura de imigrantes de origem alemã no Rio Grande do Sul. Marcos Antônio Witt (2008), questões políticas no contexto da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Joana Bahia (2011), questões relacionadas com identidade, magia e religiosidade entre imigrantes pomeranos no Espírito Santo.

Vivaldo Coaracy (1957) trata da fundação da Colônia de São Lourenço, colonizada por imigrantes de origem alemã. Giancarla Salamoni (2005), de questões culturais das famílias de origem pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul. Nilo Bidone Kolling (2000) e Patrícia Weiduschadt (2007) analisam a questão educacional entre imigrantes alemães e pomeranos no sul do Rio Grande do Sul. Eduardo Iepsen (2008) estuda os conflitos que ocorreram na colônia de São Lourenço do Sul, em especial aquele que envolveu o seu então diretor. Carmo Thum (2009) aborda a temática identitária entre os pomeranos da Serra dos Tapes. Paulo César Maltzahn (2011) aborda a questão identitária de teuto brasileiros em São Lourenço do Sul. Patrícia Bosenbecker (2011) analisa o processo de formação da colônia de São Lourenço e a influência que as estâncias e os estancieiros tiveram na região. Vanessa Palzlaff Bosenbecker (2012), a influência cultural pomerana na arquitetura no interior de Pelotas. Gislaine Maria Maltzahn (2012), os rituais familiares entre imigrantes pomeranos em Pelotas.

Armindo Beux (1976) aborda, de modo amplo e geral, a imigração francesa no Rio Grande do Sul. Mario Gardelin (1986) analisa os capuchinhos franceses no Brasil e sua influência na religiosidade nacional. Tania Regina Luca (2009) estuda os imigrantes franceses no Brasil. Márcia Solange Volkmer (2013) analisa a imigração francesa na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Marinês Zandavalli Grando (1990) fala sobre aspectos econômicos da colônia Francesa de Pelotas. Leandro Ramos Betemps (2003; 2009; 2010) trata da imigração francesa no município de Pelotas.

Como vimos, são numerosos os trabalhos, inúmeras as abordagens, distintos os focos, diferentes os períodos e diversas as fontes utilizadas. Contudo, todos estes trabalhos têm uma coisa em comum: abordam apenas um grupo étnico de cada vez e não atentam para os contatos interétnicos. Em uma análise rápida das obras acima citadas, percebemos que são quase ausentes os estudos que se aventuraram em proceder algum tipo de estudo comparativo.

A virtude da perspectiva comparada não é somente entender/visualizar a questão dos contatos, mas também beneficiar-se, para melhor compreensão de cada uma, do cotejamento, que inclusive ajuda a compreender o que seriam traços de especificidade identitária de uma determinada etnia e do que seria externo à especificidade étnica, por exemplo, ancorado na ruralidade ou catolicidade/cristandade ou brasilidade colonial, entre outros aspectos.

Além disso, são menos frequentes teses de doutoramento ou dissertações de mestrado que fazem o uso de fontes fotográficas em suas análises, embora exista um número expressivo de artigos científicos. Deste modo, indo na contramão de uma história na qual são enumeradas datas e são feitos estudos biográficos de personagens notáveis, nos interessamos em compreender a história como um processo, detendo nos no estudo de fenômenos chamados de "longa duração" (BRAUDEL, 2016), integrando instrumentos e documentos de outras áreas do conhecimento.

Assim, nosso objetivo com esta investigação é analisar fatos, aspectos, comportamentos até então menos explorados pela historiografia, fazendo uso de fontes que, até bem pouco tempo, não eram privilegiadas neste tipo de estudo. Outrossim, não pretendemos fazer esta pesquisa privilegiando apenas um grupo étnico, mas sim três diferentes grupos e, desta forma, fazer uma abordagem comparativa entre eles.

Para Carlo Ginzburg (2012, p.10), o interesse em investigar comportamentos e atitudes de grupos geralmente não estudados e considerados subalternos, induziu os historiadores a encontrarem-se com temas, métodos e categorias interpretativas de outras áreas de pesquisa. Esta renovação historiográfica teve reflexos na produção acadêmica dos últimos anos, o que vai

ao encontro da afirmação de Roger Chartier (2015, p. 17) que destaca que a história permite um tipo de produção e proíbe outros tipos dependendo da conjuntura e das problemáticas lançadas.

Falar do processo de ocupação da Serra dos Tapes é um tema complexo, seja pela diversidade cultural existente na região, seja pela sua grande abrangência geográfica. Contudo, não podemos esquecer que trabalhos desta envergadura implicam em escolhas e estas, em alguns momentos, podem até parecer arbitrárias, mas estão pautadas em decisões que serão justificadas ao longo do trabalho.

Concordamos com René Ernaini Gertz (2012, p. 07-08) que afirma que “os, pesquisadores, são pagos pela sociedade, em primeiro lugar para produzir ciência, para descrever, explicar, interpretar a realidade”. Segundo este autor, “essa tarefa exige isenção, objetividade e formas ponderadas de apresentação dos resultados”, desta forma, nos ateremos, antes de mais nada, em trazer dados objetivos e consistentes sobre o assunto a que nos propomos trabalhar.

Nosso estudo, de certa forma, segue as prerrogativas engendradas por Carlo Ginzburg em seu já clássico “Mitos, emblemas e sinais” (2012). Nesta publicação o autor disserta sobre a importância na realização de estudos históricos do exame de aspectos e fatos por vezes negligenciados por alguns pesquisadores. Segundo o referido autor, para um trabalho de excelência se faz necessário “examinar os pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados” (GINZBURG, 2012, p.144). O autor cita que tal orientação teria partido dos ensinamentos de Aby Warburg que afirmava que se faz necessário “ouvir as vozes humanas articuladas a partir de documentos de pouca importância” (GINZBURG, 2012, p.45).

O autor afirma, ainda, que ao fazer uso de indícios imperceptíveis para a maioria dos pesquisadores, ao apreciar pormenores aparentemente negligenciáveis, é possível remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente. Ele denomina esta metodologia de método indiciário. Sobre esta, Roger Chartier (2015, p.14) chama a atenção de que quando se faz o uso da mesma, o pesquisador não deve proceder apenas um mero processamento estatístico dos dados, mas sim coletar e interpretar os sinais.

Assim, Carlo Ginzburg (1989, p. 151) compara o trabalho de um historiador ao de um caçador. Ele afirma que durante milênios o “homem aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama”, pelos ramos quebrados, pelas bolotas de esterco, pelos tufo de pelo, pelas plumas emaranhadas, pelos odores estagnados. Ele “aprendeu a farejar, registrar, interpretar, classificar pistas infinitesimais”.

Da mesma forma que o caçador, o historiador precisa saber lidar com uma diversidade cada vez maior de registros, preservados nos mais diversos suportes. Cabe ao mesmo, “indagá-los, desconstruí-los, contextualizá-los, explorá-los” (PAIVA, 2006, p. 13), a fim de retirar dos mesmos subsídios pelos quais possa ser possível comprovar suas teorias.

Nesta lógica, em um primeiro momento fizemos a leitura de alguns textos basilares, citados anteriormente, no sentido de proceder uma aproximação com os temas a serem trabalhados, e em comum acordo com o nosso orientador, definimos que os principais objetivos desta tese seriam: identificar como ocorria a representação fotográfica do cotidiano de imigrantes de origem alemã, italiana e francesa na Serra dos Tapes. De posse destas informações nos propomos proceder a uma análise comparativa entre estes, buscando entender de que forma a proximidade geográfica destes grupos influenciou as suas práticas fotográficas e culturais, procurando identificar quais são os elementos comuns entre os três grupos e quais são distintos.

Mas por que escolher apenas três grupos, sendo que a região que conhecemos como Serra dos Tapes recebeu ao longo de sua história, grupos dirigidos de cerca de 8 etnias diferentes⁴?

A resposta para este questionamento é simples. Foram estes três grupos que, durante os últimos anos, influenciados pelas políticas patrimoniais vigentes, criaram instituições museológicas cujo propósito é preservar parte de seu patrimônio cultural e transmitir para as futuras gerações aspectos culturais que as comunidades julgam ser importantes.

São instituições que, salvo algumas particularidades, têm uma série de aspectos em comum: dedicam-se a preservar e a representar a herança cultural

⁴ De acordo com Leila Fetter (2002,266-277) entre estes grupos estariam irlandeses, ingleses, alemães, pomeranos (considerados pela autora um único grupo), franceses, espanhóis, italianos e portugueses.

de um determinado grupo étnico (alemão, italiano ou francês). Estão localizadas em regiões rurais, distantes do centro das cidades, no caso, Pelotas e São Lourenço do Sul. Os prédios que as albergam são antigas escolas. Os acervos foram doados pela comunidade desejosa em perpetuar suas memórias. Suas coleções são formadas por fontes orais, fotografias e objetos. Tratam-se do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, do Museu da Colônia Francesa e do Museu da Imigração Pomerana.

Quais foram as motivações para a realização deste estudo? A busca por uma resposta para tal questionamento fez com que os princípios teórico-metodológicos adotados priorizassem uma análise interdisciplinar, apoiados em uma grande diversidade de fontes e um extenso trabalho de campo. Esta é uma tarefa difícil, devido basicamente ao grande volume de material disponível, bem como às diversas interpretações que podem ser obtidas ao analisar este material.

Contudo, não é nosso objetivo esgotar a capacidade discursiva das fontes consultadas; pelo contrário, objetivamos trazer à discussão diferentes fontes para interpretar um mesmo processo, cientes de que outros vieses podem ser apontados, tendo por base a mesma documentação. Isto acaba justificando, de certo modo, a reprodução, em anexo, na forma de catálogos, de todo o acervo fotográfico das três instituições que estamos estudando.

Eduardo França Paiva (2006, p. 32) coloca que a fotografia é uma fonte como as demais, e que deve ser explorada com cuidado, não devendo esta ser tomada como verdade. Fotografias podem ser armadilhas metodológicas. Porém, acreditamos que não somente a fotografia apresenta ausências, silêncios, lacunas. Estamos cientes de que nenhuma fonte é completa. As escolhas e seleções são ações deliberadas e são procedidas por todos produtores e estão presentes em todas as fontes, independentemente de sua origem e suporte.

Além disso o autor anteriormente citado destaca que “nunca uma análise histórico-cultural poderá ser definitiva, absoluta, acabada ou total” e afirma que as leituras, assim como as “versões históricas são filhas de seu tempo” (PAIVA, 2006, p. 33).

Retomando as palavras de Eduardo França Paiva (2006, p. 19) que afirma ainda que a fotografia não trata da “realidade histórica em si, mas traz porções

dela, traços, aspectos, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas”, faz com que imagem seja, portanto, não um “retrato de uma verdade, nem a representação fiel de eventos ou de objetos históricos”, mas sim uma seleção deliberada de uma cena, com um enquadramento e um enfoque arbitrários.

Ana Maria Mauad (1990) afirma que não importa se a imagem mente; o importante é saber porque e como mentiu; ou, como afirma Susan Sontag (2004, p.16), “mesmo que uma foto possa distorcer algo, sempre existe o pressuposto de que algo existiu ou existe, e era semelhante ao que está na imagem” e é justamente esta a perspectiva que adotamos no presente estudo.

Zita Possamai (2005, p.142) afirma que as fotografias condicionam com grande intensidade a memória dos fenômenos pretéritos, por constituírem um registro visual dos mesmos. Sendo assim a fotografia seria seletiva tal como a memória. Ao jogar o enquadramento sobre um pedaço do real, o que fica no interior deste é tido como memória, confundindo-se com o próprio passado, enquanto o que ficou de fora poderia ser concebido como o esquecimento, e, por isso, não mais levado em conta.

Desta forma, entendemos que existe uma certa similaridade entre a análise de um registro fotográfico e de um registro oral, uma vez que a seleção do que lembrar/registrar e do que esquecer/não registrar aparece, de certa forma, em proporções iguais, sendo facilmente identificados quando confrontadas com outras fontes.

Assim, além dos registros imagéticos, faremos um uso extensivo no presente estudo de fontes orais. Serão utilizadas basicamente entrevistas que foram efetuadas durante o processo de implantação dos museus que nos propomos estudar, e, quando julgado necessário, foram efetuadas algumas entrevistas pontuais, principalmente no município de São Lourenço do Sul, onde, no Museu da Imigração Pomerana, este trabalho de coleta de depoimentos ainda não foi realizado pela instituição, na data de redação da presente tese.

Conforme apontado na apresentação desta, a escolha dos três museus que servem de palco para nosso estudo ocorreu basicamente em virtude do fato de o presente autor ter atuado como estagiário nas mesmas, e, desta forma, ter uma familiaridade com os acervos, bem como uma facilidade de acesso. Porém,

não foram somente estas as motivações que nos levaram a eleger tais instituições⁵.

Nos últimos anos, devido a uma série de fatores, dentre eles, a globalização, temos assistindo ao que Joel Candau (2011, p. 10) chama de *mnemotropismo*, ou seja, uma tendência de supervalorização do passado, o que faz com que ocorra uma “compulsão pela memória”, “um *frenesi* pelo patrimônio”, “por genealogias”, configurando o que Andreas Huyssen (2000, p. 42) denomina de sedução pela memória. Conformando aquilo que o autor localiza cronologicamente no final do século XX como sendo um “*boom* da memória”, momento em que assistimos a uma intensa criação de “mercados da memória”, que passam pela “museificação, pela comercialização do passado via mídia, pela tentativa de reciclar o tempo no impulso em direção à memorialização”. É precisamente neste contexto que foram criados uma série de museus na Serra dos Tapes, cujo objetivo principal é partilhado por todos: preservar a memória histórica do grupo étnico responsável pela sua criação.

Deste modo, no Capítulo 1, “Imigração: Contexto Histórico”, partilhamos da opinião de José Renato de Campos Araújo (2003, p. 67), que destaca que sempre que forem efetuados estudos com foco em questões relacionadas com imigração, faz-se necessário que seja levado em consideração o processo histórico do país de origem. Nós acrescentaríamos que se faz necessário também entender aspectos relacionados à sociedade receptora destes imigrantes, tais como infraestrutura do local e particularidades de cada um dos espaços em que são acolhidos / em que se instalam.

Neste sentido, faremos no primeiro capítulo de nosso estudo, uma análise sobre aspectos que compeliram para que grandes contingentes populacionais saíssem do continente europeu e rumassem para o Brasil. Além disso, faremos uma análise sobre o processo de ocupação da chamada Serra dos Tapes e assim analisar a formação de cada uma das colônias nas quais estão instaladas as instituições museológicas que servem de palco para o nosso estudo. Sendo assim, abordaremos aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais da colônia São Lourenço, criada em 1858 (Capítulo 1.1.1); da colônia

⁵ A definição de quais instituições fariam parte do presente estudo foram definidas em comum acordo com o orientador da presente tese.

Santo Antônio, criada em 1880 (Capítulo 1.1.2) e da Colônia Maciel, criada em 1883 (Capítulo 1.1.3).

“Patrimônio cultural de Imigração” é o tema do Capítulo 2. No Capítulo 2.1 “Identidades étnicas: o colono imigrante” serão analisados os conceitos de identidade cultural, etnicidade e grupo étnico como forma de familiarizar o leitor com termos que serão empregados com certa frequência ao longo do estudo. Além disso, procuramos conceituar o termo colono, identificação partilhada pelos três grupos analisados.

Em 2.2 “Turismo, Patrimônio cultural e Identidades”, faremos uma análise sobre os conceitos de museu, patrimônio cultural e de que forma estes são utilizados como elementos de promoção identitária e turística.

Em “A preservação da memória da imigração: o caso dos Museu Étnicos da Serra dos Tapes”, tema abordado no Capítulo 2.3, fazemos uma análise sobre iniciativas de preservação de elementos culturais relacionados ao passado imigrante levadas a cabo na Serra dos Tapes. Faremos uma análise sobre o processo de formação e uma descrição do espaço expositivo do “Museu Etnográfico da Colônia Maciel”, “Museu da Imigração Pomerana” e do “Museu da Colônia Francesa”, respectivamente nos Capítulos 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.3.

No Capítulo 3, intitulado “Fotografia na Serra dos Tapes: a foto no espaço rural”, procuramos entender melhor as limitações e potencialidades do uso desta fonte na realização de estudos históricos, e como ocorreu o processo de penetração e disseminação da fotografia na região conhecida como Serra dos Tapes. Em 3.1 “Fontes fotográficas e seus aportes para estudos do cotidiano”, preocupamo-nos em entender de que maneira esta fonte pode ser útil para a realização de estudos que têm como objetivo entender as práticas cotidianas de determinado grupo. Da mesma forma que Taís Soares (2009, p. 22), propomo-nos nesta pesquisa fazer uso de uma metodologia que baseia-se não somente na “objetividade contida na documentação escrita, mas na subjetividade revelada nas entrevistas realizadas e principalmente nas fontes fotográficas e em todos os aspectos que envolveram a sua produção”.

No Capítulo 3.2 “O espaço rural e a cultura fotográfica”, analisamos a questão do temporalidade, de como ela é percebida ou vivida nas regiões conhecidas como regiões rurais e como ocorreu o processo de inserção da prática fotográfica na região colonial de Pelotas e São Lourenço do Sul.

E por fim em 3.3 “Autoria: fotógrafos amadores e profissionais” procuramos analisar quais as principais diferenças e o que caracteriza cada um dos profissionais responsáveis pela produção das fotografias por nós analisadas, no que tange aos equipamentos utilizados, à clientela atendida e qualidade de serviços. Este capítulo se justifica basicamente pelo fato de entendermos que o estudo biográfico dos profissionais ligados à produção de registros fotográficos decorre do fato de estes serem considerados o que Boris Kossoy (2009, p. 42) chama de “filtro cultural”, ou seja, é ele, o fotógrafo, o responsável por fixar a imagem de uma coletividade, fazendo sugestões, cortes, retoques, não se limitando, desta forma, o estudo a apenas um único indivíduo, mas sim à compreensão de todo o grupo onde este atuava.

Vale destacar que além de o profissional responsável pela produção dos registros imprimir nestes, interesses próprios e este servir como um intérprete, ou somente condicionar as tendências do seu *metiér*, existe também um outro aspecto que merece ser levado em consideração que são os anseios representacionais do grupo, a forma como este gostaria de ser visto contingenciando objetivos específicos, exaltando determinado aspecto, disfarçando ou mesmo negando outro.

Além disso, conforme Ana Maria Mauad (2014, p. 17), a fotografia traduz valores, ideias, tradições, comportamentos; contudo, nem sempre estes aspectos estão evidenciados neste tipo de registro, de forma que a autora sugere a análise do “circuito social” da fotografia, ou seja, o estudo de aspectos referentes à produção, comercialização e consumo destes “artefatos culturais”, lembrando ainda que se devem atentar para o contexto social, econômico e político em que estes retratos foram produzidos, o que, na visão da autora, interfere de maneira substancial nos temas registrados. Dessa sorte é de fundamental importância o estudo biográfico sobre cada um dos autores identificados, incluindo a identificação de sua formação técnica, locais de atuação, equipamentos utilizados e clientela atendida.

Serão 37 os profissionais analisados. Vale destacar que sobre alguns profissionais foram encontradas poucas informações, e sobre outros foi encontrado um volume bastante expressivo de material. A sua colocação na tese obedece um ordenamento cronológico conforme a sua atuação na região.

A fotografia, no momento em que é doada a um museu, tem assegurado o seu reconhecimento como um bem material imbuído de importância histórico-cultural para o grupo a que pertence. Assim, no Capítulo 4 “As coleções fotográficas”, faremos uma análise de como se deu o processo de formação das coleções de fotografias por nós analisadas, seja tanto na esfera pessoal, quanto na esfera institucional, através da identificação dos acumuladores e por fim dos doadores. Este estudo visa a identificar quais as motivações da acumulação, do colecionismo de tais registros, qual o perfil das pessoas responsáveis pela sua guarda, e quais foram as motivações que levaram estes indivíduos, em determinado momento, a se desfazer de seus acervos e permitir que estes fossem incorporados à coleção de uma instituição museológica. Assim, analisaremos nos Capítulos 4.1, 4.2 e 4.3 a “Coleção Museu Etnográfico da Colônia Maciel”, “Coleção Museu da Colônia Francesa” e “Coleção Museu da Imigração Pomerana”, respectivamente.

No Capítulo 5 “Análise comparativa dos acervos”, faremos uma análise de todos os registros fotográficos, de cada uma das nove categorias de análise, nas quais os registros foram classificados. Alguns esclarecimentos sobre estas categorias de análise serão efetuados na sequência, quando for efetuada a apresentação dos catálogos que trazem reproduzidos estes registros.

Por fim, no Capítulo “Considerações finais” será o momento em que traremos alguns dos resultados deste estudo, dados que invariavelmente já estarão diluídos ao longo da tese, mas que aparecerão de forma entrelaçada, gerando algo novo em termos de interpretação.

Vale destacar ainda que se optou em apresentar o *corpus* de fotografias em anexo. Dado o grande volume de registros fotográficos, adotamos um método no qual estes registros serão apresentados sob forma de catálogos, organizados conforme a procedência dos acervos. Foi efetuado tal ordenamento, de forma a facilitar a consulta dos mesmos, e desta forma, facilitar a realização de novos estudos que façam uso de tais fontes.

Assim, o Anexo I refere-se ao acervo fotográfico do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, o Anexo II, às fotografias que integram o acervo fotográfico do Museu da Colônia Francesa, e o Anexo III, àquelas que fazem parte do acervo do Museu da Imigração Pomerana.

O ordenamento dos registros fotográficos seguiu, primeiramente, o critério temático, sendo a seguir organizado conforme ordem alfabética das categorias de análise, e dentro destas, não foi obedecido nenhum critério de apresentação dos registros, sendo estes trazidos de forma aleatória. A cada novo capítulo, ou seja, a cada nova série temática, dentro do catálogo, foi introduzida uma folha que identifique a categoria.

Além da apresentação dos registros, estes serão seguidos por um quadro, uma ficha, especialmente produzida para este estudo, na qual estão dispostas algumas informações sobre a fotografia apresentada.

Para facilitar a identificação e localização de cada fotografia, referenciada ao longo do texto, optou-se em criar um código específico para cada coleção. Assim, o campo denominado “Nº de referência” presente na ficha, é um item que foi criado para o presente estudo com a finalidade de facilitar a consulta ao material. Desta forma, o número colocado entre parêntesis, que antecede a segunda parte do número de referência, refere-se ao museu ao qual as fotografias fazem parte. Sendo assim:

- (1) – Museu Etnográfico da Colônia Maciel
- (2) – Museu da Colônia Francesa
- (3) – Museu da Imigração Pomerana

Após este número, foi inserido outro número que respeita a ordem em que estão organizadas as fotografias. Através deste, o leitor poderá localizar com maior facilidade o documento dentro do catálogo, uma vez que o mesmo está colocado em ordem crescente. Por exemplo, um item cujo número de referência é (01) 098, refere-se à fotografia número 098, que pertence ao acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel.

Vale destacar, que cada fotografia foi classificada de forma individual, salvo em alguns casos, quando existissem grandes semelhanças entre um ou mais registros, estes foram agrupados em uma mesma ficha, não ultrapassando o número de quatro fotografias por página.

O seguinte item, presente na ficha, é o nome da coleção à qual o registro pertence, ou seja, o nome do museu ao qual pertence, bem como o nome do doador da peça, quando esta informação estiver disponível.

Em seguida, aparece o campo “Nº de inventário”. Esta informação se refere à forma oficial de como o documento está registrado na instituição da qual

faz parte. Sua inserção no presente trabalho se dá basicamente com o objetivo de facilitar uma posterior consulta aos documentos originais por parte de outros pesquisadores. Cabe destacar que neste item, quando aparece um segundo ou um terceiro número entre parênteses, significa que existe outra fotografia igual no acervo.

Na sequência, está a datação do registro, podendo ser uma datação exata, quando esta existir, ou aproximada, que foi elaborada pelo presente autor, observando características físicas dos registros, questões estéticas presentes nas fotografias, e também na idade dos retratados (quando identificados), bem como dos fotógrafos que foram responsáveis pela produção do registro.

O próximo item “Autor” é o espaço onde é informada a identificação do responsável pela produção da fotografia. Geralmente esta informação é obtida através da identificação que o mesmo fazia nos registros, seja por meio de um carimbo ou por impressão. Em alguns casos, foi atribuída a determinados fotógrafos a autoria de alguns registros, neste caso, sempre é feita a indicação, entre parêntesis, “Atribuído”.

“Formato” se refere à forma como a fotografia está preservada na instituição, se é o documento original, ou uma cópia deste. E “Dimensões”, são as medidas do documento, expressas em centímetros (cm), quando o exemplar original se encontra preservado na instituição. No caso de existir apenas uma cópia digitalizada da fotografia em posse do acervo das instituições, esta informação está colocada neste campo com a informação “Arquivo digital”.

O campo “Identificação” se refere à identificação dos personagens representados, ou da cena registrada. Já o item “Categoria” refere-se à categoria de análise (temática) em que o registro foi classificado.

No sentido de facilitar a classificação dos registros fotográficos que serão analisados no presente estudo, convencionou-se efetuar a formação de algumas séries nas quais foi empreendida uma classificação dos mesmos, de acordo com as cenas representadas nos registros. Vale destacar que uma mesma fotografia pode fazer parte de mais de uma categoria e que nem todas as coleções apresentam fotografias em todas as categorias elencadas.

Cada uma destas séries está subdividida em temas e subtemas, cuja identificação ocorrerá em campo específico na ficha de identificação. Sendo assim, no presente estudo, estamos trabalhando com nove categorias temáticas

de análise, sendo elas: *Arquitetura, Comunicação, Educação, Lazer, Ocupações, Paisagem, Religiosidade, Retratos e Transporte*.

Na primeira categoria, *Arquitetura*, estão todos os registros que retratam algum tipo de edificação, seja esta de caráter residencial, escolar, comercial, público ou religioso. Entendemos que por meio destes registros, não nos é possível empreender a análise de questões técnicas inerentes às estruturas arquitetônicas, tais como volumetria ou técnicas de construção, sendo assim, a escolha desta nomenclatura decorre basicamente do fato de estas fotografias registrarem um bem arquitetônico, com uma mera intenção de registro.

Dentro desta categoria, foram criados os subtemas: *Arquitetura religiosa*, na qual estão inseridas fotografias de templos religiosos; *Arquitetura doméstica*, na qual estão residências e galpões; *Arquitetura escolar*, em que estão representados edifícios escolares; *Arquitetura comercial*, referente a empreendimentos comerciais; e por fim *Arquitetura pública*, relativamente a grandes obras públicas, tais como pontes.

A segunda categoria, denominada aqui de *Comunicação*, refere-se aos registros imagéticos identificados como cartões postais. Mesmo entendendo que o processo de produção dos mesmos difere do de uma fotografia, optou-se em incluir neste estudo este item, dada à grande representatividade de tais documentos, o que do nosso ponto de vista é um elemento bastante importante, quando consideramos a vida cotidiana destes grupos. A denominação “Comunicação” se dá pelo fato de estes documentos, muitas vezes, terem sido utilizados como forma de comunicação entre pares.

Na terceira categoria *Educação*, estão inseridos todos os registros fotográficos que retratam o cotidiano escolar dos grupos aqui estudados. Fotografias de grupos de alunos em frente ao prédio escolar, bem como na realização de atividades externas, estão classificadas neste item. Vale destacar que as fotografias que registram as denominadas “Paradas Cívicas”, mesmo que representem o universo escolar foram classificadas em uma categoria única, inseridas dentro da temática *Lazer*, devido ao grande número de registros e às diversas possibilidades de leitura de tais fotografias, bem como pelo fato de tais eventos não serem restritos apenas ao universo escolar, mas sim a toda a comunidade lindeira.

Lazer é a quarta categoria de análise. Nela estão contempladas todas as atividades que podem ser consideradas como momentos de sociabilidade, momentos de fruição. Caçadas, jogos de futebol, penca⁶, bailes, pescarias, festas cívicas, brincadeiras infantis, venda, jardinagem e sociedades recreativas são os itens presentes nesta categoria.

No item *Ocupações* estão inseridas todas aquelas fotografias que de algum modo registram alguma ocupação, algum tipo de trabalho, tarefa executada pelos personagens ou que remeta diretamente à determinada atividade laboral, mesmo que não implique um compromisso de emprego. Agricultura, criação de animais, vida militar, ferrarias, o ofício de pedreiros, a produção de vinho, a construção de ferrovias, as madeireiras, as serrarias, barbearias, os cuidados médicos, as olarias, o ofício de tanoeiro, as destilarias são algumas das atividades/profissões aqui abordadas e que aparecem no catálogo.

Paisagem se refere a toda aquela fotografia em que não está presente nenhuma pessoa, ou onde os exemplares arquitetônicos estejam localizados à determinada distância, sendo o foco, o objetivo principal do registro retratar não um elemento isolado, mas todo o conjunto.

No item *Religiosidade*, estão todas aquelas fotografias que de certo modo se referem às práticas religiosas do grupo, independente da religião professada. Batizados, casamentos, comunhão ou confirmação, festas religiosas, morte e rituais funerários e procissões, são alguns dos itens que aparecem nesta categoria de análise.

No campo *Retratos* estão inseridas fotografias tanto individuais quanto de grupos, sejam estes familiares ou não. Optou-se por fazer uso desta classificação, de forma a facilitar a apresentação destes registros. Vale destacar que dentro dos campos “tema” e “subtemas”, tais categorias serão especificadas e sua análise ocorrerá sob a ótica de tais séries. A utilização deste termo para identificar registros de uma variedade performática tão grande se dá porque tais registros procuram apresentar única e exclusivamente o personagem, sem necessariamente vincular a sua imagem a determinado evento ou a determinada

⁶ Corrida de cavalos. Tema sobre o qual nos debruçaremos com mais afinco no Capítulo 5.

atividade. Nesta categoria estarão presentes os retratos individuais ou de grupos, adulto e infantil, e masculino e feminino.

E por último, a categoria *Transportes*, na qual estarão dispostos os registros que retratam diferentes meios de transporte, sejam estes cavalos, carroças, carretas, feitos, barcos, automóveis, caminhões ou ônibus.

Conforme percebemos, o presente estudo está sustentado no uso de fontes de natureza variada, com destaque especial para fontes imagéticas. As narrativas orais também se fazem presentes, aspecto que enseja uma interpretação mais multifacetada da memória, o que permitirá “recuperar a experiência e os pontos de vista daqueles que normalmente permanecem invisíveis na documentação histórica convencional” (AMADO, 1996, p. 66).

Esta coleta de dados, sua organização e posterior interpretação, permitiram que fosse possível traçar um panorama sobre os mais diversos aspectos da vida cotidiana na Serra dos Tapes. O recorte cronológico da presente investigação está circunscrito dentro do período de abrangência dos registros fotográficos pesquisados, ou seja, está situado, aproximadamente entre o final do século XIX e o terceiro quartel do século XX, quando passam a ser produzidos registros fotográficos coloridos, que, por serem pouco representativos numericamente nos acervos estudados, e se valerem de outras técnicas de produção, foram excluídos do presente estudo.

Vale destacar que este recorte cronológico de forma alguma é fechado. Foram efetuados recuos ou avanços temporais para melhor entender alguns aspectos analisados, conforme se julgou pertinente.

É essencial ainda que se façam alguns alertas. Com o objetivo de padronização, passaremos a nos referir aos descendentes de imigrantes de origem itálica, germânica ou francófona somente pelos termos: italianos, alemães ou franceses, o que não significa que não reconhecemos a diversidade cultural presente nas comunidades por nós estudadas, nem que reconheçamos tais grupos como homogêneos ou que atribuamos tal identidade aos mesmos. A justificativa para tal opção se dá com o objetivo único de facilitar a leitura, levando em conta a denominação que os próprios atores sociais fazem de si mesmos⁷, ou seja, estes, mesmo sendo brasileiros, consideram-se, identificam-se como

7 Conforme pode ser verificado nas entrevistas analisadas.

italianos, alemães e franceses, como está fartamente documentado nos testemunhos orais.

Ao longo do trabalho, serão feitas citações de reportagens de jornais e documentos impressos ou manuscritos, das mais diversas origens, e sempre que forem efetuadas, estas terão sua grafia original preservada. Trechos de falas que fazem parte de entrevistas orais, sempre que apresentadas, estarão dispostos entre aspas (""") e em itálico, e passarão por um tratamento com o objetivo de eliminar vícios de fala, mas ao mesmo tempo mantendo aspectos da coloquialidade do falar local.

Palavras ou expressões em língua estrangeira, sempre que aparecerem em meio ao texto, serão postas em itálico. No caso de citações de trechos de obras em língua estrangeira, será efetuada a tradução do trecho que vier no corpo do texto, e em uma nota de rodapé estará disposta a forma original para conferência do leitor.

Ao longo da tese faremos citações diretas ou indiretas de fontes históricas, algumas destas possuem autor, data de publicação, editora e paginação, nestes casos, a forma como serão referenciadas será a mesma de uma fonte bibliográfica, ou seja, através do sistema autor/data/página, contudo, no final da presente, estas serão reunidas, de modo separado, conforme a instituição responsável pela sua guarda/tutela como "Fontes". Enquanto demais textos consultados, serão reunidos no Item "Bibliografia".

1 IMIGRAÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO

*Adeus, ó pátria,
partimos para outras plagas.
Partimos para o Brasil.
Só as dívidas deixamos aqui.
Procuramos novas paragens
Onde há ouro como areia.
Hurra, Hurra.
Breve chegaremos ao Brasil⁸.*
Emilio Willems

⁸ Verso de uma canção de migrantes da região do Hunsrück/Alemanha, citado por: WILLEMS, Emílio. **A aculturação de alemães no Brasil: Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1980, p. 36.

A presente tese inicia com um panorama histórico da imigração na Serra dos Tapes. A inserção deste se justifica pela necessidade de um conhecimento prévio das características e motivações do deslocamento populacional ocorrido na segunda metade do século XIX, bem como das particularidades inerentes a cada um dos grupos que se pretende analisar.

O século XIX assinala o início de um movimento que foi denominado como o período das “grandes migrações”, no qual centenas de milhares de indivíduos se deslocam do continente europeu em direção ao continente americano.

A conjectura europeia oferecia uma série de fatores de expulsão populacional. Fatores de ordem religiosa, política, social ou econômica agravados basicamente pela expansão do sistema capitalista e pelos reflexos da Revolução Industrial, compeliram uma significativa parcela da superpopulação europeia no período a buscar outras alternativas para sobrevivência (DE BONI, 1987, p.202-208).

Enquanto o continente europeu sofria com um crescimento demográfico desordenado, o continente americano enfrentava problemas relacionados à baixa densidade demográfica em grandes porções territoriais (SMOLENSKY, 2013, p.19-23). Neste sentido, aliando interesses de ambas as partes, a imigração em massa foi estimulada de maneira bilateral.

Foi neste contexto que teve início uma das maiores movimentações humanas já verificadas na história e o Brasil recebeu sucessivas levas de imigrantes, de distintas nacionalidades.

Em um relatório redigido pelo senhor Francisco Xavier da Cunha, Inspetor Geral das Colônias, apresentado ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1866⁹, nos é dada a informação de que “a população dos países de origem, longe de diminuir, ao contrário, seguem mais regulares do que antes em sua progressão crescente”. Continua o autor: “as partidas são compensadas pelos nascimentos. A mortalidade diminui em razão dos melhores meios de subsistência” o que nos indica porque, conforme foram passando os anos, o número de imigrantes em vez de decrescer, foi se elevando cada vez

⁹ CUNHA, Francisco Xavier da. **Relatório da Inspetoria Geral das Colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Thypographia do Rio Grandense, 1866, p. 15.

mais¹⁰. Não esquecendo que tal documento, redigido por um agente local, buscava passar uma visão positiva do processo migratório, no sentido desta continuar, como vinha sendo, estimulada pelas autoridades.

O ano de 1808 é considerado como o marco inicial da imigração no Brasil (MAESTRI, 2010, p.127; LANDO e BARROS, 1981, p.10), em função da chegada da família real, da abertura dos portos e do decreto de 25 de setembro de 1808¹¹ que dava liberdade de acesso à terra por parte de estrangeiros, além do decreto de 01 de setembro de 1808¹², que mandava vir da Ilha dos Açores 1.500 famílias para povoar a capitania do Rio Grande do Sul.

Porém há muitas controvérsias nesse sentido. O que se sabe é que as primeiras iniciativas práticas para estimular a vinda de grupos de imigrantes para colônias rurais no Brasil ocorreram com a criação, em 1818, na Bahia, de uma colônia de imigrantes austríacos, em 1819, em Nova Friburgo no Rio de Janeiro, de uma colônia de imigrantes suíços, e em 1824, em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, de uma colônia de imigrantes alemães (GIRON, 2004, p.180).

O fato é que somente após a segunda metade do século XIX este movimento adquiriu proporções maiores, período marcado também pela criação de leis que visavam a regular o acesso de novos imigrantes e a criar novas

¹⁰ Conforme Nicolas Sanchez-Albornoz (1986, vol. IV, p. 131) teriam chegado ao Brasil entre 1881 e 1885 133,4 mil imigrantes, entre os anos de 1866 e 1890, 391,6 mil e entre 1891 e 1895 659,7 mil.

¹¹ Decreto de 25 de setembro de 1808, assinado pelo então Imperador D. Pedro I, no qual o mesmo com o objetivo de “aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma, fôrma, com que segundo as minhas reaes ordens se concedem aos meus vassallos” (Coleção de Leis do Brasil, 1808, p. 166).

¹² Decreto de 01 de setembro de 1808, assinado pelo então Imperador D. Pedro I, onde o mesmo expressa a necessidade “de povoar a interessante Capitania fronteira do Rio Grande e não menos o objecto de poder ter soldados, de que na mesma se experimenta uma grande falta, e conhecendo que as instituições políticas fundadas na extrema divisão das terras, com que os meus augustos avós e predecessores, os Senhores Reis de Portugal, crearam nas Ilhas dos Açores; faz que a povoação cresça alli demasiadamente e necessite ser diminuída de certas em certas épocas, para que o mesmo número de habitantes se conserve na sua conveniente proporção com a quantidade das produções do seu sólo, Sou servido ordenar que das Ilhas dos Açores, se mandem vir 1.500 famílias ou um proporcional número de homens e mulheres em termos de casar, tirado, quanto ser possa, voluntariamente das mesmas Ilhas para se transplantarem para a Capitania do Rio Grande, onde ordeno ao respectivo Governador e Capitão General, lhes mande distribuir pequenas sesmarias que hajam de cultivar, favorecendo quanto ser possa o seu estabelecimento, na firme esperança que dahi haja de resultar um grande aumento de povoação, com que depois não só resulte o acrescimo de riqueza e prosperidade da mesma Capitania, mas se segure a sua defeza em tempo de guerra” (Coleção de Leis do Brasil, 1808, p. 129 -130).

colônias, bem como, e principalmente, a regulamentar o acesso, por parte destes imigrantes, à terra (IOTTI, 2001, p. 27-31).

Não podemos esquecer da imigração espontânea de indivíduos ou famílias, que tinham como destino as diferentes cidades e que ocorreram durante toda a história brasileira (ANJOS, 1995; CONSTANTINO, 2000).

As dimensões continentais do território brasileiro fizeram com que fossem adotados diferentes modelos de introdução de imigrantes. Enquanto na região sudeste do país predominaria o estímulo da vinda de imigrantes para que estes atuassem nos grandes empreendimentos cafeicultores (BERTONHA, 2004), na região sul do país foi estimulada a vinda de imigrantes para a formação de colônias agrícolas (LANDO e BARROS, 1981, p. 37).

O Rio Grande do Sul, devido à grande quantidade de terras, foi um dos estados que mais recebeu imigrantes ao longo de sua história. Esta transposição de pessoas modificou profundamente a sociedade gaúcha, e seus reflexos podem ser sentidos até os dias de hoje em diferentes setores.

Jean Roche (1969, p. 112) aponta que além de preencher os vazios demográficos e econômicos, as colônias tinham uma função exemplar, elas

eram fundadas para balizar e preparar a abertura das estradas que subiriam o escarpamento da serra. Invadiam a frente florestal além da zona de povoamento luso-brasileira e formavam grande número de núcleos agrícolas cujos intervalos seriam ocupados, pouco a pouco, pela população de origem nacional, que a prosperidade exemplar das colônias oficiais atrairia.

A imigração dirigida no estado gaúcho teve início oficial no ano de 1824, com a fundação da colônia de São Leopoldo, colonizada por imigrantes de origem alemã. Estes colonos receberam uma série de incentivos, tais como o pagamento da passagem, a doação do lote composto por aproximadamente 70 hectares, bem como receberam de forma totalmente gratuita ferramentas, sementes, além de um subsídio diário para cada membro da família (MAESTRI, 2000, p.16).

A criação desta colônia é tida como marco inicial do processo imigratório no Brasil. A escolha desta se deve ao sucesso da iniciativa e à utilização de seu modelo para os empreendimentos posteriores (ROCHE, 1969, p. 94-95).

Num primeiro momento, conforme apontado anteriormente, os imigrantes, além de receberem de forma totalmente gratuita a propriedade, recebiam também

alguns subsídios; porém, com o aumento dos gastos na manutenção destes empreendimentos, a legislação que vigorava no período inicial foi revista e a terra passou a ser considerada uma mercadoria, logo, passou a ser vendida aos colonos (MANFROI, 2001; IOTTI, 2010).

Luiza Iotti aponta que o “término da distribuição gratuita da terra e sua transformação em mercadoria despertaram o interesse da iniciativa privada” e que, “diante de um empreendimento potencialmente lucrativo, passou a concorrer com o Estado na implantação de núcleos coloniais”. A mesma autora aponta que basicamente devido à falta de recursos próprios, tanto o governo Imperial, quanto os governos provinciais, neste caso o gaúcho, se consorciaram com a iniciativa privada, no sentido de estimular a criação e a atuação das chamadas Companhias de Colonização, que passaram então a gerir este processo (IOTTI, 2010, p. 07).

Iniciada em 1824, a imigração no estado terá um certo desestímulo durante a Revolução Farroupilha, retomando, com total vigor após o término do conflito (MAESTRI, 2000, p. 18). Em 1857 foi criada a colônia São Feliciano, que mais tarde seria povoada por colonos de origem francesa (GRANDO, 1990, p. 22). Em 1858 foi criada a colônia São Lourenço, no então território do município de Pelotas, povoada por colonos de origem alemã (ROCHE, 1969, p.113). Já a imigração italiana na província começou oficialmente a partir do ano de 1875, com a fundação, pelo governo Imperial, das colônias na região serrana no nordeste do Rio Grande do Sul: Conde d’Eu, Dona Isabel e Caxias (MANFROI, 2001, p. 61).

Feitas estas considerações iniciais, far-se-á, em seguida, uma exposição sobre o processo de ocupação da região conhecida como Serra dos Tapes e, em seguida, uma análise da formação de cada uma das três colônias, nas quais estão atualmente localizadas as instituições que servem de palco para o presente estudo.

1.1 IMIGRAÇÃO NA SERRA DOS TAPES

*Não há questões esgotadas.
O que há são homens esgotados no estudo destas questões.
Iván Izquierdo*

A imigração na Serra dos Tapes é um tema que foi investigado por uma série de autores, sobretudo nos últimos anos. Se destacam as produções de Marcos Hallal dos Anjos (1995), Leila Fetter (2002), Luciana Peixoto (2002), Cristiano Gehrke (2013), Luísa Maciel (2013) e Marcelo Panis (2010; 2014). Contudo, temos o mesmo entendimento disposto na nota epigráfica de autoria de Iván Izquierdo, que fala sobre o não esgotamento de determinadas questões, mas sim no esgotamento dos homens que fazem o estudo destas questões. Deste modo, propõe-se neste capítulo realizar uma análise do processo de ocupação da região conhecida como Serra dos Tapes, localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul.

A designação “Serra dos Tapes” tem origem no tipo de relevo e nas tribos de índios conhecidos como Tapes, autóctones pertencentes à família linguística Tupi Guarani, que em tempos pretéritos ocuparam a região (MOEHLECKE, 2013, s.p.).

Conforme Fábio Vergara Cerqueira (2011, p. 872) “na geografia política atual, a zona colonial situada sobre a Serra dos Tapes distribui-se entre os municípios de São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão e Morro Redondo”.

Para Giancarla Salamoni (2013, p.74-76) a Serra do Tapes está inserida no Planalto Uruguaio Sul-rio-grandense ou Escudo Cristalino Sul-rio-grandense, compreendendo o compartimento de relevo ao sul do rio Camaquã, tendo parte de seus territórios sobre Planícies ou Terras Baixas Costeiras, correspondendo à parte superior da Bacia Sedimentar de Pelotas, próxima ao sistema lagunar dos Patos.

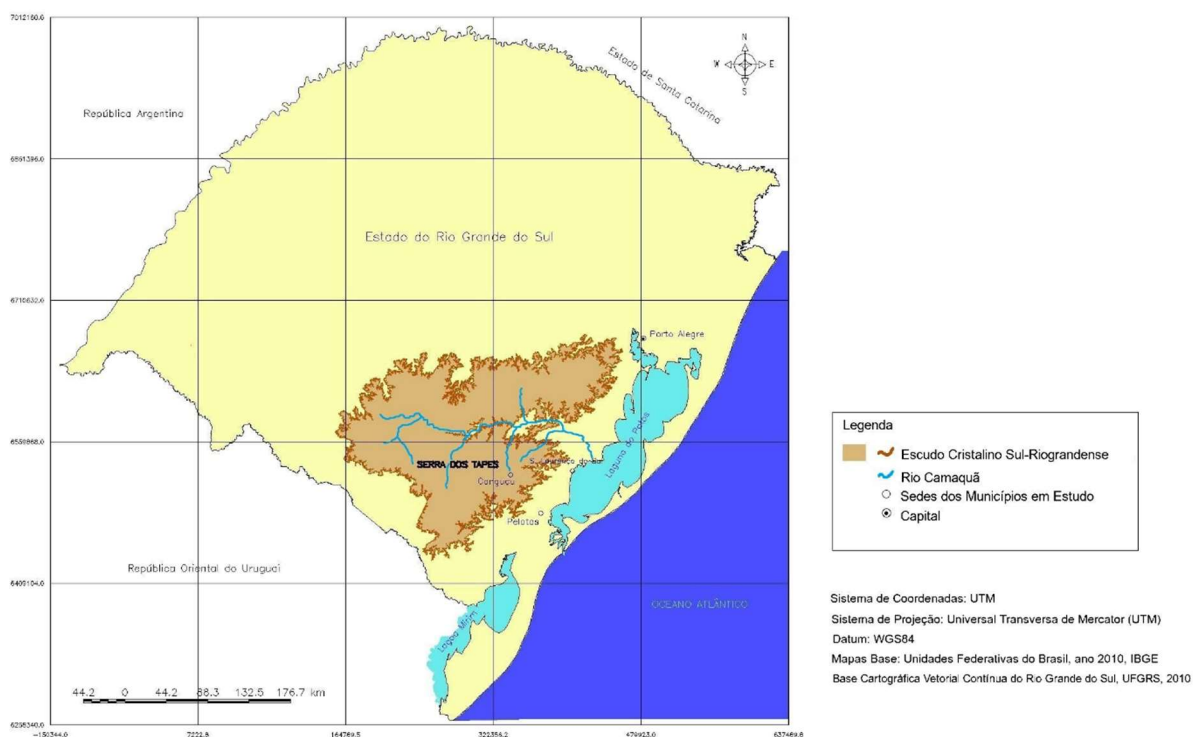


Figura 01: Mapa de localização da região denominada Serra dos Tapes. Fonte: SALAMONI, 2002, p. 75.

A faixa litorânea junto à Laguna dos Patos, composta por um relevo plano no qual a vegetação se caracteriza pela presença abundante de gramíneas além de algumas regiões com terrenos alagadiços, foi ocupada, ainda no século XVIII, por estancieiros e latifundiários luso-brasileiros que faziam uso exclusivo da mão-de-obra escrava e atuavam, basicamente, na criação de gado e na produção saladeiril (GUTIERREZ, 2004, p. 131), principal motor da economia da região até finais do século XIX (MAGALHÃES, 1993, p.68)¹³

A medida que avançamos para o norte e oeste, o terreno torna-se ondulado, elevando-se, sendo que a altitude máxima não ultrapassa os 400 metros (GRANDO, 1990, p.17). Esta região comumente descrita como possuindo “relevo escarpado e ainda pouco desbravada, que servia de esconderijo para escravos fugidios” (CERQUEIRA, 2011, p. 872) no século XIX, é a que hoje conhecemos como Serra dos Tapes.

¹³ Alguns estudos apontam que antes mesmo do gado e do charque, os primeiros colonizadores teriam-se dedicado ao cultivo do trigo no arraial existente no atual bairro Laranjal. Paralelamente, houve a exploração do linho cânhamo na região conhecida como Feitoria, antes de esta ser transferida para São Lourenço (JAECKEL, 2009).

Com claros sinais de enfraquecimento da indústria saladeiril e a promulgação de uma série de leis que limitavam a exploração do trabalho de escravos¹⁴, alguns charqueadores começaram a se interessar pela formação de empreendimentos cujo objetivo era a introdução de colonos imigrantes europeus não-portugueses, para a exploração agrícola em pequenas propriedades, o que era uma esperança de renovação econômica para o sul do estado, que já começava a sentir alguns reflexos do recuo da economia (FETTER, 2002, p.35). Ou seja, mesmo antes do final do ciclo escravagista no Brasil e o final do ciclo áureo da economia local, que ocorre principalmente entre 1860 e 1890, assistimos a uma tentativa de buscar uma nova forma de exploração econômica e assim tornar lucrativas as terras que até então não o eram.

Neste sentido, Marinês Grando (1990, p.18) coloca que da classe de estancieiros e charqueadores, saíram elementos que, “vendo nesse processo de colonização uma nova fonte de enriquecimento, sustentaram um movimento de especulação fundiária”, apossando-se “das terras de mato contíguas as suas propriedades, transformando-as em colônias a serem vendidas aos imigrantes, retendo para si, todavia, as terras planas”.

Ester Gutierrez (2001, p. 102) afirma que no ano de 1800 o então governador da província, Sebastião da Silva Xavier, procedeu à distribuição de “matos através da abertura de uma íngreme picada na região do Capão do Leão, da Coxilha do Santo Amor e do Passo do Valdez até a capela Nossa Senhora da Conceição”.

A mesma autora aponta que, no período compreendido entre os anos de 1799 e 1824, 60 donatários dividiram entre si 460.116.437m² de terras na Serra dos Tapes. Estes proprietários eram em sua grande maioria charqueadores, e, na análise dos processos de inventário destes, a autora constatou que cada charqueador possuía ao menos “uma data de matos na Serra dos Tapes, onde os escravos trabalhavam nas roças nos períodos de entressafra” e de onde “extraía-se todo o tipo de madeira, que ia para as fábricas, para alimentar as caldeiras e fornalhas a vapor ou para ser utilizada na fabricação de graxa e sebo”. Parte da madeira era, ainda, utilizada na construção civil na cidade (GUTIERREZ, 2001, p. 208).

¹⁴Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei do Sexagenário (1885), e por fim, a Lei Áurea (1888).

O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1820, p. 114), quando de sua viagem pela província do Rio Grande do Sul em 1820, descreve que “os víveres consumidos na região [de Pelotas] vêm, em grande parte da Serra dos Tapes, localizada a quatro léguas¹⁵ de São Francisco de Paula¹⁶, onde o solo é fértil, cultivando-se com vantagem milho, feijão e sobretudo trigo”.

Mesmo que a colonização com imigrantes europeus não-portugueses somente tenha iniciado cerca de duas décadas após a passagem de Saint-Hilaire, sua afirmação evidencia que a região da Serra dos Tapes não estava totalmente desabitada, uma vez que esta já era responsável por parte do abastecimento do então próspero povoado de São Francisco de Paula¹⁷.

Desta maneira, pode-se entender que a introdução de colonos imigrantes na Serra dos Tapes não foi somente “um desejo de investimento imobiliário” dos grandes proprietários de terras ou uma necessidade de investimentos em “elementos que viessem a substituir a mão-de-obra escrava” ou ainda “compensar a baixa densidade populacional e diminuir as vastas áreas devolutas” (ANJOS, 2000, p. 78). Podemos afirmar ainda que esta ocorreu também no sentido de aumentar a produção de alimentos que abasteciam o centro urbano do município.

Estas motivações ficam claras em um “Additamento” feito ao relatório apresentado pelo senhor Francisco José de Souza Soares de Andréa para a Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul em 04 de março de 1848. Neste documento, são relacionados os principais motivos para o estabelecimento de colônias de imigração no Rio Grande do Sul.

Dentre as motivações, o autor aponta a necessidade de se ocuparem “as terras incultas para levar a população a todos os logares da Província”, tais como “nos logares que a agricultura esteja abandonada e faltam exemplos ou estímulos, como está o Rio Grande e Pelotas, ahonde se desconhece o que é plantação” e aconselha, que “para estes logares, convém até comprar terrenos

¹⁵ Uma légua terrestre equivale a 6 km, seriam portanto, algo como em torno de 24 km.

¹⁶ Até o ano de 1835, a então povoação era conhecida como São Francisco de Paula. Foi elevada à condição de cidade de Pelotas por meio da Lei Provincial nº 5 em 27/06/1835.

¹⁷ O Distrito de São Francisco de Paula foi criado pela Resolução Régia de 31/01/1812; desmembrado do município de Rio Grande e elevado à categoria de Vila por decreto em 07/12/1830; e de Povoado em 07/04/1832.

para os dar a colonos estrangeiros, que levem ali o desenvolvimento, a variedade de alimentos e a fartura que falta”.

Francisco José de Souza Soares de Andréa (1848, p. 19) informa ainda que devem ser disseminados colonos ao longo de estradas, “aonde o perigo da invasão de indígenas não se der”. Deveriam ser ocupados ainda “os lugares expostos às incursões dos indígenas não civilizados e assentar bem no centro de mattas, que só eles e os tigres habitam, para extinguir os segundos, e obrigar os primeiros a procurar os povoados” e, por fim, destaca ser necessário ocupar “os lugares desertos da Fronteira”.

Percebemos que tal fala foi feita em um momento em que a Lei das Terras¹⁸, que seria promulgada somente em 1850, ainda não havia sido implantada, e que, portanto, ainda era permitido fazer a doação de terras aos colonos estrangeiros. Notemos, também, que não havia preocupação alguma em evitar colonizar regiões ocupadas por silvícolas, pelo contrário, pretendia-se que estes fossem expulsos do território, para que pudessem ser instalados os colonos europeus recém chegados ao território brasileiro.

Conforme salientou Fernando Henrique Cardoso (1977, p. 194), com a introdução de colonos imigrantes "pretendia-se inaugurar um novo padrão de produção e novas formas de propriedade com novos tipos de relações de produção". É neste contexto que surgem as iniciativas oficiais de colonização da Serra dos Tapes, tanto por parte do governo Imperial, Provincial e Municipal, quanto de iniciativas de cunho particular, o que contribuiu para o “parcelamento da terra, gerando uma desconcentração fundiária, e uma diversificação produtiva e, não menos importante, a formação da diversidade étnico-cultural na região” (SALAMONI, 2013, p.79), resultando, conforme aponta Fábio Vergara Cerqueira (2011, p. 874) em um “mosaico étnico”.

Contudo, antes do processo de ocupação territorial da área colonial de Pelotas, já residiam na região urbana um grande número de imigrantes de diferentes nacionalidades. Armindo Beux (1976, p. 145-152) apresenta informações sobre o número de estrangeiros que teriam chegado à região de

¹⁸Lei nº 601 de 18 de agosto de 1850 pode ser considerada a primeira iniciativa no sentido de regulamentar a posse de terras. A lei, entre outros pontos, estabelecia de que a partir desta data a aquisição da terra somente poderia ocorrer mediante transações financeiras, ou seja, mediante a compra. Foi o momento em que deixaram de ser doados lotes aos imigrantes e a terra se tornou uma mercadoria.

Pelotas entre o período de 1844 e 1852¹⁹. Nesta relação, o autor relaciona 18 etnias diferentes, totalizando 1.355 indivíduos, dos quais 262 eram franceses, 105 italianos e 44 alemães, muitos deles chegados através do porto de Rio Grande outros dos portos de Montevideo e Buenos Aires.

Estes dados indicam que a região de Pelotas era um centro de atração de imigrantes das mais diversas nacionalidades, antes mesmo de iniciarem os projetos para a criação das primeiras colônias de imigração na Serra dos Tapes.

Marcos Hallal dos Anjos (2000, p. 66) constatou que a primeira colônia agrícola da Serra dos Tapes teria surgido por volta do ano de 1780, no local denominado Serra dos Quevedos, hoje município de São Lourenço do Sul. A região teria sido colonizada por agricultores açorianos. O empreendimento não teria tido sucesso imediato, tendo prosperado apenas a partir de 1830.

Sobre este mesmo núcleo de colonos açorianos na Serra dos Quevedos, Henrique de Moraes²⁰, citado por Leila Fetter (2002, p. 226), aponta que “em 1834 os colonos ilheos ahi prosperaram” e aponta como aspectos positivos “os seus costumes laboriosos, a variação de seu artesanato, a cultura do trigo, da vinha, das leguminosas, pequena indústria, ferraria, cordoaria, tecelagem e criação animais domésticos”.

Ainda sobre aquela colônia, temos um abaixo-assinado, preservado na Bibliotheca Pública Pelotense, datado de 14 de novembro de 1856, no qual os colonos radicados naquela comunidade teriam encaminhado uma solicitação para a sua separação do distrito do Boqueirão, solicitação esta não atendida.

Existem ainda referências no relatório da presidência da Província do ano de 1858, produzido por Angelo Moniz da Silva Ferraz. Conforme o relatório, a população desta colônia giraria em torno de “mil e tantas almas, 96 fogos²¹, espalhados em uma superfície de 3 legoas de comprimento e cerca de uma de

¹⁹ Estas informações teriam sido extraídas dos livros de registro de estrangeiros em Pelotas, que fazem parte do acervo do Museu Júlio de Castilhos de Porto Alegre/RS. Não foi possível encontrar informações mais exatas, uma vez que o referido Museu está clausurado, portanto impossibilitando a realização de novas pesquisas e consultas ao seu acervo.

²⁰ Maiquel Gonçalves de Rezende produziu uma espécie de estudo biográfico sobre Henrique Carlos de Moraes em dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. O trabalho defendido em 2010 teve como título: Silêncio e esquecimento: Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933 – 1986).

²¹ Conforme Antonio de Moraes Silva em seu *Diccionario da lingua portuguesa*, fogo é o equivalente à casa ou família (1789, vol. II, p. 42).

largura e fica entre o Arroio Grande que separa o districto de Cangussu e o de Evaristo”²². Consta ainda que a população seria quase toda livre e inteiramente agrícola. E, por fim, há menção a esta iniciativa no relatório de Karl von Koseritz de 1867²³.

Antes mesmo de serem concretizadas as primeiras iniciativas colonizadoras na região através da criação de colônias de imigrantes não-portugueses, já começavam a aparecer os primeiros litígios pela posse de terras. Tal fato decorria basicamente do vislumbre de altos índices de lucratividade que a comercialização de lotes traria aos seus proprietários.

Em um relatório datado de 1847, o presidente da província, Manuel Antonio Galvão, aponta que a Câmara de Pelotas havia informado que na Serra dos Tapes não existiriam terras devolutas para o estabelecimento de colônias. Tal postura teria sido bastante criticada pelo então presidente da Câmara. De acordo com o relatório, “de todos os expedientes, de que se podem lançar mão, nem um está tanto em oposição com as ideias dos círculos mais notáveis do Império, do que este”.

Para Manuel Antonio Galvão (1847, p. 13), “ninguém tem o direito de chamar-se o que não lhe foi dado por título legítimo, ou não ocupa com o título tolerado de posse” que seria o caso de “muitas terras na citada Serra dos Tapes”.

Conforme a lei provincial nº143 de 02 de julho de 1848, a primeira iniciativa de colonização da Serra dos Tapes, com colonos não-portugueses, teria sido o estabelecimento de uma colônia agrícola, junto à Serra dos Tapes, no município de Pelotas, com a denominação de Colônia São Francisco de Paula.

Para tanto, nos informa o relatório do senhor José Antonio Pimenta Bueno, de 1850, que teriam sido medidas e demarcadas as terras devolutas e autorizada a compra, por até 20 contos de réis, caso se fizesse necessário (valor este que foi elevado pela lei nº162, do mesmo ano, para 32 contos de reis). Consta no referido relatório que, pelo fato de não terem sido localizadas terras devolutas, teriam sido dados os primeiros passos para obtê-las por meio de compra.

²² Atualmente corresponderia ao município de Turucu.

²³ Relatório da administração central das colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Apresentado a Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, digníssimo presidente da mesma província, pelo agente intérprete da colonização Carlos von Koseritz. Porto Alegre, 1867, p. 5.

Contudo, o relatório alerta que antes que fossem efetivadas as referidas compras, foi observada a criação de uma Empresa de Colonização a cargo e expensas de Thomaz José de Campos, que se organizava para estabelecer a Colônia Pedro II. Desta forma, o presidente entendeu que deveria, pelo menos naquele momento, investir tal quantia em tais empresas que já estavam bastante organizadas. Assim, a Colônia São Francisco de Paula não se efetivou.

No mesmo relatório, há referências à Colônia Monte Bonito. Colônia que teria sido também uma iniciativa de Thomaz de Campos, em terras de sua propriedade na Serra dos Tapes (BUENO, 1850, p. 32).

Para dar mais impulso ao seu empreendimento, a Colônia Monte Bonito, Thomaz de Campos teria solicitado ao governo provincial adiantamentos de 6 em 6 meses, no espaço de dois anos, para auxiliar os colonos. No primeiro ano seria dado um auxílio de 160 reis diários para cada indivíduo; no segundo, metade de tais suprimentos. Tais investimentos seriam pagos pelo empresário ao longo de 5 anos. Teriam sido deslocados para o local 21 colonos, conforme portaria de 03 de março de 1850.

Em relatório apresentado ao senhor José Antonio Pimenta Bueno, Conselheiro Imperial, pelo senhor Francisco José Souza Soares Andréa, em 1850, é narrado que em visita recente à cidade do Rio Grande, Francisco J.S. Soares Andréa teria verificado a chegada àquele município uma remessa de colonos. Porém, mediante pedidos de Thomaz José de Campos, estabelecido em Pelotas, e que teria terras à margem do rio de mesmo nome, este teria solicitado licença para contratar algumas destas famílias, as quais desejava estabelecer em parte de suas terras, o que teria sido autorizado “e em poucos dias, vi eu os colonos cuidando já das suas casas, e recebendo valiosa proteção do proprietário”.

No mesmo relatório está disposta a informação de que o senhor Thomaz José de Campos teria solicitado ao governo um auxílio, com o objetivo de lhe adiantarem subsídios do primeiro e segundo anos. O autor destaca ainda que na cidade de Pelotas existiria uma sociedade destinada a promover a colonização, mas, conforme o mesmo, “receio que o interesse de vender aos colonos, por alto preço, terras próprias para o fim, onde falta de água e lenha, venha a destruir, em lugar de animar o espírito da colonização” (BUENO, 1850, p.14-15) e encerra dizendo que a “Serra dos Tapes, e as imediações do Passo do Acampamento,

tem muito boas terras, e conviria compral-as, à preferência, aonde a usura se não manifestasse”.

Nos são fornecidas ainda algumas informações sobre a Colônia Monte Bonito no relatório apresentado pelo senhor Patrício Correa da Camara, vice-presidente da Província, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 02 de outubro de 1851. Esta colônia, conforme o documento, teria sido fundada em 1850 pelo coronel Thomaz José de Campos em terras de sua propriedade, com o auxílio do Governo da Província. Estaria composta, naquela data, por 40 indivíduos empregados na produção de trigo, batata, centeio, tabaco e algodão. Além de fabricarem muito boa manteiga e trabalharem em um curtume estabelecido no local.

O relatório presta a informação sobre a ótima localização do empreendimento e destaca que o mesmo poderia prosperar, caso a sua população fosse aumentada. O vice-presidente até teria oferecido um subsídio para a auxiliar a vinda de 12 famílias de imigrantes irlandeses (mesmo subsídio oferecido na Colônia Pedro II), porém, não teriam sido encaminhados novos colonos.

No relatório do presidente da província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, do ano de 1853, consta que a Colônia Monte Bonito não teria correspondido aos desejos do cidadão que a teria fundado. O seu insucesso teria ocorrido basicamente pelo fato de a maior parte dos colonos serem “artistas”²⁴ e não lavradores, que foram seduzidos pelo “ganho que offerecem as artes mechanicas, desampararão a colonia, com exceção de três famílias que vivem felizes”. A colônia estaria naquela data (1853) reduzida a um lugar de transição de novos colonos “que alli pousão, em quanto não contrahen relações, e se estabelecem por sua conta com nova indústria” (SINIMBU, 1853, p.25).

Sobre a Colônia Pedro II, o referido relatório presta a informação de que a mesma teria sido iniciativa da Sociedade Auxiliadora de Colonização em Pelotas, presidida por João Rodrigues Ribas, que teria enviado em 30 de novembro de 1849 os estatutos e o regimento interno da Associação ao presidente da província.

²⁴ Vale destacar aqui, o que seriam estes imigrantes chamados de “artistas”. Acreditamos que eram técnicos em artes e ofícios, ou seja, trabalhadores empregados em indústrias.

Teriam sido adquiridos um terreno, por meio de compra, com 3.045 braças de frente junto a estrada que vai até o município do Capão do Leão com extenso fundo que chegaria até o Arroio São Tomé, terreno este que teria sido dividido em datas. Teria ainda sido solicitada a vinda de colonos ingleses, sendo que já estavam no território, na data de redação do documento mais de 50 colonos.

Em outro relatório, apresentado pelo senhor Patrício Correa da Camara, vice-presidente da Província, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 02 de outubro de 1851, há uma referência à Colônia Pedro II. Sobre a mesma, o relatório aponta que, fundada nas vizinhanças de Pelotas, sob os auspícios de uma associação particular, estaria composta por 49 irlandeses e que “promete maior desenvolvimento em razão do gênio laborioso de seus habitantes, do esforço das associações e da proteção da Assembléa Provincial” (CAMARA, 1851, p. 10).

Ainda sobre a Colônia Pedro II, temos uma nova referência no relatório escrito pelo vice-presidente da Província, o senhor Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, em 1852. De acordo com o mesmo, a Associação Auxiliadora da Colonização da cidade de Pelotas teria autorizado o vice-cônsul Brasileiro em Liverpool a contratar uma série de famílias irlandesas para a referida Colônia.

Porém, o mesmo teria contratado um número maior de famílias e as remetido antes que a Associação esperava. Desta forma, a mesma teria ficado “embaraçada” não só para o pagamento das passagens, como para o próprio estabelecimento dos colonos, e mesmo tendo sido efetuado um empréstimo de 6 contos de réis pelos cofres provinciais para o pagamento das passagens, a Associação teve que aplicar o referido dinheiro no estabelecimento dos colonos, e teria deixado, desta forma, de efetuar o pagamento das passagens, o que, na visão do vice-presidente, poderia prejudicar e muito a continuação do projeto de colonização em toda a província. Assim, o mesmo solicitou que fosse feita uma maior fiscalização para que erros como estes não voltassem a acontecer.

No mesmo relatório, consta que a Colônia Pedro II estaria sendo atendida por um pároco, sendo povoada por 43 famílias irlandesas, 274 indivíduos, os quais atuariam na produção de fumo, algodão, trigo e outros cereais, além de produzirem “excelente manteiga”.

O vice-presidente elogia a atuação da Associação, mas salienta que se a Assembleia não dispensar de alguns socorros, a mesma ficará “estacionária”.

Este dinheiro seria empregado no pagamento das passagens, na compra de gado, na compra de mercadorias e na fundação de uma capela.

Interessante notar ainda que o autor faz referência a uma outra colônia particular na Serra dos Tapes, “fundada a pouco por famílias inglesas, pelos negociantes estrangeiros James e Carthers” mas que o mesmo não teria mais informações sobre esta. Nas fontes consultadas, não foram encontradas outras referências a este empreendimento.

No relatório do presidente da província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu do ano de 1853, o autor coloca que a Colônia Pedro II foi uma empresa mal concebida, por este motivo “malograda”. Teria sido fundada a duas léguas²⁵ de Pelotas, separada somente por uma planície de fácil transporte, o que permitia que não lhe faltasse mercado, nem vias de comunicação. O que faltaria seria a terra de qualidade. Conforme o relatório, a Colônia teria sido percorrida de um lado a outro e não teria sido vista outra plantação a não ser alguns miseráveis pés de couve, devido à esterilidade do solo. A Associação estaria endividada, assim como os colonos estariam na miséria.

No relatório de 1854 (p.30), redigido por João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, o mesmo coloca que “ensaios de colonização tais como Pedro II e Monte Bonito, forão mal sucedidas” e que por este motivo “já não merecem ser mencionadas”.

Já no documento do ano seguinte (1855), em que João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu entrega a presidência da Província, o mesmo faz mais uma referência às colônias de Pelotas, onde é destacado que para a Colônia Pedro II, teriam sido dispendidos 14 contos de reis por parte da província e que este dinheiro teria sido totalmente perdido, uma vez que o terreno seria de péssima qualidade. Naquela data, os colonos viveriam de diversos trabalhos fora da colônia e seriam raros os que nela ainda habitavam. O mesmo teria acontecido com a Colônia Monte Bonito, que teria recebido, dos cofres provinciais, 4 contos de reis. O autor destaca que a colonização não pode avançar por questões tais como a fertilidade das terras e a falta de estradas que ligassem os pontos.

²⁵ Cerca de 12km.

Em 1858, conforme relatório de Angelo Moniz da Silva Ferraz, a população da Colônia Pedro II estava reduzida a 27 famílias, pouco mais de 130 indivíduos. Estes poucos indivíduos, que permaneceram morando naquela colônia, dedicar-se-iam à produção de manteiga em grande escala, bem como ao cultivo de batata, aveia, centeio, trigo e fumo, que teria boa qualidade.

No relatório de Karl von Koseritz (1867) temos a última referência às duas colônias sobre as quais falamos anteriormente. Segundo ele, as terras seriam excelentes, as condições vantajosas, mas os colonos “não prestavam”. O empresário responsável pela sua criação teria tido um prejuízo bastante grande e os colonos desaparecido, chegando o autor à conclusão de que os irlandeses não se “mostrarão próprios para a colonização”, ou seja, nesta fala há claros indícios de que ele estava a defender a imigração germânica.

Ainda no relatório de Angelo Moniz da Silva Ferraz (1858), citado anteriormente, está a informação da autorização para fundação de uma colônia na Serra dos Tapes, em 19 de novembro de 1857, para a qual teria sido nomeada uma comissão composta pelos nomes de João Jacintho de Mendonça, Joaquim José Affonso Alves, José Ignácio da Cunha, que seriam os responsáveis por dar opiniões e fazer estudos sobre quais os terrenos seriam os mais adequados para o empreendimento.

Em 14 de abril de 1858 teria sido proposto pelo senhor Manuel Pedro de Toledo a venda de três datas de terras virgens, de sua propriedade, abundante de florestas e águas, apropriado para qualquer cultura. Nesta propriedade existiriam dois galpões cobertos de telhas um deles com 100 palmos de comprimento e outro de 50 de comprimento e 20 de largura. Mais uma vez, não foram encontradas referências a tal empreendimento nas outras fontes consultadas.

A próxima colônia criada na região, foi a de São Lourenço, sobre a qual nos dedicaremos com mais atenção no seguimento deste estudo.

Quando analisamos o processo de ocupação da região conhecida como Serra dos Tapes, percebemos que foram poucas as iniciativas oficiais. Conforme Marcos Hallal dos Anjos (2000, p. 67), das 61 colônias, fundadas até o ano de

1900, apenas quatro seriam oficiais, as demais seriam todas iniciativas particulares²⁶.

Leila Fetter (2002, p. 40) vai mais além. A autora coloca que a Colônia de São Lourenço teria servido como polo irradiador e inspirador para mais de uma centena de iniciativas. A mesma, em seu estudo, conclui que foram criadas cerca de 120 colônias entre o período de 1850 e 1900, sendo, destas, 3 criadas pelo governo imperial, 1 pela governo municipal e as demais todas particulares.

Independente de qual seja o número correto de colônias criadas, o que é possível afirmar é o grande interesse na criação de colônias particulares e poucas e pontuais iniciativas de caráter público. Isto se justifica basicamente pelo fato de que a criação de colônias era um negócio bastante lucrativo e sua criação ocorria basicamente por interesses pecuniários de seus idealizadores. Além da comercialização dos lotes, o empreendedor recebia uma quantia do Governo Imperial ou Provincial por cada imigrante introduzido. Como perceberemos no caso de Jacob Rheingantz na Colônia São Lourenço, o mesmo lucrava ainda com a comercialização de produtos, atuando como comerciante e fornecedor para os colonos.

No seu estudo, Leila Fetter (2002, p. 166) afirma que, das colônias particulares, 16 teriam sido criadas por iniciativa de imigrantes alemães e 2 de imigrantes franceses. Além destas, 22 núcleos teriam como responsáveis pessoas vinculadas à indústria do charque e outras 20 teriam sido implantados por proprietários rurais.

Vale destacar que os lotes não se encontravam totalmente isolados e estavam a relativa proximidade do centro mercantil, que eram as cidades de Pelotas, Canguçu e Rio Grande na época. As distâncias não eram superiores a 80km, o que de certa forma funcionava como um estímulo para a formação destes núcleos.

Para termos uma ideia do crescimento da região neste período, entre 1850 e 1900 Pelotas passou de uma população de 12.893 para 43.091 pessoas. No ano de 1900, Leila Fetter (2002, p. 280) aponta que estimativas dariam conta

²⁶ Vale destacar que quando se refere à colônias Oficiais, está se referindo àquelas criadas e mantidas pelo governo, já as particulares não eram clandestinas, uma vez que necessitavam de uma autorização oficial da Assembleia da Província.

de que haveria, somente na área de rural de Pelotas, cerca 7.500 alemães, 1.700 italianos e 1.000 franceses, entre outras etnias.

Posto isto, é pertinente identificarmos quais as motivações pela predileção por escolher imigrantes de origem germânica para colonizarem a região.

Observando as informações trazidas anteriormente, em que apontamos alguns dados estatísticos sobre a entrada de imigrantes na Serra dos Tapes, quanto ao século XIX foi possível percebermos uma predominância de alemães entre estes imigrantes direcionados à colonização. Tal predomínio pode ser facilmente explicado quando analisamos um relatório datado de 1866, no qual o senhor Francisco Xavier da Cunha faz algumas considerações sobre cada grupo étnico que poderia ser utilizado nos empreendimentos colonizadores da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Em um apanhado geral das considerações feitas por este autor, carregado de ufanismos para com determinado grupo étnico e preconceitos para com outros, identifica-se um discurso enaltecendo os fatos que determinaram a preferência pela escolha de uns em detrimento de outros.

Conforme o autor, “de todos os países da Europa é a Alemanha que manifesta mais acurada e firme tendência para a emigração. Ao inverso dos altivos insulares, seus descendentes, que evitam mesclar-se com povos da raça latina, os alemães são cosmopolitas” (1866, p. 11). Ele destaca ainda que os alemães seriam dotados de laboriosa e infatigável perseverança e seriam disputados por todos os países que empreenderam campanhas colonizadoras.

Os vínculos da família, de parentesco, das relações, os seus exemplos de prosperidade fariam deles os agentes de colonização mais “eficazes do que todas as promessas, artigos de jornal, histórias douradas que eram frequentemente contadas na Europa”. Conforme o referido documento os alemães estariam se deslocando para outros países tanto por uma “inclinação natural, como pelas condições peculiares do seu país”. Eles teriam ainda um desprendimento pela terra natal, uma vez que para eles a pátria significava antes a família do que o solo onde eles nasceram.

Tidos como pessoas de comportamento calmo, obedientes, submissos, pacientes, sofredores, perseverantes e quase que dotados de uma “vocaçã migratória”. Foram chamados pelo autor como sendo um povo eminentemente ilustrado, tendo uma aptidão nata para serem colonos, sendo pacíficos e

laboriosos. “Decepções não os abatem, raros são os casos em que a sua energia não tenha triunfado. A colonização alemã prospera em todos os países” (1866, p.13).

Quanto às demais nacionalidades, o autor é bastante sucinto. Enquanto que para os alemães foram utilizadas mais de 6 páginas, para os franceses foi utilizada uma página, enquanto que italianos, irlandeses e portugueses tiveram uma página compartilhada.

Os franceses são descritos como sendo símbolos de inteligência. Porém, a migração de pessoas de origem francófona seria muito pequena. O autor destaca o grande apreço brasileiro pela França, que “prestaria effectivamente eminentes serviços no que concerne a cultura do espírito” além de destacar os “intensos e monumentarios trabalhos literários e conhecimentos humanos que são o manancial perenne e inexaurível onde vamos todos beber as luzes, que a civilização reclama para o progresso das sociedades modernas”.

O francês é caracterizado como tendo um caráter familiar e afável, sendo bem-aceito, o que faria com que fossem bem-vindos e estimados, porém, teriam pouca aptidão agrícola.

Quanto aos italianos, o autor destaca que somente um “débil contingente” desta nacionalidade teria migrado, sendo estes majoritariamente comerciantes e industriais. Este “débil contingente” citado pelo autor, pode ser explicado, se atentarmos para a data em que o referido documento foi produzido, ou seja, 1866. A vinda maciça de imigrantes de origem italiana para o Rio Grande do Sul teve início somente cerca de uma década depois.

Outro dado interessante sobre essa predileção pelos imigrantes alemães está presente no relatório de Karl von Koseritz (1867). O mesmo se referindo ao insucesso das colônias Pedro II e Monte Bonito, afirma que as terras onde teriam sido instalados seriam excelentes, as condições vantajosas, mas os colonos não prestariam, por que os irlandeses não se “mostrarão próprios para a colonisação”. Após esta informação, são dados exemplos de casos de sucesso onde teriam sido empregados somente colonos de origem alemã, tal como São Lourenço, Santo Ângelo e São Leopoldo.

Da mesma forma, o Barão von Kalden, em 1881, citando os motivos para o fracasso da Colônia São Feliciano, cita que a “escolha equivocada dos

elementos que povoariam a área, teria sido decisivo no futuro malgrado do empreendimento”.

Feitos estes apontamentos sobre aspectos gerais da colonização empreendida na Serra dos Tapes, serão analisados na sequência o processo de criação das colônias São Lourenço, Maciel e Santo Antônio.

1.1.1 IMIGRAÇÃO ALEMÃ/POMERANA EM SÃO LOURENÇO

Heimatlos

*Heimatlos sind viele auf der Welt,
heimatlos und einsam wie ich.
Überall verdiene ich mein Geld,
doch es wartet keiner auf mich.*

*Keine Freunde, keine Liebe,
keiner denkt an mich das ganze Jahr.
Keine Freunde, keine Liebe,
wie es früher, früher einmal war.*

*Hoffnungslos ist keiner auf der Welt.
Einmal kommt für jeden die Zeit.
Und ich weiß, ich weiß das Schicksal hält
auch für mich noch einmal bereit:*

*Ein paar Freunde, eine Liebe,
daran denke ich das ganze Jahr.
Ein paar Freunde, eine Liebe,
wie es früher, früher einmal war.*

*Ein paar Freunde, eine Liebe,
ein Zuhause, ein Glück.*

Freddy Quinn

Para a localidade onde hoje está situado o município de São Lourenço do Sul, afluíram no século XIX imigrantes provenientes de regiões dos atuais territórios da Alemanha e Polônia. Conforme apontam dados contidos nas relações de imigrantes levantados por Leila Fetter (2002, p. 166), um número significativo dentre estes seria oriundo de uma região conhecida como Pomerânia.

A Pomerânia ficava nos atuais nordeste da Alemanha e noroeste da Polônia, às margens do Mar Báltico, conforme pode ser verificado no mapa abaixo (Figura 02). Helmar Rölke (1996, p. 09) afirma que o termo Pomerânia teria a sua origem em *Po Morje*, que na língua wende significa “terra perto do mar”.



Figura 02: Mapa de localização da região da Pomerânia, no atual mapa Europeu.
Fonte: A Pátria renascida. Revista Globo Rural. Editora Globo S.A. Edição 268 - Fevereiro/2008.

Vale destacar ainda que estes imigrantes faziam uso de um dialeto próprio, o pomerano, e possuíam referências culturais distintas de imigrantes oriundos de outras regiões do território que atualmente conhecemos como Alemanha.

Além dos imigrantes conhecidos como pomeranos, afluíram para a Colônia São Lourenço, imigrantes de outras regiões conhecidos como renanos, prussianos, westfalianos, entre outros.

Antes de darmos início à dissertativa que terá como objetivo contextualizar a formação da Colônia de São Lourenço, são necessários alguns esclarecimentos.

A partícula “do Sul” foi incluída no nome do município apenas na década de 1940 (conforme decreto Lei nº 720 de 29 de dezembro de 1944), desta forma, quando nos referirmos à antiga colônia, não faremos uso da mesma, que será sim utilizada, quando nos referirmos ao município, que foi emancipado de Pelotas em 1884.

Num primeiro momento, apoiados em decretos e leis publicados no período, abordaremos a questão da definição das fronteiras geográficas e a organização político-administrativa do município.

Em se tratando do atual território de São Lourenço do Sul, o mesmo vai ser desmembrado do município de Pelotas no dia 22 de novembro de 1861 pela Lei nº 470, que transfere a sede da freguesia do Boqueirão para o porto de São Lourenço. Versando sobre o mesmo tema, temos a Lei nº 909, 20 de abril de 1874. No ano de 1876, mais precisamente no dia 29 de abril, a Lei nº 1.031 restaurou a freguesia do Boqueirão, elevando a povoação de São Lourenço à categoria de freguesia fixando seus limites, revogando, desta forma, a Lei nº 909, de 20 de abril de 1874.

Temos ainda a Lei nº 1.127 de 24 de abril de 1878, que fixa os limites entre as freguesias de Boqueirão e de São Lourenço. Em seguida, a Lei nº 1.449 de 26 de abril de 1884, que vai elevar a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão à categoria de município, tendo esta por limites os da freguesia de São Lourenço. Esta data é considerada atualmente, a data de criação do município de São Lourenço do Sul.

Já no ano de 1888, a Lei nº 1.703 de 13 de dezembro, eleva o povoado de São João da Reserva à categoria de freguesia e divide o município do Boqueirão em três distritos: 1º Boqueirão (sede do município), 2º São Lourenço, 3º São João da Reserva.

A Lei nº 1.831, 28 de junho de 1889, revoga a Lei nº 1.449 (26 de abril de 1884), que elevou a povoação de Nossa Senhora do Boqueirão à categoria de

vila, e elevou a essa categoria, a freguesia de São João da Reserva, conservando o mesmo território que abrangia a agora extinta vila do Boqueirão.

Somente no ano de 1890 a organização política adquiriu as configurações que mantém até os dias atuais. O Ato nº 88, de 15 de fevereiro, transferiu a sede do município de São João da Reserva para São Lourenço, ficando o município constituído das freguesias do Boqueirão, São João da Reserva e São Lourenço.

O decreto nº 7.199, de 31 de março de 1938, elevou a vila de São Lourenço à categoria de cidade. E por fim, o decreto Lei nº 720, de 29 de dezembro de 1944, definiu o nome de São Lourenço do Sul para o então município de São Lourenço.

Esta sucessão de leis e decretos, em um primeiro momento parece um pouco confusa, mas se analisarmos melhor as suas resoluções, bem como o período em que foram adotadas, vamos perceber a sua relação direta com a vinda de um grande contingente de imigrantes europeus à região.

A sua apresentação se faz necessária para que possamos entender a forma como se deu a organização político-administrativa do município. Vale destacar que muitos dos decretos e leis que foram citados tiveram a sua redação e aprovação realizados em meio a pressões e protestos por parte da população. População esta que a partir do ano de 1858 teve um vertiginoso crescimento numérico, em função das sucessivas levas de imigrantes, principalmente de origem teuta, que desembarcaram no porto localizado na foz do Arroio São Lourenço²⁷.

Conforme vimos anteriormente, antes da chegada do primeiro grupo de imigrantes de origem alemã, em 1858, existiam duas colônias de imigrantes na região, uma na localidade de Quevedos e outra localidade conhecida como Nossa Senhora do Boqueirão, ambas povoadas por imigrantes de origem açoriana. Para termos uma ideia, na localidade atualmente conhecida como Boqueirão foi construída, em 1807, a primeira capela, sendo esta erguida pelos próprios moradores no centro da região estanceira. Em 1815, a capela já estava maior e recebia o seu primeiro padre (BOSENBECKER, 2011, p. 130).

Mesmo que a primeira iniciativa oficial, a cargo de um empresário alemão e de um estancieiro local, de inserção de um grupo de imigrantes tenha ocorrido

²⁷ Mais informações sobre o número de imigrantes que aportaram em São Lourenço, serão trazidas na sequência.

somente em 1858, sabemos que era relativamente grande o número de indivíduos de diferentes nacionalidades que residiam nesta região²⁸. Patrícia Bosenbecker (2011, p. 36-43) em seu estudo aponta para a presença de imigrantes de origens variadas, atuando basicamente em atividades ligadas ao comércio.

Foi possível averiguar, conforme o livro de registros de enterramentos do cemitério público de São Lourenço, no período de 1887 até 1918, a presença de estrangeiros de diferentes nacionalidades no município, entre os quais estão, além da maioria de alemães (31), portugueses (15), italianos (6), uruguaios (6), franceses (2), paraguaios (2), austríacos (2), espanhóis (1) e árabes (1).

Analisando estes números, percebemos que os alemães despontam numericamente, seguidos por portugueses e italianos. Vale destacar que não temos a data de chegada destes imigrantes em território brasileiro e que os dados anteriormente dispostos se referem apenas à zona urbana do município.

Patrícia Bosenbecker (2011, p. 41) coloca que o então vereador de Pelotas, Domingos José de Almeida, teria sido um dos responsáveis por instruir o empresário alemão Jacob Rheingantz sobre terrenos devolutos na Serra dos Tapes e, de acordo com esta autora, ele pode ter sido o responsável pela aproximação e a posterior formação da sociedade entre o estancieiro José Antônio de Oliveira Guimarães e Jacob Rheingantz.

Tal afirmação pode ser referendada através de uma carta localizada na Bibliotheca Pública Pelotense, na qual Domingos José de Almeida aconselha Jacob Rheingantz:

importo Vmçe, por a presente de que na Freguesia do Boqueirão existe um ótimo terreno devoluto com proporções para a acomodação de mais de 500 famílias, que queiram cultivar e enriquecer-se do produto da lavoura e da indústria, que podem desenvolver pela facilidade de transporte na Lagoa dos Patos, que lhe fica próxima, não desista do projeto concebido, contando como deve contar com o franco e leal apoio do Exmo. Sr. Presidente da Provincia e comigo para tudo o mais em que espera ser prestável²⁹.

²⁸ No Mapa Populacional da Vila de São Francisco de Paula, consultado por Eduardo Arriada (1994, p.98) o então 4º distrito, conhecido como Freguesia do Boqueirão, possuía 250 casas e 1.830 habitantes, dos quais 800 eram escravos e 250 libertos.

²⁹ Carta de Domingos José de Almeida a Jacob Rheingantz. 30/10/1855. Acervo Biblioteca Pública Pelotense. Caixa BIC 002.

Temos ainda a notícia datada de 15 de janeiro de 1856, disposta em uma Ata da Sessão da Câmara Municipal de Pelotas, do mesmo dia, na qual o senhor Jacob Rheingantz fez um requerimento à Câmara Municipal de Pelotas, questionando a existência de terras devolutas na Serra dos Tapes. Na mesma Ata é citado ainda que Rheingantz teria feito uma solicitação em 15 de setembro de 1850 ao senhor Domingos José de Almeida, e este, em 15 de abril de 1850, teria mandado verificar a existência de terras devolutas, próprias para a colonização nos Ervais dos Quevedos e nascentes dos Arroios Grande e Evaristo (ATAS, 2014, p. 144).

Uma nova referência a este empreendimento ocorre na Sessão Extraordinária realizada em 10 de julho de 1857, quando, na mesma casa, fez-se a leitura do Ofício da Comissão encarregada da colonização. O Ofício, datado de 20 de maio de 1857, traz as seguintes informações:

(...) A Comissão por Vossas Senhorias encarregada para promover o auxílio pecuniário que pede Jacob Rheingantz para fundar uma colônia agrícola neste município, tendo obtido apenas as assinaturas constantes na relação junta, e promessa de algumas. Em consequência do crítico estado com que lutamos, ou de qualquer outras circunstâncias, suspendeu o grato desempenho de sua missão, desde a partida de Rheingantz para a Corte, na esperança de que conseguirá ele esse auxílio do Governo Imperial, o qual sem dúvida acolherá com paternal solicitude e zelo a enérgica representação desta ilustre Câmara. Se, porém, o contrato acontecer empregará a Comissão os possíveis esforços para superar as dificuldades, a fim de que não deixa de realizar-se esse melhoramento, que Vossas Senhorias com razão consideram de maior transcendências para a propriedade do país (...) (ATAS, 2014, p. 188).

A próxima informação sobre a criação desta colônia ocorre no dia 15 de março de 1857, quando o então Coronel José Antônio Oliveira Guimarães firma com o empresário Jacob Rheingantz um contrato para a criação de uma colônia de povoamento na Serra dos Tapes. Tal contrato continha cinco cláusulas, entre as quais que o objetivo da sociedade estabelecida entre Rheingantz e Guimarães seria o estabelecimento de uma colônia agrícola na Serra dos Tapes, entre os arroios Grande e São Lourenço. Ficaria a cargo de Rheingantz a responsabilidade pelo encaminhamento dos colonos até as propriedades que lhes seriam designadas, bem como lhes fornecer ferramentas e alimentos pelo prazo de seis meses. Já Guimarães ficava responsável pelo preparo de agasalhos, pelo traslado desde o porto de São Lourenço até os respectivos lotes,

além de fornecimento de vacas, cavalos, e aves. O contrato teria validade de cinco anos (RODRIGUES, 1909, p. 165-166).

Através deste, Guimarães e Rheingantz inauguram aquela que seria uma das mais florescentes colônias da região sul do Rio Grande do Sul. Organizada por capital privado, oriundo basicamente de um empréstimo fornecido por parte de José Antônio Guimarães, a colônia deveria, conforme contrato assinado com o Governo Imperial, introduzir, no prazo de 5 anos, cerca de 1.400 imigrantes. Mas esta meta foi cumprida apenas em parte, conforme veremos na sequência, uma vez que foi introduzido um número significativamente inferior.

José Antonio Oliveira Guimarães, além de subdelegado e sócio financiador de Rheingantz, foi um importante personagem local, líder político na região, estancieiro e construtor do povoado do porto de São Lourenço (BONSENBECKER, 2011, p. 142)

Enquanto Guimarães foi o responsável pelo aporte financeiro, Rheingantz seria o responsável pelo agenciamento dos colonos e mais tarde pela administração do empreendimento. Wilhelm Hühn & Cia foi a firma escolhida para agenciar e selecionar imigrantes em território europeu. A primeira leva, composta por 88 pessoas, teria embarcado no porto de Hamburgo em 31 de outubro de 1857, chegando ao seu destino em janeiro de 1858. Conforme Carlos Rheingantz³⁰, os agentes da companhia garantiam “que os imigrantes embarcados e mencionados, conforme atestados apresentados, eram pessoas honradas e que nenhum deles esteve jamais envolvido em questões policiais em sua região de domicílio” (RHEINGANTZ, 1907, p. 24)³¹.

O contrato de colonização estabelecido entre o empresário e os colonos foi reproduzido por Vivaldo Coaracy (1957, p. 54-56). Nele estavam dispostas todas as condições e obrigações que deveriam ser cumpridas, tanto pelo colono, como pelo empresário, incluindo o tamanho do lote (100 braças de frente e 1.000 de fundo³²), o valor e as formas de pagamento (os valores variavam e as condições de pagamento eram as seguintes: durante dois anos não havia a

³⁰ Carlos Rheingantz, filho de Jacob Rheingantz, escreveu e publicou em 1907 um livreto com dados sobre a Colônia São Lourenço.

³¹ “*Wir erklären hierdurch, dass die obengenannten Auswanderer laut beigebrachten Zeugnissen rechtliche Leute sind, und dass keine von der Polizei seines Heimatsortes in Untersuchung gewesen ist*”, conforme tradução nossa.

³² Uma braça equivale a 1,82m, sendo portanto 182m de frente e 1.828m de fundos.

necessidade de efetuar qualquer pagamento; no terceiro ano deveria ser pago 1/5 do valor; no quarto ano 2/5; e no quinto ano o restante da dívida). O contrato estabelecia ainda uma taxa de juros de 6% ao ano sobre o valor da dívida.

Conforme o documento, o colono ficava responsável pela abertura e manutenção da estrada em frente ao seu lote. Este não poderia afastar-se do respectivo lote, nem vender, nem arrendar o mesmo. No referido contrato, ficam claras algumas questões que visivelmente privilegiavam o empresário, tais como as altas taxas de juros e o confisco da propriedade em caso de não efetivação do pagamento da dívida, sem no entanto, ocorrer a devolução da soma já paga pelo colono. Além disso, conforme averiguado por Eduardo Iepsen (2008, p. 111), a demarcação dos lotes era realizada por pessoas próximas a Jacob Rheingantz, em alguns casos, congêneres deste, o que causou uma série de conflitos.

Percebemos ainda que o contrato somente possuía obrigações para os colonos, e nenhuma para o empresário, o que pode ter sido uma das motivações para a deflagração da revolta que ocorreu na região na década de 1860.

Informações sobre a colônia de São Lourenço constam no relatório de Angelo Moniz da Silva Ferraz, datado de 1858, relatando que estaria situada nas abas da Serra dos Tapes, nas margens do arroio São Lourenço, no distrito do Boqueirão. Conforme o documento, o diretor da colônia seria um dos colonos, de nome Guilherme Rheingantz, que viria a ser pai de Jacob Rheingantz. Os prazos³³ coloniais de 100 braças³⁴ seriam vendidos entre 200 e 400\$000 cada. A colônia teria sido fundada em terrenos adquiridos para tal fim, divididos em 73 prazos.

Em 01 de setembro de 1858 a população seria de 105 pessoas, sendo 49 homens e 57 mulheres. Tendo falecido duas pessoas e nascido outras duas, mantendo-se assim, o número de habitantes o mesmo. Destes, todos seriam europeus que teriam vindo no início do ano e apenas um seria nacional.

Logo após a vinda, em 1858, da primeira leva de imigrantes à recém-fundada colônia de São Lourenço, aportaram outras levas, entre as quais predominou o elemento de origem prussiana, conforme fica evidente no estudo empreendido por Leila Fetter (2002, p. 175). Esta autora fez um levantamento

³³ O termo “prazo” se refere neste caso a lote.

³⁴ Cerca de 182m

do número de imigrantes que teria se dirigido para esta colônia, entre os anos de 1850 e 1899, conforme dados preservados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Assim, temos os seguintes números: prussianos 1.435, alemães 182, pomeranos 59, dinamarqueses 04, norte-americanos 2.

Leila Fetter (2002, p. 176) traz outros dados oriundos dos códices preservados no AHRS. No que se refere à religião professada por estes imigrantes, 1.396 seriam protestantes, 189 católicos e de 97 deles não estava especificada a religião. Em relação às profissões, percebemos a preponderância de agricultores/lavradores (1.112) sobre as demais, incluindo carpinteiros/marceneiros (4), comerciantes (4), domésticos (10) e não especificados (52). Sobre estado civil quando da chegada à colônia de São Lourenço, a autora informa os números de imigrantes casados (634), solteiros (515), viúvos (36) e menores (491).

Percebemos um certo equilíbrio entre o número de solteiros e casados, e um pequeno número de viúvos, os quais quase sempre migravam na companhia de um filho, que estaria casado. Constatamos a existência de um grande número de crianças, o que nos indica índices elevados de natalidade, já praticados em território europeu, e que, uma vez em solo brasileiro, se mantiveram.

Analisando estas informações, percebemos ainda que 60% destes imigrantes tinham, na época em que migraram, idades entre 25 e 40 anos, o que indica que estes empreendiam a busca por novos territórios quando estavam em pleno vigor físico.

Em relação à alfabetização destes imigrantes, este dado não foi registrado nas fontes consultadas por Leila Fetter (2002, p. 185), o que não permitiu a sua análise. Mas podemos inferir que o grau de alfabetização era de certo modo alto, pois conforme aponta Nilo Bidoni Kolling (1998, p. 34), esta era uma realidade no território germânico daquele período. Além disso, saber ler e escrever era uma vantagem para o imigrante, devido a questões burocráticas que envolviam a mudança de país.

Ainda neste sentido, podemos considerar o fato de que vários abaixo-assinados eram firmados pelos colonos, quando da solicitação de alguma melhoria na colônia. Ademais, demonstravam uma grande preocupação com a construção de escolas e a conseqüente alfabetização de seus filhos.

Conforme Vivaldo Coaracy (1957, p. 141-161), foram fundadas, na colônia de São Lourenço, 35 Picadas, divididas em 1.215 lotes, nas quais se instalaram os imigrantes que afluíram para aquela região.

Leila Fetter (2002, p. 177-178) aponta que o sucesso do empreendimento iniciado em São Lourenço teria tido uma contribuição direta para as demais iniciativas no mesmo sentido, empreendidas na região pouco tempo depois. Tal influência teria ocorrido tanto por força de exemplo, quanto pelo fornecimento de clientes para estes novos empreendimentos, através dos filhos destes.

Alguns dados sobre o processo de colonização da região foram obtidos na consulta a fontes oficiais produzidas pela província. No relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 89ª Legislatura, em 1858, temos a informação de que a Jacob Rheingantz teria trazido para São Lourenço 90 imigrantes.

Este mesmo relatório coloca que “os que não quiseram seguir para a colônia de S. Lourenço, e não estavam a isso obrigados, e se dirigirão ao porto d’esta capital em nº de 39 o mesmo subsídio lhes mandei abonar” (FERRAZ, 1858, p. 16).

Em seu relato por ocasião da passagem pelo município de Pelotas no ano de 1858, o médico e explorador alemão Robert Avé-Lammemant narrou que o seu objetivo ao passar por Pelotas era visitar ali a “incipiente colônia alemã, empreendimento de um alemão Jakob Rheigantz”, mas que o mesmo, por questões logísticas, não pode empreender tal feita (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p. 408). De qualquer modo, traz algumas informações relevantes. De acordo com Robert Avé-Lammemant o empresário responsável pela fundação da colônia estaria no Brasil há 16 anos. Tendo trabalhado em diferentes posições num navio a vapor, sem nunca ter conseguido posições importantes, teria se empenhado, no que Avé-Lallemant chamou de “último meio de ganhar uma posição e o seu intento”, que seria o empreendimento colonizador. “Sob condições módicas ele obteve terras do governo, que sob condições iníquas revende aos imigrantes, cobrando-lhes altos juros quando estes não podem pagar. Todavia, está dedicado de corpo e alma à sua empresa” (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p. 408-409).

O relatório escrito pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, apresentado à Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª sessão da 8ª legislatura, em 1859, traz algumas informações sobre a Colônia de São Lourenço, apresentando a situação após um ano de instalação colonial. Além da localização geográfica do empreendimento, dá conta de que a colônia teria uma população de 206 pessoas, das quais 105 seriam do sexo masculino e 101 do sexo feminino e ocupariam 17 prazos coloniais. Destes colonos, 38 seriam brasileiros e os demais alemães, “71 católicos e 135 de culto evangélico”. Teriam ocorrido ainda, neste primeiro ano, apenas 3 nascimentos e um óbito (LEÃO, 1859, p.49).

Está disposto que “no mapa estatístico da produção agrícola durante o ano que corre [1859], se vê que apenas 63 colonos se aplicaram a lavoura, havendo os demais chegado depois da época da plantação”. Ainda conforme o referido relatório, neste ano teriam sido plantados os seguintes produtos: cevada (110 alqueires), centeio (37), trigo (59), batatas (182), milho (946) e feijão (234). No final do relatório, observa que por falta de moinho não se plantou trigo para vendagem, pois o “trigo em grão não acharia compradores” (LEÃO, 1859, p.49).

Já no relatório escrito pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão apresentado à Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul na 1ª sessão da 9ª legislatura em 1860, o mesmo coloca que foi pequeno o aumento que teve a colônia de São Lourenço, pois sua população, no último ano, teria sido de 206 pessoas e no momento da redação do relatório seriam 213 pessoas, divididos em 64 famílias, sendo apenas 22 os indivíduos solteiros. Residiriam na colônia 64 brasileiros, sendo os demais todos alemães. Destes, 81 seriam católicos e 132 protestantes, 96 do sexo masculino maiores de 12 anos, e 37 menores, e 55 do sexo feminino, sendo destes, 25 menores de 12 anos. Solteiros, existiriam 98 homens e 46 mulheres. Ao todo 33 casais, havendo 1 homem e 3 mulheres viúvos. No último ano teriam ocorrido 5 nascimentos e 2 óbitos.

O relatório da conta de que existiam na colônia 36 ranchos cobertos de palha e 5 casas cobertas de telha, além da casa de recepção. A colheita teria sido de 215 alqueires de trigo, 18 de centeio, 2.450 de milho, 240 de cevada, 884 de feijão e 920 de batata, produtos estes que teriam sido comercializados.

O relatório aponta ainda que teria sido efetuado o pagamento de 5:000\$000 ao empresário da colônia, pelos colonos cuja introdução foi realizada até a data em que foi redigido o mesmo (LEÃO, 1860, p. 34).

Percebemos, que, neste relatório, ocorreu a primeira referência à existência de um abrigo onde eram alojados estes imigrantes antes de os mesmos ocuparem os lotes que lhes eram destinados. Não foi possível localizar mais informações sobre quem teria sido o responsável pela construção do mesmo, porém, acreditamos que a referida “casa de recepção” tenha sido construída a mando de José de Oliveira Guimarães, uma vez que estavam investidas nele as obrigações para com os imigrantes após o desembarque destes no porto de São Lourenço, conforme pode ser verificado através da análise do contrato firmando entre Jacob Rheingantz e o mesmo. Não foi possível da mesma forma, encontrar referências à localização deste edifício.

Esta informação é corroborada com o exposto no estudo de Eduardo Iepsen (2008, p. 39), que aponta que, como as “primeiras moradias não ficaram prontas a tempo para abrigar os colonos”, teriam sido “construídos barracões coletivos”. Já os imigrantes das seguintes levas passaram a morar com aqueles que já possuíam casas, e os barracões aos poucos foram perdendo a sua utilidade.

Contudo essa informação não é confirmada em uma correspondência, que foi publicada em um periódico alemão (*Allgemeine Auswanderungszeitung*³⁵) em 24 de agosto de 1865, onde foram feitas uma série de críticas ao tratamento dispendido aos colonos pelo empresário responsável pelo empreendimento. Na referida reportagem³⁶, temos uma passagem que cita que não existiria nesta colônia uma “casa de acolhida” e que os novos imigrantes, caso não tivessem parentes ou amigos com quem se hospedar, teriam que dormir ao relento.

O referido documento cita uma série de queixas, nas quais estão incluídas reclamações em relação aos preços cobrados pelos lotes, que seriam modificados conforme interesse do diretor. É destacado ainda o fato de a colônia

³⁵ O periódico alemão *Allgemeine Auswanderungszeitung* foi criado pelo senhor Rudolstädter Verleger Günther Fröbel em 1846 e foi publicado até 1871. Seus exemplares encontram-se todos reproduzidos na íntegra no seguinte sítio web: http://zs.thulb.uni-jena.de/receive/jportal_jpvolume_00033842, acessado em 25/01/2017.

³⁶ *Allgemeine Auswanderungszeitung*, 1865. Nº 34, p. 134. Disponível em http://zs.thulb.uni-jena.de/receive/jportal_jpvolume_00033847, acessado em 25/02/2016.

não ter sido medida, o que fazia com que nenhum colono tivesse o real conhecimento das dimensões exatas de sua propriedade, gerando uma série de conflitos. Além da falta de uma casa de acolhida, a demora na entrega dos títulos de propriedade, a negligência em relação à manutenção das estradas, as obrigações dos colonos quanto a eles mesmos abrirem estradas e construírem pontes, a ausência de igrejas e escolas, o impedimento de qualquer tipo de comércio que não o diretamente intermediado pelo empresário, são mais algumas das reclamações presentes naquele documento.

Ainda na década de 1860, conforme destaca Eduardo Iepson (2008, p. 42), Rheingantz passou a residir na colônia, de onde passou a administrar o empreendimento. No ano de 1861 o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão fez a entrega de um relatório ao vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o senhor Commendador Patrício Correa da Camara, no qual consta que a colônia particular de São Lourenço contava na época com “431 indivíduos, dos quais 408 seriam estrangeiros e 23 nacionais³⁷” (LEÃO, 1861, p. 30). Destes, 236 seriam do sexo masculino (164 solteiros, 70 casados e 2 viúvos) e 195 do feminino (121 solteiras, 70 casadas e 4 viúvas). Traz ainda outras informações: “164 seriam católicos e 267 acatholicos”; 270 seriam maiores de 12 anos e 161 menores. Teriam sido realizados, no ano de 1861, 9 casamentos. A colheita teria sido de 3.434 alqueires, sendo 1.660 de batata, 200 de cevada, 900 de feijão, 260 de milho, 4 de centeio e 410 de trigo. A venda dos diversos produtos industriais importou em 569\$000 e a dos agrícolas em 7:672\$000 (1861, p. 31).

No relato apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o senhor Espiridião Eloy de Barros Pimentel na 2ª sessão da 10ª Legislatura da Assembleia Provincial, está disposto que a colônia teria, em 31 de dezembro de 1863, uma população de 746 almas, sendo 274 católicos e 472 protestantes (1863, p. 44). Existiam 126 casais, 263 homens e 223 mulheres solteiros, 3 homens e 3 mulheres viúvos, 250 homens e 229 mulheres maiores de 12 anos, e 144 homens e 123 mulheres menores de 12 anos. Teriam sido realizados 4 casamentos protestantes e 2 católicos no último ano, além de ter

³⁷ Vale destacar que oscilações nos números poderiam ocorrer tanto em razão de mudança mesmo da base de dados ou de imprecisões nos dados levantados.

sido verificado o nascimento de 5 crianças do sexo masculino e 4 do feminino, além de 3 óbitos.

A colônia teria 190 “fogos³⁸ e seus habitantes ocupão-se na lavoura”. A produção agrícola teria sido de 200 alqueires de trigo, 96 de feijão, 6.000 de milho, 60 de cevada e 9.400 de batata. No parecer consta ainda que a “colônia resente-se da falta de um sacerdote que administre os sacramentos e de um professor de 1^{as} letras” (PIMENTEL, 1863, p. 45).

Num documento em forma de relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o senhor Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1^a sessão da 11^a Legislatura da Assembleia Provincial em 1864, o autor aponta que existiam na Colônia de São Lourenço 202 prazos cultivados, ocupados com 154 famílias e 40 homens solteiros. Ao todo seriam 1.003 pessoas, das quais 48 seriam nacionais e 955 alemães. Ainda: “299 catholicos e 704 acatholicos”; 350 homens e 287 mulheres maiores de 12 anos; 191 homens e 175 mulheres menores de 12 anos; 164 casados; 384 homens e 306 mulheres solteiros e 3 homens e 2 mulheres viúvos (PIMENTEL, 1864, p.99). Teriam nascido no último ano (1863) 5 homens e 3 mulheres e falecidos 1 homem e 2 mulheres e ainda realizados 8 casamentos, sendo “3 cathólicos e 5 acatholicos” (PIMENTEL, 1864, p.100).

Em relação à produção agrícola, foram verificados o cultivo de trigo (20 alqueires sendo produzidos 500 sacos), centeio (8 alqueires e 200 sacos de produção), cevada (20 alqueires, 700 sacos produzidos), milho (66 alqueires), batata (800 alqueires, 7.000 sacos) e feijão (80 alqueires). O relatório traz ainda a informação de que “grandes secas estragarão as lavouras de milho, feijão, algodão e linho” (PIMENTEL, 1864, p.100).

Em parecer redigido pelo senhor Francisco Xavier da Cunha, Inspetor Geral das Colônias, apresentado ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1866, informa que até o último dia 31 de dezembro teriam sido distribuídos e cultivados 336 prazos, 134 a mais que no ano de 1864, com 298 famílias, contabilizando 1.482 pessoas, das quais 85 seriam nacionais, 1.397 estrangeiros, 358 católicos, 1.124 acatólicos, 506 homens e 418 mulheres, maiores de 12 anos. Menores de 12 anos seriam 308 homens e 250 mulheres.

³⁸ O termo “fogo”, neste contexto, equivale a residência, moradia.

Sobre estado civil, 298 seriam casados, 5 viúvos, além de 513 homens e 368 mulheres solteiros. Existiria nesta data um pastor evangélico, e estariam sendo abertas estradas às expensas do empresário Jacob Rheingantz.

Quanto ao cultivo/produção, consta que foram plantados 40 alqueires de trigo, 30 de centeio, 40 de cevada, 100 de milho, 1.800 de batatas, 100 de feijão, além de terem produzido mais de 5.000 galinhas, 20 arrobas de manteiga, 30 de toucinho, 240.000 achas de lenhas, 25.000 dúzias de ovos. Observa que o trigo, o centeio e a cevada foram cultivados apenas para consumo dos colonos, visto faltarem moinhos para sua trituração, sendo os demais produtos comercializados nos mercados de Pelotas e Rio Grande (CUNHA, 1866, p. 39);

No ano de 1867, Karl von Koseritz, agente intérprete da colonização, envia um relatório ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o senhor Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. Neste documento, Koseritz faz um breve relato sobre a colônia e traz alguns dados relevantes, o que justifica a longa citação:

Essa colônia, subvencionada pelo governo, que em virtude do seu contrato, pagou ao empresário o prêmio de 20\$000 reis por cabeça de cada pessoa adulta dos colonos importados, desenvolve-se vantajosamente. O empresário adianta aos colonos a passagem da Alemanha para esta província, vende-lhes as terras à crédito e fornece-lhes outros socorros de que precisarem, sob condição de posterior reembolso. Em 31/12/1866 contava essa colônia 1.637 almas, divididas em 340 famílias, sendo 1.277 protestantes e 360 católicas. Estão vendidos e ocupados 372 prazos coloniais, nos quais os colonos cultivam trigo, centeio, cevada, milho, feijão e batata, que exportam para a cidade do Rio Grande e Pelotas. As estradas são feitas à custa do empresário, há na colônia duas escolas, uma subvencionada e outra particular. Igreja não há. A Colônia de S. Lourenço (...) acha-se na proximidade do navegável [rio] Camaquã, fazendo-se hoje a navegação entre Rio Grande e São Lourenço por um vaporzinho, próprio para o efeito. Daí se espalhará a colonização pela citada Serra dos Tapes e mais tarde pelos mais ricos municípios de Canguçu, Piratini e Bagé, onde principalmente o cultivo do trigo, que produz com grande espontaneidade e abundância, contribuirá e muito para a prosperidade da província. O empresário que nesta empresa comprometeu a sua fortuna, é incansável em promover o progresso do estabelecimento, e ainda neste mês espera ele dois navios com mais de 200 novos imigrantes procedentes de Hamburgo. É de sentir-se que essa colônia, a única de todas as empresas particulares em maior escala da província, que tem sido verdadeiramente bem sucedida, tenha ultimamente vindo a sofrer com intrigas e perturbações da ordem pública, provocadas por alguns indivíduos de más intenções, que valendo-se de pretextos religiosos, tem sabido semear a discórdia no seio daquele florescente estabelecimento colonial. São Lourenço é digno da mais decidida atenção do governo provincial, porque é daí que terá origem a colonização do Sul da província, como de S.

Leopoldo nasceu a de todo o norte da mesma (KOSERITZ, 1867, p. 13).

No relatório de Koseritz, percebemos que o mesmo não cita, em momento algum, a figura de José Guimarães. Conforme já destacado, sabe-se que a atuação de Jacob Rheingantz na criação da Colônia de São Lourenço somente ocorreu devido à ajuda financeira daquele, mesmo assim, sua contribuição é negligenciada por Koseritz. O autor cita dados pertinentes, que permitem termos uma dimensão aproximada do nível de desenvolvimento da colônia. Entre os dados citados estão a produção e a população que residia na região.

Vale destacar ainda que, de acordo com Koseritz, as estradas estariam a cargo do empresário, afirmação esta que contradiz o artigo 4º do contrato firmado entre o empresário e os colonos³⁹, que afirmava que eram os próprios colonos os responsáveis tanto pela abertura quanto pela manutenção das estradas em frente aos seus lotes.

Outro aspecto que chama atenção no documento, é a menção aos conflitos que estariam se desenrolando naquela colônia, atribuídos pelo autor a questões religiosas de alguns insufladores, por ele caracterizados como “mal intencionados”. Contudo, documentos oficiais, preservados em diferentes instituições⁴⁰, alguns deles analisados por uma nova geração de pesquisadores (IEPSEN, 2008; BOSENBECKER, 2011), trazem à tona um lado de Jacob Rheingantz que até então era desconhecido para grande parte da população.

Munido de interesses meramente capitalistas, o empresário explorava os colonos, através de cobranças indevidas, praticava fraudes administrativas e monopolizava todo o comércio colonial, obrigando os colonos a vender e comprar tudo do empresário, que podia praticar o preço que lhe conviesse, além de praticar cobranças indevidas. Desta forma, aponta Eduardo Iepsen (2008. p. 110-112), uma revolta estava sendo desenhada há muitos anos, e que teve sua origem basicamente no descontentamento dos colonos.

Entre estes descontentamentos, podemos citar questões diretamente relacionadas com o preço dos lotes e os seus respectivos títulos de propriedade.

39 Contrato está reproduzido na obra de Vivaldo Coaracy (1957, p. 54-56) e que já foi analisado anteriormente.

40 Trata-se do processo crime movido pelo senhor Jacob Rheingantz contra os senhores Cristiano Luis Thurow e Jorge Dietrich, preservado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. N632. N °15 E 35, ano 1863.

Os lotes eram negociados e muitas vezes o contrato era assinado ainda em território alemão, por um valor que girava em torno de 200\$000. No entanto após o período de 4 anos, Rheingantz chegava a cobrar 600\$000 pelos mesmos lotes, porém, fornecendo recibos de mais baixo valor, o que, conforme denúncia empreendida pelos colonos, contra o empresário, seria uma forma de lesar os cofres públicos, pois o empresário “prevarica os cofres provinciais e rouba a Fazenda Nacional” (BOSENBECKER, 2011, p. 73).

Os colonos pediam ainda os títulos de posse dos lotes, além de solicitarem que fossem efetuadas novas medições, por alguém que não fosse parente do diretor (o então responsável era um irmão de Rheingantz). Outra solicitação seria a fundação de uma escola “pelo menos para o sexo masculino” e, por fim, pediam a demissão do diretor, que era considerado o responsável pelo que percebiam como ruína da colônia (IEPSEN, 2008, p. 177).

Patrícia Bosenbecker (2011, p. 73) cita que foram várias as correspondências trocadas entre o governo provincial, o administrador e até mesmo entre os colonos, que elaboraram abaixo-assinados, alguns contendo mais de 100 assinaturas. Teria sido produzido ainda um documento que foi encaminhado para o então governo da Prússia, que foi publicado na imprensa alemã⁴¹, onde se queixavam de estarem sendo tratados pelo empresário como escravos.

De acordo com Patrícia Bosenbecker (2011, p. 71), todas as solicitações foram negadas pelo então diretor, que afirmou que pelo fato de a colônia ser um empreendimento particular, ele poderia cobrar o preço que quisesse pelas terras, e colocou a culpa na insatisfação dos colonos na figura de José Pons e outros colaboradores, tachados por Rheingantz de “homens vadios”.

Jacob Rheingantz, que ao longo dos anos conseguiu importantes aliados políticos, fez apelações ao Governo Provincial, alegando estar sua vida e a de sua família correndo risco, e solicitou um destacamento policial para a região. Vale pontuar que, antes disso, conforme Eduardo Iepsen (2008, p. 41), a segurança da região colonial era feita pelos próprios colonos que escolhiam entre eles aqueles que seriam responsáveis pela manutenção da ordem em cada Picada.

⁴¹ Matéria publicada no *Allgemeine Auswanderungszeitung*, citada anteriormente.

Com a chegada de um tenente, Francisco Dirceu Marinho de Sá Queirós, em 25 de novembro de 1867, o clima se tornou ainda mais tenso, devido às arbitrariedades cometidas por este profissional. Além da instalação de um tronco, onde seriam empreendidos castigos públicos, ele publicou um edital, reproduzido por Vivaldo Coaracy (1957, p. 98-99), que proibia o porte de armas. Verificado o descumprimento desta determinação, o colono teria a arma confiscada e poderia até mesmo ser enviado à prisão. Consta no referido edital ainda que todos os falecimentos deveriam ser comunicados ao tenente e que não poderiam ser efetuados enterros sem a apresentação de um atestado de óbito assinado por um médico. Ficava ainda proibida a realização de bailes sem autorização prévia. Além disso, todos os ajuntamentos de mais de três pessoas ou a prática de quaisquer tipo de jogos nas casas comerciais seriam passíveis de prisão.

A publicação deste edital teria deixado os colonos insatisfeitos e, principalmente em função dele, no natal de 1867, estes invadiram o Destacamento Policial, desarmando os responsáveis, e dirigindo-se até a residência do empresário, a fim de cobrar soluções para os impasses anteriormente citados (IEPSEN, 2008, p. 61). Este episódio, que teria contado com a presença de mais de 200 colonos⁴², passou a ser denominado de a “Grande Revolta”, e é aos seus primórdios que Karl von Koseritz se referiu em seu relato, citado anteriormente.

Diante dos fatos narrados, o empresário, acompanhado de sua família, fugiu da colônia e se dirigiu para a cidade de Rio Grande, onde permaneceu até o ano de 1869. Com a fuga de Rheingantz, o governo provincial teria encaminhado em janeiro de 1868 uma força policial composta por 68 homens para restabelecer a ordem e prender os líderes da revolta (IEPSEN, 2008, p. 64).

Não iremos nos alongar na descrição de tal evento, contudo, vale destacar que os títulos de propriedade reivindicados pelos colonos somente foram emitidos em 1877, quando, por ocasião da morte de Jacob Rheingantz, a então viúva Carolina Rheingantz entrega os documentos para boa parte dos colonos.

Sobre o desenvolvimento da colônia São Lourenço, em uma exposição redigida em 20 de maio de 1869, pelo senhor Antonio da Costa Pinto da Silva,

⁴² Neste período, a Colônia de São Lourenço contava com cerca de 1.500 pessoas (SILVA, 1869, p. 41).

então presidente da Província, ele coloca a situação na qual a mesma se encontrava, por ocasião da mudança de administração, quando assumia o cargo o senhor Israel Rodrigues Barcellos. O referido autor aponta que, referindo-se à colônia de São Lourenço, “tendo o exmo sr. Ministro dos Negócios d’Agricultura, Commercio e Obras Públicas, por aviso de 07 de janeiro de 1869”, declarado não poder auxiliar as “despesas com a imigração e colonização da Província, por cuja verba as despesas com os trabalhos da medição de que se achava encarregado o Barão de Kalden, em 25 de janeiro, ordenei a suspensão d’elles” (SILVA, 1869, p. 41).

Neste mesmo relatório, o então presidente da província informa, por meio de um ofício datado de 26 de abril de 1869, quanto ao “respectivo empresário”, que este, “de 1867 até o presente tem introduzido na colônia 507 imigrantes alemães, sendo 374 do sexo masculino e 233 do feminino”. O relatório acrescenta que o empresário não pode “prestar outras informações por achar-se ausente da colônia forçado pelos desagradáveis sucessos que ali se derão” (SILVA, 1869, p. 41), provavelmente referindo-se o autor, à “Grande Revolta”, que ocorreu naquele período.

Já no documento escrito pelo presidente da Província que o sucedeu, o senhor João Sertório, por ocasião da transferência da administração para o senhor João Capistrano de Miranda e Castro, redigido em 29 de agosto de 1870, dá conta que teria recebido uma comunicação por parte de Jacob Rheingantz na qual o mesmo faria uma descrição do “lamentável estado de anarchia” e cobrando este “providências enérgicas”, declarando ainda “não poder ali comparecer sem risco de sua existência”. O autor destaca ainda que teriam sido solicitados auxílios de autoridades, até mesmo do consulado alemão, no sentido de solucionar os problemas ali verificados (SERTÓRIO, 1870, p. 68).

Como forma de resolver tais inconvenientes, teria sido nomeado um novo diretor para a colônia: Affonso Mabilde. O que conforme João Sertório teria apaziguado o conflito, uma vez que a principal razão das divergências, ou seja, as questões relacionadas aos títulos de propriedade e também à medição dos lotes, assim como a alegada aquisição ilegal de terrenos por parte do empresário, “parecem hoje solvidas” (SERTÓRIO, 1870, p.69-70).

No relatório escrito pelo senhor Francisco Xavier Pinto Lima, quando este abriu a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembleia Legislativa em 14 de março

de 1871, temos a informação, sobre a colônia de São Lourenço, de que “é pouco satisfatório o seu estado. Tendo-se suscitado, em setembro do ano passado, uma desinteligência entre o diretor tenente-coronel Pedro Francisco Affonso Mabilde e o empresário Jacob Rheingantz”. O relatório aponta ainda que em razão da continuidade das reclamações dos colonos contra o empresário, foi mandada para aquela colônia uma comissão composta do Agente Interprete da Colonização, Lothar de la Rue, e do 2º oficial da Secretaria do Governo, Frederico Ernesto Estrella de Villeroy, com poderes amplos de atender a todas as reivindicações e procurar fazer cessar os problemas (LIMA, 1870, p. 31).

O referido documento aponta ainda que “procedendo com zelo e inteligência, pode a comissão decidir um crescido número de reclamações, ficando poucas pendentes por não terem querido os reclamantes sujeitarem-se à decisão da comissão, e preferirem o juízo arbitral”. E coloca que a comissão não teria conseguido “nada do diretor da colonia” e que cada vez mais se “exasperava contra o empresário, a ponto de ameaçar a existência deste, promovendo a desobediência dos colonos e praticando actos contrários aos fins, a que foi para ali nomeado, em virtude do convenio celebrado entre o empresário e os colonos, mandei-o demitir” (LIMA, 1870, p. 31).

Neste mesmo relatório, encontram-se ainda algumas informações sobre a situação da colônia: a população da colônia em 31 de dezembro de 1869 seria de 3.200 almas, sendo 2.700 protestantes e 500 católicos, ocupando 520 prazos. A colônia teria sido aumentada no último ano com a introdução de aproximadamente 80 pessoas (LIMA, 1870, p. 32).

Em documento escrito pelo senhor Francisco Xavier Pinto Lima, quando este passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul para o Coronel João Simões Lopes, em 24 de maio de 1871, o mesmo aponta que dando continuidade às representações de alguns moradores da Colônia de São Lourenço, a respeito de terras, onde estariam sendo movidas várias questões sobre os limites dos lotes, teria sido nomeado, em 28 de abril de 1871, o Major de Engenheiros Julio Anacleto Falcão da Frota, Juiz Commisário *ad hoc* para mandar medir por conta do respectivo empresário Jacob Rheingantz, todo o perímetro da colônia, e discriminar as terras particulares, além das devolutas “que n’esse lugar se achassem encravadas, as quaes poderão servir para ulterior indemnização do dito empresário, se assim for necessário” (LIMA, 1871, p.11).

Na “Falla” dirigida à Assembleia Legislativa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, conselheiro Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, na 2ª sessão da 14ª legislatura em 1872, o mesmo coloca que subsistindo ainda “nesta Colonia as questões entre o empresário Jacob Rheingantz e alguns heroes confinantes, que se consideravão lesados pela medição do respectivo perymetro, e pela destribuição de prasos feita pelo mesmo empresário”, o mesmo teria nomeado, em 22 de novembro de 1871, o 2º tenente reformado José Maria de Carvalho Junior para o lugar de Juiz comissário especial com o objetivo de verificar a referida medição. E encerra a “Falla” dizendo que não possui informações relacionadas com o movimento populacional da colônia, “por não me terem sido prestadas pelos Empresários as informações que lhes forão pedidas e carecer esta presidência de autoridade para obrigar-os” (MELLO, 1872, p.31-32).

Já na “Falla” de abertura da 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, do ano de 1873, proferida por João Pedro Carvalho Moraes, temos a informação de que, procedidas novas medições, teriam sido verificadas incoerências entres estas, aguardando, para tanto, os responsáveis por ordens e instruções do governo de como deveriam proceder (MORAES, 1873, p. 39).

Na referida “Falla”, nos é informado ainda que era próspero o estado dessa colônia, “devendo-se o seu progresso principalmente as boas estradas, que permitem aos colonos o transporte fácil e comodo dos produtos da sua indústria as diversas localidades” e informa ainda que conforme um ofício de 15 de janeiro, que pelo fato de o empresário não ter podido coligir os dados estatísticos sobre este importante núcleo colonial, não os apresentou em sua Falla (MORAES, 1873, p.40).

No relatório apresentado para Assembleia Legislativa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no ano de 1874, pelo senhor João Pedro Carvalho Moraes, está disposto que nenhuma informação ou dados estatísticos o autor pode ministrar acerca do estado desta colônia, visto que “seu empresário Jacob Rheingantz declarou-se não poder comparecer ali, pelo receio que tem de novos conflitos entre ele e os colonos” (MORAES, 1874, p. 35). Ou seja, mesmo já passados sete anos, o empresário não podia retornar ao núcleo organizado por ele, acompanhado de seu sócio.

No entanto, o Governo Imperial, atendendo ao que representou aquele empresário, sobre a necessidade de alargar o distrito colonial e nele estabelecer novos colonos, autorizou por aviso de 29 de agosto de 1873 a vender-lhe pelo preço de um real a braça quadrada, 2,29 m das sobras das terras devolutas que ainda se achavam disponíveis na Serra dos Tapes até perfazer uma área de 4 léguas quadradas⁴³, “as quaes serão adicionadas as oito⁴⁴ primitivamente contratadas com o mesmo Governo Imperial a 30 de dezembro de 1856” (MORAES, 1874, p. 36).

Ao juiz comissário *ad hoc* encarregado de verificar a medição das oito léguas quadradas já vendidas ao empresário, foi determinada “que tão depressa lhe permitisse o serviço de que ora se acha incumbido, passasse a fazer a mediação do perímetro das referidas quatro léguas quadradas por aquele aviso concedidas” (MORAES, 1877, p. 40).

Já na “Falla” dirigida à Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em sua 2ª sessão da 16ª legislatura no ano de 1876, o senhor José Antonio de Azevedo Castro, estão presentes informações que teriam sido fornecidas pelo empresário da colônia, Jacob Rheingantz. De acordo com a publicação, as informações que teriam sido prestadas limitavam-se apenas a expor que a colônia está “senão em estado retrogrado, ao menos estacionário” e que de “certo tempo para cá se tem notado o desenvolvimento deste núcleo colonial”, “a ponto de poder afirmar-se sem receio de errar, que nenhum outro [empreendimento] com os poucos anos de sua existência, atingia a tão alto grão de prosperidade, apesar dos obstáculos que a cada passo se levantavão tentando opor-se a sua marcha”⁴⁵. Além disso, na “Falla” há uma primeira menção sobre a conveniência de São Lourenço ser elevada à condição de Vila (CASTRO, 1876, p. 12).

São trazidas ainda algumas informações estatísticas: existiriam na colônia 737 casas, 5.130 habitantes, dos quais 430 seriam católicos e 4.700 protestantes. Existiria uma escola pública e 12 particulares. Havia contudo

⁴³ Cerca de 19km².

⁴⁴ Cerca de 38km².

⁴⁵ Percebemos que existe uma contradição no próprio documento. Provavelmente esta decorreu pelo fato de serem feitas comparações com outras colônias, quando, em comparação, por exemplo com a colônia de São Leopoldo, São Lourenço poderia ser considerada como estando em estado estacionário, já em comparação com outras colônias de Pelotas, anteriormente citadas, que entraram em franco declínio, ela poderia ser considerada próspera.

“completa falta de igrejas”, tendo a colônia apenas à disposição um pastor que celebrava cerimônias e cultos nas escolas” (CASTRO, 1876, p. 12).

Em relação à economia, a colônia exportaria milho, feijão, batata, trigo, centeio, cevada em grão, farinha, manteiga, banha, toucinho, ovos, galinhas, lenha e madeira de construção. As exportações⁴⁶ porém teriam sido prejudicadas, em razão das grandes chuvas que teriam ocorrido naquele ano (CASTRO, 1876, p.13).

Existiriam na região cinco moinhos movidos por água e um a vapor, 16 casas de negócio e as seguintes oficinas: 10 ferreiros, 12 carpinteiros, cinco alfaiates, 10 sapateiros, 12 marceneiros, sete correeiros, quatro curtidores e três pedreiros. “Quanto ao estado sanitário da colônia, foi ele satisfatório, tendo havido apenas alguns casos de sarampos. Há no lugar um médico e uma botica” (CASTRO, 1876, p.13).

Percebemos aqui, que por mais que existissem críticas ao nível de desenvolvimento da colônia, a presença de alguns índices de complexidade social, econômica e estrutural do núcleo colonial atestam o relativo desenvolvimento do mesmo, uma vez que tais serviços, (ferreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros) se mostravam necessários.

No relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo ministro Thomaz José Coelho de Almeida, de 1877, são prestadas exatamente as mesmas informações do documento anteriormente analisado.

Já o relatório apresentado pelo engenheiro Marcelino Ramos da Silva, chefe da comissão organizada em 1889 por João Teixeira Soares, para realização dos estudos definitivos da estrada de ferro de Pelotas às Colônias da São Lourenço, apresentado em 1891, o autor, para demonstrar o desenvolvimento desta “florescente região”, apresenta alguns dados estatísticos, que, de acordo com o mesmo, embora sendo deficientes, porque foram obtidos com as “maiores dificuldades percorrendo-se as diferentes colônias e tomando-se as informações que se pudessem aproximar da verdade” (SILVA, 1891, p. 07), nos traz dados relevantes e pertinentes.

Conforme o referido parecer, dos dois núcleos coloniais, o primitivo é essencialmente composto de elementos germânicos, dominando a língua alemã,

⁴⁶ Leia-se, comercialização com as cidades vizinhas.

sendo a “língua do paíz apenas cultivada por alguns comerciantes por causa das suas transações com Pelotas” (SILVA, 1891, p. 09). Ele cita que em geral as igrejas e os cemitérios são bem construídos assim como as habitações. Existiriam nas colônias cerca de 3.000 arados, 2.000 carretas ou carroças de 900 kg de carga, cada uma tirada por 3 ou 4 cavalos (SILVA, 1891, p. 10).

Nesta zona existiriam naquela data [1891], 21 moinhos, movidos a vapor e a água, os quais serviam à produção da farinha de milho e trigo, e à serragem de madeiras para as diversas construções. Na região cultivar-se-iam todos os produtos próprios de um clima temperado, tais como o trigo, centeio, aveia, cevada, alfafa, vinho, além da fava, milho, feijão, ervilha, lentilha, batata, abóbora, entre outros.

A fabricação do queijo e sobretudo da manteiga seriam feitas em grande escala e seriam produtos caracterizados como de superior qualidade, como também a banha de porco, toucinho e presuntos. As forragens eram cultivadas em pequena quantidade, apenas para uso das colônias, sendo sua exportação insignificante. A alfafa e a vinha teriam grande desenvolvimento, lançando o autor ainda uma previsão de que em breve cessaria a importação de alfafa do Rio da Prata, tão logo entrasse em operação a estrada de ferro projetada (SILVA, 1891, p. 12).

Nos núcleos coloniais de São Lourenço, encontrar-se-iam oficinas de carpinteiros, ferreiros, seleiros, sapateiros e outros, pequenas indústrias e algumas fábricas de cerveja, além de uma relativa quantidade de curtumes.

Conforme tal documento, cada colono produziria anualmente entre 60-70 sacos de feijão, 100-200 sacos de milho, 40-60 sacos de trigo, aveia, centeio, cevada, e 80-100 sacos de outros produtos.

Com o objetivo de fazer um cruzamento de informações, empreendemos uma comparação com alguns dos dados lançados em diferentes fontes ao longo dos anos, com o objetivo de produzir algumas conclusões sobre a Colônia de São Lourenço.

Em relação à questão populacional, fizemos o uso do censo de 1859-1877, reproduzido pela Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul nº 08 (1922, p. 71-132), do relatório de Karl von Koseritz (1867, p. 13), bem como dos relatórios que os presidentes da província produziam ao final de cada ano, e que

foram analisados anteriormente. Neste sentido, foi possível precisar que a população da colônia de São Lourenço era composta pelos seguintes números:

Ano	População
1858	88
1859	206
1860	213
1861	431
1862	746
1863	1.003
1864	1.330
1865	1.482
1866	1.637
1869	3.200
1870	3.280
1873	1.637*
1874	5.130
1875	5.130
1877	5.400

Tabela 1: População da colônia de São Lourenço entre 1858 e 1877. *a informação referente ao ano de 1873 foi obtida do livro de Mulhal (1873), porém, percebemos que analisando os dados em conjunto, a mesma não procede, sendo o número de habitantes fornecido pelo autor, provavelmente referente ao ano de 1866.

Fonte: Autor, 2016, baseado em Censos, Relatório dos Presidentes da Província e Relatórios diversos.

Vale destacar que a grande parte das fontes apresentava números idênticos, ocorrendo pequenas variações apenas nos anos de 1859 quando o censo aponta 203 pessoas e o relatório do presidente da província aponta 206 pessoas, bem como o ano de 1861, em que, conforme o censo, a colônia teria 413 e o relatório aponta 431.

Analisando tal tabela (Tabela 1), percebemos que ocorreu um crescimento relativamente grande na colônia, o que demonstra o sucesso do empreendimento.

Já sobre a produção agrícola na colônia de São Lourenço, Patrícia Bosenbecker (2011, p. 113) nos traz alguns dados, que foram sintetizados na tabela abaixo (Tabela 2):

Período	Trigo	Cevada	Centeio	Feijão	Milho	Batata
1860	215	240	18	334	2430	900
1861	200	200	4	900	2600	1660
1862	200	600	SI	960	6000	9500
1863	500	700	200	Colheita ruim por causa da seca	Safra sofreu estragos pelo ataque de ratos	7000
1864	750	1050	750	960	800	13.800
1865	1000	1400	750	3200	12.000	14.400

Tabela 2: Produção entre os anos de 1860 e 1865 na colônia de São Lourenço, em alqueires.
Fonte: Bosenbecker, 2011, p. 133 – Conforme Mapas estatísticos da colônia São Lourenço. AHRs. Colonização. São Lourenço, maço 72, caixa 37.

Percebemos que era bastante representativa a produção de batatas e milho. Vale destacar que a praga de ratos que teria comprometido a produção na colônia de São Feliciano, em 1863, conforme veremos na sequência, ocorreu também na colônia de São Lourenço. Interessante observar que apenas uma parcela dessa produção era comercializada. O consumo interno absorvia grande parte da produção.

Outra referência à colônia de São Lourenço foi localizada na obra de Michael Mulhal (1873). Esta pode ser considerada como uma das primeiras publicações não oficiais, na qual é feita uma menção à então colônia, recentemente criada⁴⁷. O relato foi produzido no período em que o escritor e jornalista irlandês fez o seu recorrido pela região sul do Brasil.

Nas palavras de Mulhall

a colônia tem muito sucesso, e compreende 1.637⁴⁸ pessoas, em 340 famílias que cultivam 372 fazendas e plantam grande quantidade de cereais e legumes para os mercados de Pelotas e Rio Grande. Há 3 colonos protestantes para 1 católico e há duas escolas. Possuem um pequeno vapor para levar os produtos para Rio Grande, estando a colônia vantajosamente situada na encosta da Serra dos Tapes, nas margens do navegável rio Camaquã⁴⁹.

Com o falecimento de Jacob Rheingantz em 1877, e as sucessivas trocas dos administradores, os conflitos foram dissipados. O primeiro a suceder Rheingantz na administração do empreendimento foi o seu filho mais velho, Carlos Guilherme Rheingantz, que permaneceu por pouco tempo no cargo.

⁴⁷ Não podemos esquecer da menção feita por Robert Avé Lallemand, publicada em 1858.

⁴⁸ Este número corresponde ao ano de 1866, conforme pode ser verificado anteriormente.

⁴⁹ "The colony has been very successful, and comprises 1,637 souls, in 340 families, who cultivate 372 farms and raise large quantities of grain and vegetables for the Pelotas and Rio Grande markets. The colonists are as 3 Protestants to 1 Catholic and have two schools: they have a little steamer to carry produce to Rio Grande, the colony being advantageously situated on the slope of Serra dos Tapes, on the banks of the navigable river Camequan" (1873, p. 143 e 144) conforme tradução nossa.

Conforme Eduardo Iepson (2008, p. 45), logo após, a responsabilidade sobre a administração da colônia foi transferida para o genro de Jacob, o Barão Curt von Steinberg, que permaneceu no cargo até 1890. Após essa data a colônia ainda foi administrada por outros dois filhos de Jacob, quando em 1898, a viúva de Rheingantz, Carolina, vendeu ao senhor João Batista Scholl “todos os interesses da família no município”.

Após a promulgação das leis e decretos que garantiriam maior autonomia à colônia e em seguida ao recém-criado município, o seu desenvolvimento seria cada vez mais ascendente.

Porém, vale destacar, conforme afirma Moacir Böhlke (2003, p. 20), que o

desenvolvimento da colônia de São Lourenço e sua eventual prosperidade não pode ser atribuída a uma única pessoa, a alguém comparado a um ‘herói’ movido pelo idealismo, mas parte de uma ação conjunta, coletiva, de todas as pessoas que de uma forma ou de outra fizeram parte deste processo histórico.

De acordo com os relatos coletados durante a realização deste trabalho, o município foi considerado, em meados do século XX, como o maior produtor de batata da América Latina. Seu desenvolvimento teve uma freada após a década de 1960, por diversas razões, dentre as quais podemos apontar a concorrência de outros mercados produtores e o esgotamento da fertilidade do solo. Estes fatores fizeram com que a região passasse a se dedicar de forma quase que exclusiva à produção de tabaco, produto que continua propulsionando a economia do município, que conta atualmente com 18.874 pessoas residindo na zona rural, cerca de 43% da população total do município⁵⁰. Número de certa forma ainda elevado, se atentarmos para os altos índices de êxodo rural que são verificados anualmente.

Além disso, as últimas décadas foram palco de um sistema de modernização do sistema produtivo. Se até a década de 1970 o cultivo de lavoura era efetuado com a utilização de técnicas e materiais que de certo modo podem ser considerados por alguns como “ultrapassados”, ocorreu nos últimos anos, uma substituição de tais mecanismos por maquinários de última geração,

⁵⁰Dados relativos ao Censo de 2010, promovido pelo IBGE. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/180K>, acessado em 12/01/2016.

a formação de cooperativas e o auxílio de técnicos que orientam os produtores rurais, aumentando de forma considerável a produção.

Além disso, temos ainda um destaque bastante acentuado de uma nova vocação do município: o turismo cultural, focado na ideia de comercialização de um patrimônio cultural único, aspecto sobre o qual nos deteremos com mais afinco na sequência.

1.1.2 IMIGRAÇÃO FRANCESA NA COLÔNIA SANTO ANTÔNIO

La Marseillaise

*Allons enfants de la Patrie
Le jour de gloire est arrivé !
Contre nous de la tyrannie
L'étendard sanglant est levé
L'étendard sanglant est levé
Entendez-vous dans nos campagnes
Mugir ces féroces soldats?
Ils viennent jusque dans vos bras.
Égorger vos fils, vos compagnes!
-Aux armes citoyens
Formez vos bataillons
Marchons, marchons
Qu'un sang impur abreuve nos sillons*

*Que veut cette horde d'esclaves
De traîtres, de rois conjurés?
Pour qui ces ignobles entraves
Ces fers dès longtemps préparés?
Français, pour nous, ah! quel outrage
Quels transports il doit exciter?
C'est nous qu'on ose méditer
De rendre à l'antique esclavage!*

*Quoi ces cohortes étrangères!
Feraient la loi dans nos foyers!
Quoi! ces phalanges mercenaires
Terrasseraient nos fils guerriers!
Grand Dieu! par des mains enchaînées
Nos fronts sous le joug se ploieraient
De vils despotes deviendraient
Les maîtres des destinées.*

Tremblez, tyrans et vous perfides

*L'opprobre de tous les partis
Tremblez! vos projets parricides
Vont enfin recevoir leurs prix!
Tout est soldat pour vous combattre*

*S'ils tombent, nos jeunes héros
La France en produit de nouveaux,
Contre vous tout prêts à se battre.*

*Français, en guerriers magnanimes
Portez ou retenez vos coups!
Épargnez ces tristes victimes
À regret s'armant contre nous
Mais ces despotes sanguinaires
Mais ces complices de Bouillé
Tous ces tigres qui, sans pitié
Déchirent le sein de leur mère!*

*Nous entrerons dans la carrière
Quand nos aînés n'y seront plus
Nous y trouverons leur poussière
Et la trace de leurs vertus
Bien moins jaloux de leur survivre
Que de partager leur cercueil
Nous aurons le sublime orgueil
De les venger ou de les suivre!*

*Amour sacré de la Patrie
Conduis, soutiens nos bras vengeurs
Liberté, Liberté chérie
Combats avec tes défenseurs!
Sous nos drapeaux, que la victoire
Accoure à tes mâles accents
Que tes ennemis expirants
Voient ton triomphe et notre gloire!*

Até o ano de 1875 os imigrantes no Rio Grande do Sul eram predominantemente de origem alemã e a partir dessa data prevaleceram os italianos (MANFRÓI, 1999, p. 51), contudo a imigração francesa não deixou de ser significativa. Enquanto os outros imigrantes “vinham engajados na política oficial de colonização, os franceses em geral vinham livremente e localizavam-se sobretudo nas vilas” (GRANDO, 1990, p. 59).

De acordo com Leandro Betemps (2010, p. 10), ao contrário dos outros países, a França sempre teve uma economia forte e conseqüentemente uma baixa pressão demográfica, o que pode em parte explicar o baixo número de imigrantes franceses vindos ao Brasil, se comparado com grupos de outras origens étnicas.

Ainda segundo Leandro Betemps (2010, p. 29), as principais características da imigração francesa seriam: o seu caráter espontâneo; a opção destes imigrantes em morarem nos agrupamentos urbanos; e suas atividades laborais serem voltadas basicamente voltadas para o terceiro setor, com destaque especial ao comércio. O autor aponta ainda que não foram numerosas as colônias agrícolas fundadas por imigrantes de origem francófona.

De acordo com Armindo Beux (1975, p. 09), os franceses exerceram uma influência cultural, técnica, artística, literária, industrial e comercial sobre todo o estado do Rio Grande do Sul. Ao analisar a presença de franceses em território gaúcho, Walter Spalding (1975, p. 53) destaca a importância que os mesmos tiveram, principalmente na construção das estradas de ferro.

Precisamente, sobre o caso de Pelotas, já nos primeiros anos após a criação da então freguesia, Leandro Betemps (2009, p. 61) aponta a presença de alguns elementos franceses. Walter Spalding (1975, p. 53) cita Charles Ruelle, especialista na fabricação de carros, que se instalou em Pelotas no século XIX. O autor cita ainda outros profissionais, tais como Alexandre Gastal, dentista muito bem-conceituado na cidade. É digno de nota ainda, o famoso colégio francês de propriedade de Charles Bachelléry, que teria sido fundado em 1874, e cujo encerramento das atividades teria ocorrido em 1880.

Feitas estas breves considerações introdutórias, passaremos em seguida a nos dedicarmos à compreensão do processo de formação da chamada colônia Santo Antonio; contudo, antes de nos determos especificamente sobre aquela localidade, faz-se necessário dissertarmos brevemente sobre a formação da colônia provincial de São Feliciano, local de onde provieram os colonos de origem francesa que ocuparam aquela colônia.

As primeiras referências à criação da colônia agrícola provincial denominada São Feliciano, localizada na “serra do Herval, município de Encruzilhada, no distrito de São José do Patrocínio, sob a margem direita do arroio Subtil, um tributário do rio Camaquã” (Lei provincial nº 385 de 26 de novembro de 1857), datam da década de 1850.

O relatório redigido pelo senhor Francisco Xavier da Cunha, Inspetor Geral das Colônias, que foi apresentado ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1866, informa que teriam sido efetuadas as medições de terras devolutas no município de Encruzilhada, entre os arroios Subtil e das Perdizes, que estariam destinadas à fundação da colônia agrícola de São Feliciano, e que grande parte destas terras medidas desde 18 de janeiro de 1862 estariam pendentes de parecer fiscal.

No ano de 1867, Karl von Koseritz, agente intérprete da colonização, envia um relatório ao presidente da província, o senhor Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. Neste documento, Koseritz (1867, p. 41) comenta a situação da Colônia São Feliciano, que teria sido criada pela lei provincial nº 385 de 26 de novembro de 1857, situada no município de São João Baptista de Camaquã.

Conforme Karl von Koseritz (1867, p. 42), “esta colônia projetada ainda não passa de projeto, com quanto já haja uns 30 prazos coloniais medidos e demarcados”. Para os trabalhos de medição, teria sido contratado o diretor da colônia de Santo Angelo, o Barão von Kalden, e que no momento da redação do relatório, por parte de Koseritz, estariam momentaneamente parados, devido a questões de ordem judicial entre Christiano Ruperti, suposto proprietário de algumas parcelas daqueles terrenos, e o governo provincial.

Este litígio, decorrente de problemas relacionados com a posse da região onde se instalou a referida colônia, estendeu-se por alguns anos, o que tardou, conforme veremos, a instalação efetiva do empreendimento.

No relatório que o senhor Francisco Marcondes Homem de Mello entrega a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 13 de abril de 1868, o mesmo faz referências à Colônia São Feliciano. Neste documento, está disposto que as respectivas medições e demarcações ainda estavam por ser feitas, quando foi tomada a decisão do governo provincial de entrar com uma petição contra o senhor Christiano Ruperti, que, conforme o documento, havia se apossado de uma grande parte do terreno que pertenceria à fazenda nacional.

No mesmo relatório está disposto, ainda, sobre a necessidade de fundar escolas na região, e há um destaque no mesmo, de que estariam instalados naquela localidade,

colonos, que já residiriam há mais de 30 anos no Brasil, mas que ainda não conheciam o idioma vernáculo. O relatório não especifica qual a nacionalidade destes colonos.

No relatório em que o Coronel João Simões Lopes passou a presidência da província para o senhor João Dias de Castro, em 1871, está disposto que ainda não teriam sido efetuadas as medições dos 50 lotes dos quais trataria a lei provincial nº748 de 29 de abril de 1871. Para tal serviço, teriam sido apresentados os agrimensores Adolpho del Pico Zambicari e Manoel José de Azevedo; contudo, quando estavam para contratar tal serviço, o Barão von Kalden, agrimensor oficial do governo provincial, teria requerido a renovação de seu contrato, o que teria ocorrido em 18 de março de 1864, impedindo a realização do serviço.

Em um relatório escrito pelo senhor Francisco Xavier Pinto Lima, quando este abriu a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembleia Legislativa em 14 de março de 1871, há uma referência à Colônia de São Feliciano. Conforme o referido relatório, esta colônia teria sido criada pelo §28 do artigo 22 da lei provincial nº 466 de 02 de abril de 1861, e o terreno a ela destinado seria de 3.1/2⁵¹ léguas quadradas. No mesmo documento, há novamente um destaque para os problemas relacionados à medição dos lotes, em virtude de questões relacionadas à propriedade das terras e que implicado atraso na fundação da colônia.

É apontado ainda que, para solucionar tal problema, teria sido encarregado o major José Maria da Fontoura Palmeiro, que teria medido e demarcado as terras devolutas destinadas a este empreendimento. O mesmo, na condição de juiz comissário especial, teria julgado as reclamações que apareceram, e teria resolvido todas as questões, deixando compreendida, entre os arroios Subtil e Perdiz, uma extensão de terras devolutas de mais de três léguas quadradas.

Confirmada pelo governo da Província, a sentença proferida pelo juiz comissário, e os embargos infringentes do senhor Christiano Ruperti tendo sido negados, teriam ficado resolvidos todos os imbróglis que envolviam esta colônia, estando a mesma, a partir desta data, apta para ser povoada.

Em relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo ministro secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no ano de 1875, o senhor José Fernandes da Costa Pereira Junior fornece informações sobre a colônia de São Feliciano. Esta, segundo o mesmo, seria composta por 159 lotes, dos quais apenas 35 estariam ocupados por 84 indivíduos, sendo um brasileiro, três suíços e 80 franceses, sendo 49 do sexo masculino e 35 do sexo feminino, 24 casados, 58 solteiros e dois viúvos,

⁵¹Cerca de 21km.

todos seriam católicos, 71 seriam agricultores, enquanto outros 13 praticariam outras profissões. Não haveria na região boas estradas e a comunicação ocorreria por simples veredas.

No referido documento, o autor afirma que seriam constantemente reclamadas a construção da sede da colônia, onde deveria ser instalada a casa do administrador, uma capela e uma escola (PEREIRA, 1875, p. 280). Conforme disposto no documento citado, o povoamento deste núcleo teria sido dado início apenas há pouco tempo [1871], por esforços pessoais do senhor João Baptista de Oliveira Brandão.

Consta ainda que a colônia estaria situada em terras de ótima qualidade, contudo seriam necessários alguns melhoramentos, principalmente no que se referia às estradas, bem como à construção de uma ponte. Informa ainda que os primeiros colonos, em número de nove homens solteiros, que teriam se estabelecido na colônia em maio de 1874, seriam todos oriundos da Villa da Encruzilhada, e que o atual diretor teria estimulado a vinda dos demais povoadores, que seriam procedentes da Europa, Montevidéu e Buenos Aires.

José Fernandes da Costa Pereira Junior (1875, p. 281) destaca que todos os moradores seriam extremamente pobres, obrigando-se o diretor a auxiliá-los. Algumas famílias teriam solicitado ajuda ao Presidente da Província, ameaçando abandonar a colônia, o que teria contribuído para que fosse feito um adiantamento aos mesmos.

Na Falla dirigida à Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em sua 2ª sessão da 16ª legislatura no ano de 1876, o senhor José Antonio de Azevedo Castro alude que estaria incumbido da direção da colônia de São Feliciano, desde junho de 1875, o senhor João Baptista de Oliveira Brandão, em substituição a Augusto Napoleão Sawat de Sant Brisson, que teria pedido demissão do cargo.

Naquele ano, a população daquela colônia seria de 167 indivíduos, sendo 147 franceses, nove suíços, dois italianos, dois espanhóis, um belga e seis brasileiros, ocupando 67 fogos. Professariam a religião católica 157 indivíduos, e somente 10 a protestante. Seriam do sexo masculino 108 e, do feminino, 59. Haveria 54 indivíduos casados e 113 solteiros.

Entre os importantes melhoramentos que foram apontados no referido relatório, estaria a construção de uma ponte sobre o arroio Subtil. É desta forma, cita o autor, que os colonos “poderão ir até a villa de Camaquam sortir-se do que precisão, visto não haver casa de negócio na colônia”, de modo que os colonos têm “de transportar o arroio dos Ladrões e para aquela villa o Subtil, e em ocasiões de cheias, ficão privados durante muito tempo do necessário” (CASTRO, 1876, p. 41).

No relatório apresentado à Assembleia Legislativa em 1877, redigido pelo senhor Thomaz José Coelho de Almeida, nos é informado que a população de colônia Provincial de São Feliciano seria composta, naquele ano, por 167 indivíduos. A especificação sobre o sexo, religião professada, solteiros e casados são idênticas às do relatório redigido por José Fernandes da Costa Pereira Junior (1875), o que indica que pode ter sido feita uma cópia dos dados.

Em um documento em forma de relatório, datado de 1877, escrito pelo senhor João Lins Vieira Cansansão Sinimbu, temos a informação de que a colônia de São Feliciano teria sido oficialmente criada pela lei provincial nº466 de 02 de abril de 1861, mas que teria sido estabelecida apenas em 1874. A colônia contaria com uma superfície de 98.252.000 m², divididos em 203 lotes medidos e demarcados, tendo cada um deles, uma área de cerca de 484.00 m².

Conforme o relatório, a terra seria muito fértil, apropriada para culturas de todas as espécies, entre elas frutos, cereais, fumo e vinha. A colônia contaria ainda com dois portos de embarque, duas estradas que comunicavam esta com o exterior, tendo sido projetadas mais duas outras estradas (SINIMBU, 1877, p. 112).

O documento traz ainda informações estatísticas. Naquele ano, a população seria formada por 55 brasileiros, 65 italianos, 97 franceses, oito suíços, dois espanhóis, um alemão e um paraguaio, totalizando 229 pessoas. Destes, 220 seriam católicos e nove acatólicos. Desde a fundação da colônia, teriam acontecido 16 nascimentos, 10 casamentos e seis óbitos, tendo sido ainda comercializados 70 lotes.

Estas informações são as mesmas prestadas no relatório do ano de 1879, o que nos leva a crer, que foi efetuada, mais uma vez, uma cópia das informações prestadas no relatório do ano anterior.

30 de dezembro de 1881 é a data de um relatório, redigido pelo Barão von Kalden, especificamente sobre a colônia de São Feliciano, apresentado ao presidente da província, o senhor Francisco de Carvalho Soares Brandão. O documento, composto por 15 páginas, fornece um grande volume de informações. Ele traz uma relação com o nome dos colonos, número dos prazos coloniais e data em que teriam adquirido suas propriedades, bem como um mapa da colônia. Faremos em seguida, uma análise mais minuciosa do referido documento.

Nos primeiros parágrafos, está disposta a justificativa de produção do material: teria sido delegado ao autor, pelo presidente da Província, o exame detalhado do atual estado da colônia provincial de São Feliciano.

Além da sua localização geográfica, o relatório dá conta de que a colônia teria suas terras (159 prazos coloniais) demarcadas no ano de 1873 pelo agrimensor Augusto de Sant Brisson, e que estaria ocupada, no ano de 1874, por 84 pessoas, quase todos de nacionalidade francesa, e que em 1878, quatro anos mais tarde, teria uma população de 265 pessoas.

Em 1876 foi efetuada uma segunda medição, desta vez pelo senhor Julio Delhaes, no sentido de expandir a área física da colônia, quando teriam sido acrescentados outros 45 lotes, totalizando assim 204 lotes. O documento trata dos problemas de propriedade nos quais esteve envolvida a referida área, narrando as doações, compras e vendas envolvendo os terrenos daquela área.

Na data de redação do referido documento, o Barão von Kalden (1881, p. 02) constatou estarem vivendo na colônia 188 indivíduos. O autor destaca que, apesar da vinda de novos imigrantes, bem como de nascimentos, ocorreu uma considerável diminuição no número de pessoas a partir de 1878, quando ocorreu uma representativa “retirada” de imigrantes. E destaca que, naquele momento, mais 19 pessoas “pretendem abandonar os seus lotes em breve”.

Estariam ocupados, em 1881, apenas 54 lotes, daqueles demarcados na primeira medição. Saliencia que 87 nunca teriam sido ocupados, sendo que 18 foram abandonados, logo que cultivados. Da segunda demarcação, todos ainda estariam intactos, os quais, conforme o autor, teriam pouca serventia para a agricultura.

A produção agrícola anual era bastante diminuta e a exportação bastante pequena⁵². O autor afirma que o sistema de cultura do solo era ainda o da primeira instituição, isto é, “após a derrubada do matto virgem, sua queima e plantação por meio de enxada. Do arado ainda não fazem uso estes colonos, posto que muitos já devessem estar em condições de o empregar” (BARÃO VON KALDEN, 1881, p.02), comentário que nos indica uma certa precariedade no modo de produção na região, no período.

As principais culturas seriam o milho e a batata. Feijão e trigo não ofereceriam grandes vantagens. Além disso, o tabaco e a videira “dão perfeitamente, tendo em vista belas amostras daquelle e provado vinho muito regular na colônia fabricado”.

O Barão von Kalden cita algumas circunstâncias, que do ponto de vista dele, seriam cruciais para o êxito de uma colônia. Dentre estas, ele cita que as terras deveriam ser de boa qualidade, próprias para agricultura e em quantidade suficiente; que o pessoal que

⁵² Vale destacar que o termo exportação neste período não tinha o mesmo significado que possui hoje em dia. Neste período, o termo era empregado no sentido da comercialização entre províncias ou mesmo entre municípios.

compõe a primeira fundação deveria ser formado por gente com vontade de trabalhar e não desmoralizada, gente robusta, prática, acostumada com trabalho pesado e ser, em sua maioria, composta por lavradores; a colônia deveria ter ao seu alcance mercados de consumo para onde fosse possível encaminhar os produtos excedentes; boas vias de comunicação, quer terrestres ou fluviais, também seria algo imprescindível. Citadas essas “circunstâncias”, o mesmo analisa a colônia de São Feliciano especificamente.

As terras, conforme o responsável pela redação do relatório, não seriam muito férteis, porém, não deixariam de produzir vários gêneros de primeira necessidade, bem como artigos destinados à exportação. O autor cita que as terras seriam “muito melhores do que as da muito florescente colônia de S. Lourenço, na Serra dos Tapes”.

A colônia, na opinião do autor, teria capacidade para cerca de 1.300 pessoas. Mesmo que as terras fossem em quantidade suficiente para a população, bem como relativamente férteis, o grande atraso e até o despovoamento decorria da “infeliz escolha da primeira turma de colonos para ahi mandada estabelecer-se” e que “mesmo dos que actualmente ainda se achão nella domiciliados, não se deve esperar que seus esforços operem mudança no sentido de maior prosperidade material e desenvolvimento regular” (BARÃO VON KALDEN, 1881, p.07).

É citado que mesmo já transcorridos sete anos da data de fundação, na referida colônia ainda não existiriam nenhuma casa de negócio, nenhuma ferraria e nenhum moinho. Os colonos habitariam ranchos de capim, as estradas não passavam de estreitas veredas que mal permitiriam o ingresso de um cavalo. Não havia ainda poteiros, nem tampouco vaca de leite.

De acordo com Von Kalden, os pioneiros teriam sido todos “imorigerados”. O autor afirma que não se pode chamar tal colônia de “colônia agrícola”, mas sim uma aglomeração de moradores que vivem “da mão para a boca”. Outro problema citado pelo autor se refere ao mercado consumidor. Conforme o documento, logo que a colônia produzir suficiente para comercialização, ela se “verá collocada em más condições”, uma vez que os povoados que ficariam cerca, além de extremamente pobres e pequenos, não absorveriam o seu comércio pelo simples fato de já serem abastecidas por outras colônias mais próximas⁵³.

Esta não existência de mercados de consumo próximos fez com que o autor sugerisse que os produtos não fossem cultivados em maior quantidade do que os

⁵³Percebemos nos comentários do Barão de von Kalden, que foi um dos mercernários contratados por D. Pedro II para lutar na Guerra do Paraguai e que permaneceu em território brasileiro após o término do conflito (BECKER, 1968, p. 41) uma má vontade para com os franceses e um certo preconceito. Não foi possível localizar nas fontes consultadas razões para tal comportamento.

necessários para o consumo de cada família, e que fossem cultivados tabaco e uva (vinho) e estes exportados, principalmente para países da Bacia do Prata. A produção da banha e arroz também foram sugeridos pelo autor.

Von Kalden recomenda ainda ao governo provincial a construção de novas estradas e o melhoramento das já existentes, bem como a construção de pontes. O redator não aconselha o envio de novas levas de imigrantes antes que os problemas narrados fossem sanados. Mas caso o governo julgasse oportuno, existiria nas margens do Arroio Subtil um espaçoso barracão coberto de telhas, que teria sido edificado pelo próprio governo Provincial e que se achava em bom estado, além de existir, na outra extremidade do arroio, uma antiga residência, de propriedade do senhor Marcos Gonçalves da Silva, anterior proprietário das terras, que teria bons cômodos e seria coberta de telhas e que poderia igualmente ser usada para acomodar novas levas de imigrantes que se dirigissem àquela colônia.

No final do relatório nos é apresentado um mapa da colônia, uma relação com 54 proprietários de lotes, destes 23 italianos, 22 franceses, 4 alemães, 3 brasileiros e 2 suíços, bem como informações, tais como religião, sexo e idade de cada um dos indivíduos citados.

Por fim, temos mais duas referências a esta colônia. A primeira contida na Falla dirigida à Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em sua 2ª sessão da 21ª legislatura de 07 de março de 1886, quando o desembargador Henrique Pereira de Lucena, informa que, para o cumprimento da lei nº1.528 de 30 de novembro de 1886, teria sido autorizada a venda da Colônia São Feliciano à sociedade *Deutsches Colonial Verein*, com sede em Berlim, e que uma cópia das bases, segundo a qual seria realizada aquela venda, teria sido enviada ao senhor Hermann von Ihering.

A segunda, na Falla que a Assembleia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, dirigiu ao vice-presidente da província, o Barão de Santa Tecla, em 27 de novembro de 1888, que não traz grandes novidades, apenas a preocupação com o futuro da colônia e algumas deficiências que a mesma possuía, e que são idênticas àquelas apontadas anteriormente.

Conforme destacamos, a colônia de São Feliciano passou por processos de litígio em relação à propriedade das terras, o que fez retardar em cerca de uma década a sua efetiva instalação. Apesar de ter sido palco de um vigoroso crescimento demográfico nos primeiros cinco anos (em 1878 passou a contar com mais de 265 moradores) a partir de 1881, por uma série de fatos, já citados, sofreu um processo de descolonização que foi sendo acentuado com o passar dos anos.

Muitos dos colonos de origem francesa, que era a etnia predominante nos primeiros anos, trocaram a colônia de São Feliciano pela colônia particular Santo Antonio, na Serra dos Tapes. Sobre esta, passaremos a nos dedicar com mais atenção, na sequência.

Conhecida popularmente como Colônia Francesa e localizada no Distrito do Quilombo, 7º distrito do município de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul, a Colônia Santo Antonio, está situada a cerca de 36 quilômetros do centro da cidade, limitada, conforme matéria veiculada pelo periódico Diário Liberal de 18 de setembro de 1933 (p.02), “ao Norte pela Cochilha dos Três Serros, ao Este pelo Arroio Andrade, ao Sul pela colônia Brusque e pelo Arroio Quilombo, a Oeste pelo Arroio Quilombo”.



Figura 03: Mapa com a localização do Distrito do Quilombo e da Colônia Francesa.
Fonte: BETEMPS, 2009, p. 70

O dia 20 de setembro de 1880 marca a fundação deste núcleo, que, de acordo com Marinês Grandó (1990, p. 16), é o “único núcleo agrícola de origem francesa no Sul do Brasil”. Nesta data, um grupo composto pelos senhores Gustavo Ribes, Celestino Jouglard, Domingos Pastorello, João Martin, Tranquilin Fouchy e João Capdeboscq, vindos da então colônia de São Feliciano, iniciaram a derrubada da mata para efetiva ocupação da região, conforme afirmou Lino Ribes, em seu discurso durante a comemoração do Centenário da

Imigração Francesa em Pelotas, que transcorreu em 1980 naquela localidade (1980^a, s.p.)⁵⁴.

Antes de nos determos sobre o processo de ocupação deste plaga, faremos um breve estudo biográfico sobre o seu idealizador, o Coronel João Antonio Pinheiro. As informações sobre sua biografia foram extraídas de uma reportagem veiculada no jornal Diário Popular do dia 04 de setembro de 1925, por ocasião de seu falecimento, segundo a qual teria morrido em decorrência de uma enfermidade que já vinha sendo tratada há algum tempo pelo médico Ottoni Xavier.

O “laborioso comerciante e industrial”, “veterano legionário republicano arregimentado”, nasceu no dia 19 de setembro de 1837 no município de Piratini. Após mudança para a sede daquele município, passou a atuar como empregado na casa comercial de Lazaro Soares Vianna, com a filha do qual acabou contraindo matrimônio: a senhora Joaquina das Chagas Soares. O casal teve apenas um filho: Augusto Leão Pinheiro.

O ano de 1874 assinala a data em que João Antonio Pinheiro fixou residência no município de Pelotas, passando a atuar no comércio de materiais de construção ao qual, logo em seguida, teria anexado um depósito de ferros, que fazia a importação da matéria prima diretamente da Europa.

Próximo à Estação Rio Negro, teria fundado outra colônia, da qual desconhece-se além da localização exata, também o nome através do qual passou a ser conhecida. Foi criador de gado nos municípios de Bagé e São Lourenço do Sul, e possuía uma granja na localidade da Quinta Aliança onde explorou a vitivinicultura⁵⁵. Empreendeu em 1886 a exploração e o povoamento de determinada região em Mato Grosso, empreitada em que não obteve sucesso. Tentou ainda a exploração de cobre no município de Lavras e exerceu cargos administrativos na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, na Companhia de Seguros Pelotenses e na Associação do Theatro Sete de Abril, bem como cargos políticos no Conselho Municipal de Pelotas entre 1896 e 1899.

Casou-se em segundas núpcias com Maria Conceição Barbosa Pinheiro e em terceiras núpcias com Cecília Teixeira Pinheiro, não havendo descendentes destes matrimônios.

A reportagem cita que João Antonio Pinheiro era dotado de um “espírito esclarecido e perscrutador, dotado de infatigável atividade e intensa capacidade de trabalho” e teria

⁵⁴ Trata-se de um documento datilografado que faz parte do acervo do Museu da Colônia Francesa.

⁵⁵ Não foi possível precisar a localização exata deste local.

empreendido vários “commetimentos progressistas”, dentre os quais se destacou a fundação da Colônia Santo Antonio, que na visão do jornal foi a “preciosa e bem-aventurada cellula ‘mater’ da colonização espontânea e fértil de benefícios” e que teria se tornado um dos mais valiosos fatores da riqueza regional:

Adquirindo por compra, sucessivamente, diversas datas de terras adjacentes ao primeiro núcleo colonial que organizou, as foi demarcando em lotes e transferindo-as, em vantajosas condições de preços e prazos, diretamente aos colonos, não raro adiantando-lhes até recursos pecuniários, para a satisfação de suas primeiras necessidades, destarte, tornando-se amigo solícito e prestimoso dos laboriosos cultivadores do nosso ubérrimo solo, muitos dos quaes procuraram retribuir afetivamente taes inapreciáveis benefícios, fazendo do casal Pinheiro-Soares seus compadres⁵⁶ (DP 04/09/1975, p.02).

Feitas estas considerações, passaremos a nos dedicar agora à análise da ocupação da região conhecida como Colônia Santo Antonio, que conforme atesta Leandro Betemps (2010, p. 118), teve sua denominação dada como uma homenagem ao santo protetor do organizador do empreendimento, o senhor João Antonio Pinheiro.

De acordo com Leandro Betemps (2009, p. 68), João Antonio Pinheiro teria adquirido por meio de compra cerca de 2.500 hectares, do senhor Luís de Azevedo e Sousa, terras que “faziam parte de antigas doações feitas a Francisco Gouveia da Silva em 1818”.

As primeiras negociações teriam sido feitas em 1879 com imigrantes franceses estabelecidos então na Colônia São Feliciano. João Antonio Pinheiro teria vendido os primeiros lotes a 800\$000 réis, para serem pagos a prazo. Além disso, o mesmo teria adiantado dinheiro aos colonos para suas primeiras necessidades. Doou ainda à colônia “um terreno de aproximadamente 15 hectares (avaliado, em 1889, em 300\$000 réis), para a comunidade construir escolas, igrejas, cemitérios ou qualquer outro estabelecimento comunitário” (GRANDO, 1990, p.77).

Marinês Grando (1990) aponta que a fundação da colônia Santo Antonio se deu basicamente pela atração que as facilidades comerciais oferecidas naquela época pela cidade de Pelotas exerceram sobre os colonos franceses.

Memórias dos primeiros tempos estavam ainda presentes na fala de Emílio Ribes (1980^a, s.p.), ao recordar que uma vez efetuada a derrubada da mata, o primeiro grupo teria regressado à colônia de origem. Acompanhados com suas respectivas famílias, retornam, chegando na colônia Santo Antonio em 23 de dezembro de 1880. Uma vez em solo

⁵⁶ Conforme aponta Betemps (2010, p. 119), existia na colônia uma escola com o nome da primeira esposa do fundador: Joaquina Soares Pinheiro que teria sido construída após a festa do cinquentenário, em 1930, por ocasião da união dos colonos que teriam feito a doação do terreno para edificação da mesma, o que de certo modo, atestaria este bom relacionamento do empresário, como os colonos.

pelotense, teriam empreendido a construção de pequenos ranchos de madeira, com cobertura de ripas de jerivá.

Feita a derrubada da mata e a queimada posterior para limpeza do terreno, teve início o cultivo de pequenas áreas que foram sendo aumentadas com o passar dos anos. Lino Ribes, em seu discurso, afirma que num primeiro momento teriam sido cultivados apenas feijão e milho, e que a produção teria sido muito boa em função da grande fertilidade do solo. Nos anos subsequentes, foram efetuados o cultivo de batata, trigo, fumo e alfafa, que se constituiu numa das principais fontes econômicas da colônia, conforme atestado por Carl Otto Ullrich em documento produzido no final do século XIX, traduzido e publicado em 1984, na revista *Ensaio FEE*, n. 2, da Fundação de Economia e Estatística (1984, p. 58).

De acordo com este autor, por cerca de quatro anos seguidos a alfafa teria dado um “excelente rendimento”. O fato de poder ser ceifada até 6 vezes ao ano (inclusive no inverno) aumentava os rendimentos. “O feno de alfafa é prensado em fardos de 6 a 10 arrobas, sendo assim um artigo de comércio bastante viável para a exportação aos estados do norte” (ULLRICH, 1984, p. 58).

Marinês Grando, citando a *Revista Agrícola do Rio Grande do Sul*⁵⁷ do ano de 1900 (p.152), afirma que “a cultura que os colonos de Santo Antonio têm em maior consideração é a de alfafa. Logo ao entrar na colônia veem se grandes alfafaes, que é uma das plantas que mais têm contribuído para a riqueza dos colonos” (GRANDO, 1990, p. 79).

Para auxiliar no sustento das famílias, Ribes (1980^a, s.p.), cita que os primeiros imigrantes efetuavam a coleta de cascas de goiabeiras e de aroeiras para comercialização. Estes produtos eram vendidos para os curtumes localizados na área urbana de Pelotas, informação que também é dada através de uma matéria veiculada no *Jornal Diário Liberal* de 18 de setembro de 1933.

Segundo Leandro Betemps (2009, p. 70), foram nos dois primeiros anos que se seguiram à chegada deste primeiro grupo que chegou a maioria das outras 50 famílias de imigrantes de origem francesa que assomaram para a formação da colônia Santo Antonio. A este grupo inicial, com a expansão territorial da colônia, somaram-se outros que vieram poucos anos mais tarde. O autor afirma que João Antonio Pinheiro teria efetuado a compra de outros terrenos por volta do ano de 1886 e vendido a outras famílias interessadas, desta vez “alemães, italianos, espanhóis, belgas, suíços e brasileiros”.

⁵⁷Fundada e mantida pela Sociedade Agrícola e Pastoril do Rio Grande do Sul, mantinha uma revista de tiragem mensal cuja manutenção ficava a cargo do Liceu Rio Grandense de Agronomia de Pelotas. O primeiro número foi publicado em 31 de julho de 1897 (ERTZOGUE, 1996, p.106).

Uma importante fonte para o estudo histórico da colônia Santo Antonio é o texto de Carl Otto Ullrich, publicado originalmente em Berlim no ano de 1898. No relato do autor, temos uma descrição topográfica da região, com a delimitação da área onde a mesma estava localizada, bem como a pontuação de alguns aspectos relevantes, tais como a presença de acidentes geográficos. Conforme o autor, “toda região de Santo Antonio constituía-se, antigamente, de mata virgem, cuja maior parte se localizava nas colinas e da qual ainda existe cerca de um quinto”. A presença de água potável em todos os núcleos, quando não a presença de algum rio ou arroio dentro do próprio lote, é outro aspecto destacado pelo autor, que aponta isto como sendo um fato de grande importância para a “implantação de poteiros” (ULLRICH, 1984, p. 58).

De acordo com Carl Otto Ullrich, nos primeiros anos de 1897, a picada “Dos Andradas”, localizada dentro da colônia Santo Antonio, contava com aproximadamente 19 lares (*Feuerstellen*) e cerca de 100 moradores. Já a picada “Franceza” contaria com 22 casas e cerca de 150 moradores. O autor cita ainda uma parte alemã que seria dividida em três picadas, com 36 lares, distribuídos em 25 lotes, contando com 210 moradores.

Ullrich menciona a presença de uma fábrica de celulose de propriedade do Senhor Bonnora, empreendimento movido à água e que “trabalha atualmente apenas com a produção de papel-embrulho, extraído de retalhos de tecidos de algodão, adquiridos na tecelagem Rheingantz de Rio Grande”. É dado destaque também para a presença de “uma casa comercial (de proprietário italiano), um moinho alemão, uma ferraria, uma fábrica de carros/carroças (*Wagenbauerei*), um curtume”, além da existência de três famílias que se ocupavam da “fabricação de madeira para tamancos, uma indústria caseira rentável”⁵⁸; na parte francesa existiria ainda um “moinho com uma construção lateral com serra circular e serra de fita” (ULLRICH, 1984, p. 58).

Em relação à infraestrutura, refere-se à presença de escolas, assunto sobre o qual nos dedicaremos com mais afinco na sequência do presente estudo. É citado ainda que as estradas eram mantidas pelos próprios colonos, e que por este motivo “se encontram em melhores condições do que as estradas públicas do interior”. O autor afirma que em 1898 não existiriam mais terrenos baldios naquela colônia e que a qualidade do solo seria muito boa, permitindo que praticamente toda a área pudesse ser lavrada com arados, destacando a ausência de rochas de grandes dimensões, que na visão do mesmo era uma grande vantagem.

⁵⁸ A madeira utilizada para fabricação dos tamancos era o açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), que de acordo com o autor, existia em abundância na região, servindo inclusive de nome, atualmente para uma localidade no atual município de Morro Redondo.

O autor dá conta ainda da presença de dois cemitérios e que, conforme o registro paroquial, “19 pessoas estão enterradas no cemitério alemão, as quais morreram num período de 14 anos” e que durante este mesmo período, ocorreram 58 nascimentos.

O primeiro cemitério teria sido fundado em 1887, conforme atesta Leandro Betemps (2010, p. 124), sendo que o “primeiro óbito foi o de Jean Jacques Jouglard, cujo corpo teria sido impedido de ser enterrado no antigo cemitério devido a uma cheia do arroio Quilombo”. Desta forma, foi fundado um novo cemitério, em local mais elevado, nas terras de Pierre Escallier, e que continua sendo usado até os dias atuais.

Em relação à economia da colônia, Carl Otto Ullrich (1984, p. 60) destaca a produção do vinho, do feno de alfafa (conforme já destacado anteriormente) e do tabaco, como produtos destinados à comercialização. Produtos como o milho, cereais, feijão, legumes, por sua vez, eram utilizados basicamente para o consumo próprio das famílias. Seriam produzidos ainda batata-inglesa, cevada, ervilha, toucinho, além de ser efetuada uma considerável comercialização de suínos vivos.

Além destes produtos, há um destaque para a produção do piretro⁵⁹ (*Tanacetum Asteraceae*), que conforme o autor “ainda está no começo, pois falta no momento um estabelecimento para a pulverização e empacotamento. O piretro dá rendimentos extraordinários. A colheita é trabalho para as crianças e, por isso, o seu cultivo é mais vantajoso do que qualquer outro”.

Leandro Betemps (2009, p. 76) afirma que na “primeira década após a fundação da colônia, os colonos ainda passaram algumas dificuldades, comiam o que achavam no mato, desde palmito dos coqueiros, até frutas silvestres”, mas que com o passar do tempo a situação teria se modificado de forma considerável.

O relato de Lino Ribes (1980^a, s.p.) é repleto de passagens que qualificam estes pioneiros como grandes desbravadores. Segundo o mesmo, as estradas teriam sido abertas a foice e facão. Este discurso não é muito diferente do que pode ser verificado através da leitura de matérias veiculadas na imprensa local, que se dedicavam à comemoração do Cinquentenário de Fundação da Colônia. De acordo com uma reportagem veiculada no jornal *Diário Liberal* de 18 de setembro de 1933, naquela região, nos primeiros anos, não “havia estrada alguma e sua superfície era coberta por uma invia floresta, mas graças aos braços fortes dos denodados fundadores, foram pouco a pouco desbravados

⁵⁹ Piretro é um inseticida e repelente natural obtido através de flores secas de *Chrysanthemum cinerariifolium* e *Chrysanthemum coccineum*.

os matos, abertos os caminhos e creados bons estabelecimentos agrícolas” (DL-18/09/1933, p. 05).

O ano de 1883 teria sido a data em que foram cultivados pela primeira vez parreirais na região. Lino Ribes (1980^b, s.p.) afirma que com o passar dos anos, as terras cultiváveis teriam sido cobertas por parreirais e inúmeras teriam sido as cantinas que produziam cerca de cem mil litros de vinho por safra. No periódico supracitado, afirma-se que com o passar dos anos e com o estabelecimento de empreendimentos vitivinícolas e industriais, a colônia Santo Antonio foi considerada uma das mais prósperas do município de Pelotas.

Na década de 1930, a região contaria com cerca de 340 mil pés (DL-18/09/1933, p. 05). Ribes (1980^a, s.p.) fala ainda da grande relevância que as fábricas de doces tiveram na região, assunto sobre o qual nos deteremos com mais afinco na sequência.

Em reportagem veiculada no *Jornal Correio do Povo*, em 20 de setembro de 1980, está posto que durante quase meio século o francês ainda era um idioma bastante falado na região; em contrapartida Marinês Grando (1990, p. 39) afirma que foi verificada uma substancial perda da identidade cultural, já depois da segunda geração.

Mas nem só de aspectos positivos vivia a colônia Santo Antonio. De acordo com um abaixo-assinado, preservado no Museu da Colônia Francesa, datado 27 de dezembro de 1887, 26 colonos da Colônia dos Andrades fizeram uma comunicação ao senhor Leopoldo Joucla, Vice Cônsul da República Francesa em Pelotas, na qual consta que eram constantes os crimes praticados naquela região. No referido documento, está descrito um crime no qual um grupo composto por oito indivíduos teria invadido a casa de um morador da região e ceifado a vida de um jovem que estava de passagem por aquela propriedade. De acordo com este documento, a comunidade solicitava providências, uma vez que se via constantemente ameaçada, o que nos permite constatar a possível frequência deste tipo de acontecimentos.

Relacionado ao associativismo francês, Leandro Betemps (2010, 107-108) afirma que em 20 de julho de 1884, em reunião na residência de Jean Guillaumet, alguns residentes franceses em Pelotas criaram a *Sociedade de Socorros Mutuos União Francesa*, que teria durado até o ano de 1935. Já no ano de 1887 parece ter havido dissidência, resultando na criação da *Sociedade de Beneficência e Filantropia Francesa*, extinta em 1917. Esta segunda sociedade teria surgido com o objetivo de auxiliar os compatriotas franceses que necessitassem de auxílio. Vale destacar que o autor aponta que a *Union Française*, já em 1903, aceitava sócios de outras nacionalidades.

Mesmo que estas iniciativas tenham sido desenvolvidas na zona urbana do município, entendemos que as mesmas exerceram influência direta sobre os imigrantes instalados na região colonial, podendo inclusive os seus sócios terem, de algum modo, influenciado a vinda deste contingente de imigrantes para Pelotas em 1880.

Especificamente sobre a região colonial, temos a existência da *Sociedade União Camponesa*. Frequentes eram as suas atividades, bem como anúncios de assembleias ou convites para reuniões, cuja publicação ocorria na imprensa local do período.

Em reportagem publicada no jornal *Diário Popular* em 29 de setembro de 1926, consta que a *Sociedade União Camponesa*, com sede no 7º Distrito, realizou uma festa e um baile para a inauguração dos retratos de Borges de Medeiros e Pedro Luis da Rocha Osório, em local de honra no salão de daquela Sociedade (residência de Pedro Bachinni).

Percebemos que esta associação, além de uma preocupação com o melhoramento do sistema educacional, como veremos na sequência, era de certo modo também a responsável pela realização de eventos, tais como bailes e festas.

Em outro documento elaborado por Lino Ribes (1980^b, s.p.), e que faz parte do acervo do Museu da Colônia Francesa, o mesmo faz um apanhado geral sobre uma série de aspectos relevantes sobre a história da região, mas que já foram de certo modo abordados por outros autores. Neste texto em especial, o autor centra sua atenção basicamente na elaboração das genealogias dos fundadores da Colônia Santo Antonio, dados que não nos compete apresentar no presente estudo.

Com o passar dos anos, a colônia se desenvolveu. O crescimento econômico da região, propiciado basicamente pela criação de vinícolas e fábricas de doces, fez com que a Colônia Santo Antonio se tornasse próspera e despontasse no cenário local, conforme já foi apontado anteriormente.

No auge do seu desenvolvimento, na década de 1930, a comunidade se mobilizou para os festejos do cinquentenário da fundação daquele núcleo e erigiu um obelisco para comemorar a passagem dos primeiros 50 anos da colônia.

Em reportagem datada de 20 de setembro de 1930, publicada no jornal *Diário Popular*, com o título “Cincoentenário da fundação da ‘Colônia Santo Antonio’ no 7º Districto do Município”, são exaltados os “laboriosos colonos” que saíram da colônia São Feliciano, no município de Encruzilhada do Sul, e, uma vez em Pelotas, “graças ao clima, entregaram-se ao amanho da terra, com a aplicação de diversas culturas, transformando assim, esses campos, em fecundas searas”.

A reportagem aponta que teria iniciado ali, o cultivo da alfafa, além do fato de que o “primeiro vinho fabricado no nosso município, teve também como centro de sua preparação a colônia Santo Antonio que ainda tem posição de relevo pela excellencia de suas conservas de fructas”. A matéria fala dos grandes festejos que ocorreriam por ocasião do cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes. Estariam previstos um “churrasco, cavalhadas e outras manifestações de regojizo”. O evento terminaria com a inauguração de uma “coluna votiva à data do Cincoentenario da fundação da prospera colonia”.

A reportagem fornece uma fotografia do monumento e a descrição do mesmo. Consta que o

bello marco, foi todo executado em bronze, pelo conhecido artista (...) Augusto Pastorello, e está localizado em terreno doado pelos habitantes, onde também será construído um prédio para a nova escola, que receberá ainda o nome do saudoso coronel João Antonio Pinheiro (...) A coluna tem 3 metros de altura, tendo numa das faces artística placa com a seguinte inscripção: ‘50 anniversário da Colonia Santo Antonio – Homenagem ao seu fundador cel. João Antonio Pinheiro e aos denotados pioneiros de seu progresso – 20-9-1930’. Ao alto também em bronze, num emblema, a data 1880-1930 (DP – 20/09/1930, p.05).

Outras notícias sobre o cotidiano daquela colônia puderam ser encontradas na imprensa local. Em maio de 1932, o *Diário Popular* publica uma reportagem (19/05/1932, p. 07) sobre o 30º aniversário da União Camponesa, que teria sede na casa comercial dos irmãos Bachini, ocasião em que teriam sido inaugurados alguns retratos de sócio-fundadores, entre eles o de Daniel Capdeboscq, Emilio Ribes e Vitor Russomano.

O último evento por nós analisado refere-se à comemoração do centenário de fundação daquela colônia. A primeira referência ao tema, que foi localizada, é uma carta⁶⁰ datada do dia 01 de setembro de 1980, na qual o senhor Nestor Chrochemore solicita à senhora Zilda Duarte Sedoz, então Secretária Municipal de Educação de Pelotas, que seja autorizada a realização, nas dependências da escola Joaquim Duval, da comemoração do Centenário da Colonização Francesa. Nesta mesma data foram enviadas cartas aos presidentes da Associação Colonial de Pelotas, solicitando a transferência dos jogos da Liga Colonial, que seriam realizados no dia 21 de setembro de 1980, mesma data em que ocorreriam as festividades.

Em carta datada de 05 de setembro de 1980, o Cônsul Geral da França, Jean-Claude Lenoir, agradece o convite para participação nas comemorações do Centenário, mas comunica que não poderá se fazer presente, enviando como seu representante o senhor Paulo Schroder de Castro, vice-Cônsul, que confirma sua presença no dia 03 de setembro

⁶⁰ Todos os documentos a seguir analisados, fazem parte do acervo documental do Museu da Colônia Francesa.

de 1980, através do ofício nº 037, no qual informa ainda, que não há verbas orçamentárias para o auxílio nas comemorações, mas que a bandeira francesa e o Hino da Marselhesa serão enviados em seguida, assim como ilustrações e brochuras sobre a França, para que fossem distribuídas à população.

O ofício nº 20/80 de 16 de setembro de 1980 solicita ao Chefe do Almojarifado da Prefeitura Municipal o empréstimo de 12 tábuas para confecção de prateleiras em uma sala de aula, por ocasião do evento que seria realizado dentro de alguns dias. 17 de setembro de 1980 é a data do ofício nº 21/80 no qual a Sociedade de Ensino Rural do Quilombo solicita, ao Delegado de Polícia, o fornecimento de um Alvará para a realização das comemorações do Centenário da Colonização Francesa.

Neste ano, foram diversos os anúncios encontrados na imprensa local falando sobre o centenário da imigração francesa no município. A primeira referência ocorre em um editorial publicado no *Diário Popular* de 12 de agosto de 1980, quando é anunciada a festa que ocorreria no dia 20 de setembro daquele ano. Informa que esta seria a única colônia francesa do estado do Rio Grande do Sul e o convite para a participação nas festividades é estendido a toda a comunidade de Pelotas, não somente aos moradores da “zona do Quilombo”. Chamadas semelhantes são feitas ainda nos exemplares dos dias 05 e 13 de setembro de 1980.

No dia 21 de setembro de 1980, o senhor Nestor Elizeu Crochemore⁶¹ concede uma entrevista ao *Diário Popular*, na qual coloca que aquela comunidade, composta por mais ou menos uma centena de famílias, “dedicam-se não mais ao cultivo da videira e ao fabrico do vinho, mas ao pessegueiro e macieira, soja e outros produtos agrícolas”. Ele cita ainda que o contingente populacional está perfeitamente integrado à vida municipal.

Em 30 de setembro de 1980, segundo matéria veiculada no *Diário Popular*, o Rotary Clube Pelotas Norte teria promovido uma reunião-almoço, em que teria sido feita uma comemoração alusiva ao Centenário da Colonização Francesa em Pelotas.

No dia 23 de setembro de 1980, o *Diário Popular* noticia que “um numeroso público teria se reunido na Vila Nova para comemorar o centenário daquela região do município”, onde o “hasteamento dos pavilhões (Brasil e França) constituiu um momento de alto civismo”. Consta ainda que cerca de duas mil pessoas teriam prestigiado o evento organizado pelos senhores Nestor Eliseu Crochemore, Lino Emílio Ribes e Marconi Isolan.

⁶¹ Nestor Eliseu Crochemore foi um grande empreendedor, e a ele deve-se em grande parte a centralidade que adquiriu a Vila Nova como sede das indústrias doceras que além de dar emprego aos colonos compravam a produção dos mesmos.

Conforme ata da reunião da Comissão dos Festejos, realizada no dia 31 de agosto de 1980, a programação da festa seria a seguinte: 11hs hasteamento das bandeiras brasileira e francesa; apresentação da banda União Democrata; Missa campal realizada junto do Obelisco que foi inaugurado por ocasião do cinquentenário. No Ginásio, às 12hs foi servido almoço (churrasco, sopa, risoto, mocotó, salada de batata e galinha assada na grelha). Às 14hs teve início a exposição de “Antiguidades” e uma cantina em miniatura; às 15hs café; tiveram lugar ainda jogos como Porquinho da Índia⁶², corrida de cavalos; às 17hs teve início a “Dança” com animação da Orquestra dos Ferreiras.

Foi ainda inaugurada uma placa, no Obelisco, em alusão aos fundadores. O evento contou com uma série de autoridades civis e eclesiásticas que se encontram nominadas na reportagem citada. O evento teria contado ainda com diversas “refeições, onde eram encontrados doces de variados tipos, cucas, pães e outras iguarias elaboradas mediante receitas e métodos caseiros”. Os resultados financeiros deste evento seriam revertidos em benefício das obras do Ginásio local.

Em relação às perspectivas atuais, a região entrou em um declínio no sentido de que as grandes fábricas de doces foram fechadas ao longo dos anos e a região passou progressivamente a ser abandonada por muitos moradores que optaram em morar na zona urbana de Pelotas ou em outro municípios. Mais informações sobre este tema, podem ser encontradas no trabalho de Alcir Bach (2009).

⁶² O Jogo consiste na colocação de uma série de caixas, numeradas, de mesmo formato, em ordenamento circular. São então feitas apostas, onde cada apostador compra, uma caixa, onde segundo o seu palpite o Porquinho da Índia (*Cavia Porcellus*), irá se refugiar, após ser solto no centro do círculo de caixas é solto um porquinho da Índia. Sai ganhador do jogo, aquele apostador que acertou a caixa onde o animal de refugiu.

1.1.3. IMIGRAÇÃO ITALIANA NA COLÔNIA MACIEL

La Mèrica

*Da l'Itàlia noi siamo partiti,
Siamo partiti c'o i nostri onori.
Trenta sei giorni de màccina e vapore.
E nella Mèrica noi siamo arrivà.
Nella Mèrica noi siamo arrivati,
No abiam trovato ne pàglia, ne fieno,
Abiam dormisto su'l nudo tereno,
Come le bestie abiam riposà.
E la Mèrica, l'è lunga e l'è larga,
L'è circondata de monti e de piani,
E co'la industria dei nostri italiani.
Abiam fondato paesi e cità.
Mèrica, Mèrica, Mèrica,
Cosa saràla sta Mèrica?
Mèrica, Mèrica, Mèrica,
Un bel massolino de fior.
Nela Merica noi siamo arrivati,
Abiam trovato una rica signora,
Abiam messo il cortelo a la gola
E l'argento abbiamo trovà.
E nela America abbiamo piantato
Formento, miglio, ingurie e meloni,
Abbian mangiato dei grossi boconi
Abbian goduto la libertá.*

(Hino oficial da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul – Lei Estadual nº 12.411/2005)

A última das três colônias analisadas no presente estudo é a Colônia Maciel. Enquanto a Colônia de São Lourenço foi criada em 1858, a de Santo Antonio em 1880, a Colônia Maciel foi criada na primeira metade da década de 1880. Diferente das duas outras colônias analisadas anteriormente, esta não possui uma data precisa de fundação. Há dúvidas inclusive sobre o ano exato. Algumas especulações foram feitas ao longo dos anos, mas sem resultados definitivos.

A Colônia Maciel, localizada no Distrito do Rincão da Cruz, 8º distrito do município de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul, está a aproximadamente quarenta quilômetros do centro urbano da cidade, conforme podemos identificar no mapa abaixo (Figura 4):

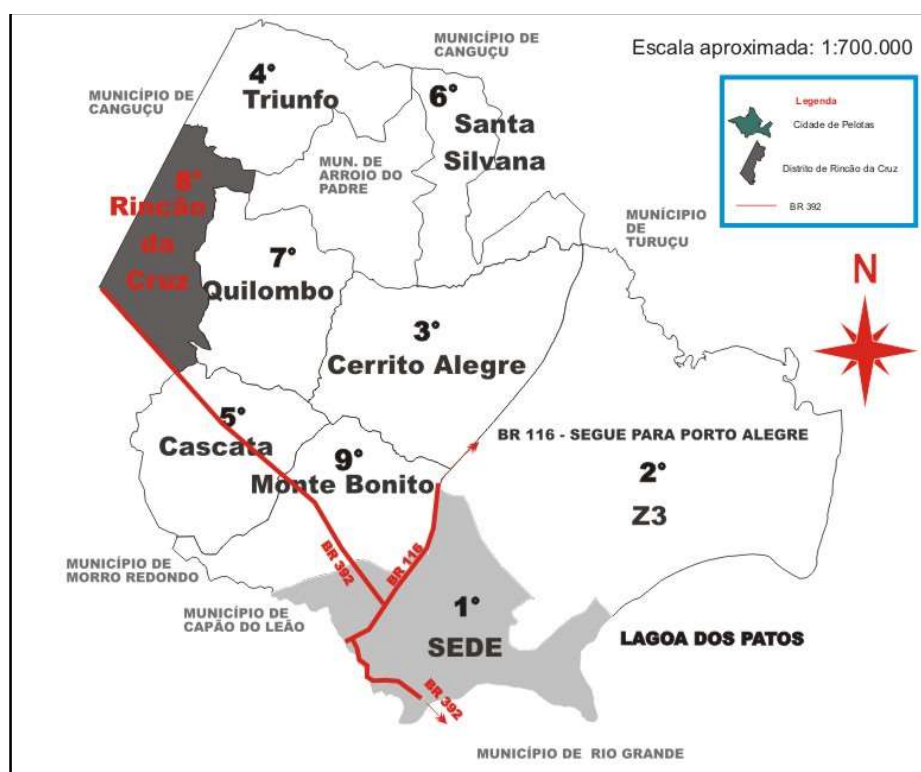


Figura 04: Mapa do município de Pelotas, com a localização do distrito do Rincão da Cruz.
Fonte: PANIS, 2007.

Dentro de um contexto no qual se destacava a produção saladeiril, cujos empreendimentos ficavam localizados às margens do Arroio Pelotas, a partir do ano de 1858 começaram a ser criados de forma sistemática, uma série de empreendimentos cujo objetivo era a formação de colônias de imigração, que procuravam ser uma outra alternativa além da indústria do charque. Assim, foram criadas em terras que não eram adequadas nem à pecuária, nem à monocultura, devido ao grande número de cursos d'água e ao declive acentuado, uma série de núcleos coloniais, que passaram a ser comercializados junto aos imigrantes que chegavam na região a partir daquela data (ULLRICH, 1984, p. 67).

Os autores não são unânimes quanto ao número deste tipo de empreendimentos. Leila Fetter (2002, p. 219-220) afirma que foram criadas mais de 100 colônias na região de Pelotas, sendo destas, quatro de iniciativa do governo Imperial, uma do governo municipal e as demais iniciativas de particulares.

Dentre as iniciativas do Governo Imperial, Marcos Hallal dos Anjos (2000, p. 67) aponta que em 1885 teve início a implantação de três núcleos: Maciel, Accioli e Afonso Penna. O autor destaca que as colônias estariam localizadas próximas ao município de Canguçu, região onde existia somente a colônia Santa Helena, particular, e que havia sido implantada fazia pouco tempo. As terras que seriam utilizadas para implantação destes núcleos seriam terras devolutas, porém, ao fazer a constituição da colônia, foram efetuadas diversas contestações de possíveis proprietários.

No relatório redigido em 19 de setembro de 1885, pelo senhor José Julio de Albuquerque Barros, e encaminhado ao senhor Miguel Rodrigues Barcellos, 2º vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul, consta que em vez de três colônias, teriam sido criadas quatro: Maciel, Afonso Penna, Accioli e Albuquerque Barros, que estariam “regidas pelas instruções aprovadas pelo Ministerio da Agricultura em portaria de 18 de novembro do anno passado” (BARROS, 1885, p. 163).

Percebemos que foram elevados os valores concedidos para a implantação daqueles núcleos, uma vez que, de acordo com o Decreto nº 3.271 de 28 de setembro de 1885, que orçava a receita e fixava a “despesa geral do Imperio para o exercicio de 1884-1885”, e que continuaram em vigor durante o exercicio de 1885-1886 com algumas alterações, dentre elas, conforme o § 1º “ficam augmentadas: No Ministerio de Estrangeiros a rubrica 5ª com a quantia de 19:972\$826” e no “No Ministerio da Agricultura: - A 24ª com a de 1.000:000\$ para os serviços de colonização, immigração e outros da mesma verba” (BARROS, 1885, p. 164).

Ainda no relatório de José Julio de Albuquerque Barros (1885), temos outra informação que dá conta do transporte de imigrantes do Porto de Rio Grande até os núcleos para onde eram destinados. Para o transporte desde a cidade de Pelotas até as colônias da Serra dos Tapes foi aceita a proposta de Jacob Klaes, porque “não obstante exigir mais 150 reis pelo alojamento e alimentação de cada imigrante do que outra que a Thesouraria julgava preferível, havia a considerar em seu favor”

1º Que só exigia 1\$050 réis por imigrante maior de quatro anos ao passo que a outra estabelecia o preço de 900 réis por maior de três anos, estando subtendido que nada se pagaria pela alimentação e alojamento dos que tivessem idade inferior ao mínimo declarado em qualquer das propostas.

2º Que pedia pelo transporte de imigrante a qualquer lugar 300 réis por cada 5 kilometros, inclusive alimentação, bem como acondicionamento e transporte de

quaisquer utensílios, entendendo-se pelos termos da mesma proposta que é gratuito o dos menores de quatro anos, sendo portanto mais favorável à Fazenda do que a outra que exigia 4\$000 réis por imigrante maior de três anos qualquer ponto, sem alimentação, mormente atendendo-se a que a maior distancia dos núcleos da serra dos Tapes é de 48 kilometros (BARROS, 1885, p. 164).

Sobre esta data, temos ainda o relato do viajante italiano Vittorio Buccelli⁶³ (1906, p.49), que cita que a Colônia Maciel teria sido criada oficialmente no ano de 1885, acompanhada de outras nove colônias.

No relatório datado de 1886, redigido do senhor Henrique Pereira de Lucena, presidente da província, o mesmo dá conta de que “quanto aos galpões que se hão de construir em diversos pontos no município de Pelotas, ainda não me foram apresentados pelos engenheiros os orçamentos e plantas que devem ser submetidos ao ministério” (LUCENA, 1886, p. 31).

O autor lembra que um destes galpões será, a pedido da Sociedade de Imigração, localizado na cidade, para o que foi concedido pela Câmara Municipal o terreno necessário.

De acordo com um relatório apresentado à Assembleia Geral na Primeira Sessão da Décima Nona Legislatura, pelo então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas João Ferreira e Moura, em 1885 relativo ao ano de 1884, teriam sido executados, sob direção do engenheiro ajudante José Francisco de Brito durante o ano de 1884, os trabalhos de “medição e demarcação de 209 lotes, sendo: 137 na Colônia Maciel, dos quaes 11 já foram distribuídos, distantes aproximadamente da cidade de Pelotas 47 kilometros” (MOURA, 1885, p. 368). Neste mesmo relatório são citados ainda a demarcação de lotes na colônia Affonso Penna (137 lotes) e afirma que ainda existem algumas terras devolutas cuja extensão não era conhecida e que existiam naquela região, alguns posseiros que requereram legitimação de seus terremos.

O referido relatório aponta ainda que o clima deste “logares por efeito de sua situação, 231,60 m acima do nível do mar, é o melhor que se pode desejar, e é comparável ao clima da Europa meridional”. Afirma ainda que “o solo é optimo e sua constituição arável, é quasi todo argilla-humifero, e presta-se a cultura de todos os cereaes e fructos da Europa”, sem excluir as “produções dos climas intertropicaes, como a mandioca, o fumo, feijão, milho, centeio, batatas, lúpulo, cevada e vinha”.

É apontado ainda que o terreno é acidentado e banhado por diversos arroios, sangas e córregos, e na maior parte coberto de matos, onde se encontram madeiras preciosas, sendo as terras em geral “das melhores qualidades para a agricultura”.

⁶³ Vittorio Buccelli (1861-1929) percorreu o Rio Grande do Sul em 1904.

E o relatório é finalizado, com a afirmação de que a comissão, que seria composta por um diretor, um ajudante, três agrimensores, um escriturário e um desenhista, teria feito ainda outras 19 medições, sendo 14 para discriminação, 4 para legitimação e uma para verificação de posse e “mais a construção de um barracão para acomodar 50 famílias de imigrantes até seu definitivo estabelecimento nos lotes coloniais” (MOURA, 1885, p.369).

Não foi possível localizar mais informações sobre a construção deste edifício, nem foi possível averiguar se este se tratava realmente do barracão construído na Colônia Maciel, ao qual nos deteremos na sequência.

Luciana Peixoto (2001, p. 10) cita um relatório do secretário de Estado João José Pereira Parobé, apresentado ao senhor Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros em 31 de julho de 1900 (p.23)⁶⁴ no qual está disposto que

foram fundados no município de Pelotas pelo Governo Geral, no passado regimen, em 1831 e 1832, os núcleos coloniais Accioly, Affonso Penna e Maciel. A comissão que ali funcionava até o anno de 1884, foi extincta e ficaram em abandono aquellas colonias. Tornando-se actualmente necessario conhecer em que condições ellas se acham, qual a sua população, que lotes existem habitados, occupados e cultivados, que divida tem os colonos para com o Estado, foi dada ao engenheiro José Barboza Gonçalves, que se acha em comissão no sul do Estado, a incumbencia de percorrer os nucleos e executar os trabalhos necessarios a escripturação e liquidação da divida (PEIXOTO, 2001, p. 10).

Não foi possível verificar se as datas contidas no relatório estão corretas ou se ocorreu um erro de digitação. Acreditamos que tenha sido a segunda hipótese, visto que não encontramos nas fontes consultadas nenhuma referência à criação de colônias na região de Pelotas nesta data (1831-32).

Ainda de acordo com Luciana Peixoto, conforme outros relatórios do período⁶⁵, “as terras destinadas à Colônia Maciel ocupavam uma área total de 18.564.848 m² e dividiam-se em três núcleos com as seguintes características”:

1º núcleo: composto por 50 lotes rústicos e 31 urbanos, sendo que 2 destes lotes foram reservados para o cemitério e a escola e, posteriormente um deles foi dado ao vigário de Canguçu para a construção da Igreja. Área total de 13.840.744 m²
2º núcleo: composto por 7 lotes rústicos. Área total de 2.677.285 m².
3º núcleo: composto por 8 lotes rústicos. Área total de 2.046.819 m².
(os lotes dos núcleos 2 e 3 foram vendidos em concorrência pública, sob condição de pagamento à vista) (PEIXOTO, 2001, p.11).

⁶⁴ Relatório dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Sr. Desembargador Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé, em 31 de julho de 1900, p.23.

⁶⁵Relatório do Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros e interino da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por Francisco de Barros e Accioli de Vasconcellos, Inspetor Geral. 1889, p.72; Relatório dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Snr. Desembargador Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, pelo Secretário de Estado João José Perira Parobé, em 31 de julho de 1902, p.38 e 39; Relatório da Comissão de Terras e Colonização em Pelotas ao Director das Obras Públicas, Terras e Colonisação, 1901.

Por fim, a autora aponta que as terras “ocupadas pelo núcleo Maciel foram, algumas vezes, medidas judicialmente a pedido de supostos proprietários ou pretendentes”, mas que devido ao fato de estes não possuírem documentos que comprovassem a posse, “acabaram, essas terras, sendo consideradas de domínio do Estado” (PEIXOTO, 2001, p.12).

Durante o primeiro semestre de 1888, conforme o relatório do mesmo ano, redigido por Joaquim Jacintho de Mendonça e destinado a Rodrigo Azambuja Villanova, foi possível averiguar que desembarcaram em Pelotas 68 imigrantes italianos. Conforme Luciana Peixoto (2001, p. 13), estes teriam sido chamados por parentes já estabelecidos em outros núcleos coloniais, e que os mesmos teriam sido “instalados em lotes de terras no núcleo Maciel, pois este era o único de que se podia dispor”. Ainda conforme a autora, no ano de 1889, o 1º núcleo estaria ocupado por 50 famílias de imigrantes.

A documentação preservada na Igreja de Sant’Anna⁶⁶, dá conta de que o marco da ocupação da Colônia Maciel remontaria ao ano de 1883, quando o Governo Imperial acabou por promover a vinda do que viria a ser a primeira leva de imigrantes italianos.

Percebemos que a data de criação da colônia é de certa forma controversa. Em função destes conflitos, bem como a ausência de uma documentação oficial que dê conta de tal aspecto, nos absteremos de efetuar maiores comentários a respeito do assunto, passando a seguir a nos dedicar ao processo de ocupação da região e aos principais acontecimentos que marcaram a história daquela colônia.

Luciana Peixoto (2001, p. 08) afirma que estas iniciativas do Governo Imperial, quando da formação de colônias de imigração, tinham como objetivo a diversificação econômica, pois os lotes recebidos pelos imigrantes deveriam obrigatoriamente ser destinados à exploração independente de cada família, e estes deveriam dedicar-se inicialmente à agricultura e à suinocultura.

Percebemos que neste período existia uma certa exaltação aos imigrantes de origem italiana. Conforme reportagem de 03 de outubro de 1883 do *Diário de Pelotas* (citado por Ângela Pomatti), temos as seguintes informações:

Assim todos que nos procurarem, de qualquer nacionalidade que seja, que desejarem partilhar nossos destinos, serão bem-vindos. A nacionalidade italiana, pela identidade de raça, de costumes e tradições, pelo seu espírito adiantado, ávido

⁶⁶ Trata-se de um livro manuscrito, cuja autoria está atribuída aos diferentes padres que atuaram como párocos na Paróquia de Sant’Anna na Colônia Maciel. Nele eram registrados os eventos mais importantes que ocorreram na Colônia. Acredita-se que o mesmo começou a ser redigido na década de 1930 por Jacob Lorenzetti. O referido livro faz parte do acervo da Paróquia de Sant’Anna e foi digitalizado pelo presente autor com o objetivo de facilitar a consulta.

de progresso, no mesmo tempo que vivaz e capaz de todas as abnegações, é aquela que mais facilmente se adapta à nossa sociedade, se amolda com o nosso meio social. Além de todas as qualidades que revestem a colonização italiana, por nós já enumerados, cumpre notar que ela procura fundir-se conosco, tratando de adquirir desde logo o meio mais fácil de fusão: a identidade de idioma (POMATTI, 2011, p. 45).

Além disso, as experiências bem-sucedidas empreendidas na Serra gaúcha, ou seja, na região de Caxias do Sul, e o certo receio em formar os chamados “guetos” de imigrantes alemães, podem ser as explicações para a busca por imigrantes de outras nacionalidades, com maior familiaridade linguística.

Apesar de a década de 1880 ser considerada como um dos marcos da imigração italiana em Pelotas, não podemos ignorar o fato de que na zona urbana do município era marcante a presença de estrangeiros, bastante anterior a este período, entre eles muitos italianos (ANJOS, 2006. p.66-76).

Para termos ideia, Marcos Hallal dos Anjos (2000, p. 130) cita que em 1873 teria surgido a primeira sociedade italiana pelotense, a *Unione e Philantropia*. Conforme o Almanaque do *Cinquantesimo della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*, publicado em 1925 (p. 392), já existiria em Pelotas naquela data a *Società Unione e Filantropia*, uma associação de mútua assistência que prestava auxílios para a colônia de Pelotas. Já em 1883 teria surgido a *Sociedade de Socorros Mútuos Circolo Garibaldi*.

Além disso, o mesmo Almanaque traz a informação de que existia naquela região, em 1925, uma outra corporação: o Fascio, que seria uma iniciativa de jovens imigrantes, sob direção de Ernesto Ronna⁶⁷, que tinha como objetivo principal a preservação da italianidade, e que lutava com todo entusiasmo para atingir os seus objetivos.

De acordo com alguns autores (BERTONHA, 2005; MAESTRI, 2010), muitas vezes esta presença de estrangeiros em determinada localidade acabava funcionando como uma espécie de “motivo de atração” para mais imigrantes, uma vez que os já estabelecidos, através de suas redes de contatos, acabavam por, algumas vezes de maneira involuntária, outras voluntária, fazer uma intensa propaganda do Novo Mundo.

Além disso, as inúmeras peças publicitárias que eram veiculadas na imprensa atestam esta grande divulgação das colônias brasileiras, que em alguns casos eram vendidas como verdadeiros paraísos, os *Paese de la Cocagna* (GEHRKE, 2015, s.p.). Um dos exemplos mais clássicos deste tipo de publicação, é o texto, já citado de autoria de Carl Otto Ullrich.

⁶⁷ Italiano que residia na zona urbana de Pelotas e que presidiu até o ano de seu falecimento o Fascio na cidade.

A relação nominal da primeira leva de imigrantes que se dirigiu para a Colônia Maciel está disposta tanto no Livro Tombo da Igreja de Sant'Anna, quanto no estudo de Leila Fetter (2002).

Tendo por base a listagem dos imigrantes percebemos que não existe nenhum registro de nomes femininos no mesmo. Contudo, na análise efetuada por Leila Fetter (2002, p. 190-194) a autora chega à conclusão de que dos imigrantes chegados na Colônia Maciel, 56% eram do sexo masculino e 44% do feminino. Ela traz ainda outras informações interessantes: 40% destes imigrantes seriam crianças menores de 10 anos; pessoas entre 10 e 30 anos somavam 34%; com idade entre 31 e 49 anos somavam 15% e com mais de 50 anos, eram 11%. 40% eram casados, 24% solteiros, 3% viúvos e 33% menores de idade. Em relação à alfabetização, apenas 21% seriam alfabetizados, 29% não alfabetizados e de exatos 50% não consta nenhuma informação acerca da escolaridade⁶⁸.

No Livro Tombo, anteriormente citado, há uma breve descrição sobre a chegada dos imigrantes, a qual reproduzimos na sequência:

No ano de 1883 (ou 1884 – início da colonização) mais ou menos, mandaram dividir esta data de matos em lotes coloniais, e um ano depois introduziram alguns colonos (imigrantes) italianos da região do Vêneto, em sua maioria da Província de Treviso. No centro desta colônia, o governo mandou construir um *Barracão*, onde os emigrantes moraram por algum tempo, até colocá-los nos lotes coloniais. Aos primeiros que aqui chegaram, deu-se um lote urbano, perto de onde construíram o dito Barracão. Mais tarde [este] serviu de capela. Na mesma ocasião o governo designou 4 lotes urbanos para o Cemitério da Colônia e um lote para a Igreja, que era o lote em que se achava o Barracão. Foi nos anos de 1884 a 1886 que vieram os primeiros colonos, para a Maciel. No primeiro ano, tiveram auxílio do governo tanto dos víveres, como das ferramentas para os trabalhos (LIVRO TOMBO, 1930, p. 01).

De acordo com o trecho citado, os imigrantes, uma vez chegados ao seu destino, foram instalados em um *barracão*, cuja construção foi realizada pelo próprio governo, com o objetivo de alojar estes provisoriamente, até o momento em que os mesmos tivessem construído as suas casas, nos lotes que lhes foram designados (GEHRKE, 2013, p.67).

Conforme Luciana Peixoto (2001, p. 13), “o governo pagava pela hospedagem, alimentação e socorros médicos dos imigrantes, até que estes estivessem estabelecidos, e pelo transporte destes até o núcleo colonial”. Contudo, apesar de terem tido o apoio do Governo, estes imigrantes enfrentaram uma série de dificuldades. Encontraram, aqui, uma realidade bastante diferente daquela que imaginavam, uma realidade completamente diferente daquela vendida pelas companhias de navegação, uma realidade completamente diferente daquele paraíso imaginado por muitos. Conforme diferentes

⁶⁸ Vale destacar que para este levantamento, a autora fez a utilização de dados obtidos no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

relatos, a região era um local desprovido de qualquer tipo de infraestrutura, com matas a serem derrubadas, as estradas, quando estas existiam, eram péssimas.

Ainda conforme os relatos preservados no acervo de História Oral do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, os primeiros anos dos imigrantes em seus novos endereços teriam sido marcados por um árduo trabalho de preparo das terras para possibilitar o cultivo. Neste sentido, primeiramente, a mata era cortada, em seguida, efetuava-se uma queimada no terreno, para que então, as pedras espalhadas pudessem ser retiradas, pedras estas que muitas vezes foram utilizadas na construção das primeiras residências.

Com o passar dos anos a Colônia Maciel passou a ter a economia baseada na agricultura e aos poucos foi se desenvolvendo. Os pequenos lotes eram responsáveis pela produção de quase todos os gêneros consumidos na localidade. O excedente era comercializado e com o dinheiro eram adquiridos os produtos que não podiam ser produzidos naquele local, como o sal e tecidos.

Em um relatório, datado de 1890, Enrico Acton, italiano que exerceu o cargo de vice-cônsul na cidade Pelotas e foi presidente da Sociedade Italiana durante o ano de 1890, ele afirma que a colônia italiana de Pelotas era relativamente numerosa⁶⁹, contava naquela data com cerca de mil pessoas, que teriam vindo ao país através de viagens gratuitas ou semi-gratuitas, sendo direcionados especialmente para atuar na agricultura. O autor afirma que a colônia é laboriosa e tranquila, mas que por necessidade está se confundido com a população nativa, uma vez que aprende com grande facilidade o português, mas que, mesmo assim, conserva um sentimento patriótico que seria comemorado em ocasiões especiais. As condições gerais seriam pouco floridas, e ele fala ainda da existência da *Società italiana di Mutuo Soccorso Unione e Filantropia e Circolo Garibaldi*, anexo à qual funcionava uma escola (ACTON, 1890, p. 165).

Especificamente sobre a colônia agrícola, o autor afirma que na Serra dos Tapes existiria uma colônia agrícola pouco numerosa, sendo que a principal é a Colônia Maciel e a Colônia Municipal, que contariam com cerca de 150 famílias. O autor fala que a situação destes colonos seria satisfatória, que os mesmos teriam comunicação frequente com a cidade, mas, que até “agora” (momento da redação de seu relatório), nunca nenhum deles teria se apresentado ao escritório consular para efetuar uma queixa, ou para pedir ajuda. Em vez disso, ele teria recebido em várias oportunidades, “visitas de amizade dos colonos” nas quais eles teriam se mostrado bastante satisfeitos com seu lote (ACTON, 1890, p. 166).

⁶⁹Aqui o autor se refere tanto aos italianos que residiam na zona urbana, quanto na zona rural do município.

Acerca do cotidiano deste núcleo, poucas são as fontes disponíveis para o estudo. Um dos documentos utilizados foi o texto do professor, agrimensor e pastor alemão Carl Otto Ullrich redigido em 1898⁷⁰. O mesmo cita que a Colônia Maciel estaria situada à esquerda da colônia de Santa Helena, cerca de 10 léguas de Pelotas⁷¹. Teria sido colonizada por “novos imigrantes”, sendo esta “uma colônia do governo de 50 lotes de 360.000 m², habitada por 56 famílias italianas num mesmo número de casas” (ULLRICH, 1984, p.73).

O autor destaca que existiam naquela data [1897], “5 casas comerciais, dois moinhos, uma escola da comunidade (italiana), uma escola do governo⁷² e uma igreja católica” (ULLRICH, 1984, p.63).

Em relação à economia da região, destacavam-se a produção de milho, feijão, tremoço, vinho, cevada, trigo e casca de árvore para curtume. Já quando se debruça sobre a questão do vinho, Carl Otto Ullrich é taxativo em afirmar que “quanto à qualidade do vinho, é muito inferior à do vinho [da colônia] de Santo Antônio, porque a maioria dos produtores não se esforça muito na sua preparação e também não tem os recursos e adegas necessários” (p.63-64).

Carl Otto Ullrich afirma ainda que a “qualidade do solo é 1 e 2. Há muito pouco solo arável, sendo bastante acidentado, com muitas rochas e alguns lotes sem nenhuma terra arável”, além de “dois riachos maiores a atravessar”⁷³. As estradas “são boas até a entrada da colônia; daí por diante muito ruins”. Contudo, afirma não haver naquele ano, nenhum lote de campo devoluto, bem como nenhum lote com mato.

Conforme o relatório da Intendência Municipal, datado de 1922, a Colônia Maciel contaria, no ano de 1900, com 343 indivíduos, distribuídos em 55 famílias que habitavam 65 lotes (ANJOS, 2000, p. 71). De acordo com Ernesto Pellanda (1925, p. 44), no ano de 1902 a população daquela colônia seria de 440 pessoas.

No Almanaque do *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*, publicado em 1925, são poucas as informações sobre a região colonial de Pelotas. No primeiro volume da publicação se destaca a informação de que a Colônia Maciel seria uma colônia fundada por “diversas famílias italianas, a maior parte trevisanos e vicentinos”. O Almanaque traz ainda a informação de que os habitantes deste núcleo colonial, hoje sede

⁷⁰ O texto é uma espécie de panfleto redigido para a Associação Central de Geografia e Incremento dos Interesses Alemães no Exterior, e tinha por objetivo a divulgação de informações e conselhos aos imigrantes alemães sobre as colônias do Sul do Brasil, do qual já tratamos anteriormente..

⁷¹ Aproximadamente 48 quilômetros.

⁷² Na escola do governo o salário anual do professor seria de R. 1:200\$000.

⁷³ O autor referia ao Arroio Quilombo e ao Arroio Caneleira.

da paróquia do Padre Jacob Lorenzet, “devido ao isolamento em que se encontram perderam quase inteiramente o uso da língua italiana. Seu número é superior a 120 famílias” (p. 124). Já o segundo volume tem dedicado ao município de Pelotas 15 páginas, contudo, as referências à Colônia Maciel, nesta parte, são ausentes.

Outras informações puderam ser encontradas no estudo de Angela Pomatti, quando a autora cita uma reportagem do *Diário Popular* de 07 de agosto de 1891 (p. 01):

A Colônia Maciel, protegida pela municipalidade, como sua criação, muito pouco tem adiantado, formou-se é verdade, o núcleo colonial com regular número de lotes; muitos porém, foram mal distribuídos e cometeu-se a falta gravíssima de ter essa colônia privada por muito tempo de uma estrada de rodagem, não podia prosperar e já foi alguma coisa não se aniquilar de um todo (POMATTI, 2011, p. 58).

Não foram encontradas mais informações que se referissem a um suposto aniquilamento da Colônia Maciel.

Em relação à origem do nome desta colônia, as referências são poucas e desconhecidas. Angela Pomatti (2011, p. 45) cita uma reportagem do *Diário de Pelotas*, datada de 30 de abril de 1884, que traz informações sobre uma colônia denominada Francisco Maciel. Segundo a autora, esta seria a Colônia Maciel, onde teriam sido demarcados 50 lotes numa área de 15.986.150m².

Já o Livro Tombo informa que “o nome da Colônia Maciel teve origem do primitivo dono deste lote de matos, de 50 colônias mais ou menos Fulano de tal Maciel”.

Datado de 1925, temos um relato redigido pelo Cônego José Barea, secretário do Arcebispo Metropolitano Dom João Becker, no qual o mesmo fala sobre a situação das colônias italianas no Rio Grande do Sul, mas com um viés religioso. Dentre as suas descrições, o mesmo se refere à Colônia Maciel onde destaca que diversas seriam as famílias italianas que fundaram este núcleo colonial e ali residiam, sendo a maior parte trevisanos e vicentinos. Ele afirma que a sede da paróquia teria sido erguida por D. Giacob Lorenzet⁷⁴, mas devido ao isolamento em que se encontram, perderam quase inteiramente o uso da língua italiana. Seu número é superior a 125 famílias.

Vale destacar que as informações fornecidas pelo cônego são muito semelhantes às apresentadas pelo Almanaque do *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*, sendo datadas do mesmo ano deste.

Outra informação foi encontrada no Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul de 1974⁷⁵, mas que diverge das demais fontes consultadas. Neste boletim, está posto que a

⁷⁴ Jacob Lorenzet.

⁷⁵ Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul de 1974 ano 19, nº 17 p. 20-23 jan/dez/1974.

Colônia Maciel seria uma colônia estadual⁷⁶, que teria sido criada em 1885 com área de 357 hectares em Pelotas. No mesmo documento, consta a informação de uma outra Colônia Maciel, criada no ano de 1902, no município de Canguçu com 1.400 hectares. Tais informações não puderam ser comprovadas nas fontes por nós consultadas.

Para finalizar, vale destacar que este capítulo teve como principal objetivo discorrer um pouco sobre o processo de formação de cada uma das colônias que são objeto de estudo da presente tese. Assim, nos dedicamos a fazer um breve retrospecto histórico sobre o processo de ocupação da Serra dos Tapes, e analisamos as particularidades da Colônia Maciel, da Colônia Santo Antonio e da antiga colônia de São Lourenço. Alguns dos principais aspectos estão dispostos na tabela abaixo (Tabela 03):

	Colônia Maciel	Colônia São Lourenço	Colônia Santo Antonio
Ano	1883	1858	1880
Grupo étnico	Italianos	Alemães	Franceses
Economia	Alfafa, frutas	Batata	Vinho, Frutas, alfafa
Religiosidade	Católicos	Luteranos/Católicos	Católicos

Tabela 03: Quadro comparativo entre diferentes grupos étnicos.
Fonte: Autor, 2016.

De certa forma, mesmo em se tratando de três colônias que apresentam diferenças significativas, uma em relação à outra, conforme pode ser percebido ao longo deste capítulo, percebemos também uma série de semelhanças. Dentre estas, podemos citar principalmente a organização econômica cujo foco principal está pautado na produção de gêneros alimentícios associada à criação de animais domésticos, cujos excedentes passaram a ser comercializados, o que de certa forma contribuiu para o desenvolvimento de pequenos estabelecimentos industriais e para a produção artesanal de uma série de artefatos.

Assim, uma vez compreendidos o processo histórico pelo qual estes grupos abandonaram as suas pátrias de origem e o processo e instalação no novo país, feitas as análises sobre as condições que permitiram o desenvolvimento de uma política de imigração no Brasil, identificando a realidade com a qual os imigrantes se depararam ao chegarem ao Brasil, foi possível identificar a representação de uma espécie de heroísmo, a atribuição de um caráter heroico e desbravador a estes imigrantes, o que fica evidente quando analisamos os relatos orais e há referências a este passado.

⁷⁶É bem provável que a Colônia Maciel, assim como outras colônias administradas pelo Império tenham se tornado estaduais após a queda da monarquia. Contudo, não foram localizados referências nestes relatórios provinciais no sentido de responder a este questionamento: como ficou a situação das colônias no momento de transição de Império para República?

Contudo, não podemos ignorar que as condições de sua chegada e instalação diferiram totalmente dos habitantes autóctones, que quando não foram dizimados, foram expulsos, bem como os nacionais (luso-brasileiros) e principalmente os negros aquilombados que mesmo habitando uma região, não possuíam certificado de posse de suas propriedades, sendo assim, expulsos de suas propriedades. Logo, as condições de tratamento foram muito diferentes e privilegiaram os colonos: além de contarem com auxílios nos primeiros tempos, tiveram um tratamento diferenciado ao longo dos anos. Mesmo que em alguns momentos possa parecer que as dificuldades tenham sido inúmeras e grandes, temos certeza de que os benefícios foram bastante grandes e, desta forma, permitiram que as colônias se desenvolvessem e atingissem o grau de desenvolvimento que possuem atualmente e que fossem responsáveis pelo surgimento de bens culturais dignos de proteção, assunto este, que será tema do próximo capítulo.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL DE IMIGRAÇÃO

*Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural,
se a experiência não mais o vincula a nós?*
Walter Benjamin

Conforme a nota epigráfica de Walter Benjamin que abre o presente capítulo, patrimônio, de forma bastante resumida, é um bem com o qual temos algum tipo de vínculo. Este conceito nos remete para a origem do termo, *patrimonium*, cujo significado está diretamente ligado à herança familiar, ou seja, aquilo que passa de pai para filho (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.10 e 11).

Contudo, de acordo com Lorenç Prats, patrimônio não é algo que simplesmente transmite-se ou herda-se. Para o autor, patrimônio é uma construção social de caráter dinâmico que vai mudando e evoluindo ao longo do tempo, transformando-se e resignificando-se (PRATS, 1998, p. 02).

Neste sentido, o conceito surge quando um indivíduo ou um grupo identifica, como seu, um objeto ou um conjunto de bens culturais, o que faz com que patrimônio seja uma construção social e, como tal, sujeita a trocas e mudanças em função das circunstâncias históricas e sociais (BALLART, 1997, p. 131).

Conforme Françoise Choay (2006, p. 240), o conceito de patrimônio é um conceito nômade. A autora o compara com um espelho, no qual os membros de uma sociedade contemplariam a sua própria imagem e que conforme mudam os indivíduos mudariam o entendimento e a concepção do que seria considerado ou não como patrimônio.

José Reginaldo Gonçalves (2003, p. 26) afirma que patrimônio é uma categoria de pensamento e, enquanto tal, passível de modificações ao longo dos anos. O que caracteriza um objeto ou uma manifestação como parte integrante do patrimônio cultural de um determinado grupo é, como sugere Carlos Marés de Souza (2008, p. 35), o fato de estes bens estarem vinculados a determinado grupo, local, ou evento ou terem excepcional valor, ou ainda, serem portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, o que está em conformidade com o disposto na Constituição Brasileira de 1988, artigo nº 216, que define patrimônio cultural.

Para Marcos Arévalo (2001, p. 933) o patrimônio cumpre uma função identificadora, uma vez que é ele que mantém entre as diferentes gerações um vínculo de pertencimento. De caráter simbólico, é dele que deriva sua capacidade de representar uma determinada identidade. Os grupos de modo geral selecionam alguns elementos ou manifestações mais representativas de sua realidade cultural que os passam a identificar. Estes elementos são o que chamamos de patrimônio cultural.

O reconhecimento de um bem cultural como sendo patrimônio cultural de um grupo “implica no reconhecimento de algum valor excepcional ou singular que justifique a sua preservação enquanto um representante cultural”, o que faz com que a “legitimação social do patrimônio cultural seja uma das formas de garantir a preservação de bens culturais nos seus mais diversos suportes” (FONSECA, 1999, p.11).

É justamente esta legitimação, e a consequente preservação dos bens culturais, que justificam, para as comunidades de imigrantes que habitam a Serra dos Tapes, a patrimonialização de suas memórias coletivas. Atribuir valor ao Patrimônio de Imigração, composto por bens culturais materiais ou imateriais integrantes do cotidiano destas comunidades, é um aspecto relativamente recente na região.

Quando nos referimos ao chamado Patrimônio de Imigração, estamos de certo modo nos apropriando de um termo cunhado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que aplicou o mesmo pela primeira vez na região nordeste, no estado de Santa Catarina.

A primeira proposta, referente à paisagem cultural da imigração em Santa Catarina, derivou de projeto igualmente pioneiro no IPHAN: os Roteiros Nacionais de Imigração. O projeto se desenvolveu a partir de um inventário de conhecimento, iniciado em 1983 (no âmbito da Fundação Nacional Pró-Memória), interrompido na década de 1990 e finalmente retomado em 2003/2004. Já na sua concepção, a ideia era não apenas inventariar e tomar um número determinado de bens, mas estabelecer linhas de promoção e fomento daquele patrimônio que possibilitassem, especialmente, a preservação das paisagens rurais, constituídas não apenas pela arquitetura dos imigrantes, mas resultantes dos hábitos e costumes ainda vivos no cotidiano da região. Desde o princípio, imaginava-se trabalhar com a constituição de rotas, caminhos, roteiros, buscando promover uma maior integração entre os diversos bens (IPHAN, 2009, p. 13).

Assim foi criado, naquele estado, o chamado Roteiro Nacional de Imigração, sob a justificativa de preservar elementos que remetem ao passado de municípios que foram palco do processo de colonização empreendida por imigrantes de origem europeia não ibérica e que “guardam até hoje, na sua paisagem e nos seus hábitos, as marcas da presença do imigrante europeu” (IPHAN, 2010, s.p.).

Naquele projeto as pequenas propriedades rurais são os elementos mais representativos. A organização destas propriedades, suas estruturas, os detalhes, a decoração e volumetria singulares, formam em conjunto com as pastagens, plantações e cursos d’água, o que se convencionou chamar de Patrimônio de Imigração. Naquele

estado, a maior parcela destes bens estão distribuídos em pequenos lotes familiares, distribuídos ao longo das antigas estradas coloniais.

Notamos que, no caso da Serra dos Tapes, a exemplo do que ocorreu em Santa Catarina, parte da comunidade percebeu a relevância histórica e cultural dos seus bens, sejam estes de natureza material ou imaterial, e reconheceu a necessidade de proteger os mesmos da destruição, sob risco perderem as referências identitárias.

Percebemos ao longo de nossa investigação que, na Serra dos Tapes, já na década de 1990⁷⁷ iniciou-se uma espécie de sensibilização para a importância de elementos culturais relacionados com o passado imigrantista, como um elemento que pudesse, além de contribuir para a preservação de seus traços culturais, servir como uma espécie de elemento de atração de turistas, o que proporcionaria um conseqüente incremento nos rendimentos familiares, seja através da cobrança de ingresso para permitir a visita às suas propriedades, seja através de comercialização de produtos, ditos, “típicos da região”.

Contudo, para que possamos entender melhor este processo de sensibilização, se faz necessário que tenhamos claros alguns conceitos como identidade, etnia, grupo étnico e etnicidade. Tarefa à qual nos dedicaremos na sequência.

⁷⁷ Uma das primeiras iniciativas na região foi a articulação da comunidade da Colônia Maciel para a criação de um museu na região, o que ocorreu em 1994. Já em 1998, na Colônia Municipal, temos a criação do Museu do Gruppelli.

2.1 IDENTIDADES ÉTNICAS: O COLONO IMIGRANTE

O que reúne e atrai as pessoas não é a semelhança ou identidade de opiniões, senão a identidade de espírito, a mesma espiritualidade ou maneira de ser e entender a vida.
Marcel Proust

Conforme nota epigráfica de Marcel Proust a reunião e a união de pessoas depende basicamente de fatores tais como sua maneira de ser e de agir. Justamente esta maneira de ser e de agir que fará como que diferentes grupos adotem para si uma identidade que as diferencie das demais. Italianos, franceses, alemães, pomeranos são os nomes dados a alguns destes grupos e que são foco de nossa investigação. Além de esta identificação conter um forte elemento étnico, existem ainda dois outros elementos que merecem ser mencionados: a questão de estes indivíduos serem imigrantes, ou mesmo descendentes diretos de imigrantes, vindos ao Brasil no século XIX; e também o fato de serem indivíduos cuja moradia está localizada em zonas rurais e o sustento provém principalmente da agricultura.

Contudo, para que possamos entender melhor as ideias postas neste capítulo, se faz, como já dito anteriormente, que tenhamos uma compreensão de quais conceitos que adotamos ao longo de nossa tese, neste sentido, os próximos capítulos darão conta disso.

2.1.1 IDENTIDADE, ETNICIDADE, ETNIA E GRUPO ETNICO

A única coisa que torna possível a identidade é a ausência de mudança, mas ninguém acredita de facto que se seja semelhante àquilo de que se lembra.
Gertrude Stein

A nota epigráfica que abre o presente capítulo serve como uma espécie de metáfora para que possamos entender o conceito de identidade, uma vez que, segundo o antropólogo Joël Candau (2011, p. 23), identidade é uma construção social, indissoluvelmente ligada à memória, com a qual se conjuga, de que se nutre e na qual se apoia. Tal afirmação é corroborada por David Lowenthal (2005, s.p.), ao afirmar que “sem recordar o passado não é possível saber quem somos”, logo, “controlar” o passado é uma maneira de “controlar” o futuro.

O conceito de identidade, conforme Stuart Hall (2014, p. 09), é “bastante complexo, pouco desenvolvido e muito pouco compreendido”. Tema central de estudos na Sociologia e na História no final do século XX (BAUMAN, 2000), a identidade é um processo em permanente construção e desconstrução e é considerado como um fenômeno que, ao mesmo tempo em que se desmantela, se reconstrói (HEREDIA, 1999, p. 146).

Joël Candau (2011, p. 27) afirma que “identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de traços culturais”. Além disso, entende que identidade pode tanto ser uma instância administrativa, uma representação, ou um conceito. Neste sentido, destaca que o termo identidade é impróprio. Ele aponta que quando os indivíduos percebem-se ou mesmo imaginam-se como membros de um grupo e produzem diferentes representações quanto à origem, história e natureza desse grupo, estes indivíduos acabam se identificando não somente com um aspecto, mas com uma série de aspectos (CANDAU, 2011, p. 25), de sorte que o termo mais apropriado seria *identidades*, uma vez que ele dá conta de diferentes identificações, que podem existir simultaneamente em um único indivíduo ou em um único grupo.

Ainda nesta mesma linha, podemos destacar o fato de que “as identidades não são unificadas nem coerentes”, como destaca Stuart Hall (2014, p. 24). Elas são formadas ao longo do tempo, através de processos inconscientes, não podendo ser consideradas como algo inato, existente na consciência individual no momento do nascimento. Para o autor, a identidade permanece incompleta, e está sempre em processo, sempre sendo formada.

Assim, Stuart Hall sugere que, em vez de falarmos de identidade como algo acabado, falemos da identificação como um processo em constante andamento.

Luís Heredia (1999) destaca que as identidades, por se tratarem de estruturas dinâmicas e instáveis, não sendo algo preso única e exclusivamente ao passado, mas totalmente dependente das relações que mantêm com o mundo presente, sendo que muitas de suas ações são orientadas para projetos futuros (HEREDIA, 1999, p. 146).

Neste sentido, retomando o aspecto abordado por Joël Candau e destacado anteriormente, Stuart Hall (2014, p. 11-15) afirma que é ilusório pensar que existe “uma identidade unificada e estável”. Para ele, todo sujeito é “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”. A identidade “plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”, e estas contradições, conforme o autor, podem atuar tanto “fora” da sociedade, quanto “dentro” da cabeça de cada indivíduo. Sendo assim,

o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2014, p. 11-12).

Esta multiplicidade, ou mesmo este dinamismo, irá depender basicamente dos contextos sociais, históricos, políticos e culturais, nos quais o indivíduo ou o grupo estão inseridos. Neste sentido, é importante destacar aquilo que Stuart Hall (2014, p. 29-30) afirma, de que as “identidades não são impressas nos nossos genes. Não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas ao longo de nossa existência como indivíduos sociais”.

Paulo Possamai (2005, p. 77-85) afirma que as fricções inter-étnicas teriam favorecido a construção de uma identidade coletiva, “que viu na etnicidade em comum, um valor a ser preservado como forma de autodefesa” frente ao diferente. Assim, a “distância da pátria-mãe e os contatos com outras etnias, em certos casos, criaram e, em outros, reascenderam o sentimento de identidade”.

Nora Lilí Prevedello (1999, p. 103) lança a teoria de diferentes reações de um determinado grupo étnico, quando instalados em um novo território. Segundo a autora, este pode renunciar a sua identidade, assimilando o grupo por ela denominado como “dominante”, em um processo de integração social. Pode ocorrer ainda o que ela chama de “manipulação da identidade”, que ocorre quando determinados comportamentos denominados de “identidade negativa” são ocultados, ou quando as circunstâncias lhes são desfavoráveis. E, por fim, salienta que, como uma forma de “acentuar a identidade étnica”

frente a um perigo de aculturação ou como uma atitude de autoestima, a identidade permite ao grupo interagir com a sociedade receptora sem maiores conflitos, ao mesmo tempo em que são reforçados alguns dos elementos identificatórios ancestrais e ressignificados outros traços culturais.

Quando nos referimos a questões relacionadas à reivindicação identitária de determinado grupo, Philippe Poutignat e Jocelyne Sreiff-Fenart (2011, p. 137) afirmam que as “reivindicações identitárias implicam sempre interesses materiais subjacentes. Quando elas não conferem nenhuma vantagem no acesso ao poder ou a recursos materiais, as fronteiras étnicas se enfraquecem e as identidades étnicas tendem a desaparecer”.

Maria Catarina Zanini (2007) aponta que não há uma criação aleatória de significados. A autora assinala que as identidades são manipuladas conforme convém aos atores sociais. E esta manipulação passa obrigatoriamente por “algo que está muito intrinsecamente marcado neles, como um emblema”. Trata-se de um alimentar a crença em um “antepassado ideal, geralmente corajoso, trabalhador, empreendedor, religioso, humilde, abnegado” e que “era também exaltado pela sua capacidade de vencer as adversidades, fossem naturais ou psicológicas”. Forma-se assim a figura de “um herói civilizador em que repousava a força da ancestralidade” o que demonstra, principalmente, uma “discursividade étnica centrada no trabalho e na noção de colonização civilizadora bem-sucedida” (ZANINI, 2007, p. 43-47)

Desta forma, a identidade étnica de “italiano”, como assevera a mesma autora (ZANINI, 2007 p. 41-44), “era uma identidade referenciada na ‘origem’”, origem esta que “estava sedimentada em, além de relações de consanguinidade, parentesco e afinidades, basicamente, em memórias”, onde existia uma “constante invocação do passado”, uma necessidade constante de fazer vínculos “com seus antepassados migrantes”.

Neste sentido, Steve Fenton (2003, p. 107) afirma que “as circunstâncias influenciam o modo como uma pessoa se apresenta a si própria”. “Dependendo das circunstâncias, as pessoas podem ver o seu local de origem, a sua ancestralidade e aspectos do costume e da cultura como fundamentais para a sua identidade”. Neste contexto, “as pessoas associam um significado primordial a esses atributos, que são vistos como fundamentais e mesmo biológicos, certamente baseados na localização e semelhantes em natureza a laços de parentesco”.

Neste sentido, porém, sobre outro viés, é interessante observar o trabalho de Gastón Julián Gil (2007), que em um estudo efetuado na província de Córdoba, na Argentina, percebeu que a reivindicação identitária étnica (italiana, no caso), muitas vezes vinha

acompanhada por interesses. O autor cita como exemplo, as bolsas de estudos de graduação e pós-graduação, os cursos de formação profissional em países europeus, o visto permanente em território europeu, que eram oferecidos aos descendentes dos imigrantes.

Assim, motivados por interesses principalmente de ordem econômica, “foram construindo a identidade que havia se perdido nas gerações de seus pais”⁷⁸ (JULIÁN GIL, 2007, p. 314-315). Além destes interesses, o autor aponta outros fatores que incentivaram esta reivindicação identitária. Ele aponta que este aspecto é influenciado diretamente seja por fatores políticos, contingentes situacionais e circunstanciais, seja por situações onde a religião e aspectos relacionados à sociabilidade ou à estrutura familiar são peças-chave.

Nesta mesma linha, Maria Catarina Zanini aponta que este interesse varia não só de um grupo para outro, mas até mesmo dentro de um mesmo grupo. De acordo com a referida autora, para os jovens, a obtenção da dupla cidadania é especialmente atrativa basicamente como um investimento para estudos e viagens, já para os mais idosos, “trata-se simplesmente de obter algumas vantagens em viagens internacionais e de possuir o passaporte italiano, um símbolo de distinção que era acionado em nível local” (ZANINI, 2007, p. 46).

Em outro estudo analisado, também tendo como foco a província de Córdoba na Argentina, Nora Lilí Prevedello aponta que a consciência de identidade étnica aparece mais forte precipuamente em descendentes de terceira geração, porém, de modo diferente do que no grupo originário. Ela coloca ainda que o seu “surgimento” pode ser assinalado principalmente quando esta se torna uma “prática rentável, geradora de benefícios econômicos, políticos e sociais”⁷⁹ (PREVEDELLO, 1999, p. 104). Ela destaca ainda outros elementos, como a língua, o lugar de origem comum e as esperanças de progresso, todos vividos e significados também como comuns ao coletivo. O trabalho, fonte de bem-estar das famílias e instrumento de progresso econômico, a família, as festas que favorecem a continuidade das tradições, são outros elementos apontados pela autora como influentes neste processo (PREVEDELLO, 1999, p.104-106).

No caso brasileiro, temos o texto de Roberto Cardoso Oliveira (2003), que segue por esta mesma linha, quando o autor cita alguns casos de identificação étnica por parte de tribos indígenas do norte do Brasil, onde fica clara a reivindicação étnica por motivos basicamente econômicos, como o direito à terra. Afirma inclusive que em muitos casos não

⁷⁸ “*construyendo la identidad que había se perdido en la generación de sus padres*”, conforme tradução nossa.

⁷⁹ “*una práctica rentable, generadora de beneficios económicos, políticos y sociales*”, conforme tradução nossa.

são permitidos aos grupos assumir a sua identidade étnica num “ambiente nitidamente adverso”, pois estariam, desta forma, colocando-se “eles próprios como temas de debate”, podendo daí advir uma série de prejuízos. Ou seja, a identidade é considerada – e tratada – como um fenômeno social que pode ser acionado ou mesmo silenciado, consoante o contexto e a situação na qual estão inseridos os indivíduos.

Em seu artigo, João Fábio Bertonha (1998), ao estudar os italianos em São Paulo, verificou naquele grupo a existência de uma espécie de conflito identitário. De acordo com o pesquisador, a identidade étnica italiana era muito pouco desenvolvida nos imigrantes no momento de sua chegada ao país, uma vez que sobressaiam-se as identidades regionais e locais. Aos poucos, esta identificação mais regionalista foi cedendo lugar, influenciados pelo ambiente brasileiro, que não os diferenciava, pois todos eram tratados como sendo apenas “italianos”. O autor verificou ainda as influências diretas da política fascista, que, através de uma política nacionalista, procurava projetar uma imagem de “restaurador da ordem e da grandeza imperiais da Itália”, o que era visto como uma forma de estes operários “recuperarem o orgulho por suas origens e se inserirem melhor na sociedade brasileira” (BERTONHA, 1998, p.61).

Neste sentido, a identidade pode ser considerada como um “forte campo de disputas políticas”. No caso dos operários italianos de São Paulo, que num primeiro momento se identificavam segundo a região de onde provinham, passaram a se identificar somente como italianos, e, em seguida, como membros da classe operária e também como brasileiros. Isto evidencia o quanto suas identificações eram reelaboradas em conformidade com interesses, sendo um sinal, conforme aponta o autor, de que estas identidades “não se expressam num vácuo, mas num contexto econômico, social, político e cultural que condiciona a fluidez das mesmas e ajuda a compor o seu significado”, sendo caracterizadas de acordo com um conceito “muito mais fluido e móvel”, podendo ser “recriado e reelaborado” (BERTONHA, 1998, p. 66), quantas vezes for necessário. Neste processo dinâmico uma identidade pode se sobressair a outra, e, por vezes, pode existir uma dupla ou múltipla identidade, o que confirma os argumentos lançados anteriormente, pautados nas afirmações de Joël Candau (2011).

Philippe Poutignat e Jocelyne Sreiff-Fenart (2011, p.156) afirmam que um “grupo pode adotar os traços culturais de um outro, como a língua e a religião e contudo continuar a ser percebido e a perceber-se como distinto”, que é exatamente o que foi percebido por Dilza Porto Gonçalves (2008) quando esta estudou as relações entre negros e alemães no município de Canguçu, no Rio Grande do Sul.

Stuart Hall (2014, p. 31) afirma que “as culturas nacionais ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades”. Para ele, esses “sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”, configurando o que Benedict Anderson (1983) chamou de “comunidade imaginada”.

Percebemos, analisando esta fala de Stuart Hall, que os elementos citados por ele podem ser percebidos nos grupos que nós estudamos. Existe uma narrativa comum pautada em um passado histórico partilhado por todos os membros, que começa com grandes sacrifícios que tiveram início ainda em território europeu e se intensificaram na viagem e mesmo após a chegada ao Brasil. Em seguida, temos a superação das adversidades, a conquista do sucesso econômico, e, por fim, a invenção de tradições, baseando-se neste passado, com um claro objetivo de legitimar este discurso.

Uma das formas mais eficazes desta legitimação é a utilização do idioma materno. Lili Prevedello (1999, p. 112) afirma que a língua é considerada um vínculo que mantém a coesão do grupo, é uma manifestação coletiva; já os laços familiares, os laços de consanguinidade, são considerados pela autora como sendo aqueles mais importantes e “socialmente aceitos” para a reivindicação identitária, uma vez que fazem parte de um sistema fechado, cuja inserção somente ocorre através do nascimento ou do casamento, não sendo portanto, acessíveis a toda a sociedade. Ou seja, enquanto a língua serve como um elemento coletivo, a consanguinidade é algo que faz parte do universo individual.

Olívio Manfroi (2001) aponta que entre os imigrantes de origem italiana na Serra Gaúcha a religião católica teria tido um papel de grande destaque. Contudo, para Paulo Possamai (2005, p. 149), “parece difícil acreditar que o catolicismo por si só, fosse suficientemente forte para garantir a identidade coletiva dos colonos”. Conforme este autor, “tudo leva a crer que ele foi um dos componentes principais da coletividade, mas não se pode negar que havia uma consciência étnica que era despertada quando surgiram tensões com uma etnicidade diferente” e ele continua, apontando que a “preservação da fé religiosa estava estreitamente ligada à manutenção da língua, da cultura e dos costumes italianos”, mas é enfático ao afirmar que o “catolicismo não é o principal componente da identidade italiana”, aspecto que de certa forma ficou evidenciado no trabalho de Cristiano Gehrke (2013), com referência à Colônia Maciel em Pelotas.

Assim, podemos concluir que a identidade, para que possa efetivamente existir, necessita do “outro”, ou seja, é necessário que o indivíduo se veja diferente, é necessária a diferença, a distinção, ao mesmo tempo em que é necessária uma coesão interna. Os

fatores que podem contribuir para esta identificação variam conforme o grupo, o período histórico; os diferentes autores estabelecem ênfases distintas sobre interesses e interpretações que incidiriam sobre os processos de definições identitárias, podendo ser desde elementos relacionados à religiosidade, ao idioma, ao trabalho, aos laços sanguíneos, ao passado histórico partilhado, entre outros.

Em relação ao termo etnicidade, Caroljin Terwind (2012, p. 4) afirma que esta deve ser entendida simplesmente como “uma forma de identificar-se”. Philippe Poutignat e Jocelyne Sreiff-Fenart (2011, p. 13) vão mais além. Os autores afirmam que a “eticidade não é um conjunto intemporal, imutável de traços culturais transmitidos da mesma forma de geração para geração”. Eles afirmam que o que diferencia a “identidade étnica de outras formas de identidade coletiva é o fato de ela ser orientada para o passado”.

Conforme Frederic Barth (1969, p. 10), os denominados grupos étnicos “são categorias de identificação que as pessoas fazem uso para se classificar e classificar aos outros”.

Maria Catarina Zanini (2006, p. 69-70) destaca que a identidade étnica se revela como uma espécie de “espelho, por meio do qual se consegue, além de se visualizar individualmente, estabelecer a noção de iguais e diferentes com relação a outros seres sociais”, e é nessa “diferenciação social no interior da sociedade local e regional” que ocorre, através de uma auto atribuição, ou conforme afirma a autora, de serem portadores de uma “origem europeia e portadores de determinadas características e valores culturais [que] agregam valor ao indivíduo, potencializando capital simbólico e cultural” destes grupos.

Philippe Poutignat e Jocelyne Sreiff-Fenart (2011, p. 111 e 125) asseveram que a “eticidade é vista como uma construção social da pertença”, situacionalmente determinada e manipulada pelos atores, conforme interesses. Sendo assim, “a etnicidade e a valorização da cultura [étnica] promoveriam uma estetização da vida, orientando condutas, gostos, padrões de comportamento e consumo”. Seria algo que “agregaria valor a si mesmo e a suas famílias enquanto pertencentes a uma origem diferenciada e possuidora de um histórico de sucesso” (ZANINI, 2006 p. 200).

Poutignat e Sreiff-Fenart (2011, p. 141 e 79) destacam ainda que a etnicidade “é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores”. Assim, conforme os referidos autores, os “imigrantes que primeiramente se identificavam com sua aldeia ou sua comunidade local,

descobriram, depois de sua chegada na América que eram poloneses, eslovacos”, o que nos indica que a “consciência de grupo destas populações não existia antes que os seus membros atravessassem o Atlântico”.

Maria Catarina Zanini (2006, p. 203) afirma que a “etnicidade é uma estratégia de sobrevivência, tanto psicológica, como econômica ou cultural. É a troca, a possibilidade de circularem por vários países e culturas, possuindo, em algum lugar, pessoas que os recebam de uma forma familiar”. Porém, nem sempre, todos que reivindicam uma determinada etnicidade almejam uma determinada cidadania.

Poutignat e Sreiff-Fenart (2011, p. 165) defendem que são numerosos grupos que “atualmente se reconhecem como grupos étnicos, mas que não tinham nenhuma consciência de sua identidade comum há apenas um século”, o que na visão dos autores “atesta que a continuidade com o passado é sempre estabelecida por processos criativos”, tais como mostrados por Eric Hobsbawn e Terence Ranger (2014, p.23), a propósito da invenção das tradições. O fato de uma identidade étnica poder ser “criada ou inventada” não implica por isso que ela “seja inautêntica ou que os atores que a reivindicam possam ser tachados de [fazerem uso de] má fé”.

Retomando o exposto anteriormente, etnicidade refere-se a todo aquele conjunto de “atributos ou de traços tais como a língua, a religião, os costumes, o que a aproxima de noção de cultura, ou à ascendência comum presumida dos membros” (ZANINI, 2006, p. 202).

Concordamos com Maria Catarina Zanini (2006, p. 202) que afirma que por não entender a cultura como algo residual, nem tampouco como algo acabado, mas sim como um “processo, uma estrutura viva e dinâmica que bebe dos encontros e acontecimentos cotidianos da vida coletiva e individual”. E é justamente este fenômeno que percebemos de forma bastante clara e evidente na Serra dos Tapes.

Para encerrar esta parte onde trazemos alguns conceitos chave para o entendimento de alguns aspectos bastante relevantes no nosso trabalho, traremos ainda os conceitos de etnia e grupo étnico.

O termo etnia tem origem na palavra grega *ethnos*, e significa povo que tem o mesmo *ethos*, ou seja, os mesmos costumes, valores, língua, entre outras características. Para Stuart Hall, etnia é o termo utilizado “para nos referimos às características culturais, que podem ser a língua, a cultura, a religião, os costumes, as tradições ou o sentimento de lugar, que são partilhadas por um povo” (HALL, 2014, p. 36).

Philippe Poutignat e Jocelyne Sreiff-Fenart (2011, p.83) se referem ao termo para “designar um grupo social cujos membros compartilham um sentimento de origem comum, reivindicam uma história e um destino comuns” além de “possuírem uma ou várias características distintivas”. Nesse sentido, Kalina Vanderlei Silva (2006) afirma que “não importa se o grupo realmente descende de uma mesma comunidade original: o que importa é que os indivíduos compartilhem essa crença em uma origem comum”, uma vez que a “etnia é uma construção artificial do grupo, [e] sua existência depende de seus integrantes quererem e acreditarem fazer parte dela” (SILVA, 2006, s.p.).

Além de etnia, outro termo que será utilizado com certa frequência ao longo do nosso estudo é o termo “grupo étnico”. Quando fazemos uso da palavra grupo, temos que levar em consideração que o seu uso “implica algum tipo de organização coletiva” (FENTON, 2003, p. 87). Kalina Vanderlei Silva (2006, s.p.) afirma que um grupo étnico “precisa de uma interação entre todos os seus membros, enquanto a etnia abrange um número grande demais de pessoas para que haja relação direta entre todas elas”. “O grupo étnico seria, então, um conjunto de indivíduos” que interagem entre si, além de comportarem todas as características gerais da etnia” e exemplifica esta definição, apontando que os indivíduos que “frequentam a mesma sinagoga, constituem um grupo étnico, ao passo que os judeus como um todo compõem uma etnia”.

Grupo étnico, para Fredrik Barth (1969, p. 10-11), é toda população que “se perpetua principalmente por meios biológicos”, que “compartilha valores culturais fundamentais”, que “compõe um campo de comunicação e interação” e que possui “um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem”.

Neste sentido, Max Weber (1969, p. 318) chama de grupos étnicos todos aqueles agrupamentos humanos que se fundam na semelhança do hábito exterior e dos costumes, ou de ambos, ou ainda em recordações de colonização, migração, que abrigam uma herança subjetiva em uma procedência comum de modo que a crença é importante para a ampliação das comunidades.

José Maurício Arruti (2014, p. 207) afirma que o grupo étnico “não está baseado nem na ocupação de territórios exclusivos, nem no isolamento, mas na reafirmação contínua de sua diferença em relação aos outros”. Ele continua afirmando que “mesmo quando há o contato permanente entre grupos e uma tendência à redução das diferenças culturais entre eles, a reafirmação permanente das fronteiras étnicas se manifesta por meio de uma estrutura de interação”, o que significa que existe “um conjunto sistemático de regras,

códigos de conduta para interação, que regulam os encontros sociais interétnicos”, aspecto que pode perfeitamente ser observado na Serra dos Tapes.

Ainda sobre grupos étnicos, Philippe Poutignat e Jocelyne Sreiff-Fenart (2011, p. 26-37) afirmam que estes estão ancorados em símbolos identitários que se fundam na crença de que possuem uma origem comum, uma herança cultural comum ao mesmo tempo em que “conseguem manter os limites que os distinguem dos outros”. Estes possuem “traços culturais diferenciadores, que podem variar no decorrer do tempo e ao sabor das interações com outros grupos”.

Ainda, conforme os referidos autores, “todas as dimensões levadas em conta para definir um grupo étnico” “tornam-se pertinentes, embora determinados atributos culturais, como a língua, estejam em melhor posição para serem nisso utilizados” (POUTIGNAT E SREIFF-FENART, 2011, p. 163).

Deste modo, percebemos que os recursos simbólicos que são utilizados pelas comunidades que residem atualmente na Serra dos Tapes, que têm um passado histórico pautado na migração de seus antepassados, são sim utilizados como critérios de criar um pertencimento coletivo à determinada etnia.

Os descendentes imigrantes alemães, italianos e franceses que habitam a região colonial da Serra dos Tapes podem ser identificados como sendo grupos étnicos, na medida em que “se percebem como pertencentes a uma origem distinta daquela dos demais brasileiros e reivindicam tal distinção” (ZANINI, 2007, p. 42), o que fica claro na totalidade das entrevistas analisadas em nossa investigação.

Percebemos que uma série de questões permitem que tais grupos se identifiquem e sejam identificados como diferentes. Julgamos que a educação, a religiosidade, o passado comum baseado na experiência migratória, uma memória ancestral, as práticas de lazer, o idioma, a culinária, as crenças, as festividades e a própria origem biológica (sangue) são fatores que contribuem de forma fundamental para a perpetuação deste sentimento. Nenhum destes elementos, isoladamente, seria capaz de criar uma identificação, ao mesmo tempo que reconhecemos, que não existe uma identidade una, mas sim, identidades plurais.

Como vimos, identidades ao mesmo tempo que possuem uma força aglutinante, são fluidas, negociáveis e principalmente por este aspecto, por este motivo, que acreditamos que o estudo da identidade, da etnicidade através de memórias, é tão produtivo, tão satisfatório, pois “é através das memórias que se observa como o passado sobrevive, interage e interfere no presente e qual o seu peso simbólico” (ZANINI, 2006 p. 23).

2.1.2 COLÔNIA – COLONO

*O colono
O bom trabalhador do campo
Que acorda antes do sol sair
Produz o nosso alimento
Luta firme, sem desistir
Trabalho que não escolhe dia nem hora
É semana, feriado e domingo
Descanso só de vez em quando
Descansar mesmo, só dormindo.*
Wanderlei Holz

Diferença é a palavra que melhor define um determinado indivíduo ou mesmo um determinado grupo, quando comparado com outro. Contudo, mesmo em sociedades marcadas por uma profunda diferença entre os seus indivíduos, não podem ser ignoradas algumas semelhanças, sejam fenotípicas, sejam, principalmente, comportamentais ou culturais. Estas semelhanças fazem com que os grupos possam ser classificados em função de uma certa uniformidade, uma certa homogeneidade, principalmente cultural, que faz com que se identifiquem como sendo pertencentes a este ou aquele grupo.

Mesmo que as fronteiras simbólicas entre os grupos sejam bem delimitadas, não podemos negar a existência de uma constante e frequente troca cultural com outros grupos com os quais estes mantêm algum tipo de relação. Estas trocas culturais geralmente são estimuladas pela proximidade geográfica.

Já nos dedicamos a apontar qual nosso entendimento em relação ao termo identidade, bem como já apontamos a existência na região que serve de palco para o nosso estudo do que podemos denominar identidade étnica; ora, o que não podemos ignorar, contudo, é a existência de um outro aspecto, um outro elemento de identificação, que é comum aos três grupos étnicos por nós estudados, que é a identificação com o mundo rural, que aqui chamamos de identidade de colono.

Esta identidade é raramente citada por pesquisadores, que apontam principalmente a existência da identidade étnica e a predominância desta sobre as demais. Mesmo nas comunidades estudadas, conforme pode ser verificado através de observações participantes realizadas ao longo do período de nossa investigação⁸⁰, esta identidade de colono é, muitas vezes, negada pelo simples fato de as identidades relacionadas com a sua origem étnica serem, do ponto de vista destes indivíduos, colocadas em patamar mais

⁸⁰Estas informações foram registradas pelo presente autor em um diário de campo, material este do qual nos utilizaremos ao longo desta tese.

elevado de importância, e, quem sabe, mais valorizadas aos olhos do restante da sociedade.

Colocado de forma genérica, na mentalidade das classes dominantes, no século XIX e mesmo no século XX, era o escravo quem trabalhava a terra. Num período em que afluíram para o Brasil uma grande quantidade de imigrantes que se dedicaram quase que exclusivamente ao cultivo da terra, podemos entender que a alcunha de colonos assumia um tom pejorativo, justamente pelo fato de se equipararem aos escravos, no que tange à produção dos meios para a sua sobrevivência.

Mesmo que a justificativa desta nomenclatura fosse dada ao fato de serem os colonos os habitantes das colônias, o tom vilipendioso e pejorativo do termo permaneceu ao longo dos anos, podendo ser verificados resquícios desta discriminação até os dias atuais em relação aos menos aquinhoados, mesmo que não mais com tal força e vigor como possuía nas décadas passadas.

Como tudo na história, as mentalidades passaram por modificações. Conceitos foram revistos, determinados julgamentos foram considerados ultrapassados, comportamentos outrora comuns, passaram a ser inclusive considerados como crimes. Nesta perspectiva, assistimos ao longo da história, na Serra dos Tapes, momentos em que as identidades coletivas eram negadas, basicamente em função dos preconceitos, e ao mesmo tempo, momentos em que foram efetuadas positivamente destas mesmas identidades. Foram procedidos ainda apagamentos algumas vezes voluntários, outras repressivos e mais recentemente, invenções identitárias, de forma a positivar o passado histórico dos ascendentes destas comunidades.

Neste sentido, é importante destacar o que Emilio Willems (1980) aponta em seu estudo. Para o mesmo, o imigrante (não importando a sua origem étnica), foi, desde o início, considerado agricultor ou colono e assim ficou conhecido no Brasil inteiro, sendo que em muitos locais, tal alcunha permanece.

Mas o que vem a ser colono? O que exatamente representa este termo? Qual a origem do mesmo? E por que, ainda nos dias atuais, esta identificação é tão forte em regiões de colonização europeia, sendo em muitos casos, um fator, uma forma de depreciação destes grupos?

Para responder estas perguntas, efetuamos uma análise na bibliografia que trata sobre o tema e percebemos que a palavra “colônia”, tem sua origem etimológica atribuída ao termo *colonia* (VIERA, 2016, p.76) do latim, que designaria “terra com gente instalada, granja” (VIERA, 2016, p.76), ou de *colonus* “pessoa instalada numa nova terra” (VIERA,

2016, p.76) e ainda de *colere*, termo atribuído aos verbos “habitar, cultivar” (VIERA, 2016, p.77), além do vocábulo grego *colo* que designa o “local onde eu moro, a terra que eu ocupo” (DANKER, 1984, p. 46). Estas definições nos dão pistas sobre o que viriam a ser consideradas, na atual concepção da língua portuguesa, estes empreendimentos.

As primeiras colônias de que se tem notícia teriam sido criadas pelos sumérios, fora do seu campo de domínio, geralmente inabitadas, sendo utilizadas para fins agrícolas e pecuários (BLAYNEY, 2008, sp.). Durante o século XV, no Mundo Moderno, tem início a era das grandes navegações, quando, movidos por interesses imperialistas, as nações europeias começam a explorar o Novo Mundo. Este período marca a criação de uma série de colônias, cujo objetivo principal era a exploração mercantilista de regiões e povos silvícolas.

De acordo com uma pesquisa empreendida por Loraine Slomp Giron e Heloisa Eberle Bergamaschi (1996, p. 65), no que tange à evolução do termo no Brasil, o conceito de colônia variou ao longo dos anos. Esta variação, na visão das autoras, está diretamente relacionada às “transformações socioeconômicas ocorridas na formação histórica” do país.

Conforme as referidas autoras, até o ano de 1822, o Brasil era uma colônia de Portugal. Neste sentido, o termo colônia seria, neste contexto, “uma economia complementar, altamente especializada na produção agrícola, de zona tropical, estabelecendo uma conexão entre o Estado centralizador e os mecanismos de exploração comercial”, o que fazia com que ocorresse uma sujeição desta, aos interesses da metrópole, fazendo com que a mesma não pudesse existir de forma independente (GIRON e BERGAMASCHI, 1996, p. 15).

Loraine Slomp Giron e Heloisa Eberle Bergamaschi (2004, p. 14) constataram em outro estudo que na documentação referente à imigração, anterior ao período de 1824, “não há referência ao termo colônia ou colonos”. As expressões usadas nos textos são “casais”, “povoadores”, e elas destacam ainda que o Brasil era chamado de colônia. As autoras concluem que o vocábulo colônia “deixa de ser a denominação geral do Brasil, para tornar-se área destinada ao povoamento e à fixação de estrangeiros” após a Independência, em 1822.

Ainda conforme Giron e Bergamaschi (1996, p. 8-22), com a “emancipação política do Brasil, o termo colônia deixa de significar a relação da dependência externa do país. Colônia passa a significar terras despovoadas, para as quais são trazidos imigrantes estrangeiros para produção agrícola”. Neste sentido, colônia “não seria apenas um espaço geográfico e nem apenas parte do processo de imigração, mas as colônias representariam

um instrumento de controle do Estado sobre os estrangeiros que se localizaram no Brasil”, e os colonos, habitantes destas plagas, “cidadãos de segunda categoria”. As colônias seriam espaços “dependentes do poder executivo” e os habitantes destas “deveriam plantar produtos agrícolas variados, destinados ao consumo interno. Não poderiam produzir produtos destinados ao mercado externo, que era abastecido pela produção dos escravos nos latifúndios”.

A partir de meados do século XIX, conforme vimos no capítulo 1 do presente estudo, ocorreu a publicação de uma série de leis abolicionistas e o consequente estímulo à introdução de imigrantes europeus no Brasil. Neste período, assiste-se à criação das chamadas “colônias de imigração”, que terão um significativo salto numérico no último quartel do século. Podemos considerar que a alcunha adotada para denominar tais empreendimentos decorre de estarem estes empreendimentos sob o controle político direto do Estado, o que os diferenciaria de outros empreendimentos surgidos de forma espontânea, por serem estes, de certa forma, soberanos.

Conforme Aldair Marli Lando e Eliane Barros (1980, p. 12), colonização seria a importação de trabalhadores com o intuito de formar colônias de estrangeiros, que tornassem permanente a ocupação de determinadas regiões. Tal conceito é contraposto na historiografia ao termo “imigração” que, para estes autores, seria a atividade de iniciativa de cunho particular, cujo objetivo principal seria a formação de um contingente de trabalhadores, que resolveriam o problema da falta de mão de obra, principalmente nas lavouras de café. Desta forma, o sistema de ocupação que ocorreu no sul do Brasil seria basicamente a colonização.

A introdução destes imigrantes nas colônias do sul do Brasil, além da simples ocupação de territórios, seria também uma alternativa para diversificar a matriz econômica da Província, que até então estava pautada basicamente na criação extensiva de gado e na produção de charque e couros. Com a introdução destes imigrantes, o governo pretendia que estes se dedicassem ao cultivo de gêneros alimentícios e, assim, fosse possível fugir da importação de tais produtos e elevar desta forma os níveis de desenvolvimento da região.

Contudo, a atuação dos imigrantes como agricultores era, de certa forma, vista como algo indigno pelas elites locais. O país que até o ano de 1888 vivia sob jugo de um regime escravocrata teve o imaginário social dominado por preconceitos em relação àqueles que tiravam o seu sustento do trabalho direto da terra, o que não teve mudanças significativas, nem mesmo com a abolição dessa forma de trabalho.

De acordo com Loraine Slomp Giron e Heloisa Eberle Bergamaschi (1996, p. 63), “colônia para os colonos era o lote que receberam ou que compraram”. “Era a terra que lhes pertencia, na qual poderiam plantar o que necessitassem para a sobrevivência de suas famílias. Na colônia poderiam criar animais domésticos necessários para alimentação e locomoção”. “Mais do que um pedaço de terra, a colônia era um espaço de liberdade, na qual eram senhores para produzir o que desejassem”, era um espaço onde vigorava o trabalho livre, com economia baseada na policultura de subsistência, com o excedente destinado ao comércio, desde que não concorressem com os latifúndios. Além disso, estes espaços eram pautados por uma forte moral camponesa, onde a “autoridade paterna era inquestionável” (ZANINI, 2006, p. 62), o que fica de certa forma, claro, na fala de Giron e Bergamaschi (2004, p. 31):

colônia é terra. Nem toda terra é colônia. Colônia é terra a ser ocupada, terra a ser cultivada. A terra é colônia enquanto espaço destinado à ocupação agrícola. Colono é aquele que cultiva o espaço destinado à agricultura. A colonização é a ação de ocupar a terra. A colônia é espaço, infraestrutura necessária à produção. O colono é mão de obra indispensável que faz a terra produzir. Colonização é a ação política realizada pelo Estado português⁸¹ visando tornar as terras desocupadas em terras produtivas.

De acordo com Giralda Seyferth (2008, p. 250) a palavra “colônia” pode ser entendida como um sinônimo de zona rural, ou seja, a pequena propriedade rural de cada colono. Colono, para Maria Catarina Zanini (2006, p. 51), “designava o pequeno proprietário, habitante das colônias, que tinha o seu sustentáculo no trabalho do grupo doméstico”, ou seja, no trabalho dos pais e filhos. Na visão da autora, ele “seria o equivalente a um camponês, em contraposição ao estancieiro ou fazendeiro, que utilizava, em sua propriedade, predominantemente a mão de obra assalariada e não familiar”. “Escravo não é colono. É peça de seu senhor. Colono é homem livre, com possibilidade não só de decidir sobre o seu deslocamento, como decidir em relação à produção agrícola” (GIRON, BERGAMASCHI, 2004, p. 34). “Colono é o habitante da colônia” (GIRON e BERGAMASCHI, 1996, p. 16).

De acordo com Joana Bahia (2011, p. 47), a palavra “colônia” tem o mesmo significado de *Land*, que no dialeto pomerano designa a unidade familiar como “unidade de produção e consumo, combinando a propriedade, os animais domésticos”. Esse termo designa também “as terras, benfeitorias, residência, plantações, objetos e valores que

⁸¹ Tirando as experiências com os casais açorianos e aquelas empreendidas por D. João VI, seria mais correto referir-se aqui a Estado Brasileiro.

constituem seu modo de vida” e “juntamente com o grupo doméstico, constituem uma unidade básica de produção e consumo”. Nesse sentido, conforme a autora, “a concepção de família camponesa está estritamente vinculada à ideia de colônia. A colônia é tanto a terra quanto o produto do trabalho e do esforço familiar”. “Sua significação seria equivalente ao termo inglês *household*”. Segundo a mesma autora, a palavra “colônia” pode ser usada para se referir à própria terra e seu conjunto, ou à colônia de algum parente ou ainda a toda a região de imigração (BAHIA, 2011, p. 47).

Conforme já apontado, uma mesma pessoa pode manifestar várias identidades, não necessariamente conflitantes. Estas podem ser reivindicadas paralelamente, ou de forma isolada, conforme convier. Colono, imigrante ou alemão/italiano/francês são algumas destas identidades. Neste sentido, “o passado comum, relatado como experiência pioneira, repleta de dificuldades e lutas, é um dos elementos fundamentais na elaboração da identidade do colono” (SEYFERTH, 1992, p.80), o que faz com que este termo, nas palavras de Joana Bahia (2011, p. 47), seja “usado como afirmação da identidade étnica e social, ou seja, imigrante camponês de origem” europeia.

Lorraine Slomp Giron e Heloisa Eberle Bergamaschi (1996, p. 34) afirmam que as “colônias tiveram dificuldades de acumular capital, o comércio era acanhado, havia falta de capital monetário”. “A solução adotada para acabar com estes problemas foi a adoção do artesanato para suprir as necessidades básicas da população”. Houve desta maneira, na visão das autoras, “uma espécie de volta ao passado. Contudo, as “dificuldades de adaptação das técnicas agrícolas oriundas do contexto europeu ao novo ambiente levaram os colonos a desenvolver técnicas de rápido esgotamento do solo, tais como a derrubada e a queimada” (BAHIA, 2011, p. 73).

O fato de os colonos produzirem “os artigos que precisavam, sem divisão do trabalho, de forma artesanal”, sendo em suas “propriedades agrícolas construídas serrarias, moinhos, funilarias, alambiques e ainda casas comerciais e oficinas”, fez com que estes grupos ao mesmo tempo em que se mantivessem de certo modo isolados nas suas comunidades.

Joana Bahia (2011, p. 52), citando Champagne (1975, p. 23), afirma que os colonos eram identificados pelos nativos (ou seja, os luso brasileiros) somente pelas suas “expressões corporais”, as quais “traduzem diretamente suas condições naturais de existência e trabalho”, e destaca algumas destas, tais como “o andar cansado” devido ao uso de calçados desconfortáveis, “o bronzado desigual nos corpos expondo as marcas de roupas de trabalho, forte corpulência e braços pendentes, ligeiramente diferenciados do

restante do corpo, destinados a dar uma impressão de poder, e força física”. O que era usado como uma forma de depreciação, poderia ao mesmo tempo ser considerada como uma “virtude tradicional, que define de acordo com o sistema de valores camponês, o bom trabalhador”.

Por fim, vale destacar ainda que, conforme afirma Giralda Seyferth (1992, p. 90), o valor simbólico da origem tem uma grande importância como critério definidor da comunidade étnica. Joana Bahia (2011, p. 190) destaca que a “vocação para o trabalho agrícola   claramente atribuída a uma origem étnica concebida geneticamente” e que nessa “concep o o caboclo que não tem origem, também não tem apego ao trabalho e   terra”. Neste sentido, as conclusões às quais chegamos são as mesmas que foram defendidas por Giralda Seyferth (1992), Carmo Thum (2009) e também por Joana Bahia (2011). Seyferth (1992, p. 190) afirma que “as opiniões dos colonos sobre essa questão são sempre taxativas. A falta de origem tem como corolário a malandragem, a preguiça e a indolência”, o que faz com que todo caboclo seja considerado malandro.

Percebe-se como o preconceito contra os imigrantes e mesmo contra os seus descendentes não era algo unilateral. Existia (e de certo modo ainda existe) um preconceito inverso, bastante forte e que está arraigado no imaginário de toda a popula o local. Ao mesmo tempo em que eram vítimas de discrimina o, praticavam atos semelhantes contra os seus vizinhos, que longe de ser considerada apenas uma tentativa de defesa, pode ser entendida como uma característica intrínseca destas popula es, conforme fica claro ao analisar os depoimentos orais aos quais tivemos acesso ao longo desta pesquisa.

Colono era um termo considerado pejorativo. Agricultor, cuja concep o passou a ser adotada nos últimos anos, passou a ser o termo mais comum empregado para se referir a estes cidadãos, termo que não traduziria este preconceito. Mas de certo modo, acreditamos que a substitui o desta expressão faz com que se perca uma série de elementos históricos, que contemplam desde a cria o destas colônias a todo o contexto social, histórico, cultural e político. Desta forma, optamos por nominar os atores sociais, que servem de objeto para nosso estudo, como colonos, em vez de agricultores, uma vez que acreditamos que o tom pejorativo do termo tenha sido suplantado.

O termo colônia   muitas vezes utilizado, principalmente na região por nós estudada, para designar a área rural em oposi o   área urbana,   cidade. Não raro ouvimos as pessoas se referirem   zona rural como “colônia”, num sentido bastante genérico. Já os colonos, de modo geral, habitam regiões localizadas fora do perímetro urbano dos municípios e são, por este motivo, chamadas de comunidades rurais.

Assim, ao adotarmos a terminologia colônia neste trabalho, nos referimos de forma genérica à região que foi colonizada ao longo do século XIX por imigrantes de origem europeia e que de forma substancial se dedicam à agricultura de subsistência, em pequenas propriedades, marcada por um sistema de policultura, onde a produção basicamente é utilizada para subsistência, sendo apenas o excedente comercializado; e de forma geral, colono é todo aquele que habita a colônia, ou seja, é uma mistura de questões relacionadas à paisagem, à memória e ao tipo de propriedade fundiária que irá definir a nomenclatura mais adequada a cada região.

2.2 TURISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADES

Se você perder, tá fritz!⁸²

Conforme apontado por François Hartog (2006, p. 268), vivemos atualmente em uma época em que tudo é considerado como sendo integrante do patrimônio cultural. Ocorre o que o autor chama de “historicização” e “musealização do presente”. Influenciados pela criação destas instituições, foram criados roteiros temáticos, festas tradicionais, etc.

No Brasil, o processo de aceitação dos imigrantes de origem italiana e alemã passou por diferentes fases. Num primeiro momento, foram preferidos em relação a imigrantes de outras origens étnicas.

De acordo com um texto de Carl von Koseritz, redigido em 1867, o imigrante alemão possuiria “uma pertinácia no trabalho, espírito econômico, possui uma grande paciência com que suporta as fadigas e a privação”. “Estas são as qualidades mais proeminentes que tornam a colonização alemã superior a outra qualquer” (KOSERITZ, 1867, p. 49). Além disso, conforme aponta Paulo Possamai, os italianos, de forma geral, eram conhecidos como pessoas trabalhadoras e submissos às autoridades, tinham fama de ordeiros, distinguiam-se pela frugalidade, pelo empenho, pela grande diligência e adaptabilidade, portanto era desejoso tê-los em solo brasileiro (POSSAMAI, 2005, p.76-78).

Em um contexto posterior, os descendentes dos primeiros imigrantes vieram a sofrer uma série de preconceitos e até mesmo perseguições, como aquelas verificadas durante o Estado Novo (FACHEL, 2002).

Este preconceito tem suas origens históricas pautadas ainda no período de pré-inserção de colonos europeus em território brasileiro, quando determinados grupos étnicos foram preteridos em relação a outros.

Assim, com a deflagração dos dois conflitos bélicos mundiais em 1914 e 1939, a “positividade do elemento germânico [e do italiano de certo modo] inverte-se ou transveste-se” e, como coloca Regina Weber (2006, p. 61), a violência passa a ser justificada.

De trabalhador outrora tido como “honesto”, que desbravou matas e trouxe desenvolvimento para regiões até então cobertas por matas, este imigrante e mais tarde seu descendente, passou a ser visto com desprezo, sendo, não raro, hostilizado e sobretudo considerado inferior aos nacionais.

⁸² Slogan utilizado durante as festividades da Südoctoberfest em São Lourenço do Sul.

Ao longo da história, diferentes identificações foram atribuídas aos grupos aqui estudados. Tanto a historiografia (GERTZ,1998; GIRON,2004), quanto os próprios moradores das regiões que receberam os fluxos de colonização, por ocasião da cessão de depoimentos, confirmam os diferentes apodos: colono, estrangeiro, alemão/italiano/francês, campesino, pobre, grosso, entre outros. Assim devemos entender o conceito “identidades” como “construções, realizações coletivas motivadas, impostas por alguma ou algumas razões externas ou internas ao grupo” (BRANDÃO, 1986, p. 110).

Deste modo, nos últimos anos, ocorreu um processo no qual, tanto a cultura italiana, alemã, quanto francesa, foram convertidas em mercadorias (SAVOLDI, 1999, p. 113).

Marcos Arévalo (2001, p. 925) considera que estes processos de tomada de consciência dos diferentes grupos sociais, quanto a um pertencimento étnico, estão diretamente relacionado à indústria turística.

De acordo com Joël Candau (2010), vivemos nos últimos anos um “movimento pandêmico de valorização do passado no presente” e este movimento, além de ser utilizado por determinado grupo para fins particulares, vem sendo utilizado também por empresas e pelo poder público com um único objetivo: promover a indústria turística na região.

Jesus António Machuca (2010, p. 35) afirma que, de modo geral, os habitantes de diferentes comunidades se mobilizam no sentido de serem reconhecidos como possuidores de um patrimônio que possa ser um distintivo de sua singularidade. Gaetano Ciarcia (2010, p. 74), em sua análise sobre reivindicações identitárias no Benin, constatou que se “verifica uma proliferação de iniciativas objetivando o desenvolvimento de um turismo cultural que se associa com a valorização de lugares sagrados e manifestações que exprimem a vivacidade e legitimidade, por vezes reencontrada, das crenças e cultos antigos”, o que provoca uma reconstrução cenográfica fictícia da história, quando “suas invenções decorrem de injunções éticas e turísticas contemporâneas” e “novas formas de ritualização da religião” são tratadas como tradicionais.

Seguindo esta linha de pensamento, percebemos que a Serra dos Tapes vem sendo palco nos últimos anos de uma onda de iniciativas que tem por escopo valorizar a identidade de diferentes grupos étnicos, ignorando aspectos do passado que poderiam não ser motivo de orgulho.

Pelotas faz uso de uma alegada herança cultural herdada de imigrantes de origem portuguesa e francesa para promover uma de suas principais festividades, a Feira Nacional do Doce (Fenadoce). Não por acaso, em 2008, esta serviu de palco para a inauguração oficial do Museu da Colônia Francesa. Contudo, esta identificação da cidade com a capital

francesa não é recente, tanto que temos aí a origem de alguns dos apodos pelos quais a cidade é conhecida⁸³ (MAGALHÃES, 2012, p. 76-77).

Ainda no município de Pelotas, assistimos à criação de um grupo de empreendedores da zona rural que participam do projeto “Pelotas Colonial”, cujo principal objetivo é a articulação coletiva para melhorar a oferta turística na região, e assim, promover um fluxo maior de visitantes àquela região.

Alguns anos antes, a Prefeitura Municipal, por meio de entidades como o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e a Universidade Federal de Pelotas, promoveram uma série de treinamentos e qualificações no sentido de orientar melhor estes empreendedores, que naquele período engatinhavam neste ramo da economia. Nasceu neste momento o Grupo Associativo de Empreendedores em Turismo Rural (GASSETUR), que criou o roteiro turístico chamado “Pelotas colonial”.

De acordo com os materiais de divulgação deste, o projeto consiste em uma reunião de empresários com o fim de desenvolver o “turismo rural [na região, e] que reúne empreendimentos dos setores de hospedagem, alimentação, cultura, lazer, arte e educação ambiental”, que, de acordo com os mesmos, seria um “reduto de colonização italiana, francesa e pomerana”, em que é possível encontrar diferentes opções de entretenimento, tais como “belas trilhas, revigorantes banhos de cachoeira, paisagem encantadora, antigas construções e deliciosa culinária típica da região”⁸⁴.

O incremento neste setor, cujo foco de interesse é basicamente voltado para questões relacionadas ao meio ambiente e à cultura, fez com que alguns empreendedores promovessem revitalizações em suas propriedades, bem como permitiu que fosse criado um ambiente propício para o desabrochar de uma identidade, cujo foco principal é o turismo de cunho cultural, no qual a identidade étnica é um dos carros-chefes. Em 2015 faziam parte do circuito 14 empreendimentos, dentre os quais adegas, pousadas, parques e restaurantes.

Neste sentido, a valorização das práticas culturais ancestrais é uma forma de identificação, uma forma nostálgica que os moradores da região colonial de Pelotas encontram para se afirmarem enquanto portadores de uma herança cultural, tendo como propósitos principais agregar valor aos produtos que estão sendo comercializados e serem

⁸³ Mário Osório Magalhães em seu livro Pelotas Princesa (2012, p. 80-81) deixa subentendida a fama que a cidade tem de ter um grande número de homens afeminados e explica que um dos motivos para tal seria a educação que os filhos dos charqueadores recebiam na Europa.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.pelotascolonial.com.br>, acessado em 04/02/2016.

reconhecidos como possuidores de um patrimônio que seria um indicativo de sua singularidade frente ao restante da sociedade.

Neste sentido, Joël Candau afirma que a patrimonialização cumpre um papel essencial para autenticar o discurso do passado compartilhado, autenticação esta que, de certa forma, foi assegurada/adquirida através da criação deste circuito turístico na região.

Como exemplo disto, Cristiano Gehrke (2013, p. 51) averiguou que a produção do vinho na Colônia Maciel, até o final da década de 1990, estava praticamente extinta, quando a partir do momento teve início a realização das pesquisas que objetivavam a criação de um museu na região, a sua produção foi retomada. Hoje a Colônia Maciel conta com quatro vinícolas de grande porte, que produzem vinho destinado à comercialização, e inúmeras outras, de pequeno porte, com produção destinada apenas ao consumo doméstico.

Verifica-se que em todas as adegas há uma preocupação em deixar claro que o vinho seria, atualmente, produzido da mesma forma que no século XIX, ou que o “costume” de sua produção teria sido aprendido com os seus antepassados. Na adega do Sr. João Bento, por exemplo, sempre que um turista visita o local, este é recebido pelo proprietário que, após as boas-vindas, narra a sua trajetória familiar e em seguida mostra uma fotografia de seus ancestrais, que teriam vindo da Itália, bem como o passaporte da família, emoldurado, que acaba servindo como um objeto que certifica, que autentica o seu discurso.

Na adega do Sr. Jordão Camelato, no local em que são comercializados os artigos que sua família produz, se encontram expostos objetos utilizados pelos antepassados na produção de vinho, ou seja, é uma forma de mostrar ao visitante que a produção de vinho é algo tradicional, e que acompanha a família há gerações.

Foi ainda possível evidenciar a influência geracional na transmissão do saber fazer tradicional, quando observamos, ainda em 2008, a participação do neto do Sr. João Casarin na fabricação de uma pipa de madeira⁸⁵, ou a partir da presença de diferentes membros da família no conjunto de atividades vinculadas ao cuidado com as vinhas e aos diversos aproveitamentos dados à uva. Esta participação da quase totalidade do universo familiar na execução do trabalho de produção do vinho ocorre como uma forma de aumentar os ganhos, uma vez que não se faz necessária a contratação de funcionários terceirizados.

Em São Lourenço do Sul, no ano de 2006, foi criado o Caminho Pomerano. Iniciativa conjunta da Associação Caminho Pomerano, composta pelos empreendedores, cujos

⁸⁵ Vale destacar que Cristiano Gehrke e Fábio Vergara Cerqueira (2010) fizeram um registro imagético e uma pequena reflexão sobre este processo, mais informações poderão ser encontradas no referido artigo.

locais de visitação estão incluídos no roteiro, e pelo Poder Público Municipal. Este roteiro tem como principal objetivo promover o “entretenimento e cultura no meio rural”, além de promover um “resgate histórico dos pomeranos, seus hábitos culturais, e sua gastronomia rica em sabores inigualáveis e o principal, tudo isto em meio à natureza”⁸⁶.

No site da Prefeitura Municipal, encontramos referências a possíveis contatos com “tradições como os grupos de cantos corais, as danças típicas e dialetos ainda são mantidas pela geração atual”, bem como a “Noiva de Preto” e o “Convidador”, “figuras que resgatam a história desse povo”. Na culinária, é dado destaque ao *maischnaps* (aguardente com ervas do mês de maio) e o café colonial, onde são considerados integrantes da “gastronomia tradicional as *schimiers*, linguças, queijos, cucas, compotas de frutas, licor de butiá e peito de ganso defumado”. E por fim, os visitantes são convidados ainda a conhecer o “artesanato típico, agroindústrias, produtos agroecológicos, ervas medicinais e prédios históricos em meio às belas paisagens do interior do Município”⁸⁷.

O roteiro turístico é comercializado por agências de turismo da cidade e fazem parte do mesmo oito empreendimentos.

Guilherme Peglow Klumb fez em seu estudo um apontamento, que vai na mesma direção de grandes críticas feitas ao roteiro, por parte da população local, dos turistas e até mesmo dos empresários que fazem parte do mesmo. O fato de o roteiro apresentar-se como um Caminho “Pomerano” cria um descontentamento basicamente em razão de que “apenas algumas das famílias envolvidas diretamente são de fato descendentes deste povo” (KLUMB, 2009, p.03).

De acordo Magda Spingler e Eurico Santos, as propriedades que integram o roteiro “possuem características distintas entre si. A prática de atividades agrícolas e não agrícolas são uma delas”. Os autores citam que alguns proprietários têm outras fontes de renda, não sendo possível “identificar qual o percentual de rendimentos que advêm desta atividade” (SPINDLER e SANTOS, 2012, p. 107).

No período em que fez a sua pesquisa, Guilherme Peglow Klumb (2009, p. 05) teria realizado entrevistas com os empreendedores, no sentido de mapear mudanças substanciais na geração de recompensas econômicas. Contudo, de acordo com o mesmo, os benefícios econômicos esperados encontravam-se aquém das expectativas. Acreditamos, conforme observações efetuadas, que esta situação não se modificou de lá até a presente data.

⁸⁶<http://www.saolourencoebomdemais.com.br/?menu=roteiros&roteiro=1>, acessado em 04/02/2016.

⁸⁷<http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/>, acessado em 05/05/2016.

Com estes dois exemplos trazidos anteriormente, percebemos que, atualmente, nos discursos das agências de turismo, do poder público ou mesmo das comunidades, está presente uma tradicionalização das comunidades rurais. Além disso, este discurso está pautado em um ideal europeizante, no qual são efetuados discursos apologéticos e o passado é lapidado de forma a transformar este passado em uma epopeia ancestral, onde a luta, o sofrimento, as dificuldades foram vencidas por dedicação, empenho, vitória e o sucesso foi alcançado.

O êxito da região é atribuído principalmente ao sucesso econômico dos primeiros moradores. Ou seja, criou-se o mito de um passado heroico, em que se destaca a figura do imigrante pobre, porém desbravador, que com o suor de seu trabalho, sua força de vontade, venceu as dificuldades e prosperou, trazendo desenvolvimento para toda uma região.

Ao analisar o processo de ocupação de uma determinada região, temos que ter uma visão mais ampla de todo o contexto. Quando tratamos do processo de ocupação da Serra dos Tapes, temos que estar cientes das vantagens econômicas que tais imigrantes receberam, em comparação aos descendentes aquilombados que foram deixados à margem da sociedade.

Percebemos que para a promoção da chamada identidade cultural, ou da identidade étnica, conforme afirma Odaci Luis Coradini (1996), recursos intelectuais possuem uma grande importância para transformar a mesma em produtos mercadológicos. Afinal são estas obras que vão autenticar os discursos perpetrados, são estas obras que darão o atestado de autenticidade, que é uma das principais motivações que faz com que o turista visite tais espaços. São as obras literárias que vão divulgar a região. Não é à toa que passada mais de uma década da gravação de uma minissérie veiculada na Rede Globo de Televisão, algumas empresas situadas na cidade de Pelotas ainda fazem uso de tal argumento para promoverem os seus empreendimentos⁸⁸. O mesmo acontece na Serra Gaúcha, após a gravação de alguns filmes na região⁸⁹.

Sobre este aspecto, Maria Catarina Zanini (2007), ao verificar que tal fenômeno ocorre com bastante frequência na Serra Gaúcha, com a publicação de romances em que os personagens são italianos, coloca que as identidades étnicas passam a ser valorizadas e determinadas regiões passam a ser promovidas turisticamente. A autora aponta ainda que estratégias midiáticas contribuíram de certa forma para a promoção da identidade

⁸⁸<http://www.charqueadasaojoao.com.br/>, acessado em 18/01/2017.

⁸⁹Decamerão – A comédia do sexo (2009) rodado em Garibaldi, Farroupilha e Bento Gonçalves; A casa verde (2009) gravado em Garibaldi; Saneamento básico (2007) gravado em Bento Gonçalves; O quatrilho (1993) gravado em Antonio Prado.

étnica italiana. Segundo a mesma, a veiculação da telenovela Terra Nostra, produzida pela Rede Globo de Televisão, e veiculada entre os anos de 1999 e 2000, teria reforçado este papel desbravador do imigrante italiano.

Percebemos, principalmente no município de São Lourenço do Sul, que textos literários e vídeos promocionais passam também a ser utilizados como um instrumento desta promoção identitária. A principal obra neste sentido é a do escritor lourenciano Jairo School Costa, “Pescador de Arenques”, que narra a epopeia pomerana. Temos ainda o material audiovisual produzido por conta das comemorações do Sesquicentenário que ocorreu em 2008, em que o colono descendente de alemães é representado como um herói desbravador da região, que trouxe progresso e desenvolvimento para uma localidade pretensamente selvagem.

Neste sentido, vale trazer o argumento de Steve Fenton (2003, p. 93-95), que afirma que as identidades são socialmente construídas tanto pelos atores sociais envolvidos quanto pelo Estado. Além desta construção, elas ainda se sustentam e se tornam relevantes em função, principalmente, de ações políticas orientadas pelo Estado, fenômeno que pode ser verificado de forma bastante clara em São Lourenço do Sul, quando, a partir do ano de 2008, passaram a ocorrer festividades anuais para marcar a chegada dos imigrantes a essa região, sendo, inclusive, efetuadas encenações do desembarque e da chegada dos primeiros colonos ao município⁹⁰ e um desfile de carroças com os figurantes e carros alegóricos⁹¹, por ocasião da comemoração dos 150 anos da imigração alemã/pomerana em São Lourenço do Sul⁹².

A prefeitura afirma que o evento teve “como objetivo a valorização do resgate cultural e o fortalecimento da identidade do povo de origem pomerana e alemã no município”⁹³. Já na fala do então secretário de Turismo, Indústria e Comércio (SMTIC) do Município, Zelmute Oliveira, “o resgate cultural e o fortalecimento da identidade deste povo, valorizam a estratégia de desenvolvimento do turismo, da economia e da geração de emprego e renda”⁹⁴.

⁹⁰ www.saolourencodosul.rs.gov.br, acessado em 05/11/2015.

⁹¹ Conforme o periódico ClicRBS a prefeitura Municipal teria investido cerca de R\$ 50 mil nas comemorações (<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/01/pomeranos-comemoram-150-anos-da-chegada-a-sao-lourenco-do-sul-1737907.html>) acessado em 05/11/2015.

⁹² <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/01/saga-pomerana-emociona-sao-lourenco-do-sul-1741293.html> acessado em 05/11/2015.

⁹³ http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/secretarias.php?ID_NOTICIA=3774&ID_SECRETARI, acessado em 05/11/2015.

⁹⁴ <http://www.azonasul.org.br/Noticia/338/Uma-viagem-na-historia-da-imigracao-Alema-Pomerana>, acessado em 05/11/2015.

A valorização da etnicidade com fins turísticos, apoiada na função simbólica e ritual das comemorações, é um mercado que vem crescendo. Regina Weber (2004, p. 01), em um artigo no qual trata sobre “O avanço dos Italianos”, afirma que a projeção social e cultural deste grupo é, em grande parte dos casos, ancorada na identidade étnica, que tem como um dos grandes pilares de sustentação a profusão de eventos culturais no Brasil⁹⁵ e, destacadamente, no Rio Grande do Sul⁹⁶.

Especificamente na Serra dos Tapes, este tipo de evento ainda não é uma constante. Temos apenas no município de São Lourenço do Sul a *Südktoberfest*, que já está na sua 28ª edição. Conforme estudos de Evander Eloí Krone e Renata Menasche (2015, p. 161), esta é uma festa que pretende fazer uso de características consideradas típicas de determinado grupo étnico, mas que comete uma série de “gafes”: apresenta como germânicos produtos que são atribuídos a outras etnias. Já em Pelotas, na Colônia Maciel, ocorre a Noite de Queijos e Vinhos, que em 2018 teve sua 10ª edição.

Desta forma, percebemos que, nos últimos anos, basicamente em função de benefícios econômicos, ocorreu uma espécie de “espetacularização do patrimônio”, ainda que incipiente se comparado com outras regiões, na qual identidades étnicas são ressaltadas, visando a se adequar ao que a indústria turística absorve com mais facilidade. É neste contexto que é verificada uma positivação das identidades, que são criadas festividades, circuitos turísticos, assim como museus.

Aquele agricultor que antes era considerado um colono, que era hostilizado por seus modos rústicos, pela pouca preocupação com sua integração no restante da sociedade, considerado por muitos rude, grosso, chamado pejorativamente de “gringo”, “alemão-batata” ou mesmo somente de “colono”, passou a despertar nos últimos anos a curiosidade de turistas vindos dos centros urbanos, atraídos pela tranquilidade de regiões ainda rurais,

⁹⁵Em 1984 foi comemorada a primeira edição *Oktoberfest* em Blumenau, que atualmente é, conforme o site dedicado ao evento (<http://www.oktoberfestblumenau.com.br/>), considerada a “Maior festa Alemã das Américas”. Em Vinhedo, no estado de São Paulo, é realizada a 54ª Festa da Uva, já em Colombo, no Paraná a 52ª Festa da Uva, esta considerada a maior festa da Colônia Italiana do Paraná.

⁹⁶ Em relação ao estado do Rio Grande do Sul, observando o calendário de eventos (<http://www.turismo.rs.gov.br/conteudo/3037/calendario-de-eventos-2015>) produzido pela Secretaria Estadual de Turismo, percebemos o predomínio de eventos de caráter étnico dentre o grande número de eventos que são realizados no estado. Dentre tais eventos, alguns nos chamaram a atenção seja pela sua duração seja pelo seu tema inusitado. O *Kerb* de Dois Irmãos, conforme o site dedicado à festividade (<http://www.doisirmaos.rs.gov.br/guia/principais-eventos>) estaria na sua 186ª edição, sendo realizado desde 1829, e foi identificado como a festividade mais antiga deste gênero realizada no país, seguido pela Festa da Uva em Barão do Triunfo que estaria na sua 80ª edição. Além destas temos a 46ª Festa da Uva de Augusto Pestana, o 6º Bento em Vindima em Bento Gonçalves, o 50º Festival do Chucrute em Estrela, o 48º Festival Nacional do Chopp de Feliz, a 13ª Festa Nacional da Vindima em Flores da Cunha, a 30ª Festa Nacional da Uva em Caxias do Sul, o 29º Festival Colonial Italiano de Garibaldi, a 19ª *Kuchenfest* de Rolante, a Noite Italiana em Antônio Prado, a 28ª *Oktoberfest* de Igrejinha, a 19ª *Schweinfest* de Nova Candelária, a 11ª *Oktober Freund Fest* de Roca Sales, a 31ª *Oktoberfest* de Santa Cruz do Sul, entre muitas outras.

com natureza exuberante, culinária farta e distinta daquela a que tem acesso na zona urbana. Estes passaram a considerar este mesmo “colono” como um autêntico exemplar da cultura agrícola, uma pessoa que produz, em muitos casos, os alimentos de forma orgânica e que tem uma herança cultural europeizada que virou uma espécie de fetiche para a indústria turística.

Regina Weber constatou em sua análise que, a partir do momento em que foram implantadas algumas rotas turísticas, na região Serrana do Rio Grande do Sul, foram “retomadas algumas práticas culturais que não eram mais evidenciadas na região, tais como: bailes com música italiana, missa em idioma italiano e a organização de um coral local”, aspectos que na visão da autora podem ser definidos como uma espécie de “reavivamento étnico”, que “aparece como um desdobramento da implementação turística, bem como na demarcação da identidade local” (WEBER, 2004, p. 219-223).

Estudando os três grupos étnicos, alvos de nossa pesquisa, por um período já superior a uma década, podemos com toda certeza afirmar que estes preservam muitos traços culturais de seus antepassados. Preservaram, além de dialetos, expressões, elementos da culinária, religiosidade, folclore, entre outros aspectos. Contudo, nem tudo pode ser preservado.

Do mesmo modo que uma certa dose de esquecimento é necessária para uma vida plena (IZQUIERDO, 2001), adaptações e a suplantação de determinadas expressões culturais, longe de serem um problema, devem ser consideradas como um processo natural, no qual as próprias populações elegem o que deve e o que não deve ser preservado, o que deve e o que não deve ser esquecido.

Com a interferência do poder público ou de grupos organizados, percebemos que uma grande artificialização cultural acaba ocorrendo, provocando que se perca o pouco ainda preservado, e que passem a ser adotadas formas teatralizadas, ocorrendo o que Eric Hobsbawn e Terence Ranger (2012) chamam de invenção de tradições.

Neste sentido, Carlos Frederico Marés de Souza (2008, p. 73) afirma que nem sempre a declaração de “interesse turístico é um fator positivo para os bens culturais e para a cultura de um povo”. O autor afirma que a “deturpação de manifestações, transformação dos ritos em um espetáculo, alteração de uso e desgaste causado pela visitação turística transforma a manifestação a ponto de torná-la artificial” e destaca que “muitas vezes são montados cenários, modificados figurinos, para melhor impressionar os turistas, ficando a referência cultural relegada ao esquecimento”.

Estes aspectos apontados nos indicam, de modo bastante preciso, que a “promoção turística de determinada localidade é formatada a partir de uma identidade local selecionada para este fim”, o que nos mostra que tanto o desenvolvimento turístico quanto a “construção da identidade local, são processos datáveis e que não ocorrem naturalmente (WEBER, 2006, p. 27-28). Celso Castro (1999, p.81) afirma que é de certa forma ingênuo pensarmos um local como “naturalmente turístico”. Para o autor, este reconhecimento do potencial turístico de uma região é uma construção cultural que precisa ser estabelecida, mantida e constantemente negociada, o que é perfeitamente perceptível na região por nós estudada.

Vale mais uma vez ressaltar que, longe de considerarmos a preservação de determinadas manifestações culturais como algo exclusivamente ruim, acreditamos que, pelo fato de a cultura ser um processo dinâmico, no qual constantes atualizações, adaptações são feitas, justamente para que alguns destes traços se mantenham preservados.

Tal preservação faz com que estes não pareçam aos olhos da sociedade circundante como elementos plásticos ou mesmo falsos, afinal, não pode-se correr o risco de engessar práticas culturais, de congelar elementos, aspectos que são dinâmicos, que variam de forma natural através da interação com outros grupos e que se considerados relevantes, importantes pelas comunidades, são automaticamente preservados.

Neste sentido, Stuart Hall (2014, 39-45) afirma que muito se discorreu sobre quais as consequências da globalização no mundo contemporâneo, nomeadamente no que tange questões relacionadas a diferentes identidades. Segundo este autor, este termo na verdade “é um processo que integra e conecta comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais conectado”. Assim, “à medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento da infiltração cultural”. Contudo, o autor afirma que “a globalização é muito desigualmente distribuída ao redor do mundo e entre os diferentes estratos da população dentro das regiões”. Além disso, o mesmo, ao citar o sociólogo inglês Kevin Robins, assevera que, ao lado

da tendência da homogeneização global, há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da alteridade. Juntamente com o impacto do global, há um novo interesse pelo local. Este local não deve ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir identidades

nacionais. É mais provável que ela vá produzir simultaneamente novas identidades globais e novas identidades locais (p. 45).

Por cultural, temos o mesmo entendimento que Roque de Barros Laraia (2009, p. 94): a cultura de forma alguma é algo estático, pelo contrário, é um processo que de forma natural tende a se modificar com o tempo. Alguns aspectos podem ocorrer de forma mais acelerada que outros, mas as variações ocorrem sempre. Em sociedades isoladas, este ritmo seria menos intenso, e de certa forma menos perceptível, mas de forma alguma deixarão de ocorrer adaptações, alterações, atualizações.

Por fim, podemos afirmar que as identidades, assim como a cultura, são dinâmicas. Um mesmo indivíduo pode assumir diferentes identidades conforme forem passando os anos e conforme forem mudando os seus interesses. Percebemos que a adjetivação de imigrante ou mesmo de colono, ao longo da história, passou por uma série de ressignificações, que oscilou entre uma identificação mais estigmatizada ou enaltecida, entre uma identidade positivada ou negativada, enfim, as circunstâncias que definem esta identificação.

Da mesma forma, Beatriz Bixio (1999, p.33) afirma que as migrações não podem ser consideradas processos homogêneos, ao se considerar a composição social, etária e as motivações que levaram estes imigrantes a sair de seu país, bem como os diferentes destinos escolhidos, as diferentes ocupações, as realidades encontradas, a receptividade das populações nativas. Todos estes são processos que, na visão da autora, serão determinantes na conformação das identidades, uma vez que estas são construídas e transformadas segundo os contextos nos quais se exprimem. Isto é, do mesmo modo como os processos que motivaram o deslocamento de indivíduos foram distintos, são distintas também as identidades e atribuições de importância dadas por cada indivíduo às questões relacionadas à identidade.

Assim, não podemos considerar a Serra dos Tapes como um local homogêneo, onde todos partilham de um mesmo sentimento identitário. Não podemos comungar desta aceção, basicamente porque não existe unicidade identitária.

2.3 PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO: O CASO DOS MUSEUS ÉTNICOS NA SERRA DOS TAPES

*“Grandes realizações não são feitas por impulsos,
mas por uma soma de pequenas realizações”.*
Vicent Van Gogh

De acordo com a nota epigráfica de autoria de Vincent Van Gogh, com a qual abrimos o presente subcapítulo, os grandes feitos, as grandes realizações não podem ser realizadas mediante um impulso, mas sim através da soma de uma série de pequenas realizações. É justamente assim, como uma soma de pequenas realizações que entendemos o surgimento de três museus na Serra dos Tapes, que ora analisamos.

Temos assistido nos últimos anos uma espécie de campo mercadológico museal, onde a criação de instituições museológicas vem sendo fomentada de forma sistemática em todo o mundo.

Devido a uma série de fatores, dentre eles, a globalização, a sociedade vive o que Joël Candau (2011, p. 10) chama de *mnemotropismo*, que nada mais é do que uma tendência de supervalorização do passado, o que faz com que ocorra uma “compulsão pela memória”, “um *frenesi* pelo patrimônio”, “por genealogias”, configurando o que Andreas Huyssen (2000, p.42) denomina de *boom* de memória, fenômeno perceptível no final do século XX - ou seja, uma sedução pela memória, ao que François Hartog (2015, p. 265) chama de ascensão do patrimônio. Para Andreas Huyssen (2000, p.42), os cem últimos anos assistiram a uma intensa criação de “mercados da memória”, que passam pela “museificação, pela comercialização do passado via mídia, pela tentativa de reciclar o tempo no impulso em direção à memorialização”.

Neste sentido, uma espécie de “dever da memória” conforme termo engendrado por Paul Ricoeur (2013, p. 537), fez com que surgissem nos últimos anos uma série de empreendimentos memoriais das mais diversas tipologias.

Seguindo a tendência internacional, o Brasil assistiu um vertiginoso crescimento no número de instituições museológicas⁹⁷. De acordo com Letícia Julião (2002, p. 26), a

⁹⁷ Conforme o site do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM (<http://www.museus.gov.br/>, acessado em 23/12/2015) existem no Brasil, 2.618 museus mapeados, sendo que 2.410 estão abertos à visitação, 78 estão

ampliação da noção de patrimônio e o processo de globalização, em escala mundial, contribuíram “para que diferentes movimentos da sociedade passassem a se ocupar da questão do patrimônio, identificado como campo propício à afirmação de novas identidades coletivas”. Ainda segundo a autora, isto foi “resultado de uma crescente segmentação da sociedade”, o que fez com que os “museus se especializassem”, tornando-se “temáticos e biográficos, atendendo à demanda progressiva de segmentos e grupos sociais que reivindicavam o direito à memória”.

Estas instituições, que num primeiro momento eram identificadas como “suportes capazes de evocar a ideia de nação unificada, [que] podiam transmitir e afirmar valores, ensinando o povo a amar o passado” (SANTOS, 1996, p. 23), servem atualmente também como uma espécie de chamarizes para a indústria do turismo cultural (BRUNO, 2006, p. 132).

Precisamente neste contexto é que assistimos, na Serra dos Tapes, mais precisamente na última década, a criação de uma série de “museus étnicos”, cujo objetivo central, que é partilhado por todas estas instituições, é a “preservação da memória histórica” do grupo de imigrantes que povoou a localidade onde o mesmo se situa.

Assim, foram criados os seguintes museus: Museu do Gruppelli (1990), Museu Etnográfico da Colônia Maciel (2006), Museu da Imigração Pomerana (2008), Museu da Colônia Francesa (2009), Museu da Família Heidden (2010), Museu de Morro Redondo (2014), além de uma série de iniciativas que ainda estão em processo de gestação, tais como o Museu Casa da Imigração em São Lourenço do Sul, o Museu da Santa Silvana em Pelotas, o Museu da Imigração em Canguçu.

Serão objeto de análise apenas três instituições, basicamente pelo fato de estarem abertas à visitação por um período já superior a 5 anos, terem em seus acervos coleções de fotografias e se dedicarem cada uma a um grupo étnico diferente: italianos (Museu Etnográfico da Colônia Maciel), pomeranos (Museu da Imigração Pomerana) e franceses (Museu da Colônia Francesa).

Tais instituições, conforme será analisado com mais afinco no próximo subcapítulo, foram criadas com o objetivo de valorizar a memória coletiva na região, configurando-se estas como espaços, nos quais os diferentes atores sociais puderam fazer parte do gerenciamento de suas memórias, tornando-se assim, sujeitos e participantes ativos na construção da narrativa oficial da comunidade, valorizando as suas raízes étnicas.

em fase de implantação e 112 fechados ao público e 18 são museus virtuais, contudo este número pode ser muito maior, uma vez que nem todas as instituições fazem o seu cadastro neste órgão.

Deste modo, nos debruçaremos sobre o processo de valorização da herança cultural de imigrantes europeus na Serra dos Tapes; mas, antes, iremos analisar algumas iniciativas semelhantes que ocorreram em outras regiões do país, objetivando entender se o fenômeno identificado na região por nós analisada possui semelhanças com o verificado em outros estados.

Uma das primeiras iniciativas neste sentido ocorreu no estado de Santa Catarina no ano de 2007. Trata-se do projeto denominado “Roteiros Nacionais de Imigração”, que é fruto de parceria entre a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), e que contou com a colaboração do Ministério da Cultura (MinC), do Ministério do Turismo (MTur), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Governo de Santa Catarina e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

De acordo com o sítio *web* do IPHAN⁹⁸, o projeto “Roteiros Nacionais de Imigração” insere-se no “conjunto de ações de reconhecimento e valorização da contribuição das diversas etnias na formação da identidade cultural brasileira”.

São quinze os municípios que fazem parte da rota turístico-cultural⁹⁹. Estes municípios estão localizados no nordeste do estado de Santa Catarina e são caracterizados como sendo locais com uma presença representativa de descendentes de imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e italianos.

Quando do lançamento da proposta, em 28 de agosto de 2007, o IPHAN veiculou em seu sítio *web*¹⁰⁰ uma matéria na qual justificava o projeto. Segundo a mesma, ele tinha como objetivo principal proteger e auxiliar a gerir o patrimônio cultural daqueles municípios, através da estruturação de roteiros culturais de visitação, viabilizando atividades econômicas alternativas voltadas para a sustentabilidade local. Além disso, o projeto se propõe “tornar conhecido” e valorizar o patrimônio dos imigrantes, viabilizando a sobrevivência de aspectos culturais típicos daquelas regiões e grupos (IPHAN, 2007, s.p.).

De acordo com outra matéria, desta vez veiculada no site da FCC¹⁰¹ (2007, s.p.), o principal objetivo do projeto seria a preservação dos “conjuntos de propriedades e bens culturais representativos dos diferentes imigrantes estabelecidos em solo catarinense”.

⁹⁸ <http://portal.iphan.gov.br/>, acessado em 20/03/2016.

⁹⁹ Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Indaial, Itaiópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Pomerode, Orleans, Nova Veneza, Rio dos Cedros, Rio do Sul, São Bento do Sul, Urussanga e Timbó

¹⁰⁰ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1882/lancamento-do-projeto-roteiros-nacionais-de-imigracao>, acessado em 27/12/2015.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/?mod=pagina&id=5025>, acessado em 27/12/2015.

Neste sentido, teriam sido efetuados o tombamento, num primeiro momento, de 110 imóveis em todos os municípios envolvidos.

A Fundação justifica os tombamentos como sendo um “reconhecimento da representatividade cultural dessas etnias” e que este seria apenas “uma parte do grande leque de ações de preservação e valorização do patrimônio dos imigrantes em Santa Catarina”. Na mesma reportagem, é salientado que foi efetuado um trabalho de mais de vinte anos na viabilização deste projeto, que consistiu na realização de estudos, inventários e ações de preservação diversas (FCC, 2007, s.p).

Questões relacionadas à utilização de referências culturais de um passado migrante são utilizados de forma intensa no também município catarinense de Pomerode. Intitulada “a cidade mais alemã do Brasil”, possui conforme o site da Prefeitura Municipal¹⁰², o maior acervo de casas enxaimel existente fora da Alemanha. O idioma alemão e o dialeto pomerano são, ainda hoje, falados pela maioria dos moradores. É grande ainda a presença de clubes de caça e tiro, bem como de grupos folclóricos, bandinhas e gastronomia típicas e de eventos temáticos, que são os carros-chefes da indústria turística no município.

No Rio Grande do Sul existe a chamada “Rota Romântica”¹⁰³, um roteiro que de certo modo é uma “cópia” de uma iniciativa que existe em solo alemão, a chamada *Romantischestraße*, que de acordo com o seu sítio *web*¹⁰⁴ é a “mais conhecida e preferida rota de férias da Alemanha”. A Rota Romântica está localizada no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha¹⁰⁵, e conforme a descrição contida no site é um “roteiro irresistível, onde a cultura alemã e o clima europeu são destaques”. A “preservação da cultura germânica herdada dos imigrantes é percebida nas festas típicas, nos jardins esplendorosos, nas feiras coloniais, nas bandinhas típicas, nos grupos folclóricos”, sendo elogiada ainda por uma “saborosa comida colonial, contato com a natureza exuberante, e possibilitar a prática de esportes radicais e trilhas”¹⁰⁶.

No município de Bento Gonçalves temos algumas iniciativas semelhantes. A primeira delas é o “Roteiro Caminhos de Pedra”, projeto que “visa resgatar, preservar e dinamizar a cultura que os imigrantes italianos trouxeram à Serra Gaúcha”. De acordo com o sítio *web*¹⁰⁷

¹⁰² Disponível em: www.pomerode.sc.gov.br/, acessado em 20/01/2016.

¹⁰³ Disponível em: <http://www.rotaromantica.com.br/>, acessado em 19/01/2016.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.romantischestrasse.de/>, acessado em 19/01/2016.

¹⁰⁵ Fazem parte da rota os municípios de São Leopoldo, Estância Velha, Dois Irmãos, Morro Reuter, Santa Maria do Herval, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, Picada Café, Nova Petrópolis, Gramado, Canela e São Francisco de Paula.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://www.rotaromantica.com.br/>, acessado em 19/01/2016.

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.caminhosdepedra.org.br/>, acessado em 19/01/2016.

do projeto, o roteiro teria tido início e sua concepção pensada quando “da realização de um levantamento do acervo arquitetônico de todo o interior do município de Bento Gonçalves”, o que teria ocorrido no ano de 1987. Neste momento, ter-se-ia constatado que a Linha Palmeiro e parte da Linha Pedro Salgado, área esta que seria abrangida basicamente pelo Distrito de São Pedro, “possuía o maior acervo de casas antigas, conservava sua cultura e história, tinha acesso fácil e, conseqüentemente, um grande potencial turístico, apesar da decadência e abandono porque vinha passando desde a década de 1970”, em decorrência de mudanças que teriam ocorrido no traçado da rodovia que ligava Porto Alegre ao norte do estado.

Em 1997, com assessoria do Sebrae foi fundada a Associação Caminhos de Pedra, momento em que foi produzido um projeto “que contemplava o resgate de todo o patrimônio cultural, não só o arquitetônico, mas ações envolvendo a preservação da língua, do folclore, da arte e das habilidades manuais”, que a partir de 1998 passou a “captar recursos das empresas locais através da recém-criada Lei de Incentivo à Cultura (LIC)¹⁰⁸”.

Atualmente a Associação Caminhos de Pedra conta com mais de uma centena de associados. O projeto, é considerado como o pioneiro no Brasil em termos de turismo rural e cultural. Conforme o site da instituição, recebe cerca de 60.000 turistas anualmente, tendo sido reconhecido o Caminho, pela Lei Estadual nº 13.177 de 10 de junho de 2009, como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Rio Grande do Sul.

Em decorrência deste projeto, com a “restauração das casas e a visitação turística desencadeou-se nas comunidades o surgimento de várias iniciativas que visam preservar não só o patrimônio material, mas também o imaterial”. O site do projeto cita como um dos exemplos desta “vitalidade cultural” a preservação do dialeto “*talian*” (língua típica dos imigrantes do lugar), a criação da “Casa da Memória”, além da revitalização de grupos artístico culturais (dança italiana, flauta doce, banda musical, orquestra de câmara, coro e teatro), o que teria rendido ao Roteiro o qualificativo de “museu vivo”.

No município de Bento Gonçalves, outras iniciativas são dignas de menção, tais como o Roteiro “Vale dos Vinhedos¹⁰⁹”, o “Vale do Rio das Antas¹¹⁰”, o “Cantinas Históricas¹¹¹” e o “Encantos de Eulália¹¹²”.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.caminhosdepedra.org.br/>, acessado em 19/01/2016.

¹⁰⁹ Disponível em: <http://www.valedosvinhedos.com.br/>, acessado em 19/01/2016.

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.valedoriodasantas.com.br/>, acessado em 19/01/2016.

¹¹¹ Disponível em: <http://www.turismobento.com.br/>, acessado em 19/01/2016.

¹¹² Disponível em: <http://www.encantosdeeulalia.com.br/>, acessado em 19/01/2016.

No município de Caxias do Sul, existem algumas iniciativas semelhantes. O roteiro “Vale Trentino”, o “Criúva” e o “Roteiro Ana Rech” propõem um “encontro com a natureza, majestosos pinheiros centenários, cascatas, ruas enfeitadas de flores e com os costumes, tradições e culinária típica dos imigrantes italianos, traduzidas na mesa farta”, além disso, “na música, no artesanato, no dialeto vêneto, nas construções típicas, nas igrejas e nas capelinhas localizadas no meio dos bosques que transmitem paz de espírito aos visitantes”. E por fim existe ainda o “Roteiro Caminhos da Colônia”, que integra os municípios de Caxias do Sul e Flores da Cunha¹¹³.

Feitos estes apontamentos sobre algumas iniciativas semelhantes, faremos agora uma análise sobre o processo de implantação do Circuito de Museus Étnicos na Serra dos Tapes, projeto que teve início em meados da primeira década dos anos 2000, e que mesmo não existindo de forma “institucionalizada” recebe constantemente grupos escolares e grupos de turistas para conhecer um pouco mais sobre o processo de ocupação daquela região colonial.

As primeiras referências à criação de um circuito de Museus Étnicos na Serra dos Tapes ocorreu em 2008, com a publicação de dois resumos por parte de Cristiano Gehrke e Mariciana Zorzi, orientados pelo professor Fábio Vergara Cerqueira (2008a; 2008b), nos anais dos Congressos de Iniciação Científica (CIC), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), assim como a apresentação dos respectivos trabalhos nos referidos eventos.

A ideia deste projeto era pensar um circuito de museus, com concentração temática nas etnias, abrangendo inicialmente o território colonial do município de Pelotas, dando expressão à multiplicidade da composição étnica daquela região. Estavam incluídos o Museu Etnográfico da Colônia Maciel, o Museu do Gruppelli e o Museu e Espaço Cultural da Etnia Francesa (atual Museu da Colônia Francesa), além do Museu da Etnia Pomerana, localizado na Santa Silvana, 6º distrito de Pelotas¹¹⁴.

A justificativa de tal proposta se dava basicamente pelo fato de que os autores do projeto entendiam que um “espaço de memória não se encerra no interior das paredes do museu, incluindo toda a região circundante, com seus atributos culturais e paisagísticos” (GEHRKE, ZORZI e CERQUEIRA, 2008a, s.p.)

Além dos atrativos naturais, a proposta pretendia incluir no roteiro de visitação antigas adegas, fábricas de doce, cemitérios e moinhos, assim como pomares e parreirais,

¹¹³ Disponível em: <http://www.caxias.tur.br/>, acessado em 19/01/2016.

¹¹⁴A cria o deste último museu nunca foi concretizada.

que ilustravam algumas das contribuições culturais de cada um dos grupos étnicos que ali se instalaram (GEHRKE, ZORZI e CERQUEIRA, 2008b, s.p.).

No estudo que ora realizamos, conforme já exposto na Introdução da presente tese, nos centramos na análise do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, no Museu da Colônia Francesa e no Museu da Imigração Pomerana. O Museu do Gruppelli, que fazia parte do projeto original dos “Museus Étnicos da Serra dos Tapes”, foi excluído desta análise basicamente pelo fato de o mesmo não ter sido criado dentro do contexto anteriormente analisado, ou seja, o referido Museu foi criado ainda na década de 1990 e é uma iniciativa particular da família Gruppelli. Já o Museu da Etnia Pomerana da Santa Silvana não foi incluído, por seu projeto não ter saído do papel, sendo assim, em substituição ao mesmo, optamos em trabalhar com o Museu da Imigração Pomerana em São Lourenço do Sul.

Assim, passaremos a partir de agora, a analisar a trajetória de formação de cada uma destas instituições. A análise obedecerá a data de criação das mesmas, deste modo, a primeira a ser analisada será o Museu Etnográfico da Colônia Maciel, em seguida o Museu da Imigração Pomerana em São Lourenço do Sul e por último o Museu da Colônia Francesa.

2.3.1 MUSEU ETNOGRÁFICO DA COLÔNIA MACIEL

Quem controla o passado, controla o futuro.
George Orweel

Controlar o futuro, a partir do controle do passado pode ser entendido como um dos aspectos que no ano de 2000 marcou a Colônia Maciel. É esta data que têm início a trajetória do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, momento em que foi criado um projeto de pesquisa no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPEL), que tinha como principal objetivo identificar elementos relacionados com a cultura italiana na Colônia Maciel.

A chamada Colônia Maciel é uma localidade situada no Rincão da Cruz, 8º distrito do município de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul. Distante cerca de 45 km do centro da cidade, seu acesso ocorre por meio da BR392, em direção ao município de Canguçu, de onde dista cerca de 14 km, conforme pode ser observado na Figura 04.

A escolha da Colônia Maciel para ser o palco daquela pesquisa ocorreu devido ao fato de, em um levantamento prévio, ter sido verificado um expressivo número de descendentes de imigrantes italianos, que possuíam traços culturais significativos e uma vasta cultura material preservada, que remetia aos primórdios de ocupação da região, datada de 1883, conforme pode ser verificado no Capítulo 1 da presente tese.

Com o decorrer da pesquisa, a equipe, na época composta por alunos do curso de licenciatura em História da UFPEL, coordenados pelo professor Fábio Vergara Cerqueira, percebeu que a comunidade tinha um interesse em manter preservada a sua memória história.

Esta preservação, de acordo com os representantes da comunidade, tais como o padre Luís Capone, atuante na região na época, bem como lideranças locais dentre as quais se destacaram o senhor João Casarin e a sua esposa Dona Noêmia Casarin, somente ocorreria no momento em que fosse criada uma instituição onde a comunidade pudesse efetuar o depósito temporário ou permanente de objetos e documentos que sob sua ótica foram importantes, e desta forma tivessem assegurada a sua preservação para deleite das futuras gerações.

Vale destacar que possivelmente a comunidade tenha sido motivada a reivindicar a criação de um museu, pois possuíam um exemplo deste tipo de empreendimento, não muito distante dali. Trata-se do Museu do Gruppelli, localizado cerca de 25 km da Colônia Maciel,

e que foi criado por iniciativa particular ainda na década de 1990, e instalado na propriedade da família Gruppelli.

A ideia de criar uma instituição responsável pela pesquisa, divulgação e preservação do passado histórico de um grupo de imigrantes europeus radicados no interior do município de Pelotas se mostrou atraente para o então recém-formado grupo de pesquisadores.

A elaboração de um projeto visando à criação da instituição não tardou a acontecer. A sua aprovação ocorreu no ano de 2004, por meio de um convênio da Secretaria Estadual de Cultura do estado do Rio Grande do Sul, que através do sistema de Consulta Popular, elegeu a criação do Museu como uma das prioridades orçamentárias do referido ano.

A cedência do prédio onde funcionou a Escola Garibaldi no período compreendido entre 1929-1974 pela Prefeitura Municipal de Pelotas e a liberação dos recursos, possibilitou o início dos trabalhos ainda no ano de 2005. Uma nova equipe foi formada nesta etapa do projeto e novas pessoas foram incorporadas ao grupo de pesquisadores que havia atuado principalmente durante o ano de 2001.

Saídas de campo semanais com o objetivo de recolher depoimentos dos mais antigos moradores, bem como objetos e fotografias que estes por sua vez gostariam de ceder para que fizessem parte do acervo da instituição, foram empreendidas ao longo de exatamente um ano. Paralelamente à execução destas atividades de cunho científico, era efetuado o trabalho de reforma do edifício que viria albergar do museu.

O edifício foi construído entre os anos de 1927-1928. Em uma fotografia (Figura 05) veiculada no Relatório da Intendência do ano de 1928, de autoria do Intendente Augusto Simões Lopes¹¹⁵, percebemos que o processo de conclusão da edificação havia sido concluído há pouco, uma vez que a pintura estava em perfeito estado de conservação.

Observando a fotografia, percebemos que existia acima da porta principal uma placa com o nome da escola. E em frente ao prédio uma ponte de concreto sobre um pequeno riacho que passava no local e que na década de 1970 teve seu curso modificado para os fundos do edifício, conforme relato do senhor João Casarin¹¹⁶.

¹¹⁵Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Augusto Simões Lopes em 20 de setembro de 1928. Acervo Biblioteca Pública Pelotense.

¹¹⁶ Entrevista com o Sr. João Casarin, 2005.

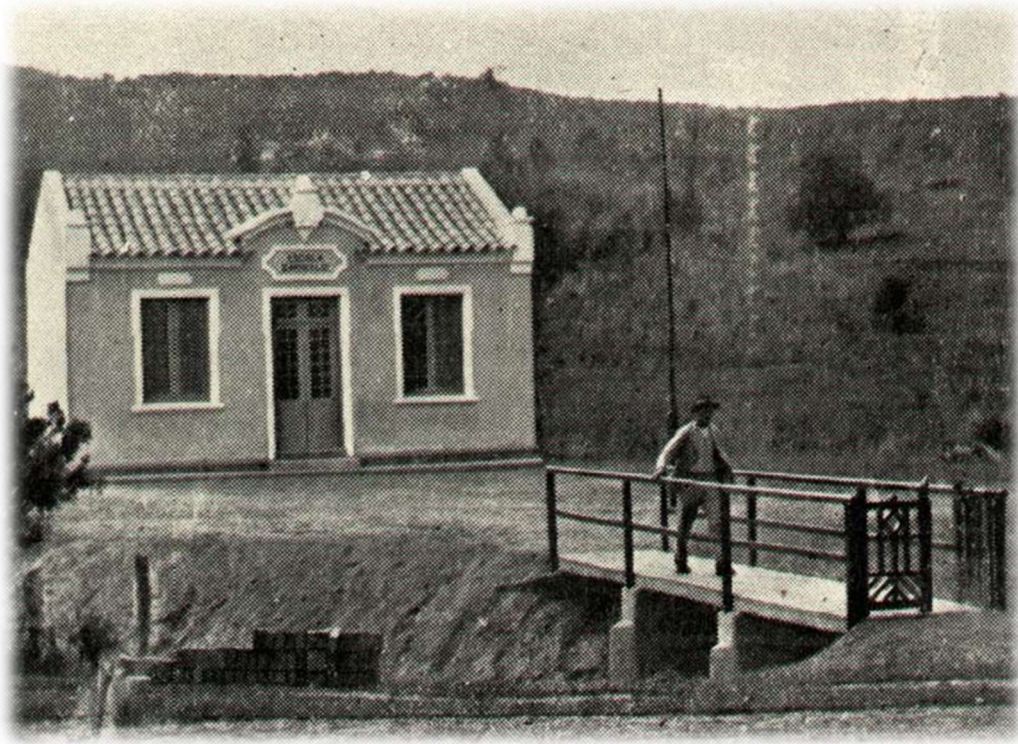


Figura 05: Escola Garibaldi, registro fotográfico de 1928.
Fonte: Relatório Intendência Augusto Simões Lopes/1928.

O processo de requalificação do edifício efetuou poucas alterações na parte externa do mesmo. Já internamente estas foram mais intensas. O piso, que originalmente era de madeira, e cujo estado de conservação não permitiu a restauração e preservação, foi substituído por um tipo de piso bastante comum na região: o cimento colorizado, neste caso vermelho. No sentido de criar uma maior harmonia, foram colocados alguns ladrilhos hidráulicos, também doados pela comunidade, formando mosaicos. O forro original também foi substituído.



Figura 06: Fachada do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, em 2006.
Fonte: Acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel. RP.

A próxima fotografia apresentada (Figura 06), produzida no ano de 2006, logo após o processo de reforma pelo qual passou o edifício, quando analisada, permite constatar que foi mantida e respeitada a volumetria original do prédio (foi construído um anexo na parte traseira do edifício, mas que não é perceptível quando o mesmo é visualizado pela frente, este anexo serve de parte administrativa do museu e banheiro).

Na fotografia são perceptíveis ainda dois painéis. Um deles traz o nome e a logomarca do Museu, e o outro traz um breve histórico da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

No dia 06 de junho de 2006, em uma cerimônia que contou com a presença de inúmeras autoridades e a presença massiva da população local, foi inaugurado o Museu Etnográfico da Colônia Maciel. A instituição abriu as suas portas contando com um acervo de cerca de 309 objetos, 42 entrevistas e 490 fotografias.

A exposição do museu, organizada em nichos temáticos, procurou reproduzir o cotidiano dos imigrantes de origem italiana e de seus descendentes que ocuparam a região a partir do final do século XIX. Para tanto foram criados núcleos sobre diferentes atividades/espços típicos daquela região.

A proposta expográfica adotada pela instituição teve como objetivo efetuar um diálogo entre as três fontes disponíveis, ou seja, foi criado um diálogo triangular entre as fontes, nas quais os relatos orais norteavam o direcionamento a ser tomado e os objetos e

as fotografias complementavam a proposta sugerida. Foram criados desta forma, seis eixos temáticos: *Chegada, Trabalho, Comércio, Casa, Educação e Lazer*.

O acesso à exposição conduzia o visitante ao primeiro setor (Figura 07) que representava a chegada dos primeiros imigrantes em solo brasileiro. Para tanto, foram reproduzidos num grande painel instalado numa das paredes, trechos dos relatos que se referiam a tal episódio, além de cópias de documentos, e uma fotografia dos primeiros representantes das famílias chegadas ao núcleo colonial que deu origem à Colônia Maciel, e que reunidos por conta de uma festa, perpetuaram a sua imagem através de uma fotografia que se transformou na “identidade visual da imigração italiana na região”¹¹⁷.



Figura 07: Exposição do Museu Etnográfico da Colônia Maciel. Setor: Chegada.
Fonte: Acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel. RP

Próximo a este painel foi disposto um antigo baú, doado pelo senhor João Casarin, e que é o único objeto que faz parte do acervo do Museu, cuja procedência, comprovadamente, seria italiana. O referido baú teria pertencido ao senhor Giusto Casarin, e era forrado originalmente com couro e possuía uma aplicação de tachas metálicas com

¹¹⁷Para mais informações sobre esta fotografia, consultar o capítulo 5.

as iniciais do proprietário, e teria sido utilizado para transportar roupas e objetos pessoais, na travessia do Atlântico, em 1886.

Em seguida foi criado um setor que representava o trabalho agrícola. Objetos tais como um arado, semeadeira, roldana estavam colocados próximos a um painel com uma fotografia do senhor José Luís Portantiolo arando as suas terras. Dispostos no painel, além da fotografia, estavam a transcrição de falas de depoentes que faziam alguma referência ao trabalho na lavoura.

A existência desta temática se justificou pelo fato de a economia da região ter sido baseada preponderantemente na produção agrícola e representar até os dias atuais uma das únicas fontes de renda para grande parte das famílias que residem naquela comunidade.

Além destes objetos, foram dispostos uma caixa de amassar uva, uma pipa de madeira, um coador de suco de uva, um tampador de garrafas, bem como torneiras de pipas, cuja reunião de objetos representava a fabricação de vinho, que é uma das características mais sobressalentes da comunidade até os dias de hoje, e cuja referência pode ser encontrada na quase totalidade dos registros orais. Além disso, a própria logomarca no museu faz uma referência à produção do vinho, uma vez que é a releitura de uma fotografia na qual aparece o senhor Angelo Ceron tomando um copo de vinho¹¹⁸.

Quando da inauguração do museu, havia um setor onde estava um balcão de grandes dimensões, que ficava originalmente na casa comercial da família Casarin. A inserção deste objeto no espaço expositivo, bem como de objetos tais como balanças, rolos de papel, tamancos, entre outros objetos, representava a casa de comércio, a venda como também era conhecida. Instituição tão típica e tão característica da zona rural da Serra dos Tapes, era o local de compra e venda de produtos, era um ponto de encontro da comunidade, podendo desta forma ser caracterizado como um centro de sociabilidade; entretanto, remodelações no espaço expositivo acabaram por eliminar este setor da exposição e a temática relacionada ao trabalho foi expandida, com o acréscimo de outros objetos, tais como um fole, marreta, bigorna e ferro de marcar em brasa, além de uma debulhadeira de milho e uma roldana, utilizada no preparo dos fardos de alfafa, que seriam mais tarde comercializados.

Na sequência, estava disposto um espaço destinado à representação do mundo doméstico. Neste ambiente foram colocados objetos de uso quase que exclusivamente feminino, tais como máquina de costura, ferro de passar roupas, peças de enxoval. Ao lado

¹¹⁸ Mais informações sobre este registro, podem ser encontrados no Capítulo 5.

foi recriado o ambiente da cozinha, que no espaço rural é preñe de objetos cuja funcionalidade é a mais variada possível, tais como um descascador de frutas, uma desnatadeira, um rolo de massa, entre outros.

O destaque neste setor ia para uma corrente que presa numa viga de sustentação do edifício, e que servia de suporte para uma velha panela de ferro. O mecanismo composto por ganchos e uma corrente é chamado de trempe e foi bastante comum na região, num período em que fogões eram raros e a comida era preparada sobre uma fogueira armada num dos cantos da cozinha.



Figura 08: Exposição do Museu Etnográfico da Colônia Maciel. Setor: Casa.
Fonte: Acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel. RP

A descrição do uso desta peça é feita de forma bastante esclarecedora por uma das entrevistadas, que teve o seu relato reproduzido num painel que ficava exposto neste setor, onde podiam ser visualizados ainda, expostos em uma cristaleira, objetos mais delicados, tais como xícaras e copos.

O lazer estava representado pelo jogo de bocha, pelo futebol e por dois exemplares de brinquedos artesanais em madeira, fabricados na década de 1960.

Encerrando o espaço expositivo, a temática da educação, representada por uma carteira escolar e uma sineta usadas na Escola Garibaldi, uma lousa, além de livros. Esta temática foi criada basicamente pelo fato de o prédio que alberga o Museu ter sido a primeira sede da Escola Garibaldi.

Além disso, estava colocada em exposição uma cadeira de barbeiro, sobre a qual encontrava-se disposta uma maleta contendo navalhas, tesouras e outros aparatos utilizados em barbearias. E por fim, acrescentada à exposição, se achava-se um nicho para santo com uma imagem sacra (Santa A'nna) que nos remete à grande influência que a religiosidade sempre exerceu naquela comunidade.

Desde a sua abertura, o Museu esteve aberto à visitação, atendendo um público bastante diversificado. Uma análise dos livros de visitação do mesmo permitiram precisar o público que visitava o museu anualmente. Percebemos que no primeiro ano foi o que afluíu o maior número de pessoas ao museu, porém, o índice de visitantes não variou muito, ficando em média de 800 pessoas/ano, o que para um museu do porte do Museu Etnográfico da Maciel, localizado no interior do município, sem nenhum outro atrativo próximo, tais como restaurante, por exemplo, é um público razoável.

Os dados completos do número de visitantes, podem ser observados na figura abaixo (Figura 09):

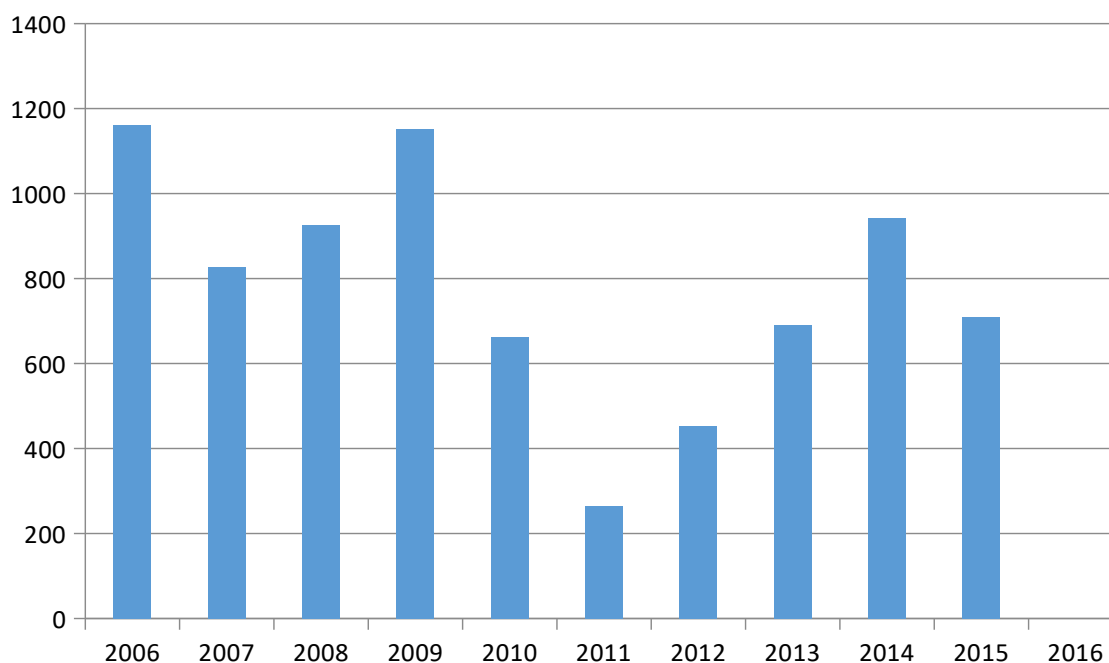


Figura 09: Total de visitantes no Museu Etnográfico da Colônia Maciel

Fonte: Elaboração do autor (2015), com base nos registros de visitação do Museu.

Conforme percebemos, ao longo dos quase 10 anos de existência do Museu da Colônia Maciel, ocorreram algumas alterações no espaço expositivo. Estas alterações se

justificam de certo modo, basicamente para que o grande número de objetos que estão preservados na reserva técnica pudessem ser expostos, e também para que seja possível explorar outras temáticas.

Além da exposição de longa duração foram realizadas exposições de caráter temporário visando contemplar outras temáticas que não estavam representadas em seu espaço expositivo.

No ano de 2010 foi organizada a exposição “*Com a benção de Deus: Religiosidade na Colônia Maciel*”, cujo sucesso foi tamanho que a mesma acabou permanecendo por um período maior do que o planejado e algumas das peças foram incorporadas à exposição de longa duração do Museu.

A exposição contou com o empréstimo do Livro Tombo da Igreja de Sant’Anna, bem como de imagens sacras, paramentos religiosos, além de contar com reproduções fotográficas ampliadas de fotografias que registravam procissões, casamentos e comunhões.

Após a realização da pesquisa, sobre a construção da estrada de ferro na Colônia Maciel, por ocasião da dissertação de mestrado do presente autor (GEHRKE, 2013), foi realizada uma exposição sobre tal temática. A exposição “*A memória pelos trilhos do trem: o ramal Pelotas-Canguçu (1940-1962)*” ocorreu no ano de 2013, e retratou o processo de construção do ramal da estrada de ferro Pelotas-Canguçu, cujo trecho cruzava a Colônia Maciel. A exposição contou com a reprodução de fotografias, jornais e reproduções textuais de depoimentos orais, que tratavam diretamente sobre o tema.

Recentemente, em comemoração aos 130 anos da Imigração Italiana em Pelotas, foi feita uma exposição fotográfica para comemorar esta data. Através de uma mostra de fotografias e depoimentos orais transcritos, foi organizada a exposição: “*Dall’Italia siamo partiti: 130 anos da colônia italiana em Pelotas*”.

Foram organizadas ainda duas exposições (uma em 2016 e outra em 2017) em conjunto com o Museu da Colônia Francesa, que permaneceram em cartaz durante a realização da Semana do Patrimônio, atividade desenvolvida pela Prefeitura Municipal.

Cristiano Gehrke, et al (2015, s.p.) atestam que além destas exposições, organizadas no próprio espaço físico do Museu, o museu organiza com certa frequência, exposições em outros espaços. Os autores citam as exposições realizadas no ano de 2008 no município de Canguçu durante a Feira da Indústria e Comércio de Canguçu (FECICAN), em 2009 e 2010 das exposições fotográficas realizadas no Instituto de Ciências Humanas da UFPEL e em 2013 na Associação Comercial de Pelotas (ACP). O objetivo destas

exposições tem sido divulgar a instituição recém inaugurada junto da comunidade local e inserir a mesma no circuito turístico-museológico da cidade de Pelotas.

Vale destacar ainda os passeios pela região colonial de Pelotas, com visitas ao Museu (assim como aos demais museus do Circuito de Museus Étnicos), a adegas, fábricas de doces, cemitérios, bem como às paisagens naturais e expressões da arquitetura vernácula, são iniciativas que ocorrem com certa frequência e que fazem parte das atividades de extensão do Museu.

Além destas iniciativas voltadas para o público em geral, o Museu promoveu uma série de ações educativas ao longo dos anos. No ano de 2009 teve início a primeira destas ações, quando por meio de encontros semanais com alunos da rede pública e particular de ensino de Pelotas, foi levado a cabo o *Programa de Educação Patrimonial do Museu Etnográfico da Colônia Maciel*, que conforme relatório final do referido projeto (GEHRKE, 2009, s.p.), foi promovida a ida de 20 escolas até a sede do Museu, onde foram atendidos 64 professores e 942 alunos.

Com o passar dos anos e com a mudança da equipe, este projeto permaneceu desativado, sendo retomado no ano de 2013, quando, após passar por modificações metodológicas, passou novamente a ser aplicado nas escolas da região.

Cristiano Gehrke, et al (2015, s.p.) afirmam ainda que, ao longo desta quase uma década, o Museu foi palco da realização de um grande volume de estudos de caráter acadêmico, tendo sido produzidas mais de duas dezenas de artigos científicos, cinco monografias de conclusão de curso, um artigo de conclusão de curso de especialização, quatro dissertações de mestrado, bem como uma tese de doutoramento concluída e outra em curso.

Assim, esta primeira descrição dá conta da estrutura que a exposição do museu teve ao longo dos anos de 2006 e 2016. Contudo, no ano de 2017, em virtude das fortes chuvas que ocorreram na região, o telhado do edifício desabou, causando grandes prejuízos ao acervo. Após a interdição do prédio pela Defesa Civil, auxiliados por pessoal técnico, o acervo do Museu foi retirado dos escombros e levado para o Instituto de Ciências Humanas da UFPEL onde as peças avariadas passaram por um processo de limpeza e restauro.

No momento, uma equipe trabalha na formulação de um projeto visando ao restauro do edifício com o fim de possibilitar a reabertura do Museu ao público e enquanto isso, foi montada uma exposição, em cartaz desde novembro de 2016 em três salas do Casarão nº6¹¹⁹, pertencente à Prefeitura Municipal de Pelotas.

¹¹⁹ Praça Coronel Pedro Osório nº6 no centro de Pelotas/RS.



Figura 10: Detalhe da exposição montada na Casa 6.
Fonte: Autor, 2016.



Figuras 11 e 12: Detalhe da exposição montada na Casa 6.
Fonte: Autor, 2016.

A exposição *“Memória em três atos: desafios e superação de um museu de imigração italiana”* têm como objetivo trazer a memória do rural para o urbano.

Optou-se em organizar uma exposição no sentido de sensibilizar a comunidade pelotense sobre os momentos difíceis pelos quais passou o museu, os momentos de trabalho árduo na recuperação e preservação do acervo e por fim nas atividades que continuam sendo desenvolvidas, bem como nos objetivos a serem alcançados a médio e longo prazo, com a revitalização total do espaço e a manutenção das atividades de pesquisa e extensão na instituição. Serviu de inspiração para a concepção desta exposição o texto mais emblemático da literatura italiana “A Divina Comédia” de Dante Alighieri. Até o momento, a exposição já contou com um público aproximado de 3 mil pessoas.

2.3.2 MUSEU DA IMIGRAÇÃO POMERANA

Somos rigorosamente aquilo que lembramos.

Norberto Bobbio

O Museu da Imigração Pomerana está instalado na chamada Casa Hartmeister, que também abriga o Memorial do Seminário Concórdia¹²⁰. O museu está localizado na chamada colônia Bom Jesus II, junto à Comunidade Evangélica Luterana São João, 4º distrito do município de São Lourenço do Sul, no estado do Rio Grande do Sul.

A criação do museu ocorreu em 2008, por ocasião da comemoração dos 105 Anos de fundação do Seminário Concórdia, cuja primeira sede esteve localizada no mesmo local onde hoje está instalado o museu¹²¹.

Deste modo, para entendermos o processo de criação desta instituição, faz-se necessário que compreendamos as motivações de criação do Seminário Concórdia naquela localidade, ainda no início do século XX e como a criação desta instituição possibilitou um século mais tarde a criação do Memorial do referido Seminário e também do Museu da Imigração Pomerana.

Em relação ao Seminário Concórdia, as informações trazidas no presente estudo foram obtidas através da análise do site da referida instituição¹²². Conforme o referido sítio *web*, o histórico daquele Seminário está diretamente ligado à história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Relacionado ao Seminário, temos ainda um texto de Leopoldo Heimann (2005), no qual o mesmo traz algumas informações sobre o histórico desta instituição, que puderam ser complementadas com informações retiradas de um site sobre a história do luteranismo, o Lutheran History¹²³, e também de uma matéria redigida pelo primeiro aluno do Seminário Concórdia em Bom Jesus, Emílio Wille, veiculada no jornal *O Mensageiro Luterano* em abril de 1949 (p. 26-27).

Conforme esta matéria, em abril de 1899 o Sínodo Luterano de Missouri de Ohio, nos Estados Unidos, teria realizado uma reunião, na qual, entre outros temas, teria tratado

¹²⁰ O Seminário Concórdia é um instituto de formação de pastores da Igreja Luterana.

¹²¹ Atualmente, o referido Seminário está localizado no município de São Leopoldo, também no Rio Grande do Sul.

¹²² Disponível em: <http://www.seminarioconcordia.com.br/seminario/historico>, acessado em 29/05/2015.

¹²³ Disponível em: <http://www.lutheranhistory.org/history/tih1027.htm>, acessado em 29/01/2016.

sobre o início do trabalho na América do Sul, de onde teriam vindo “pedidos de socorro” no sentido de auxiliar na situação religiosa nesta região que se encontrava em um estado “tristíssimo”. Além disso, havia chegado até os representantes americanos do Seminário um pedido, de um pastor de Novo Hamburgo, o reverendo F. Brutschin, solicitando o envio de um pastor sucessor, visto que o mesmo tencionava em retornar ao seu país natal, a Alemanha. A correspondência teria ocorrido por intermédio das revistas teológicas do Sínodo Luterano do Missouri e teria sido trocada com o pastor E. Duerr.

A partir desta comunicação, no dia 25 de abril de 1899, o Sínodo teria resolvido dar início ao trabalho no continente sul-americano, começando pelo estado do Rio Grande do Sul. No dia 19 de fevereiro de 1900, teria embarcado no porto de Nova York o pastor C. J. Broders, com destino ao porto de Rio Grande, onde teria chegado após uma viagem de quatro semanas. Uma vez em solo brasileiro rumou para a localidade de Novo Hamburgo, onde teria se reunido com o pastor Brutschin (WILLE, 1949, p. 26).

Broders e Brutschin dirigiram-se então para o sul do estado. Na localidade de São Pedro, município de Pelotas, fundaram uma comunidade, que passou a ser regida pelo pastor Willhelm Mahler, que veio a se tornar o primeiro missionário americano em solo brasileiro, começando a sua atuação em março de 1901. Além desta, as comunidades de Santa Eulália e Santa Coleta em Pelotas e a de Bom Jesus, no município de São Lourenço do Sul, seguiram no seu pedido para serem servidas por pastores do Sínodo do Missouri. Foram encaminhados os pastores H. Stiemke, A. Vogel e Johannes Hartmeister, instalados respectivamente naquelas comunidades ainda em 1901 (WILLE, 1949, p. 26). A comunidade de Bom Jesus, conforme Emílio Wille (1950, p. 40) era até então atendida por Augusto Knabach, que teria sido o primeiro “pseudopastor¹²⁴” a atuar naquela comunidade.

Tais informações são conflitantes com os dados trazidos por Leopoldo Heimann (2005, p. 58), que afirma que o Sínodo do Missouri, em sua convenção realizada no ano de 1902, aprovou o envio de professores paroquiais ao Brasil, e que “diante da dificuldade de obter-se professores dos Estados Unidos, os pastores missourianos que trabalhavam no Brasil decidiram que era necessário formar professores nacionais localmente” (HEIMANN, 2005, p. 59).

Já conforme o *Lutheran History*, o número de professores que efetivamente chegou a ser enviado para o Brasil teria sido muito pequeno. Em 1903 teria vindo um, em 1907, outro, e em 1909, mais dois.

¹²⁴ *Pseudopastor* se refere ao termo pelo qual eram conhecidos os pastores diletantes, ou seja, aqueles que não possuíam formação na área, mas que se destacavam na sociedade pelo fato de saberem ler e escrever e terem um certo espírito de liderança na comunidade.

Sabemos que o Seminário Concórdia passou a funcionar efetivamente em 1903, o que nos leva a crer que os primeiros pastores realmente tenham chegado à região ainda em 1901, conforme relato de Emilio Wille (1949, p. 26), o que é corroborado por um segundo relato do mesmo Wille (1950, p. 50), no qual o mesmo aponta que o primeiro culto de Johann Hartmeister teria ocorrido no Natal de 1901; além disso, outro dado confirma a tese da chegada de Johann Friederich Hartmeister, ou somente John Hartmeister, ao Brasil, antes daquela data, uma vez que conforme o *Kirchen Buch der Bom Jesus und Pommer Gemeinde*, que traz os registros de batismo e óbitos ocorridos na comunidade desde 1868, o batizado de número 10 do ano de 1903 teria sido de uma das filhas do pastor, Eugenia Suzana Tabea Hartmeister; ademais, a outra filha, Esther Hartmeister, também nasceu em solo brasileiro, em 25 de setembro de 1902, conforme disposto em sua lápide tumular, no cemitério da Comunidade São João em Bom Jesus.

Johann Hartmeister teria nascido em 11 de janeiro de 1887 no Missouri nos Estados Unidos, e era casado com a senhora Theodora Muller Hartmeister, com quem veio ao Brasil. O casal teve duas filhas.

Emilio Wille (1949, p. 26) continua o seu relato afirmando que os novos pastores perceberam que além de uma série de problemas relacionados à vida religiosa das comunidades, o ensino também apresentava muitos problemas. Neste sentido, em abril de 1903 foi organizada em Bom Jesus uma conferência pastoral, na qual o pastor Wilhelm Mahler apresentou a proposta de fundar um estabelecimento para a formação de pastores e professores brasileiros.

Como local que serviria de residência para os futuros estudantes foi escolhido um galpão da própria comunidade de Bom Jesus, que era construído de tábuas e servia para guardar diversos objetos e forragem para os animais. Uma pequena reforma seria suficiente para adaptar o edifício para a sua nova função. As tábuas seriam substituídas por tijolos, seria colocado um piso e aberta uma janela. Somente restava conseguir o consentimento da comunidade.

Emilio Wille (1949, p. 26) assevera que no dia 26 de abril de 1903, após a realização de um culto na igreja local, o pastor John Hartmeister, acompanhado do pastor Wilhelm Mahler, apresentaram a proposta de instalação do Seminário naquele local. Conforme o autor, a ideia não teria sido muito bem-aceita num primeiro momento, mas após conversas e prestados esclarecimentos, a comunidade teria aceitado de bom grado a proposta.

Conforme o site do Seminário Concórdia, o funcionamento efetivo da instituição viria a ocorrer em 27 de outubro de 1903, sendo o diretor e também o único professor, o

pastor missionário americano do Sínodo do Missouri John Hartmeister. Conforme o site, “tudo que havia [no local] era a igreja, a casa pastoral e um rústico galpão”. Com três matrículas iniciais, este número logo subiu para cinco. Conforme documentação conservada no Museu da Imigração Pomerana, a primeira turma era formada por Heinrich Drews, Adolf Flor, Emílio Wille, Ewald Hirschmann e Francisco Hoffmann¹²⁵.



Figura 13: Sede do Seminário Concórdia em Bom Jesus.
Fonte: Acervo do Museu da Imigração Pomerana.

Emilio Wille, autor do relato por nós analisado, teria sido o primeiro aluno, e foi um dos responsáveis pela reforma do primitivo galpão e sua adaptação às novas funções. Os demais alunos teriam se matriculado em seguida.

Conforme Emilio Wille, o horário regulamentar dos estudantes teria sido o seguinte:

alvorada às 5h, com uma hora de tempo para se lavarem, além de outras ocupações, como tratar dos animais, etc. As 6 h era servido o café, seguido pela devoção matutina. Uma hora, das 6:30 às 7:30, era consagrada ao estudo. Das 7:30 às 11:30 os rapazes se ocupavam na lavoura, porquanto deviam trabalhar quatro horas por dia para o seu sustento próprio. Das 11:30 às 12 era tempo livre. Às 12 em ponto era servido o almoço. Das 13:30 às 14h era tempo de estudo. Das 14 às 17h havia aulas. Eram as seguintes as matérias lecionadas: religião (catecismo, história bíblica e

¹²⁵ Histórico do Seminário Concórdia. Datilografado. Sem data. Acervo Museu da Imigração Pomerana.

hinos), línguas (alemão, português e latim), história do Brasil e geral, geografia, história natural, aritmética, desenho, canto, caligrafia, além de outras matérias (WILLE, 1949, p. 27).

Ainda segundo Emilio Wille (1949, p. 27) as refeições eram tomadas em conjunto com a família do pastor John Hartmeister. O autor fala que, assim como os alunos não pagavam pensão, o pastor não recebia ordenado, logo, não eram oferecidos banquetes. A alimentação geralmente consistia em batata-doce assada no forno ou um pedaço de pão de milho.

O próprio Hartmeister deixou um relato em que narra as dificuldades inerentes a essa iniciativa, considerando especialmente as circunstâncias em que ela aconteceu¹²⁶.

O único professor do instituto era John Hartmeister, que também lecionava na escola paroquial, destinada aos alunos dos colonos que residiam nas redondezas, no turno da manhã. Dois currículos diferentes foram elaborados. O primeiro, requerendo quatro anos de estudos, destinava-se à formação de professores. O segundo, de maior duração, visava à formação de pastores.

O trabalho de Hartmeister era ainda mais complicado pela falta de material didático. Além de Bíblia, catecismo e hinário, Hartmeister dispunha apenas de dois livros textos, um para o ensino do alemão e outro para o ensino da história geral. O conteúdo das demais disciplinas era ditado pelo professor para ser anotado pelos alunos em seus cadernos (HARTMEISTER, 1950, p. 12).

O Instituto de Bom Jesus foi reconhecido como uma instituição oficial do distrito Brasileiro do Sínodo de Missouri na convenção fundadora do distrito em 24 junho de 1904, ou seja, o Seminário já funcionava antes mesmo da fundação oficial da IELB no Brasil¹²⁷.

Devido à doença de sua esposa e morte de sua filha, Esther Hartmeister, em 18 de setembro de 1904, John Hartmeister viu-se obrigado a retornar os Estados Unidos no início de 1905 (WILLE, 1949, p. 27). Ele faleceu em 07 de julho de 1965, em Illinois nos Estados Unidos, sem nunca mais ter retornado ao Brasil.

Como não houve quem continuasse seu trabalho no Instituto de Bom Jesus, este teve que fechar suas portas. Como não havia um sucessor para o pastor, os estudantes tiveram que retornar para as suas residências, mas com o tempo cada um teria seguido por um novo caminho. Wille (1949, p. 27) alega que Adolfo Flor teria se mudado para Santa Maria onde entrou numa escola como auxiliar; Evaldo Hirschmann teria atendido escolas

¹²⁶HARTMEISTER, John. *The Sowing of a Mustard Seed*. Concordia Historical Institute Quarterly. 23/, abril, 1950.

¹²⁷<http://www.seminarioconcordia.com.br/seminario/historico>, acessado em 19/02/2015.

na Santa Helena e Santa Eulália, ambas colônias do município de Pelotas; Henrique Drews lecionou numa escola da Comunidade na Costa do Arroio Grande, em São Lourenço e Emilio Wille teria tomado conta de uma escola na Santa Coleta no município de Pelotas.

O prédio onde funcionou o Seminário foi substituído por um novo edifício que passou a servir de residência para futuros pastores que vieram a residir na comunidade, e depois o mesmo passou a ser utilizado em atividades da igreja, como encontro de jovens e reuniões. Finalmente a partir de 2008 tornou-se sede do Museu.

No ano de 1907 o Seminário foi reaberto em Porto Alegre, para onde seguiram os estudantes Francisco Hoffmann e Evaldo Hischmann. Henrique Drews teria desistido da carreira de pastor. Já Adolfo Flor e Emilio Wille teriam concluído os estudos no Seminário de Springfield de Illinois nos Estados Unidos.

No ano de 1905, por ocasião da segunda Convenção da Igreja, ocorrida no município de Jaguari no Rio Grande do Sul, ficou decidido que o Seminário seria reaberto, mas desta vez em Porto Alegre, o que veio a ocorrer somente em 01 de maio de 1907, quando 10 alunos passaram a frequentar a instituição, sendo neste momento, dois os professores: o Reverendo Wilhelm Mahler e o professor E. Wegehaupt. Conforme o histórico da instituição na Internet, somente então que a escola recebeu o nome de Seminário Concórdia.

Num primeiro momento, a escola “funcionava em duas casas alugadas”. O ano de 1912, assinala a transferência para um prédio novo de “propriedade da Igreja, construído em terreno onde hoje se encontra o Colégio Concórdia de Porto Alegre”¹²⁸.

A formatura dos primeiros pastores viria a ocorrer em 1915. O ano de 1921 assinala a transferência do Seminário Concórdia para o atual bairro Mont'Serrat, em Porto Alegre, onde ficou até ser transferido, em 1984, para o município vizinho de São Leopoldo. No ano de 1978, o Seminário Concórdia comemoraria 75 anos de funcionamento, data em que estudavam no referido estabelecimento 89 alunos. Conforme o histórico da instituição, “em 30 de dezembro de 1994, com a assinatura do Convênio de Mútua Cooperação (IELB- Universidade Luterana do Brasil/ULBRA) o Seminário Concórdia entrou em nova fase de sua existência”.

Em relação à criação de um museu na região, as primeiras tratativas ocorreram no ano de 2007. Com a mobilização da comunidade tendo à frente os integrantes da Comunidade Luterana São João, dentre eles o presidente Eduardo Thurow, secretário

¹²⁸<http://www.seminarioconcordia.com.br/seminario/historico>, acessado em 19/02/2015.

Hugo Carlos Klug e o tesoureiro Elton Blank. Além disso, foi formada uma Comissão do Museu composta pelos casais Renato Blank e Hedi Blank, Rogério Krüger e Ileia Treichel Krüger.

O antigo prédio foi restaurado, um numeroso acervo passou a ser adquirido por meio de doações e finalmente em 02 de novembro de 2008 ocorreu a inauguração, na Comunidade Evangélica Luterana São João de Bom Jesus II em São Lourenço do Sul, integrando as comemorações do Sesquicentenário da Colonização Alemã-Pomerana do município, do Museu da Imigração Pomerana, do Memorial do Seminário Concórdia e da Casa Hartmeister.

Em matéria veiculada no periódico eletrônico da AzonaSul¹²⁹, há uma referência à inauguração da referida instituição, onde é reproduzida uma fala de Eduardo Thurow que mostra o objetivo da criação do Museu: “vamos preservar a história para nossos descendentes, para nossos filhos, para que esta história não se perca no futuro”.

Já o então secretário de turismo do município, Zelmute Oliveira, afirmou que “a comunidade São João está forjando um novo atrativo histórico, cultural e turístico para nosso município. Vamos avançar na valorização da história e da identidade do povo Pomerano”.

Na programação da inauguração do Museu estavam previstos um Culto Festivo do 105º Aniversário do Seminário Concórdia, com o pregador Reverendo Paulo Moisés Nerbas, o então presidente da IELB e a participação dos corais do Seminário Concórdia; foi feita a leitura do Histórico do Seminário Concórdia em Bom Jesus II pelo Reverendo Professor Dr. Paulo Wille Buss e por fim a inauguração do Memorial e do Museu da Imigração Pomerana com o Reverendo Professor Gerson Luis Linden, diretor do Seminário Concórdia. Um grande público teria acompanhado a inauguração do espaço. Atualmente o Museu é gerido pela comunidade e conta com a colaboração voluntária de pessoas ligadas à mesma para sua manutenção.

¹²⁹ Disponível em: <http://www.azonasul.org.br/Noticia/656/Memorial-Historico-e-Museu-serao-inaugurados-no-Municipio>, acessado em 29/01/2016.



Figura 14: Fachada do Museu da Imigração Pomerana
Fonte: Autor, 2015.

O espaço expositivo é composto por um pequeno corredor onde está presente uma mesa que contém o livro de registros de visitantes, e em uma das paredes uma série de quadros envidraçados, que contêm frases, escritas em alemão, que originalmente serviam para motivar os habitantes da região nas atividades da sua vida cotidiana. Ao lado esquerdo, está uma sala, onde foi recriado um espaço destinado à vida doméstica. Nela estão expostos um guarda-roupas, uma cama de taquara, algumas roupas, baús, além de quadros e fotografias. Existe nesta sala também um espaço destinado à história da costura na região, onde um painel traz a reprodução de algumas fotografias, um pequeno histórico sobre o processo de costura, além de estarem expostas algumas máquinas de costura.

No lado esquerdo está uma sala dedicada ao Memorial do Seminário Concórdia. Nela, uma vitrine contém livros, cadernos e materiais gráficos utilizados naquela instituição e um antigo piano. Uma série de fotografias estão dispostas pelas paredes, uma carteira escolar, bem como paramentos religiosos completam o mobiliário desta sala. Mas o grande destaque fica por conta da réplica da primeira casa que foi utilizada como sede do

Seminário. Uma maquete em tamanho razoável, feita com tijolos, barro e madeira, tapada com pequenas telhas feitas de madeira.



Figura 15: Aspecto da exposição do Museu da Imigração Pomerana.
Fonte: Autor, 2015.

Na próxima sala, encontram-se objetos pessoais, livros e instrumentos utilizados no atendimento aos que procuravam por assistência médica. É o acervo que pertenceu ao farmacêutico Wilhelm Weingärten, que nasceu na Alemanha, fixou residência na localidade de Bom Jesus em 1933 e atendeu pessoas de toda a região até o ano de 1976¹³⁰.

Em seguida existe uma outra sala onde está retratada a história da fotografia em São Lourenço do Sul. Esta sala foi organizada no ano de 2017 e traz expostas máquinas fotográficas, uma guilhotina, um rolo para fixação de fotografias, além de filmes, papéis fotográficos e a reprodução de uma série de fotografias. A sala conta com uma iluminação especial, visando a recriar o ambiente de um estúdio fotográfico, onde eram feitas a revelação das fotografias antigamente.

Uma outra sala representa o espaço doméstico, a cozinha. Nela estão dispostos uma série de utensílios domésticos. Jarras, panelas, espremedores de laranja. Uma tina de lavar

¹³⁰ Mais informações sobre este profissional podem ser encontradas na sequência deste estudo, quando analisaremos os profissionais que se dedicavam à produção de fotografias, uma vez que o mesmo atuou como fotógrafo.

roupas, caixas, guardanapos bordados. Na outra extremidade, estão objetos mais delicados, tais como pratos, louças, cuidadosamente organizados, sobre uma mesa coberta por uma toalha bordada.

Um aparelho utilizado para confecção de calçados, com alguns moldes, completa a decoração deste ambiente.



Figura 16: Aspecto da exposição do Museu da Imigração Pomerana.
Fonte: Autor, 2015.

Um pequeno corredor conduz à última sala do museu, onde estão objetos de grandes dimensões e utilizados principalmente no trabalho na lavoura. Capinadeiras, pipas de vinho, serrotes, máquinas de cortar pasto, foices, semeadeiras, são algumas das peças que podem ser encontradas neste espaço.



Figura 17: Aspecto da exposição do Museu da Imigração Pomerana.
Fonte: Autor, 2015.

Analisando o livro de registros de vistas ao Museu, percebemos que o mesmo recebe uma média anual de cerca de 700 visitantes, ocorrendo pequenas oscilações dependendo do ano, conforme pode ser verificado na Figura 18:

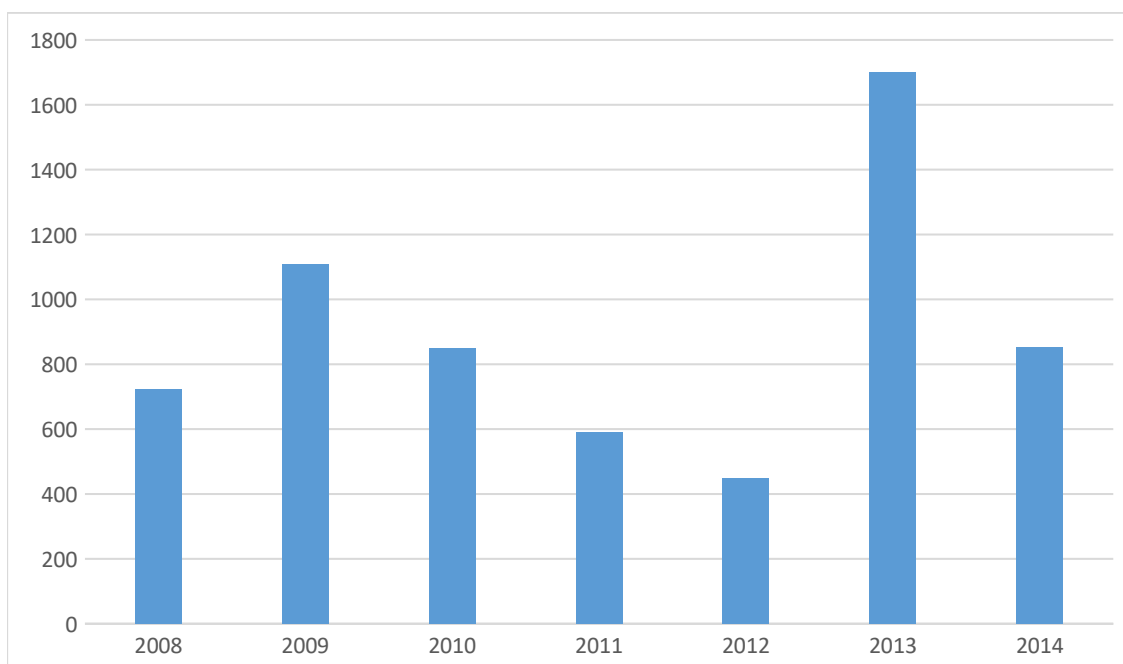


Figura 18: Número de visitantes anuais no Museu da Imigração Pomerana.

Fonte: Elaborado pelo autor (2015), com base nas informações dos Livros de registros de visitantes do Museu da Imigração Pomerana.

No ano de 2015, por interferência do presente autor, foram feitas algumas remodelações no espaço expositivo, tendo sido criada uma reserva técnica onde alguns objetos foram depositados, e foram confeccionados ainda alguns *banners* com a reprodução de fotografias e pequenos textos explicativos sobre alguns temas, bem como se deu início ao processo de catalogação do acervo, uma vez que, até então o volumoso acervo não possuía nenhum tipo de documentação.

Como o objetivo principal de nosso trabalho é a análise do acervo fotográfico, iniciamos o trabalho por este acervo, mas demos subsídios e treinamento para que os funcionários pudessem continuar a tarefa. Nenhum trabalho educativo foi realizado até o momento naquela instituição e a mesma não possui qualquer tipo de incentivo financeiro ou suporte de nenhum órgão mantenedor. A manutenção é feita pela comunidade, com apoio de um estagiário, cedido pela Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, geralmente estudante do Ensino Médio, para que este mantenha o museu aberto ao público; contudo, com a mudança da administração municipal, este funcionário não foi mais contratado, estando neste momento o museu com as portas fechadas, abrindo apenas mediante agendamento prévio e disponibilidade de um dos membros da comunidade em receber os mesmos. Por este motivo, os números de visitação dos anos de 2015, 2016 e 2017 não estão contabilizados no Gráfico anterior, basicamente porque ocorreu uma queda brusca nos números, não sendo possível deste modo criar um paralelo.

2.3.3 MUSEU DA COLÔNIA FRANCESA DE PELOTAS

*E sou já do que fui tão diferente
Que, quando por meu nome alguém me chama,
Pasma, quando conheço
Que ainda comigo mesmo me pareço.*
Luiz Vaz de Camões.

Localizado no Vila Nova, 7º distrito da cidade de Pelotas, o Museu da Colônia Francesa foi inaugurado em 04 de julho de 2009 com uma exposição provisória denominada “Doces e Vinhos ao som da Marselhesa”, cuja concepção ficou a cargo do professor Fábio Vergara Cerqueira e do professor Leandro Ramos Betemps, com participação na organização da referida exposição do presente autor, na época aluno do curso de graduação em História pela UFPEL e da aluna Mariciana Zorzi, na época aluna do curso de Turismo, também pela UFPEL.

Esta exposição, conforme pode ser verificada observando as Figuras 19, 20 e 21, era composta basicamente por fotografias e alguns objetos que remetiam a atividades ligadas ao trabalho rural, com destaque especial à produção de vinho e ao cultivo de frutas e produção artesanal de doces.



Figura 19: Parte da exposição no Museu da Colônia Francesa (2009)
Fonte: Acervo do Museu da Colônia Francesa.



Figura 20: Parte da exposição no Museu da Colônia Francesa (2009)
Fonte: Acervo do Museu da Colônia Francesa.



Figura 21: Parte da exposição no Museu da Colônia Francesa (2009)
Fonte: Acervo do Museu da Colônia Francesa.

De acordo com Leandro Ramos Betemps (2015), criar um Museu na região conhecida como Colônia Francesa tinha como principal objetivo “buscar preservar a cultura étnica e o legado dos franceses, que primeiro produziram compotas e doces cristalizados, que por sua durabilidade, eram levados para outros lugares, trazendo a fama de terra doceira a Pelotas”. Para este autor, o foco “principal do museu [era mostrar] a contribuição dos franceses para [o município de] Pelotas como um todo. Não houve o interesse de focar as famílias francesas por elas mesmas, nem de focar as atuais famílias e moradores da Vila Nova ou da Colônia Santo Antônio e adjacências” (2015, p. 172).

Mesmo sendo oficialmente criado em 2009, percebemos que a ideia de criação de uma instituição naquela região já vinha sendo gestada há bastante tempo, conforme aponta Betemps (2015, p.167), quando este afirma que a criação do Museu Etnográfico da Colônia Maciel em 2006 ou mesmo o Museu do Gruppelli, criado em 1998, teriam sido potencializadores desta iniciativa.

Podemos, contudo, apontar como um dos gérmenes da criação de um museu naquela localidade o fato de já na década de 1930 ser inaugurado naquela região um obelisco que tinha como objetivo “relembrar” a importância dos primeiros imigrantes que haviam chegado há 50 anos naquela região.

Entendemos que ao fazer a ereção deste monumento, em plena colônia, já se patrimonializava de certo modo todo o legado daquele grupo de imigrantes. E o coroamento deste processo pode ser localizado no ano de 1980, quando da comemoração do Centenário da Imigração Francesa, ocasião em que foi organizada uma pequena mostra com antigos objetos pertencentes à comunidade local.

De acordo com um documento que faz parte do acervo no Museu da Colônia Francesa, sendo este uma espécie de relatório sobre as festividades de comemoração do Centenário da Colonização em 1980, o evento foi “idealizado por um grupo de descendentes franceses e realizado por diversos colaboradores liderados pelos senhores Nestor Elizeu Crochemore, Lino Emilio Ribes e Marconi Isolan”, e os “resultados financeiros foram destinados para as obras da Escola Dr. Joaquim Duval” (s.p).

O documento traz uma descrição completa do que veio a ser o referido evento, que contou com o hasteamento das bandeiras brasileira e francesa, a entonação nos hinos brasileiro e francês, realização de discursos de autoridades e lideranças locais, e o descerramento da placa de bronze comemorativa ao centenário, que foi efetuado pelos senhores Afonso Elizeu Crochemore e Aristides Jouglard. Além disso, o evento contou com uma Missa Campal oficiada pelo padre Luiz Capone e, após o almoço, teria sido aberta à

visitação, mais precisamente às 14hs, uma exposição de 68 objetos pertencentes aos descendentes de franceses, estes objetos, quase todos do século anterior¹³¹.

Tal mostra teria sido visitada por mais de 2.000 mil pessoas. Não se sabe ao certo o destino dado a estes objetos ao final desta exposição, mas acredita-se de que os mesmos tenham sido devolvidos aos seus proprietários originais.

Outro aspecto que merece ser mencionado, que pode ser considerado como um dos fatos precursores da criação de um museu na região, é a preservação de boa parte do equipamento da vinícola do senhor Lino Ribes, mesmo muito tempo após o fechamento desta empresa. A preservação deste material, pode ser considerada como uma espécie de desejo latente de preservação de uma memória histórica, não só familiar, mas do grupo no qual o mesmo estava inserido.

Contudo, mesmo que enxerguemos algumas iniciativas, que podem ser identificadas como sendo o manifestações do “fenômeno museológico”, e um interesse, mesmo que ainda em processo muito inicial, somente nos anos 2000 é que a criação efetiva de um espaço público para preservação da memória coletiva daquele grupo étnico voltou a ser pauta na região.

No dia 14 de julho de 2007, numa cerimônia ocorrida nos pavilhões da Feira Nacional do Doce, ocorreu o ato de fundação do Museu e Espaço Cultural da Etnia Francesa e o recebimento da primeira doação para o acervo do Museu.

Nos anos seguintes, diversas exposições e outras iniciativas ocorreram tendo como agente promotor aquela instituição, com destaque principalmente para uma exposição de fotografias em comemoração aos 128 anos de fundação da Colônia Francesa (2008).

No dia 14 de dezembro de 2007, o então Prefeito Adolfo Fetter Júnior assinou a cedência à UFPEL de um imóvel destinado ao museu. Tratava-se de um prédio construído no início do século XIX, que teve como função inicial, servir de cadeia, além de sede administrativa distrital. O prédio, localizado na região conhecida como Bachini, foi palco também da Sociedade Bailante União Camponesa, organização que foi criada e mantida por imigrantes de origem francesa, contudo à discordância neste sentido, uma vez que alguns depoimentos dão conta de que a Sociedade funcionava junto ao empreendimento da família Bachini.

Conforme Leandro Betemps, o “prédio possuía muitos significados históricos para a comunidade, assim como seu entorno, sendo apropriado para a implantação do Museu”,

¹³¹Está disponível no referido documento a relação com os 68 objetos expostos. Entre eles estão fotografias, quadros, documentos, materiais referentes à fabricação do vinho e da produção artesanal de doces, entre outros.

contudo, optou-se por instalar o museu em outro prédio, por problemas estruturais no edifício e ausência de recursos financeiros para efetuar reformas no mesmo, bem em resposta a uma mobilização por parte da comunidade que através de um abaixo-assinado solicitou que o prédio que viesse a servir como sede do museu fosse substituído (BETEMPS, 2015, p. 169).

Eliana Souza traz o relato do então coordenador do projeto, o Professor Fábio Vergara Cerqueira, que aponta que por “uma questão de logística, seria mais fácil (...) criar e manter o museu naquela localização (Vila Nova) do que na outra (Bachini)” (2015, p. 27).

Leandro Betemps aponta que outros “prédios foram cogitados, entre eles uma sala do antigo prédio dos Bachini, uma sala na Fábrica dos Crochemore na Vila Nova, uma casa próxima ao Cemitério dos franceses, ou uma das casas existentes junto ao obelisco dos franceses na Colônia Francesa”. Por uma série de motivos, optou-se pelo prédio da antiga escola Professor José Domingues, na Vila Nova, em frente à Capela de São Pedro, que uma vez localizado no centro daquela comunidade, facilitaria o acesso a uma série de serviços, que então estariam disponíveis naquela outra localidade (BETEMPS, 2015, p. 169).

O terreno onde está localizado o prédio, conforme Betemps teria sido doado por Afonso Elizeu Chrochemore para a Prefeitura Municipal de Pelotas em 22 de janeiro de 1947, “para que ali fosse construída uma escola” que passou a ser denominada Escola José Domingues (BETEMPS, 2015, p. 169).



Na década de 1980, conforme já narrado no Capítulo 1, durante a comemoração do centenário da Colônia Francesa, deu-se início da arrecadação de fundos para a construção de nova escola que passou a chamar-se Escola Nestor Eliseu Crochemore, momento em que o prédio que hoje alberga o museu, deixou de ser utilizado como educandário da região.

Leandro Betemps afirma que com a transferência da escola, o antigo prédio passou a ser utilizado pela população local, além de servir como residência para um grupo de religiosas da Igreja Católica. Em seguida, o local passou a ser palco de “velórios, reuniões de moradores, aulas de catequese, convívio de idosos, pessoas carentes guardaram pertences no prédio, e até massagens eram ministradas” naquele espaço (BETEMPS, 2015, p. 169).

Conforme Betemps, como parte das “comemorações da Semana de Pelotas e do ano França Brasil e da proximidade da data comemorativa francesa do 14 de Julho, o poder público municipal promoveu a entrega solene do prédio para a instalação do Museu”. A data escolhida foi 04 de julho de 2009, quando foi inaugurada a primeira exposição (BETEMPS, 2015, p. 171).

Esta mostra, composta por objetos relacionados à fabricação de doces e vinhos, contava ainda com a reprodução de fotografias antigas. Os objetos que faziam parte da mostra eram oriundos das coleções do Museu Etnográfico da Colônia Maciel e do Museu do Gruppelli, e foram cedidos provisoriamente para compor aquela exposição, além disso uma série de objetos eram oriundos da região e com o passar do tempo outros foram sendo doados pela comunidade e assim, paulatinamente alguns objetos foram devolvidos às instituições de onde provinham; contudo, por uma série de questões, dentre elas, principalmente questões relacionadas a limitações orçamentárias, não foi possível dar início às pesquisas junto à comunidade naquele momento, e esta exposição, que era para ser provisória, acabou permanecendo no museu por um tempo relativamente longo, o que na visão de alguns autores (BETEMPS, 2015; SOUZA, 2015) teria sido um dos motivos responsáveis pela pouca identificação da população local com a instituição nos dias atuais.

De acordo com Betemps, como uma forma de tentar promover uma maior identificação da população local com o Museu, optou-se em trocar o nome da instituição. De Museu e Espaço Cultural da Etnia Francesa de Pelotas, a instituição passou a ser denominada como Museu da Colônia Francesa de Pelotas (BETEMPS, 2015, p. 174).

Para este autor a justificativa do primeiro nome se dava em função de que este “pudesse representar os descendentes de famílias francesas não só da zona rural, mas também dos franceses que viveram na cidade de Pelotas” e ele continua dizendo que “era intenção de que o Museu representasse a etnia, não a comunidade em si”. Ele afirma que a ideia era “ser um espaço que além de servir de museu, pudesse ser um ponto de referência para toda a localidade, um lugar onde pudessem se encontrar e reforçar a ideia de comunidade, um local para encontro”. No entanto, para o mesmo autor, tal ideia não saiu conforme o planejado e, com o passar dos anos, o museu acabou perdendo a pouca identificação que a comunidade teve com o mesmo (BETEMPS, 2015, p. 175).

Conforme Eliana Souza (2015, p.10), alguns grupos de sentiram excluídos “do nome da instituição e de seu discurso expográfico desde a sua fundação”. A falta de identificação teria como uma das motivações o fato de o museu não estar “localizado na Colônia Francesa, e sim, na Vila Nova. Lugar onde existe um pequeno número de descendentes franceses e uma diversidade muito grande de outros grupos” (SOUZA, 2015, p. 10).

Contudo, percebemos que este distanciamento da comunidade pode, de certo modo, ser atribuído à falta de interesse desta em se envolver diretamente neste processo, conforme fica claro no depoimento do Pedro Luiz Capone, que afirma “são poucas pessoas que se envolvem diretamente, por isso a importância do envolvimento com a escola, parece que agora eles estão tendo aula de francês, mesmo que nem todos sejam franceses, (...), mas é importante que conheçam a história da região e criem essa identidade”(SOUZA, 2015, p. 10) .

Como forma de tentar reverter este processo, a direção assumida então pela professora Carla Gastaud, desde 2010 até 2015, promoveu uma série de ações como exposições e ações educativas. Dentre estas, a exposição “Das linhas Latécoère à Aéropostale”, inaugurada em 06 de junho de 2014 que era composta por painéis e foi oferecida à Prefeitura Municipal de Pelotas e a exposição sobre a presença Quilombola na região, denominada “O Patrimônio Cultural Quilombola”, um dos resultados da pesquisa de mestrado de Cristiane Ávila.

Já o ano de 2015 marcou uma nova fase no Museu, uma vez que assumiu novamente a coordenação do Museu o professor Fábio Vergara Cerqueira e durante a semana do Patrimônio daquele ano o Museu da Colônia Francesa, promoveu em conjunto com o Museu Etnográfico da Colônia Maciel uma exposição intitulada “Às margens dos arroios Caneleira e Quilombo: Patrimônio e memórias étnicas da colônia de Pelotas”, que

teve como objetivo apresentar um panorama sobre a presença das diferentes etnias que ocuparam as localidades da Vila Maciel, Vila Nova, Colônia Francesa e Alto do Caixão.

Atualmente o museu abre suas portas ao público e uma equipe composta por estagiários atua na catalogação do acervo e na realização do planejamento de futuras ações na comunidade.

Em relação ao público visitante do museu, no ano de 2011 foram 242, em 2012, 362 e em 2013, 507 visitantes, em 2015 foram 169 visitantes espontâneos e 529 ligados à atividades promovidas pelo museu, já em 2016 foram 308 visitas ao museu e 725 ligados a atividades diversas¹³².

¹³²Em relação ao ano de 2014 não foi possível acessar os dados de visitação.

3 FOTOGRAFIA NA SERRA DOS TAPES: A FOTO NO ESPAÇO RURAL

*“Se eu pudesse contar história em palavras,
não precisaria carregar uma câmera.”*
Lewis Hine

A nota epigráfica de autoria do fotógrafo e sociólogo americano Lewis Wickes Hine, considerado como um dos pioneiros da fotografia documental, traduz de certo modo os objetivos deste capítulo, ou seja, destacar a importância que os registros fotográficos têm como fontes para realização de pesquisas históricas.

O registro fotográfico, mesmo que considerado por muito tempo uma fonte histórica de pouca fiabilidade, ao longo dos anos foi conquistando a confiança e o respeito dos mais diversos estudiosos, que atualmente são unânimes em aceitar o mesmo, como fonte para estudos com os mais diversos enfoques (BURKE, 2017, p. 17).

Sempre tendo o cuidado de não olharmos a fotografia como um documento isento de interesses, optamos em utilizar no presente estudo este tipo de suporte como a nossa principal fonte, nossa principal referência, no sentido de compreender de que forma os imigrantes e os seus descendentes representavam a sua vida cotidiana.

Conforme visto no Capítulo 1 da presente tese, a região conhecida como Serra dos Tapes se caracteriza basicamente por seu relevo acidentado e uma relativa distância da planície costeira, onde estão os centros urbanos de Pelotas e São Lourenço do Sul. É, portanto, uma região com características predominantemente rurais e que foi sendo ocupada de forma mais sistemática somente a partir da segunda metade do século XIX.

Assim, faremos neste capítulo, num primeiro momento, algumas considerações sobre aspectos relevantes no estudo do cotidiano, a conceituação deste termo, e como a fotografia pode ser utilizada em estudos que têm como objetivo analisar esta perspectiva.

Em um segundo momento, faremos algumas considerações sobre riscos e potencialidades de realizar estudos que fazem uso de fontes fotográficas. Serão abordadas as potencialidades de uma fotografia, as suas restrições, os silenciamentos e como fazer uso deste tipo de documento em pesquisas históricas.

Discorreremos sobre a metodologia que será utilizada no presente estudo, no diálogo com outras fontes, bem como as potencialidades e limitações de cada uma destas.

Na sequência, vamos analisar como se deu o processo e penetração da fotografia na referida região. Quais os caminhos que a arte da fotografia percorreu ao longo dos anos para que pudesse adentrar a quase totalidade dos lares desta plaga? Quais foram os profissionais que atuaram nesta região? Que influências estes receberam? Como, onde e quando atuaram? E qual a expressão numérica do seu legado fotográfico que sobreviveu ao longo dos anos e que hoje está preservada em diferentes coleções particulares ou públicas? Pretendemos analisar, ainda, de que forma as particularidades de cada região e de cada grupo étnico influenciaram na qualidade e quantidade da produção fotográfica e de

que maneira a circulação fotográfica foi definida pela localização geográfica destas colônias.

3.1 FONTES FOTOGRÁFICAS E SEUS APORTES PARA ESTUDOS DO COTIDIANO

Contra un fondo melancólico de árboles consentí que me fotografiaran con un hermoso peinado alto, con los guantes puestos y un sombrero de paja adornado con guindas rojas, tan estropeadas que parecían naturales.

Cumplí los últimos episodios de mi destino con lentitud. Confesaré que me equivoqué de modo extraño al prever mi fotografía: aunque la encontré parecida, no reconocí mi imagen. Me indigné contra esa mujer que, sin sobrellevar mis imperfecciones, había usurpado mis ojos, la postura de mis manos y el óvalo cuidadoso de mi cara. Para los que recuerdan, el tiempo no es demasiado largo. Para los que esperan es inexorable.

Silvina Ocampo

Ao longo dos anos a utilização da fotografia como fonte para estudos de cunho histórico foi ganhando respeito dos profissionais e atualmente já está mais do que consolidada.

Joan Fontcuberta (2010, p. 39-40) afirma que aparentemente só se incluem em temas que serão fotografados situações agradáveis como exceções da cotidianidade: ritos, celebrações, viagens, férias. Segundo o autor, fotografamos para reforçar a felicidade desses momentos. Para afirmar aquilo que nos agrada, para cobrir ausências, para deter o tempo e, pelo menos ilusoriamente, adiar a inevitabilidade da morte. Fotografamos a estrutura de nossa mitologia pessoal.

Além disso, momentos tristes também são retratados, com o objetivo de tornar tais eventos eternos, pelo menos no registro fotográfico. Fotografias de pessoas mortas ou tragédias são um exemplo disso.

Mas na fotografia, o que vem a ser o cotidiano? O que se entende por este tema, cuja análise se pretende efetuar com base na observação de registros fotográficos?

Inserido no campo da chamada *Nova História*¹³³, o estudo sobre o *cotidiano* possui como característica principal a realização de pesquisas centradas não apenas nos personagens conhecidos ou nos grandes heróis da história, mas sim na investigação e na compreensão da vida de pessoas comuns, da sua vida privada e da sua estrutura familiar (DEL PRIORE, 1997, p. 259)¹³⁴.

¹³³Para mais informações sobre este tema, consultar: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. *História: novos objetos*. São Paulo: Francisco Alves Ed. 1998.

¹³⁴Vale destacar que os estudos sobre o Cotidiano não se iniciam com a Nova História. Já na década de 1930, paralelamente ao início da Escola dos Anais, surge na França uma coleção sobre a Vida Cotidiana no Império Romano (CARCOPINO, Jerome. *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império. 5 volumes. Livros do*

O termo *cotidiano* ou *quotidiano*¹³⁵, provém da expressão latina *quotidianus* que significa diariamente. Conforme o dicionário da língua portuguesa, cotidiano é tudo aquilo que se “faz todos os dias, o que se sucede ou se pratica habitualmente” (OLINTO, 2000, p. 229/744). Pode ser entendido como algo que faz parte da vida de uma pessoa, algo bastante heterogêneo, e que pode, de acordo com Agnes Heller (2008, p. 32), “aparecer nas mais diversas formas”, dentre as quais se destacam a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres, o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio.

Para Netto e Carvalho (2011, p. 14) a vida cotidiana é a vida de todos os dias e de todos os homens. Os gestos, as relações, as atividades rotineiras fazem parte deste conceito, onde segundo os autores, a questão política não aparece. Além disso, “ao significado de cotidiano é possível associar ainda a ideia de presente, que implica uma rotina de repetição” (STECANELA, 2009, p. 65).

Netto e Carvalho (2011, p. 23) afirmam que a vida cotidiana é “aquela dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias”. Os autores dão alguns exemplos destas atividades, destes gestos. Segundo eles, cotidiano é levantar nas horas certas, efetuar de forma sistemática as atividades caseiras, ir para o trabalho, para a escola, para a igreja, cuidar das crianças, fazer o café da manhã, fumar o cigarro, almoçar, jantar, tomar a cerveja, ver televisão, praticar um esporte, ler o jornal. Nestas atividades, conforme os autores, “é mais o gesto mecânico e automatizado que as dirige do que a consciência”.

Uma afirmação de Henri Lefebvre (1991, p. 19) corrobora tal descrição. Para ele o cotidiano é o conjunto de atividades com aparências modestas. O cotidiano, na visão do autor, se compõe de repetições, que podemos encontrar nos gestos do trabalho e fora do trabalho, em movimentos mecânicos. O cotidiano caracteriza a sociedade em que vivemos, define-a, define as suas transformações, suas perspectivas. Ele retém fatos aparentemente insignificantes, fatos que comumente não são veiculados nos noticiários.

Jacques Le Goff (1986, s.p.) chama estes fenômenos de democratização da história, pois segundo o autor, todos podem ser tornar protagonistas dos acontecimentos históricos, todos podem se tornar figuras passíveis de investigações, ninguém mais é obrigatoriamente relegado ao esquecimento.

Brasil, 1959.) que pode ser considerada como fundacional para o campo. Vale destacar que temos, ainda no século XIX, na Alemanha, surge uma História dos Costumes/Sittengeschichte (FRIEDLAENDER, Ludwig. *Darstellungen aus der Sittengeschichte Roms in der Zeit von August bis zum Ausgang der Antonine*. 3 Bde., 1862–1871, Nachdruck als Sittengeschichte Roms, Athenaion-Verlag/Phaidon-Verlag, Essen 1996.) ou seja, o conceito é mais antigo, contudo ele ganha uma dimensão teórica muito mais densa nos tempos da Nova História, quando diversos autores se dedicam ao tema.

¹³⁵Ambas as formas de grafia estão corretas. O termo *cotidiano* é mais comum no Brasil, já a utilização de *quotidiano* é mais comum em Portugal.

Para Michel de Certeau (2009, p. 37), o cotidiano se compõe de “inúmeras práticas ordinárias e inventivas, que não seguem necessariamente padrões impostos por autoridades políticas e institucionais”. Já para Agnes Heller (2008, p. 31), a vida cotidiana é a vida de todo homem, todos a vivem, sem nenhuma exceção, na qual o homem participa com toda a individualidade, e sua personalidade, com todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.

Neste sentido, Mary Del Priore (1997, p. 259) diz que o termo cotidiano remete, à vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo.

A vida cotidiana não é homogênea, ela se altera, seja em função dos valores de uma dada época, seja em função das particularidades e interesses de cada indivíduo e nas diferentes etapas de sua vida (NETTO e CARVALHO, 2011, p. 25). O termo alemão, *Alltag*, traduzido para o português, nos remete a exatamente isso, ou seja, algo corriqueiro, o que se repete no dia a dia, que está em constantes variações.

A orientação das ações cotidianas é guiada pela atitude das gerações anteriores. Nesse sentido, Agnes Heller afirma que não há vida cotidiana sem imitação. Para a autora, jamais procedemos meramente segundo preceitos, mas imitamos os outros (HELLER, 2008, p.55), os filhos imitam os pais, os netos imitam os avós, e isto ocorre em todos os aspectos da vida (HELLER, 2008, p.118).

Michel de Certeau (2009) e Agnes Heller (2008) afirmam que o cotidiano, não é algo que pode ser entendido isoladamente. É necessário fazer uma abordagem conjunta com as questões culturais, sociais, econômicas e políticas do grupo estudado.

Ao significado de cotidiano é possível associar a ideia daquilo que acontece todos os dias. Assim, a vida cotidiana é expressa nas idas quase diárias à bodega, os jogos de bocha, jogos de cartas, as festas da comunidade, no trabalho na lavoura de milho, feijão, na colheita da uva, na produção do vinho, nas idas à igreja, à escola.

Vale destacar que o estudo voltado para compreensão de aspectos da vida cotidiana de “pessoas comuns” somente é possível caso sejam utilizadas fontes alternativas àquelas consideradas “tradicionais” como, por exemplo, jornais e outros tipos de documentos e é neste momento em que entram as fotografias.

José de Souza Martins (2011, p.40) afirma que vivemos em uma sociedade intensamente visual, e intensamente dependente da imagem, e é justamente nessa perspectiva que podemos encontrar o elo entre a cotidianidade e a fotografia.

A sociedade encontrou na fotografia um meio de registrar e guardar o que vale a pena, o que querem que fique (MARTINS, 2011, p. 40). Fotografias são registros visuais que têm como objetivo perpetuar um determinado instante. Podem ser momentos felizes ou momentos tristes. Podem ser momentos marcantes na vida comunitária ou momentos marcantes na vida de um único indivíduo. Independente dos objetivos de sua produção, as fotografias são provas materiais da vida cotidiana¹³⁶.

José de Souza Martins (2011, p. 47) vai ainda mais longe, afirmando que, sem a imagem, a cotidianidade seria impossível. Mesmo quando não se tem uma fotografia para cada situação, o imaginário cria uma imagem. Porém, temos que ter claro que a fotografia não documenta o cotidiano, tal como ele se apresentava. Para o autor, ela apenas faz parte do imaginário e cumpre funções de revelação e ocultação na vida cotidiana. Ela reforça a teatralidade, as ocultações, os fingimentos.

Isso fica claro na chamada “vestimenta domingueira” que pode ser identificada em muitas fotografias. Isso fica claro naqueles registros em que o retratado está visivelmente desconfortável nas roupas que está trajando. Naqueles registros em que a personagem está retratada com um instrumento musical que provavelmente não sabe tocar. Em frente a uma paisagem pintada de um local no qual nunca esteve.

Cabe, nestes casos, ao pesquisador, a tarefa de decifrar o documento. Cabe a ele buscar identificar quais as motivações da utilização de determinados acessórios, da adoção de determinados comportamentos/poses. Para que essa identificação seja possível, é necessário que o pesquisador esteja familiarizado com os modos de vida, a rotina diária do grupo que ele analisa. É necessário que este identifique as espacialidades e as temporalidades da vida cotidiana destes grupos, para que a leitura dos registros fotográficos seja possibilitada.

Quando nos propomos fazer a interpretação de determinado episódio, ou de determinado grupo através da análise de recursos imagéticos, sempre somos compelidos a pensar em uma certa teatralização da realidade que ocorre no momento da produção destes. Contudo, fazendo uso de um conto popular trazido por Joan Fontcuberta (2010, p. 116), no qual o mesmo narra que um jovem pastor, bastante trocista, de forma bastante frequente “pregava peças” em seus companheiros. O pastor anunciava a chegada de um lobo feroz, e em meio a um certo desespero, pedia ajuda. Quando seus amigos chegavam

¹³⁶ Vale destacar que o cotidiano pode ser representado de forma direta ou com idealizações, os retratos, por exemplo, trazem poucos elementos do cotidiano, basicamente porque são bastante cênicos. Deste modo, percebemos que uma parte significativa dos repertórios fotográficos mantêm uma relação representacional mais ou menos direta com o cotidiano, mesmo que estas não estejam tão evidentes num primeiro olhar.

para acudir ao mesmo, armados, ele regozijava, tratando-os de “crédulos inocentes”. Até que um dia, um lobo de verdade apareceu, atacou o pastor e seus companheiros não deram bola para os gritos e súplicas de socorro do mesmo. Fontcuberta conclui que a moral da história é justamente o fato de que “não devemos mentir, para não perder toda a credibilidade nos momentos mais cruciais”. “Não devemos aceitar tudo, mas também não podemos rechaçar tudo”.

É exatamente isso que acontece com registros fotográficos, quando utilizados em pesquisas históricas. Não podemos tomar os fatos ali registrados como verdades inquestionáveis, provas reais de que tais fatos/eventos teriam acontecido daquela forma tal qual estão retratadas, nem tampouco devemos julgar a fotografia como uma fonte totalmente negligenciável, que somente informa inverdades. Devemos ter o mesmo comportamento que temos ao fazer uso de qualquer outra fonte, ou seja, fazer uma crítica da mesma, analisando o contexto em que foi produzida, o grupo responsável pela sua produção, entre outros aspectos julgados pertinentes.

Joan Fontcuberta (2010, p. 120) afirma que “toda foto pode ser entendida como um documento, pois de fato, toda imagem, inclusive a mais ambígua ou mais abstrata, contém certo grau de informação”.

Arlindo Machado (2015, p. 39) afirma que determinados povos ditos ‘primitivos’ acreditavam (ou mesmo ainda acreditam) que a fotografia lhes roubaria o espírito e resistiam em ser fotografados, temendo que alguma parte de si fosse fixada no papel. Conforme este autor, esse ponto de vista, por mais absurdo que possa parecer, ainda resiste entre nós, embora de uma forma sublimada. Machado exemplifica sua afirmação ao citar o fato de que muitas vezes nos recusamos a nos “desfazer da fotografia de uma pessoa amada ou nos agarramos à foto de um parente morto”. Nestes momentos, guardamos a fotografia “com mil cuidados, como se fosse uma parte viva desse ser que restou em nossas mãos” (MACHADO, 2015, p. 39). Continua:

Não temos todos nós o álbum de família que compila as imagens que nos são caras, como evidências incontestáveis de uma realidade que existiu e que permanece existindo na forma simbólica da fotografia? Quando a moça traída rasga em pedacinhos a fotografia do namorado cruel, ela está reproduzindo uma operação mágica, muito semelhante à de certos povos primitivos que acreditam poder destruir um rival violentando a sua imagem representada em bonecos. (MACHADO, 2015, p. 39)

Com isso, por mais céticos que sejamos, temos que assumir a grande importância que a fotografia possui em nossas vidas.

O trabalho de Carlos Vertanessian (2009), mesmo que circunscrito a um espaço geográfico e cronológico restritos (Buenos Aires, cerca de 1844) faz algumas considerações bastante interessantes sobre as funções da produção de um registro fotográfico e sobre a aura mágica que estava envolvida neste processo. O autor aponta que existia um ar de mistério envolto no processo de produção de uma fotografia. Este era um evento de suma importância na vida das pessoas. Tanto para o modelo, quanto para o fotógrafo, o momento da produção do registro era cerimonial: a fotografia deseja fixar a sua imagem para a posteridade, um testemunho de sua existência física e a semelhança com o que ficaria registrado, sendo portanto necessário que sua representação fosse a mais positiva possível, assim cada pose era planejada, ensaiada e todos os elementos, acessórios eram previamente pensados, pois como afirma Fontcuberta (2010, p. 20) “devemos enterrar a falácia de que o procedimento fotográfico é natural, automático, espontâneo, carente de filtros culturais ou ideológicos”.

Embora a fotografia indique e aponte algo pertencente ao mundo real, a cena capturada pode ter sido forjada (SOARES, 2009, p. 134). Machado afirma que um dos primeiros aspectos que devem ser levados em consideração quando analisamos uma fotografia é o recorte que ela efetuou. A “câmera é uma espécie de tesoura que recorta aquilo que deve ser valorizado, que separa o que é importante”; neste sentido, o fotógrafo precisa fazer escolhas. Estas escolhas, estes recortes, “nunca são inocentes ou gratuitos. São uma operação ideologicamente orientada” (MACHADO, 2015, p. 90)

Fontcuberta (2010, p. 84) afirma que a escolha de uma entre as diversas possibilidades representa uma pequena dose de manipulação. Enquadrar é uma manipulação, focar é uma manipulação, selecionar o momento do disparo é uma manipulação.

A fotografia pode ser considerada como “uma espécie de crônica sobre si mesmo que podia ser oferecida e exibida para todos” (GRANGEIRO, 2000, p. 17), pode ser a “única lembrança de entes queridos que ficavam para trás” (SOARES, 2009, p. 38), por isto, deveria ser o mais próxima possível da perfeição.

Sempre que nos utilizamos de fontes fotográficas para qualquer tipo de estudo, se faz necessário que estes documentos sejam contextualizados geográfica, histórica e socialmente, sob o risco de se tornarem apenas ilustrações das quais só é possível que sejam retiradas informações. Peter Burke afirma que “para interpretar a mensagem [de um registro fotográfico] é necessário familiarizar-se com os códigos culturais” (BURKE, 2017, p. 59). Deste modo, justifica-se mais uma vez a inclusão no presente estudo do Capítulo 1,

no qual falamos sobre o processo de ocupação da região por imigrantes de origem europeia. Além disso, a realização de estudos biográficos, nos quais são evidenciadas características pessoais e profissionais dos fotógrafos que atuaram na região, é de extrema importância, uma vez que são estes os profissionais que serão responsáveis pela fixação de determinado indivíduo, grupo ou paisagem, são os seus interesses e desejos que vão orientar todo o processo de produção dos registros.

Neste sentido, ao longo do Capítulo 5, onde serão apresentadas as análises de cada um dos registros, devemos nos ater a alguns aspectos essenciais para o entendimento satisfatório destes registros.

Uma das questões mais importantes se refere ao fato de que um grande número de fotografias das coleções em estudo foram produzidas por fotógrafos de outras localidades. Muitas vezes as personagens retratadas, em fotografias destas coleções são indivíduos que jamais residiram na região que serve de palco para a realização do nosso estudo. Posto isso, como explicar a presença destes registros nas coleções por nós ora analisadas?

A resposta a este questionamento é relativamente simples: existia entre os indivíduos uma constante e frequente troca de fotografias entre parentes, amigos, vizinhos. A circulação destas fotografias pode ser entendida como uma forma de estreitar as relações, de efetuar uma aproximação de personagens, uma forma de manter atualizadas as ideias de pertencimento à comunidade, pois conforme os relatos da senhora Teresa Brot¹³⁷, fotografias geralmente eram enviadas para os familiares que residiam em outras cidades para manter estes atualizados em relação aos casamentos que ocorreram, aos nascimentos, batizados, confirmações. Esta troca de fotografias, conforme a senhora Ilza Karnopp¹³⁸, geralmente ocorria acompanhada de cartas que eram enviadas com o objetivo de narrar os últimos acontecimentos e informar os amigos e familiares com as informações mais relevantes da comunidade.

A grande maioria dos registros eram produzidos por solicitação dos retratados. Porém, figuram nas coleções analisadas, fotografias que foram produzidas pelos fotógrafos sem que tivesse ocorrido a solicitação da produção das mesmas. Estas, na grande maioria das vezes eram ofertadas pelos fotógrafos às famílias que tinham suas propriedades captadas, que tinham suas atividades fixadas naqueles retratos, conforme afirma o senhor Milton Feddern¹³⁹.

¹³⁷ Entrevista com Teresa Brot, 2015.

¹³⁸ Entrevista com Ilza Karnopp, 2016

¹³⁹ Entrevista com Milton Feddern, 2015.

Muitas vezes, estes registros eram usados como forma de pagamento por uma refeição oferecida ao fotógrafo, por uma hospedagem. Estas fotografias acabam se diferenciando das demais pelo seu caráter quase que antropológico/etnográfico. São retratos nos quais raramente se veem cenas posadas, raramente se nota que os personagens retratados foram embelezados, que tiveram seus trajes trocados ou que foram cuidadosamente posicionados de forma a tornar o registro mais aprazível esteticamente. Pelo contrário, são estas as fotografias que mais se aproximam daquilo que pode ser entendido como “real”.

Algumas características que foram variando ao longo dos anos, são mais fáceis de serem apontadas quando analisamos um acervo fotográfico. Dentre estas características, podemos apontar questões relacionadas ao modo de vestir, ao corte de cabelos. Existem também aquelas que são possíveis de serem detectadas apenas com um olhar mais atento, devido à sutileza das variações, tais como o esboço de um sorriso, a posição dos membros e o direcionamento do olhar.

Falando especificamente do olhar, inspirados por Joël Candau¹⁴⁰, entendemos a grande importância que tal aspecto representa na vida cotidiana das pessoas, e desta forma, podemos perceber esta importância refletida no comportamento destas, frente ao fotógrafo.

Analisando o acervo, percebemos que em um grande número de fotografias, as pessoas procuram desviar o olhar da objetiva. Não há um “*eye contact*” entre o retratado e o observador.

O olho possui um papel bastante importante na identificação de uma pessoa. Como exemplo, podemos citar que quando são veiculadas imagens na imprensa de indivíduos cuja identidade se pretende preservar, geralmente coloca-se apenas uma tarja preta sobre os olhos da mesma, o que faz com que a identificação seja dificultada.

Em museus dedicados à memória de vítimas dos regimes ditatoriais na América Latina, temos alguns exemplos bastante significativos da utilização de rostos, com destaque especial para os olhos como elemento-chave na identificação de um indivíduo. No *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*¹⁴¹ em Santiago do Chile ou no *Museo de la*

¹⁴⁰Informação oral fornecida por Joel Candau, durante a realização do minicurso “*La mémoire des visages et l'Effet Caïn*” realizada no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, em 05/12/2014.

¹⁴¹ Disponível em: <https://ww3.museodelamemoria.cl/>

*Memoria*¹⁴² em Montevideo temos exemplos bastante claros da utilização destes aspectos como elementos para comprovar a real existência de um indivíduo.

Não sem motivo, que as crenças populares conferem ao olho o poder de trazer malefícios a um indivíduo (mau-olhado), ou que através do olhar é possível perceber se a pessoa está sendo sincera ou não no que está narrando.

O rosto é considerado a essência do indivíduo. Através dele efetuamos a primeira identificação das pessoas com quem temos algum tipo de relação. É no rosto da pessoa que está impressa a sua identidade que é visível a todos. Não sem motivo, que fotografias somente de rosto foram utilizadas por vários anos para a identificação de criminosos pelo médico italiano Cesare Lombroso e ainda hoje são elementos-chave nos documentos de identificação. Arlindo Machado afirma que todos os “documentos exigidos de nós pelas instituições de poder só são validados pelas fotos, o que significa dizer que somos oficialmente identificados pela imagem que a câmara fotográfica nos dá de nós mesmos” (MACHADO, 2015, p.40), imagem, principalmente do nosso rosto, do nosso olhar.

Quando analisamos a questão do direcionamento do olhar dos personagens retratados, podemos perceber uma variação comportamental ao longo dos anos. Pelo fato de este estudo abarcar um intervalo temporal relativamente grande, é possível que estas variações sejam identificáveis. Nossa observação leva a concluir que nos registros localizados cronologicamente entre o final do século XIX e início do século XX, percebemos que a mulher raramente encarava a objetiva. Seu olhar sempre desviava, se perdia na cena, ao passo que os personagens masculinos quase sempre encaravam não somente o fotógrafo, mas também a objetiva, e conseqüentemente o espectador. O direcionamento do olhar das crianças não obedece um padrão.

Estas diferenças podem ser atribuídas ao papel que cada indivíduo desempenhava na família ou no grupo em que estava inserido. A mulher, geralmente mais submissa, e o homem, o chefe familiar.

Vale chamar a atenção que mudanças significativas podem ser percebidas naquelas famílias que detinham um certo poder econômico, famílias nas quais a produção de registros era mais frequente, momento em que tal regra (do direcionamento do olhar) não pode ser aplicada.

Os signos da modernidade no século XIX e XX, na grande maioria das vezes eram lançados na Europa para então serem exportados para as demais regiões do globo. O Brasil importava tais signos como sinônimos do “civilizado”, do “requintado”. A absorção

142 Disponível em: <http://mume.montevideo.gub.uy>

destes comportamentos e normas sociais era bastante rápida nos grandes centros urbanos, mas mais lenta, conforme ia se afastando destes centros. A veiculação na imprensa de determinadas peças publicitárias fazia com que a população almejasse ter acesso a roupas, objetos ou seguir determinado comportamento, simplesmente pelo fato de que aquilo era “comum na Europa”.

Porém, a penetração destas ideias e valores, na região que serve de palco para a presente investigação, foi um pouco mais lenta que nas demais partes do Brasil. Este retardamento pode ser atribuído a alguns fatores, dentre os quais podemos citar a dificuldade de acesso, ocasionada pelas grandes distâncias do centro da cidade e também à relutância em aceitar novas ideias. Para ilustrar isto, citamos Klaus Granzow (2009, p. 143) que descreve esta relutância, especificamente no caso dos pomeranos e seus descendentes de modo geral, em aceitar novidades, neste caso relacionadas à agricultura. De acordo com o autor se algum vizinho efetuasse o plantio de uma nova cultura e em caso de sucesso, por um período de cinco anos, ele falaria a seguinte frase: “cinco anos isto deu certo no vizinho, vou aguardar mais um ano para ver se continua assim e, depois, vou experimentar também!”¹⁴³.

Tal observação poder ser uma das explicações para a relativa demora na adoção de alguns comportamentos, de algumas práticas na região estudada. Sobre este aspecto, nos deteremos com mais afinco na sequência.

Ao fazermos uma análise iconológica das fotografias (PANOFSKY, 1986), nos deparamos com uma série de símbolos representados nestes documentos. Entendemos a “produção” destes como uma atitude deliberada tanto dos personagens retratados, como do profissional responsável pelo registro, que uma vez associados à imagem do retratado, estes signos passam a ser considerados como a representação material de uma característica pessoal deste.

Conforme Arlindo Machado (2015, p. 24), o signo existe como uma forma de “remeter a alguma coisa fora de si mesmo, ou seja, para representar algo que não é ele próprio. É aquilo que está no lugar de alguma coisa”.

Carlos Vertanessian (2009) afirma que durante a produção de uma fotografia, os personagens faziam uso das suas melhores roupas, as chamadas “*Sunday best*”, termo inglês, que pode ser associado às chamadas “roupas domingueiras”, ou seja, aquelas roupas geralmente utilizadas em eventos sociais de grande afluência, tais como

¹⁴³Conforme tradução nossa: “*Fief Jaohr is dat bi ehm gaut gaohe. Wenn dat noch eis eir Jaohr gaut geht, denn verseuk ick dat ok!*”.

casamentos, missas. Além disso, os retratados procuravam através de suas poses e gestos, tornarem-se ícones de solidez, união, equilíbrio, confiança, sucesso.

Percebemos que, em grande parte dos casos, a utilização de determinados acessórios, objetos ou aparatos cênicos, ocorria de forma voluntária numa tentativa deliberada de associar a sua imagem ao significado que a utilização de tal item sugeria.

A certa artificialidade que pode ser percebida, principalmente nas fotografias do final do século XIX e início do século XX, pode ser atribuída a alguns fatores.

A pose adotada pelo retratado em muitos casos era uma imposição por parte do fotógrafo, conforme afirma Lindolfo Feddern¹⁴⁴. O alto custo da matéria-prima utilizada na produção de retratos fazia com que não fosse usual a produção de mais de um registro, ou seja, caso ocorresse algum problema durante a exposição, o retratado teria que se contentar com aquele registro; deste modo, numa tentativa de evitar qualquer incidente, os modelos permaneciam por um longo período na posição em que desejavam ser retratados, o que conferia aos mesmos uma grande artificialidade. A utilização de móveis ou colunas em fotografias não era meramente um objeto cenográfico, era uma forma de o modelo encontrar estabilidade para o corpo. Sombrinhas e bengalas foram outro artifício usado para evitar qualquer tipo de movimento.

De acordo com Arlindo Machado (2015, p. 62), ninguém gosta de ser surpreendido por uma fotografia instantânea, basicamente pelo fato de que ela acaba por trair a imagem que fazemos de nós mesmos; é por esta razão, segundo o autor, que diante de uma câmera sempre acabamos posando. A pose seria uma forma de não termos surpresas desagradáveis ao revelar uma fotografia.

Peter Burke afirma que a mão no casaco/colete na altura do peito, foi popularizado no mundo inteiro por Napoleão (BURKE, 2017, p. 114) e no Brasil, teria virado moda pelo fato de o Imperador D. Pedro II ter sido retratado desta forma (SOARES, 2009, p. 114).

Mãos cruzadas sobre o ventre, no caso das mulheres, ou nas pernas ou bolsos, no caso dos homens, também eram bastante frequentes. Eram formas de evitar que tais membros se movimentassem. Além disso, conforme veremos, tais posições poderiam ainda ter algum tipo de significado para o retratado.

Em relação aos cenários que servem de fundo para as fotografias, temos basicamente dois tipos: cenários artificiais, ou seja, aquelas fotografias produzidas no interior de um estúdio, no qual fundos pintados, painéis ou mesmo uma parede branca. E temos os cenários naturais, que são o caso das fotografias produzidas em ambientes

¹⁴⁴ Entrevista com Lindolfo Feddern, 2014.

externos, em alguns casos com a presença de elementos da natureza, como plantas, flores, servindo em muitos casos, a própria residência dos retratados como fundo para o registro.

Conforme aponta Tais Soares, os painéis localizados no interior dos estúdios fotográficos “geralmente eram pintados sobre materiais que possibilitavam a troca dos cenários de forma prática” (SOARES, 2009, p. 111). Estas trocas eram efetuadas conforme o gosto do cliente. Os motivos que ilustravam tais painéis eram os mais diversos possíveis e abriam uma grande quantidade de possibilidades para o fotógrafo registrar seus clientes. Tais fundos poderiam simular elementos da natureza, “apresentando motivos gregos, vitorianos ou art-nouveau”. Tal pintura “valorizava esteticamente a imagem e servia como base para posicionar o modelo no cenário de acordo com o enquadramento almejado pelo fotógrafo” (SOARES, 2009, p. 111).

Ainda de acordo com Tais Soares (2009, p. 93), o vestuário era “um dos elementos que mais propiciava a interação do fotografado com o cenário para a produção do retrato”. A autora afirma que até mesmo a roupa das pessoas menos favorecidos “buscava transmitir prosperidade”, o que faz com que em muitos casos seja praticamente impossível “distinguir o verdadeiro status social do fotografado” apenas analisando os registros fotográficos, sendo neste caso necessária uma análise do contexto em que viviam tanto o retratado, quanto o fotógrafo.

Tais Soares afirma que o conjunto de peças presentes na “vestimenta masculina, do mesmo modo que a expressão corporal e facial apresenta caráter rígido e sóbrio se compararmos ao vestuário feminino” (SOARES, 2009, p.97), que muitas vezes é bastante sofisticado, com a presença de sobreposições, texturas, cores, entre outros elementos.

Em várias fotografias temos a presença da bandeira nacional. Sua presença ocorre principalmente naqueles registros nos quais os retratados buscaram demonstrar a sua brasilidade, o seu amor e a sua fidelidade pátrias. Conforme Eric Hobsbawm (2014, p. 19) a bandeira nacional é um dos símbolos nacionais, que juntamente com o hino nacional e as armas nacionais, são a forma através da qual um país independente proclama sua identidade e soberania. Ela revela todo o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 13º § 1º a bandeira é um dos quatro símbolos oficiais da República Federativa do Brasil.

A presença de animais é uma constante nas fotografias por nós analisadas. Foi possível identificar um grande número de fotografias, nas quais, aparece pelo menos um animal. Entre os preferidos estão cavalos, cães, gatos, bois, ovelhas e aves.

Sobre a presença de equinos nas fotografias podemos traçar algumas teorias sobre as suas motivações.

Jean Roche (1969, p. 652) em seu estudo afirma que a equitação fazia do colono um indivíduo “igual ao cavaleiro do pampa” que era o elemento socialmente preponderante na região. A adoção do cavalo foi instantânea e conforme o mesmo autor (p. 635) ele se tornou o principal meio de comunicação e um poderoso elemento unificador. Desde os primeiros tempos foi adotado o equipamento do cavaleiro gaúcho: a sela, arreios, esporas, cinta. Em seguida foi adotado o trajar: bombacha, o poncho e mesmo o chapéu.

Corroborando tal afirmação, temos a afirmação de Paulo Possamai (2005, p. 84) que informa que os imigrantes gostavam de se fotografar com roupas de gaúcho. O autor dá conta da existência de uma enorme quantidade de fotografias de imigrantes a cavalo, no estilo senhoril. Para o autor, mais do que integração, teria ocorrido uma certa absorção de costumes do Rio Grande do Sul, que lembrariam aos colonos os atributos da nobreza europeia. Também para os imigrantes a “posse de um cavalo e de uma arma de fogo era algo inusitado: simbolizavam a liberdade alcançada no Brasil”.

Na Europa, as condições sociais não permitiam que outras pessoas, além de indivíduos que fizessem parte da nobreza ou da elite tivessem a posse de um equino. Assim a representação de um indivíduo montado ou mesmo ao lado de um cavalo, pode ser entendida basicamente como um interesse, um desejo de demonstrar uma evolução, um progresso social e econômico.

De acordo com Emílio Willelms (1980), o cavalo de montaria, inseparável do gaúcho, era na Europa um privilégio da aristocracia rural ficando os agricultores com estes animais para tração. No Rio Grande do Sul, os imigrantes tratavam de adquirir uma montaria assim que possível. Neste caso, além da ordem prática, não pode ser desconsiderado o aspecto de ascensão social que, simbolicamente, o cavalo de montaria lhes proporcionaria. O Rio Grande do Sul, além de lhes possibilitar a propriedade da terra, possibilitava-lhes também, o acesso a outros bens materiais e simbólicos que lhes eram negados em seus países de origem (MACIEL, 1994, p. 40).

Isso de certo modo pode ser uma das explicações para o grande interesse e para a representatividade numérica de fotografias com o uso/presença de um cavalo.

Conforme Maria Catarina Zanini (2006, p. 122) a obtenção de bens na Itália, tais como o cavalo, era um privilégio das pessoas mais abastadas. Esse bem, teria sido, desde o início, considerado um patrimônio familiar e um símbolo de status e riqueza, principalmente entre os homens. A autora afirma ainda que os cavalos eram tratados como

uma preciosidade, pois favoreciam o transporte de bens a serem comercializados e geravam assim riquezas. Além disso, o cavalo era uma preciosidade, principalmente entre os jovens, que os utilizavam para fazer visitas e impressionar as namoradas.

A figura do cavalo está associada ainda à força, e a representação com este animal, pode também ter um significado diretamente ligado a esta característica, que estaria associada, não só ao animal, mas também ao indivíduo ali representado.

O cavalo é um animal que se não bem treinado, pode ser arredo e mesmo perigoso, pode, quando se demonstra um perfeito domínio sobre o mesmo, passar a imagem de um ser bem treinado, de ter um “dono” capaz, qualificado.

Assim, a presença de um cavalo em um registro fotográfico pode ter uma série de explicações. Explicações que vão desde o fato de este ser considerado um animal que garantiria status aos seus proprietários, o que faria com que seus proprietários fossem considerados como indivíduos de posses, eram também utilizados para locomoção, sendo ainda símbolos de força, resistência e domínio.

O uso da bengala é outro costume que foi representado com certa frequência em registros fotográficos. No dia a dia, fazem uso deste acessório, pessoas com dificuldades de locomoção. O artefato é utilizado para proporcionar maior equilíbrio ao andar.

Contudo, a nobreza europeia fazia uso deste acessório mesmo sem necessidade, principalmente entre os séculos XVIII e XIX. A bengala era na verdade um acessório, o qual era fabricado com materiais nobres, decorado de forma a ser um verdadeiro distintivo de sua condição social.

A sua utilização em fotografias pode ser considerada desta forma como um resquício deste costume, uma forma de demonstrar *status*, uma maneira de se diferenciar do restante da população.

Laura Rival (1998, p. 01-03) citada por Alvito (2012, p. 133) afirma que as árvores fornecem alguns dos mais poderosos símbolos do processo social e da identidade coletiva. Duas qualidades das árvores as tornam apropriadas para simbolizar as coletividades, a vitalidade e o poder de auto regeneração, sendo representações culturais de reafirmação da vida e negação da morte.

Mesmo que estas representem, simbolizem isto, não sabemos até que ponto a sua inserção nos registros fotográficos foi intencional, e até que ponto foi mero acaso. Contudo, acabamos por incluir esta pequena referência a simbologia destas.

No século XIX e até mesmo no início do século XX, a educação era um privilégio de uma pequena parcela da população. Uma pessoa culta, que sabia ler era um indício de que

a mesma possuía boas condições financeiras, não precisava trabalhar, logo poderia dedicar todo ou parte do seu tempo para leituras/estudos.

Assim, fazendo uso de uma citação de um romance de Moacir Scliar (2007, p. 88) no qual uma mulher é contratada para escrever um livro sobre Salomão, este justifica a empreitada basicamente pelo fato de que não queria ser lembrado por ruínas, mais sim por algo que duraria para sempre, que seria o livro. Segundo o personagem, o livro poderia até ser um objeto perecível, mas o seu conteúdo não. Ele carregaria uma mensagem que passaria de geração em geração, que ficaria na cabeça das pessoas, e que se espalharia pelo mundo, “o livro se dissemina pelo mundo como as sementes que o vento leva”, desta forma, ao ser representado com um livro, um indivíduo implicitamente queria afirmar que era culto, ou pelo menos alfabetizado, notemos que estamos trabalhando com um período em que as taxas de analfabetismo eram elevadas, logo, ser alfabetizado era um fator de distinção social, e uma vez alfabetizado era um indicativo de que a pessoa seria bem sucedida financeiramente, já que teria tempo para poder se dedicar ao aprendizado e ao usufruto da leitura.

O mesmo acontecia quando uma pessoa era representada com algum instrumento musical ou alguma ferramenta de pintura. Estes eram os passatempos preferidos da elite. Pintar, tocar músicas nos mais diferentes instrumentos musicais eram um indício de erudição, de sucesso econômico.

Pode-se entender de certa forma, que a representação de uma personagem com uma sombrinha, tenha uma relação direta com a utilidade que tal objeto tinha na sociedade.

O uso da sombrinha, basicamente restrito ao universo feminino, ocorria como uma maneira de se proteger do sol. Numa época em que a indústria farmacêutica ainda não havia desenvolvido protetores solares, a sombrinha cumpria este papel, e seu uso era necessário para toda a mulher que pertencia a elite, posto que principalmente nos séculos XVIII e XIX, período dominado pela escravidão e uma certa aversão da elite ao trabalho braçal, a cor da pele designava o status social. Assim, possuir uma tez alva, era um indicativo de pertencer a uma classe abastada, enquanto que possuir a pele bronzeada era sinal de que o indivíduo necessitava empregar a sua força física no trabalho braçal, e desta forma, era considerada uma pessoa inferior aos olhos dos demais estratos sociais.

Tendo em vista esta prática, a sombrinha sai do universo utilitário e passa a fazer parte de um universo de representação, ou seja, de objeto utilizado por uma pequena parcela da população, a sombrinha passa a figurar no imaginário da sociedade, como sendo um objeto de diferenciação social, um objeto cuja posse determinaria a sua posição social.

Desta forma, pessoas com poucos recursos econômicos, faziam uso de objetos como a sombrinha no momento em que efetuavam a sua representação no retrato que viria a ser exposto na sua residência, mostrado aos seus parentes e amigos, com a intenção de propagar uma imagem de sucesso econômico, passar uma imagem de que eram bem sucedidos economicamente falando, que a mulher tinha condições e tempo de se preocupar com sua aparência e que logicamente, não precisaria trabalhar.

A imagem do cigarro aparece em um grande número de registros, sendo utilizando tanto por homens como por mulheres. Buscando por explicações para tal protagonismo do cigarro nas fotografias, foi necessário adentrar na história do cigarro e do seu consumo.

Entre os historiadores, a sua origem é controversa, porém, é unanimidade que o seu consumo teve um salto após a Primeira Guerra Mundial, principalmente devido à publicidade que começou a ser veiculada neste período.

De acordo com pesquisadores (GUERRA e SILVA, 2012), o cinema teve papel fundamental na difusão do consumo de cigarros industrializados, uma vez que os astros do cinema, além de fazerem uso do cigarro nas cenas, eram os protagonistas das peças publicitárias que tinham como objetivo seduzir o consumidor. Ser um fumante, “representava muito mais que o simples ato de fumar: mostrava atitude. Nas mãos de personalidades, o cigarro indicava glamour, sedução; o público comparava-se aos atores e passava a usar a mesma marca do produto, fumando da mesma forma” (GUERRA e SILVA, 2012, p. 02).

O cigarro se destacou como sinônimo de *status*, poder e elegância. Geralmente estava associado como hábito de pessoas de “classe” (RODRIGUEZ, 2005).

Para os jovens, fumar representava atitude, independência e era considerado um sinônimo de rebeldia, sendo o seu consumo algumas vezes vinculado a eventos esportivos como hipismo (GUERRA e SILVA, 2012, p. 02).

O cigarro aparecia ainda como um “amigo nas horas de solidão” (LOPES, 2014, p.129-138) e um companheiro para os “momentos desagradáveis”.

Em sua dissertação de mestrado, onde efetua uma pesquisa sobre os anúncios de marcas de cigarros na Revista Ilustração Brasileira, Lara Lopes (2014) constata que grande parte das propagandas, veiculadas neste periódico, traziam fotografias de mulheres segurando cigarros, e textos que buscavam definir estas, como sendo modernas e elegantes, ao fazerem uso deste produto.

Ao se utilizarem de atrizes mundialmente conhecidas, tais como Katerine Hepburn, Lupe Velez, Gloria Dickson, Marlene Dietrich para protagonizarem tais anúncios, as

empresas contribuía para a propagação da ideia de elegância e refinamento inerente ao uso do cigarro, uma vez que tais mulheres, pelo fato de serem figuras públicas, bonitas, bem sucedidas, serviam de exemplo para as outras mulheres, que procuravam se igualar a estas.

Já para os homens, estas imagens, funcionavam como uma espécie de chamariz, pois em alguns casos, as imagens publicitárias presentes nos jornais e nas revistas, ou mesmo nas próprias embalagens do produto, eram de certa forma erotizadas devido às poses insinuantes das modelos, assim como dos trajes usados pelas mesmas, que buscavam valorizar as suas curvas aumentando assim ainda mais a sua beleza.

Se portar tal como, ou fumar o mesmo cigarro que estava sendo fumado pela atriz do filme visto recentemente, colocava a mulher, no seu imaginário, em pé de igualdade com a mesma, no que se refere a quesitos de bom gosto e elegância. Aprender a segurar um cigarro, eliminar o humo de forma elegante, poderiam ser formas de “aceitação no meio social” (SASAKI, 2010), demonstração pública de sofisticação, “feminilidade, hábitos refinados e modernidade”, além de servir como uma “arma de conquista” (LOPES, 2014).

Conforme já mencionado anteriormente, a influência da publicidade vinculada às atrizes de cinema se fazia presente no imaginário feminino da época, conforme pode ser percebido no trecho extraído da Revista Ilustração Brasileira (Rio de Janeiro, ano XVI nº 39. Julho 1938, p.40, apud, LOPES, 2014, p. 141)

o exemplo maior nos vem de Hollywood, que é fonte e onde emanam as inspirações de *finesse* que todas as mulheres se apressam em copiar. Todas as estrelas famosas sabem fumar como se tivessem cursado a escola original de *Illinois*. E a mulher que quiser ter, como têm elas, *sex-appel*, *it* e tudo mais quanto nelas se evidencia, terá também de aprender a fumar.

Neste sentido, conforme Lopes (2014, p. 21), as propagandas “buscavam estimular o consumo”, mas não apenas os produtos em si eram disseminados, junto a esta publicidade, eram propagados hábitos, gestos e atitudes.

Fumar ainda estava associado à ideia de inteligência e inspiração, como fica evidente nas peças publicitárias de diferentes marcas de cigarro.

Contudo, vale destacar que, conforme relatos, o cigarro industrial era pouco difundido nas regiões e período estudados, devido ao difícil acesso, bem como aos altos valores cobrados pelos mesmos, mas o que não impediu que o consumo do tabaco fosse amplamente difundido.

O tabaco consumido era o chamado “fumo de rolo” ou “fumo crioulo”, que nada mais eram do que folhas de tabaco enroladas, e prensadas, que para serem consumidas, e que necessitavam ser cortadas e depois enroladas, dando forma assim, ao que atualmente

chamamos de palheiro, uma vez que, era usada a palha de milho para enrolar o fumo picado.

Percebemos que mesmo sem acesso aos bens industrializados, os grupos não ficavam à margem dos modismos urbanos, porém estes eram adaptados às suas condições de acesso, sejam elas geográficas ou financeiras.

Assim, o ato de fumar, tinha significados diferentes para ambos os sexos. Enquanto para o homem, portar um cigarro, ou fumar era sinal de glamour, energia e conferia ao homem atração sexual, sendo o cigarro associado a formas de transgressão, aventura e liberdade, sendo um acessório obrigatório para o estereótipo do *bon vivant* (RODRIGUEZ, 2005), que era idealizado por boa parte dos homens durante o século XX.

O cigarro podia ainda representar virilidade ou rebeldia (GUERRA e SILVA, 2012). Com a Primeira Guerra Mundial o cigarro passa a ser “símbolo de civismo, democracia e heroísmo”. Ele foi convertido no “melhor amigo do soldado: pois ele distraia, acalmava, sedava e energizava” (LOPES, 2014, p. 154).

Já para as mulheres, o consumo do cigarro teve algumas características semelhantes. Fazer uso do tabaco, daria à mulher um status de independente, ela era tida como “elegante e atraente para os olhares masculinos”, fumar facilitaria a “sociabilidade e a aceitação social” (SASAKI, 2010) além de fumantes seriam consideradas belas e modernas (LOPES, 2014, p. 27).

Fica claro que o ato de fumar estava diretamente associado com a sensualidade. Citado por Lopes, (2014, p. 176) Edward Bernays, recorreu à teoria da psicanálise para compreender o que o cigarro representaria às mulheres. O mesmo concluiu que o cigarro era considerado como símbolo fálico, símbolo do poder, associando desta forma, o cigarro à ideia de desafiar o poder, contudo, conforme alguns de nossos entrevistados, o uso do cigarro por parte das mulheres não era muito bem visto, as mulheres que fariam uso de cigarros, eram tidas como “transgressoras” e sua virtude era colocada em jogo.

Desta forma, ao ser representado com um cigarro na mão e este momento ser retido, fixado através de um registro fotográfico, o personagem nele representado tinha por objetivo associar a imagem às características elencadas acima.

Em relação à barba, entre muitos povos antigos do Oriente, inclusive os israelitas, esta era prezada como evidência de dignidade máscula. A lei de Deus dada a Israel proibia o corte das “madeixas laterais”, os cabelos entre a orelha e o olho, e a extremidade da barba (Levítico 19:27; 21:5).

De acordo com Fornés Pallicer e Puig Rodriguez (2005) a barba, na cultura grega era um atributo e uma marca de virilidade. Barbas bem cuidadas, conforme as autoras eram habituais desde a época de Alexandre Magno, período em que se introduziu no mundo o costume de fazer a barba. Para as autoras (p. 176), o costume de fazer a barba foi consolidado apenas no século II a.C. em Roma. Elas observam que neste momento, os homens maduros sempre se apresentavam com a barba bem feita, o que não ocorria com homens mais jovens, os quais não se barbeavam até o momento em que tivessem a barba bem cerrada. Neste período afeitar-se envolvia todo um cerimonial e a primeira barba era consagrada a uma divindade.

Barbas bem feitas, bem aparadas eram também sinal de juventude e deixar a barba crescer poderia ser um sinal de uma grande perda, motivo de grande dor motivados por algum tipo de luto ou até mesmo alguma promessa.

Assim, concluem as autoras que a barba era um símbolo de virilidade (p.182). Tocar a barba era um reflexo de um homem tranquilo e pensativo, um gesto associado ao discurso. A barba poderia ser ainda associada a sabedoria, potência sexual, status social e tirar ela poderia inclusive se considerada uma humilhação.

Por fim e não menos importante, um aspecto de extrema relevância que influenciou de maneira bastante significativa a produção fotográfica na Serra dos Tapes, no período compreendido entre os anos de 1937 e 1945, foi a política nacionalista do governo de Getúlio Vargas. Prisões, destruição de publicações e materiais gráficos, foram uma constante nestes anos. A população de origem italiana, alemã e japonesa, sofreu de forma sistemática as consequências deste movimento que tinha como objetivo dissipar os elementos culturais que distinguiram estes grupos do restante da população. Para se compreender o impacto destas políticas sobre a prática e produção fotográfica na região, faz-se necessário uma digressão histórica.

Dentro deste contexto, os imigrantes de origem alemã, moradores do município de São Lourenço do Sul, sofreram as consequências de forma muito mais forte do que os imigrantes de origem italiana radicados em Pelotas. Além da proibição do seu idioma materno, diversas instituições associativas, filantrópicas e educacionais foram fechadas e ocorreu uma destruição massiva de materiais impressos redigidos no idioma germânico.

Este período foi marcado ainda por uma série de conflitos da população com as autoridades policiais. Alguns destes conflitos resultaram na depredação ou na incineração de residências, bem como no vilipêndio de indivíduos, o que fez com que várias pessoas acabassem encarceradas, sob acusação de perturbação da ordem pública ou mesmo sob

o pretexto de divulgação de ideais nazistas na região, como abordado por José Plínio Fachel (2002).

Além disso, documentos localizados na Delegacia de Polícia de São Lourenço do Sul permitiram identificar uma especial atenção por parte das autoridades à atuação de profissionais ligados à prática fotográfica, bem como ao destino dado a estes materiais.

São Lourenço do Sul foi considerada uma das primeiras e mais frutíferas colônias particulares da região, conforme vimos no Capítulo 1 da presente tese. É neste contexto, num município dominado pelo elemento de origem germânica, com a economia voltada para a produção familiar de alimentos, que no final da década de 1930 e início da década de 1940, serão implementadas uma série de medidas de cunho nacionalista com o objetivo de criar uma identidade nacional una e integrar o grande número de imigrantes e seus descendentes com a sociedade brasileira, visando a aniquilar qualquer sentimento de identificação com elementos estrangeiros.

O ano de 1937 assinala, no país a instituição do regime de autoridade comandado por Getúlio Vargas denominado Estado Novo, nos quais a política nacional tinha como base a ideologia de que o “Estado e a Nação constituíam uma unidade indissolúvel” (WEBER, 2013, p.02). Neste contexto, foram instauradas políticas no sentido de criar uma “nação homogênea com uma cultura única” (POSSAMAI, 2005, p.243).

Jean Roche (1969, p. 704) afirma que o objetivo do governo de Getúlio Vargas, ao implementar uma política de nacionalização era pôr em pé de igualdade os imigrantes e seus descendentes com os demais cidadãos que habitavam o solo brasileiro. Contudo, foi necessário recorrer a determinados artifícios, tais como a violência física e psicológica para acelerar este processo.

Na época, a população do município era composta basicamente por elementos de origem germânica. A grande maioria chegou através das empresas migratórias no final do século XIX, porém, na década de 1920 temos um número considerável de imigrantes de origem germânica que vêm a São Lourenço de forma espontânea, conforme atesta a documentação consultada na Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul. São profissionais, tais como professores, pastores, padres, médicos, farmacêuticos, fotógrafos, entre outros. A especialização destes profissionais e o seu deslocamento ao interior do município, suas condições financeiras, seus regressos ao território alemão, são alguns dos

aspectos que levantaram suspeitas frente a sua conduta. Estes imigrantes passaram então a ser observados pelas autoridades policiais locais com mais atenção¹⁴⁵.

Conforme observado, a campanha nacionalista empreendida por Getúlio Vargas teve consequências bastante representativas na vida cultural no município de São Lourenço do Sul. Inúmeras foram as limitações e proibições naquele período. O serviço de produção de fotografias não passou ileso deste processo. Algumas foram as determinações que limitavam a produção de registros e a circulação de profissionais.

De acordo com um documento¹⁴⁶ localizado na Delegacia de Polícia de São Lourenço do Sul, datado de 1943, era solicitado ao delegado local, que o mesmo tomasse “enérgicas providências no sentido de fazer registrar imediatamente, todos os instrumentos de ótica e fotografia, que sejam de propriedade de nacionais dos países do Eixo – Alemanha, Japão e Itália”. Em tal documento, consonante ao ofício, deveriam constar as características completas dos instrumentos, o que deveria ser feito, de preferência sob a orientação de um técnico conhecedor dos mesmos. O ofício pedia ainda urgência no envio dos dados colhidos.

Podemos de certa forma inferir que tal procedimento passou a ser adotado em virtude basicamente do fato de serem encaminhados materiais fotográficos do Brasil para Alemanha, com o objetivo de divulgação das ações de nazistas no país, conforme pode ser verificado em uma correspondência interceptada por parte do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) na qual a *Neue Deutsche Zeitung*, sediada em Berlim, dirigia-se a Erich Zandler, solicitando algumas observações na seleção de fotografias que seriam enviadas para que fossem publicadas em território alemão. A correspondência está datada de 20 de abril de 1938:

Formulamos a presente, para nos dirigir a V.S., novamente com relação a escolha de clichês que nos vem enviando. Como já lhe comunicamos, tempos atrás, necessitamos, sempre, para nossa página publicada semanalmente e denominada “O mundo em fotos”, um número maior de clichês, relativos a assuntos internacionais. Ficariamos gratos, se em sua escolha V.S. tomasse em consideração esta circunstância.

Devemos acrescentar que, em virtude de leis agora em vigor, nos vimos na contingência de exercer uma seleção no material que nos é enviado, afim de que nada seja publicado que pudesse ser interpretado como uma propagação de doutrinas políticas estrangeiras. Por isso, uma parte dos clichês, que V.S. nos enviou não poderemos por forma alguma aproveitar.

¹⁴⁵ Relatório contendo o nome de possíveis integrantes do Eixo (1938). Arquivo Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul.

¹⁴⁶Ofício C-22 de 12 de julho de 1943 enviado pela Repartição da Central de Polícia do Departamento de Ordem Política e Social de Porto Alegre, por determinação do Coordenador de Mobilização Econômica.

Assim pois no intuito de evitar desperdícios, queira V.S. fazer a escolha do material a nós destinado, tendo em vista a nossa situação, ora exposta. Na esperança de que lhe seja possível corresponder nossos desejos, firmamo-nos¹⁴⁷”.

Percebemos que existia, de certa forma, uma grande organização por parte de alguns elementos no Brasil, no sentido de divulgar questões relativas ao país em território alemão. Esta iniciativa não passou despercebida pelo órgão brasileiro responsável por efetuar investigações no sentido de dismantelar possíveis focos de divulgação de ideais nazistas no Brasil, isso já em 1938, quando o país ainda oscilava, sem ter clara a política internacional anti-nazista.

Não foi possível encontrar em nossa investigação fotografias de algum fotógrafo radicado em São Lourenço do Sul que tenha publicado alguma imagem em alguma revista ilustrada ou jornal alemão. Mas encontramos uma reportagem fotográfica (*Bildberich*) produzida pelo fotógrafo alemão Werner Erwin Herwarth Gerold Hager (13/07/1900-09/05/1997), intitulada “Colonização alemã no Brasil”¹⁴⁸, publicada no jornal ilustrado *Das Interessante Blatt*¹⁴⁹, de 15 de dezembro de 1938, onde são trazidos registros do cotidiano de uma comunidade alemã instalada no sul do Brasil.

A reportagem não indica o local onde as fotografias foram tiradas, nem identifica os personagens. Estes são tratados apenas como colonos (*Siedler*), mas pretende ser um retrato fiel do cotidiano de uma comunidade rural daquele período. Na reportagem, são evidenciadas as dificuldades enfrentadas, o trabalho árduo, e a recompensa por este, bem como é evidenciada a preservação de alguns costumes alemães, tais como a utilização do idioma alemão, de provérbios e canções trazidas da terra natal. Mesmo que a localidade de produção destes retratos não tenha sido dada, e que uma análise da biografia do fotógrafo não nos permita inferir uma localização exata de tais registros, podemos de certo modo, genericamente, atribuir os mesmos a qualquer colônia de imigração alemã no sul do Brasil, tais como as da região da Serra dos Tapes.

¹⁴⁷Conforme tradução nossa: “Mit Heutigen muessen wir uns wieder einmal bezueglich der Auswahl der uns von Ihnen zugehenden Klischees an Sie wenden. Wie wir Ihnen bereits vor laengerer Zeit einmal mitteilten, benoetigen wir fuer die von uns woeentlich veroeffentlichte Seite “Die Welt im Bild” stets eine groessere Anzahl Klischees ueber internationale Angelegenheiten. Wir waeren Ihnen dankbar, wenn Sie bei Ihrer Auswahl darauf Ruechsicht nehmen wollten. Hinzu kommt noch, dass wir uns infolge der jetzt hier. Erlassenen Gesetze veranlasst sehen, das uns zugehende Material darauf hin zu sichten, dass nichts zur Veroeffentlichung gelangt, das uns als eine Propagierung auslaendischer Parteien ausgelegt werden koennte. Ein Teil der uns bis jestzt zugehenden Klischees ist aus diesem Grunde nun auch gar nicht verwendungsfahig. Damit, wir aber keinen allzugrossen Ausfall haben, bitten wir das fuer uns bestimmte Material auch schon gleich nach diesem Gesichtspunkt auszuwaehlen. In der Hoffnung, dass es Ihnen moeglich sein wird, unseren heutigen Wuenschen nachzukommen, zeichnen wir” (PY, 1939, p. 254).

¹⁴⁸Deutsche sieden in Brasilien, conforme tradução nossa.

¹⁴⁹Das Interessante Blatt. Wien/Deutschland. Jahrgang 57. Nr. 50: 15. Dezember 1938.

As seis fotografias que fazem parte da *Bildberich*, mostram que foram valorizados não cenas posadas ou com os personagens fazendo uso de trajes requintados, mas sim, uma representação destes em situações corriqueiras, cotidianas, que faziam parte do seu dia a dia em terras brasileiras¹⁵⁰.

Interessante observar alguns comportamentos que eram considerados como indícios da prática de atividades ilícitas. O sucesso econômico também era visto com desconfiança. Conforme constatação do delegado responsável pelas prisões e investigações, alguns elementos residentes em São Lourenço recebiam verbas do Reich para propagar os ideais nazistas em solo brasileiro. O fato de estes indivíduos possuírem rádios transmissores que possibilitavam a comunicação com a Alemanha, bem como o recebimento de propagandas nazistas, fazia com que estes indivíduos não tivessem muitos argumentos para provarem a sua inocência, e que culminou com a prisão de quase todos os investigados (FACHEL, 2002; DIETRICH, 2007).

Com a derrota da Alemanha no conflito, os processos foram todos arquivados, os envolvidos postos em liberdade. Muitas destas libertações ocorreram pouco tempo depois das prisões, basicamente pela ausência de provas. Muitos acusados, sabendo das desconfianças das autoridades, queimaram documentos que pudessem comprovar uma possível conspiração, uma possível participação em qualquer ato que pudesse vir a ser considerado como contrário à campanha de nacionalização. Em entrevistas efetuadas durante a nossa investigação, os entrevistados afirmam que neste período todos os materiais teriam sido destruídos, basicamente por medo de represálias. Loraine Slomp Giron (1994, p. 144) afirma que a “população aterrorizada passou a demonstrar seu patriotismo de todas as formas possíveis”. A mudança de nome tanto de indivíduos, como de associações étnicas, ou até mesmo a extinção destas foi uma constante no período.

Além disso, os depoimentos dão conta que de que demonstrações de nacionalismo exacerbado eram uma constante. Em praticamente todas as residências existiam retratos do então presidente Getúlio Vargas e nenhuma fotografia escolar era produzida, sem que os alunos empunhassem uma bandeira brasileira. É neste período em que as tradicionais placas de identificação das escolas e sociedades de cantores, que eram escritas geralmente em alemão, passam a ser evitadas.

¹⁵⁰Outra referência ao Brasil no referido periódico foi uma fotografia de Getúlio Vargas publicada em 1937, que mostra o então presidente brasileiro passeando com seu cavalo em Poços de Caldas no estado de Minas Gerais. Em 28 de julho de 1938 sai uma outra reportagem sobre o Brasil, na qual eram tratadas questões relacionadas à Amazônia, principalmente a grande diversidade de peixes que habitavam os rios daquela região (Das Interessante Blatt. Wien/Deutschland. Jahrgang 56. Nr. 13: 01. April 1938).

Também é neste momento que passam a ser obrigatórias as chamadas “paradas cívicas”, sobre as quais vamos nos deter com mais afinco no capítulo em que faremos a análise dos acervos fotográficos.

Além disso, neste período, fotógrafos de origem estrangeira tiveram sua produção fotográfica diminuída consideravelmente, tais como Henrich Feddern, que inclusive modificou a grafia do seu nome, abasileirando o mesmo.

Deste modo, podemos afirmar que o período histórico conhecido como Estado Novo, influenciou de maneira substancial a produção fotográfica na região, seja através da quantidade de registros produzidos¹⁵¹, seja através dos elementos presentes nestes registros, tais como a bandeira brasileira.

Feitas estas considerações, passaremos a segunda parte do presente capítulo, no qual analisaremos como questões regionais influenciaram a produção fotográfica na Serra dos Tapes.

¹⁵¹ Conforme constatado, Heinrich Feddern diminuiu consideravelmente a sua produção fotográfica. Além disso, muitas fotografias foram queimadas por medo de represálias.

3.2 O ESPAÇO RURAL E A CULTURA FOTOGRÁFICA

Fotografia é o retrato de um concavo, de uma falta, de uma ausência.

Clarice Lispector

Um relativo isolamento geográfico fez parte do cotidiano dos grupos que colonizaram a Serra dos Tapes. Esta realidade foi uma constante no século XIX e se manteve até meados do século XX.

Este isolamento ocorria em função das grandes distâncias dos núcleos coloniais da sede dos municípios das quais as colônias faziam parte e eram agravados pelas péssimas condições das estradas e pelos precários meios de transporte que os moradores tinham à sua disposição naquele período.

Este distanciamento físico teve consequências em diferentes setores da sociedade. Um dos mais significativos era que o tempo vivenciado fosse, de certa forma, considerado mais lento, ou seja, as transformações sociais tardavam em chegar a estes recantos, o que por sua vez fazia com que os avanços tecnológicos chegassem com alguns anos de atraso àquelas regiões. É um exemplo claro disso a instalação da energia elétrica. Enquanto na zona urbana de Pelotas a energia elétrica passa a fazer parte do cotidiano da população já no início do século XX, na Colônia Maciel somente a partir da década de 1970 estará disponível em todas as residências (GEHRKE, 2013, p. 131).

Em virtude desta característica, faz-se necessário que sejam tratados os aspectos que, de certo modo, possibilitaram que este fenômeno pudesse ocorrer. O mais representativo destes aspectos está relacionado à organização social e econômica das colônias. Neste sentido, no presente subcapítulo trataremos de uma questão central na região: a ruralidade, que de certa forma será abordada como responsável pelo certo “atraso tecnológico” das regiões por nós estudadas, em relação às zonas urbanas de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu.

Podemos de certo modo afirmar que não se trata apenas de um atraso tecnológico, mas um outro *timing*, inclusive para questões sociais, lazes, embora em alguns aspectos este *timing* seja mais rápido, como foi o caso da repressão durante a época do Estado Novo.

Vale destacar que quando fazemos uso do termo “atraso tecnológico” nos referimos principalmente à demora na popularização de máquinas fotográficas que influenciou tanto

a quantidade, quanto a qualidade dos registros fotográficos existentes, bem como gerou práticas específicas, como a circulação de fotografos vindos de regiões urbanas.

Como exposto inicialmente, servem como palco de estudo para a nossa investigação a colônia Santo Antonio, a Colônia Maciel e a colônia Bom Jesus, localidades que estão situadas na chamada zona rural dos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul. Mas o que vem a ser uma região rural? É este questionamento que procuramos responder neste subcapítulo.

Ao falar sobre ruralidade, faz-se necessário que observemos a origem do termo. De acordo com Karen da Silva (2011, p. 35), rural vem do latim *rus* ou *ruris* e se refere a algo “relativo ao campo, rude, rústico, grosseiro”, em oposição a *urbs* ou *urbis*, que “significa ao modo da cidade, com elegância”. A autora aponta ainda para outras derivações de *rus*: “*rusticulos* significando camponês; *rusticum*, pequena propriedade no campo; *rusticitas*, costumes do campo (simples, como os do campo) rusticidade, rudeza”.

Sabemos que “os critérios para definição do que é ou não rural não são universais” (SILVA, 2011, p. 56) e não é nosso objetivo aqui fazer um estudo pormenorizado sobre o termo e sua aplicabilidade. Desta forma, nos limitamos a explicitar a definição que passaremos a adotar a partir deste momento e que deixará claro o nosso entendimento em relação ao mesmo.

O termo ruralidade, de modo bastante genérico, se refere àquele local com características rurais, ou seja, onde existe um predomínio de áreas agrícolas em relação a espaços construídos e onde as práticas socioeconômicas predominantes estão ligadas ao setor primário, onde “os agricultores familiares constituem parcela significativa da população” (SILVA, 2011, p.42) e por último, mas não menos importante, é um local onde não existe um adensamento populacional, tal como pode ser verificado nas regiões tidas como urbanas. A existência de uma certa precariedade na infraestrutura de serviços públicos, bem como a ausência de estradas pavimentadas, saneamento básico, recolhimento de lixo e um predomínio de áreas não povoadas, com espaços verdes, matas ciliares relativamente preservadas, podem ser outros aspectos que identificam uma região como sendo rural.

Desta forma, ainda concordando com Karen da Silva, entendemos que o “espaço rural é tido como lugar de vida”, um local com povoações dispersas. De acordo com a autora, o rural pode ser entendido como “espaço singular, valorizado por seus bens patrimoniais, frequentemente associados tanto aos sistemas ambientais e produtivos quanto aos sistemas simbólicos das culturas locais” (SILVA, 2011, p. 65).

Karen da Silva (2011, p. 65) afirma que embora a agricultura “ainda seja reconhecida como uma atividade que lhe é característica”, estas regiões não podem ser consideradas “eminente agrícola”. Contudo, o papel de destaque que a agricultura familiar teve na região tão logo esta passou a ser ocupada por imigrantes de origem europeia, não pode ser ignorada e por este motivo, nos dedicaremos na sequência a este tema.

Em relação à história do trabalho rural, Mary Del Priori e Renato Venâncio (2006, p.13-16) afirmam que este teria tido início no Brasil antes mesmo da chegada dos portugueses. De acordo com os autores, a contribuição indígena teria sido de substancial importância para o desenvolvimento da agricultura no país, que ao longo dos anos passou por grandes ciclos econômicos, destacando-se principalmente o cultivo da cana-de-açúcar e do café.

Até meados do século XIX predominou no território nacional o sistema de produção conhecido como *plantation*, que consistia na monocultura de exportação, na utilização de latifúndios, além do emprego da mão de obra escrava. Este sistema econômico agrícola, de raízes coloniais, foi o responsável por criar na sociedade brasileira um certo desprestígio para com as atividades que não possuíam estas características.

Este cenário começou a ser modificado com a introdução sistemática de trabalhadores livres, oriundos do território europeu. Mesmo assim, a vinculação dos colonos com a pobreza e com o ócio e até mesmo com a delinquência era uma constante. De acordo com Priori e Venâncio (2006, p.188), com o objetivo de regeneração dos delinquentes e o preparo dos mesmos para o trabalho agrícola, ocorreu uma reorganização do sistema penitenciário, o que teria contribuído ainda mais para que as atividades relacionadas à agricultura em minifúndios fossem mal vistas pela sociedade.

Este preconceito estava presente em praticamente todos os setores da sociedade, sendo inclusive eternizado na literatura através de Monteiro Lobato, por meio do seu personagem Jeca Tatu, o qual apresentava um perfil “nada simpático do homem do campo: funesto parasita da terra, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela, na penumbra das zonas fronteiriças”. À medida que o progresso ia chegando às regiões, “vai ele refulgindo em silêncio, com o seu cachorro, recuando para não se adaptar” (PRIORI e VENÂNCIO, 2006, p.189).

Podemos entender este desprestígio dos colonos como sendo a raiz para o preconceito com que moradores da cidade viam aqueles. Além disso, no imaginário social, ainda estava difundida a crença de que pessoas que necessitavam fazer uso do trabalho braçal para o sustento estavam em condições análogas a dos escravos, ou seja, eram

peças inferiores social, econômica e mesmo culturalmente. Estes aspectos contribuíram para que as regiões rurais, por mais que fossem as responsáveis pelo abastecimento com gêneros alimentícios das então florescentes cidades, fossem vistas como sendo um lugar de atraso, ignorância e limitação.

Vimos anteriormente que as condições a que foram submetidos os imigrantes, tão logo chegaram aos lotes que lhes foram designados, eram bastante precárias. Além da necessidade de construção de todas as benfeitorias necessárias para a sua instalação efetiva, os colonos se viram obrigados ainda a desmatar as matas para que pudessem dar início ao cultivo de diferentes culturas.

Estas dificuldades de adaptação ao novo lar e os tempos de dificuldades econômicas estão vivas na memória coletiva dos descendentes dos imigrantes. Nas entrevistas analisadas, são raros os relatos onde não existem referências à extrema pobreza enfrentada ainda em território europeu e que os seguiu também em território brasileiro¹⁵².

Neste sentido fica claro que as limitações de ordem econômica destes colonos não permitiram com que os mesmos pudessem usufruir os avanços tecnológicos que começavam a se popularizar nas áreas urbanas. Seus baixos rendimentos não permitiam que pudessem ser adquiridas máquinas fotográficas, que já nos primeiros anos do século XX haviam se popularizado. Além disso, o alto preço cobrado pelos profissionais responsáveis pela produção dos registros, cada vez que seus serviços eram requisitados na região, faziam com que as fotografias fossem bastante escassas.

Contudo, mesmo com as inúmeras limitações e dificuldades enfrentadas, existia na região um intenso sistema de trocas estimulado por uma série de fatores.

Como os processos de ocupação de territórios estão vinculados não somente a questões ambientais estratégicas, como obtenção de água, condições do solo, topografia (SILVA, 2011, p. 213), mas também aos agrupamentos étnicos circunvizinhos que serão de fundamental importância tanto durante o processo de instalação, como depois nas relações sociais, os moradores destas regiões criaram redes de solidariedade, nas quais eram prestados auxílios mútuos.

Esta foi a forma encontrada por estes grupos para sobreviver frente às adversidades que o ambiente impunha. Foi esta a forma encontrada, por exemplo, para a produção de retratos. Expliquemo-nos: no caso de um casamento, conforme relato do ex-fotógrafo Lindolfo Feddern¹⁵³, a fotografia de casamento era um item obrigatório. Fazia-se então

¹⁵²Conforme relatos da senhora Irene Scaglione, João Casarin, Teresa Brot, Bruno Gehrke, entre outros.

¹⁵³ Entrevista Lidolfo Feddern, 2014.

necessária a contratação de um fotógrafo para registrar o evento. Esta oportunidade era então aproveitada pelas famílias para que fossem produzidos retratos e assim não ser necessário pagar individualmente pelo descolamento do profissional retratista.

Mais tarde, nas décadas de 1950-1960, com a popularização das máquinas fotográficas, fotógrafos amadores faziam a produção de registros fotográficos de parentes, amigos e vizinhos, ou seja, os grupos encontravam subterfúgios para que ao mesmo tempo pudessem preservar registros físicos de sua existência e não fosse necessário dispendir grandes somas de dinheiro que eram então necessárias para a produção de fotografias.

Quando falamos sobre a produção de uma fotografia, faz-se necessário que além do aparato fotográfico e dos materiais necessário, tenhamos um modelo e um profissional que “apertará o gatilho”. E é exatamente sobre estes profissionais que nos dedicaremos na sequência.

3.3. AUTORIA: FOTÓGRAFOS AMADORES E PROFISSIONAIS

É um erro concentrar-se demais no valor testemunhal de suas fotos. Elas o têm isso de fato, mas, na mesma medida, elas expressam o meio em que ele [o fotógrafo] viveu e o que lhe mostraram (...) e que, quando ele chegou por trás de uma câmera, converteu-se em um gigante, um verdadeiro inventor, munido com a verdadeira força da invenção, um recriador da vida.

Mario Vargas Llosa¹⁵⁴

Esta nota epigráfica de autoria de Mario Vargas Llosa serviu de certo modo para descrever um dos mais importantes fotógrafos peruanos do século XX. Trata-se de Martin Chambi. A inserção desta nota nesta parte do trabalho se deve ao fato de que temos o mesmo entendimento que Llosa, quando o mesmo definiu Chambi: de que não podemos nos concentrar única e exclusivamente no valor testemunhal das fotografias, não se devendo negligenciar o poder que o fotógrafo tem, em transpor para um suporte, na grande maioria das vezes em papel, uma realidade capturada, congelada de uma realidade tridimensional, o que faz com que o fotógrafo seja considerado como uma espécie de recriador da vida, uma vez que ele paralisa, congela, solidifica uma cena que jamais irá se repetir, conforme afirmava Roland Barthes (2009).

Assim, neste subcapítulo, pretendemos analisar a forma como atuavam estes “gigantes”, nas palavras de Llosa. Nosso objetivo é traçar um perfil biográfico de cada um destes profissionais, enfatizando as trajetórias profissionais e pessoais destes fotógrafos, analisando, quando possível, as técnicas e os materiais utilizados. Para tanto, classificamos os responsáveis em dois grandes grupos: os amadores e os profissionais, sendo o segundo grupo subdividido em outros dois: aqueles que atuavam em estúdios fotográficos, que tinham um endereço fixo, e aqueles que praticavam o seu *métier* se deslocando por diferentes regiões, levando os seus aparatos consigo e permitindo que mais pessoas pudessem ter acesso à fotografia.

Os estúdios fotográficos são os locais consagrados à produção de registros por meio da fotografia. Estes espaços variavam conforme as condições econômicas do profissional e, principalmente, de sua clientela. Desta forma, teremos estúdios muito bem equipados, com profissionais que atuavam tanto na finalização dos registros, efetuando pequenos

¹⁵⁴*It is wrong to focus too much on the testimonial value of his photos. They have that, indeed, but, in equal measure they express the milieu in which he lived and they show (...) that when he got behind a camera, he became a giant, a true inventor, a veritable force of invention, a recreator of life, conforme tradução nossa.*

retoques, como na própria confecção da fotografia. Este estúdios, de uma forma constante e sistemática, serão divulgados através de anúncios na imprensa, e em casos mais raros, irão inclusive abrir filiais de suas empresas em outras cidades ou estados.

Por outro lado, teremos a existência de estúdios cuja principal característica era a simplicidade. Simplicidade que ia desde questões técnicas das fotografias produzidas por estes, até a localização do atelier, e dos aparatos fornecidos para que os fotografados pudessem criar uma autoimagem de si próprios conforme seus desejos. A divulgação de tais empreendimentos ocorrerá algumas vezes através de pequenos anúncios na imprensa ou mesmo através do chamado “boca a boca”, quando o próprio profissional irá divulgar os seus serviços junto ao seu público-alvo, sem a necessidade de intermediários.

São desconhecidos registros fotográficos feitos no interior de um estúdio que tenha existido na região da Serra dos Tapes até meados do século XX. Conforme Tais Soares (2009) o ateliê fotográfico, no século XIX, poderia ser descrito “como um espaço e ou lugar, um ponto de encontro entre o objetivo e o subjetivo, onde o modelo ao adentrar, inconscientemente busca outra realidade, e não aquela do seu cotidiano, mas a realidade somente permitida por meios fotográficos” (SOARES, 2009, p. 41). Era, portanto, um lugar que permitia que as pessoas pudessem ser livres e sonharem. Era-lhes permitido que sonhassem com uma posição social diferente daquela em que estavam presos ou com um comportamento diferente daquele ao qual estavam habituados.

Assim, o estúdio fotográfico, além de servir de palco para a produção de retratos, para a fixação sobre o papel de determinada imagem, era um lugar onde poderiam ser construídas cenas, cenários, onde acontecimentos poderiam ser forjados ao gosto de interesse do cliente, que de certo modo era influenciado pelo profissional responsável pela execução do mesmo.

Tais Soares (2009, p. 41) aponta que para que um determinado edifício pudesse se tornar um ateliê era preciso que ocorresse um planejamento prévio.

Era necessário prever a descrição da instalação, disposição e organização de todo espaço em função da criação e da comercialização dos retratos. O ateliê fotográfico deveria possuir pelos menos três peças distintas: aquela onde o fotógrafo recebia os clientes, outra onde revelava o negativo e ampliava suas cópias e a última onde ele os fotografava (SOARES, 2009, p. 41).

Continua a autora que na primeira peça, o “fotógrafo tinha a oportunidade de mostrar trabalhos realizados anteriormente que ficavam pendurados na parede ou guardados em álbuns disponíveis aos olhares do cliente, para que o mesmo pudesse opinar sobre como gostaria de ser retratado”, o que na visão da autora “além de servir de modelo para novos

retratos, era uma forma do retratista atestar a qualidade do seu trabalho”, uma vez que não ocorreria a exposição de fotografias com pouca qualidade técnica ou estética (SOARES, 2009, p. 41-42).

Soares afirma ainda que neste primeiro ambiente é que ocorriam as negociações que “diziam respeito à produção do retrato”, ou seja, era necessário que fossem acertados o “formato da imagem, o preço, o tipo de cartão, o tipo de acabamento ou retoque e a intenção e desejo estético do fotografado” (SOARES, 2009, p. 42). No segundo ambiente, chamado de “quarto escuro”, “as paredes eram pintadas de preto”, visando a impedir a “propagação da luz indesejada sobre o material sensível”, pois a “presença da luminosidade poderia velar a imagem em algumas partes ou por completo” (SOARES, 2009, p. 42). Neste ambiente ocorria a manipulação do negativo, era o espaço onde eram feitas as ampliações, os banhos químicos, a lavagem, bem como a secagem dos registros.

De acordo com a autora, a maior das peças deveria ser aquela “destinada ao chamado salão de poses”. Local onde “estavam disponíveis os mais variados tipos de elementos cênicos dos quais a clientela poderia escolher”. Era o local onde eram montados verdadeiros cenários que construiriam a visualidade que mais tarde estaria fixada nos registros. Chamado de “lugar de sonhos”, era o espaço onde os “desejos da clientela poderiam ser plenamente saciados, tendo em vista que quanto mais numerosos e diversificados esses elementos, mais possibilidades eram ofertadas à clientela e mais chance tinha o estúdio de agradar a mesma”. E estes encantos “prometidos pelo ambiente fotográfico” transformarão este em um “lugar ligado à fantasia no que diz respeito à própria representação” (SOARES, 2009, p. 42-43).

Nos acervos consultados, não temos o registro preciso destes ambientes. Mas, observando as fotografias, percebemos que existiam diferenças substanciais entre os profissionais que atuaram na região. Nos registros de autoria de alguns fotógrafos, como Lhullier ou Amoretty, por exemplo, percebemos que era grande a diversidade de aparatos cênicos, o que permite afirmar que estes possuíam uma variedade bastante grande de móveis, fundos, acessórios. Já outros profissionais, tais como o responsável pelo estúdio Del Fiol e o responsável pelo Foto Rex, Silvino Borges, percebemos que eram poucos os fundos e poucos os aparatos cênicos disponíveis, o que demonstra que os estúdios tinham uma clientela definida, e seu público-alvo não possuía um elevado poder aquisitivo.

Quando tratamos sobre inovações na área da fotografia, percebemos que, conforme Taís Soares (2009, p. 54), em Pelotas “o último quartel do século XIX apresentou condições econômicas, urbanas e sócio-culturais positivas”, o que teria possibilitado a adesão às

“inovações vindas de todas as áreas”, sempre sob uma influência direta dos “grandes centros europeus, que ditaram as mais variadas formas de modismos”, uma vez que a “origem estrangeira da mercadoria era vista como sinalizadora de uma boa qualidade”, tanto de um produto, quanto de um comportamento.

Zita Possamai (2006, p. 278) afirma que o estúdio fotográfico era um “lugar que fazia do fotografar-se um ato simbólico revestido de valor especial”. Soares afirma que a “aparência, a organização e a limpeza” do ateliê fotográfico “serviam de atrativos para a clientela, sem falar na cortesia e atenção dispensadas pelo fotógrafo, que deveria tratar os clientes com simpatia, demonstrando sempre um bom atendimento”, uma vez que o “fotógrafo deveria despertar a confiança de seu cliente com boas impressões causadas por ele e pelo seu estabelecimento”, o que fazia com que “a relação entre retratista, estúdio e fotografado” se tornasse “tão importante quanto a qualidade técnica e artística ofertada” (SOARES, 2009, p. 41), principalmente tendo em vista o crescente número de novos estabelecimentos deste ramo, assim como o surgimento de novos profissionais cada vez mais cordiais, mais capacitados, com aparatos tecnológicos mais modernos.

A escolha dos fotógrafos pelas cidades onde instalavam seus estúdios estava diretamente ligada à condição econômica da população que residia nestas (MOURA, 1983). Assim, podemos entender que Pelotas, ao longo dos anos, foi o local escolhido por muitos profissionais que se dedicavam à produção de fotografias, dentre eles alguns com prêmios que gozavam de grande prestígio no cenário local, basicamente porque a cidade possuía no final do século XIX e início de século XX uma parte representativa da população com poderes aquisitivos suficientes para contratarem os seus serviços. Esta parcela da população desejosa de ter um registro seu fixado, preferia muitas vezes optar por um profissional de renome nacional que em muitos casos lhes garantia além do status, uma qualidade superior do registro.

Conforme já apontado anteriormente, alguns fotógrafos aliavam ao fato de possuírem um estúdio fotográfico uma prática bastante difundida, principalmente logo que a fotografia se tornou popular, que foi a itinerância. A este tema nos dedicaremos a seguir.

Em seu romance intitulado *Satolep*, Vitor Ramil (2008, p. 07) descreve o processo de produção de uma fotografia. No romance, a produção da imagem apresentada estaria cronologicamente localizada no final do século XIX, e teria sido produzida na cidade de Pelotas. O que nos leva a crer que no imaginário do autor estava cristalizado algo que ocorreria com certa frequência no período em que a obra está ambientada: a itinerância de profissionais fotográficos, assunto que agora nos propomos tratar.

Desde a sua invenção, a fotografia fez com que ou os interessados em ter suas imagens preservadas sobre o papel acorressem a um estúdio fotográfico a fim de realizar o seu feito, ou tinham que contar com a itinerância dos profissionais responsáveis pela produção dos registros fotográficos.

Desde os primórdios da fotografia, são inúmeras as referências a profissionais que seguiram a carreira de fotógrafo, sem necessariamente se fixar em uma determinada cidade ou em uma determinada região. Estes profissionais são denominados fotógrafos itinerantes. O termo tem uma relação direta com um deslocar-se constante, com um percorrer itinerários; desta forma, por definição, fotógrafo itinerante é aquele que nunca está num local de forma permanente, viaja por diferentes localidades, diferentes cidades, estados, países para a produção de suas fotografias.

Além do adjetivo itinerante, foi verificado também nas nossas fontes, a utilização do termo “ambulante”, que possui de certo modo o mesmo sentido, ou seja, é aquele profissional que não possui um lugar fixo para a realização de suas atividades.

Fotógrafos itinerantes foi o termo pelo qual passaram a ser conhecidos aqueles profissionais que, motivados principalmente por questões financeiras, deram início a longas jornadas pelo mundo com o objetivo de registrar os costumes ou as paisagens de regiões distantes e pouco exploradas.

Num período em que a indústria turística ainda não estava desenvolvida, que grandes viagens eram privilégio de poucos e mesmo assim eram aventuras que exigiam dos viajantes uma grande disposição para suportar viagens extenuantes, calores tropicais ou frios congelantes, a fotografia assumia um papel de fundamental importância no processo de “exploração” e “apropriação” destes locais.

Neste sentido, teve origem entre os fotógrafos uma prática que buscava fazer o registro imagético destes lugares, com o objetivo de comercializar estes para as elites cada vez mais ansiosas pelo conhecimento de outras culturas, consideradas exóticas ou de países longínquos, dotados de belezas naturais.

Com o início destas viagens, estes profissionais passaram a perceber que nestes países existia uma população que ansiava por ter a sua imagem fixada e eram locais onde ainda não existia uma grande quantidade de profissionais que se dedicavam ao *métier* da produção de registros fotográficos. Vislumbrando assim grandes perspectivas de lucros, passaram a fazer registros tanto das paisagens, quanto dos habitantes destas plagas.

Tem início neste momento um processo no qual os profissionais, levando consigo seus equipamentos, produziam retratos das comunidades locais, os comercializavam, e

continuavam as suas viagens. Os primeiros profissionais eram considerados como verdadeiros exploradores, uma vez que passaram a se dirigir para lugares até então pouco explorados, inóspitos aos olhares europeus. Eram locais habitados por culturas pouco conhecidas, tidas como selvagens e sua inserção naqueles espaços com o objetivo de produzir registros imagéticos, que mais tarde seriam comercializados sob forma de cartões-postais ou álbuns era uma fonte de substanciais quantias de dinheiro.

Dentre os principais representantes deste grupo de profissionais podemos destacar o inglês Francis Frith (1822-1898), o galego Robert Peters Napper (1819-1867), o português José Christiano de Freitas Henriques Junior (1832-1902), o italiano Guido Boggiani (1861-1902), o americano Robert H. Vance, os franceses Désiré Charnay (1828-1915), Pedro Román Benthoux, Anselmo Fleurquin, Joaquín Olarán e o espanhol Manuel San Martín, que são alguns dos precursores e mais famosos adeptos da prática itinerante da fotografia.

Tais Soares afirma que “muitos fotógrafos proprietários de estabelecimentos realizavam ocasionais viagens para ofertarem suas produções, a fim de somar os lucros recolhidos na mesma com aqueles adquiridos no ateliê, o que possibilitava a ampliação da renda” (SOARES, 2009, p. 38).

Enveredar por esta profissão, pode em muitos casos ter tido diferentes explicações, variando conforme o profissional. Vasques (2000) afirma que em muitos casos, a itinerância antecedia à fixação do fotógrafo, e, na visão de Soares (2009, p. 33), a itinerância fotográfica teria sido, sem dúvida, uma das grandes responsáveis pela disseminação da fotografia em todo país.

Em se tratando especificamente da Serra dos Tapes, percebemos que foi grande número de profissionais que passaram por esta região. Sobre alguns destes profissionais, nos referiremos na sequência. A grande maioria deles eram estrangeiros e vieram para o Brasil com o único objetivo de obter maiores lucros com a sua profissão, uma vez que o mercado europeu já estava saturado, afirmação corroborada por Bóris Kossoy (2002, p. 26), que destaca que nas províncias e depois nos estados do sul, a presença de estrangeiros na profissão sempre foi muito acentuada ao longo de todo o século XIX e início do século XX.

Além dos clássicos fotógrafos itinerantes, que visitavam diferentes cidades ou países nas suas jornadas, temos na região um outro tipo de profissional, fotógrafos que serão considerados itinerantes, por não possuírem um estúdio fixo onde os registros são produzidos, mas que não se caracterizam por empreender grandes viagens. Sua área de atuação ficava circunscrita basicamente a esta região.

Uma explicação para o surgimento destes profissionais é o fato de que a Serra dos Tapes possui grandes dimensões, sua divisão territorial remete ao século XIX, conforme vimos anteriormente, onde pequenos lotes eram ocupados por proprietários rurais. O acesso desta população à área urbana dos municípios de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul, era difícil dado à precariedade das estradas e também tendo em vista as grandes distâncias que deveriam ser percorridas. Os recorridos, quando efetuados, eram bastante difíceis e demorados, e feitos apenas em casos de extrema necessidade.

Os fotógrafos, sabendo destas dificuldades de deslocamento da população, usam isto para comercializar seus produtos. Ou seja, deslocam-se até as residências dos indivíduos com o objetivo de produzir registros fotográficos. Devido a estas dificuldades de deslocamento e acesso às facilidades urbanas, a fotografia itinerante fará sucesso nesta região.

Boris Kossoy (2002, p. 25) destaca que muitos dos fotógrafos itinerantes se anunciavam nos jornais locais. Porém, conforme já exposto, tratava-se de uma zona rural, onde o acesso aos meios de comunicação era difícil, logo, esta prática não foi adotada pelos profissionais que aqui atuavam. A divulgação do seu trabalho ocorria através de visitas empreendidas pelos fotógrafos às residências, ou através do “boca a boca” conforme colocam os entrevistados.

Existiam também os fotógrafos itinerantes que se limitaram a atender os centros urbanizados e que não se dirigiram ao interior do município. Destes temos os registros veiculados na imprensa local, que anunciavam a sua chegada.

Sobre estes profissionais, Boris Kossoy (2002, p. 25) afirma que

Nem sempre a imagem do indivíduo e do grupo social se faz através dos cenários sofisticados dos ateliês das maiores cidades frequentadas pela classe alta. Se uma parte dos fotógrafos preferia se fixar nas capitais costeiras, outros tantos percorriam o interior em busca de clientes. A itinerância dos fotógrafos é uma das características mais notáveis da penetração da fotografia no interior do país.

Ao mesmo tempo que eram bastante comuns na região estudada, estes profissionais eram também muito criticados. A concorrência entre os fotógrafos era acentuada. Estratégias de divulgação e marketing eram uma constante na imprensa. Não rareavam os ataques e a tentativa de desqualificação de determinado profissional. No anúncio reproduzido abaixo, coletado por Lenzi e Menestrino (2010, s.p.), percebemos a indignação de um profissional frente à presença e atuação de fotógrafos itinerantes, que de acordo com o ponto de vista do autor, seriam um dos motivos pelos quais ocorria o fechamento de estúdios de fotografia locais, uma vez que aqueles não pagavam impostos.

Photographia de viajantes. Dirigiram à redação do Echo do Sul as seguintes linhas para as quais chamamos a atenção dos senhores: Acham-se n'esta cidade uns Srs., ao parece norteamericanos, que se empregam em photographar o frontispício de casas de comércio, mediante quantia previamente ajustada, com a obrigação do pagamento adiantado. Esses engenhosos agenciadores da vida têm procedido com pouca cortezia e delicadeza com muitos daquelles que lhes tem dado que fazer, tanto em algumas casas acreditadíssimas às quaes elles exigiam pagamento adiantado, iam-se dando incidentes desagradáveis, motivados pelos modos grosseiros que usam. Porém isto é o de menos. O importante do caso é que esses estranhos e desconhecidos hóspedes estão exercendo a sua profissão em competência com os photógraphos do lugar sem terem pagado os impostos que se acham atribuídos por lei. Chamamos a atenção, a quem competir para o caso, a fim de que os que pagam impostos de industriais e profissões não estejam sendo prejudicados por uns senhores que andam impingindo ao público trabalhos que podem ser feitos em melhores condições artísticas na localidade, sem prestarem a mínima contribuição ao tesouro público. Ou bem a lei tributária é igual para todos, ou melhor, que photógraphos do lugar fecham as suas casas e se façam artistas viajantes (Correio Mercantil, 04/07/1886, Ano XII, p. 02).

Bóris Kossoy (2002, p. 28) destaca que a diversificação de atividades é um dado interessante para avaliarmos os recursos de que lançavam mão certos fotógrafos para garantir sua sobrevivência.

Neste sentido é interessante observarmos que Heinrich Feddern, apesar de ser fotógrafo reconhecido, tinha outras profissões. Conforme relato de seus netos, o mesmo se dedicava a práticas agrícolas, bem como a trabalhos relacionados com mecânica. Notemos que durante o episódio de sua prisão por conta de um provável envolvimento com práticas nazistas, em seu inquérito consta que o mesmo era fotógrafo e mecânico; já no atestado de óbito, consta que o mesmo era agricultor, não existindo referência alguma à prática da fotografia.

Ainda que estes registros sejam analisados com mais atenção na sequência do presente estudo, fazemos uma referência a duas fotografias nas quais aparece o senhor Wilhelm Weingärtner, fazendo o uso de máquinas fotográficas em ambientes externos. Trata-se das fotografias (03)239 e (03)240. Mesmo que Weingärtner não possa ser considerado no sentido estrito do termo um fotógrafo profissional, percebemos, de certo modo, que a sua não profissionalização não o impediu de proceder à produção de registros em diferentes cidades e em diferentes países. É interessante ainda destacar que de todos os profissionais analisados na presente pesquisa, os únicos registros fotográficos de suas atuações são os dois registros citados anteriormente.

Por fim, vale destacar que num primeiro momento este fenômeno ocorre em uma escala que pode ser considerada macro, ou seja, são profissionais estrangeiros que se deslocam para diferentes e importantes regiões do Brasil. Mas este fenômeno também

ocorre em outras escalas, no caso específico da Serra dos Tapes, por exemplo, temos os fotógrafos estabelecidos nas zonas urbanas de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu, que fazem itinerância para as zonas rurais desta região, independente de terem ou não um estúdio na cidade.

Feitas estas considerações, nos dedicaremos ao estudo biográfico dos profissionais responsáveis por fotografar a população residente na Serra dos Tapes.

Num primeiro momento falaremos sobre a importância da presença destas informações para um entendimento correto de aspectos da vida cotidiana de um determinado grupo, tendo por base a utilização de registros fotográficos, e, num segundo momento, efetuaremos alguns apontamentos sobre os principais fotógrafos que atuaram na região no período em análise. Em seguida falaremos sobre cada um dos profissionais cujos registros estão preservados em algum dos museus por nós estudados.

Lewis Heine afirma que “fotógrafos não podem mentir, mas mentirosos podem fotografar” com esta provocante frase de Lewis Heine e lançamos mão de alguns questionamentos: Até que ponto um fotógrafo pode interferir na cena registrada por ele? Ele é capaz de criar falseamentos? É possível que ele induza os fotografados a se comportarem de determinada forma? A adotar determinado tipo de comportamento na frente da objetiva? É possível que ele imprima na realidade registrada o seu ponto de vista? Qual a importância do estudo das trajetórias profissionais e pessoais destes indivíduos na compreensão de seus registros fotográficos? Estes são alguns dos questionamentos que pretendemos tratar ao longo deste subcapítulo.

Os profissionais responsáveis pela produção de fotografias são chamados de fotógrafos. No Brasil apesar desta profissão ser bastante conhecida, a mesma ainda não foi regulamentada como tal. Em geral a profissionalização decorre da realização de cursos profissionalizantes ou técnicos, porém com os avanços tecnológicos que permitiram o desenvolvimento de máquinas leves, pequenas e fáceis de manusear, cuja origem advém da máxima “*you press the botton, and we do the rest*” promovido pela fabricante norte-americana Kodak entre o final do século XIX e o início do século XX¹⁵⁵, fez com que estes cursos se tornassem cada vez mais dispensáveis e o número de fotógrafos aumentasse consideravelmente a ponto de ser difícil em alguns casos, diferenciar um fotógrafo profissional de um fotógrafo amador.

¹⁵⁵ A primeira vez de que se tem notícia deste slogan em uma peça publicitária da Kodak é o ano de 1888. Conforme matéria publicado no seguinte site <https://www.thoughtco.com/george-eastman-history-of-kodak-1991619>, acessado em 30/07/2018.

Neste estudo, para fazer a diferenciação do que é um fotógrafo profissional de um amador nos basearemos em dois aspectos. O primeiro se refere à identificação dos registros. De modo geral, fotógrafos profissionais colocavam nos registros de sua autoria uma marca que os pudesse identificar como sendo os autores daquele registro. Já em fotografias por nós analisados e produzidas por fotógrafos amadores, esta marcação é ausente. O segundo elemento que nos permite diferenciar um fotógrafo profissional de um amador se refere à comercialização ou não dos registros.

Joan Fontcuberta (2010, p. 13) afirma que “toda fotografia é uma ficção que se apresenta como verdadeira. A fotografia mente sempre, mente por instinto, mente porque sua natureza não lhe permite fazer outra coisa. Contudo, o importante não é essa mentira inevitável, mas como o fotógrafo a utiliza, a que propósito serve”. É neste sentido que orientamos o nosso trabalho, neste sentido que procuramos elucidar o máximo de informações sobre o contexto que estamos estudando, sobre as trajetórias de cada um dos profissionais que foram responsáveis pela produção destes registros.

Com a popularização das máquinas fotográficas, ocorreu uma proliferação de fotógrafos amadores, que passaram a registrar todos os momentos da vida pública e privada da família e dos amigos. Ao mesmo tempo em que ocorreu uma massificação da produção de fotografias de um lado, de outro encontramos uma profissionalização de fotógrafos no sentido de oferecerem um trabalho de qualidade superior aos registros produzidos por amadores.

Além da observação direta dos registros, a profissionalização é perceptível também através da análise dos anúncios que muitos destes profissionais publicavam nos periódicos, onde eram indicados os cursos realizados, os prêmios obtidos, entre outros aspectos que na sua visão de publicidade poderiam ser fatores que chamassem a atenção do público em geral. Além disso, estes profissionais promoveram uma diversificação de seus serviços, passando a oferecer molduras, álbuns, quadros, e todo universo de produtos relacionados com a cultura fotográfica.

Foi este o caminho encontrado por diversos profissionais que com o passar dos anos viram sua clientela diminuir consideravelmente, principalmente após o advento das câmeras portáteis. A diversificação de suas atividades ou mesmo o exercício de outra atividade paralela a de fotógrafo foi a alternativa encontrada por muitos, para que pudessem sobreviver numa sociedade que era cada vez mais competitiva.

O livro *The History and Practice of the Art of Photography* de Henry Snelling, publicado no ano de 1849, traz na sua introdução as orientações de um bom

daguerreotipista. Apesar de a publicação recuar temporalmente até um período que o presente estudo não objetiva contemplar, vale analisar algumas das características que Snelling cita como sendo essenciais para que o leitor pudesse ser um bom profissional e que de certo modo percebemos estes requisitos como sendo bastante atuais e pertinentes. Conforme o autor, já naquele ano (1849) interesses financeiros estavam sobrepostos a questões estéticas. O autor aponta ainda o fato de que o fotógrafo não é uma máquina, nem tampouco existem regras fixas para a produção de bons/belos registros, mas que as regras são flexíveis e que cada profissional, dependendo de sua habilidade física e do seu gosto, pode as adaptar no afã de melhor conseguir reproduzir a realidade (SNELLING, 1849, p. IV).

O célebre fotógrafo Félix Nadar¹⁵⁶ escreveu, em 1853 que a “fotografia é uma descoberta maravilhosa... uma ciência que atraiu os maiores intelectos, uma arte que excita as mentes mais astutas, e uma arte que pode ser praticada por qualquer imbecil”. O depoimento de Nadar foi dado em meio a um processo movido por ele contra o seu irmão, no qual eram reivindicados os direitos autorais sobre o uso do pseudônimo Nadar. Felix Nadar afirma que o aprendizado da manipulação de um aparelho fotográfico pode ocorrer em menos de uma hora, enquanto que a sensibilidade e o talento em produzir obras de arte estão alicerçadas “no talento individual, numa visão particular e na capacidade de captar a fisionomia do modelo” (FABRIS, 2003, p.59).

Este processo movido por Nadar pode ser considerado como a primeira reivindicação autoral de documentos fotográficos. Alguns pesquisadores já se detiveram em estudos relacionados à autoria de registros fotográficos e de quanto o autor pode influenciar no resultado final de uma fotografia, seja manipulando o enquadramento, a luz ou o foco.

Não vamos nos deter neste aspecto, porque fugiria demasiado ao que nos propomos; porém, se faz necessário que tenhamos em consideração que a autoria dos registros é sim um elemento-chave na compreensão de uma série de aspectos, basicamente porque não pretendemos dissecar a realidade destes imigrantes através da análise de registros fotográficos, mas sim “a representação desta, realizada, elaborada,

¹⁵⁶ Félix Nadar é o pseudônimo de Gaspard-Félix Tournachon, nasceu em 1820 em Paris e faleceu em 1910, foi um fotógrafo, jornalista e entusiasta do voo humano e da fotografia aérea. É considerado como o responsável pelo registro fotográfico das maiores personalidades de seu tempo, especialmente a elite cultural da época. (Disponível em: <http://www.getty.edu/art/collection/artists/1587/nadar-gaspard-flix-tournachon-french-1820-1910/> acessado em 20/07/2017)

seja pelo olhar do fotógrafo ou do destinatário da foto”. Além disso, nos propomos também, a “estabelecer as conexões entre visível e invisível, o que se quer mostrar e o que se quer esconder, identificar os símbolos de identificação que não estão ali aleatoriamente, mas pelo seu significado social” (GEVEHR, 2011, s.p).

Annateresa Fabris (2003, p.61) destaca que verdade e beleza são atributos tanto da fotografia quanto das artes plásticas. O processo criador, de acordo com a autora, é semelhante em ambos os casos: o fotógrafo, num primeiro momento, compõe uma imagem com sua fantasia; num segundo momento, capta com a câmara o que sua inteligência concebeu e o transmite à obra. Atualmente, com a dimensão quase industrial da fotografia, é a criatividade do fotógrafo que vai imprimir na fotografia uma “marca de personalidade”, sendo o aparato fotográfico desse modo apenas um simples mediador, dominado por um sujeito ativo (FABRIS, 2003, p.61).

Desta forma, podemos considerar a fotografia como sendo fruto de uma atitude pessoal e interpretativa do fotógrafo em consonância com os gostos e anseios dos retratados. Efeitos luminosos e processos químicos auxiliavam elaboração da cena que pretendia ser fixada através de um aparato fotográfico.

Conforme Taís Soares (2009, p. 120), o fotógrafo deveria perceber os “elementos mais importantes do retrato e propor este ou aquele tipo de composição, estimulando o modelo a encontrar a forma mais natural de sua própria representação”. Neste sentido, Zita Possamai afirma que “a fotografia tem em sua produção a marca indelével de seu autor, o fotógrafo, aquele que controla os atributos técnicos e estéticos da imagem a ser composta manipulando códigos convencionados socialmente” (POSSAMAI, 2005, p. 108). De acordo com Bóris Kossoy (2001, p. 42), o fotógrafo é o responsável por criar toda a configuração do assunto no contexto da realidade, dramatizando ou valorizando esteticamente os cenários, apresentando ou escamoteando detalhes, agindo como uma espécie de filtro cultural, por isso se faz necessário analisar as trajetórias destes profissionais.

Para finalizar esta parte introdutória, vale destacar que o papel de destaque que assumem estes profissionais na produção de registros fotográficos fica de certa forma evidenciado numa peça publicitária australiana veiculada por uma marca de aparelhos fotográficos no ano de 2015¹⁵⁷. Na descrição do vídeo está disposto que “uma fotografia é moldada mais pela pessoa por trás da câmera do que por aquilo que está na frente dela”¹⁵⁸.

¹⁵⁷Trata-se da empresa Canon®. A peça publicitária está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F-TyPfyMDK8&feature=youtu.be>, acessado em 26/01/2016.

¹⁵⁸“A photograph is shaped more by the person behind the camera than by what's in front of it”, conforme tradução nossa.

Como forma de provar isto, a empresa resolveu fazer uma espécie de teste, para o qual foram convidados seis fotógrafos¹⁵⁹ e estes foram orientados a fotografar um mesmo homem, porém, para cada profissional foi narrada uma história diferente a respeito do mesmo. Dentre as histórias, estava uma que afirmava que o modelo era um milionário, outra afirmava que ele era um ex-presidiário, outra que ele era um alcoólatra, um pescador, um salva-vidas e ainda um vidente ou seja, as descrições, identidades atribuídas ao personagem que deveria ser fotografado pelo grupo foram completamente distintas.

Desta forma, cada profissional, com seu repertório informacional e uma agenda definida, produziu fotografias deste mesmo personagem, no mesmo estúdio, com o mesmo cenário, com os mesmos adereços. O resultado é incrível e as fotos são assustadoramente diferentes entre si¹⁶⁰. “Seis fotógrafos, um homem e seis perspectivas diferentes”¹⁶¹. Com esta pequena descrição desta peça publicitária, podemos perceber a importância que os profissionais fotográficos exercem na produção de fotografias, o que coloca a necessidade de inserir nesta pesquisa um estudo com este foco, tratando das trajetórias pessoais e profissionais de cada um destes fotógrafos.

Uma grande quantidade de fotógrafos atuou na região hoje conhecida como Serra dos Tapes. Os primeiros registros apontam meados do século XIX como o período em que teriam se instalado na região dos primeiros profissionais que se dedicavam à produção fotográfica (SOARES, 2009, p. 56). Porém, os registros escritos ou mesmos os registros imagéticos deste período se perderam no tempo, e a identidade e trajetória de tais profissionais/artistas acabaram mergulhando no mar do esquecimento, de onde dificilmente sairão, pela ausência total de fontes.

Sabemos que nem todos os profissionais que passaram pela região deixaram marcas ou registros de sua atuação. Muitos fotógrafos, como forma de divulgação de seu trabalho, imprimiam seus carimbos nos registros fotográficos por eles produzidos. Outros veiculavam anúncios na imprensa. A realização de exposições com os materiais produzidos e a sua disposição em vitrines era outra tática utilizada. Mas sem sobre de dúvida o meio mais eficaz e que teve um alcance maior dentro do universo por nós estudado foi a itinerância adotada por alguns destes profissionais.

Cada fotógrafo, interessado em inscrever o seu nome na história da região, ou simplesmente ser provido de meios para sobrevivência, fez uso de uma ou de mais de uma destas formas para divulgar o seu trabalho. Alguns destes profissionais atuavam em

¹⁵⁹Chris Meredith, Jin Lim, Lyndal Irons, Kate Disher-Quill, Franky Tsang e Stefan Tristan Edward.

¹⁶⁰Tanto as fotografias, como o vídeo, podem ser encontradas no site da empresa: <http://www.canon.com/>

¹⁶¹“6 photographers, 1 man and 6 perspectives”, conforme tradução nossa.

diferentes atividades, como uma forma de complementar os seus rendimentos; outros se dedicavam de maneira exclusiva ao exercício desta profissão.

Uns possuíam formação técnica, realizavam cursos no exterior, atualizavam-se de forma constante com as novidades vindas diretas do velho continente, de onde também importavam materiais de última geração para produzir trabalhos de excelente apuro artístico e grande qualidade técnica. Já outros, aprendiam o ofício por simples e mera observação, e munidos de pequenos investimentos, adquiriam os aparatos necessários e enveredavam no campo da produção de registros fotográficos, confeccionando fotografias mais simples, com um acabamento não muito refinado, e que eram vendidos a preços módicos.

Uma cidade cosmopolita como Pelotas, na segunda metade do século XIX, possuía ao mesmo tempo resquícios bastante fortes e vinculados no sistema escravagista/aristocrático, ao mesmo tempo que tinha uma crescente população trabalhadora de estabelecimentos industriais (MAGALHÃES, 1998) e setores médios urbanos.

Ambos os grupos tinham um desejo em comum: de perpetuar suas imagens. Não podemos ignorar o fato de que até o final do século XIX a fotografia ainda era um artigo bastante caro, logo, grande parte da população nascia e morria sem nunca ter tido um registro imagético seu, fixado sobre uma superfície dura.

Os avanços econômicos verificados na cidade, oriundos basicamente da então florescente indústria saladeiril e subsequente diversificação da matriz econômica industrial e comercial, fez com que surgisse na região um grupo, bastante grande numericamente, de pessoas com alto e médio poder aquisitivo. Com a formação e consolidação deste grupo, foram de forma quase que automática, atraídos para cá, profissionais responsáveis pela produção de fotografias, afinal, qualquer pessoa que pretendesse ingressar no universo aristocrático, deveria ter algum registro seu. A fotografia era considerada um símbolo de *status* social.

O avanço das pesquisas, o aperfeiçoamento das técnicas fotográficas, o surgimento de novos aparatos, mais baratos, mais fáceis de serem manuseados e manipulados, e o conseqüente barateamento da produção de registros imagéticos, fez com que passasse a existir na região de Pelotas inclusive uma concorrência entre profissionais que se dedicavam ao ramo da fotografia, conforme pode ser verificado na imprensa local já nos últimos anos do século XIX, quando diferentes profissionais anunciam seus serviços. A multiplicação do número de fotógrafos, de estúdios cada vez mais requintados, com uma quantidade maior de aparatos cênicos, uma oferta cada vez maior de tipos de retratos, com

preços que variavam conforme o bolso do cliente, e a própria popularização da fotografia amadora, fez com que surgissem na cidade empórios cujo objetivo era comercializar materiais tais como químicos, papéis, ou mesmo máquinas fotográficas.

No início do século XX, as novidades concernentes à fotografia eram veiculadas pela imprensa local¹⁶². Anúncios de vendas de câmeras fotográficas também abundam na imprensa daquele período¹⁶³. Foram encontrados inclusive anúncios de Concursos Fotográficos¹⁶⁴.

Além da influência que anúncios deste tipo tiveram na sociedade local, não podemos ignorar a grande influência que um determinado estabelecimento comercial teve no sentido de promover o acesso aos equipamentos necessários para a produção de registros fotográficos. Trata-se da Loja Mesbla, um dos maiores, mais importantes e mais completos estabelecimentos comerciais da região, que possuía em sua filial de Pelotas um setor exclusivo: a “Secção Cine Foto”.

Uma loja, dissidente de uma grande rede francesa, teve o seu primeiro estabelecimento inaugurado no Brasil em 1912. Líder varejista nacional, a Mesbla comercializava praticamente todos os produtos que o consumidor pudesse desejar. Vendia “desde caixões funerários, botões, até automóveis e aviões”, como se orgulhavam de afirmar os seus funcionários, e estava disposto em seus abundantes anúncios publicitários veiculados diariamente na imprensa local.

A filial da loja Mesbla em Pelotas estava localizada na Praça Coronel Pedro Osório nº154. Este estabelecimento foi lembrado pelos entrevistados como o local de referência quando se tratava de adquirir algum material para a produção de fotografias.

Os materiais ali comercializados eram destinados tanto para fotógrafos profissionais, quanto para amadores, o que de certa forma fica claro, quando analisamos os anúncios da empresa veiculados na imprensa local durante todo o período em que o referido empório estava em atividade na cidade¹⁶⁵.

¹⁶²Em 25/10/1928 o periódico *O Jornal* (nº 05 ano IV, p. 02) de São Lourenço do Sul, veicula uma pequena nota na qual apresenta a “ultima novidade parisiense” o “Photomatou” que teria sido “luxuosamente instalado na artéria mais frequentada daquela capital”. A nota explica ainda que por meio de um “processo mecânico, qualquer pessoa pode fotografar-se em 8 minutos. Basta entrar numa cabine, deitar uma moeda num orifício, olhar para uma espécie de placa e esperar precisamente 8 minutos e o aparelho occulto lhe entregue uma dúzia de retratos de primeira ordem”. A nota informa ainda que o preço seria de 10 francos, o aparato instalado em gares e halls de hotéis e restaurantes e que não tardaria muito para chegar às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo”.

¹⁶³Anúncio de venda de câmera fotográfica publicado no periódico *O Jornal*, 27/06/1929. São Lourenço do Sul. Ano I, nº III, pg. 02.

¹⁶⁴*O Jornal*, 17/07/1930. São Lourenço do Sul. Ano II, nº XXI, pg. 03.

¹⁶⁵Em anúncios reproduzidos no *Jornal Diário Popular* (23/02/1949 ano 45, p.03 e 19/04/1949 ano 59 nº89, p. 06) percebemos que a rede varejista anunciava “Câmeras fotográficas para amadores e profissionais”. Ambos

Em seu depoimento, Lindolfo Feddern¹⁶⁶, fotógrafo, filho e neto de fotógrafos profissionais que atuaram na região colonial de São Lourenço do Sul e Pelotas, o mesmo recorda-se que a aquisição de materiais para a sua atividade, bem como a do seu pai, era toda feita em Pelotas, nas Lojas Mesbla e mais tarde também no Bazar Edison.

Ao mesmo tempo que facilitava a vida dos profissionais que atuavam na produção de registros fotográficos, evitando o deslocamento até Porto Alegre para aquisição de produtos para seus estúdios, a comercialização deste tipo de material em Pelotas fez também com que fosse popularizada a produção amadora de fotografias.

Os anúncios citados anteriormente dão conta de uma certa popularização da utilização amadora de máquinas fotográficas no centro da cidade; contudo, a utilização destes aparatos na zona colonial tardaria ainda alguns anos. Evidência desta demora é a total ausência de registros amadores tanto nas coleções por nós analisadas, quanto em outros acervos consultados, anteriores aos anos de 1960. Até mesmo as máquinas fotográficas que fazem parte dos acervos do Museu Etnográfico da Colônia Maciel ou do Museu da Imigração Pomerana são um indício de que esta prática não era recorrente antes da década de 1960¹⁶⁷.

A identificação dos registros como sendo produzidos por fotógrafos amadores ocorreu basicamente através da análise de dois aspectos: a ausência de qualquer tipo de identificação do profissional responsável pela sua produção e a observação do material utilizado na confecção do registro fotográfico, bem como a observação de questões relacionadas às dimensões, enquadramento, iluminação, foco e nitidez da fotografia.

anúncios guardam semelhanças entre si. Além do texto ser o mesmo, apresentam três desenhos de aparatos fotográficos, trazem a informação do setor no qual os produtos deveriam ser procurados, bem com o endereço do estabelecimento. Em anúncios publicados no mesmo periódico, nas edições de 15/06/1949 (ano 59 nº 108 p. 04), 24/04/1949 (ano 59 nº 35 p. 02), e 12/08/1949 (ano 59 nº 188 p. 02), os mesmos são maiores, apresentam novamente desenhos de aparatos fotográficos, e desta vez trazem informações sobre a nitidez e a qualidade dos registros produzidos. São anunciadas ainda algumas das marcas comercializadas, dentre as quais se destacam Mithra, Speed Graphic e algo que é potencialmente importante, uma vez que as peças publicitárias deixam claro que os produtos são destinados tanto a fotógrafos profissionais, como a amadores. Anúncios específicos, como a presença em seu estoque de lâmpadas para *flash* e alguns para o acondicionamento dos registros produzidos, também são frequentes no periódico (DP 11/05/1949 ano 59 nº 108, p. 04; DP 26/04/1949 ano 59 nº 35 p. 02). Já uma peça publicitária de 26/03/1949 (ano 59 nº 71 p. 02) e reproduzida novamente nos dias 26/03/1949 e 06/05/1949 traz a ilustração de uma criança manipulando uma máquina fotográfica, o que ilustra a facilidade de sua operação, a facilidade em manusear o mesmo. No texto da referida peça temos a seguinte descrição: “um aparelho que garante mesmo à crianças resultados perfeitos (...). A afamada Mithra Box 47 é uma joia de acabamento, uma obra-prima da indústria suíça. Uma câmera acessível a todos os bolsos”.

¹⁶⁶ Entrevista com Lindolfo Feddern, 2015.

¹⁶⁷ Máquina fotográfica 05.03.1086

Contudo, mesmo com a popularização de máquinas fotográficas e a produção e registros por amadores, os profissionais não deixaram de ser requisitados principalmente para cobertura de eventos de grande importância, tais como casamentos.

A mudança que ocorrerá no universo fotográfico da Serra dos Tapes com a popularização da fotografia será a produção de registros do cotidiano. Registros onde a fisionomia artificial, tão característica dos retratos anteriores aos anos de 1950, deixou de ser uma regra e se tornou cada vez mais rara.

Podemos inferir que, a partir desta data, as representações das personagens ocorre de forma mais natural. Já não existe mais aquele medo, aquela tensão em ser fotografado, basicamente porque aumentaram o número de registros produzidos de cada pessoa ao longo de sua vida, isso sem contar com a aceleração do processo de captura do registro, que logo da invenção da técnica, poderia exigir do modelo uma pose de alguns minutos.

A partir de determinado momento, a gravação ocorre quase que numa fração de milésimos de segundos.

Contudo, nem só de paz e tranquilidade foi marcada a história da fotografia na Serra dos Tapes. Existiu um período no qual a atuação de profissionais que se ocupavam da produção de registros fotográficos foi especialmente tensa, principalmente para aqueles cuja nacionalidade não fosse brasileira ou tivessem uma ascendência estrangeira. Este período pode ser localizando entre os anos de 1937 e 1945.

A campanha nacionalista empreendida por Getúlio Vargas teve consequências bastante representativas na vida cultural da Serra dos Tapes. Inúmeras foram as limitações e proibições naquele período. O serviço de produção de fotografias não passou ileso a este processo. Algumas foram as determinações que limitavam a produção de registros e a circulação de profissionais¹⁶⁸, basicamente pelo fato de serem encaminhados materiais fotográficos do Brasil para Alemanha, com o objetivo de divulgação das ações de nazistas no país¹⁶⁹, o que nos leva a crer que existia uma grande organização por parte de alguns elementos no Brasil, no sentido de divulgar questões relativas ao país em território alemão.

¹⁶⁸De acordo com o ofício C-22 de 12/07/1943 enviado pela Repartição da Central de Polícia- Departamento de Ordem Política e Social de Porto Alegre, conforme determinação do Coordenador de Mobilização Econômica, solicitou-se ao delegado da Delegacia de São Lourenço “enérgicas providências no sentido de fazer registrar imediatamente, todos os instrumentos de ótica e fotografia, que sejam de propriedade de nacionais dos países do Eixo – Alemanha, Japão e Itália”. Em tal documento, consonante ao ofício, deveriam constar as características completas dos instrumentos, o que deveria ser feito, de preferência sob a orientação de um técnico conhecedor dos mesmos. O ofício pedia ainda urgência no envio dos dados colhidos.

¹⁶⁹Conforme pode ser verificado em uma correspondência interceptada por parte do DOPS na qual a *Neue Deutsche Zeitung* sediada em Berlin, se dirigia a Erich Zandler, solicitando algumas observações na seleção de fotografias que seriam enviadas para que fossem publicadas em território alemão. A correspondência está datada de 20/04/1938 (PY, 1939, p. 254).

Esta iniciativa não passou despercebida pelo órgão brasileiro responsável por efetuar investigações com o objetivo de dismantelar possíveis focos de divulgação de ideais nazistas no Brasil, como já dito anteriormente.

Quando analisamos os fotógrafos estrangeiros atuantes na região após este período, percebemos que ocorreu uma considerável diminuição na produção de registros fotográficos. Além disso, temos relatos da destruição de estúdios e equipamentos dos mesmos com a justificativa de serem estes colaboradores da propagação do nacional-socialismo na região. Como exemplo, temos o caso do estúdio fotográfico de Bruno Pruski em São Lourenço do Sul, que teria sido alvo de vândalos. Já Henrich Feddern procederá a mudança do seu nome, conforme verificaremos na sequência.

Desta forma, a partir de agora, traremos os estudos biográficos de cada um destes profissionais. Vale destacar que foram utilizadas diferentes fontes, dentre as quais estão livros, periódicos e outros documentos, bem como entrevistas com descendentes diretos destes. Fotógrafos oriundos de outras regiões, mas com registros preservados em alguma das instituições pesquisadas, também serão analisados, sendo indicadas as regiões em que atuaram.

*yo que por el mundo voy
entre las piedras cantando
y mil recuerdos guardando
de los que son de guardar...*
Sandálio Santos

O trecho do poema que abre esta nova seção deste subcapítulo é de autoria do poeta e fotógrafo Nicásio Garcia Berisso. Nicásio publicava seus poemas e suas prosas sob o pseudônimo de Sandálio Santos. Este excerto do poema nós o associamos de certo modo a uma das características que muitos profissionais do ramo fotográfico possuíam, e que ficou evidente em nossa pesquisa, que se refere ao fato de que estes profissionais não costumavam, num primeiro momento, fixar residência em alguma cidade. Um grande número destes profissionais atuou em diferentes cidades do estado, bem como em outros estados e países. Desta forma, associamos o poema com esta característica dos profissionais responsáveis pela produção de registros fotográficos, que nas suas andanças, guardam recordações, muitas delas em forma de registros imagéticos¹⁷⁰.

Quando falamos da fotografia na Serra dos Tapes, não podemos ignorar o grande número de profissionais que atuaram neste ramo e que passaram pela região ao longo do tempo. A identificação autoral do profissional responsável pela produção de um registro fotográfico não significa necessariamente que este tenha tipo alguma passagem na cidade, localidade onde aquele registro esteja preservado, mas pode ser um indício da penetração, da abrangência de atuação que este fotógrafo teve ao longo de sua atuação profissional.

Sabemos que as fotografias a partir de determinada data eram um dos presentes mais bem quistos. Presentear parentes, amigos, com um retrato, era considerado um sinal de afeto. Pessoas que tinham familiares morando longe, geralmente faziam o envio de retratos a estes como uma forma de estreitar laços e se fazerem lembrados. Desta forma, podemos, de certo modo, entender o

¹⁷⁰ Vale destacar que esta movimentação dos fotógrafos pelas cidades têm início ainda no século XIX e perdura até os anos 1930 aproximadamente, data em que os aparatos fotográficos se tornam mais baratos e os serviços destes profissionais já não são mais necessários. Outro aspecto interessante é que percebemos que de certa forma estes fotógrafos contribuíram para conformar a identidade de uma cidade, e levando com consideração de que não eram naturais daquela cidade, faziam isso forjando uma identidade que tem uma relação direta com diferentes cidades, mesmo que as pessoas não saibam.

motivo pelo qual um grande número de fotografias dos acervos pesquisados possuem autores procedentes de outras cidades. Contudo, não deixa de ser interessante analisarmos as autorias destes registros. Em posse de tais dados, podemos de certo modo fazer um estudo sobre o circuito social da fotografia (MAUAD, 1990 e 2014).

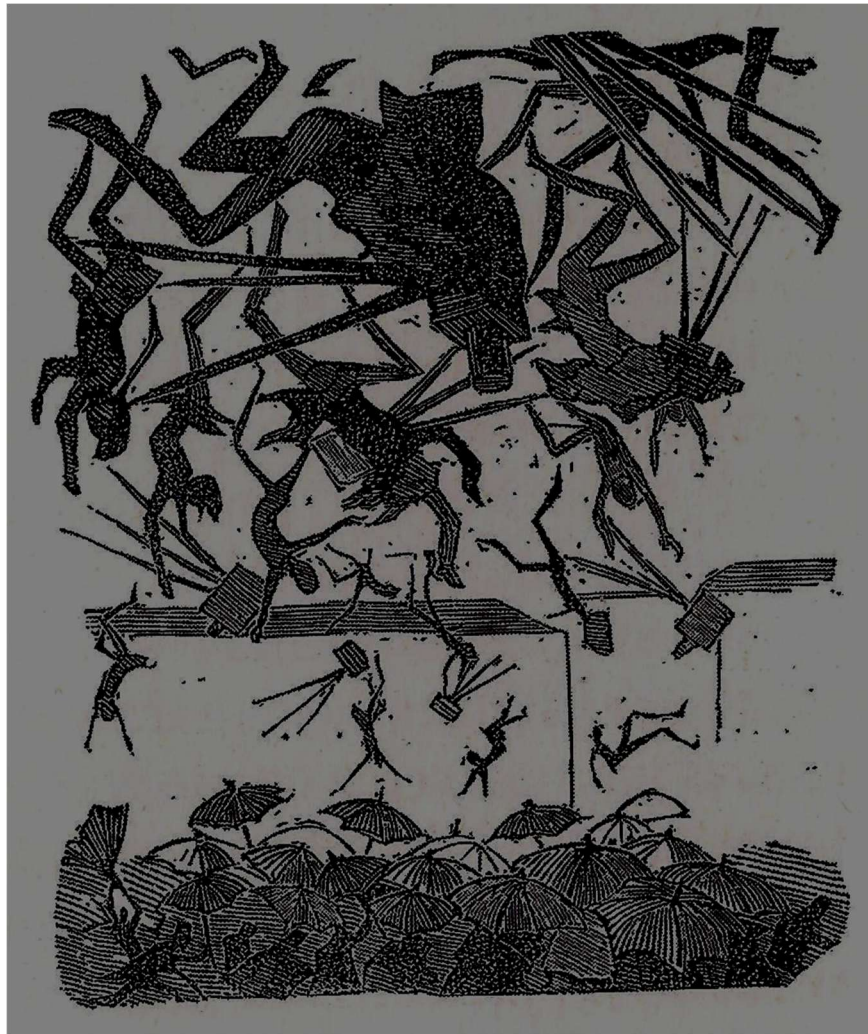


Figura 23: NADAR, Félix. Lluvia de fotografos
Fonte: BAJAC, 2011, p.51.

Semelhante à sátira realizada pelo célebre fotógrafo francês Félix Nadar, no século XIX, a região da Serra dos Tapes teve também uma espécie de “Chuva de fotógrafos”. Profissionais com públicos-alvo diferentes, munidos de aparelhos fotográficos de qualidades diferentes fixaram estúdios nos centros das cidades ou percorriam as longas estradas da zona rural atrás de clientes. Assim, nesta parte do trabalho, propomos analisar a trajetória de alguns dos profissionais que atuaram no ramo da fotografia nesta região. A ordem em que os profissionais

serão analisados se dará conforme o período de sua atuação, sendo os primeiros os mais antigos e os últimos os mais recentes.

As informações trazidas aqui são de substancial importância para a compreensão da história da fotografia na Serra dos Tapes. Estes profissionais irão de certo modo inserir no imaginário local o interesse e o gosto pelos registros fotográficos, bem como influenciarão padrões de comportamento. Serão eles muitas vezes os responsáveis pelo treinamento, pela instrução e orientação de um grande número de profissionais que atuaram na cidade após a presença e atuação destes.

Neste sentido, o primeiro profissional de que se têm notícia é **Luiz Terragno**. Italiano, Terragno, teria se instalado na cidade de Rio Grande no ano de 1850¹⁷¹. Luiz Terragno passa a publicar uma série de peças publicitárias no jornal *Brado do Sul*¹⁷², compostas por uma figura de um fotógrafo manuseando uma máquina fotográfica e uma mulher sendo fotografada. Além disso, no referido anúncio está disposto que o mesmo produz “retratos ao ambrótipo com fundos coloridos e com relevo”.

Este mesmo profissional, uma vez instalado em Porto Alegre, veiculou na imprensa daquela cidade anúncios nos quais comunicava a comercialização de aparelhos fotográficos para amadores, no qual dizia que “com estas machinas qualquer pessoa pode-se divertir a tirar retratos e vistas. Bastão duas ou três

¹⁷¹Além de fotógrafo, o mesmo seria também professor de daguerreotipo, pesquisador de processos e produtos fotográficos, além de um comerciante de quadros, caixas e medalhas para retratos. De acordo com Lenzi e Menestrino (2010, p. 08), os jornais de Rio Grande anunciavam, em 1850, que Luiz Terragno seria um dos mais importantes fotógrafos radicados no Rio Grande do Sul. Entre 1851 e 1853 teria atuado em Pelotas. Entre agosto e novembro de 1853 teria retornado a Rio Grande, abrindo na cidade o atelier Terragno & Cia. Nesta época, já não fazia mais uso do daguerreótipo, passando a trabalhar com retratos de eletrótipo, um “processo mais rápido e com a vantagem de fotografar com mais facilidade crianças” (LENZI e MENESTRINO, 2010, p. 08). No jornal *O Commercial*, de Pelotas (????), de 04/04/1860 (ano IV, nº 78, p. 04), há um anúncio deste profissional que afirma que o mesmo produz retratos instantâneos do ambrótipo. Dá uma série de outras informações sobre sua atuação, especialidades e encerra o anúncio reafirmando a qualidade dos registros, bem como da possibilidade de “tirar fotos de crianças pequenas, devido à rapidez de produção”.

¹⁷²O primeiro dos anúncios é publicado no jornal *Brado do Sul* 27/05/1860 (Pelotas/RS, Ano III, nº 62, p. 02). O mesmo anúncio é publicado também nas edições de 27/05/1860 (nº 62, p. 02), 30/05/1860 (nº 64, p. 02), 31/05/1860 (nº 65, p. 03), 01/06/1860 (nº 66, p. 03), 02/06/1860 (nº 67, p. 03), 03/06/1860 (nº 68, p. 03), 15/06/1860 (nº 75, p. 04), 16/06/1860 (nº77, p. 04), 17/06/1860 (nº 78, p. 04), 19/06/1860 (nº79, p. 04), 22/06/1860 (nº 81, p. 04), 03/07/1860 (nº 89, p. 04), 04/07/1860 (nº 90, p. 02), 08/07/1860 (nº94, p. 2), 09/07/1860 (nº92, p. 02), 10/07/1860 (nº95, p. 02), 11/07/1860 (nº96, p. 02), 12/07/1860 (nº97, p. 02) do mesmo jornal, com uma pequena variação a partir do dia 04/07/1860.

lições para se ficar completamente habilitado a se servir destes aparelhos. Vendem-se dando-se as instruções necessárias”¹⁷³.

Tais Soares (2009, p. 59) cita que o mesmo teria se fixado em Pelotas em 1885. Teria desenvolvido, em consórcio com outro profissional não identificado, o sinete fotometálico, que segundo Francisca Michelon (2007, pg. 429) consistia num selo para autenticação de documentos pessoais ou comerciais, que passou a ser anunciado como *Sinete Terragno*¹⁷⁴.

Através dos anúncios, percebemos que o mesmo era considerado “Photógrafo da Casa Imperial”, o que lhe garantia distinção. Além de anunciar estas novidades, ele também anunciou a comercialização de produtos relacionados com a prática fotográfica, bem como de aulas para manejar a arte da produção de retratos. O referido profissional faleceu no ano de 1891 em Porto Alegre.

Alexandre Saturnino (ou Sattamina), publicava, no jornal *O Noticiador*, de Pelotas, em 11 de agosto de 1858, uma nota publicitária na qual anuncia a produção de “Retratos Photographicos e a eletrotipo”¹⁷⁵.

A partir do dia 27 de novembro de 1859, no jornal pelotense *O Brado do Sul*, passa a veicular uma série de anúncios que se repetem nos dias seguintes¹⁷⁶. Trata-se de um anúncio da promoção do estúdio fotográfico de Alexandre onde é anunciada a produção de retratos em tamanho natural e colorizados a óleo por Delfino da Camara.

O mesmo profissional volta a fazer anúncios no periódico *O Brado do Sul*¹⁷⁷, no qual anuncia “retratos a electreotypo em vidro e papel” ou que tem à venda “lindos retratos photographicos do celebre general Garibaldi, vista photographicas da igreja Matriz e da rua do Commercio”¹⁷⁸.

¹⁷³A Reforma 24/11/1876, Porto Alegre/RS. Ano VIII, nº 264, p. 3.

¹⁷⁴Correio Mercantil, 12/08/1885, Ano XI, p. 03.

¹⁷⁵O Noticiador, 11/08/1858. Pelotas/RS, Ano 5, nº 433, p. 04.

¹⁷⁶A peça publicitária foi veiculada pela primeira vez em O Brado do Sul, 27/11/1859 (Pelotas/RS, Ano II, nº 200, p. 02). O mesmo anúncio é veiculado também nas seguintes edições do referido periódico: 30/11/1859 (nº 202 p. 02), 01/12/1859 (nº 203 p. 03), 06/12/1859 (nº 206 p. 04), 14/12/1859 (nº 203 p. 02), 15/12/1859 (nº 204 p. 02), 20/12/1859 (nº 217, p. 02).

¹⁷⁷A peça publicitária foi veiculada pela primeira vez em O Brado do Sul, 06/12/1859. (Pelotas/RS, Ano II, nº 206, p. 04). O mesmo anúncio é veiculado também nas seguintes edições do referido periódico: 27/11/1859 (nº 200, p.2).

¹⁷⁸O Brado do Sul, Data não identificada. Pelotas/RS. Ano II, nº 186 p. 04.

A partir do dia 02 de setembro de 1860 são publicados uma série de anúncios no jornal *Brado do Sul*¹⁷⁹, nos quais Alexandre Sattamina anuncia fotografias ao ambrótipo. Está disposto que o mesmo estaria de volta da Campanha¹⁸⁰ e estaria oferecendo novos serviços ao público de Pelotas, fazendo tanto retratos individuais quanto de grupos, podendo ser inclusive chamado para atender em casas particulares.

As primeiras referências a **Carlos Serres** datam, conforme apontam Lenzi e Menestrino (2010, s.p.), de julho de 1859, quando o mesmo anunciava na imprensa da cidade de Rio Grande um “inovador sistema fotográfico sobre vidro”, que se diferenciava daqueles que eram feitos sobre lâminas. De acordo com as autoras, Serres anunciava que seus retratos seriam tirados com tanta rapidez que toda a fisionomia da pessoa era conservada.

Ainda de acordo com as autoras, no mês de agosto, Serres teria veiculado no jornal *Diário de Rio Grande* uma nota em resposta a um anúncio de um indivíduo anônimo que se referia aos fotógrafos de Rio Grande como sendo charlatões. No referido anúncio percebemos um clima de constante disputa, que ocorria entre os profissionais que produziam retratos, a ponto de trocarem ofensas por meio da imprensa.

Constatamos que Serres, mesmo tendo um endereço fixo na cidade de Rio Grande, permaneceu na cidade por apenas cerca de 3 meses, uma vez que conforme apontam as autoras acima referidas, o mesmo atuou na cidade somente até o mês de outubro de 1859.

Acreditamos que, após a saída desta cidade, o mesmo tenha transferido residência para a cidade de Pelotas, uma vez que a partir de 08 de dezembro de 1859 ele passou a publicar, no jornal *O Brado do Sul* (nº 208, p. 04), uma série de anúncios que se repetem nos dias seguintes¹⁸¹. A peça publicitária esclarece

¹⁷⁹A peça publicitária foi veiculada pela primeira vez em *Brado do Sul* 02/09/1860 (Pelotas/RS. Ano III, nº 140, p. 02). O mesmo anúncio é veiculado também nos dias 04/09/1860 (nº 141, p. 04), 11/09/1860 (nº145, p.04), 13/09/1860 (nº147, p. 04), 14/09/1860 (nº 148, p. 04), 16/09/1860 (nº150, p. 04), 26/09/1860 (nº157, p. 04), 02/10/1860 (nº162, p. 04), 05/10/1860 (nº165, p. 04).

¹⁸⁰ A região do Rio Grande do Sul que faz fronteira com o Uruguai é conhecida como Campanha.
¹⁸¹O *Brado do Sul*, 08/12/1859. Pelotas/RS. Ano II, nº 208, p. 04. O mesmo anúncio aparece também nas edições dos dias 11/12/1859 (nº201, p. 03), 13/12/1859 (nº 202, p. 03), 15/12/1859 (nº 204, p. 04), 20/12/1859 (nº 217, p. 03),24/12/1859 (nº 221, p. 03), 25/12/1859 (nº 222, p. 03) 27/12/1859 (nº 223, p. 03), 28/12/1859 (nº 224, p. 03), 29/12/1859 (nº 225 p. 03), 30/12/1859 (nº 226 p. 03), 31/12/1859 (nº 227. p. 03), 19/01/1860 (nº 240, p. 03), 22/01/1860 (nº243, p. 03), 25/01/1860 (nº 245, p. 03).

que eram produzidos por este profissional “ambrotypo ou retratos coloridos tirados sobre vidros e sobre oleado, à prova do tempo e da humidade”, e que seriam “muito superiores aos antigos retractos do antigo systema tirados sobre lâmina: são mais parecidos e mais brilhantes, podem ser vistos perto ou a distância não sendo sujeitos a reflexão da luz”. Tais produtos poderiam ser utilizados na confecção de “medalhas, alfinetes e botão de camisa” e os “preços são os mais commodos”. Os anúncios cessam no dia 25 de janeiro de 1860, quando um dia antes é emitida, na capa do mesmo periódico uma nota que informa que Serres “se retira para Jaguarão”¹⁸². Os últimos registros de Serres na imprensa em Pelotas estão datados do ano de 1860. A partir do dia 06 de setembro daquele ano, é veiculada uma série de anúncios¹⁸³ no jornal *Brado do Sul*, que não trazem o nome do profissional, mas pelo endereço que consta nos mesmos, acreditamos tratar-se deste. Outra referência data de 1867, no jornal *O Commercio* de Pelotas, datado de 13 de junho de 1867, quando anunciava ao público de Pelotas que “continua a tirar retratos todos os dias das 10 horas da manhã às 4 da tarde”¹⁸⁴.

Este profissional, por vezes denominado na bibliografia como Charles Serrès, nasceu, conforme aponta Taís Soares (2009, p. 56), por volta do ano de 1829, em Saint Michel na França, sendo filho de Étienne Serrès e Marie Lassale. Leandro Betemps¹⁸⁵ indica que o mesmo teria contraído matrimônio em 1866 com a também francesa Marianne Élise Lhullier, com quem teve dois filhos, Emílio e Paula.

Não se sabe a data em que o mesmo transferiu residência para o Brasil. Acredita-se que tenha ocorrido por volta do ano de 1859, data em que aparecem as primeiras referências ao mesmo na imprensa da cidade de Rio Grande. Taís Soares (2009, p. 56) aponta que Carlos Serres teria formado uma parceria com um irmão, cuja identificação não pode ser efetuada.

¹⁸²O *Brado do Sul* 24/01/1860. Pelotas/RS, Ano II, nº 244, p. 01.

¹⁸³O mesmo anúncio aparece também nos dias 07/09/1860 (nº144, p.02), 11/09/1860 (nº145, p.02), 13/09/1860 (nº147, p. 02), 14/09/1860 (nº 148, p. 02), 15/09/1860 (nº149, p. 02), 16/09/1860 (nº150, p. 02), 22/09/1860 (nº155, p. 02), 23/09/1860 (nº156, p. 02), 26/09/1860 (nº157, p. 02), 28/09/1860 (nº159, p. 02), 29/09/1860 (nº160, p. 02), 02/10/1860 (nº162, p. 03), 05/10/1860 (nº165, p. 03), 16/10/1860 (nº175, p. 02).

¹⁸⁴O *Commércio*, 13/06/1867, Pelotas/RS. Anno IV, nº 261, p. 02.

¹⁸⁵Conforme artigo publicado no *Jornal Diário Popular* em 11/05/2007, sob o título *Fotógrafos Franceses em Pelotas*. Disponível em: http://www.diariopopular.com.br/11_05_07/artigo.html, acessado em 21/02/2015.

Segundo Marcos Hallal dos Anjos (2000, p. 150), Carlos Serres faleceu em 20 de agosto de 1890 quando o seu então cunhado, Jean Baptiste Lhullier, o sucederá no ramo da fotografia profissional na cidade.

O próximo profissional a ser analisado será um fotógrafo cujo nome não pode ser precisado, mas que pode ser identificado pela sua individualidade profissional, visto que seus anúncios são diferentes de todos os demais vistos.

O dia 30 de março de 1860 é o primeiro dia da veiculação no jornal *Brado do Sul*¹⁸⁶ de uma série de peças publicitárias, que ao longo de 19 anúncios publicados, foi verificada uma pequena variação nos mesmos¹⁸⁷. Chama a atenção, que a peça sempre estava na posição vertical, o que fazia com que o leitor tivesse que “virar” o jornal para poder compreender o enunciado da mesma.

Não foi possível identificar o profissional responsável pela veiculação do referido anúncio, que consistia basicamente em uma chamada para “Grande baixa de preço. Retratos photographicos a um patacão. Na rua das Flores nº 38. O Retratista há de retirar-se no fim do mez”. E em seguida foram efetuadas algumas correções no mesmo, mas o conteúdo era praticamente o mesmo.

Thomaz King, profissional de origem inglesa, é um típico fotógrafo itinerante. De acordo com Boris Kossoy (2002, p. 189), King encontrava-se em atividade na cidade de Porto Alegre no final da década de 1860, quando atuava em um estabelecimento conhecido como Photographia Imperial. Referências a este profissional foram encontradas naquela cidade até o ano de 1874.

Sobre sua passagem por Pelotas, temos um anúncio¹⁸⁸, pesquisado por Francisca Michelon (SOARES, 2009, p.64), que se refere aos serviços oferecidos por este profissional em Pelotas. Tais Soares (2009, p. 48 e 49) afirma que Thomaz King teria se tornado um dos mais destacados profissionais do

¹⁸⁶Brado do Sul, 30/03/1860, Pelotas/RS. Ano III, nº 14, p. 04.

¹⁸⁷O mesmo anúncio foi veiculado nas seguintes edições do referido periódico: 06/05/1860 (nº 46 p. 02), 10/05/1860 (nº 49 p. 03), 22/05/1860 (nº 57 p. 02), 27/05/1860 (nº 62, p. 02), 31/05/1860 (nº 65, p. 04), 01/06/1860 (nº 66, p. 04), 02/06/1860 (nº 67, p. 04), 03/06/1860 (nº 68, p. 04), 06/06/1860 (nº 70, p. 02), 15/06/1860 (nº 75, p. 04), 16/06/1860 (nº 77, p. 04), 17/06/1860 (nº 78, p. 04), 19/06/1860 (nº 79, p. 04), 22/06/186 (nº 81, p. 02), 27/06/1860 (nº 85, p. 02), 01/07/1860 (nº 88, p. 02), 04/07/1860 (nº 90, p. 04), 09/07/1860 (nº92, p. 04), 02/08/1860 (nº 144, p. 03), 09/08/1860 (nº120, p. 03), 10/08/1860 (nº121, p. 03), 18/08/1860 (nº127, p. 03), 24/08/1860 (nº132, p. 03), 25/08/1860 (nº135, p. 04), 30/08/1860 (nº137, p. 04), 31/08/1860 (nº138, p. 04), 02/09/1860 (nº140, p. 04), 04/09/1860 (nº141, p. 04), 11/09/1860 (nº145, p. 04), 13/09/1860 (nº147, p. 04) 16/09/1860 (nº150, p. 03), 26/09/1860 (nº157, p. 03), 07/10/1860 (nº167, p. 02).

¹⁸⁸Correio Mercantil, 19/05/1878, Pelotas/RS. Ano IV, p. 01.

estado, não somente por ter registrado a Guerra do Paraguai, mas principalmente pelo fato de suas fotografias deste evento bélico terem lhe rendido título de “Photographo da Casa Imperial”, em 18 de março de 1866.

Françoise August Amoretty, ou somente Augusto Amoretty¹⁸⁹ como era conhecido, foi um dos mais importantes fotógrafos do Rio Grande do Sul. Sua atuação foi intensa e os registros de sua autoria são inúmeros e estão preservados em diferentes instituições do país e do exterior. Na cidade de Pelotas, este profissional chegou a atuar por um período de quase 25 anos, onde estabeleceu a empresa Nova Photographia, tendo ainda efetuado passagens por Rio Grande, Bagé, Cerro Largo, Montevideo, Alegrete, São Gabriel e Porto Alegre, trabalhos que lhe renderam fama nacional, conforme pode ser verificado pelo grande número de fotografias produzidas pelo mesmo, inclusive fotografias da família real.

No ano de 1863, conforme destacam Lenzi e Menestrino (2010, s.p.), Walter Lutton Bradley e Françoise August Amoretty teriam fundado em sociedade, na cidade de Rio Grande, um estabelecimento fotográfico intitulado Galeria Franco-Americana. Esta sociedade teria sido desfeita em 1864.

Mesmo que a fundação da sociedade citada anteriormente tenha sido efetivada somente em 1863, Flávio Augusto Gomes (2010, s.p.) aponta que Amoretty já estaria estabelecido em Rio Grande desde 1861. Este mesmo autor cita que entre os anos de 1864 e 1870 o fotógrafo teria se estabelecido na cidade de Bagé, onde em 1865 teria fotografado o Imperador Pedro II e seu genro, o Conde d'Eu, que estavam de passagem pela província, acompanhando as operações da Guerra do Paraguai.

Segundo Tais Soares (2009, p. 75), Augusto Amoretty teria se casado na cidade de Montevideu, no Uruguai, no ano de 1872, com Francisca Luisa Sugasti. O casal teria tido doze filhos, dos quais apenas sete teriam sobrevivido¹⁹⁰.

¹⁸⁹Betemps (2010, p. 96) afirma que Françoise August Amoretty era filho dos franceses Antoine Louis Amoretty, natural de Marseille, e Victorine Louise Masseran, natural de Montpellier. Ambos teriam contraído matrimônio no Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1842, local onde o referido fotógrafo teria nascido alguns meses antes, em 29 de janeiro de 1842.

¹⁹⁰Conforme inventário realizado por ocasião da morte de Francisca Amoretty, em 1896, preservado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, nº 1350, os filhos seriam Maria Thereza (1876), Conceição Victorino (1878), Othylia (26/04/1880), Saturnina (05/12/1882), Carlos Augusto (1885), Dora Carolina (30/04/1888) e Luís Carlos (05/07/1889).

Em 1875, recentemente chegado de Montevidéu, o fotógrafo anunciava o seu trabalho em Rio Grande, conforme apontam Lenzi e Menestrino (2010, p. 01). Na referida nota, ele afirma que permaneceria naquela cidade por um curto período de tempo. Tais Soares (2009, p. 75) informa que anteriormente à sua fixação em Pelotas, Amoretty teria aberto um estabelecimento fotográfico na cidade de Montevidéu, chamado *Fotografia el Globo*. A transferência de Amoretty para Pelotas teria ocorrido em 1876, conforme anúncio veiculado na imprensa local, pesquisado por Francisca Michelon (SOARES, 2009, p.59)¹⁹¹.

Conforme nota veiculada no jornal *Correio Mercantil*, em janeiro de 1876¹⁹², reproduzida por Marcos Hallal dos Anjos (2000, p. 151), Augusto Amoretty, “artista fotografo de incontestável merecimento e excessivamente hábil na profissão, tencionava instalar-se na cidade, comprando o atelier de Baptiste Lhulier”. Além destas informações, constavam nas referidas peças publicitárias referências aos preços, prêmios recebidos, tipos de fotografias e uma relação dos aparatos por ele utilizados: “três máquinas objetivas de Ross, Londres; três de Dallmeyer, Londres; sendo duas para vistas e uma para extra-chapa; uma máquina para estereoscópico, de Darlot; quatro prensas para retratos de diversos fabricantes e tamanhos, e um retocador”. Tais Soares (2009, p. 168) verificou a presença de 61 anúncios deste profissional na imprensa de Pelotas, entre os anos de 1876 e 1901 (24 no jornal *Correio Mercantil* e 37 no *Diário de Pelotas*). Grande parte destes anúncios estavam relacionados com a troca de endereço¹⁹³.

Analisando o verso de algumas fotografias de sua autoria, percebemos que o mesmo, após participação na Exposição Brasileira Allemã realizada em Pelotas em 1881, obteve o primeiro lugar na competição, o que lhe rendeu uma medalha de ouro, cuja representação estava estampada no verso dos documentos fotográficos de sua autoria. Conforme Mario Osório Magalhães (1990, p. 212) o artista teria apresentado três quadros fotográficos. Sobre este episódio, no *Jornal Correio Mercantil* de 25 de setembro de 1881 há uma extensa reportagem intitulada “Pelotas na exposição”¹⁹⁴.

¹⁹¹*Diário de Pelotas*, 12/01/1876, p. 08, e *Diário de Pelotas*, 23/01/1876, p. 08.

¹⁹² *Correio Mercantil*, 23/01/1876, Ano II, p. 04.

¹⁹³ *Correio Mercantil*, 29/08/1879, Ano V, p. 04 e *Correio Mercantil*, 20/05/1881, Ano XIV, p. 03.

¹⁹⁴ *Correio Mercantil*, 25/09/1881, Ano VII, p. 04

Augusto Amoretty, além da atuação como fotógrafo, fazia a comercialização de materiais fotográficos, conforme aponta Tais Soares, baseada na análise dos seus anúncios publicados na imprensa local. O fotógrafo fazia uso de muitas técnicas, como por exemplo a dos “retratos em porcelana e daqueles abrihantados, e em seus anúncios figurava como sua especialidade os retratos infantis” (SOARES, 2009, p. 79).

Um documento¹⁹⁵, encontrado durante as nossas investigações, dá conta de que no dia 29 de agosto de 1884 Francisco Augusto Amoretty concedeu uma carta de liberdade para uma escrava de sua propriedade de nome Dorothea, de cor parda, com 20 anos, sendo cozinheira de profissão. O registro é interessante para observamos as condições financeiras de um profissional que se dedicava exclusivamente à produção de fotografias, pois o mesmo tinha condições de manter em sua residência uma escrava, que neste período, em função de uma série de leis abolicionistas, já chegavam a preços relativamente altos.

Entre os anos de 1870 e 1872, Amoretty teria retornado à cidade de Rio Grande. Já conforme Flávio Augusto Gomes (2010, s.p.), em 31 de março de 1874 o fotógrafo residiria na localidade de Melo no Uruguay. Durante a Revolução Federalista, conforme aponta o mesmo autor, aparecem referências ao Capitão Augusto Amoretty, o que, a seu ver, pode ser entendido como um indício de que o mesmo tenha sido incorporado à Guarda Nacional.

Conforme Boris Kossoy, (2002, p. 57), no ano de 1884 Amoretty documentou o processo de construção da Estrada de Ferro *Southern Brazilian*, entre Rio Grande e Bagé, e participou da Exposição Provincial de 1881 e da Exposição Comercial e Industrial de 1901, ambas realizadas em Porto Alegre. Marcos Hallal dos Anjos (2000, p. 151) indica que no jornal *Correio Mercantil* de 29 de junho de 1892 é anunciada uma assembleia Geral da Sociedade Francesa de Beneficência em Pelotas, cuja sede seria a casa do fotógrafo.

Amoretty, além de Rio Grande e Pelotas, atuou ainda Porto Alegre, Bagé, São Gabriel e Alegrete. Temos ainda os registros de seu estúdio instalado na cidade de Montevideú, com o nome Fotografia del Globo, conforme apontado anteriormente, bem como na cidade de Cerro Largo e Melo.

¹⁹⁵Registros Ordinários do Tabelionato de Pelotas (Livro 10, p. 98 v) preservado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

A última referência à atuação deste profissional está presente no *Álbum do Rio Grande do Sul*, de 1905 (REIS, 1905, p. 149). Temos ainda informações sobre o mesmo no inventário de Francisca Sugasti Amorety, falecida em 07 de junho de 1896, ocasião na qual o senhor Augusto Amorety, esposo da referida senhora, efetua o inventário de bens da mesma¹⁹⁶.

Dentre os bens arrolados estavam uma grande quantidade de móveis luxuosos e uma considerável quantia em dinheiro. Neste manuscrito, Augusto é chamado de Capitão, o que pode de certo modo confirmar a hipótese levantada anteriormente de que o mesmo tenha vindo a ser incorporado à Guarda Nacional.

Augusto Amoretty faleceu na cidade de Porto Alegre, em 19 de setembro de 1906¹⁹⁷. Flávio Augusto Gomes (2010, s.p.) aponta que Augusto Amoretty, quando de sua morte, “contava com 64 anos de idade, era natural do Rio de Janeiro, branco, viúvo e a causa da morte seria Pyohremia”¹⁹⁸. O mesmo autor traz ainda a informação de que o seu filho Carlos Augusto Amoretty teria feito um arrendamento do jazigo para acondicionamento dos restos mortais de Augusto por um período de 5 anos¹⁹⁹, pelo valor de 40 mil réis. De acordo com o autor, a data que constaria no documento seria 23 de setembro de 1909. Neste documento estaria ainda a informação de que em 15 de julho de 1909 teriam sido transferidos de Pelotas os restos mortais de sua esposa, Francisca Sugasti Amoretty (falecida em 19 de maio de 1896), e acondicionados no mesmo jazigo²⁰⁰.

Ao fazer a análise de todo este volume de informações levantadas sobre este profissional, podemos chegar a algumas conclusões. Tendo em vista a relação dos bens listados no inventário de sua esposa, bem como a informação trazida de que sua família possuía uma escrava, temos indícios de que os mesmos possuíam uma vida econômica bastante confortável. Suas constantes mudanças de endereço, mudanças estas inclusive de país, eram possíveis basicamente pelos rendimentos que o exercício da fotografia lhe proporcionava.

¹⁹⁶O documento está preservado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (nº do processo 1350).

¹⁹⁷Correio do Povo, 20/09/1906, Ano XI, n. 219, p.2

¹⁹⁸Livro de Registro dos sepultamentos do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (Livro nº 23, fl137. Óbitos – DOP)

¹⁹⁹Sepultura nº179 E.

²⁰⁰Em dezembro de 1912 os restos mortais de ambos teriam sido transferidos para catacumba nº 123 – 2ª ordem, conforme o Livro 20 – fl. 345 – Arrendamentos de Jazigos – DOP.

Pelo fato de ser um profissional cujo trabalho era de grande qualidade técnica e artística, este foi premiado em diferentes oportunidades. Estes prêmios eram utilizados para ilustrar o verso de suas fotografias, fazendo assim uma publicidade de seu talento reconhecido. Amoretty possuía uma série de especialidades que eram constantemente lembradas pelas peças publicitárias veiculadas na imprensa local, bem como as premiações por ele recebidas. A pouca concorrência existente naquele período e a grande qualidade técnica e artística de seus registros fizeram com que o mesmo tivesse uma expressiva clientela, que por sua vez permitia que o mesmo gozasse de uma confortável condição financeira. Além disso, percebemos que seus registros eram bastante elaborados, o que nos indica que provavelmente fossem mais caros, quando comparados com os registros de outros profissionais; contudo, o seu reconhecimento a nível nacional permitia que o mesmo cobrasse valores mais elevados, de modo que pessoas desejosas em ter suas imagens fixadas por este profissional não se importavam em dispender tais quantias de dinheiro, afinal, ter um retrato seu produzido por um dos mais premiados fotógrafos da província era algo digno de status.

John King, fotógrafo descendente de ingleses, foi referenciado por Lenzi e Menestrino (2010, s.p.) como sendo mais um fotógrafo itinerante. Conforme as autoras, o mesmo seria proprietário da “*Photografia Imperial*”, que se achava em atividade na cidade de Rio Grande desde 1874²⁰¹. Já Boris Kossoy (2002, p. 189) aponta que o mesmo estaria estabelecido naquela cidade desde 1870. Contudo, de acordo com nossa investigação, um anúncio deste estabelecimento foi encontrado no jornal *Opinião Pública*, daquela cidade, datado de 16 de abril de 1868²⁰².

Conforme o anúncio, este profissional efetuava a produção de *carte-de-visite* de corpo inteiro ou busto, oferecendo ainda um variado sortimento de vistas, retratos sobre porcelanas, retratos de tamanho natural, retratos

²⁰¹Vale destacar que, conforme apontam estudos de Kossoy (2002), Thomaz e John King, ambos fotógrafos, não possuíam laços de parentesco; já Lenzi e Menestrino (2010), afirmam que seriam irmãos, e que inclusive teriam um estúdio fotográfico na cidade de Rio Grande. No entanto, as autoras afirmam que no ano de 1864 Thomaz King teria efetuado anúncios na imprensa local, sem mencionar essa sociedade, tendo o mesmo produzido inúmeras fotografias do porto daquela cidade. Em Rio Grande, seu estabelecimento estaria localizado na Rua da Paria nº 75.

²⁰²*Opinião Pública*, 16/04/1868. Rio Grande/RS. Ano 1, nº 61, p. 04.

colorizados, entre outros formatos, e destacava que “não se entrega um retrato sem estar ao gosto do freguez”

Boris Kossoy (2002, p. 189) aponta ainda que John King teria participado da exposição de História do Brasil em 1881. E que em 1906, ainda em atividade, teria se consorciado com Joseph Hallawell. Segundo Athos Damasceno (1974, p. 250), John King esteve estabelecido por um curto período de tempo em Porto Alegre, e teria participado da exposição Provincial de 1871 enviando fotografias infantis. Um carimbo com o seu nome em baixo-relevo, bem como com o nome da cidade de Pelotas indica que o mesmo tenha se instalado nesta cidade. Não foi possível precisar a data de sua atuação na cidade.

Barreto de Menezes é um profissional cujos registros datam de 1875. Ele foi identificado nas pesquisas de Francisca Michelin (SOARES, 2009, p. 58) e teria recebido o título de “Photographo da Casa Imperial”, como é possível observar nos registros de sua autoria, conforme aponta Tais Soares (2009, p. 58).

Esta autora aponta que o endereço registrado no verso de fotografias de sua autoria seria a Rua Imperador nº 61; entretanto, o mesmo teria estabelecido seu estúdio ainda nas ruas São Miguel, General Osório e General Victorino, respectivamente, conforme pode ser verificado nos anúncios deste profissional, veiculados na imprensa local, onde anunciava os serviços de que dispunha, bem como os preços praticados²⁰³.

Em 26 de julho de 1870, no *Jornal do Comércio*²⁰⁴, foi encontrado um anúncio da Photographia Universal. No referido anúncio, está disposto o seguinte: “Baratillo por 15 dias na Photographia Universal. Fazem-se retratos em cartão a 5\$ a dúzia com toda a perfeição. As pessoas que queiram, aproveitem estes 15 dias, porque passados que sejam, o preço eleva-se à 7\$ rs”. Não foram encontradas outras informações sobre este estúdio, bem como não foi possível identificar os proprietários do mesmo.

Wallace Chute e Thomas Brooks são dois profissionais que se consorciaram e estabeleceram uma empresa denominada Photographia Americana em 1875, cujos anúncios foram veiculados pela imprensa da cidade

²⁰³Correio Mercantil, 17/06/1875, Ano I, p. 03 e Correio Mercantil, 26/08/1877, Ano III, p. 03.

²⁰⁴Jornal do Commercio, 26/07/1870, Pelotas/RS. Ano I, nº 138, p. 04.

de Pelotas²⁰⁵ (MICHELON e FAGUNDES, 1988 p. 51). Poucos meses depois desta data, ambos já se encontravam na cidade de Porto Alegre, onde conforme Athos Damasceno (1975, p. 27) teriam iniciado as atividades em 06 de agosto de 1875. Este mesmo autor nos dá a informação de que estes profissionais teriam permanecido com o estabelecimento funcionando até o ano de 1878.

Boris Kossoy (2002, p.109) aponta ainda que ambos atuaram em Montevideu e em 1878 teriam iniciado uma atuação na capital argentina, Buenos Aires. Na década de 1890 estariam estabelecidos na capital uruguaia e fazendo trabalhos esporádicos na Argentina. Em registros de sua autoria vemos um selo no qual está a seguinte identificação “Segundo Prêmio Exposición Internacional de Chile en 1875”, o que indica o recebimento deste prêmio por parte de Wallace Chute e Thomas Brooks.

Tais Soares (2009) empreendeu uma pesquisa sobre a trajetória do fotógrafo francês **Jean Baptiste Aubin Claude L'hullier**. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, em jornais e através da realização de entrevistas com descendentes deste, foi possível para a autora traçar o perfil daquele que atuou como fotógrafo profissional na cidade de Pelotas na segunda metade do século XIX. Leandro Betemps (2007, s.p.) aponta que Baptista Lhullier, como era conhecido, era o quarto filho de Claude Hubert Lhullier e Anne Maupert. Nascido em torno do ano de 1848, em La Chapelle-Balc-Saint-Martin, no departamento de Indre-et-Loire, veio para o Brasil, em companhia dos pais e irmãos, em junho de 1856²⁰⁶.

Tais Soares (2009, p. 65) aponta que os seus pais eram pequenos agricultores na França. Estes teriam em um primeiro momento se estabelecido em Pelotas; mais tarde teriam seguido para a cidade de Caxias do Sul e, por fim, teriam retornado, em companhia dos filhos, para a cidade de Pelotas, onde teriam passado a se dedicar ao ofício de artesãos. A autora afirma que em 07 de fevereiro de 1868 Baptista Lhullier teria se estabelecido na cidade de Bagé, onde passou a atuar como fotógrafo. Neste período, contraiu matrimônio com a senhora Maria José Rezende Conde, com quem teve cinco filhos: João Batista

²⁰⁵Correio Mercantil, 03/04/1875, Ano I, p. 03;

²⁰⁶Conforme artigo publicado no Jornal Diário Popular em 11/05/2007, sob o título Fotógrafos Franceses em Pelotas. Disponível em: http://www.diariopopular.com.br/11_05_07/artigo.html, acessado em 21/02/2015

(1869), Alfredo (1871), Maria, Amélia e Eugênia. Após o nascimento do primeiro filho, a família teria retornado para Pelotas (SOARES, 2009, p. 67).

Em 1876, conforme investigação empreendida por Francisca Michelin (SOARES, 2009, p. 68), temos um anúncio na imprensa local²⁰⁷ que dá conta da venda do atelier fotográfico de Baptista Lhullier para o fotógrafo Augusto Amoretty: “Nova Photographia – Augusto Amoretty ficou com o atelier de Baptista Lhullier, tendo-o reformado todo”.

Em 18 de fevereiro de 1879 *O Jornal do Commercio* informava que estavam em exposição no atelier do “Sr. Baptista Lulhier, situado à Rua General Osório, dois magníficos retratos a óleo, feitos pelo hábil artista Sr. Pineau sobre fotografias do Sr. Lulhier. O trabalho nada deixa a desejar pelo lado artístico, notando-se a pureza do colorido e a correção dos contornos”.

Conforme Adão Monquelat (2015, s.p.)²⁰⁸ Lhullier possuía as seguintes máquinas:

uma objetiva de J. H. Dalmeyer, Londres, que podia tirar retratos de 1.50 de diâmetro; outra de Ross, Londres, para extra chapa; uma de Emil Blach Rithesow, para triple paisagem; uma pequena máquina de Ross, Londres, extra rápida; uma objetiva de Derlot, Paris, para retratos comuns; uma boa máquina de Derogy, Paris-Londres, para duplicações até 1.50, a lente tinha trinta e seis centímetros; uma máquina bijou com a qual podia tirar trinta e seis retratos instantâneos; outra máquina, elétrica, Magnesium lamp. De J. Salomon, Londres, para poder tirar fotografias de noite. Possuía ainda uma máquina pneumática Cadetts, fabricada por Masrion & C., de rotação instantânea. Esta máquina era tão eficiente que podia fotografar um pássaro voando, uma locomotiva em toda velocidade, etc. E, finalmente, outra máquina, igual, mas para atelier. O Sr. Lulhier, em fevereiro de 1884, ainda esperava receber novas máquinas e, com as reformas que estava pretendendo realizar em sua oficina, deixaria o seu estabelecimento um primor. Ao fundo do corredor de entrada, que possuía quarenta e cinco palmos de comprimento por vinte e cinco de largura, estava uma escada que dava para o atelier. Ao pé da escada estava o laboratório químico e a câmara escura. Continha também bonitos acessórios, mas que também deveriam ser substituídos por outros mais modernos, que estavam por chegar de viagem. No atelier havia um compartimento, que servia para toailete, pequeno, mas bem ajeitado.

Tal descrição é bastante interessante, uma vez que podemos ter uma ideia de como estava organizado o seu estúdio fotográfico, bem como quais os aparelhos que o mesmo possuía neste.

²⁰⁷Diário de Pelotas, 23/01/1876 p. 03.

²⁰⁸Disponível em: <http://pelotasdeontem.blogspot.com.br/>, acessado em 03/03/2016.

Tais Soares (2009, p. 83-84) destaca que Lhullier ter-se-ia consorciado com outros fotógrafos em Pelotas, tais como Carlos Serres, Gaspar Bem, assim como o pintor G. Johansen²⁰⁹, além de outros profissionais que se dedicavam à pintura a óleo, porém não identificados²¹⁰.

Na pesquisa empreendida por Francisca Michelin (SOARES, 2009, p.68-72), temos a identificação de uma série de anúncios deste profissional na imprensa local, em que, além de informar os serviços praticados, o mesmo informava à população da aquisição de novos e modernos equipamentos, com preços baixos²¹¹.

Conforme pesquisa empreendida por Tais Soares (2009, p. 169), foram encontrados 11 anúncios deste profissional entre os anos de 1877 e 1887 no *Jornal Correio Mercantil*; todavia, sua atuação na cidade teria se estendido até o ano de 1920, mesmo que seus registros começassem a escassear após o ano de 1906.

Nos exemplares fotográficos de autoria de Baptista Lhullier percebemos a forma como o mesmo efetuava sua identificação. Esta ocorria tanto na frente, como no verso. Percebemos uma variação da arte utilizada, bem como a mudança do endereço do seu estabelecimento²¹².

Mais uma vez, o apuro artístico e a qualidade técnica de suas fotografias permitem inferir que o mesmo possuía uma clientela bastante exigente, o que provavelmente fazia com que o mesmo cobrasse um valor relativamente alto. São inúmeras as instituições que guardam hoje exemplares de sua autoria, o que nos indica que o mesmo era bastante procurado. A análise de seus trabalhos indica que atuou em estúdios, uma vez que não foram encontrados registros efetuados ao ar livre.

Um outro profissional que atuou na cidade de Pelotas foi **Jean Georges Renouleau**, nascido na cidade francesa de Bergerac, em 07 de dezembro de 1845. Teria vindo para o Brasil em meados da década de 1870; logo após a sua

²⁰⁹Correio Mercantil, 03/07/1887, Ano XIII, p. 03.

²¹⁰Correio Mercantil, 16/02/1879, Ano V, p. 03.

²¹¹Correio Mercantil, 09/02/1878, Ano IV, p. 04, Correio Mercantil, 28/03/1878, p. 03, Correio Mercantil, 11/06/1882. Pelotas, Ano VIII, p. 03, Correio Mercantil, 11/06/1882, Ano VIII, p. 03, Correio Mercantil, 11/06/1882, Ano VIII, pg. 2, Correio Mercantil, 13/08/1883. Pelotas, Ano IX, p. 04.

²¹²Dentre os endereços onde este profissional teria atuado, temos as seguintes referências: Rua Andrade Neves nº 114, Rua General Osório nº95, Rua General Osório nº 35, Rua General Osório nº 174, Rua General Osório nº 75, Rua General Osório nº115.

chegada ao Brasil passou a trabalhar na cidade de Porto Alegre. Teria feito uma breve passagem por Rio Grande em 1873, antes de transferir domicílio para São Paulo, conforme apontam Lenzi e Menestrino (2010, s.p.).

No entanto, Athos Damasceno (1974, p. 27) afirma que este profissional teria se fixado em Porto Alegre somente no ano de 1878, instalando seu estúdio na Rua Bragança nº136. Em 1875 teria montado um atelier em Pelotas (SOUZA, 2006, s.p.). Sobre a atuação deste profissional em Pelotas são poucas as referências. Temos um anúncio coletado por Francisca Michelin (SOARES, 2009, p. 64), datado de fevereiro de 1878, que fala da sua passagem por Pelotas²¹³. Boris Kossoy (2002, p. 270) afirma que entre 1883 e 1886 estaria com um estúdio montado na Rua Gonçalves Dias nº19, no Rio de Janeiro. Já Souza (s.d.) afirma que Renouveau começou a trabalhar na capital paulista a partir de 1885, onde teria estabelecido um ateliê fotográfico. Boris Kossoy (2002, p. 270) afirma que teria estabelecido uma sociedade com M.H. Hoffmann (Hoffmann & Renouveau) em 1884, cuja firma teria uma filial na cidade de Santos, sociedade que, na visão do autor, teria durado pouco tempo, pois em seguida o ex-sócio passou a fazer anúncios somente em seu nome.

De acordo com José Inácio Souza (2006), após uma curta carreira de exibidor cinematográfico ambulante, Renouveau teria voltado a atuar como fotógrafo já 1897, quando foram encontrados anúncios em seu nome na imprensa da cidade de Santos.

Menna da Costa é um outro profissional que atuou na região de Pelotas, mas sobre o qual são escassas as informações. Referências sobre o mesmo encontramos no trabalho de Tais Soares (2009), que se refere a um suposto consórcio do mesmo com o estúdio Photographia Renouveau, mencionado anteriormente.

Temos ainda referências na imprensa de Pelotas²¹⁴ da atuação de fotógrafos uruguaios, oriundos da cidade de Montevideo, no ano de 1876. Trata-se de **Fleurquin e C.** O estúdio dos uruguaios funcionou por um curto período na cidade (SOARES, 2009, p. 59). No verso de uma fotografia da Fleurquin y Cia

²¹³Correio Mercantil, 27/02/1878, Ano IV, p. 03.

²¹⁴Correio Mercantil, 01/02/1876, Ano II, p. 03.

há uma referência a prêmios que o mesmo teria recebido: uma Menção Honrosa de Paris em 1878 e a Medalha de Ouro em Paysandu em 1880.

Em relação ao profissional **Virgilino F. Gomes**, conforme Tais Soares (2009, p.62), este seria proprietário da Photographia Americana. Percebemos analisando o anúncio²¹⁵ coletado por Francisca Michelin (SOARES, 2009, p.62) que o mesmo se vangloriava por seu atelier ser equipado com materiais de excelente qualidade, e os seus registros podendo ser comparados com aqueles produzidos nos maiores centros mundiais.

Conforme Athos Damasceno (1975, s.p.), sabe-se que o pai de **Jorge Wetzel**, o alemão Henrique F. Wetzel, instalou-se em 1876 em Porto Alegre, onde fundou um curso particular de desenho linear e a mão livre. Conforme aponta Marcos Hallal dos Anjos (2000, p. 152), com base em um anúncio veiculado no jornal pelotense Correio Mercantil, Henrique Wetzel se encontrava estabelecido em Pelotas em setembro de 1884, “afinando pianos e outros instrumentos de cordas, além de realizar trabalhos de escultura, dourados e gravuras”. Em 1885, seu filho Jorge Wetzel inaugurava a Fotografia Wetzel, conforme aponta João Simões Lopes Neto na *Revista do Primeiro Centenário de Pelotas* (30/04/1912, nº7 e 8, p. 100). Segundo este, Jorge teria sido o pioneiro no Brasil a fazer uma radiografia. Em sua pesquisa, Francisca Michelin identificou um anúncio²¹⁶ na imprensa local deste profissional.

De acordo com Boris Kossoy (2002, p. 328), Wetzel teria registrado militares na Revolução de 1893. Interessante notar que no verso dos registros de sua autoria está disposta a informação “Reservão-se os clichés para repetição”, o que permite inferir que o autor preservava em seu estúdio uma grande quantidade de negativos, em caso destes serem solicitados pelos clientes.

Sobre **Santiago de Castro**, conforme Tais Soares (2009, p. 62), são escassas as referências. Em pesquisa empreendida por Francisca Michelin (SOARES, 2009, p. 62), foi encontrado um anúncio²¹⁷ deste fotógrafo que fornece a localização do estúdio, além de referências aos preços praticados.

²¹⁵Correio Mercantil, 18/02/1882, Ano VIII, p. 03.

²¹⁶Correio Mercantil, Ano XXII, 18/07/1896, p. 04.

²¹⁷Correio Mercantil, 20/04/1888, Ano XIV, p. 04.

Frederico Alberto Crispin Francisco Arnoldi Trebbi, ou somente **Frederico Trebbi**, nasceu em Roma em 22 de maio de 1837. Teria estudado desenho e pintura na Academia de Belas Artes de Roma; atuou como homem de negócios, pintor e por vezes fotógrafo. Em 04 de novembro de 1891 a imprensa de Pelotas, conforme Marcos Hallal dos Anjos (2000, p. 148), noticiou que, para o ano seguinte, seria ofertado por Trebbi um curso de pintura para “o belo sexo”, que contaria, entre outras especialidades, com “técnicas de iluminação de fotografia”. Em 1896 teria transferido residência para a cidade de Porto Alegre, onde assumiu a direção artística do Atelier Fotográfico de Jacinto Ferrari, além de agente do consulado italiano (DAMACENO, 1975, s.p.). Faleceu em 04 de abril de 1928 em Pelotas.

Um profissional de nome **Arthur Brusque** teria atuado no ano de 1900 na cidade de Pelotas, e teria participado da Exposição Comercial e Industrial de 1901, competição na qual teria recebido a medalha de Prata (KOSSOY, 2002, p. 92).

O fotógrafo alemão, **Otto Schönwald**, possuía, de acordo com Athos Damasceno (1974), um estúdio, localizado na cidade de Porto Alegre, que era conhecido como Photographia Otto. No ano de 1907 veiculou um anúncio de página inteira no *Kalender für die deutschen in Brasilien* (1907, p. 184). Há ali uma apresentação pessoal, onde está disposto que Otto Schönwaldt era o proprietário do estúdio, que executava todo tipo de serviço concernente à arte fotográfica, e que estava constantemente se atualizando com materiais importados diretamente da Alemanha. O anúncio destaca ainda sua disponibilidade para efetuar viagens.

Em 1919 a Photographia Otto Schoenwald, representada por Grete Schoenwald da Casa Krahe & Cia, anunciava no *Jornal do Commercio*, de Porto Alegre, que estaria por um curto período de tempo na cidade de Cachoeira do Sul. Joana Schossler (2010, p. 05) afirma que ao longo do primeiro quartel do século XX uma série de cartões-postais eram enviados do litoral gaúcho para a região da grande Porto Alegre. Dentre estes, figuravam registros de autoria da Otto Schönwald. A autora afirma ainda que possivelmente este fotógrafo, bem como outros, “transferiam temporariamente seus estúdios fotográficos para as praias, o que lhes garantia fonte de renda extra e certa inspiração fotográfica que poderia ser compartilhada em cartões-postais e revistas da época”. Ela afirma

ainda que Otto Schönwald seria um “profissional de renome e comercializava materiais fotográficos para amadores e profissionais”; além disso, o “nome de Otto Schönwald parecia ser comum entre a comunidade teuto-riograndense”, uma vez que o mesmo teria feito registros da *Badeanstalt* (piscina) da Sociedade de Ginástica de Porto Alegre - SOGIPA. Vale destacar ainda que o seu estúdio ficava localizado em um bairro majoritariamente alemão, e os seus anúncios eram publicados na língua alemã – ou seja, ele tinha um público-alvo bastante definido.

Conforme Tais Soares (2009, p. 82) **Bessa** era o proprietário da Pharmácia Bessa, casa especializada em Artigos photographicos²¹⁸. Não foi possível localizar mais informações sobre este profissional.

No Jornal *O Tempo* de São Lourenço do Sul, datado de 21 de agosto de 1920, temos uma nota que se refere à atuação de um fotógrafo de nome **Figueiredo**, única referência relacionada a este que foi encontrada nas fontes consultadas.

Ernst Julius Heinrich Feddern, Ernesto Júlio Henrique Feddern, ou simplesmente Heinrich Feddern ou ainda Henrique Feddern, pode ser considerado, sem sombra de dúvida, o fotógrafo mais ativo e mais popular, que atuou na Serra dos Tapes e principalmente em São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX.

Seus registros fotográficos impressionam pela quase onipresença na região. São raros os lares na zona rural de São Lourenço do Sul, e mesmo nos municípios vizinhos tais como Pelotas, Canguçu ou até mesmo Camaquã, onde não encontramos pelo menos um registro de sua autoria.

Suas fotos impressionam, quer pelo apuro artístico, quer pela qualidade técnica com que eram produzidas. Todas as fotografias possuíam um carimbo, em alto-relevo, com a sua identificação: “Heinrich Feddern Photograph” ou como passou a se denominar após a campanha nacionalista empreendida por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, “Henrique Feddern Retratista”.

Lembrado por vários dos entrevistados como sendo uma pessoa muito inteligente, alegre, generosa e que adorava uma boa conversa, Heinrich tem a sua trajetória profissional gravada na memória de toda uma região. Vale destacar

²¹⁸A Reforma, 08/11/1908, p.02.

que as informações biográficas de Heinrich Feddern, como passaremos a nos referir ao fotógrafo a partir deste momento, foram prestadas basicamente pelos seus netos: o senhor Milton Feddern, entrevistado em companhia de sua esposa, a senhora Vilma Leitzke Feddern, o senhor Lindolfo Feddern e a senhora Ingeburg Feddern Heiden. Além disso, foram coletadas informações em diferentes instituições para que a trajetória deste importante fotógrafo pudesse ser trazida à tona.

As informações prestadas por estes depoentes, assim como os documentos consultados, forneceram indícios (GINZBURG, 2012) que permitiram com que pudessem ser contactados outros depoentes, bem como permitiram a localização de outras fontes que dão sustentação a este estudo.

Heinrich Feddern nasceu em 12 de maio de 1883 e faleceu em 18 de janeiro de 1952. Casou-se com Frieda Franz, nascida em 20 de setembro de 1896 e falecida em 18 de fevereiro de 1957. Frieda trabalhava em uma floricultura e possuía uma filha quando se casou com Heinrich, de nome Tessma, que nasceu no ano de 1922 e foi acolhida por Heinrich Feddern como sendo sua filha legítima. Após a união, o casal teve outros três filhos: Elfriede (1923), Julius (07/06/1925) e Edgar (29/05/1927), todos nascidos no Brasil.

Heinrich era filho de Johann Frederich Feddern (1834) e de Juliana Zimmermann (1843-1890). Ele teria tido três irmãs, Erna Bertha, Hilda e Frieda. Sua família era oriunda da cidade alemã de Hamburgo. De acordo com relatos coletados, as filhas da família Feddern saíram da residência dos pais em Hamburgo no início do século XX, e Heinrich logo teria seguido os passos das irmãs²¹⁹. Na década de 1920, o jovem Heinrich Feddern, recém-formado em

²¹⁹Conforme banco de dados da *Statue of Liberty – Ellis Island Foundation*, Frieda Elisabeth Feddern saiu do porto de Hamburgo em 17 de janeiro de 1906 com destino ao porto de Nova York, onde desembarcou em 26 de janeiro de 1906. Frieda que na época contava com 24 anos, era solteira. A sua passagem teria sido paga pela mãe e a mesma teria se dirigido à residência de um amigo: Michael Ezerngb (?) que residia na cidade de Chicago, Weel Str. 555, conforme pode ser averiguado no Livro de Registro de Passageiros do Navio SS Deustchland (pg. 06). (Microfilmagem dos arquivos disponíveis em <http://www.libertyellisfoundation.org/>, acessado em 01/02/2015). No dia 13 de outubro de 1923 desembarcam no porto de Nova York nos Estados Unidos as jovens Erna Bertha Feddern com 14 anos e a Anni Feddern com 10 anos. Ambas oriundas de Lübeck na Alemanha, as mesmas teriam partido do porto de Hamburgo na companhia dos seus responsáveis Karl Klimkhammer e Anna Klinkhammer, que contavam na época com 37 e 36 anos respectivamente. Karl era oriundo de Neumünster na Alemanha e Anna oriunda de Kunnamäla na Suécia, conforme pode ser verificado no Livro de Registros de Passageiros do Navio Minnekahda (lista nº13, p. 52).

Engenharia Química²²⁰, já de posse de uma máquina fotográfica e cuja manipulação já dominava, resolveu mudar de país.

O fato de possuir duas irmãs (ou talvez três) estabelecidas em território estadunidense, fez com que Heinrich se dirigisse àquele país. Não temos informações sobre a data e motivações desta viagem. Conforme relatos dos seus netos, Heinrich teria trabalhado lá por pouco tempo; além disso, teria trabalhado a bordo de um navio, e teria se dirigido também à Turquia, e somente depois teria ocorrido sua vinda ao Brasil. Estas informações são de certa forma conflitantes, uma vez que conforme verificaremos em seguida, quando da vinda de Heinrich ao Brasil, ele já veio acompanhado da esposa e da enteada.

O contato entre irmãos passou a ser feito através de correspondências, algumas das quais iam acompanhadas por fotografias. Além disso, a comunicação com parentes que permaneceram em território alemão continuou até a década de 1980²²¹. Nas palavras do seu neto, o senhor Milton Feddern, Heinrich “veio ao Brasil para fazer dinheiro”. As motivações de sua migração teriam sido única e exclusivamente econômicas.

Percebemos que esta foi uma prática adotada por vários membros da família Feddern. Conforme relatos, o pai de Heinrich, o senhor Johann, seria funcionário do governo alemão²²², o que de certa forma permite inferir que a migração dos seus filhos possa ter ocorrido por questões políticas e não apenas econômicas, como acreditávamos até então.

Não são muito precisas as informações sobre a chegada de Heinrich Feddern em território brasileiro. Nas memórias dos seus descendentes, estão algumas informações e ao mesmo tempo muitas dúvidas. Conforme já exposto, o mesmo teria empreendido uma viagem aos Estados Unidos e à Turquia, e somente depois teria vindo ao Brasil. Ao que tudo indica, estas duas viagens ocorreram antes do seu casamento com Frieda.

Sabe-se, através da análise de um documento preservado na Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço, onde a família Feddern fez o registro familiar

²²⁰Não foi possível identificar a instituição onde o mesmo concluiu os seus estudos, uma vez que esta informação foi repassada através dos depoimentos e maiores informações eram desconhecidas pelos depoentes.

²²¹Atualmente a senhora Ingeburg Feddern Heiden, neta de Heinrich, preserva algumas destas correspondências, cujas cópias foram gentilmente cedidas ao presente autor e que serão analisadas na sequência do presente estudo.

²²² Informação esta que não pode ser confirmada através da análise de outras fontes.

em 06 de junho de 1939²²³, que Heinrich teria vindo ao Brasil pela primeira vez em 10 de outubro de 1923, acompanhado da esposa e de uma filha, a bordo do navio Monte Sarmiento.

Ainda conforme o referido salvo-conduto, Heinrich Feddern teria retornado à Alemanha com a família em 28 de junho de 1930. Conforme relato de Vilma e Milton Feddern, o retorno teria sido por ocasião de problemas de saúde da mãe de Frieda, que ainda residia na cidade natal da esposa de Heinrich, ou seja, em Lübeck, distante cerca de 70 km da cidade natal do fotógrafo, Hamburgo.

A volta de Heinrich ao Brasil ocorreria oito meses após a partida, em 14 de fevereiro de 1931, conforme ficou registrado no salvo-conduto; porém o mesmo retornou sem a companhia da esposa e dos filhos, os quais vieram novamente ao Brasil somente em 23 de maio de 1933, desembarcando no porto da cidade de Rio Grande, conforme salvo-conduto da esposa e da enteada, ambos documentos datados de 12 de fevereiro de 1942²²⁴.

Através da mensagem existente no verso de um cartão-postal, cedido pela senhora Vilma Feddern, percebemos que Heinrich chegou ao Brasil nesta data, aportando na cidade do Rio de Janeiro. O cartão-postal traz a fotografia da praia de Copacabana e tem uma mensagem de Heinrich endereçada a sua esposa Frieda, que havia permanecido em Lübeck. A mensagem data de 25 de março de 1931.

No salvo-conduto analisado, temos a nacionalidade de todos os seus filhos. Tessma seria alemã, e os demais, Elfriede, Julius e Edgar, seriam brasileiros.

Ingeburg Feddern nos informou que seu pai, Edgar Feddern, teria nascido na cidade gaúcha de Estrela, onde seu avó teria residido por um período. De posse desta informação, bem como das datas de nascimento de cada um dos filhos e dos dados informados pelo salvo-conduto citado anteriormente, concluímos que Heinrich, já em 1923 veio acompanhado da esposa e da enteada Tessma, já que os outros filhos nasceram entre o período em que ele esteve no Brasil pelo primeiro momento, ou seja, entre 1923 e 1930. Esta informação pode ser confirmada mais tarde, quando tivermos contato com o salvo-conduto de

²²³ Salvo Conduto. Arquivo da Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço.

²²⁴ Arquivo da Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço.

Frieda, que nos informa que a sua primeira chegada ao Brasil teria ocorrido também no dia 10 de outubro de 1923.

Não foi possível precisar o local de nascimento dos demais filhos. Bem como não foi possível encontrar informações sobre o período em que a família Feddern residiu no município de Estrela. Como mencionado, a família partiu do Brasil em 28 de junho de 1930, e conforme depoimento cedido por Heinrich Feddern à Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço, ele teria vendido todos os seus bens e retornado para a Alemanha, onde “permaneceu por muitos meses, regressando novamente para o Brasil, paupérrimo e fazendo novo pecúlio, comprou propriedades, com dinheiro ganho após sua segunda entrada no País, pois a importância que levou para a Alemanha, lá deixou”.

O retorno de Heinrich ao Brasil, desacompanhado da família, ocorreu no dia 14 de fevereiro de 1931, a bordo do navio Monte Olivia. Uma vez no Brasil pela segunda vez, Heinrich Feddern, nas palavras de seu neto Milton Feddern, foi buscar condições para que pudesse trazer a sua família e lhes proporcionar condições dignas de sobrevivência. Após a sua chegada, o mesmo se dirigiu à localidade de Picada Moinhos, interior do município de São Lourenço do Sul.

Sobre as mudanças pelas quais a família Feddern teria passado, Milton nos traz informações interessantes²²⁵:

Lá [na cidade de Estrela] inclusive ele esteve acompanhado da mulher. Tiveram um filho, acho que lá faleceu um filho dele. E se eu não me engano até está sepultado em Estrela. Não me lembro o nome, mas o meu pai sempre comentava. Depois ele esteve um tempo em Porto Alegre, sempre como fotógrafo. Então ele viu que cidade grande não era o forte dele, aí ele veio para São Lourenço do Sul. E não foi logo na Picada Moinhos que ele morou. Ele morou no Travessão Boa Vista, onde tinha uma família Mayer. Depois da Travessão Boa Vista, até ele falecer ele morou na *Mühlenstrasse* [Picada Moinhos], perto da Coxilha do Barão. Lá foi a última morada dele, lá foi o quartel general dele, onde ele tinha um laboratório exemplar.

Não foi possível localizar mais informações sobre estes indivíduos, citados pelo entrevistado, bem como não foi possível precisar a exata localização do local onde esta propriedade estava situada, assim como informações referentes ao período em que o mesmo teria residido em Porto Alegre.

²²⁵ Entrevista Milton Feddern, 2015.

Conforme Milton Feddern²²⁶, o contato para morar em São Lourenço teria partido de Sebastião Schiehser. O nome de Sebastião foi encontrado no relatório da Delegacia de Polícia de São Lourenço como sendo um “Estrangeiro súdito do Eixo”. Neste documento, temos a informação de que Schiehser seria alemão, e estaria, em 1940, residindo há 10 anos no Brasil e teria em seu nome 12 hectares de terras, na localidade de Picada Moinhos²²⁷.

Não foi possível encontrar muitas referências sobre o período imediato à instalação de Heinrich em São Lourenço; porém, conforme mencionado anteriormente, de acordo com o relato do próprio Heinrich por ocasião de sua prisão, o mesmo teria voltado sem nenhum espólio ao Brasil, uma vez que, ao partir, efetuou a venda de todos os bens e o dinheiro teria sido utilizado em território alemão.

Desta forma, pressupõe-se que o mesmo pode ter ficado alojado na residência da família Schiehser até que pudesse se estabelecer definitivamente, e uma vez em condições de receber a mulher e os quatro filhos, já estabelecido em sua propriedade alugada da família Mayer, promoveu o retorno destes, cerca de três anos após a partida.

A aquisição de sua propriedade ocorrerá em 06 de julho de 1938, conforme o Livro de Requerimentos e Despachos da Prefeitura Municipal de 1938, e corroborado pelos registros no Livro de Registro 3J do Tabelionato de Imóveis de São Lourenço do Sul, à folha 5, sob o número 4.619 de 06 de julho de 1938, onde consta o registro de escritura pública²²⁸.

No relatório de Estrangeiros súditos do Eixo, temos o nome de Heinrich, sua esposa e sua filha Tessma. Tal relatório nos traz uma informação bastante interessante. De um total de 63 nomes arrolados, Heinrich é o que possui o quarto maior patrimônio²²⁹. Ou seja, em menos de 10 anos Heinrich logrou

²²⁶ Entrevista Milton Feddern, 2015.

²²⁷ Lista de Estrangeiros Súditos do Eixo. Arquivo da Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço.

²²⁸ Registro referente a uma “fração de terras de campo sito no lugar denominado Picada Moinhos”, 2º distrito com 13 hectares mais ou menos de área superficial dividindo-se pelo sul com três linhas, uma demarcada na frente do Travessão Moinhos com 48 metros e 90 centímetros, seguindo por uma linha de bambus até a outra linha demarcada e aramada em 45 metros e 80 centímetros pelo norte com o Arroio São Lourenço, pelo oeste por uma linha demarcada com Jorge Klumb e pelo leste por uma linha demarcada com Gustavo Janke. A propriedade foi adquirida por meio de compra de Carlos Zündler e sua esposa Amália Agnes Zündler por meio de escritura pública de 15 de março de 1938 pelo valor de 4.000\$000.

²²⁹ Consta pertencer ao senhor Heinrich um espólio estimado em CR\$40.000,00 e fica atrás apenas do industrialista Guilherme Julio Roberto Nickhorn com CR\$350.000,00; da industrialista

acumular uma razoável quantia de bens, que garantiriam boas condições a toda a família. Na fala de seu neto Milton, o seu avô “não era um homem de jogar dinheiro fora. Ele guardava o seu dinheirinho e deve ter feito muito dinheiro com fotografia na época dele. Tinha poucos fotógrafos. Não era pobre não”.

Uma vez adquirida a propriedade na Picada Moinhos, Heinrich realizou algumas modificações estruturais na propriedade, para que a mesma pudesse abrigar de forma satisfatória a sua família e o seu laboratório fotográfico.

Em um primeiro momento, havia uma sala usada pelo fotógrafo como estúdio para revelação das fotografias. Milton Feddern lembra que seu avô “tinha uma peça lá em casa. Eu me lembro que era um quarto escuro, onde ele tinha o revelador, o fixador, tinha o aparelho onde ele fazia as cópias”. Após a estabilização financeira, Heinrich teria empreendido a construção de um edifício específico para ser utilizado como estúdio.

Seu neto Milton Feddern lembra que primeiro o estúdio era dentro da casa, “depois ele fez uma peça separada na propriedade. Mais adiante tinha um galpão à direita, tinha uma peça bem comprida, bem larga, tinha várias mesas e bancadas lá dentro, várias bacias com esmaltações, onde ele fazia as revelações, as fixações das fotos”. Nestas bancadas, como afirma a senhora Ingeburg, seu avô realizava a secagem dos registros.

Heinrich Feddern com o passar dos anos foi fazendo fama pela região como retratista de excelente qualidade técnica e artística. Nunca se utilizou da imprensa escrita ou falada para divulgar seu trabalho. Diferentemente do que ocorria com outros fotógrafos, que recorriam a anúncios em jornais, sua divulgação era feita “de boca a boca”, como coloca seu neto Milton.

Heinrich pode ser considerado um verdadeiro representante da categoria de “fotógrafo itinerante”. O mesmo não possuía um estúdio fotográfico fixo. A quase totalidade dos registros analisados, que são de sua autoria, são registros obtidos em cenas externas. Todas as suas fotografias foram feitas nas residências dos fotografados, em festas ou eventos.

Os materiais utilizados por Heinrich, conforme afirma o seu neto Milton, eram todos importados, basicamente da Alemanha. Após o início do segundo

Alma Elsa Hilda Harens com CR\$200.000; e do mecânico Gustav Felipe Henrique Niemeyer com CR\$80.000,00.

conflito armado mundial, em 1939, e a série de medidas restritivas impostas pelo governo brasileiro, a importação de produtos passou a ser proibida e a aquisição dos materiais utilizados pelo fotógrafo para a produção de seus registros passou a ocorrer diretamente em lojas especializadas, quase todas localizadas na capital do estado, Porto Alegre.

Colódio, hipossulfito de sódio, éter sulfúrico, ácido pirogálico, ácido acético – estes materiais sensíveis para negativos eram alguns dos produtos adquiridos nestes estabelecimentos. O deslocamento até estas lojas era feito através de carroça ou a cavalo. A viagem até Porto Alegre durava alguns dias e, mesmo durante a viagem para compra de materiais, ele aproveitava e ia retratando algumas famílias, fazendo alguns registros.

Famoso pela qualidade do seu trabalho, é lembrado carinhosamente como o autor por uma frase que proferia antes de tirar cada uma de suas fotos: “Atenção! Já vai sair o passarinho”.

Em seus registros não notamos a presença de cenários sofisticados, não notamos a presença de murais pintados, cortinas com motivos clássicos ou móveis suntuosos. O fundo das fotografias de sua autoria são em geral improvisados. Cortinas, toalhas de mesa fazendo o papel de uma cortina ou mesmo a fachada da residência dos retratados, são o papel de fundo das imagens que registram grupos familiares em seu ambiente natural, o que confere, de certa forma, ares etnográficos à sua produção. Em alguns casos, vemos a presença de vasos com flores posicionados próximos aos personagens, de forma a criar um ambiente mais alegre, mais harmônico.

Os registros de sua autoria são caracterizados pela grande qualidade artística. As personagens sempre estão centralizadas no retrato. A iluminação natural fazia com que as sombras fossem raras, apesar de os registros serem todos efetuados na parte externa das residências, onde não era possível fazer intervenções sobre o fecho de luz.

Nos figurinos das personagens, percebemos um cuidado interessante. Apesar de a grande maioria dos retratados serem agricultores e os relatos apontarem para as precárias condições em que viviam no início do século XX, isto não transparece nas fotografias de Heinrich. Seu neto Milton nos dá uma pista sobre este aspecto. Em tom jocoso, Milton afirma que as pessoas poderiam até ser feias, mas que nas fotografias do seu avô sempre saíam bonitas. Isto

ocorria pois Heinrich fazia certas imposições para produzir os registros fotográficos.

A senhora Vilma Feddern lembra que Heinrich se recusava a fotografar mulheres cujo cabelo não estivesse perfeitamente penteado, preso por meio de um coque perfeitamente alinhado, assim como as roupas, que deveriam ser as melhores que a família possuísse. Já o uso de calçados era obrigatório.

Apesar de Heinrich ser considerado um fotógrafo itinerante, sua itinerância ocorreu apenas em uma determinada região. Enquanto outros fotógrafos identificados com tal alcunha mudavam constantemente de cidade, estados, ou até mesmo de país, levando consigo a produção de fotografias, Heinrich permaneceu na condição de fotógrafo itinerante apenas na região da Serra dos Tapes. Ainda que Heinrich tenha tido passagens por outras cidades, a sua fixação ocorreu em São Lourenço do Sul, onde adquiriu uma propriedade e passou a residir com a família.

Milton Feddern²³⁰ relembra que o seu avô possuía algumas carroças e alguns cavalos, com os quais percorria toda a região. O carinho com os animais era tanto, que com o objetivo de não extenuar os mesmos nas longas viagens que empreendia pela colônia, ele fazia uma espécie de rodízio, ou seja, em uma viagem utilizava dois animais, na viagem seguinte estes ficavam em sua propriedade descansando, e eram substituídos por outros.

Ainda sobre a atuação de Heinrich, temos vários relatos que nos dão pistas de como esta ocorria. A senhora Nair Hübner²³¹ lembra que existia uma espécie de “corrente”, na qual era noticiada a vinda, a passagem do fotógrafo por determinada localidade. Ou seja, circulava entre a comunidade a notícia de que na próxima semana o fotógrafo percorreria a comunidade; desta forma, quem tivesse interesse em se retratar já ficava de prontidão. Geralmente as roupas eram escolhidas e reservadas, banhos eram tomados, com o intuito de ter a sua melhor imagem gravada no registro que seria exposto na sala da casa ou distribuído entre os parentes e amigos mais próximos.

Além deste recorrido por toda a região, Heinrich atendia aos pedidos que lhe eram feitos, para que registrasse festas de casamento, confirmações, bailes.

²³⁰ Entrevista Milton Feddern, 2015.

²³¹ Entrevista Nair Hubner, 2015.

Ele também passava pelas escolas, onde registrava os grupos escolares diante do edifício. Geralmente em frente ao grupo era colocado um quadro-negro, no qual Heinrich escrevia o nome da escola, o nome do professor e a data do registro. Milton Feddern²³² lembra que esta prática também era adotada quando eram registrados os corais e as sociedades de canto.

A escolha de uma profissão que lhe exigia permanecer bastante tempo viajando, longe de sua família, permitiu que o mesmo possibilitasse à família um bem-estar econômico, que, conforme veremos na sequência, foi inclusive motivo de desconfiança por parte das autoridades brasileiras de que o mesmo recebesse algum tipo de subvenção por parte do Estado alemão, para propagação de ideais nazistas em São Lourenço do Sul.

Em relação à identificação dos seus registros, percebemos que Heinrich possuía um carimbo, que em baixo-relevo “deixava” no canto inferior direito a sua assinatura: “Heinrich Feddern Photograph” ou “Henrique Feddern retratista”, como passou a se denominar após a década de 1940.

O relato do senhor Ingolf Kaltbach²³³, que conheceu pessoalmente o senhor Heinrich, revela algumas questões interessantes. O senhor Heinrich, revela Ingolf, teria a pele muito branca. Uma imagem lhe vem à cabeça quando se recorda do velho fotógrafo: as manchas que o mesmo possuía nas mãos, ocasionadas pela manipulação dos produtos químicos que eram utilizados na revelação das fotografias.

Presente em todos os relatos, está a referência à calvície do fotógrafo. Seu neto Milton recorda inclusive uma passagem na qual o mesmo fazia piada com a sua situação e com o pano que era utilizado para cobrir a sua cabeça no momento da captura da imagem. O colocar e tirar o pano centenas de vezes teria sido responsável pela perda dos cabelos.

Milton Feddern, neto do senhor Heinrich, quando questionado sobre o equipamento que teria sido utilizado pelo seu avô, recorda que a câmera utilizada por Heinrich teria sido vendida a um colecionador e que esta poderia ter sido doada ao Museu de São Lourenço²³⁴.

²³² Entrevista Milton Feddern, 2015.

²³³ Entrevista Ingolf Kaltbach, 2015.

²³⁴ O Museu Histórico de São Lourenço do Sul (MHSL) criado em 29 de maio de 1984 por meio do Decreto nº692, recebeu a atual denominação através do decreto nº2429 de 20 de janeiro de

Sabe-se, analisando o Livro Tombo nº1 do Museu, que em 24 de julho de 1984, foi dada entrada no Museu Histórico de São Lourenço do Sul – MHSL - uma máquina fotográfica da marca Glunz & Bülter, registrada sob o nº 0013. A origem da peça teria sido “compra”, a mesma teria sido proveniente da localidade do Boqueirão e teria pertencido ao senhor João Joaquim Quillfeldt. Já no Livro Tombo nº 02 de 1993, é oferecida a informação de que a mesma máquina, agora registrada sob o nº 0024, teria pertencido ao Museu Dr. Quillfeldt. Não foi possível precisar se a referida máquina trata-se daquela que teria sido utilizada pelo senhor Heinrich Feddern durante os anos em que atuou como fotógrafo.

Alguns indícios apontam que pode sim ter sido a mesma. O primeiro indício está presente nos relatos de Milton e Vilma Feddern, que afirmam que a peça teria sido doada ao Museu da cidade. Este museu poderia ser o antigo Museu Quillfeldt, que mais tarde foi incorporado pelo poder público e que em 1995 veio a se tornar o Museu Histórico de São Lourenço do Sul.

Observando o histórico da peça, no Livro Tombo, a mesma seria proveniente da localidade do Boqueirão, dado que podemos considerar relevante. A referida máquina era usada por um profissional, seja pelo seu tamanho, seja pela dificuldade técnica de manipulação, bem como data de fabricação, logo, o proprietário da mesma não era um amador.

Não foi encontrada nenhuma referência a um fotógrafo que tenha atuado no interior do município naquele período, além do senhor Heinrich Feddern.

Analisando a descrição do aparato utilizado pelo fotógrafo que nos forneceram os depoentes, tais como o seu neto o senhor Milton Feddern, a senhora Thereza Brodt e o senhor Érico Ritter, que descrevem a peça como sendo “grande”, “com uma espécie de fole, parecendo uma gaita”, que era “colocada sobre um tripé” e que o fotógrafo “colocava a cabeça debaixo de um pano” quando ia fazer o registro, pode de certa forma indicar que trata-se do mesmo aparelho.

No depoimento de um outro neto de Heinrich, Lindolfo Feddern, o mesmo narra que seu pai, o senhor Júlio Feddern, vendeu o aparato fotográfico utilizado por Heinrich a um médico que residia na colônia e que possuía um pequeno

1995. Uma grande parte de seu acervo teve origem na coleção do médico João Joaquim Quillfeldt, que fazia parte do antigo Museu Quillfeldt.

museu em sua residência. Mais um indício que nos leva a crer que o aparato preservado no MHSLs se trate realmente da máquina que foi utilizada por Heinrich.

Observando a peça, que hoje se encontra sob guarda no MHSLs, registrada sob o nº356, que é composta pelo aparelho fotográfico e um tripé, ambos em péssimo estado de conservação, temos alguns outros indícios interessantes. A peça ainda possui a lente original, o fole em couro, incrivelmente conservado, e o local utilizado para sensibilização da placa com o negativo em vidro, que inclusive ainda contém uma placa de vidro partido (Figuras 24 e 25).



Figuras 24 e 25: Diferentes ângulos do aparelho fotográfico. Nº inventário 356 – Acervo Museu Histórico de São Lourenço do Sul.
Fonte: Autor, 2014.

Na parte frontal da peça, encontramos uma etiqueta presa por meio de duas tachas. A etiqueta traz a seguinte inscrição: “*Glunz & Bülter Fabrik photographischer Apparate Hannover*”. Buscando informações sobre este fabricante, encontramos referências a esta fábrica em um catálogo de fabricantes de aparatos fotográficos alemães e alguns sites alemães e outro italiano²³⁵. Todos são taxativos ao informar a escassez de fontes onde são fornecidas informações sobre o histórico de tal empresa.

²³⁵São estes os seguintes sites consultados: <http://www.glunz.dk/>, <http://collectiblend.com/>, <http://www.storiadellafotografia.it/>, todos foram acessados em 17/12/2014.

No *Kamera-Katalog des Standardwerk für Sammler und Kamerafans*, organizado por Günther Kadlubek, publicado em 1995, encontramos referências a este fabricante, mas não nos são fornecidas maiores informações. De acordo com Peter Glunz, a fábrica, cuja sede teria sido sempre a cidade alemã de Hannover, teve sua fundação no ano de 1889 sob o nome de Glunz & Sohn. Já nos anos seguintes, uma parceria com Bülter Stammer teria dado origem ao novo nome Glunz & Bülter, que passou a ser adotado em 1893²³⁶. De certa forma, podemos atribuir a propriedade da câmera a Heinrich Feddern. Conforme pode ser averiguado, a sua viagem ao Brasil teria ocorrido em 1923 e segundo o seu neto o mesmo já atuava na Alemanha como fotógrafo profissional.

Vale destacar, ainda, que algumas fotografias da câmera (Figuras 24 e 25) foram mostradas a alguns entrevistados fotografados por Heinrich, e estes foram unânimes em afirmar que se trataria da mesma peça, ou de uma muito semelhante.

Conforme pode ser averiguado, o modelo preservado no MHSLs teria sido fabricado somente até o ano de 1903, quando a empresa mudou de nome. Assim, mais um indício nos leva a crer que esta máquina realmente tenha sido a que foi por tantos anos utilizada pelo fotógrafo.

A importância histórica de tal descoberta é incomensurável. É este o objeto para o qual grande parcela da população residente da Serra dos Tapes pousou a fim de ter a sua imagem gravada. É este o objeto que povoou o imaginário de grande parcela da população. Era o objeto que causava espanto, medo, admiração nas pessoas e a partir do qual, elas tinham a esperança de ver congelado o tempo, de poder prender um evento na materialidade de uma fotografia.

Heinrich Feddern, conforme aponta o seu neto Milton, seria dotado de um espírito extremamente benevolente e generoso. Nas suas andanças pela região,

²³⁶No ano de 1903, teria o fundador se aposentado e a empresa passou a se chamar Glünz & Stammer. Em 1921 a empresa teria mudado novamente a sua nomenclatura, passando a ser conhecida como Orin, em seguida Orion-Werk AG Hannover, tendo neste período como diretor o senhor Friedrich Augustein. O ano de 1933 marca a falência da empresa. Nos seus 44 anos de existência, a empresa teria produzido uma grande quantidade de câmeras, com vários formatos e que teriam sido vendidas para o mundo todo. É dado destaque aos equipamentos que em geral possuem o fole em couro, sendo que os maiores teriam uma aplicação de couro dupla. Além disso, o site italiano, traz uma lista de acessórios bastante substancial, que teriam sido produzidos pela empresa. Acessórios que dizem respeito tanto a parte óptica (lentes adicionais, filtros) como as ferramentas dedicadas a fotografar, tais como tripés em madeira.

ao se hospedar nas residências das pessoas ou mesmo fazer as refeições nestes locais, em troca produzia retratos, com os quais presenteava as pessoas.

Deste forma, temos atualmente um vasto repertório de fotografias de eventos cotidianos, registradas com um olhar etnográfico por parte do fotógrafo. São fotografias de casas comerciais, propriedades rurais, meios de transporte, processos de construção de edifícios entre inúmeros outros exemplos.

Além da produção e registros fotográficos, Heinrich confeccionava molduras para estas fotografias. Atualmente, seu neto Lindolfo mantém preservada a máquina que era utilizada pelo seu avô nesta tarefa. Trata-se de um serrote de metal, ajustável. Além desta peça, Lindolfo possui ainda o rolo utilizado para colar as fotografias sobre o papel, bem como a prensa usada na produção das fotografias.

A atuação de Heinrich como fotógrafo teve uma interrupção nos anos de 1943 e 1944. Durante a pesquisa, foi averiguado que o mesmo teria sido preso por uma suposta participação em atividades relacionadas à disseminação do nazismo em São Lourenço. A fim de obter mais informações sobre este episódio, foi efetuada uma entrevista com o senhor Ingolf Kaltbach, cujo pai, o senhor Paul Kaltbach, também teria sido encarcerado no mesmo período.

Conforme relato do senhor Ingolf, Heinrich Feddern teria sido preso junto a seu pai, o senhor Paul Kaltbach e o pastor Philipp Loersh. Não foram prestadas maiores informações pelo depoente sobre o episódio em questão, excetuando a “injustiça” cometida pelas autoridades quando da prisão dos mesmos.

Em pesquisa no Arquivo Histórico de Porto Alegre, e na Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço, tivemos acesso a toda a documentação relacionada às prisões efetuadas naquele período. Heinrich Feddern foi preso, conforme Livro de Registro de Prisões e Detenções da Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço, no dia 29 de maio de 1943; contudo, em outro documento, consta que a data de sua prisão teria sido 27 de maio de 1943.

Final da década de 1930 início da década de 1940. O clima era de muitas incertezas. Em 01 de setembro de 1939 deu-se início à Segunda Guerra Mundial, um conflito que trouxe consequências bastante graves ao Brasil nos anos subsequentes. Um dos primeiros reflexos em território nacional foi justamente a

confeção dos salvo-condutos²³⁷, sem os quais era limitada e restrita a circulação de estrangeiros oriundos principalmente da Alemanha, Itália ou Japão. Neste período, foram inúmeros os decretos, circulares e leis expedidos com o objetivo de tentar controlar e evitar a propagação de ideais de apoio ao Eixo, nome pelo qual passaram a ser conhecidos os países envolvidos no conflito, do lado alemão.

Em fevereiro de 1942, com torpedeamento de navios mercantes brasileiros no Oceano Atlântico, cujo ataque foi atribuído a submarinos alemães, ocorreu uma pressão popular, e o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha declarando guerra ao Eixo. A partir desta data, o cerco aos estrangeiros que residiam no Brasil começou a ficar maior e passaram a ter início as perseguições sistemáticas.

No caso específico de Heinrich Feddern, podemos entender que outro agravante para as desconfianças relativas às suas práticas eram os seus conhecimentos relacionados com mecânica, que permitiram que o mesmo, conforme depoimento de seu neto Milton Feddern, tivesse construído, na década de 1930, seis cataventos que geravam energia elétrica para toda a propriedade, num período em que a energia elétrica ainda era totalmente desconhecida na região (vale destacar que energia elétrica na região de Picada Moínhos só foi instalada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica na década de 1970, conforme os depoimentos).

Heinrich teria ainda um rádio pelo qual escutava notícias do mundo inteiro por meio de frequência de ondas curtas, teria acesso a jornais e fazia viagens frequentes a Porto Alegre e Rio Grande, com o objetivo de adquirir materiais para o seu campo de atuação profissional. Vale destacar ainda, que no final da década de 1920, Heinrich acompanhado de toda a sua família, empreendeu uma viagem de volta para a Alemanha, onde permaneceram por alguns meses e depois retornam. Tudo isso era observado pelas autoridades locais com olhar de desconfiança.

²³⁷Alguns anos antes das prisões, tornava-se imprescindível para todos os cidadãos estrangeiros que residiam no Brasil, a posse de um documento denominado Salvo-conduto, conforme o dicionário Michaelis (2013, p.325) este é um “instrumento com a individuação completa do portador, e que lhe é fornecido por autoridade policial, durante um estado de emergência ou de guerra, para que possa ter livre trânsito de um lugar para outro, sem risco de prisão ou detenção. É uma autorização por escrito, que um chefe militar, em tempo de guerra, concede a determinadas pessoas, para transitarem sem constrangimento ou obstáculo”.

Em maio de 1943, após uma delação de Frederico Quielfeldt, Heinrich Feddern teve a sua casa revistada, materiais confiscados (entre eles o rádio transmissor que estaria escondido no sótão) e sua prisão foi decretada²³⁸.

O depoimento de Milton Feddern que nos fala sobre este ambiente na casa de seu avô:

tinha uma casinha separada onde a vó fazia os pães e tinha uma peça para defumar linguiça e tinha um banheiro. Em cima no forro, no sótão, lá que tinha coisas. Se eles não mexeram naquela peça lá em cima da casa, tu pode encontrar coisa ainda hoje lá em cima. Lá em cima tinha discos, filmes, meu avô guardava as coisas dele lá. Era tipo um arquivo morto. Botar fora ele não botava. O velho era muito ligado na cultura. Ele lia muito jornal.

Ainda fazendo uso do relato de Milton, ele nos conta que “alguma coisa ele [seu avô] destruiu, outras ele escondeu, conseguiu safar”, referindo-se ao período em que ocorreu a perseguição e a revista nas residências. Uma vez preso na Delegacia de São Lourenço, Heinrich foi interrogado em duas oportunidades. No primeiro interrogatório, levado a cabo em 31 de maio de 1943, Heinrich negou todas as acusações imputadas ao mesmo. Já a tomada do segundo depoimento ocorreu em 07 de junho de 1943. Heinrich foi questionado sobre a escrita de uma carta endereçada ao chefe supremo da Marinha de Guerra Alemã e, desta vez, o acusado assumiu o fato e confirmou que realmente teria escrito a carta na

qual demonstrava uma maneira prática e com mais segurança, trabalhando com minas em combinação com submergíveis, ficando dessa maneira mais fácil para o ataque a marinha mercante ou marinha de Guerra Aliada. (...) Teve tal ideia e procurou logo transmiti-la para sua pátria (Alemanha), unicamente para auxiliar as forças armadas de seu Paiz de origem.

A recomendação conforme ofício de 07 de junho de 1943 era de que Heinrich fosse

recolhido por alguns meses a Colônia Penal e Agrícola ou processado como incurso na Lei de Segurança Nacional, pois pelo que se vê, trata-se de um elemento extremamente “nazista” e que em virtude da sua profissão de fotógrafo ambulante, muito fácil torna-se para ele fazer a sua nefasta propaganda, em benefício da Alemanha, no meio dos colonos de descendência germânica.

²³⁸Conforme ofício remetido ao Departamento de Ordem e Política Social – DOPS - em 03 de junho de 1943 pela Delegacia de Polícia de São Lourenço.

No dia 18 de dezembro de 1943 foi expedido um salvo-conduto em Porto Alegre, no nome de Heinrich Feddern que o autorizava a viajar da capital do Estado até a cidade de São Lourenço. Associamos esta data a sua soltura.

No Livro de ocorrências da Delegacia de Polícia de São Lourenço, do ano de 1944²³⁹, temos um registro onde estão arrolados os materiais que teriam sido apreendidos na residência de Feddern. Entre estes, estão câmeras e lentes fotográficas, que mais tarde lhe teriam sido devolvidas.

Após o episódio narrado acima, Heinrich Feddern, com o objetivo de evitar novas perseguições ou até mesmo uma nova prisão, optou por mudar a sua identificação. Heinrich Feddern Photograph, a partir de 1943 passou a ser conhecido como Henrique Feddern Fotógrafo ou Retratista, texto que passou a fazer parte do seu novo carimbo de identificação e que passou a identificar os registros produzidos a partir desta data.

Sobre Heinrich Feddern, foram encontradas ainda informações na Secretaria da Fazenda em São Lourenço do Sul. Consta que o mesmo efetuou o registro como “fotógrafo ambulante” em 01 de janeiro de 1948²⁴⁰. Este foi o último documento encontrado nos arquivos pesquisados sobre o senhor Heinrich Feddern. Sabe-se que pouco mais de sete anos depois desta data Heinrich acabou falecendo em sua residência.

No Processo Judicial de Arrolamento preservado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul²⁴¹, a inventariante Frieda Franz Feddern fez o inventário do seu marido Ernesto Henrique Julio Feddern no dia 20 de fevereiro de 1952, falecido em 18 de janeiro do mesmo ano²⁴².

²³⁹ Livro de Ocorrências. Delegacia de Polícia de São Lourenço do Sul.

²⁴⁰O registro foi renovado em quatro oportunidades: 1948 (talão 1867/68), 1949 (talão 1917/18), 1950 (talão 1912/1913), 1951 (talão 1905/6), 1952 (talão 7481/2).

²⁴¹Arquivo Público do Rio Grande do Sul APERGS - Nº do processo: 387 M 9 -1952. Comarca de São Lourenço do Sul.

²⁴²Vale destacar que no seu atestado de óbito, consta que sua profissão seria agricultor. Porém, na documentação que se encontra anexada ao processo de arrolamento, temos a relação de todos os bens que passariam a ser divididos entre os herdeiros, dentre os quais estão seus aparatos fotográficos. De acordo com a relação de bens deixados por Heinrich, temos os seguintes itens: 1 câmera escura com os pertences para fotografia, avaliados em CR\$4.500,00; Matéria prima para chapas de esmalte no valor de CR\$1.000,00; 1 carroça colonial e dois cavalos avaliados em CR\$4.500,00; mobília que guarnece a casa de residência, avaliada em CR\$3.000,00; 1 casa de moradia, em mau estado (...) situada numa fração de terras de campo sito na Picada Moinhos, n/ município, com 13 hectares de superfície.

Na partilha de bens, a esposa ficou com metade do espólio, enquanto o restante foi dividido entre os quatro filhos, sendo que Elfrida Feddern Kaul recebeu uma câmera escura, com os pertences para fotografia avaliados em CR\$4.500,00, mesmo valor em que foram avaliados 4,5 hectares de terras que cada um dos outros filhos recebeu.

Encerramos este estudo biográfico de Heinrich Feddern com uma citação do seu neto Milton Feddern, que descreve a forma com Heinrich teria falecido e que acreditamos que defina a atuação deste importante fotógrafo em São Lourenço.

Eu sei dizer que ele morreu na peça dele. Deve ter morrido feliz o 'velho': morreu fazendo fotografia. Numa peça escura, pois ele sempre fechava o quarto, porque não podia entrar luz, qualquer fecho de luz estragava tudo. Quando a minha avó ouviu um barulho, foi ver o que era, o velho estava mortinho lá, bateu a cabeça na quina da mesa o coitado. **Mas se ele morreu fazendo fotografia, morreu fazendo o que gostava** [grifo nosso].

Nicásio Garcia Berisso também conhecido pelo pseudônimo de Sandálio Santos, foi proprietário do Photo Studio Berisso. A respeito deste fotógrafo temos um anúncio veiculado no periódico *O Jornal*, de São Lourenço do Sul, datado de 20 outubro de 1927 (ano V nº14, pg. 02), que afirma que o referido profissional possuiria um “Atelier photographico, em Pelotas” e seria o “diretor tecnico do Gaucho Filme do Brasil”, além de ser o responsável pela produção das vistas da “Villa de São Lourenço”, publicadas no *Album Commercial do Sul do Estado*. Esta foi a única referência encontrada sobre a atuação deste fotógrafo na região. Foi possível averiguar que nasceu no povoado de Pando, no departamento de Canelones, próximo a Montevideu, em 14 de dezembro de 1903. Em razão de seu nascimento tardio (a mãe contava com 40 anos e o pai com 44 no momento de seu nascimento), o jovem Nicácio teria utilizado por algum tempo um hábito infantil (indumentária religiosa), em sinal de agradecimento, e como elemento de proteção religiosa.

Aos 17 anos, apaixonou-se por Violeta Picaroni, que na época contava com apenas 13 anos. Os dois fugiram de casa, rumando para o Brasil, mais precisamente para o Rio Grande do Sul, onde contraíram matrimônio. O casal teve três filhos, porém, o casamento não teve uma duração muito longa.

Uma vez radicado no Brasil, passou a se dedicar à fotografia e a colaboração com algumas publicações em periódicos locais, tal como o *Jornal*

Atualidades da cidade de Pelotas. No ano de 1931 publicou um livro de poemas: “Desde aqui”, sob o pseudônimo Sandálio Santos, que teria sido utilizado em homenagem a um dos balseiros que operava no Arroio Pando, onde Nicácio teria nascido. Este pseudônimo foi a forma como o autor passou a publicar muitas de suas obras.

Retornando ao Uruguai, foi além de fotógrafo, ruralista, jornalista, radialista, e se destacou pelos poemas que foram produzidos ao longo de sua trajetória e que deram origem a várias publicações, dentre as quais se destacam: *Décima de Sandálio Santos, Editorial El Fogón, Rumbiando, Sentido Religioso del Gaucho y del Paisano*, entre outros.

Além disso, dirigiu o semanário *Renovación*, da cidade de Pando, no Uruguai, e escrevia periodicamente para a Revista *El Fogón*, e o jornal *Tribuna Popular*, ambos de Montevideú, além de conduzir um programa de rádio *Tradicion Oriental* na *Radio El Pueblo*. Não foi possível identificar o exato momento de seu retorno para o país de origem. Sabe-se apenas que nos anos de 1934 e 1937 dirigiu o jornal *Renovación*. Nicácio Garcia Berisso falece na década de 1980 no Uruguai.

Tais Castro Soares (2007) fez um estudo biográfico sobre **Ildefonso Robles**, chamado de “artista entre os fotógrafos” por Carlos Alberto Motta. Para traçar o perfil deste profissional, faremos uso quase que exclusivo deste estudo ao longo dos próximos parágrafos, haja vista a total ausência de qualquer outra referência bibliográfica sobre o referido fotógrafo.

Conforme a autora, Ildefonso Robles nasceu na cidade de Porto Alegre em 29 de agosto de 1904. Seus pais seriam os espanhóis Ildefonso e Carmen Robles. Com Robles ainda criança, a família transferiu residência para o país espanhol, onde o jovem completou “seus estudos e iniciou suas atividades artísticas, mostrando gosto pelas artes, particularmente, pela fotografia” (SOARES, 2007, p.06). Conforme Tais Soares, uma vez de volta ao Brasil e instalado em Porto Alegre, Ildefonso Robles (pai) deu início à produção de registros fotográficos. Suas fotografias, a partir de janeiro de 1916, passaram a ser publicadas pelo jornal *Opinião Pública* (SOARES, 2007, p.08).

O trabalho de Robles, fez com que o filho, após a conclusão dos estudos na Europa, retornasse ao Brasil, instalando-se no Rio de Janeiro, onde passou a atuar como assistente de um fotógrafo. Em seguida, transferiu residência para

o Rio Grande do Sul e em 1930, a convite de um tio, mudou-se para a cidade de Pelotas. Ainda a década de 1930 contraiu matrimônio com Diva Robles. Neste mesmo período, o jovem Robles teria montado um ateliê fotográfico, localizado à rua XV de Novembro nº623, cujo nome passaria a ser “Foto Robles”.

Nas palavras de Tais Soares (2007, p. 10 e 11), o estabelecimento de Robles era marcado por uma certa “badalação”, pois em fotografias que registram a fachada do estabelecimento é possível ver um grande público prestigiando uma das muitas exposições de fotografias, quadros, pinturas ou desenhos, que eram realizadas no espaço. Além disso, nestas fotografias é possível visualizar a forma como atelier do fotógrafo era organizado: existia na entrada do estabelecimento uma vitrine, na qual estavam dispostos portarretratos, com fotografias, as quais possivelmente foram produzidas pelo profissional, e expostas de forma a divulgar o seu trabalho. Para Tais Soares, Robles representava uma elite artística. O fotógrafo teria selecionado o seu público dentre aqueles que “desejavam identificar-se como o de maior poder aquisitivo e mais elevada exigência estética” (SOARES, 2007, p. 02).

Com o passar dos anos, Robles expandiu o seu estabelecimento. Ele começou a atuar na zona rural do município, além de fazer frequentes viagens para os “países do Prata, onde frequentou temporadas líricas e investigou produções artísticas locais”, além de ser o fotógrafo oficial de uma revista ilustrada que circulava pela cidade (SOARES, 2007, p. 19).

Na pesquisa efetuada por Tais Soares (2007, p. 20), foi verificado que o processo preto e branco era a especialidade de Ildefonso Robles. Mas a sua “produção destacava-se também pela arte do retoque com grafite, que possibilitava o reparo de imperfeições como rugas ou detalhes indesejáveis”, o que fazia com que seus serviços fossem ainda mais requisitados pelo grupo que pretendia fixar e eternizar uma imagem que fosse perfeita.

A identificação dos registros de autoria de Robles eram feitas através de uma marca que era revelada sobre a imagem. Existem alguns registros em que esta marca, que era constituída pelos nomes do fotógrafo e da cidade, está localizada na parte superior, enquanto em outras na parte inferior. Ou seja, não existia um padrão para a sua localização, conforme ocorreu com outros profissionais.

O dia 22 de março de 1961 marca o falecimento Ildefonso Robles. Soares transcreveu uma matéria veiculada na imprensa local por conta de seu falecimento (SOARES, 2007, p.24 e 25)²⁴³. Com a morte de Robles, a direção do estúdio é assumida por sua irmã Concepção Robles. A jovem auxiliava o irmão no estúdio, momento em que aprendeu a arte da fotografia, bem como os procedimentos laboratoriais (MICHELON; BEAL, 2008, p. 75). Porém, após a morte do irmão, permaneceu pouco tempo atuando no estúdio que passou a ser administrado por outros profissionais (SOARES, 2007, p. 25) entre eles Valdir Mendes e seu filho Renato Mendes, e finalmente Gonzalo Iglesias, pai de Alexandre Robles Iglesias, sobrinho-neto de Ildefonso, o qual administrou o estúdio até o ano de 2007.

A presença do fotógrafo **Mariano Staniszewki**, na cidade de São Lourenço do Sul, é anunciada da seguinte forma:

Artista-fotografo

Trouxe-nos a sua visita o Sr. Mariano Staniszewski artista-fotografo. Tivemos o prazer de apreciar a sua rica coleção de fotografias. Recomendando-o, pedimos aos snrs. Proprietários que aproveitem agora a ocasião para mandar tirar as fotografias de seus predios, incluindo os das sociedades locais, afim de serem clichados e publicados na revista 'S. Lourenço Ilustrado', brevemente a sair da Oficina Grafica 'Edda'." (Jornal – 30/07/1931 ano VI nº 25, p. 02)

Na mesma edição do periódico acima citado, publicou outro anúncio (p.04)²⁴⁴. Porém, parece que o mesmo não permaneceu muito tempo na cidade de São Lourenço do Sul, onde não realizou muitos trabalhos, uma vez que não foi encontrado nenhum registro de autoria do referido profissional.

Em reportagem veiculada no semanário de São Lourenço do Sul, o *Jornal*²⁴⁵, é informada a data em que **Bruno Pruski** chegou à cidade de São Lourenço do Sul. Após esta nota publicada na “secção de visitas” do mesmo

²⁴³A Opinião Pública. Pelotas, 22/03/1961, p. 3. MOTTA, Carlos Alberto. “Sociedade”, Robles é Morto.

²⁴⁴Anúncio novamente publicado no dia 06/08/1931, no mesmo semanário (p. 04).

²⁴⁵Artista photographico

Esteve em nossa redação o Sr. Bruno Pruski, artista photographo, que veio em visita aos seus parentes, pretendendo permanecer algumas semanas nesta localidade. O sr. Pruski teve a gentileza de mostrar-nos uma rica collecção de fotografias artísticas, e não hesitamos em recomendar os seus trabalhos a todos que querem possuir uns retratos artisticamente confeccionados. Matéria veiculada no dia 04 de julho de 1929, ano IV nº39, p. 02.

periódico, seguem alguns anúncios do referido profissional²⁴⁶, o que nos indica que a estadia do fotógrafo que era para durar apenas algumas semanas, acabou se estendendo por praticamente dois anos²⁴⁷. No dia 19 de novembro de 1931, aparece um novo anúncio de Pruski²⁴⁸, oferecendo seus serviços fotográficos, desta vez com um endereço diferente, no centro da cidade: Rua Coronel Pedro Osório nº 04, atual Rua Alfredo Born²⁴⁹.

Em dezembro de 1931 foram localizados alguns anúncios de Pruski²⁵⁰. No dia 09/08/1933 (*Jornal*, ano VIII nº04, p. 02), é publicada uma peça publicitária que não traz a identificação do fotógrafo, mas observando os anúncios publicados nas edições subsequentes do *Jornal*, atribuímos a nota a Bruno Pruski²⁵¹.

²⁴⁶O primeiro anúncio de Pruski, aparece na edição do dia 18/07/1929 (*Jornal*, ano IV nº40, p. 02), o mesmo anúncio continuará a aparecer nas edições dos dias 25/07/1929, 01/08/1929, 08/08/1929, 15/08/1929, 22/08/1929 e 12/09/1929, 24/10/1929 e 12/12/1929. No dia 17/04/1930 (*Jornal*-Ano V nº 26, p. 03) é publicada a seguinte nota “Bruno Bruski artista photographico avisa ao distincto publico desta Villa, que tem de voltar para Porto Alegre, no fim do corrente mez”.

²⁴⁷Não foi possível precisar a data exata do retorno de Bruno Pruski a São Lourenço do Sul, visto que dos anos de 1930 e 1931 existem poucos exemplares preservados do periódico pesquisado no Arquivo Histórico de São Lourenço do Sul. Somente existem no acervo as edições do referido jornal, datadas a partir de outubro de 1931, ficando desta forma um grande intervalo descoberto pela pesquisa nesta fonte.

²⁴⁸Este mesmo anúncio foi publicado nas edições do *Jornal*, além do dia 19/11/1931 (Ano VI nº 42, p. 03), também nos dias 26/11/1931, 03/12/1932, 10/12/1931, 17/12/1931, 24/12/1931, 07/01/1932, 14/01/1932, 21/01/1932 (a partir desta data os anúncios estão com a grafia corrigida, tanto do sobrenome, quanto dos demais termos), 28/01/1932, 04/02/1932, 11/02/1932, 18/02/1932 e 03/03/1932.

²⁴⁹A mudança do nome da rua ocorreu em 1956, por meio da lei nº805 de 29/12/1956. A mesma rua foi também conhecida como rua do Boqueirão, conforme pode ser averiguado no mapa produzido por Otto Knüppeln em 1884. Atualmente está localizada no centro de São Lourenço do Sul, sendo considerada uma das principais ruas da cidade, com uma grande concentração de empreendimentos comerciais.

²⁵⁰Nas edições dos dias 17/12/1931, 07/01/1932, 04/02/1932 e 11/02/1932 são publicados no mesmo periódico, dois anúncios com textos e *layout* distintos, do mesmo estúdio. Um dos anúncios oferece “serviço esmerado de revelação, impreções ampliações, materiais films, etc. para amadores”. E conta com uma observação “os films comprados nesta casa são revelado gratuitamente”. No segundo anúncio, o mesmo “Oferece seus trabalhos profissionais para todos os trabalhos concernente a esta arte” e informa ainda que “aceita revelações de chapas, filmes para amadores, atende chamados para domicilio e para fora desta localidade”. Acrescenta que pratica “preços módicos” e que possui “trabalho aperfeiçoado”. Depois da peça publicitária do dia 03/03/1932, somente foi localizada a veiculação de um novo anúncio, quase dois meses depois, ou seja, no dia 28/04/1932, que é o último exemplar do periódico deste ano preservado no Arquivo Histórico Municipal de São Lourenço do Sul. Vale destacar que, neste anúncio, há uma alteração no endereço do estúdio. Agora o mesmo está localizado na rua Almirante Abreu, sem número, em frente à Praça Rio Branco, atual praça central, denominada Praça Dedé Serpa.

²⁵¹No dia 24/08/1933 (Ano VIII nº06, p. 04), o fotógrafo publica um anúncio no *Jornal*, que será apresentado também nas edições dos dias 31/08/1933, 07/09/1933 e 14/09/1933; porém, já com a identificação do mesmo. Este anúncio é interessante por uma série de aspectos. Um deles se refere ao valor cobrado pelo fotógrafo pelos produtos comercializados por ele: 12 cartões postais e um retrato grande pelo valor de 20\$000..

Percebemos que ele elenca as diferentes modalidades de registros que efetua, tais como “retratos de crianças, baptizados, comunhões, casamentos, grupos”. Realiza também trabalhos artísticos, como pinturas coloridas a óleo, quadros, molduras e reproduções.

No dia 17 de outubro de 1933²⁵² publica o anúncio: “Fotographos amadores. Mande revellar e copiar suas chapas e films, no Atelier Pruski. N.B. os films comprados nesta casa são revellados gratuitamente. Vende-se diversas machinas por preço de ocasião”²⁵³.

No dia 19 de outubro de 1933²⁵⁴ ocorre a publicação também de outro anúncio, no qual é destacada existência de um “Atelier fotográfico” que executa “trabalho fotogrâphicos em geral” e “atende chamados a domicilio”²⁵⁵. Em 14 de dezembro de 1933 (*Jornal*, ano VIII nº 21, p. 04), o fotógrafo publica o seu anúncio de final de ano, onde sugere que os clientes presenteiem seus amigos e parentes com máquinas fotográficas²⁵⁶. A partir do dia 26 de abril de 1934 (Ano nº III p. 04), novamente o fotógrafo publica o preço de um produto vendido em seu estabelecimento. Desta vez uma máquina com “film apenas 40\$000”, sendo que as instruções serão recebidas “por hábil profissional”, bem como os “films comprados” em seu estabelecimento terão revelação grátis. No dia 14 de junho de 1934²⁵⁷ publica anúncios de cartões-postais.

Percebemos que a partir de determinado momento, Pruski voltou, de certa forma, o seu foco, não mais apenas para a execução das fotografias, mas sim para a comercialização de aparatos, bem como a revelação de fotografias

²⁵²Ano VIII nº04, p. 04.

²⁵³O mesmo anúncio será veiculado também nos dias 19/10/1933, 01/11/1933, 23/11/1933, 30/11/1933, 07/12/1933, 21/12/1933 30/12/1933, 05/01/1934, 19/01/1934, tendo sido, um semelhante, porém em tamanho reduzido, publicado em 09/08/1933.

²⁵⁴O mesmo anúncio é veiculado também nos dias 26/10/1933, 01/11/1933, 09/11/1933, 23/11/1933, 30/11/1933, 07/12/1933, 14/12/1933, 21/12/1933, 30/12/1933, 05/01/1934, 12/01/1934 e 19/01/1934.

²⁵⁵No dia 23/11/1933 (*Jornal*, ano VIII nº18 p. 03) e nas três seguintes edições (30/11/1933, 07/12/1933, 14/12/1933) o fotógrafo publica o seguinte anúncio: “Terreno - Procura-se um terreno de 2 a 4 hectares, na beira do Arroio S. Lourenço, porém terras que não alagoam e não muito distante do centro da Villa. Informações com o Sr. Bruno Pruski em frente a Praça Rio Branco”. Mais informações sobre esta compra de um terreno puderam ser obtidas em uma posterior nota publicada no jornal *Voz do Sul*, conforme destacado na sequência.

²⁵⁶“Presente para Natal – Maquinas fotográficas diversos tipo a preços módicos. Instruções gratuitas. Films, revelações e copias”. Nas edições de 21/12/1933, 30/12/1933, 05/01/1934, 19/01/1934 são publicados três peças publicitárias diferentes do mesmo profissional. Os anúncios são os mesmos que foram descritos acima. De 19/01/1934 até 26/04/1934 não é publicado nenhum anúncio.

²⁵⁷E também nos dias 21/06/1934, 28/06/1934, 05/07/1934 e 25/07/1934.

produzidas por fotógrafos amadores. Além da produção de fotografias artísticas, ele comercializava aparatos fotográficos²⁵⁸, cartões-postais, fazia revelações, ampliações, possuía molduras, além de pinturas a óleo. Não foi possível precisar se estas pinturas eram feitas por Pruski, ou se ele havia se consorciado com outro profissional para execução deste serviço.

Na edição do dia 25 de abril de 1936 do semanário *Jornal*, uma nota, na seção de necrologia do jornal, comunica à comunidade do falecimento do senhor Paulo Pruski²⁵⁹. Segundo a nota, o “benquisto cidadão, que já há alguns anos residia nesta vila, em companhia de seu digno filho, o Sr. Bruno Pruski, artista fotográfico”²⁶⁰.

Em 07 de setembro de 1939 no jornal *A Tribuna* (Ano II, nº 68, p. 03), há um pequeno anúncio, no qual o fotógrafo anuncia a sua disponibilidade de se deslocar até a residência dos interessados, não importando o horário do chamado. Neste mesmo anúncio, Bruno Pruski coloca uma relação dos serviços por ele oferecidos: “retratos a *cráion* e a óleo, em cores, revelações, cópias, ampliações, variado sortimento de filmes e chapas fotográficas para amadores. Sortimento de quadros, porta-retratos e molduras”²⁶¹.

Através da análise dos anúncios encontrados nos periódicos locais, constatou-se que o estúdio de Bruno Pruski teve três endereços distintos no município de São Lourenço do Sul: a primeira localização (provisória) foi na propriedade do senhor Adolpho Schmidt, às margens do Arroio São Lourenço,

²⁵⁸Nos dias 11/01/1936 e 18/01/1936 no *Jornal* é publicado, uma pequena nota, na qual Bruno Pruski anuncia: “Vende-se varias maquinas fotografias, por preço de liquidação, com direito as instruções”.

²⁵⁹No livro de Requerimentos e Despachos da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul do ano de 1937, mais precisamente, no dia 03/04/1937, Bruno Pruski fez um encaminhamento para a prefeitura a fim de saber se a herança de seu pai, Paulo Pruski, estava “quites para com essa repartição”. Na mesma data foi dado baixa no documento, onde consta que “nada deve”. Já no protocolo 2250 registrado à folha nº 08 de 30/06/1938, junto da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, Pruski fez uma solicitação para construção de um prédio à rua Coronel Pedro Osório. Seu pedido foi aprovado em 19/10/1938, após o mesmo ter feito o pagamento necessário para a liberação da referida obra.

²⁶⁰Em 25/04/1936, um pequeno reclame assinado por Bruno Pruski, anuncia a venda, por “preço de ocasião”, de um “terreno, uma pequena casa, como também diversas máquinas fotográficas com direito as instruções”. Já em 27/06/1936 no *Jornal*, basicamente são anunciados os mesmos produtos, mas desta vez sob formato de um anúncio maior, bem como a descrição precisa do terreno, além de oferecer máquinas fotográficas com direito às instruções de manuseio das mesmas.

²⁶¹Em 26/10/1940 (*A Tribuna*, ano II, nº 74 p. 04) é publicado um novo anúncio. Desta vez é colocado à venda um outro automóvel, bem como “diversas maquinas fotográficas por preço de liquidação. Facilita-se o pagamento”. Relacionado com a prática fotográfica, este foi o último anúncio de Bruno Pruski encontrado.

em seguida, seu estúdio esteve localizado à rua Pedro Osório nº04 e mais tarde na sua Santos Abreu, em frente à Praça Rio Branco.

Durante nossa investigação constatamos que o mesmo além da produção de retratos para particulares, prestava serviços a instituições locais²⁶², além de se dedicar a outras atividades profissionais²⁶³. Conforme documentos preservados na Secretaria Municipal da Fazenda de São Lourenço do Sul, Bruno Pruski, que residia na Avenida Pedro Osório nº 413, fez o registro de suas atividades como fotógrafo junto da Prefeitura Municipal sob nº 162, no dia 23 de dezembro de 1947²⁶⁴.

Interessante atentar para a data do primeiro registro e a data em que Pruski efetuou o primeiro anúncio de suas atividades como fotógrafo em São Lourenço. Pode-se inferir que até esta data Pruski atuou de maneira informal como fotógrafo, ou seja, não havia regularizado a sua situação como profissional deste ramo na cidade, porém, fazemos essa afirmação com ressalvas, uma vez que não foi localizado nenhum registro de atividades/profissões anterior à década de 1940 nos arquivos pesquisados²⁶⁵. No ano de 1970 é feito o último registro na ficha do referido fotógrafo. Não foi possível precisar se foi esta a data em que o referido profissional cessou suas atividades.

Vale destacar que no verso de uma das fichas pesquisadas na Secretaria da Fazenda de São Lourenço do Sul, estava anotado o nome de sua esposa,

²⁶²No processo de um infanticídio ocorrido em São Lourenço do Sul (Processo Civil/Crime – Infanticídio Nº 1186 M 51 – Ré Maria Setembrina Ferreira), preservado no Arquivo Público do Estado, encontramos uma fotografia de Pruski anexada o inquérito. O registro do bebê morto foi produzido em 12/12/1941, por solicitação do então delegado de Polícia.

²⁶³No jornal Voz do Sul da edição de 04/12/1948 (ano nº I nº 22, p. 04) traz uma matéria de capa com o título “Plantando dá. Insofismavel prova de que o nosso município pode produzir trigo”. A matéria narra que teriam sido feitas duas experiências para provar “que não é verdadeiro o argumento que afirma não dar trigo em nosso município”. O artigo apresenta duas fotografias, nas quais aparecem lavouras exuberantes e descreve a primeira fotografia como tendo sido “apanhada na plantação que o sr. Bruno Pruski fez no lugar denominado Passo dos Baios, subúrbio desta cidade”. A esposa do sr. Bruno Pruski foi retratada “admirando o bellissimo trigal em vésperas de ser cortado”.

²⁶⁴Data em que efetuou o pagamento de CR\$208,00 de ISS (Imposto sobre Serviço) e CR\$60,00 de licença para poder atuar no ramo.

²⁶⁵A partir de 03/12/1968, Pruski passa a pagar a locação do espaço onde funciona o seu estúdio fotográfico, que nesta data era no valor de CR\$18.000,00, em 1964 CR\$48.000,00, em 1965 CR\$72.000,00 e em 1966 a locação era no valor de CR\$94.000,00. O pagamento dos impostos por parte de Bruno Pruski ocorre os anos de 1946 (talão 141), 1947 (talão 132) 1948 (talão 134/135), 1949 (talão 140/141), 1950 (talão 145/146), 1951 (talão 138/9), 1952 (talão 131/132), 1953 (talão 145/46), 1954 (talão 157/8), 1955 (talão 164/65), 1956 (talão 164) e 1957 (talão 179), 1958 (talão 204), 1959 (talão 156), 1960 (talão 180), 1961 (talão 166), 1962 (talão 188), 1963 (talão 195/6), 1964 (talão 210/11), 1965 (talão 1339/40), 1966 (talão 232/3), 1967 (talão 170/1), 1968 (talão 172/3), 1969 (talão 2057), 1970 (talão 14764).

Carolina Pruski, e a informação de que esta teria pago o valor de CR\$280.000,00 de imposto sobre “fotografias p.”. Não foi possível encontrar mais informações sobre este caso.

No arquivo da Delegacia de Polícia de São Lourenço consta que Bruno Pruski, domiciliado na rua Coronel Pedro Osório nº413, em São Lourenço do Sul, era natural de Blumenau, Santa Catarina, sendo filho de Paulo e Hilda Pruski, nascido em 06 de março de 1899. Neste documento, o fotógrafo fez o registro para defesa domiciliar de um “revolver de fabricação hespanhola nº 56525 marca Detetive, calibre 32 longo, cano 14cm, niquelada, com cabo de chifre” em 12 de outubro de 1942.

Em virtude de ser descendente de estrangeiros, o profissional teria sido investigado pela polícia local com o objetivo de averiguar se o mesmo teria ou não alguma participação na difusão do nacional-socialismo na região, mas nada teria sido encontrado que comprometesse o referido fotógrafo²⁶⁶.

No jornal *Voz do Sul* de 19 de dezembro de 1959 (Ano VIII nº175, p.04), a última referência relacionada a este profissional foi encontrada na sessão de classificados. Nela Bruno Pruski anuncia a venda de uma casa e um terreno, sem dar detalhes de preços e localização.

Encontramos outra referência ao fotógrafo no livro de Luis Hammes (2014, p. 498), no qual autor comenta que o Sindicato Rural de São Lourenço do Sul está localizado na casa (localizada na rua Alfredo Born, antiga rua Pedro Osório), que teria sido comprada de Bruno Pruski, na década de 1970, trazendo uma foto da suposta casa sem, no entanto, citar a fonte de onde teria obtido tais informações, bem como não precisar a data em que foi realizado o registro.

²⁶⁶ Em 08/04/1943, Pruski faz uma solicitação à Delegacia de Polícia visando a adaptar o seu “automóvel da marca Ford modelo A, a um aparelho de gazogenio”. O pedido foi deferido pelo delegado em 10/04/1943. No dia 30/09/1943, em resposta ao ofício nº 34 da Diretoria de Trânsito e Acidentes, é elaborada uma relação com o nome de todos os indivíduos que possuíam “automóveis movidos a gasogênio, carvão e emplacados” em São Lourenço. Nesta relação, aparece o nome de Bruno Pruski como sendo proprietário de “um veículo de chapa nº P – 6- 10- 84”. Já em 26/03/1946, o senhor Bruno Pruski faz uma outra solicitação à Delegacia, visando dar baixa no seu automóvel que fora vendido ao senhor Carlos Westendorff.

Bruno Pruski, conforme já apontado, era filho de Paulo e Hilda Pruski, nascido em 06 de março de 1899 na cidade de Blumenau em Santa Catarina, e falecido em 23 de setembro de 1985²⁶⁷, de parada cardiorrespiratória²⁶⁸.

Em seu livro, Antonio Lessa (2009, p. 87) coloca que o Velho Pruski, apodo com o qual o profissional era conhecido na cidade de São Lourenço do Sul, seria na época (décadas de 1930-1940), o único retratista da cidade. Conforme o autor, seu estúdio contava com uma vitrine, na qual ficavam expostos diversos retratos produzidos pelo mesmo. Este mesmo episódio, além de ser exposto no livro, foi narrado pelo senhor Beto Lessa, no depoimento cedido ao presente autor.

O entrevistado coloca que o fotógrafo teria uma série de “manias”, dentre estas estaria o costume de solicitar aos fotografados o pagamento da metade do valor da fotografia no ato de produção desta e o restante no momento da retirada do mesmo. O entrevistado conta que existia inclusive no estúdio de Pruski uma grande placa, na qual estavam contidos os valores cobrados, bem como os prazos para entrega dos mesmos.

Contudo, afirma Lessa, existiam muitos “caloteiros” que solicitavam a produção de retratos, e depois não retiravam os mesmos, fazendo com que o fotógrafo ficasse com uma grande quantidade de fotografias em seu estúdio. Como uma forma de pressionar as pessoas a retirarem as suas fotos e diminuir desta forma o prejuízo, Pruski teria tido a ideia de colocar em sua vitrine as fotografias destas pessoas de cabeça para baixo, indicando que os mesmos eram devedores.

Tal episódio é lembrado de forma bastante clara tanto por Lessa, como pela sua esposa, a senhora Sara Lessa, que participou da entrevista. Sara afirma que a vitrine do estúdio de Pruski se tornou em uma grande atração na cidade. As pessoas permaneciam por um longo período de tempo em frente à mesma, procurando identificar todos os devedores, afirmando a senhora Sara que tal fato era “um prato cheio para os fofoqueiros de plantão”.

²⁶⁷De acordo com o Livro de Registro de Enterramentos no Cemitério Público de São Lourenço do Sul (1932-1998) o senhor Bruno Pruski, teria falecido no dia 23/09/1985 (conforme registro nº 6.038), porém, na lápide de seu túmulo está a data de 23/09/1986, não sendo possível desta forma, precisar a data correta de seu falecimento.

²⁶⁸Seu corpo está sepultado no cemitério público de São Lourenço do Sul, ao lado de sua esposa, Carolina Ziebel Pruski, nascida em 05/04/1893, filha de Germano e Brigida Ziebell, e falecida em 30/08/1970, de insuficiência cardíaca.

Com medo de ter o seu retrato incluído na galeria do fotógrafo Pruski, as pessoas passavam a cumprir os prazos acordados com aquele profissional. E ficando sabendo de que uma fotografia sua estaria incluída na vitrine, os indivíduos corriam rapidamente até o estúdio, com o objetivo de saldar as dívidas e ver seu retrato retirado da vitrine. O entrevistado lembra que se tornou de certa forma um costume na cidade, pedir para os amigos e familiares passarem na frente do estúdio, a fim de saber quais eram as pessoas que possuíam fotos viradas na vitrine.

Tal costume de Pruski teria inclusive lhe rendido uma série de inimizades, bem como ameaças. O senhor Lessa, quando questionado sobre como era a organização do estúdio de Pruski, lembra que no mesmo existia apenas um espelho, ao lado do qual estava posicionado um pente e um copo de água, a fim de que o fotografado pudesse arrumar o cabelo momentos antes de ter capturada a sua imagem.

Em relação aos descendentes de Pruski, foi efetuado contato com pessoas que possuíam o mesmo sobrenome do fotógrafo, mas não houve retorno por parte destes²⁶⁹.

Em relação ao carimbo utilizado pelo referido fotógrafo, percebemos que o mesmo teve consideráveis variações ao longo dos anos. As variações foram tanto no formato, como no conteúdo dos mesmos.

Nos acervos analisados, foi encontrado apenas um exemplar no acervo do Museu da Imigração Pomerana. Assim, mesmo com o grande volume de anúncios publicitários, percebeu-se que Bruno Pruski teve uma produção limitada, uma vez que foram identificados poucos registros de sua autoria nos acervos pesquisados, o que nos leva a crer que o mesmo não teve uma atuação na área colonial²⁷⁰.

Bruno Pruski, longe de todos os outros fotógrafos atuantes em São Lourenço do Sul, foi o que mais publicou anúncios na imprensa local. Além de

²⁶⁹Conforme um registro fotográfico encontrado no acervo do Museu e Arquivo Histórico Municipais de São Lourenço do Sul (nº inventário 2634), que retrata a família do senhor Germano Ziebell, existe no verso da mesma, uma folha colada que traz a identificação de todos os personagens representados na fotografia, sendo uma delas identificada como Carolina Ziebel, casada com Bruno Pruski. Nesta mesma inscrição, consta que o casal não teria tido filhos.

²⁷⁰Entre os registros do Museu Histórico Municipal de São Lourenço do Sul, 5 são de autoria de Bruno Pruski, no acervo da Família Gehrke, foi localizado um registro de autoria deste profissional. Já nos outros acervos consultados não foi encontrado nenhum registro de sua autoria.

produção de fotografias, dedicou-se a outras atividades, tais como a comercialização de produtos relacionados com a prática fotográfica, bem como cultivo de trigo. O fotógrafo, além de possuir um estúdio fixo no centro da cidade, a partir de determinado momento, passou a oferecer serviços de atendimento ao público nas residências dos mesmos, ou em casamentos e eventos sociais. A mudança de atividades e a diversificação dos produtos que comercializava, bem como a comercialização de automóveis, terrenos e casas sugerem que o autor enfrentou problemas financeiros, obrigando-o a tais medidas.

Não foi possível precisar até que data o profissional esteve atuando no ramo de produção de fotografias, nem qual foi o destino de seus materiais quando de seu falecimento. Analisando o acervo de fotografias nas instituições pesquisadas, percebemos que nas primeiras décadas de atuação, Bruno Pruski produzia fotografias com grande qualidade de acabamento. Estas geralmente eram coladas sobre uma base ricamente decorada. Porém, foram identificadas também fotografias mais simples, sem este acabamento rebuscado.

Podemos concluir que a atuação deste profissional ficou mais restrita ao centro urbano da cidade de São Lourenço, sendo o seu principal meio de divulgação a imprensa escrita, onde foram localizadas dezenas de anúncios do referido fotógrafo ao longo dos anos.

As informações relacionadas à atuação de **Egídio Camargo** são basicamente oriundas do trabalho de Cristiano Gehrke (2013) que por sua vez coletou as informações através de uma entrevista²⁷¹ realizada com o neto do referido fotógrafo, Marcus Vinicius de Souza Camargo, bem como de um histórico produzido pela família²⁷². O fotógrafo Egídio Soares de Camargo, filho de Domingos Soares de Camargo e de Severina Soares de Camargo, nasceu no dia 01 de setembro de 1908, na localidade de Ares Alegre, 1º Distrito de Canguçu, localidade que bastante próxima da Colônia Maciel.

De acordo com Cristiano Gehrke (2013, p. 84), após passar por uma enfermidade, Egídio Camargo teria começado a se dedicar a leituras, o que teria possibilitado, após o seu restabelecimento, atuar na prática docente.

²⁷¹Denomino aqui entrevista, a troca de e-mails que foi realizada durante o mês de setembro de 2012 com o senhor Marcus Vinicius de Souza Camargo, nos quais o mesmo repassou as informações que trago no presente trabalho.

²⁷²Histórico biográfico produzido pela família em 2012, datilografado, cuja consulta foi possibilitada ao presente autor pelo senhor Marcus Vinicius de Souza Camargo.

Casou em 14 de dezembro de 1940, com a senhora Deolinda Silveira de Ávila, com quem teve dez filhos, dos quais sobreviveram sete. Logo após o casamento, mudou-se com a esposa para a área urbana da cidade de Canguçu.

O Sr. Egídio teria exercido uma série de profissões ao longo de sua vida, entre elas, agricultor, carreteiro, professor, agrimensor, marceneiro, comerciante e fotógrafo. Esta última foi a profissão que teria abraçado e exercido desde sua juventude até o final de sua vida (GEHRKE, 2013, p. 85).

De acordo com o histórico fornecido pela família de Camargo²⁷³, na busca de uma atividade profissional que lhe proporcionasse melhores condições de vida, conheceu em Pelotas um fotógrafo, cuja identidade não pode ser precisada, que era o responsável por revelar as fotografias que ele tirava de forma amadora. Neste momento, Camargo teria vislumbrado ali uma possibilidade de profissionalizar-se e começou a frequentar o laboratório deste fotógrafo.

Com o aprendizado e experiência adquiridos, através da observação, ele passou a fotografar pessoas no interior de Canguçu e Pelotas, e montou um laboratório fotográfico bastante simples, em sua própria residência. Ele teria assumido definitivamente a profissão de fotógrafo em 07 de fevereiro de 1932, quando passou a atuar como fotógrafo itinerante na Serra dos Tapes (HISTÓRICO CAMARGO, 2010, s.p.).

Tendo como intuito construir o seu Atelier Fotográfico, adquiriu um terreno na cidade da Canguçu e, no dia 02 de novembro de 1941, iniciou a construção de um edifício. O prédio, conforme observação empreendida, está atualmente localizado na Rua General Osório nº 856, e ainda mantém as mesmas características arquitetônicas.

De acordo com o Sr. Vinícius Camargo, o seu avô teria sido o primeiro fotógrafo que se estabeleceu de maneira fixa no município de Canguçu e sua atuação se estendeu por cerca de 60 anos, até setembro de 1993, poucos dias antes de sua morte. Em seu estúdio eram produzidas fotografias preto-e-branco, sépia e, a partir de 1977, o senhor Egídio Camargo comprou um aparelho que lhe permitiu produzir fotografias coloridas. No Museu Municipal Capitão Henrique

²⁷³ Documento datilografado, não publicado, sem paginação, datado de 2010, gentilmente cedido ao autor pelo neto do senhor Egídio Camargo, Vinícius Camargo.

José da Barbosa, de Canguçu, está uma das máquinas fotográficas que teria sido utilizada por Camargo, e que foi doada por uma de suas filhas, Telma Camargo. Além disso, na referida instituição, existe uma série de aparatos, que não têm uma procedência definida, mas que, na visão de um dos responsáveis pela instituição, teriam também pertencido a Egídio Camargo.

Egídio Camargo “fez da fotografia mais do que uma profissão, exerceu-a como uma arte”. Uma de suas características mais marcantes era que, ao tirar fotografias, fazia com que os retratados esperassem um grande tempo, de forma com que pudesse ser possível enquadrar todo o grupo e assim, que todos estivessem olhando para a sua máquina. Esta característica teria sido “tão marcante que até hoje, quando alguém vai tirar uma fotografia e demora muito, costuma-se falar: *‘anda logo Seu Egidio’* ou *‘bate logo essa foto Seu Egidio’*” (HISTÓRICO CAMARGO, 2010, s.p.)

Em sua longa carreira profissional, Camargo fez a cobertura das festividades do Centenário da Revolução Farroupilha, em junho de 1935, em Rio Grande e em Viamão, como também fez uma homenagem aos “pracinhas” Izidro Matoso e Hortêncio Rosa, dois soldados canguçuenses que morreram na Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com os familiares, Egídio Camargo “era bastante rígido em seu trabalho, primando pela perfeita apresentação e durabilidade de suas fotos, tanto que sempre trabalhava com os melhores materiais e equipamentos que existissem, geralmente importados da Inglaterra e da Alemanha” (HISTÓRICO CAMARGO, 2010, s.p.).

Além de fotógrafo, o senhor Egídio foi um ativo participante da vida cultural do município de Canguçu. Há referências ao seu papel destacado em diferentes instituições culturais e filantrópicas do município.

Camargo faleceu em 23 de setembro de 1993. O seu acervo, composto por negativos em película, filmes em preto e branco ou cor e fotografias em papel, assim como por algumas câmeras e outros equipamentos, foram doados pelos familiares ao Museu Municipal Capitão Henrique José Barbosa, de Canguçu.

Referências a sua atuação estão em relatos preservados no Museu Etnográfico da Colônia Maciel²⁷⁴, além de uma passagem no Livro Tombo da Igreja, no qual é narrada a doação de um registro fotográfico de sua autoria²⁷⁵.

Em relação à identificação das fotografias de sua autoria, o mesmo possuía um carimbo que em baixo-relevo registrava nas fotografias as suas iniciais, seu sobrenome e a cidade: E.S Camargo – Cangussu”.

Tamagnone. Referências a este profissional são poucas. De acordo com o histórico da Clínica de Cirurgiões Dentistas CDW²⁷⁶, o endereço desta empresa no ano de 1968 seria a Avenida Brasil nº 444 na cidade de Passo Fundo, ao lado do Estúdio Fotográfico Tamagnone, próximo ao Clube Comercial. Já em seu artigo sobre o circuito social da fotografia em Porto Alegre nos anos de 1922 e 1935, Zita Possamai (2006, p. 273) faz um apanhado sobre os principais fotógrafos que teriam atuado naquela cidade no período citado. O nome Plínio Tamagnoni (com i no final) aparece como um fotógrafo atuante no ano de 1935, porém sobre o mesmo, a autora coloca que não foi possível encontrar mais informações.

Entre os registros encontrados no Museu Etnográfico da Colônia Maciel, temos alguns exemplares, sendo que um deles está precisamente datado: 30 de junho de 1951 e é um registro produzido em estúdio, e como estes personagens eram naturais da Colônia Maciel, acredita-se que a produção deste registro tenha ocorrido na cidade de Pelotas. Não foi possível precisar se se trata do mesmo profissional.

Conforme Taís Castro Soares, **Arnold Del Fiol** nasceu em 18 de janeiro de 1919, em Itatuí no estado de São Paulo. Aos oito anos de idade, entrou em contato com a fotografia, ajudando o seu pai, que trabalhava como fotógrafo. Formado em odontologia, chegou à Pelotas para visitar seu tio, Francisco Del

²⁷⁴Dentre estes relatos, temos o da senhora Maria Zanetti, que, se recordando da produção de uma fotografia de sua família, afirma que esta teria sido executada pelo fotógrafo Egídio. Ela afirma que o mesmo possuía uma grande máquina e a mesma tinha, acoplado, um pano preto, do qual o fotógrafo se servia para encobrir a cabeça sempre que o retrato era produzido.

²⁷⁵A passagem que se refere ao fotógrafo Egídio Camargo é do dia 22 de março de 1953, quando “logo após a Santa Missa, uma grande assistência tomou parte na solenidade de inauguração do retrato de sua Revma. [Padre Jacob Lorenzet] oferecido pelo grande amigo o fotógrafo Egídio Camargo. Descerrou a cortina outro amigo do S. Revmo. o sr. Joaquim Duval” (s.p.).

²⁷⁶Disponível em <http://cdwodontologia.com.br/>, acessado em 19/09/2014.

Fiol, em 1936, que era fotógrafo e proprietário de um estúdio na Rua XV de Novembro, em frente à Praça Coronel Pedro Osório, cujo nome era Estúdio Del Fiol (SOARES, 2007, p. 27).

Ainda de acordo com Tais Soares, o senhor Arnold tinha um irmão mais novo, Winner Del Fiol, que morava em Pelotas e auxiliava o tio no estúdio fotográfico. Winner trabalhava paralelamente no curso de Odontologia que hoje integra a Universidade Federal de Pelotas, onde fotografava cirurgias e extrações dentárias. Permanecendo na cidade de Pelotas, começou a trabalhar como auxiliar de seu tio. Em 1948, o senhor Francisco retorna a sua cidade natal, enquanto o senhor Arnold assumiu a gerência do estúdio em Pelotas (SOARES, 2007, p. 28).

Arnold fotografou com três tipos de câmera, a mais usada foi uma “máquina caixote”, fabricada na capital gaúcha. Fotografou ainda com “Yashica caixão”, com flash e negativo de 120mm, e outra câmera com negativo de 135mm, que eram mais usadas em fotografias externas ao estúdio. Um fato curioso é que o fotógrafo nunca devolvia os negativos ou as chapas de vidro ao cliente, a fim de assegurar seu retorno ao estúdio (SOARES, 2007, s.p.)

De acordo com a pesquisa realizada por Tais Soares (2007), o estúdio de Del Fiol disponibilizava uma falsa lareira feita de madeira, que em algumas fotografias tinha a função de cenário; além disso, possuía cadeiras, poltronas e espelhos e, para modelos masculinos, um casaco de um terno e uma gravata. A iluminação do estúdio era feita através de oito lâmpadas fluorescentes, não sendo necessário, portanto, a utilização de flash.

Sua produção era basicamente de fotografias preto e branco; as fotografias coloridas eram menos procuradas devido ao custo elevado, uma vez que a sua revelação ocorria em estúdios da cidade de Porto Alegre. Em relação aos materiais utilizados, Del Fiol, num primeiro momento, trabalhava com chapas de vidro que progressivamente foram sendo substituídas por rolos flexíveis. De acordo com Tais Soares, o senhor Arnold foi pioneiro ao trazer a polifoto²⁷⁷ colorida para a cidade. Outro tipo de técnica utilizada por este fotógrafo foi a montagem fotográfica²⁷⁸.

²⁷⁷Técnica que consistia em uma mesma fotografia colocar quatro ou cinco fotografias (close) captadas em sequência.

²⁷⁸Técnica que constitui imagens fotográficas através da sobreposição da ampliação de dois ou mais negativos.

Cristiano Gehrke (2013, p. 89) e Tais Soares (2007, p.34) notaram que as fotografias que representavam a comunhão eram uma das especialidades do fotógrafo, nas quais o mesmo efetuava fotomontagens. A identificação do seu estúdio ocorreu de maneiras distintas ao longo de sua trajetória profissional. Temos presentes, no acervo, assinaturas impressas sobre o papel (como é o caso das tradicionais lembrancinhas), as quais continham apenas a inscrição “Del Fiol”; havia também uma espécie de adesivo dourado, que possuía a inscrição “Studio Del Fiol apresenta”, que ficava colado na parte inferior da fotografia.

O Estúdio Del Fiol, de acordo com as entrevistas que foram realizadas para a pesquisa de Tais Soares (2007), apresentava-se como um estúdio popular, um estúdio onde tanto os procedimentos quanto os materiais priorizavam um custo mais baixo e facilidade de execução. O encerramento das atividades do estúdio teria ocorrido em 1991 com a morte de seu então proprietário e a venda do prédio onde o mesmo funcionava.

Del Fiol tinha grande popularidade na comunidade estudada, o que pode ser comprovado em função do grande número de registros de sua autoria. Esta popularidade pode ser explicada principalmente pelo fato apontado por Tais Soares, de que era um fotógrafo popular, que praticava preços mais baixos em relação a outros fotógrafos.

Júlio Feddern ou Julius Feddern, o primeiro filho do sexo masculino de Heinrich Feddern, seguiu os passos do pai no ramo da fotografia. Quando jovem, acompanhado de seu irmão mais novo Edgar, auxiliava o pai com a produção de fotografias e se revezava com o irmão dirigindo o automóvel adquirido pelo velho fotógrafo.

Júlio nasceu em julho de 1925. Seu casamento ocorreu na década de 1940. Frutos desta união, o casal teve quatro filhos. Quando do casamento de Júlio com a senhora Iria Feddern, acabou dedicando-se ao ramo da fotografia de forma profissional, dividindo o tempo entre o trabalho em uma oficina mecânica e a produção de retratos.

A produção de registros fotográficos por parte de Júlio Feddern ocorria exatamente da mesma forma como executava o seu pai, ou seja, ele também era um fotógrafo itinerante, não possuía um estúdio fixo, mas produzia as fotografias diretamente na casa dos retratados ou em eventos para os quais era

convidado, na condição de fotógrafo. Da mesma forma que Heinrich Feddern, Júlio de certo modo nunca entrou em concorrência com outros profissionais que atuavam na zona urbana do município. O seu público-alvo era composto basicamente pelos moradores da zona rural.

Em sua residência, o mesmo possuía um laboratório que era utilizado na revelação das imagens fotográficas. Júlio, ao contrário de seu pai, não realizou curso de especialização que o habilitasse a executar as atividades. Seu conhecimento foi, conforme afirma seu filho, o senhor Lindolfo Feddern²⁷⁹, aprendido com o próprio pai, através da observação e do acompanhamento deste. De acordo com o relato deste, com a morte de Heinrich, foi o senhor Júlio quem teria herdado todos os equipamentos do pai e ele teria transferido, então, sua residência para a Picada Moinhos. Contudo, tal informação entra em conflito com o disposto no Processo de Inventário da morte de Heinrich Feddern, que aponta que a filha de Heinrich é quem teria herdado os equipamentos fotográficos.

Dentro da residência do senhor Júlio, conforme nos relata seu filho Lindolfo, havia uma peça que não era adequada para isso, mas que era utilizada para fazer a revelação dos registros fotográficos. Em relação ao equipamento utilizado por Júlio, Lindolfo acredita que se tratava de uma da marca Agfa, “mas era daquelas de pôr o pano por cima da cabeça. Até 1959 por aí, aí ele começou a trocar as máquinas antigas, por máquinas mais modernas”.

Conforme Lindolfo, Júlio Feddern começou a utilizar o *flash* aproximadamente em 1960. Lindolfo se recorda que o *flash* era, na verdade, uma espécie de lâmpada, e que poucas vezes após a sua utilização esta se rompia; desta forma, era necessário que fosse efetuado um planejamento prévio, para que não ficassem impossibilitadas a produção de fotografias, devido ao fato de não ter lâmpada disponível para o *flash*. Além de uma efêmera duração, tal lâmpada era relativamente cara, o que na visão do fotógrafo fazia com que sua utilização fosse evitada.

Sua atuação vai se estender mais ou menos até a década de 1970, quando então seu filho Lindolfo assumirá o papel de fotógrafo profissional. A divulgação do trabalho de Júlio ocorria da mesma forma que procedia o seu pai,

²⁷⁹ Entrevista com Lindolfo Feddern, 2014.

ou seja, sem a utilização de anúncios impressos ou sonoros. Lindolfo Feddern afirma que “era só no boca a boca. Tinha rádio, mas ele sempre dizia que a propaganda era ele mesmo que fazia”.

Lindolfo coloca ainda que seu pai era convidado para os casamentos e confirmações para tirar fotos. Nas palavras do sobrinho, Milton Feddern²⁸⁰:

o tio Júlio Feddern era mecânico, tinha uma Oficina Mecânica. Trabalhava em conserto de carros, também fazia rebobinagem de motores elétricos. E ele tinha a fotografia como o hobby. Ele também tinha o laboratório dele, e também fazia o mesmo ritual que o meu avô fazia. Mas ele tirava foto só quando era chamado. Ele já não fazia como o meu avô que ia de casa em casa. E além disso, ele também era agricultor, plantava milho.

Lindolfo coloca ainda que seu pai, além da produção de fotografias, efetuava a execução de quadros nos quais eram emolduradas fotografias²⁸¹. Conforme documentos preservados na Secretaria Municipal da Fazenda de São Lourenço do Sul, Júlio Feddern, que residia Picada Moinhos, fez o registro de suas atividades como fotógrafo ambulante junto da Prefeitura Municipal sob nº 158, no dia 26 de janeiro de 1953²⁸².

Júlio Feddern, efetuou na década de 1980 a venda dos equipamentos fotográficos que eram de seu pai Heinrich Feddern a um médico colecionador, o senhor João Quilfeldt, cuja coleção foi incorporada ao Museu Municipal de São Lourenço, após o falecimento do referido médico. Júlio Feddern acabou falecendo, na década de 1980, e está sepultado no cemitério da Picada Moinhos.

A identificação dos retratos de sua autoria ocorria por meio da colocação de um carimbo na parte posterior do registro, de forma centralizada. O carimbo,

²⁸⁰ Entrevista com Milton Feddern, 2014.

²⁸¹Referências ao referido fotógrafo são encontradas nos livros de chamada da Escola Padre Anchieta, localizada na Picada Moinhos no ano de 1957, preservados na Secretaria Municipal de Educação de São Lourenço, quando o menino Harry Feddern, nascido em 06/04/1949, que estava matriculado no 1º ano, não compareceu aos exames finais. Neste registro, consta que o mesmo residia na Picada Moinhos, distante cerca de 1.300m da escola. Seu pai, evangélico, havia estudado até o primário, e chamava-se Júlio Feddern e atuava como fotógrafo.

²⁸²O pagamento dos impostos por parte de Júlio Feddern para obter a autorização para atuar como fotógrafo ocorreu nos anos de 1953 (talão 2878/79), 1954 (talão 1839/40), 1955 (talão 3282/83), 1956 (talão 6305/6), 1957 (talão 3679/368), 1958 (talão 3722/23), 1959 (talão 3155/56), 1960 (talão 3341/2), 1961 (talão 5428/29), 1962 (talão 13503), 1963 (talão 4612/13), 1964 (talão 11312), 1965 (talão 14/239), 1965 (talão 5/504), 1966 (talão 14268/9), 1967 (talão 13917/18), 1968 (talão 14489/90), 1969 (talão 1033/14), 1970 (talão 10115/6), 1971 (talão 10635/6), 1972 (talão 11151/2), 1973 (talão 11179/80), 1974 (talão 8541/2), 1975 (talão 8215/6). No ano de 1975 foi feito o último registro na ficha do referido fotógrafo, com uma observação no final da ficha, datada de 05/10/1976, na qual consta “ex-ofício”, o que nos leva a crer ser esta a data em que o referido fotógrafo cessou suas atividades.

de formato ovalado, com desenhos e detalhes serrilhados, possuía o seu nome grafado em letras maiúsculas, acompanhando o formato da moldura do carimbo. Em seguida vinha o termo “Fotógrafo”, centralizado, localizado entre dois asteriscos (*). Sua profissão era precedida pelo nome da cidade: “São Lourenço do Sul”. A cor do carimbo, em todos os registros, é em um tom azulado (roxo).

Filho mais jovem de Heinrich Feddern, **Edgar Feddern** auxiliou o pai na produção de retratos, da mesma forma que seu irmão Júlio. Entretanto, diferentemente de Júlio, Edgar atuou no ramo da fotografia por um reduzido espaço de tempo, quando então passou a se dedicar exclusivamente ao ramo da esmaltação. Mesmo com breve atuação no ramo, podemos incluir Edgar no rol de fotógrafos que atuaram na região da Serra dos Tapes no século XX. Nasceu em 29 de maio de 1927. Sua filha Ingeburg Feddern²⁸³ narra que o nascimento teria ocorrido no município de Estrela. Em 31 de dezembro de 1947 casou-se com a senhora Hedwig Schneider. O casal teve três filhos.

Sua atuação como fotógrafo, conforme narram seus filhos Milton e Ingeburg, foi bastante curta, tanto que o mesmo não produziu nenhum carimbo que pudesse identificar o seu trabalho, conforme era usado pelo seu pai Heinrich e pelo seu irmão Júlio.

Ingeburg recorda que a atuação do pai ocorria de forma semelhante a de seu avô, ou seja, não possuía um estúdio fotográfico fixo, e a produção de retratos era feita através de solicitações dos clientes que convidavam o fotógrafo para festas de casamento, confirmações, para que pudesse registrar estes eventos.

A entrevistada recorda o auxílio que ela e sua irmã prestavam ao pai em alguns momentos. Seu auxílio compreendia a tarefa de realizar os banhos químicos necessários para o processo de revelação dos registros fotográficos. Ingeburg lembra que a sala em que eram feitos estes procedimentos era uma sala escura, e a mobília era composta basicamente por estantes, nas quais ficavam guardados os produtos químicos, além de bancadas com as bacias onde eram realizados os banhos, bem como espaços que eram mais tarde usados na secagem dos registros fotográficos.

²⁸³ Entrevista com Ingeburg Feddern, 2014.

Em relação ao aparato utilizado para produção dos registros, Ingeburg lembra que se tratava de uma da marca Yashica, igual à utilizada pelo seu tio Júlio. Este aparelho teria sido adquirido nos anos de 1960-1961, e a compra provavelmente teria sido feita no Bazar Edson, na cidade de Pelotas, pois era este o local em que a família costumava adquirir produtos relacionados à prática fotográfica.

Na documentação pesquisada, foi possível localizar informações sobre Edgar Feddern no ano de 1956, no livro de registros da Escola Padre Anchieta, em que consta que ele teria matriculado dois filhos neste educandário, e sua profissão sendo identificada como fotógrafo.

Conforme explicitado anteriormente, Edgar abandona a carreira de fotógrafo e passa a se dedicar exclusivamente à de esmaltação. De acordo com seu filho, Milton Feddern, Edgar, descontente com a baixa qualidade do material, que era naquele momento todo de fabricação brasileira, acabou desistindo desta carreira, enveredando por outro ramo, influenciado por seu pai, Heinrich Feddern.

De acordo com os relatos de Vilma Feddern²⁸⁴, Heinrich teria sido o responsável pela introdução da esmaltação ou seja, a transferência de fotografias para porcelana, em São Lourenço do Sul. Ele aliava a prática itinerante da fotografia com a confecção de placas para cemitérios. As primeiras teriam sido confeccionadas na Alemanha e eram então enviadas já prontas para o Brasil, mas não tardou muito e ele construiu na sua residência uma fornalha a lenha e queimava as placas ali mesmo.

Em 24 de fevereiro de 1941, em um processo de assassinato que ocorreu em São Lourenço do Sul, o senhor **Ruben Cardoso** assumiu o compromisso junto à Delegacia de Polícia de, “na qualidade de fotógrafo, fazer o levantamento fotográfico do local em que foi encontrado o cadáver de Mario Noronha, assim como de tirar as provas que se tornarem necessárias para elucidação do presente inquérito”²⁸⁵. As quatro fotografias que vão anexas ao inquérito, tamanho 6x9cm, coladas sobre uma folha, possuem o carimbo da Delegacia de Polícia e no canto inferior esquerdo, de cada uma delas, as letras ‘RC’ escritas

²⁸⁴ Entrevista com Vilma Feddern, 2014.

²⁸⁵ Processo sobre o assassinato de Mario Noronha em 24/02/1941, Livro de Registro de Processos. Delegacia de São Lourenço. 1941.

a caneta, de forma a identificar o autor dos referidos registros. Não foi encontrada nenhuma referência a este fotógrafo nas fontes consultadas.

Fotografia Santos. Sobre este profissional não foram encontradas muitas informações nas fontes por nós analisadas. José Plínio Guimarães Fachel (2002, p. 199), em seu estudo sobre a perseguição aos descendentes de alemães durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas, cita reportagem veiculada no jornal *Diário Popular*, em 20 de agosto de 1942, relatando que teriam sido inúmeras as casas comerciais e residenciais “pertencentes a súditos do eixo, depredadas ontem, durante a tarde”. A reportagem cita então alguns dos estabelecimentos comerciais depredados, entre eles a Fotografia Santos.

Em relação ao fotógrafo **Daniel**, na bibliografia consultada foi encontrada uma referência no trabalho de Francisca Michelon (2010, p.139), onde a mesma afirma que originalmente o nome do estúdio era *Estúdio Oto Daniel*, mas, com a sua morte e continuação do negócio pelos descendentes do fundador, veio a chamar-se apenas *Estúdio Daniel*. Sabe-se, através da análise de diferentes acervos fotográficos, que a sua atuação foi bastante expressiva. Retratos com a sua assinatura podem ser encontrados em diferentes acervos em toda a região.

Em reportagem veiculada pelo jornal *Boletim do PRP*²⁸⁶, encontramos uma fotografia de autoria do fotógrafo Daniel. O referido periódico, editado em Porto Alegre, traz estampado em sua capa o registro, cuja identificação de autoria pode ser efetuada através da observação de sua assinatura no canto inferior direito²⁸⁷. Percebemos que a identificação dos registros ocorria por meio de uma assinatura. O mesmo não possuía, conforme outros artistas, um carimbo. Na década de 1940, foram encontrados alguns anúncios deste profissional na imprensa de São Lourenço do Sul. A primeira destas peças publicitárias veiculadas no jornal *Voz do Sul*, em 13 de novembro de 1948²⁸⁸, dá conta de que existia uma “Grande representação de Joias na Fotografia Daniel”²⁸⁹.

²⁸⁶28 de abril de 1948 ano II nº 23, p. 01.

²⁸⁷A fotografia registra uma série de políticos do município de São Lourenço do Sul, dentre os quais estão o então eleito prefeito Silvio Julio Centeno e o vice-prefeito Walter Thofern, bem como vereadores. Trata-se portanto, de uma fotografia oficial dos representantes da cidade naquele ano. Percebe-se desta forma, a credibilidade assumida pelo fotógrafo, uma vez eleito para perpetuar esta imagem que deveria entrar para a história do município.

²⁸⁸Ano II. nº 38, p. 04.

²⁸⁹O mesmo anúncio afirma ainda que existiam “relógios, máquinas fotográficas, molduras e quadros, artigos de presentes para primeira comunhão, pulseiras, óculos e mais miudezas” e consta ainda a informação de que “todos os artigos são vendidos pelo preço de Pelotas”

Outras duas peças publicitárias foram publicadas por ocasião do Natal. Em uma delas, o fotógrafo felicita e saúda os amigos e “favorecedores”, e na outra anuncia que possui em seu estabelecimento “cartões para felicitações de Natal e Ano Novo, com as principais vistas da cidade de São Lourenço do Sul”. Os anúncios foram veiculados por ocasião do natal de 1949, no periódico *Voz do Sul*²⁹⁰. A última referência a este profissional foi encontrada em um anúncio de Ano Novo do mesmo jornal²⁹¹.

Tanto na bibliografia consultada, quanto nas demais fontes, não encontramos mais informações sobre este profissional. Mas o que se pode averiguar é que ele atuou tanto em São Lourenço do Sul quanto em Pelotas, e que possuía um estúdio fixo na primeira, onde fazia a comercialização de uma série de produtos, além daqueles relacionados à prática fotográfica.

Wilhelm Weingärtner, filho de Martin e Margarida Weingärtner, nasceu no dia 14 de março de 1909, na Alemanha, e foi um importante médico, farmacêutico e fotógrafo, que atuou no município de São Lourenço do Sul no século XIX. De acordo com Carla Schneid (2008, p. 04), o mesmo teria concluído o curso de Farmácia, ainda em solo alemão. Não foi verificado nenhum curso de especialização na prática fotográfica, o que nos leva a crer que o mesmo era autodidata nesta área.

A fim de evitar a repetição de informações, faremos neste estudo biográfico de Weingärtner uma miscelânea de informações relacionadas tanto à sua atuação como profissional da saúde e como profissional da área da fotografia. Desta forma, ao abordarmos mais adiante o subtema *Saúde*, nos reportaremos às informações trazidas aqui.

Conforme o salvo-conduto do referido profissional, preservado na Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul²⁹², Weingärtner chegou ao Brasil no dia 14 de março de 1927. Segundo relatos de sua filha Guerda, concedidos à pesquisadora Carla Schneid, antes de se dirigir ao Brasil, Wilhelm teria passado por Nápoles na Itália, por Comodoro e Rivadavia, na Argentina e, por fim, por Rio Grande.

²⁹⁰Voz do Sul 24/12/1949. São Lourenço do Sul, ano II, n° 46, p. 06.

²⁹¹Voz do Sul 31/12/1949. São Lourenço do Sul, ano II, n° 47, p. 02.

²⁹² Salvo Conduto Wilhelm Weingärtner. Acervo Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul.

Em solo argentino, teria conhecido o médico, também alemão, Gustav Holl, com quem, uma vez em solo sul-lourenciano, passou a atuar como farmacêutico auxiliar. Carla Schneid (2008) aponta que ambos teriam atuado por algum tempo em um pequeno hospital no centro de São Lourenço do Sul, tendo sido, por volta da década de 1930, convidados para atuarem em um hospital que estava sendo construído no interior do município, mais precisamente na localidade de Bom Jesus.

Com o início do conflito mundial armado em solo alemão, Gustav Holl teria retornado à sua terra natal com o objetivo de prestar serviço em um navio de guerra, onde pouco tempo depois acabou falecendo²⁹³. É interessante observar que grande parte do acervo de fotografias e cartões-postais que foram doados ao Museu da Imigração Pomerana, pertenciam originalmente a Gustav Holl, e que por ocasião de sua mudança acabaram sendo incorporados ao acervo da família Weingärtner.

Carla Schneid (2008, p. 05) aponta que Weingärtner teria atuado de 1933 até 1976, ano de sua morte, como farmacêutico, médico e até mesmo odontólogo. A autora aponta que Weingärtner se casou com a senhora Elizabeth Pescher, que teria conhecido trabalhando como parteira no hospital de Gustav Holl, atividade que continuou exercendo mesmo depois de casada. Elisabeth, quando do casamento com Wilhelm, já teria uma filha, que acompanhou a mãe quando a mesma passou a residir com o então marido. Após a oficialização da união, o casal teve outros dois filhos: Paulo e Guerda. Vale destacar que muitas das informações trazidas pela pesquisadora teriam sido oriundas do depoimento coletado junto à filha de Weingärtner.

Sobre a sua atuação como odontólogo, Weingärtner restringia a mesma para momentos em que um paciente estava com problemas inflamatórios ou pela ausência do dentista, cujo consultório ficava ao lado de sua farmácia. Carla Schneid (2008, p. 20) afirma que “todos os depoentes são categóricos ao afirmar que Weingärtner era bastante rude ao lidar com seus pacientes”. E afirma que na falta de recursos para efetuar o pagamento de uma consulta ou remédio, ele não cobrava nada pelo serviço, e muitas vezes quando questionado sobre o valor

²⁹³Mais informações sobre o médico Gustav Holl podem ser obtidas na sequência do presente estudo.

dos serviços, o mesmo dizia que seria o preço que o paciente julgava conveniente, mas que o serviço deveria ser pago.

Questionada sobre a política nacionalista na região, a filha do farmacêutico teria afirmado que o seu pai não teria sido preso, somente teriam sido feitas averiguações na residência deles, em virtude de uma denúncia, na qual afirmavam que ele mantinha contato com o governo alemão através do rádio. A filha teria informado ainda que o mesmo teria uma grande quantidade de material impresso e que era assinante de jornais e revistas de medicina em língua alemã, espanhola e inglesa, e que teria enterrado grande parte do seu acervo, a fim de evitar represálias.

O falecimento de Weingärtner ocorreu no dia 26 de setembro de 1976, em decorrência de um infarto fulminante. Conforme aponta a pesquisadora, o mesmo ainda teria tentado automedicar-se, pois foram encontradas seringas e remédios espalhados próximo ao local onde o corpo do mesmo foi encontrado. Com a morte do marido, Elizabeth retornou à Alemanha. Passados seis meses, teria retornado ao Brasil, passando a morar com sua filha Guerda na cidade de Porto Alegre, visando a tratar de problemas de saúde que passaram a lhe afligir. Poucos anos depois veio a falecer.

Carla Schneid (2008, p. 05) afirma que Wilhelm teria atuado como médico e nunca teria tido problemas oriundos do exercício da profissão, mesmo sem ter habilitação legal para tanto, o que não pode ser comprovado, uma vez que foram encontrados processos preservados tanto na Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul, quanto no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, aos quais nos referiremos em seguida.

Além destes documentos, foi localizado um telegrama datado de 20 de outubro de 1943, proveniente de Porto Alegre, destinado à Delegacia de São Lourenço (nº1814), que informa que “não existe nenhum impedimento em fornecer um salvo conduto para Wilhelm Weingärtner” efetuar sua viagem até Pelotas, conforme o mesmo teria solicitado.

Na Secretaria Municipal da Fazenda de São Lourenço do Sul, está registrada uma Farmácia de 2ª Classe (nº de inscrição 083), localizada em Bom

Jesus, 4º Distrito, que teria entrado em atividade em 01 de janeiro de 1930 e pertenceria ao senhor Weingärtner²⁹⁴.

Em uma nota publicada no jornal *Voz do Sul*, de 25 de dezembro de 1961 (p. 04), temos a reprodução de uma fotografia da família Weingärtner junto com uma nota que destaca as contribuições de Weingärtner no campo da saúde em São Lourenço do Sul. Percebemos um tom laudatório na descrição da atuação deste profissional, que, pelo que podemos perceber, desfrutava de status de um verdadeiro médico na região. Mas nem sempre foi assim. Em 23 de setembro de 1943, no Cartório Civil e criminal de São Lourenço, é aberto um processo-crime, movido pela Promotoria de Justiça, na figura do Promotor Público Júlio Marino de Carvalho, contra Wilhelm Weingärtner, Alfredo Bergmann e Erna Taubenheim, em que o farmacêutico é acusado de induzir um aborto na senhora Erna.

Nos depoimentos prestados por Wilhelm Weingärtner, ele confirmou que conhecia a jovem, que esta teria sim procurado a sua clínica a fim de consultar, e que ele a teria aconselhado a buscar tratamento com o senhor Walter Thoffern, não Hospital da Reserva, localizado no interior de São Lourenço do Sul, uma vez que a jovem alegava estar com apendicite. Ele negou ter recebido dinheiro dela, bem como negou ter aplicado na jovem injeções abortivas ou de que teria receitado remédios para pessoas que iam até o seu estabelecimento.

O processo tem fim e a denúncia é considerada improcedente. A documentação anexa aos autos dissipa qualquer dúvida que pudesse existir em torno do presente caso, uma vez que atestam que Erna “está grávida e o feto em normalíssimas condições de vida intrauterina”. Deste modo, todos são absolvidos das acusações.

²⁹⁴Mesmo que o início das atividades esteja disposto como sendo o dia 01 de janeiro de 1930, o registro do seu estabelecimento farmacêutico ocorreu somente em 01 de janeiro de 1948 (nº158A) quando foi pago o valor de 250\$ de ISS e 60\$ de licença. O referido imposto foi pago no ano de 1949 (talão 636/62), 1950 (talão 7650/1651), 1951 (talão 4023/7024), 1952 (talão 6000/6001), 1953 (talão 7159/60), 1954 (talão 6657/58), 1955 (talão 7420/21), 1956 (talão 8882/83), 1957 (talão 8051/52), 1958 (talão 8079/80), 1959 (talão 7478/79), 1960 (talão 7579/68), 1961 (talão 8352/57), 1963 (talão 9987/88), 1964 (talão 9211/12), 1965 (talão11779/80), 1966 (talão 11846/7), 1967 (talão 10768/9) e em 1968 (talão 11861). Foram registrados ainda uma balança de farmácia (registrado em 01 de janeiro de 1948), um automóvel registrado em 15 de janeiro de 1949, ao qual foi dado baixa em 30 de dezembro de 1963. 60 hectares de terras em 07 de junho de 1960 e um outro automóvel em 28 de dezembro de 1962, transferido para Paulo Weingärtner em 12 de fevereiro de 1964 (requerimento nº 251/64). Em 01 de janeiro de 1942, foi efetuado um registro de um automóvel, ao qual foi dado baixa exatamente um ano depois.

A atuação de Weingärtner como fotógrafo teria sido apenas um *hobby*. O mesmo nunca chegou a comercializar seus registros, o que não o impediu de adquirir todos os materiais necessários para a prática da revelação e ampliação de fotografias. Na antiga casa que serviu de residência para Weingärtner, que tivemos oportunidade de conhecer em 2016, constatamos a existência de uma sala que era exclusivamente utilizada para a revelação de seus trabalhos. Trata-se de uma pequena sala, munida de apenas uma porta. A mobília consiste em uma série de prateleiras e um balcão, sobre os quais ficavam dispostos o ampliador a guilhotina e as bacias para os banhos químicos. Todos os materiais foram doados pela sua filha Guerda Koch ao Museu da Imigração Pomerana, incluindo uma vasta coleção de fotografias e cartões-postais. As fotografias de sua autoria eram basicamente de situações cotidianas e envolviam seus familiares e momentos de lazer destes. Além disso, paisagens e autorretratos figuram entre os registros.

Foto Rex era o nome do estúdio fotográfico pertencente ao senhor Silvino Oliveira Borges, fotógrafo que atuou em São Lourenço do Sul nas décadas de 1950-1970. Em um anúncio publicado no jornal *Voz do Sul*²⁹⁵, encontramos uma referência ao endereço do seu estúdio: Rua de Castilhos, nº 540²⁹⁶.

Conforme documentos preservados na Secretaria Municipal da Fazenda de São Lourenço do Sul²⁹⁷, Silvino Oliveira Borges teria feito o registro do seu estúdio junto à administração municipal. Este registro aponta que o funcionamento de seu estabelecimento teria tido início em 20 de novembro de 1950, em um espaço alugado. Neste espaço eram efetuadas as atividades de revelação e ampliação de filmes. A mudança para uma sede própria teria ocorrido em 1958, quando passou a efetuar pagamentos sistemáticos de impostos à administração municipal²⁹⁸.

²⁹⁵A matéria foi veiculada no dia 25 de dezembro de 1961 (Ano IX, nº425, p. 05), na mesma, Borges desejava “aos fregueses, amigos e parentes um Feliz Natal e próspero Ano Novo”.

²⁹⁶Conforme documentação preservada na Secretaria Municipal de Fazenda, seu endereço residencial a Rua Senador Pinheiro Machado, nº 205.

²⁹⁷Cadastro profissional junto da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul. Inscrição Estadual nº000302 e Inscrição Municipal nº 0110190288002.

²⁹⁸O pagamento dos impostos, porém, ocorreu apenas a partir dos anos de 1958 (talão 938), 1959 (talão 8067), 1960 (talão8556), 1961 (talão 8923), 1962 (talão 10401), 1963 (talão 104546), 1964 (talão 109911001352), 1965 (talão 1138392078), 1966 (talão 12556) e 1967 (8978), 1969 (talão 68516), 1970 (talão 73940), 1971 (talão 73637), 1972 (talão 81920), 1973 (talão8867), 1974 (talão 8278), 1975 (talão 82830). Em 1976 ele efetuou o primeiro pagamento referente à

Com o objetivo de verificar qual teria sido o destino de referido estúdio fotográfico, fomos até o mesmo endereço indicado no anúncio e na sua ficha de inscrição municipal. No local, funciona hoje uma loja de materiais elétricos e em conversa informal empreendida com o seu proprietário, este afirmou que o imóvel onde se localizava o estúdio era um espaço alugado pelo fotógrafo e que teria encerrado as suas atividades em São Lourenço na década de 1970, quando então o profissional teria mudado sua residência para a cidade de Pelotas. Esta informação não pode ser confirmada.

No dia 11 de janeiro de 1977, foi dada baixa na ficha do fotógrafo, o que indica ser esta a data de encerramento das atividades de Silvino Borges como fotógrafo em São Lourenço do Sul.

Dentre os documentos fotográficos pesquisados, somente foram encontrados registros de sua autoria no acervo do Museu da Imigração Pomerana. Um aspecto interessante que pode ser observado nas fotografias de autoria deste fotógrafo é a utilização de um mesmo fundo na totalidade das fotografias produzidas.

Rubens Pinheiro em 1961 anuncia na imprensa de Canguçu²⁹⁹ que está comemorando naquela data 10 anos de atividades naquele município como representante da Art Filmes Metrópolis (Foto Allapont), e destaca que produz retratos a óleo, fotos em porcelana e placas esmaltadas. Não foram encontradas mais informações sobre este profissional nas fontes consultadas.

Aurora Fotografia. Em relação a este profissional, que não foi possível identificar se trava-se de alguém do sexo masculino ou feminino, são poucas as informações disponíveis. Foram encontradas referências a sua atuação em

taxa de localização de seu estúdio (6947-8) no valor de CR\$80,00 e o ISS (Imposto Sobre Serviço) no valor de CR\$200,00.

²⁹⁹Jornal A Opinião. 15/05/1961, Cangussu. Ano I, nº 02, p. 04.

periódicos³⁰⁰ e carimbos no verso de algumas fotografias³⁰¹, e através do carimbo foi possível identificar a localização do seu estúdio em Pelotas³⁰², uma vez que nos anúncios citados, era citado apenas o estúdio localizado em São Lourenço do Sul.

O senhor **Leopoldo Hartwig** possui dois registros junto à Secretaria da Fazenda de São Lourenço do Sul. O primeiro refere-se a ele sendo um fotógrafo ambulante, cuja residência estaria localizada em Quevedos, no 2º distrito. Este registro data de 20 de fevereiro de 1964. Porém, em uma segunda ficha vinculada ao nome de Leopoldo, localizada no mesmo arquivo, datada de 03 de junho de 1964, encontra-se o registro de um “Atelier Fotográfico”, localizado na rua Marechal Deodoro nº 417³⁰³. Ele encerrou as atividades em 27 de agosto de 1968, conforme requerimento nº 1175.

Assim, podemos inferir que Leopoldo iniciou as suas atividades como fotógrafo ambulante na zona rural, e, menos de 5 meses após iniciar no ramo, transferiu sua residência e inaugurou um estúdio fotográfico no centro da cidade de São Lourenço. Porém, não permaneceu por muito tempo no ramo; como averiguado, foram menos de 4 anos atuando como fotógrafo.

Leivas & Schdler foi um estúdio localizado em São Lourenço do Sul sobre o qual não encontramos outras informações, excetuando os registros de Impostos preservados na Secretaria da Fazenda de São Lourenço do Sul.

³⁰⁰O primeiro anúncio deste profissional foi encontrado no jornal *Voz do Sul*, de 03 de março de 1956. No referido anúncio é reproduzido o seguinte texto: “Atenção. Foto para caderneta ‘Aurora’ Estudio artístico-fotografia. Comunica ao distinto público de São Lourenço que nos dias 26, 27 e 28 de março, batirá fotografia de ‘caderneta’ no Hotel do Comércio, das 9 às 12hs.” Já no dia 26 de janeiro de 1957 (p. 03) no jornal *Voz do Sul*, são publicados dois anúncios. Em um deles, em destaque estão as seguintes informações: “Foto”. Em tamanho mais reduzido, traz os tipos de fotografias que produz: “3x4 e 5x7 para documentos em 4 horas”. Em seguida, o nome do estúdio: “Foto Aurora”, além de outras informações: “Rua Dr. Julio de Castilhos – 635 S. Lourenço do Sul. Senhor eleitor ao renovar seu título não esquece que um bom retrato custa igual. Tira a sua foto na Aurora, estúdio artístico. Rua Júlio de Castilho, 635, São Lourenço do Sul, defronte ao centro Telefone”. No jornal *Voz do Sul* de 02/02/1957 (p. 03), há um novo anúncio, destinado especialmente para o público feminino. Nele, a autora convida: “Senhora: enfeite seu lar com bons retratos de seus seres queridos. Foto Aurora. Júlio de Castilhos, 635. São Lourenço do Sul”.

³⁰¹Nos acervos consultados, foram encontrados três registros de sua autoria: 1 no acervo do Museu da Imigração Pomerana, foram encontrados ainda 1 registro no acervo da Família Gehrke e 1 no acervo do Museu e Arquivo Histórico de São Lourenço do Sul.

³⁰²Através do carimbo colocado no canto inferior esquerdo, com tinta preta, aparece o nome do Estúdio “Aurora Estúdio Artístico” e no rodapé do mesmo o endereço “Rua M. Deodoro, 522 - Fone 4237 – Pelotas”.

³⁰³O referido profissional efetuou o pagamento dos impostos em 1964 (talão 1372), 1965 (talão 819/820), 1966 (talão 930/1), 1967 (talão 669/70) e 1968 (talão 676/7).

Encontramos uma correspondência expedida pelo senhor Carlos Alberto Schdler à Prefeitura Municipal, fazendo a solicitação para que a firma “Leivas & Schdler”, situada à Rua Senador Julio de Castilhos s/n, onde funcionava um Atelier Fotográfico, “achando-se quites com esta repartição, solicita à V.S. de digne transferir o registro como contribuinte do imposto Industria e Profissões, para firma individual do Sr. Carlos Alberto Schdler, com virtude de ter transformado a razão social”. O pedido foi efetuado em 03 de janeiro de 1966, sendo deferido em 20 de janeiro do mesmo ano³⁰⁴.

Lindolfo Feddern é o último dos representantes da família Feddern a seguir no ramo da fotografia e com o abandono das atividades nesta área, na década de 1990, encerra-se com ele um ciclo de três gerações da mesma família. Filho de Júlio Feddern e Iria Feddern, Lindolfo nasceu em São Lourenço do Sul em 11 de outubro de 1950³⁰⁵ e faleceu em novembro de 2016. Aos 15 anos o jovem, movido por curiosidade, começou a auxiliar o seu pai nas atividades relacionadas à fotografia. Lindolfo relembra que, dos 15 aos 20 anos, ele trabalhou com o seu pai como ajudante.

Em 11 de julho de 1970, contraiu matrimônio com a senhora Vera Maria Thompsen. O casal teve três filhos. Após o casamento com Vera Maria, passou a se dedicar de forma independente e profissional ao exercício da fotografia, além de possuir uma oficina mecânica.

Lindolfo afirma que não existiu pressão por parte da família para atuar no ramo da fotografia. Este era um ofício que estava na família há alguns anos, o que fez com que os demais irmãos se dedicassem a esta atividade, da mesma forma que Lindolfo, porém por um curto período de tempo. O entrevistado justifica a sua atuação desde muito jovem, ao lado do seu pai, como uma forma

³⁰⁴Antes disso, foi feito o cadastro junto desta instituição e efetuado o pagamento de CR\$2.700,00 de ISS e CR\$870,00 de licença (conforme talão 844/45) no dia 30/03/1965. Somente foi pago o imposto por um ano. No ano seguinte, foi efetuada a transferência do mesmo conforme descrito anteriormente. No dia 04/01/1966 foi efetuado um novo registro junto da Secretaria de Fazenda (nº de inscrição 672), de um “Atelier Fotográfico 2ª classe” no nome de Carlos Alberto, localizado na rua Pinheiro Machado s/n. O mesmo profissional fez a solicitação ainda, de uma autorização para comercialização de bijuterias, tecidos e confecções em 15/04/1966. Relacionado ao Atelier, foi efetuado o pagamento dos impostos em 1966 (talão 308/9), 1967 (talão 229/30), 1968 (talão 238/9), 1969 (talão 165/6), 1970 (talão 158/9), 1971 (talão 167/8), 1972 (talão 185/6), 1973 (talão 221/2). No ano de 1973 foi feito o último pagamento de imposto referente à autorização para o funcionamento do estabelecimento.

³⁰⁵ As informações biográficas sobre o mesmo foram adquiridas por meio de uma entrevista realizada em 2014.

de garantir um dinheiro para poder comprar o que gostaria. Lindolfo recorda que não tinha dinheiro para comprar uma bicicleta, e com a sua atuação como ajudante de seu pai teria realizado este desejo.

Porém, os filhos de Lindolfo, apesar de crescerem com o pai trabalhando na produção de fotografias, e vendo a mãe ajudando diretamente nos afazeres concernentes ao ofício, nunca demonstraram interesse em continuar no ramo do pai. Lindolfo afirma que, não obstante seu interesse inicial pela fotografia tenha ocorrido pela compensação monetária, após sua profissionalização, sua atuação não focava somente o dinheiro. Ele atuava por prazer. Sua preocupação era entregar um serviço perfeito para que assim o cliente ficasse satisfeito.

O senhor Lindolfo, relata que não possuía um estúdio fotográfico a exemplo dos que são encontrados atualmente. Esta ausência de estúdio se devia a pouca procura que tinha tal serviço. As fotografias continuavam a ser produzidas da mesma forma que eram produzidas pelo seu avô Heinrich Feddern, quase meio século antes – ou seja, o fotógrafo ia à residência dos fotografados.

Lindolfo, ao contrário de seu avô que percorria a zona rural da região oferecendo seus serviços, apenas atendia nos casos em que era feita uma solicitação. Ele recorda que possuía uma pasta, na qual estavam inseridas algumas fotografias de diversos tamanhos, que funcionava como uma espécie de mostruário que era exposto ao cliente, para que este fizesse a escolha do produto que gostaria de adquirir.

O anúncio dos seus trabalhos era feito basicamente através da sua atuação. Nunca teria anunciado seus serviços na imprensa local, a exemplo do seu avô e pai. Ele afirma que possuía bastante trabalho, e que por sua vez não se fazia necessário realizar propaganda. As solicitações eram feitas com antecedência, diretamente na residência do fotógrafo.

O entrevistado recorda que em caso de o cliente necessitar de uma fotografia 3x4 para um documento, esta obrigatoriamente deveria possuir um fundo branco. Para tanto, como não existia estúdio, o retratado era posicionado em frente a uma parede branca, ou em frente a um tecido da mesma cor, pendurado na parede, de modo a fazer as vezes de um fundo e então era tirada a fotografia.

Além destes temas, o fotógrafo lembra que seus serviços eram requisitados pelo delegado de polícia local em caso de alguma morte trágica, tais como suicídios, assassinatos ou acidentes, de forma a produzir registros imagéticos do local da ocorrência, que seriam mais tarde utilizados como provas criminais nos inquéritos que eram abertos.

O fotógrafo tinha o auxílio de sua esposa na produção das fotografias. Sua residência era o local onde as fotografias eram reveladas. O laboratório era, nas palavras do entrevistado, improvisado, “mas foi uma peça que fiz somente para isso. Era uma pecinha pequena, que tinha o ampliador que eu comprei”.

A revelação dos materiais tinha segredos, conforme aponta o entrevistado. Ao retornar para casa, para revelar os filmes, era interessante criar um ambiente com temperatura favorável, pois em temperaturas muito baixas o negativo e conseqüentemente as fotografias ficavam escuros. Desta forma, era interessante que a temperatura do local em que fossem armazenados os negativos girasse em torno dos 20°C. Uma vez ocorridas alterações no negativo, não havia forma de reverter tal processo. Lindolfo coloca que seu pai até possuía um produto cujo objetivo era atenuar problemas no negativo, mas não trazia bons resultados. Lembra que todos os negativos eram guardados, para o caso de se querer uma cópia. Com o abandono do *métier*, estes foram todos descartados.

De modo geral, o processo de preparação de uma fotografia, tal como a orientação das posições a serem adotadas (a esposa sempre deveria permanecer do lado direito, por exemplo), eram executadas, sugeridas pelo fotógrafo, da mesma forma como procedia o seu avô, Heinrich Feddern.

O fotógrafo justifica porque não costumava tirar fotografias de paisagens. Na opinião dele, a produção de um registro fotográfico era cara, e tais registros não poderiam ser comercializados, o que por sua vez não geraria lucros. Afirma que em toda a região, a localidade onde existia uma maior demanda por seus serviços era a região da Boa Vista, onde estava instalada uma escola e duas comunidades religiosas.

Além da produção de retratos, Lindolfo em sua empresa, que era denominada Foto Real, procedia à fabricação de molduras para enquadramentos de fotografias. As molduras eram fabricadas pelo próprio profissional, com a máquina que teria sido herdada do seu avô, Heinrich Feddern, a qual teria sido adquirida de um ferro velho, o que faz o entrevistado

afirmar que o aparelho possuía uma idade bastante avançada, e que apesar de ser usado ainda nos dias atuais, apresenta um bom estado de conservação.

A escolha do nome para a empresa fotográfica de Lindolfo, Foto Real, não teve um motivo específico. Nas palavras do entrevistado, teria sido o primeiro nome “que me deu na cabeça”. Em sua empresa, efetuava-se também a correção de pequenas imperfeições nas imagens fotográficas. Com uma tinta específica, que teria sido herdada do avô, eram realizados estes pequenos retoques. Quanto aos conhecimentos relacionados à prática fotográfica, Lindolfo comenta que não chegou a fazer curso de especialização na área e que o seu conhecimento foi fruto da convivência com o pai. Este possuía cadernos com anotações relacionadas às fórmulas com as quais se fabricavam os produtos químicos usados na revelação e fixação dos registros sob papel.

O aparelho utilizado por Lindolfo era uma máquina Yashica 6x6 num primeiro momento e depois também uma Yashica de 35 mm, além de uma Fleoxoreto, que teria sido uma das primeiras máquinas que ele possuiu. Vale destacar que os aparelhos estão preservados com o entrevistado.

Conforme Lindolfo, tanto as máquinas quanto o material necessário para a revelação das fotografias eram adquiridos normalmente em Pelotas, na loja Mesbla, assim como no Bazar Edson.

Sobre a sua atuação, o fotógrafo conta que

nós até que fizemos muito sucesso. Começamos a trabalhar em 1970. Olha, até parece que na época tinha mais casamentos do que hoje. Era quase todos os sábados. Nós chegávamos a atender até quatro casamentos em um final de semana. Fazia tudo que era cobertura. Casamentos, formaturas, aniversários. Confirmações que tinha muito na colônia. E a colônia de São Lourenço é muito grande, tinha muitas comunidades e daí valia a pena. Nos domingos a gente ia nos cultos e no fim do culto a gente fazia um grupo com todos os confirmandos e também quem queria tirar sozinho, ou tirava com o pastor, com o padre. Realmente a gente se reergueu com a fotografia. Sempre tinha muito trabalho.

Esta fala é especialmente interessante, uma vez que o senhor Lindolfo, além de dar um panorama sobre a sua atuação, indica os principais eventos em que ocorriam os registros, ou seja, quase exclusivamente aqueles ligados à religião: casamentos, confirmações.

O entrevistado destaca que quando se refere à cobertura fotográfica de um evento, ele não se refere às coberturas tais como ocorrem nos dias atuais, em que absolutamente todos os momentos do casal (no caso de um casamento) e da festa são registrados. Nas décadas de 1970 e 1980, fazer a cobertura de um casamento era tirar uma ou duas fotos dos noivos sozinhos, uma deles com os pais, uma em frente ao bolo, outra com os padrinhos, em frente aos presentes, geralmente espalhados sobre a cama e uma última com todos os convidados da festa, a qual, de acordo com Lindolfo, era difícil de ser feita, mas era a que mais gerava receita aos profissionais, uma vez que a sua comercialização não ficava restrita apenas aos noivos e seus pais, como os demais retratos, mas sim a todos os convidados. Conforme o senhor Lindolfo, atingiam em torno de 40 ou 50 cópias. E o fato de ser uma fotografia em tamanho maior, agregava valor, logo, o retorno financeiro era mais elevado.

A produção de retratos com um grande número de pessoas demandava um certo trabalho, uma vez que era necessário posicionar e orientar um grande número de pessoas. Em geral, estes eram posicionados em frente da residência. Junto da parede era colocado um banco, sobre o qual algumas pessoas ficavam em pé. Mais à frente, uma fileira de pessoas permanecia em pé e, em frente desta fileira, outro banco era colocado para que as pessoas sentassem e, desta forma, todos os convidados do casamento poderiam ser representados em uma única fotografia.

Para o registro de crianças, conforme o nosso depoente, era necessária uma certa dose de paciência. Se fazia necessário aguardar até que estas estivessem calmas e então produzir a fotografia, de forma meio “escondida” a fim de evitar choros.

Questionado sobre a ausência de sorrisos nas fotografias, Lindolfo não soube responder qual a motivação para tal comportamento, mas o atribui de certa forma a uma orientação que o mesmo fazia antes de produzir um retrato, que era de solicitar às pessoas a prestarem atenção, o que pode ser entendido como um dos fatores que acabava com a espontaneidade do registro.

Sobre os preços praticados pelo fotógrafo, Lindolfo recorda de uma conta simples, que era feita para atingir uma margem razoável de lucro. Ele dá o exemplo: a cada R\$10,00 de material gasto, era feito um cálculo x 2, ou seja, um acréscimo de 200%, sendo a fotografia então comercializada por R\$30,00. Pode

parecer um preço alto, mas neste valor já estava embutido o valor gasto com o deslocamento, o valor dos produtos usados na revelação e fixação da imagem, bem como do papel fotográfico e, é claro, o cachê do fotógrafo.

O senhor Lindolfo recorda que a partir da década de 1970, pouco tempo após o iniciar suas atividades como proprietário do Foto Real, surgiu a fotografia colorida. Num primeiro momento, tal técnica não foi adotada por ele em seu estabelecimento.

Consultando o arquivo da Secretaria da Fazenda, verificamos que o primeiro serviço realizado por Lindolfo Feddern ocorreu em 28 de março de 1972³⁰⁶. Atuando no ramo da fotografia por cerca de 28 anos, paralelamente o senhor Lindolfo atuava como mecânico (notemos que seu avô Heinrich, além de fotógrafo, era também mecânico, assim como o seu pai, Júlio), profissão a que passou a se dedicar exclusivamente após abandonar o ofício de fotógrafo. Até o ano de 2016, ano do falecimento do ex-fotógrafo, este se dedicava a uma empresa de comercialização de peças automotivas. Quando questionado se não produzia mais fotografias, ele conta que não, que nunca mais pegou em nenhuma máquina, mas às vezes ele tem vontade de comprar um aparelho novo, mas nunca concretizou este desejo.

Assim concluímos que por três gerações a família Feddern foi responsável por registrar o cotidiano dos moradores da zona rural dos municípios que formam a chamada Serra dos Tapes. A não existência de estúdios próprios fez com que os quatro fotógrafos da família Feddern, optassem pela itinerância na profissão. Esta itinerância era ao mesmo tempo uma forma mais fácil de atingir o seu público-alvo, uma vez que se ia até os interessados. Era também uma prática que gerava custos mais elevados para a produção dos registros, pois no valor das fotografias estavam embutidos também os gastos referentes ao deslocamento.

Carl Daniel Photograph, que atuou na localidade de Harmonia, interior de São Lourenço do Sul, é autor de uma série de fotografias. Segundo dados propopográficos, materiais utilizados e formas de registros, podem datar os

³⁰⁶Requerimento nº32/1/72180. Foi efetuado ainda o pagamento das taxas em 1972 (talão 11220/1), 1973 (11197/8), 1974 (talão 8557/8) e 1975 (talão 8235/6).

registros de sua autoria entre o final do século XIX e o início do século XX. Não foram localizadas informações sobre sua atuação nas outras fontes consultadas.

Santos Fritz Hofmann, fotógrafo cuja produção foi bastante expressiva, mas do qual não puderam ser obtidas maiores informações. Identificava os retratos de sua autoria com carimbos que foram sendo modificados ao longo dos anos. Em alguns casos, foram identificadas etiquetas adesivas douradas em alto-relevo com a inscrição do nome do fotógrafo e da cidade de atuação.

Não foi possível encontrar maiores informações acerca dos seguintes profissionais identificados na nossa investigação, mas que são autores de algum registro preservado em alguma das instituições por nós pesquisadas: Arte Photographica – Waldemar Mitzan (Pelotas), Ceslau (Cangussú), Foto Estrela (Canguçú), Raphael Grecco – Photographo (Cangussú), Foto Gril (705 Telefone 5835), Foto Rápido, Strap Photo, Honorino Amaral, Studio Os 2 A, Atelier Dall’Olmo B. Gonçalves (Rua Dr. Antunes nº3), CIA Foto Arte, Foto Bruno, Foto Studio (Pelotas), Foto Tuparurli – J. M. Sulek, G. Geremia Photo (Caxias), J. Ant. Porcello (Porto Alegre), Schloenbach, Artur Russ, L. Lanzetta e Alb Lang.

Sobre este último, encontramos na Utah State University (Merril -Cazier Library) na *Special Collections and Archives Photographs*, três registros fotográficos que teriam sido produzidos por um fotógrafo identificado com A. Lang, que teria atuado na cidade de Logan no estado de Utah, e que estariam datados entre 1880-1889. Contudo, faltam ainda evidências para que possamos atribuir estes registros ao mesmo profissional que atuou na Serra dos Tapes.

4 AS COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS

*No fundo, para se ver bem uma foto,
o melhor é erguer a cabeça ou fechar os olhos.*
Roland Barthes

Conforme a nota epigráfica que abre o presente capítulo, o completo entendimento de uma fotografia não ocorre apenas com uma simples mirada, mas sim, através da observação de outros fatores, aspectos que não necessariamente estão visíveis no registro. Estes aspectos muitas vezes têm relação direta com os personagens retratados, com o autor do registro, com o contexto no qual foi captado, ou mesmo estão relacionados com o processo de salvaguarda desta fotografia.

Deste modo, faremos neste capítulo considerações sobre a forma como as três coleções fotográficas por nós analisadas foram constituídas e como estão organizadas. Traçaremos, sempre que possível, paralelos entre os doadores, buscando identificar os seus perfis e as possíveis motivações para doação de seus acervos aos diferentes museus.

Entender quem são os doadores, qual foi o contexto de doação de cada um dos registros e como ocorreu o processo de colecionamento destas coleções, bem como o perfil biográfico dos doadores, é de extrema importância para a compreensão do circuito social da fotografia, servindo este capítulo como um complemento daquilo que tratamos anteriormente.

Visando a entender quais as motivações que levam uma pessoa a guardar fotografias antigas, fotografias de personagens com os quais muitas vezes não possuem nenhum laço familiar e que em muitos casos não sabem nem a identificação dos personagens retratados, fez com que empreendêssemos leituras no sentido de entender a “necessidade” humana de formar coleções.

Jean Baudrillard analisa quais seriam as motivações e origens da espécie de “fetichismo” que existe em relação ao colecionamento de artefatos antigos. Na visão do autor, em muitos casos os objetos já perderam a sua “funcionalidade prática”, e estes passam a ter apenas uma função, que é a de significar o tempo (BAUDRILLARD, 2012, p. 82).

Jean Baudrillard (2012, p. 86) afirma que o simples fato de um objeto ter “pertencido a alguém célebre, poderoso, confere-lhe valor”. Acreditamos, que, em se tratando de fotografias, esta valoração não depende única e exclusivamente da celebridade de determinado indivíduo, mas sim, da carga informacional que o registro possui. Podemos de certo modo atribuir esta atração, este fascínio por fotografias antigas, àquilo que o autor se refere como

“signo de uma vida anterior” (BAUDRILLARD, 2012, p. 85); ou seja, as pessoas morrem, os cenários mudam e as fotografias continuam lá, numa espécie de “certificado de existência”, tanto de determinado indivíduo, quanto de determinado evento ou acontecimento.

O autor destaca ainda que “cada objeto tem duas funções: uma que é a de ser utilizado, a outra a de ser possuído” (BAUDRILLARD, 2012, p. 92-98). O objeto perdendo a sua funcionalidade, ou seja, o seu caráter de objeto utilizável, ou ele é descartado, ou ele passa a ser possuído, mas desta vez como objeto de mera fruição estética.

Importante ressaltar que mesmo que a fotografia não desempenhe ou não possua valores funcionais (no sentido literal do termo), ela possui uma espécie de “prazo de validade” para os indivíduos que detêm sua propriedade. No momento em que as personagens nela representados já não estão mais vivos, no momento em que já não existe um vínculo familiar ou mesmo afetivo com as figuras ali cristalizadas, os registros perdem de certa forma a sua funcionalidade e o seu destino seria o descarte, uma vez que já não existe mais nenhuma identificação do possuidor do documento com aquele ali retratado.

Assim, quando um objeto, ou neste caso, uma fotografia, é privada de sua função original ou abstraído de seu uso, ela toma um estatuto estritamente subjetivo: torna-se objeto de coleção, conforme afirma Baudrillard (2012, p. 94-95). Mas o que vem a ser uma coleção?

É o próprio Baudrillard quem responde a este questionamento. Segundo o autor coleção é toda “organização mais ou menos complexa de objetos que se relacionam uns com os outros” (BAUDRILLARD, 2012, p. 94-95). Já Krzysztof Pomian definiu esta como sendo

qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público (POMIAN, 1984, p. 53)³⁰⁷.

O mesmo autor afirma que a prática colecionista é natural de todo o ser humano e que evidências desta podem ser encontradas desde os tempos mais

³⁰⁷Foi mantida a grafia original do artigo consultado.

remotos³⁰⁸. Seguindo esta linha de raciocínio, Manuelina Maria Duarte Cândido afirma que todo ser humano possui um “instinto de posse e uma propensão para acumular” (CÂNDIDO, 2014, p. 26).

Em muitos casos, as coleções fotográficas são formadas quase que através de um processo natural de acumulação de determinadas fotografias, devido às relações sociais que o indivíduo mantém. Porém, precisa estar claro que a conservação destas fotografias ao longo dos anos e a transmissão das mesmas de um indivíduo a outro, esta sim é uma atitude voluntária, uma atitude deliberada, uma vez que, caso não exista uma identificação com determinada fotografia, esta é imediatamente eliminada, descartada.

Tal afirmação está de acordo com o que Lértora Menzoza afirma em seu estudo. Segundo a autora, guardamos objetos (no nosso caso fotografias) porque estes representam a possibilidade de evocar um passado cuja memória queremos conservar mediante um suporte físico, servindo como uma espécie de apoio para nossa memória. Além disso, a autora afirma que quem guarda algo, não guarda somente para si e sua própria memória, mas o guarda para que qualquer outro sujeito seja capaz de compreender o sentido daquele objeto no futuro (LÉRTORA MENZOZA, 2005, p. 219-220).

Marília Xavier Cury afirma que a “ação de valorar objetos de forma a selecioná-los por suas qualidades não é um ato neutro” (CURY, 2005, p. 28), pois “preservar é sempre um processo de escolhas que envolve realces, mas também silenciamentos” (CÂNDIDO, 2014, p. 27). Esta seleção pode ocorrer de forma espontânea ou não, e geralmente é induzida por questões afetivas, o que nos indica que qualquer tipo de seleção é sempre arbitrária (LÉRTORA MENZOZA, 2005, p. 219).

Os registros do passado que chegam até os dias de hoje não são inocentes. Se os vestígios do passado atravessaram os tempos, é porque, em grande medida se originaram do esforço de antigas gerações de legar uma certa ideia de seu tempo e de sua sociedade às gerações futuras. São assim produtos de uma operação seletiva que traduz o controle sobre as informações que a sociedade exerce sobre si mesma (KNAUSS, 2006, p. 102), ou seja, é feito um

308 Pomian (1984, p. 55-56) exemplifica como coleções a coleta de objetos funerários, as oferendas nos templos greco-romanos, bem como os Gabinetes de Curiosidades, tão comuns na Europa, nos séculos XV e XVI.

controle sobre o que é produzido, pois no caso das fotografias nem todos os momentos são registrados; além disso, é feito um segundo controle no que deve sobreviver, preservado nos arquivos pessoais e, por fim, aquilo que deve ser doado a uma instituição museológica.

A palavra coleção associa-se ao “voluntarismo”, um sujeito elege objetos como parte reveladora de sua existência; de modo geral, os objetos que fazem parte de uma coleção “são de uma mesma natureza” e/ou “guardam relações, como se fossem dados objetivos”, que desvendam o colecionador. (LOURENÇO, 1999, p. 13).

Alan Radley (1992, p. 64-65) afirma que “objetos cotidianos podem ser empregados para evocar um certo sentido de tempo”; desta forma, podemos entender que estes “estão unidos inseparavelmente à memória” e estabelecem um “vínculo com o passado”, dado que nos ajudam a lembrar de algo, sendo, assim, considerados o que o autor chama de “disparadores de recordações”³⁰⁹, papel que pode perfeitamente ser atribuído às fotografias, visto que, em grande parte dos casos, elas são utilizadas para reafirmar laços familiares, evocar lembranças sobre eventos ocorridos ou relembrar personagens cuja presença física já não pode mais ser verificada.

Neste sentido, Marcos Dohman afirma que as fotografias “passam a ser o legado físico que registra” a nossa história. Elas são “suportes materiais que auxiliam na compreensão do passado e, sobretudo, no estabelecimento das relações com o tempo presente”, remetendo-nos a “lembranças de pessoas ou lugares”. O autor afirma que as fotografias “produzidas e preservadas por uma sociedade evidenciam seus modos de vida e seus valores através dos tempos” e podem “dizer muitas coisas sobre seus possuidores”, uma vez que “trazem informações sobre a cultura de seus produtores”, podendo, na visão do mesmo, serem consideradas como uma “espécie de DNA” que veiculam alguns “aspectos singulares nas reminiscências dos indivíduos, pelas recordações de vivências passadas que alteram tensões entre esquecimentos e saudosismos, nos sentidos e sensações reavivados pela lembrança material” (DOHMAN, 2013, p. 31-49).

³⁰⁹“*disparadores de recordaciones*”, conforme tradução nossa.

Márcio Rangel afirma que todo acervo colecionado é repleto de lembranças, podendo uma coleção ser entendida como aquilo que teoricamente “merece ser guardado, lembrado e entesourado”, uma vez que ela é a “representação de uma determinada parcela da realidade” que é “selecionada, reunida, retirada de sua ocorrência temporal original”, recebendo um valor duradouro em um novo arranjo (RANGEL, 2011, p. 308).

As coleções para alguns autores, tais como Mara Angelica Pedroci, “representam o conjunto de um indicador de memória, pois os objetos carregam significados ligados diretamente aos contextos sócio-político-econômico-cultural, vividos pelo colecionador” (PEDROCI, 2007, p. 04), retratando, ao mesmo tempo, “a realidade e a história de uma parte do mundo, onde foi formada, e, também a daquele homem ou sociedade que a coletou e transformou em ‘coleção’” (SUANO, 1986, p.04).

Este aspecto é importante pois justifica de certo modo a realização da nossa investigação, uma vez que a fotografia neste caso passa a ser utilizada como o elemento responsável por poder identificar determinados aspectos do cotidiano dessa comunidade, que não podem ser identificados através de outras fontes de pesquisa.

A posse de determinada fotografia, determinado cartão-postal, determinado objeto, podem vir a ser considerados elementos de distinção na sociedade, pois de acordo com o Marlise Maria Giovanaz “podem significar algum grau de conhecimento histórico ou artístico” e o simples “fato de possuir uma coleção”, por menor que seja, “confere prestígio a quem a possui, testemunha o gosto de quem a adquiriu, suas curiosidades intelectuais, sua riqueza, seu poder ou sua generosidade” e, mais do que um sentimento de apreço pelo ato de colecionar, existe no colecionador uma espécie de “necessidade de retratar-se para o mundo, além de um desejo de permanecer existindo, além do tempo real de sua vida” (GIOVANAZ, 1999, p. 163-164).

Ao longo de nossa investigação, verificamos que enquanto são mais comuns a formação de coleções de objetos tridimensionais, a formação intencional de coleções de fotografias é de certa forma mais rara. São raras as pessoas que colecionam fotografias de forma voluntária. Coleções fotográficas, na grande maioria dos casos, adquirem este status ao acaso, com o passar dos anos.

Expliquemo-nos: uma família produz retratos de si, dos seus filhos, dos grandes eventos familiares. Deste modo, estas fotos são guardadas não com o objetivo precípua de comporem uma coleção, mas sim, para servirem como “evocadores de memórias” (SCHNECK, 2009).

Contudo, a fotografia por muitos anos foi considerada, de certa forma, um artigo de luxo e, portanto, era uma peça colecionável. Os retratos de uma família ficavam expostos em locais privilegiados nas casas em quadros, porta-retratos, álbuns ou mesmo guardados como relíquias.

Geralmente a produção de uma fotografia envolvia todo um ritual: preparar todos os familiares, escolher os melhores trajes, se dirigir até o estúdio fotográfico, posar para o profissional que seria responsável por perpetuar o registro da família unida ou do indivíduo. Nestas ocasiões, geralmente eram produzidos mais exemplares de uma mesma fotografia.



Figura 26: Charge que representa a ida de uma família ao estúdio fotográfico.
Fonte: Masotta, 2003. p. 55.

A charge acima (Figura 26), reproduzida no livro de Masotta (2003) e publicada originalmente em uma revista argentina de 1919, que é completada

com a legenda que aparece na parte inferior do desenho, onde a senhora pergunta ao fotógrafo:

-Quisiera retratar a los niños y desearia saber lo que vá usted a cobrarme?

-Diez pesos la docena.

-Ah, pues entonces ya volveré, porque aun me faltan cuatro para completarla.

A charge e a legenda retratam um costume bastante comum nos estúdios fotográficos: a produção de um grande número de fotografias (mesmo que isto não tenha sido entendido pela senhora da charge), cujo intento é servir de presente a amigos e parentes, que muitas vezes moram longe e que não puderam se fazer presentes no evento registrado, ou que não puderam presenciar o nascimento/crescimento de determinado membro da família. Deste modo, o oferecimento de uma fotografia, na lógica do pensamento do imigrante-camponês do século final do século XIX ou do início do século XX na Serra dos Tapes, é ao mesmo tempo considerado um presente oferecido, mas também, a implícita solicitação de um retrato em troca daquele que foi ofertado, algo como uma “dádiva da dívida” (MAUSS, 1974).

Resumindo, podemos falar de coleção se para a formação desta percebermos uma intencionalidade e um reconhecimento tanto por parte do colecionador, quanto de um elemento externo. Quando for identificado um gerenciamento desta coleção que promoverá uma certa organização, mesmo que simples e genérica, e ela trouxer algum tipo de impacto, seja ele operacional, informacional, aí sim podemos falar de uma coleção.

Conforme dito anteriormente, a coleção de fotografias é formada muitas vezes com o objetivo de ilustrar a trajetória familiar, registrar os eventos mais representativos na vida de determinado grupo e, uma vez não mais cumprindo este papel, seja por morte de seu colecionador ou algum fator de outra ordem, esta coleção formada ao longo de muitos anos tem dois destinos: o descarte ou a sua doação para outro indivíduo ou para uma instituição, momento em que esta coleção privada passa à esfera pública³¹⁰, tema que será abordado com mais veemência na sequência.

³¹⁰ Vale destacar que mesmo que uma coleção seja doada a uma entidade privada, esta pode ser de consulta pública.

*Minha alma é um quarto
onde os objetos mais estranhos estão colocados,
um ao lado do outro,
sem ordem,
sem nenhuma intenção de fazer sentido.*

Rubem Alves

Ao fazermos uso deste trecho de um poema de Rubem Alves, como nota epigráfica que divide este subcapítulo, estamos de certa forma contrapondo a fala do poeta com um dos principais princípios da museologia, que é justamente a organização de seus acervos, de suas coleções. Mas a escolha deste trecho não ocorreu por mero acaso. Alves, ao se referir aos objetos “de sua alma” como sendo um grupo de “peças” que são estranhas, e cuja organização não tem ordem, nem faz sentido, nos dá indícios de que tal “coleção” ainda está circunscrita a um universo particular, a um universo privado, onde apenas o “proprietário” destas peças necessita saber as motivações de sua organização, de sua guarda, de sua preservação.

A partir do momento em que estes “objetos” forem incluídos na coleção de um museu, o tratamento dado aos mesmos será diferente, justamente porque o caráter informacional de um objeto é, em muitos casos, mais importante que a própria materialidade do mesmo; neste sentido, é quando ocorre a musealização de uma coleção que se deve atentar para que não sejam perdidas informações, referências sobre a mesma, que, antes, quando fazia parte de um universo privado, fazia todo sentido, mas, agora, ao sair do seu contexto de produção e ser partilhada com um número grande de indivíduos, se faz necessário um certo grau de organização, justamente para que estas, uma vez expostas, possam fazer sentido para o observador, ou mesmo, possam fazer sentido para o pesquisador que fizer uso deste acervo em suas investigações.

De acordo com Marília Xavier Cury, por musealização entende-se a “valorização dos objetos”. Para a autora, “esta valorização poderá ocorrer com a transferência do objeto de seu contexto original para o contexto dos museus ou, ainda, a sua valorização *in situ*” (CURY, 2005, p. 24).

Muito mais do que transferir os objetos para um museu, o ato de musealizar “considera a informação trazida pelos objetos em termos de documentalidade, testemunhalidade e fidelidade”, e é um “processo que integra preservação e comunicação” e inicia com a “valorização seletiva, mas contínua,

do conjunto de ações que visa à transformação do objeto em documento”. Quando isto ocorre, dizemos que foi posto em prática o “olhar museológico” (CURY, 2005, p. 24).

Entendemos que “todo e qualquer artefato, independente de sua categoria, é um potencial suporte de informações sobre os processos sociais e comunicativos que o gerou” (PIMENTEL, BITTENCOURT, FERRON, 2007, p. 92); desta forma, os artefatos, conforme afirma Ulpiano Meneses (1994, p. 12), “não são apenas produtos, mas vetores de relações sociais”.

Isabel Rocha Roque aponta que ao adentrarem o espaço físico dos museus, os “objetos se desvinculam do seu antigo contexto”, passando a compor cenários, formando narrativas, confirmando ou desmentindo determinados temas (ROQUE, 2010, p. 54-55). Contudo, não podemos entender a musealização de determinadas peças, de determinadas coleções, como algo inocente, sem interesses.

Neste momento, temos que ter muito claras as palavras de Mário Chagas, ao afirmar que “aquilo que se anuncia nos museus não é a verdade, mas uma leitura possível, inteiramente permeada pelo jogo do poder”, uma vez que todo e qualquer museu, é sempre um “campo de litígio”, pois onde “há memória, há poder e onde há poder, há exercício de construção de memória” (CHAGAS, 2002, p. 66-69).

Percebemos desta forma, que a musealização, apesar de ser necessária, é um ato muitas vezes arbitrário e cabe na maioria dos casos ao curador do museu, ou na falta deste profissional, a um outro profissional da instituição museológica. E é justamente por isto, por esta arbitrariedade, que na seleção – ou até mesmo quando não ocorre um processo consciente e eficaz de seleção do que deve entrar no museu – acontece aquilo que Manuelina Candido afirma ao citar Balerdi (2008), que caracterizou os museus como instituições que se assemelham a “mastodontes longevos, prolíficos e bulímicos, capazes de ingerir a tudo indiscriminadamente para depois se envergonhar desses excessos e escondê-los em reservas técnicas ou mesmo provocar o vômito, leia-se descartes” (CANDIDO, 2014, p. 69).

De certo modo, este fenômeno de aquisição indiscriminada de fotografias pode ser verificado nas três instituições por nós pesquisadas, uma vez que grande parte do acervo não possui nenhum tipo de identificação, em alguns

casos nem mesmo o doador dos registros é identificado, processo esse contrário ao princípio básico da musealização.

Musealizar remete-nos, ainda, após todo o processo de verificação de um potencial informacional de determinado objeto, a todo um conjunto de procedimentos técnico-administrativos, tais como a assinatura de um termo de cedência, empréstimo ou doação, à catalogação e documentação desta peça, a sua numeração e o seu acondicionamento ou exposição, em conformidade com as normas técnicas sugeridas pelos profissionais da área.

A transformação de coleções privadas em públicas e estas servirem de base constitutiva da instituição museológica é uma prática corrente no campo da museologia, conforme atesta Maria Cristina Bruno (2006, p. 124). Graças a este processo grandes coleções privadas mais tarde tornaram-se parte integrante dos acervos destes museus, que adquiriram tal status através da musealização. Mas o que levou estes colecionadores a tornarem públicas as suas coleções? O que levou pessoas comuns a se desfazerem de suas coleções doando-as a museus? Estes são alguns dos questionamentos que pretendemos responder na sequência³¹¹.

“Mais do que expressões materializadas do passado, os objetos se convertem em presenças do passado no presente (FERREIRA, GASTAUD, RIBEIRO, 2013, p.61-68), carregando consigo, além de um valor histórico, um valor simbólico para o seu possuidor. Ademais, “o ciclo da vida baseado no princípio e no fim de tudo” é uma das mais fortes “razões para explicar a intenção e a compreensão de que guardar objetos possa significar a perenidade do que é temporário, é quase que como dizer, já que irei, algo ficará” (TOSTES, 2005, p. 75).

E é exatamente neste momento, nesta hora, em que são pensadas e efetuadas as doações/transferências de coleções particulares para os museus, uma vez que é nos museus que são “guardadas as coleções que devem sobreviver a tudo e a todos” (TOSTES, 2005, p. 75) e que estas “são a parte central de um museu” (PEARCE, 2005, p. 13).

³¹¹ Não podemos esquecer que muitas coleções que hoje integram as coleções de grandes museus foram compradas por estas instituições e em alguns casos, algumas coleções foram incorporadas por leis, por meio das quais eram utilizadas no pagamento judicial de dívidas. Mas não pretendemos nos alongar sobre este tema, uma vez que extrapola os objetivos da presente tese.

Em conformidade com Ulpiano Meneses, podemos afirmar que “não é a transferência do objeto pessoal para o espaço público que é relevante, mas o controle dos significados que tal transferência implica”. Por isso, ainda conforme o autor, grupos éticos reivindicaram e assumiram a organização e gestão integral de museus antes chamados de antropológicos e agora museus “étnicos”, assegurando e preservando uma “determinada autoimagem”, que a “exposição pública pode provocar” (MENESES, 1998, p. 97).

Em outras palavras, “qualquer objeto que passa a integrar a coleção de um museu”, conforme afirma Marilúcia Bottallo (1995, p. 285), perde o seu caráter utilitário e cotidiano para se revestir de outros valores (patrimoniais), que serão explorados pelo trabalho museológico, objetivando reconstruir através do imaginário, situações, ideias ou momentos históricos.

Salvo algumas exceções, nenhum objeto é criado com o objetivo de ser uma peça a ser exposta em um museu; pelo contrário, com o passar dos anos, e com uma série de escolhas e atribuição de valores, este objeto se torna único, se torna o representante de determinado acontecimento, de determinado grupo e lhe é conferido uma espécie de sacralidade, passando então ao status de peça de um museu, configurando o que José Reginaldo Gonçalves (2003, p. 22) afirma ser uma das principais características do colecionamento, que é o “processo de formação de patrimônios”.

Percebemos que a prática colecionista de um indivíduo e a posterior doação deste grupo de objetos a uma instituição museológica faz com que o doador seja um primeiro conservador, pois, “percebendo certo valor simbólico no objeto, teria decidido conservá-lo, para mais tarde depositá-lo num museu de sua confiança, uma instituição capaz de conservá-lo para a eternidade” (ABREU, 1996, p. 186).

Feitas estas considerações, partiremos agora para o principal objetivo deste subcapítulo, que é justamente tentar esclarecer, ou pelo menos tentar compreender, quais as motivações que levam um indivíduo a doar para um museu sua coleção, que muitas vezes foi formada ao longo de toda sua vida, uma coleção em cuja formação, em muitos casos, foram empregadas vastas somas de dinheiro, bem como imensuráveis esforços de todo tipo.

Muitas vezes a falta de identificação de uma pessoa com uma fotografia faz com que estas sejam descartadas, ou até mesmo destruídas. Não são

poucos os casos relatados que se referem a casos de destruição de um grande acervo de fotos³¹².

Os motivos para a destruição, para o descarte de acervos são os mais diversos. Geralmente ocorrem quando o chamado “guardião da memória”, aquele indivíduo que tomou para si a tarefa de preservar a memória da família, papel geralmente assumido por alguma mulher, falece e não existe outra pessoa na família interessada em guardar tais registros, que muitas vezes estão dentro de caixas, no fundo dos guarda-roupas ou de gavetas.

Muitas vezes, os personagens perpetuados naqueles registros são totalmente desconhecidos para as gerações mais novas, e desta forma não despertam, nestes, interesse pela sua guarda. As brigas familiares, as mudanças de casa, idas para a zona urbana, a falta de lugar para guarda destes registros, ou o seu péssimo estado de conservação, faz com que o descarte seja a solução mais fácil e prática.

Em alguns casos, é dado um outro destino para estes documentos fotográficos. As fotografias são doadas a algum museu, para que desta forma, possam ser conservadas e ao mesmo tempo inscrever o nome da família no rol de personagens que contribuíram para a perpetuação da memória do grupo.

Na fala de Maria Cristina Bruno, percebemos o que pode ser uma das raízes do grande interesse que indivíduos depositam em determinados objetos, bem como seu interesse em fazer doações à instituições museológicas. Para a autora, “ainda hoje os museus servem a interesses político-partidários, à glorificação de indivíduos e classes sociais e às distinções acadêmicas” (BRUNO, 2006, p. 120).

Desta forma, podemos entender que a doação de determinado objeto ou coleção de objetos, para que este componha o acervo de determinado museu, tem suas raízes em uma espécie de sentimento de “ vaidade”, em um sentimento de querer ver o seu nome atrelado a um projeto cujo propósito é a preservação da memória histórica de determinado indivíduo, grupo ou sociedade.

Em sua pesquisa, Regina Abreu faz uma abordagem neste sentido, quando traça toda a trajetória de um personagem da política brasileira e da posterior doação de todo o seu acervo particular para o Museu Histórico

³¹² Existem referências a tais aspectos nos relatos de Ileia Kruger, Nair Hübner, Elda Ebel.

Nacional, ressaltando o papel que a esposa deste teve como “guardiã da memória”. Por este ângulo, a autora afirma que o processo de “doação de uma coleção de objetos a um museu constitui expressivo fenômeno, na medida em que o que está em jogo são relações sociais” e, com a doação destes ao museu, de “forma consciente ela desejava tornar pública uma memória familiar” (ABREU, 1996, p. 28).

Dentro do contexto por nós ora trabalhado, não é diferente. Em conversas informais efetuadas com alguns dos responsáveis pela formação ou mesmo pela articulação da comunidade na criação de um museu, colhidas durante a atuação do presente autor nas diferentes instituições que se localizam na região da Serra dos Tapes³¹³, percebemos que os seus discursos, de certa forma deixam transparecer este sentimento, principalmente em momentos em que são destacados o fato de que “determinada Colônia tem um museu e eles não”, o que pode soar com um indicativo desta vaidade sendo exteriorizada, uma vaidade que faz com que sejam formados grupos, que sejam convidadas instituições que forneçam um endosso institucional de maneira a propiciar a criação de um espaço de memória da e na comunidade.

Além de vaidade, um certo sentimento de “inveja”, pode ser detectado neste tipo de ação. Ao perceber que determinado indivíduo fez a doação de um objeto ou de uma coleção de objetos para um museu, pessoas podem se sentir compelidas a tomarem a mesma atitude, num gesto, num indicativo de que não “se pode ficar para trás” e que aquele primeiro indivíduo, não pode permanecer sozinho, como sendo o único personagem que será lembrado na posteridade.

Maria Cristina Bruno afirma que as instituições museológicas dignificam as ações humanas, preservando referências culturais que permitem a construção de processos históricos e identitários, e são o “espaço que as sociedades têm constituído para a preservação das suas representações, para a celebração (...) dos seus olhares sobre a realidade e, em especial, os abrigos dos seus indicadores de memória” (BRUNO, 2009, p. 119-121), de sorte que “doar é um ato de poder” (COSTA, 2012, p. 48)

É claro que não podemos de forma alguma reduzir a criação de museus e a doação de objetos para comporem os acervos destas instituições

³¹³Informações registradas no caderno de campo.

simplesmente à vaidade; entretanto, sem sombra de dúvida, este sentimento permeia na grande parte das vezes estas ações (quando não é o único vetor responsável pelo mesmo), uma vez que é “como se o olhar do público agregasse valor às peças”, e o sentido do colecionamento, de certa forma, objetiva em “legar um discurso de si à posteridade” (SILVA, 2010, p.11-19).

Nesse sentido, o museu é representado como um *guardião*. Guardião dos objetos, mas também dos significados, das lembranças, das memórias, do passado, das lembranças da infância e da juventude que eles carregam, enfim, de tudo que se considera importante para perdurar, “para ficar”, “para não se perder”. Pouco importa se esses objetos nunca mais serão vistos ou se o depoente irá um dia visitar o museu para lembrar aquilo que está depositado com eles. Não importa, pois se sabe que lá está “seguro”, “cuidado”, “guardado”. Se os objetos depositados no museu estão a salvo, pode-se permitir esquecer a sua existência (POSSAMAI, 2010, p. 69).

Marília Xavier Cury aponta que a partir do momento em que um objeto é musealizado, ou seja, é integrado à coleção de um museu, ele passa a ser motivo de “atenção de um contínuo processo técnico, científico, administrativo”, que garantirá a sua “preservação, documentalidade e comunicação” (CURY, 2005, p. 28). Assim, Zita Possamai afirma que as “práticas relacionadas à etiquetagem, à catalogação, à classificação, à conservação concretizam a operação de introdução do objeto no museu”, contudo, somente com a exposição, momento em que o objeto é “colocado em uma vitrine, configura-se no coroamento do processo de transformação desse”, é o momento em que é transferido o *status* de simples objeto do cotidiano ao *status* de um objeto sagrado, uma peça de museu, e “como objeto sagrado, ele passa a ser intocável, seu significado passa a ser inquestionável, e ele pode ser venerado pelo seu significado aparentemente inerente”, e seria basicamente essa a justificativa que a autora aponta para que a grande maioria dos doadores de peças/coleções a museus frequentemente façam pressões sobre os funcionários para que suas doações sejam expostas (POSSAMAI, 2010, p. 69-70).

Krzysztof Pomian mais uma vez nos dá pistas sobre algumas das prováveis motivações da doação de coleções particulares para museus. Segundo ele

o primeiro traço característico dos museus é a sua permanência. Contrariamente à coleção particular que, na maior parte dos casos, se dispersa depois da morte daquele que a tinha formado e sofre as repercussões das flutuações da sua fortuna, o museu sobrevive aos

seus fundadores e tem, pelo menos em teoria, uma existência tranquila. Seja qual for o seu estatuto legal, o museu é, com efeito, uma instituição pública; um museu privado não é mais do que uma coleção particular que ostenta um nome que o assimila a uma instituição muito diferente (POMIAN, 1984, p. 82).

Podemos relacionar esta citação de Krzysztof Pomian diretamente com algumas das conclusões de Zita Possamai (2010). Esta autora fez um importante estudo sobre as possíveis causas que levaram famílias porto-alegrenses a doarem seus acervos pessoais ao Museu Municipal Joaquim Felizardo, localizado na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Neste estudo, a autora destaca que “quando um determinado objeto não tem mais lugar na vida cotidiana de uma família, quando ele entrou em desuso”, quando os “personagens de uma fotografia não são mais reconhecidos por nenhum integrante da família”, quando os “objetos têm como fim único: o desaparecimento”, este seria o momento em que a peça é doada ao museu (POSSAMAI, 2010, p 66).

De acordo com a autora, a partir do momento em que um determinado objeto sai do seu contexto original e passa a integrar a coleção de um museu, ele passa a ter a “função de fornecer informações sobre a sociedade” e, com isto, a autora conclui que podem nos informar também sobre quais foram as “motivações que levaram os atores sociais a inseri-los num museu” (POSSAMAI, 2010, p.65).

Zita Possamai (2010, p. 66) afirma ainda que, na visão dos doadores, os objetos acabariam sendo colocados fora, indo para o lixo e, como uma forma de evitar este “triste” fim, posto que na grande maioria dos casos há um vínculo afetivo entre doadores e os possuidores, é delegada ao museu a função de guardar, de conservar estes objetos, “que não cabem mais no guarda-roupa, em casa, enfim, na vida dos indivíduos, grupos sociais ou instituições”.

Além disso, Krzysztof Pomian (1984, p. 83) fala ainda sobre as despesas no processo de conservação destes objetos, que com o repasse a alguma instituição pública, passariam a ser responsabilidade desta.

Quando organizamos nossas casas, nossos armários, nos confrontamos com coisas que Zita Possamai chama de “antigas e que não cabem mais no dia a dia” esta organização; segundo a autora, “seria uma forma de organizar essa nova realidade a enfrentar, selecionando, excluindo, operando escolhas entre

coisas relevantes para lembrar e coisas destinadas a esquecer”, e afirma que o que não tem mais lugar nas nossas vidas, o que pode ser esquecido, tem um “lugar reservado a isso tudo: o museu, depositário dos objetos destituídos de lugar na vida dos indivíduos, mas que, por seu valor, não merecem desaparecer” (POSSAMAI, 2010, p. 69).

Contudo, vale destacar que, conforme aponta Possamai (2010, p. 66), não são todos os objetos que são levados ao museu. Na visão da autora, existe apenas um pequeno número de peças que ao perderem a sua utilização “mobilizam uma vontade de preservação”. “Num primeiro momento, eles são guardados em casa”, e somente num “segundo momento são doados àquela instituição”. E como “o indivíduo, obviamente, não guarda todos os objetos que passam pelas suas mãos ou circulam no seu cotidiano ao longo de sua vida, é correto supor que ele opera uma seleção entre as coisas materiais que vai guardar”, sendo justamente esta significação simbólica que é atribuída ao objeto que faz com que seja possível a sua conservação.

Como motivações para a doação, estão também aquelas de uma nova organização na vida cotidiana, seja em termos espaciais, mudança de uma cidade para outra ou de uma casa para um apartamento menor, ou de novas situações a serem gerenciadas, como o nascimento e o crescimento dos filhos; o casamento; a introdução de novos materiais a serem utilizados em um culto; a morte de alguém muito próximo (POSSAMAI, 2010, p. 68)

Ou seja, as motivações para uma doação podem também significar uma espécie de perda de identificação dos seus (novos) proprietários com aquelas peças, e como já apontado, não são mais dignas de preservação em alguma residência, assim como não são dignos de destruição – são portanto, doados a algum museu.

Lucia de Souza Costa faz uma interessante análise, na qual afirma que o ato de “coleccionar e doar envolve” a construção de uma “estrada de mão dupla entre dar e receber”. Embora aparentemente a “doação possa ser realizada sem estabelecimento de contrapartidas explícitas, há sempre um retorno simbólico ao doador que não pode ser depreciado”. Assim, conclui a autora que as doações possuem sempre diferentes objetivos, que podem incluir a “preservação da memória das famílias tradicionais, cujo papel e capital social decaíram; ou a afirmação de uma imagem de promotores e protetores da cultura”. Ela destaca

ainda que o “pretense desapego precisa ser relativizado em busca da percepção dos ganhos obtidos no ato que, sem dúvida, é singular” (COSTA, 2012, p. 47-48).

Uma vez incorporado à coleção de um museu, o objeto “adquire novas disposições, propriedades e atributos”, e passa a ser “inserido em sistemas de representação pretendidos como aptos a organizar narrativas e conjuntos discursivos”. Assim, “ao pensar os museus como espaços de informação, está implícita a função documental dos objetos que integram suas coleções” (LOUREIRO, 2008 p.04), podendo esta ser uma outra motivação da doação destes por indivíduos comuns, uma vez que esta seria a única maneira de ver os seus nomes inscritos como protagonistas da história; em resumo, a doação seria mais ou menos algo do tipo: “ser lembrado ou ser esquecido” que posto de forma mais “agressiva” seria: “doar ou morrer”.

Feitas estas considerações, passaremos a seguir a analisar o processo de formação de cada uma das coleções fotográficas de cada uma das instituições por nós analisadas.

4.1 COLEÇÃO MUSEU ETNOGRÁFICO DA COLÔNIA MACIEL

A vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la.
Gabriel Garcia Márquez

A epígrafe que abre o presente capítulo possui uma relação direta com o tema que será tratado nesta parte do trabalho. Na afirmação de Gabriel Garcia Márquez percebemos que a vida não se resume àquilo que foi vivenciado por uma pessoa, mas sim, ao que é recordado e como isto é recordado. Este trecho pode ser diretamente relacionado ao campo museológico, uma vez que quando tratamos de museus ou mesmo de bens patrimoniais, estamos trabalhando com narrativas, com seleções, com memórias e com esquecimentos e a coleção de um museu é composta por todos estes itens.

O acervo fotográfico do Museu Etnográfico da Colônia Maciel é composto por um universo de 707 registros, oriundos das coleções particulares, que foram ou doadas ao acervo do museu ou cedidas temporariamente para a produção de cópias digitais. Desta forma, temos a seguinte tabela:

Doadores	Número de fotografias	
	Originais	Reproduções ³¹⁴
Adão Luis Schiavon	4	0
Comunidade São José	0	6
Daniel Peter Victória	10	0
Elisabeth Portantiolo Rodeghiero	199	0
Ernesto Gruppelli	0	14
Fabricio Bassi	0	62
Familia Rodeghiero	3	0
Francisca Aurora Pegoraro Camelatto	30	0
Jacob Ceron	0	30

³¹⁴ O termo reprodução se refere às cópias que foram feitas pela equipe do Museu durante a realização das pesquisas, quando eram consultados os acervos pessoais do moradores da região.

João Casarin	1	0
José Luis Romano	0	19
José Schiavon	0	2
LEPAARQ	207	67
Neiva Maria Hornke Tuchtenhagem	2	0
Padre Armindo Luis Capone	49	0
Wilma Olinda Schüller	1	1
Total	506	201

Tabela 4: Procedência e número da totalidade de fotografias do Museu Etnográfico da Colônia Maciel.

Fonte: Autor, 2015.

Para o presente estudo, foram excluídas todas as fotografias coloridas, desta forma, das 707 fotografias, do universo total, permanecem 406 registros que serão analisados, sendo 276 os registros originais e 130 cópias digitalizadas.

Doadores	Número de fotografias	
	Originais	Reproduções
Elisabeth Portantiolo Rodeghiero	199	0
Ernesto Gruppelli	0	1
Fabricio Bassi	0	30
Familia Rodeghiero	0	3
Francisca Aurora Pegoraro Camelatto	28	0
Jacob Ceron	0	30
José Luis Romano	0	18
José Schiavon	0	1
LEPAARQ	0	47
Padre Armino Luis Capone	49	0
Total	276	130
	Total geral	406

Tabela 5: Procedência e número de fotografias do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, utilizadas no presente estudo.

Fonte: Autor, 2015.

A formação do acervo de fotografias que atualmente fazem parte da coleção do Museu Etnográfico da Colônia Maciel teve início no ano de 2000 por ocasião da realização do projeto de pesquisa na Colônia Maciel, que veio dar origem ao Museu, conforme pode ser indicado no Capítulo 2 do presente estudo.

No decorrer do projeto foram recolhidas 63 imagens cuja sistematização ocorreu por ocasião da elaboração do trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas de Luciana Peixoto, no ano de 2003.

Luciana Peixoto (2003) reuniu o conjunto de imagens digitalizadas em um “Catálogo Iconográfico” onde foram inseridas além de fotografias, documentos, santinhos e calendários. Foram produzidos ainda, 207 registros fotográficos que retratavam objetos de uso cotidiano e edificações.

Com a aprovação do projeto de criação do Museu em 2005, este material foi incorporado ao acervo do futuro museu, sendo o doador oficial do acervo o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas. Deste grupo de fotografias, cujos registros

originais se encontram em poder dos doadores, 47 exemplares, que serão analisadas no presente estudo, são fotografias que fazem parte da Coleção LEPAARQ, mas, conforme já mencionado, foram incorporadas ao acervo do futuro museu, principalmente entre os anos de 2000 e 2002.

Uma vez inaugurado o Museu, todo este acervo que antes pertencia ao LEPAARQ foi doado ao MECOM, permanecendo desta forma organizado, porém, nas fichas individuais, que são apresentadas no Catálogo 1, foi respeitada a procedência original dos registros fotográficos. A seguir, iremos citar cada um dos doadores de registros imagéticos, cujas fotografias fazem parte da Coleção LEPAARQ. Em virtude de ter transcorrido bastante tempo entre a data de doação destes registros e o momento em que o presente trabalho é redigido, não foi possível identificar as motivações que levaram estes personagens a fazerem a cedência de seus acervos na época.

Assim, temos um grupo de 26 fotografias doadas pela senhora Angelina Bonat Casarin. Angelina Rosa Bonat Casarin Zanetti casada com o senhor Frederico Zanetti nasceu na década de 1920, filha de Carlos Casarin (1893-1961) e Joana Bonat Casarin (1894-1977) e neta de Jorge Bonat (1850-1903). Jorge, agricultor, natural de Gênova na Itália, veio para o Brasil em 1884.

A senhora Angelina cedeu um depoimento no dia 17 de junho de 2000, que hoje se encontra no acervo do Museu (nº inventário: 04.02.0245). Ela disponibilizou parte de seu acervo pessoal, composto por 26 fotografias, para que este fosse reproduzido pela então equipe do LEPAARQ.

Angelina faz parte de uma família de grande destaque na Colônia Maciel. Conforme registrado no Livro Tombo da Igreja Matriz da Paróquia de Sant'Anna, o senhor Jorge Bonat, avô de Angelina, teria sido um grande benemérito da comunidade, além de contar, em sua propriedade, com equipamentos considerados um avanço para a época, tais como um moinho hidráulico e energia elétrica, podendo-se assim, presumir que sua família gozava de boas condições financeiras.

As fotografias doadas por Angelina Bonat são de temas variados, entre os quais predominam os retratos de grupos familiares com sete registros; em seguida com cinco registros temos os retratos individuais de adultos; infantis com três registros; casais com dois registros; e com um registro cada, temos as temáticas da educação, morte, futebol, exército e festa cívica.

Outra doadora que se destaca é a senhora Irene Casarin Scaglione, nascida na década de 1910, cuja família é originária de Veneza, na Itália. Casou-se em 1931, de cujo casamento nasceram seus seis filhos. Oriunda de uma família grande, Irene possuía nove irmãos; não sabia ler nem escrever, assim como os demais membros de sua família, o que é por ela atribuído à situação de miséria em que vivia a sua família; deste modo, não havia tempo para estudar, o tempo disponível deveria ser empregado na execução de tarefas cotidianas na lavoura e em casa para ajudar no sustento da grande família.

A senhora Irene Scaglione cedeu depoimento em 20 de maio de 2000, que está preservado no acervo do MECOM (nº inventário: 04.02.0244). Além do depoimento, ela cedeu à equipe do então projeto de pesquisa, um grupo de oito fotografias para serem digitalizadas. Estas fotografias, hoje analisadas, são inseridas dentro das seguintes categorias: duas retratam assuntos relacionados com a vida militar e duas são retratos de casais; já as categorias futebol, retrato individual e em grupo, além de comunhão possuem um registro cada.

O senhor João Casarin, nasceu em 1934 e faleceu em dezembro de 2014, filho de Pedro Casarin (1905-1977) e neto Eugênio (1850-1922) e Emilia Morello (1877-1951). Casou-se em 28 de setembro de 1957 com a senhora Noêmia Casarin. O casal dirigiu uma fábrica de compotas de pêssego na Colônia Maciel na década de 1970 e um salão de bailes.

O senhor João, foi um dos principais colaboradores do Museu Etnográfico da Colônia Maciel. Além de fotografias, ele doou um representativo número de objetos e cedeu duas entrevistas (nº inventário: 04.02.0247 e 04.02.1268). Dentre as suas fotografias, estão três fotos de casamento, e uma que registra uma procissão, um coral e uma foto de família.

Jordão Camelatto nasceu em 29 de abril de 1941, descendente de imigrantes italianos, sua família dedica-se à agricultura e à produção de vinhos e licores. Jordão cedeu um depoimento em 26 de junho de 2005 (nº inventário 05.02.0339), e cedeu três fotografias de grupos familiares.

Jovelina Schiavon, descendente de imigrantes italianos, nascida na década de 1930 e residente na Colônia Maciel, cedeu uma fotografia de casal e uma outra de evento religioso.

O senhor Cesário Zanetti nasceu em 1919 e casou-se em 1941. Em 20 de maio de 2000 cedeu um depoimento (nº inventário 04.02.0250) e uma fotografia de um grupo familiar ao Museu.

Emilia Laurinda Formentin Camelatto, nascida em 04 de março de 1913, filha de José Formentin (1880-1935) e Idalina Geiten Formentin (1879-1961) ambos italianos. Emília é neta de Sebastião Formentin, que veio da Itália em 1887, conforme Livro Tombo (p.3). Emilia casou-se no dia 30 de setembro de 1939 com José Florindo Camelatto (1905-?). É oriunda de uma família com mais nove irmãos³¹⁵. Emília doou uma única fotografia representando uma reunião familiar.

Temos um segundo grupo de fotografias que foram doadas entre os anos de 2005 e 2006, já com a finalidade de integrarem a coleção fotográfica do futuro Museu da Colônia Maciel. Uma vez aprovada a criação do MECOM, começaram as visitas da equipe às famílias que pudessem ter alguma informação relevante ou que pudessem fazer a doação de algum objeto ou fotografia ou mesmo ceder algum depoimento. Assim, lentamente, foi sendo formado o acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel.

Um dos primeiros conjuntos de fotos doadas foi a Coleção Aurora Camelatto. No dia 25 de junho de 2005 foi realizada a primeira visita à residência da senhora Francisca Aurora Zaffalon Pegoraro. Nascida em 05 de fevereiro de 1915, neta de Ângelo Pegoraro (1857-1940) e Catharina Batalha Pegoraro (1862-1939). Ângelo era filho de Antonio Pegoraro (1818-1903) e migrou para o Brasil com o seu pai e outros dois irmãos: Rosa e Giacomo em 1887, conforme Livro Tombo (p.3).

A senhora Aurora doou 30 fotografias ao Museu, destas, 28 serão analisadas no presente estudo, foram excluídos apenas dois registros coloridos. 12 fotografias representam adultos retratados individualmente; cinco de crianças na sua comunhão; quatro casamentos; três grupos; e uma fotografia de cada uma das seguintes temáticas: retrato infantil, exército, procissão e futebol.

É um acervo diverso, e um aspecto interessante é que um grande número destas fotografias possuem dedicatórias (12 das 28) e todos os personagens

³¹⁵ Caetano (1903-1956), Luis, Alexandre, Domingos, Gastaldo (1920-1989), Laurinda, Leonora e Jerônimo.

foram devidamente identificados pela doadora. D. Aurora foi entrevistada na mesma oportunidade e o seu relato está preservado no acervo do Museu (nº de inventário 05.02.0332).

Conforme relato oral de Luciana da Silva Peixoto³¹⁶, ao ser questionada sobre o processo de doação das fotografias pela senhora Aurora, Luciana Peixoto afirma que os registros fotográficos estavam todos acondicionadas em caixas, sem nenhum tipo de organização. Ela destaca que não foram doadas todas as fotografias, mas que foi feita uma seleção pelos então integrantes da equipe de quais os registros que deveriam ser doados. Esta seleção seria de acordo com os temas representados e principalmente no que diz respeito à identificação dos personagens representados.

Ariano de Paiva Rodeghiero (05/02/1937) e Natal Rodeghiero (25/12/1928), filhos do antigo professor da Escola Garibaldi José Rodeghiero (04/01/1894-19/09/1977) e Herondina Palma Rodeghiero (24/07/1906-27/12/1946) e netos de Christiano Rodeghiero (1860-1923) e Ângela Biga Rodeghiero, (07/10/1874-23/07/1943), nascidos na Itália.

Natal e Ariano prestaram um depoimento à equipe do museu em 16 de agosto de 2004 (nº inventário 04.02.0267), ocasião em que fizeram a doação de três retratos de casais para que compusessem o acervo do Museu.

Elisabeth Portantiolo Rodeghiero doou o maior grupo de fotografias. São 199 registros. As fotografias desta coleção estavam quando foram adquiridas pelo museu, em condições pouco adequadas para a sua conservação, o que causou prejuízos na sua posterior análise. Não existia nenhum tipo de identificação em nenhum dos registros. Muitas das fotografias estavam coladas em suportes de papelão e dentro de molduras, com muitas sujidades e deteriorações diversas.

No ano de 2012, por ocasião da inauguração de uma exposição temporária no museu³¹⁷, oportunidade em que muitos dos registros oriundos desta coleção foram reproduzidos e desta forma incorporadas à exposição, foi possível identificar um grande número de personagens com a ajuda do senhor José Luis Portantiolo, irmão da doadora dos registros.

³¹⁶ Entrevista com Luciana Peixoto, 2017.

³¹⁷ Trata-se da exposição “Em nome de Deus: religiosidade na Colônia Maciel” organizada por Cristiano Gehrke e Fábio Vergara Cerqueira.

O senhor Jacob Ceron cedeu 30 fotografias para que fossem digitalizadas. Os registros foram coletados na residência do mesmo, quando sua esposa, a senhora Catarina, apresentava os registros à equipe do Museu. Todos os 30 registros estão identificados. Não foi possível identificar o local e a forma onde os registros estavam acondicionados, uma vez que a equipe foi recebida na sala de estar e os registros foram apresentados aos pesquisadores individualmente ou em pequenos grupos. A senhora Catarina se dirigia até um dos cômodos da residência e pouco tempo depois retornava com uma ou um grupo de fotografias de cada vez. Neste momento, ela ou mesmo o seu esposo, o senhor Jacob Ceron, narrava o processo de produção do registro, a identificação dos personagens ou do evento retratado nos mesmos. Feitas as colocações, a senhora Catarina retornava e buscava outras fotografias e assim ocorreu com os 30 registros doados.

Este procedimento adotado pelo casal de apresentação dos registros à equipe do museu revelou além de um certo receio em fornecer acesso à integralidade da coleção, uma grande preocupação com os registros fotográficos. Além disso, a não doação das fotografias, e sim apenas o empréstimo das mesmas demonstram que a família valoriza, na época do contato, tais artefatos e que tinha uma preocupação bastante grande na sua preservação.

Preocupação esta que pode ser identificada em outros doadores que somente emprestaram seus registros fotográficos para que fossem digitalizados. Entre estes estão José Schiavon e Ernesto Gruppelli, doando cada um apenas um registro cada.

Também cedeu seu registros para digitalização o senhor José Luis Romano. Foram 18 fotografias no total, que foram escolhidas por integrantes da equipe do museu de dentro de um universo bastante representativo numericamente. As fotos do senhor José Luis Romano estavam todas dentro de um pequeno baú, acompanhado de documentos e outros papéis. As fotografias eram selecionadas e identificadas pelo doador e pela sua esposa.

Uma coleção representativa numericamente pertence ao Padre Luis Capone nascido em 17 de julho de 1930, e transferido para a Colônia Maciel na década de 1970 para as funções de pároco na Igreja da Paróquia de Sant'Anna. Capone, em virtude das grandes contribuições e pelos "relevantes serviços

prestados à Comunidade Pelotense”, recebeu em 12 de julho de 1994 (Lei N° 3839) da Câmara Municipal de Pelotas o título de cidadão Pelotense.

Capone foi o responsável pela doação de 49 registros originais. O estado de conservação de todos os registros é muito bom. Raramente os personagens são identificados. Analisando a temática dos referidos registros percebemos uma preocupação da Paróquia Sant’Anna em preservar fotografias que ilustrassem a história da região, pois estas retratam “o processo de construção da Escola Garibaldi, que funcionava em prédio localizado nas proximidades da igreja” (GEHRKE, 2015, p. 172), do processo de construção da Casa Paroquial, da Igreja Matriz, da ponte sobre o Arroio Caneleiras, entre outros.

A última incorporação de fotografias ao acervo do Museu se deu através da doação de um conjunto de fotos de família, digitalizadas por Fabrício Bassi. Fabrício nasceu em 18 de fevereiro de 1984. Bassi acumulou registros familiares, fez as devidas identificações e doou os mesmos para fazer parte do acervo fotográfico da instituição. Vale destacar que Bassi não possui os originais de todos os registros. O mesmo fez a coleta destas fotografias junto de seus familiares, que em muitos casos apenas cederam os registros para que fossem reproduzidos.

4.2 COLEÇÃO MUSEU DA IMIGRAÇÃO POMERANA

O acervo fotográfico do Museu da Imigração Pomerana é composto por um universo de 723 registros, todos originais, oriundos das coleções particulares que foram doadas ao acervo do museu ao longo do ano de 2008. Levando em conta a procedência destes registros, temos os seguintes números:

Doador	Número de fotografias
Alberto Karnopp	1
Arthur Leitzke	13
Augusto Buss	2
Eduardo Thurow	7
Emilio Blank	3
Emilio Hellwig	2
Ervin Thurow	1
Erwin Leitzke	1
Franz	1
Frieda Buss	1
Fritz Buss	4
Guerda Koch	400
Guido Behling	32
Herberto Blank	1
Hugo Blank	4
Leopoldo Leitzke	1
Martin Buss	53
Richard Behling	1
Roni Iwen	5
Ruth Hirshmann	2
Rudolf Kruger	1
Não identificado	187
Total	723

Tabela 6: Procedência e número de fotografias do Museu da Imigração Pomerana, utilizadas no presente estudo.

Fonte: Autor, 2017.

A formação do acervo de fotografias que atualmente fazem parte da coleção do Museu da Imigração Pomerana teve início no ano de 2008 por ocasião das tratativas de criar um museu na localidade de Bom Jesus, conforme verificado no Capítulo 2 da presente tese.

Não foi empreendida nenhuma pesquisa sistemática com o objetivo de recolher os objetos ou mesmo proceder ao processo de documentação do acervo que passou a ser doado pela comunidade que vivia no em torno do local onde o museu seria inaugurado. Desde modo, um número representativo de fotografias, 187 no total, não possuem identificação de procedência.

Além disso, 470 dos registros, ou seja, mais de 65% da coleção, não possuem a identificação dos personagens ou mesmo das cenas que estão representadas, o que dificulta sobremaneira uma análise satisfatória dos mesmos, uma vez que esta fica condicionada apenas à observação dos elementos diretamente identificáveis na cena.

O procedimento de recolha das fotografias que atualmente integram a coleção do Museu da Imigração Pomerana foi o mesmo aplicado a todo o acervo. O então presidente da comunidade Bom Jesus, Eduardo Thurow, Ileia e Rogério Kruger, e Renato e Hedi Blank, fizeram uma fala durante uma celebração religiosa na comunidade, onde foram expostos os objetivos do projeto e foram feitas as solicitações à comunidade para que doasse objetos para compor o acervo do Museu.

Conforme atesta Ileia Kruger em seu depoimento³¹⁸, geralmente os responsáveis pelas doações eram as pessoas mais velhas. Todos os registros doados eram originais. As fotografias quase sempre estavam acondicionadas em caixas e, em alguns casos, como aquelas doadas por Guido Behling, foi feita uma seleção, quando foram escolhidas somente as fotografias que estavam identificadas.

Além da realização de visitas às residências, várias famílias acabaram levando os objetos por vontade própria à sede do museu. Nas palavras de Iléia, “muitos doaram no intuito de colaborar com o objetivo do museu (...) Outros doaram porque já não sabiam mais o que fazer, era muita coisa para guardar em casa”. Ela destaca ainda que grande parte dos acervos fotográficos não foram

³¹⁸ Entrevista com Ileia Krüger, 2015.

doados basicamente por não haver a identificação dos personagens, bem como muitas serem exemplares repetidos.

Em relação aos doadores, são poucas as informações disponíveis, visto que no momento da doação das fotografias, informações sobre os mesmos não foram registradas.

Ainda assim, sabemos que o senhor Arthur Leitzke foi o responsável pela doação de 13 registros fotográficos. Leitzke nasceu na década de 1930 e faleceu na década de 2010, e autorizou, no ano de 2008, os então responsáveis pela organização do museu, a recolherem os objetos que lhes interessavam de sua antiga residência na localidade de Bom Jesus, uma vez que este já não mais residia na região, mas sim no estado do Espírito Santo. A sua doação, conforme aponta Iléia Krüger, é uma das mais representativas do museu.

Temos ainda doações de Eduardo Thurow, nascido na década de 1950, e na época presidente da Comunidade de Bom Jesus, Guido Behling, nascido na década de 1950, Martin Buss, nascido na década de 1950, Hugo Blank nascido na década de 1950, e Roni Iwen, nascido na década de 1970.

Em comum a todos os doadores estão as suas profissões, ou seja, são todos agricultores, e todos residem em propriedades próximas a sede do museu. Outra característica em comum é que, além de fotografias, estes indivíduos foram responsáveis também pela doação de objetos ao museu.

Conforme Iléia Krüger, as fotografias que pertenciam ao senhor Weingärtner estavam em caixas no sótão da sua antiga casa, localizada em Bom Jesus. Estas caixas estavam bastante empoeiradas. A família, que atualmente reside nesta residência, não tinha conhecimento daquele material que foi descoberto pela insistência da depoente em subir a escada de acesso do sótão e dar uma “espiada”. A proprietária da casa e filha de Weingärtner, Guerda Koch, autorizou então o recolhimento de todo aquele material.

Sem sombra de dúvida, o indivíduo responsável pela doação do maior número de fotografias foi a senhora Guerda Koch. Guerda Koch é a filha mais velha de um fotógrafo amador que residiu nas proximidades de onde hoje está instalado o Museu da Imigração Pomerana. Além de uma representativa coleção de fotografias e cartões-postais (400 exemplares, sendo 172 cartões-postais e 228 fotografias, o que perfaz 55,32% de toda a coleção), a senhora Guerda Koch efetuou a doação de todo o acervo de utensílios cirúrgicos utilizados no

consultório de seu pai, objetos de uso doméstico, pessoal e todos os objetos relacionados à prática fotográfica do pai.

Dentre a coleção de cartões-postais doados por Guerda Koch figuram muitos que pertenceram ao senhor Gustav Holl, amigo e sócio de seu pai, Wilhelm Weingärtner.

Quando do início das nossas investigações junto ao Museu da Imigração Pomerana, ainda no ano de 2014, o acervo não possuía nenhum tipo de registro. Deste modo, num primeiro momento efetuamos o registro de todo o acervo fotográfico, a sua marcação definitiva, limpeza mecânica, digitalização e posterior acondicionamento, para só então realizarmos o processo de análise dos referidos registros.

4.3 COLEÇÃO MUSEU COLÔNIA FRANCESA

O total de 117 registros fotográficos do Museu da Colônia Francesa, analisados na presente tese foram produzidos e colecionados pelo senhor Lino Ribes. Ribes nasceu em 17 de maio de 1910 e faleceu em 02 de novembro de 2005. O mesmo foi entrevistado no dia 04 de fevereiro de 2000³¹⁹ durante a fase de implantação do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, e foi entrevistado em várias oportunidades por Leandro Betemps³²⁰.

O acervo fotográfico de Lino Ribes, conforme Leandro Betemps (2009), está sob os cuidados de uma de suas filhas, Yvone Ribes Rickes, e no ano de 2009 foi emprestado a então equipe do Museu da Colônia Francesa para que fosse digitalizando. Feito o trabalho de reprodução digital do acervo, o mesmo foi devolvido para a família.

Lino Ribes acabou se destacando na região pelo seu grande interesse em preservar aspectos referentes à história da Colônia Francesa em Pelotas. Ao longo de sua vida, conforme atesta o seu depoimento cedido no ano de 2000 à equipe do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, o mesmo fazia registros gráficos periódicos sobre a precipitação na região e apontamentos sobre os eventos mais marcantes da localidade. Ele teria um grande número de diários no qual registrava o cotidiano da região. Leandro Betemps afirma que o diário foi escrito por mais de 50 anos e que descreve o dia a dia na Colônia Francesa (BETEMPS, 2009, p. 18), informação também confirmada por Marinês Grando (1989, p. 03).

Nos registros preservados no Museu da Colônia Francesa percebemos que ele foi um dos personagens mais atuantes durante a comemoração do Centenário da Imigração Francesa em Pelotas. Era ele quem assinava as cartas, ofícios, convites que eram enviados às autoridades. Geralmente era ele o procurado caso alguém desejasse obter mais informações sobre a região, conforme atestam as reportagens veiculadas³²¹ na imprensa que quase sempre fazem menção ao mesmo ou fazem menção a sua volumosa biblioteca e uma coleção de objetos relacionadas com a escravidão, entre eles, um par de

³¹⁹Nº inventário: 04.02.0246.

³²⁰Entrevistas realizadas em 21/10/1997, 26/03/1999, 10/04/1999 e 06/02/2000 e que fazem parte do acervo pessoal de Leandro Ramos Betemps.

³²¹Jornal Zero Hora. Porto Alegre. RODRIGUES, Cari. A feroz perseguição no Estado. 21/08/1988. pg. 4. Diário Popular. Colônia Francesa comemora se centenário hoje. Pelotas, 21/08/1980, p.17.

algemas que o mesmo possuía em sua residência³²². Marinês Grando (1989) cita o empenho de Lino Ribes na preservação da memória da região, nas entrevistas e coleta de relatos que o mesmo fez na região ao longo dos anos e nas contribuições que o mesmo deu para a pesquisa da autora. Em função das contribuições que o mesmo deu à comunidade, empresta atualmente o seu nome à biblioteca da Escola Municipal Nestor Elizeu Crochemore.

Os registros produzidos e acumulados por Ribes contemplam todos eixos temáticos analisados no presente estudo. Estes registros não possuíam nenhum tipo de numeração quando do início da nossa investigação. Deste modo, as fotografias foram numeradas para que fosse facilitado o acesso e consulta à documentação.

Feitas estas considerações, passaremos a seguir a nos deter sobre a análise das fotografias de cada um dos museus, respeitando os eixos temáticos por nós propostos.

322 Jornal Zero Hora. Porto Alegre. RODRIGUES, Cari. A feroz perseguição no Estado. 21/08/1988. pg.

5 ANÁLISE COMPARATIVA DOS ACERVOS

“Só se pode ver realmente uma coisa depois de fotografá-la”.

Emile Zola

A frase epigráfica de autoria de Emile Zola, é bastante pertinente para o nosso estudo. Ela nos remete de forma quase que instantânea para a película *Blow up*³²³ (Depois daquele beijo, em português), drama dirigido pelo cineasta italiano Michelangelo Antonioni que passa na Londres dos anos 1960 e retrata a vida de Thomas, interpretado por David Hemmings, que é um fotógrafo de moda que não suporta mais o mundo em que vive.

Para Thomas o mundo é chato, sem grandes surpresas. Certo dia, ao fazer uma caminhada por um parque, avista a certa distância, um casal de namorados e os resolve fotografar. Ao ver que seu encontro foi registrado, a mulher interpretada por Vanessa Redgrave, corre ao encontro do fotógrafo implorando que o mesmo lhe entregue os negativos das fotografias. A recusa do mesmo em atender o pedido da jovem, não faz com que ela desista do plano de ter em suas mãos as provas de um provável romance proibido.

Após descobrir o endereço do fotógrafo, a jovem vai ao seu encontro, o seduz, para que o mesmo lhe entregue o rolo de negativos. O mesmo faz a entrega de um rolo diferente daquele em que registrou a cena e movido por uma curiosidade, ele revela o filme.

É neste momento que ele descobre que, de forma involuntária, não apenas o casal fora registrado em um encontro fortuito num parque, mas sim, que ao fundo da cena havia algo diferente e que o deixou inquieto. Analisando com cuidado cada uma das fotografias, e numa tentativa de obter mais detalhes, ele amplia a fotografia uma série de vezes até a sua deformação, momento em que aparecem apenas inúmeros pontos granulados. Neste momento, entre os arbustos, ele percebe algo que se assemelha a um corpo. Surge assim uma dúvida: havia ele registrado um assassinato? Thomas volta então ao parque e percebe que o que ele viu nas fotografias se confirmou, ou seja, realmente existia um corpo.

Neste momento nos saltam alguns questionamentos: a imagem congelada pelo registro fotográfico depende somente da interpretação que

³²³ *Blow up* (Depois daquele beijo). Direção: Michelangelo Antonioni. Reino Unido/Itália. 1H50min, 1966.

damos a ela? Até que ponto aquilo que é captado pela máquina fotográfica pode ser considerado verdade? Buscando responder tais questionamentos é que desenvolvemos este capítulo.

Feitas estas considerações, gostaríamos ainda de trazer uma frase de autoria do cineasta francês Robert Bresson na qual ele afirma que é “preciso que uma imagem se transforme no contato com outras imagens, como uma cor no contato com outras cores. Um azul não é o mesmo azul ao lado de um verde, de um amarelo, de um vermelho”.

A inserção deste trecho nesta parte da tese ocorreu de forma proposital e pelo simples fato de que partilhamos o entendimento de Ana Maria Mauad (1990) que afirma que não se pode efetuar a interpretação de uma fotografia isolando ela do seu contexto. Neste sentido, nesta parte do nosso estudo, nos propomos a analisar cada um dos registros fotográficos preservados nas três instituições por nós pesquisadas e em seguida analisar estes acervos de uma forma conjunta, objetivando responder os questionamentos que nos levaram à redação da presente tese.

Estamos analisando no presente estudo, 1.246 registros fotográficos, divididos conforme a sua procedência de acordo com a tabela apresentada abaixo (Tabela 7):

Instituição	Nº de fotografias
Museu Etnográfico da Colônia Maciel	397
Museu da Imigração Pomerana	723
Museu da Colônia Francesa	117
Total	1.246

Tabela 7: Total de fotografias analisadas.

Fonte: Autor, 2016.

De acordo com a Tabela 7, o acervo do Museu da Imigração Pomerana possui 58,02% das fotografias analisadas. O Museu Etnográfico da Colônia Maciel 31,86% e o Museu da Colônia Francesa, 9,39%. Podemos, de certo modo, atribuir esta pouca representatividade de registros do Museu da Colônia Francesa, à ausência de uma política sistemática de coleta de acervo empreendida naquela instituição, conforme foi adotada pelos outros dois museus. Já o número expressivo de registros do Museu da Imigração Pomerana pode ser atribuído em grande parte à expressiva coleção do fotógrafo Wilhelm Weingärtner, cuja doação foi efetuada pela sua filha, Guerda Koch, que, sozinha,

foi responsável pela doação de cerca de 54% do acervo fotográfico daquela instituição; outras possíveis motivações para estes números foram apontadas no Capítulo 2 da presente tese, quando fizemos a análise sobre o processo de criação de cada uma das instituições museológicas.

A seguir, faremos uma análise quantitativa de cada um dos acervos de cada uma das instituições analisadas e em seguida, faremos uma análise comparada.

Contabilizando o número de fotografias que fazem parte do acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, temos os seguintes números: 397 registros divididos em 7 categorias de análise, sendo estas classificadas conforme o gráfico (Figura apresentado na sequência:

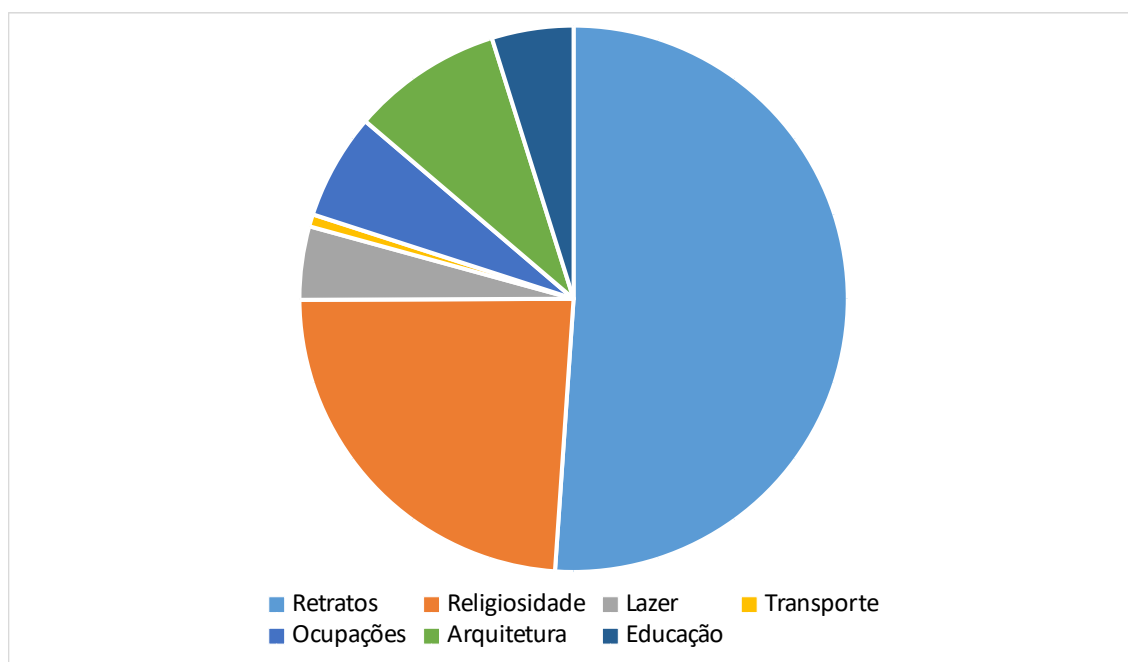


Figura 27: Gráfico apresentando as diferentes categorias de análise do acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel.

Fonte: Autor, 2016.

Neste gráfico (Figura 27), o número de registros classificados como *Retratos* contabilizaram 212 registros, sendo: 99 *Religiosidade*, 18 *Lazer*, 3 *Transporte*, 26 *Ocupações*, 37 *Arquitetura* e 20 representam aspectos relacionadas à categoria *Educação*.

Cada uma das categorias temáticas apresenta registros que podem ser classificados em temas e subtemas, conforme as tabelas apresentadas na sequência:

Arquitetura	
Arquitetura residencial	5
Arquitetura religiosa	17
Arquitetura escolar	15
Total	37

Tabela 8: Subtemas identificados no eixo temático *Arquitetura*.

Fonte: Autor, 2016.

Lazer	
Festas cívicas	4
Coral	3
Passeios	6
Futebol	3
Caçada	2
Total	18

Tabela 9: Subtemas identificados no eixo temático *Lazer*.

Fonte: Autor, 2016.

Ocupações	
Pedreiro	6
Agricultura	4
Criação de animais	1
Produção de vinho	3
Vida militar	14
Ferrovia	1
Diversos	1
Total	26

Tabela 10: Subtemas identificados no eixo temático *Ocupações*.

Fonte: Autor, 2016.

Educação	
Total	20

Tabela 11: Subtemas identificados no eixo temático *Educação*.

Fonte: Autor, 2016.

Religiosidade	
Casamento	57
Festa de Igreja	11
Comunhão	13
Morte	1
Procissão	17
Total	99

Tabela 12: Subtemas identificados no eixo temático *Religiosidade*.

Fonte: Autor, 2016.

Transporte	
Automóvel	1
Cavalo	1
Carroça	1

Total	3
-------	---

Tabela 13: Subtemas identificados no eixo temático *Transporte*.

Fonte: Autor, 2016.

Retrato	
Feminino	51
Infantil	45
Masculino	47
Grupo	69
Total	212

Tabela 14: Subtemas identificados no eixo temático *Retrato*.

Fonte: Autor, 2016.

Em se tratando do acervo do Museu da Imigração Pomerana, temos os seguintes números: 723 registros divididos em 9 categorias de análise, sendo estas classificadas conforme o gráfico apresentado na sequência (Figura 28), onde temos 203 registros representando *Retratos*, 183 representando a *Comunicação*, 80 *Paisagem*, 76 *Religiosidade*, 71 *Lazer*, 47 *Transporte*, 40 *Ocupações*, 39 *Arquitetura* e 17 registros que representam aspectos relacionados com a *Educação*.

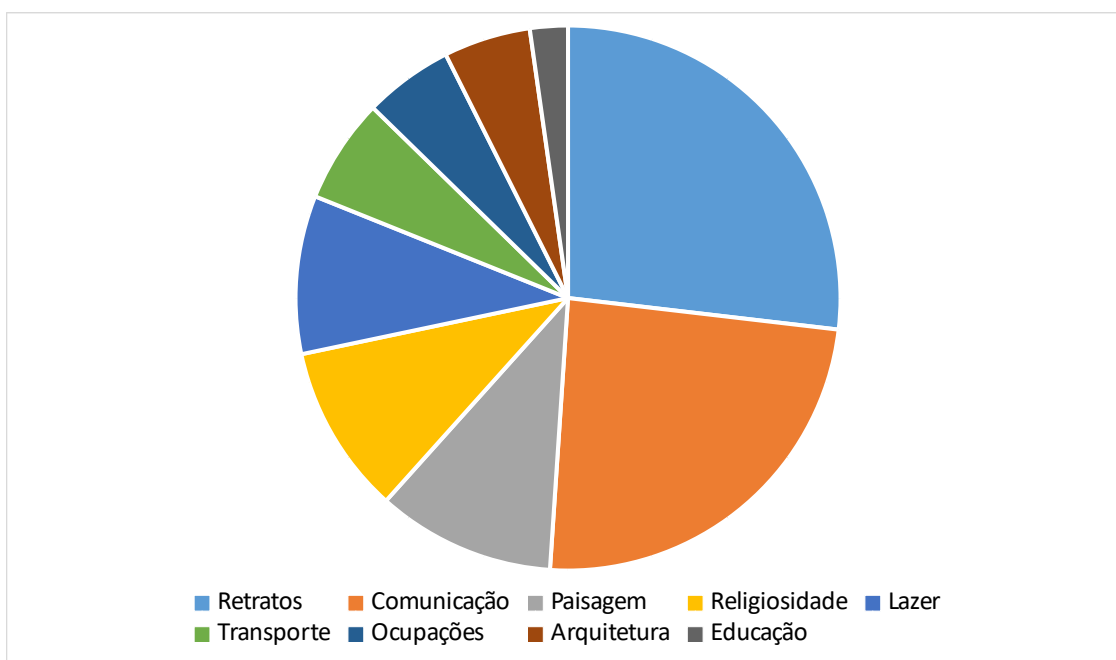


Figura 28: Gráfico apresentando as diferentes categorias de análise do acervo do Museu da Imigração Pomerana.

Fonte: Autor, 2016.

Cada uma das categorias apresenta registros que podem ser classificados em temas e subtemas, conforme as tabelas apresentadas na sequência:

Arquitetura	
Arquitetura doméstica	25
Arquitetura religiosa	7
Arquitetura pública	3
Arquitetura escolar	2
Diversos	2
Total	39

Tabela 15: Subtemas identificados no eixo temático *Arquitetura*.
Fonte: Autor, 2016.

Lazer	
Festas cívicas	3
Churrascos	5
Praia	17
Coral	12
Passeios	6
Futebol	4
Caçada	1
Brincadeiras infantis	16
Pesca	3
Diversos	4
Total	71

Tabela 16: Subtemas identificados no eixo temático *Lazer*.
Fonte: Autor, 2016.

Ocupações	
Pedreiro	12
Intelectual	8
Agricultura	4
Criação de animais	3
Costureira	3
Vida militar	3
Fotógrafo	3
Saúde	2
Ferraria	1
Mecânica	1
Total	40

Tabela 17: Subtemas identificados no eixo temático *Ocupações*.
Fonte: Autor, 2016.

Paisagem	
Total	80

Tabela 18: Subtemas identificados no eixo temático *Paisagem*.
Fonte: Autor, 2016.

Educação	
Total	17

Tabela 19: Subtemas identificados no eixo temático *Educação*.
Fonte: Autor, 2016.

Comunicação	
Total	183

Tabela 20: Subtemas identificados no eixo temático *Comunicação*.
Fonte: Autor, 2016.

Religiosidade	
Casamento	30
Festa de Igreja	26
Confirmação	14
Morte	4
Procissão	2
Total	76

Tabela 21: Subtemas identificados no eixo temático *Religiosidade*.
Fonte: Autor, 2016.

Transporte	
Automóvel	17
Cavalo	13
Navio	10
Carroça	7
Total	47

Tabela 22: Subtemas identificados no eixo temático *Transporte*.
Fonte: Autor, 2016.

Retrato	
Feminino	18
Infantil	29
Masculino	50
Grupo	108
Total	203

Tabela 23: Subtemas identificados no eixo temático *Retrato*.
Fonte: Autor, 2016.

Em relação ao total de fotografias que fazem parte do acervo do Museu da Colônia Francesa, temos os seguintes números: 117 registros divididos em 8 categorias de análise, sendo estas classificadas conforme o gráfico apresentado na sequência (Figura 29), onde podemos perceber que 57 registros se inserem dentro do eixo temático *Retratos*, 24 no eixo *Lazer*, 20 *Arquitetura*, 18 *Ocupações*, 13 *Paisagem*, 9 *Educação*, 5 *Transporte* e somente 3 registros que retratam aspectos relacionados com a *Religiosidade*.

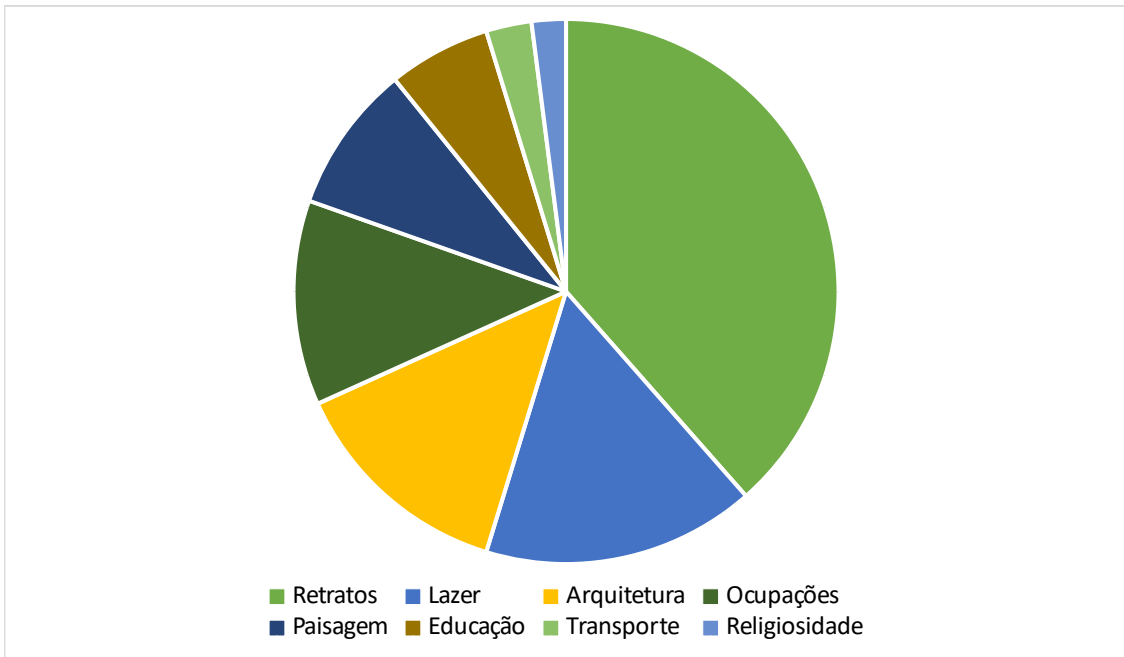


Figura 29: Gráfico apresentando as diferentes categorias de análise do acervo do Museu da Colônia Francesa.
Fonte: Autor, 2016.

Cada uma das categorias apresenta registros que podem ser classificados em temas e subtemas, conforme as tabelas apresentadas na sequência:

Arquitetura	
Arquitetura residencial	19
Arquitetura pública	1
Total	20

Tabela 24: Subtemas identificados no eixo temático *Arquitetura*.
Fonte: Autor, 2016.

Lazer	
Festas cívicas	10
Futebol	1
Teatro	3
Brincadeiras infantis	4
Piquenique	1
Diversos	5
Total	24

Tabela 25: Subtemas identificados no eixo temático *Lazer*.
Fonte: Autor, 2016.

Ocupações	
Agricultura	4
Criação de animais	5
Produção de vinho	9

Total	18
-------	----

Tabela 26: Subtemas identificados no eixo temático *Ocupações*.
Fonte: Autor, 2016.

Paisagem	
Total	13

Tabela 27: Subtemas identificados no eixo temático *Paisagem*.
Fonte: Autor, 2016.

Educação	
Total	9

Tabela 28: Subtemas identificados no eixo temático *Educação*.
Fonte: Autor, 2016.

Religiosidade	
Casamento	3
Total	3

Tabela 29: Subtemas identificados no eixo temático *Religiosidade*.
Fonte: Autor, 2016.

Transporte	
Carroça	2
Automóvel	3
Total	5

Tabela 30: Subtemas identificados no eixo temático *Transporte*.
Fonte: Autor, 2016.

Retrato	
Infantil	9
Masculino	2
Grupo	46
Total	57

Tabela 31: Subtemas identificados no eixo temático *Retrato*.
Fonte: Autor, 2016.

Observando as tabelas apresentadas anteriormente, percebemos que das nove categorias de análise, apenas o Museu da Imigração Pomerana possui registros em todas. No Museu Etnográfico da Colônia Maciel não foram localizadas fotografias que pudessem ser inseridas nos eixos temáticos *Comunicação* e *Paisagem*. Já no Museu da Colônia Francesa, não foram localizadas fotografias na categoria *Comunicação*.

Passamos a seguir a efetuar uma análise comparativa entre os acervos das três instituições, analisando cada uma das categorias de análise.

Em relação à categoria *Comunicação*, somente foram localizados registros que puderam ser classificados neste eixo no Museu da Imigração

Pomerana, totalizando 183 registros. Vale destacar que apesar de a grande maioria destes registros terem pertencido a um único personagem e terem sido doados por um único indivíduo, registros doados por outros indivíduos também foram localizados, o que permite concluir que era comum a troca de cartões-postais e mesmo o colecionamento de tais artefatos entre o grupo representado naquele museu.

Em relação às fotografias classificadas dentro da categoria de análise *Arquitetura*, podemos, observando o gráfico abaixo (Figura 30), perceber que no Museu Etnográfico da Colônia Maciel, existem 37 fotografias, o que representa 9,31% do acervo, no Museu da Imigração Pomerana são 39 os registros que representam 5,39% da totalidade do acervo e no Museu da Colônia Francesa 20 as fotografias estão inseridos dentro deste tema, o que totaliza 17,09% do seu acervo.

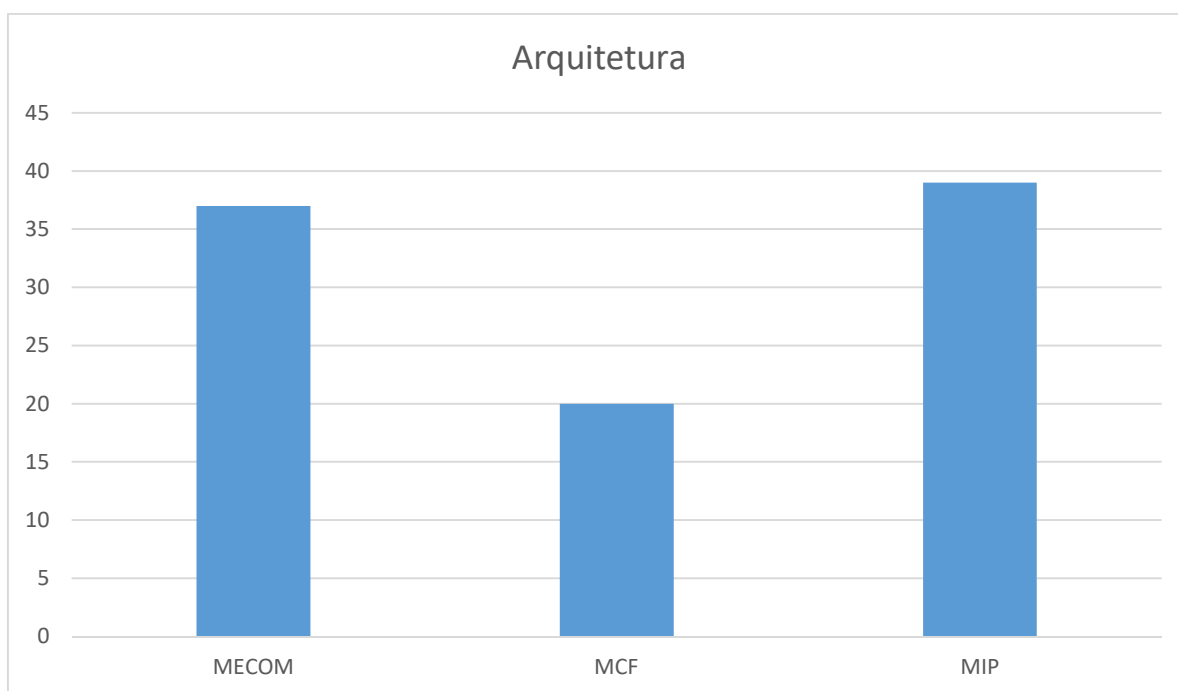


Figura 30: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático *Arquitetura*.
Fonte: Autor, 2016

Em relação ao Eixo temático *Educação*, no Museu Etnográfico da Colônia Maciel são 3 as fotografias, o que totaliza 0,75%, no Museu da Imigração Pomerana são 17 as fotografias, o que representa 9,4% e no Museu da Colônia Francesa são 11 as fotografias que representa 2,3% da totalidade do seu acervo, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo (Figura 31):

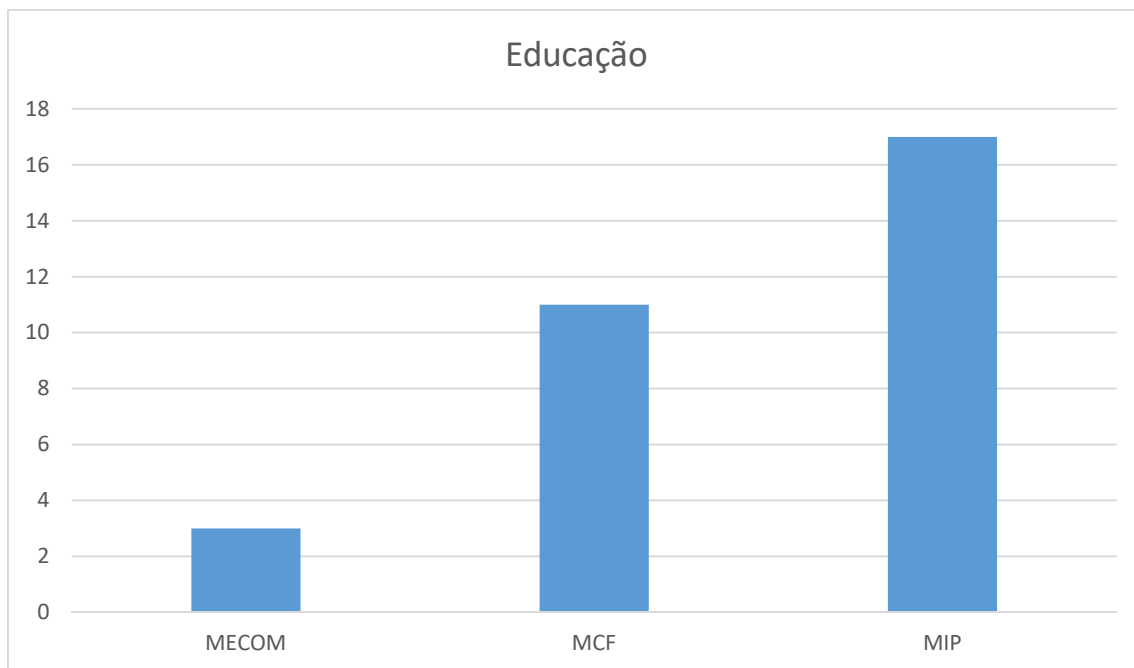


Figura 31: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático *Educação*.
 Fonte: Autor, 2016

Relacionado com a temática *Lazer*, percebemos que o Museu da Imigração Pomerana desponta quantitativamente no número de registros. Ele conta com 71. Já o Museu da Colônia Francesa e o Museu Etnográfico da Colônia Maciel contam com 24 e 18 registros, respectivamente.

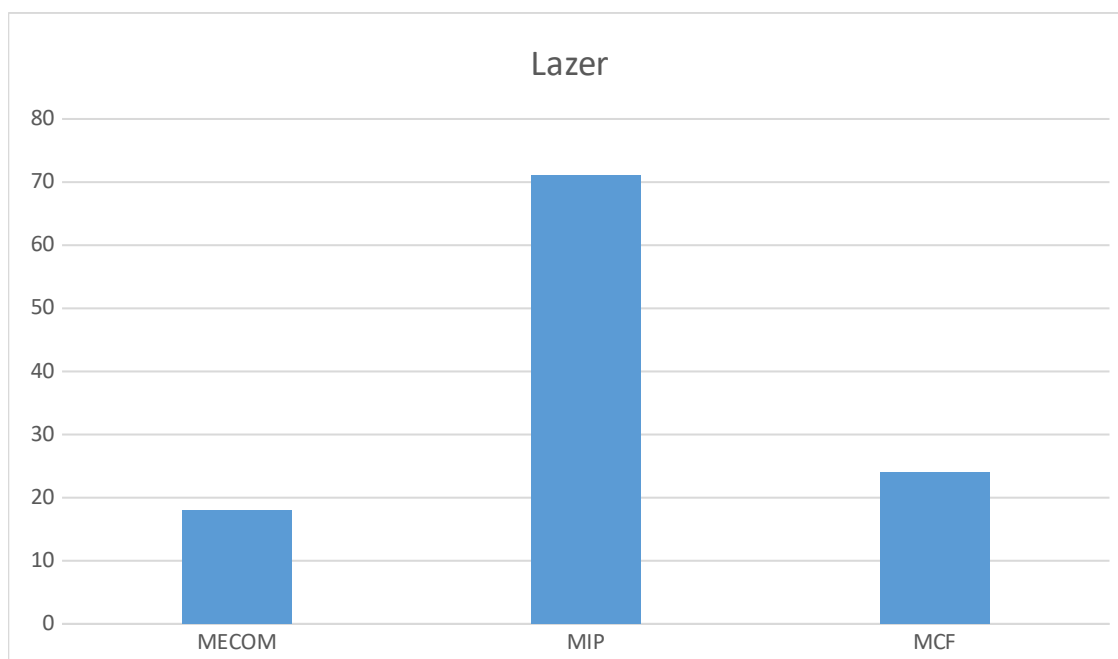


Figura 32: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático *Lazer*.
 Fonte: Autor, 2016

Dentre a categoria de *Ocupações* o Museu da Imigração Pomerana conta com 40 fotografias, já o Museu Etnográfico da Colônia Maciel possui 26 e o Museu da Colônia Francesa, 18 registros.

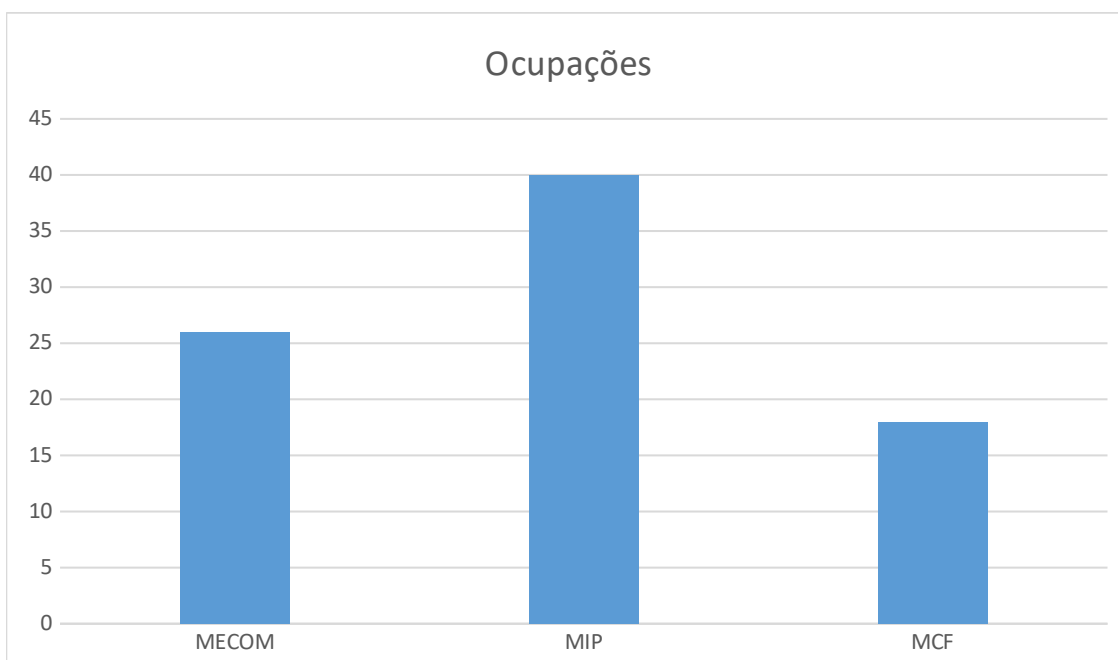


Figura 33: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático *Ocupações*.
Fonte: Autor, 2016

Não existe no acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel nenhum registro que retrate somente algum elemento que pudesse ser classificado dentro do eixo temático *Paisagem*. Já no Museu da Imigração Pomerana são 80 os registros e no Museu da Colônia Francesa são 13.

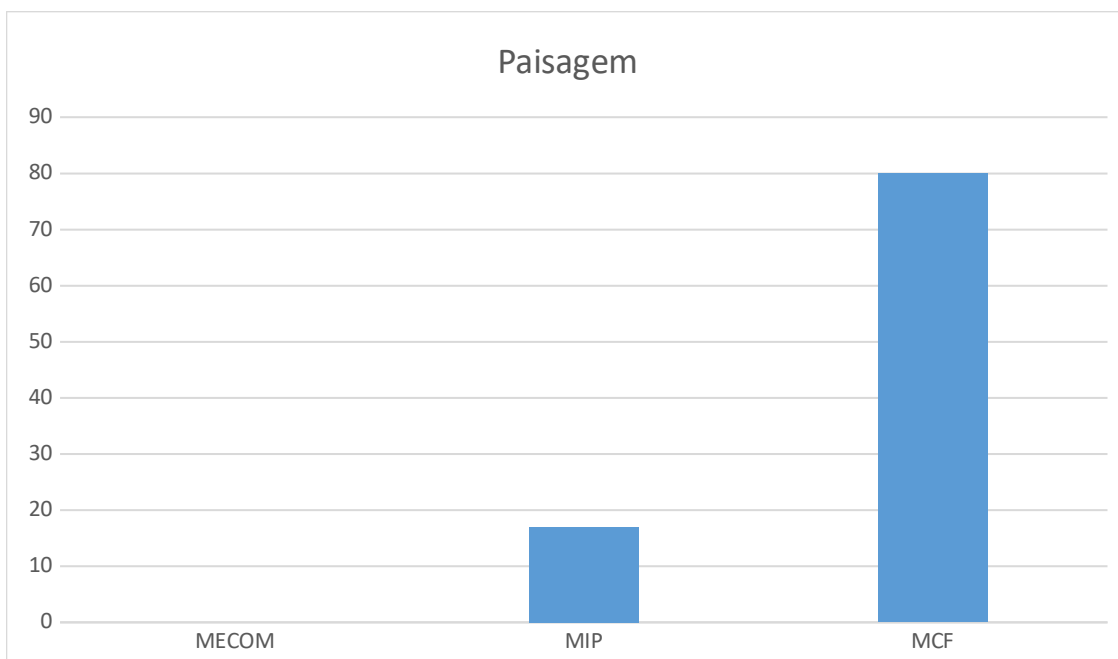


Figura 34: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático *Paisagem*.

Fonte: Autor, 2016

Sobre a temática *Religiosidade*, o Museu Etnográfico da Colônia Maciel se destaca. O mesmo possui em seu acervo 99 registros, contra 76 do Museu da Imigração Pomerana e somente 3 registros no Museu da Colônia Francesa.

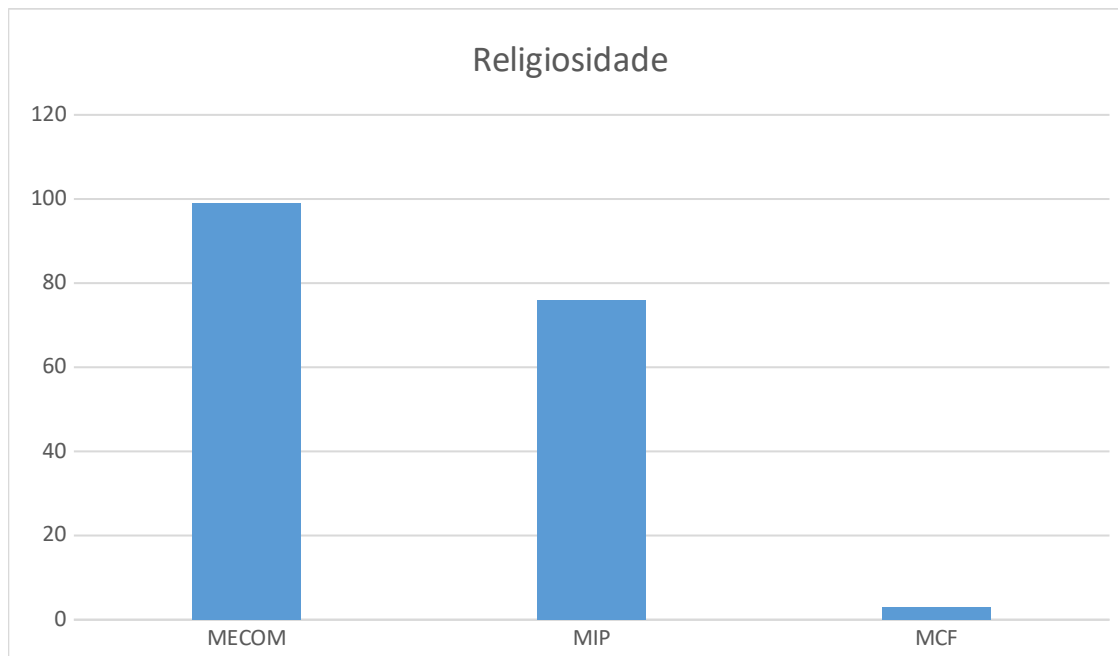


Figura 35: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático *Religiosidade*.
Fonte: Autor, 2016.

Sobre a temática *Retratos* temos um certo equilíbrio entre o número de fotografias do Museu Etnográfico da Colônia Maciel e o Museu da Imigração Pomerana, onde aparecem com 212 e 203 registros, respectivamente, enquanto que a mesma categoria possui apenas 57 registros no Museu da Colônia Francesa.

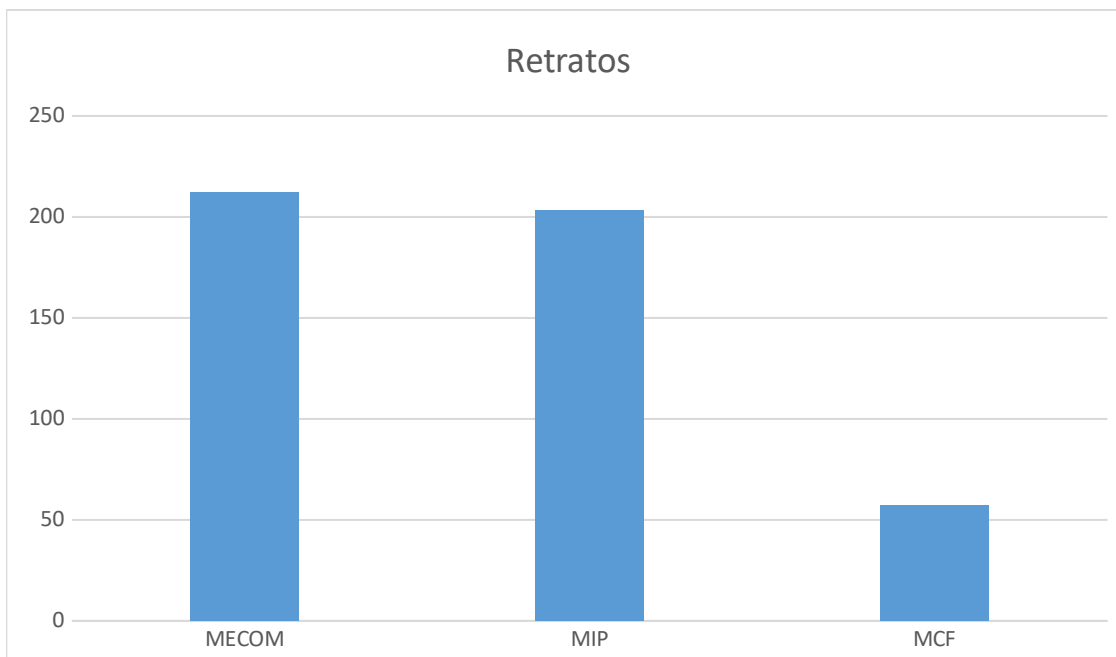


Figura 36: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático *Retratos*.
 Fonte: Autor, 2016.

E por último temos a temática *Transporte*, onde o Museu Etnográfico da Colônia Maciel apresenta 3 registros, o Museu da Imigração Pomerana 47 e o Museu da Colônia Francesa 5 registros.

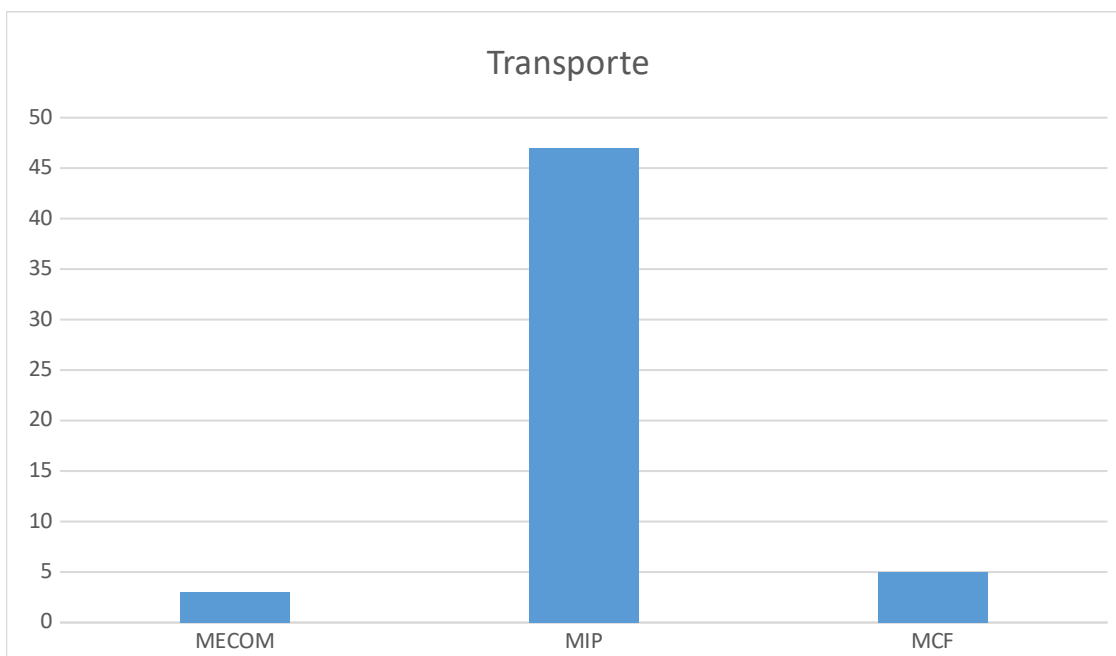


Figura 37: Gráfico com a análise do número de fotos Eixo temático *Transporte*.
 Fonte: Autor, 2016.

Em seguida, apresentamos um gráfico (Figura 38), na qual trazemos a porcentagem de registros classificados em cada eixo temático.

Assim, temos os seguintes dados: em relação ao eixo temático *Arquitetura*, no Museu Etnográfico da Colônia Maciel 9,31% do seu acervo, no Museu da Imigração Pomerana 5,39% e no Museu da Colônia Francesa 17,09% do acervo total.

No eixo *Comunicação*, apenas o Museu da Imigração Pomerana aparece representado, com 25,31% de seu acervo nesta categoria.

Em relação ao tema *Educação*, o Museu Etnográfico da Colônia Maciel apresenta 5,03% de seus registros nesta categoria, enquanto o Museu da Imigração Pomerana apresenta 2,35% e o Museu da Colônia Francesa 7,69%.

A categoria *Lazer* aponta que o Museu da Colônia Francesa em possui 20,51% de seu acervo fotografias com aspectos relacionadas a este tema, enquanto que 9,82% no Museu da Imigração Pomerana e apenas 4,83% no Museu Etnográfico da Colônia Maciel.

No eixo temático *Ocupações*, o Museu Etnográfico da Colônia Maciel possui 6,54%, o Museu da Imigração Pomerana 5,53% e o Museu da Colônia Francesa 15,38%.

O Museu da Colônia Francesa e o Museu da Imigração Pomerana possuem 11,11% e 11,06% respectivamente de suas fotografias situadas na categoria *Paisagem*, enquanto o Museu Etnográfico da Colônia Maciel não possui nenhum registro.

Na categoria *Religiosidade* o Museu Etnográfico da Colônia Maciel se destaca com 24,93% de seu acervo, enquanto o Museu da Imigração Pomerana possui 10,51% e o Museu da Colônia Francesa somente 2,56%.

O Museu Etnográfico da Colônia Maciel possui 53,40% de suas fotografias classificadas dentro do eixo *Retratos*, enquanto o Museu da Imigração Pomerana possui 28,07% e o Museu da Colônia Francesa 48,71%.

E por fim, na categoria *Transporte*, o Museu Etnográfico da Colônia Maciel tem 0,75%, o Museu da Imigração Pomerana 6,50% e o Museu da Colônia Francesa 4,27% do acervo neste eixo temático.

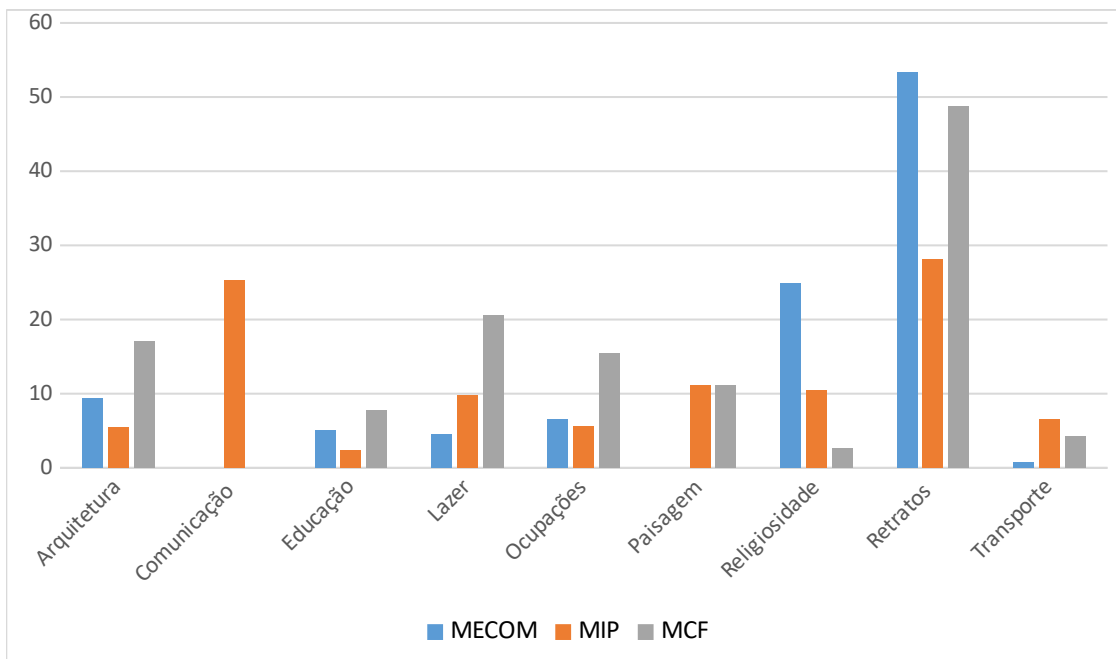


Figura 38: Gráfico com a análise do percentual de fotos em cada eixo temático.
Fonte: Autor, 2016

Em relação à autoria dos registros, conforme já apontado no Capítulo 3, temos a identificação de autoria de 37 profissionais diferentes. De um total de 1.063 registros (excetuando aqui os cartões-postais) 446 possuem registro de autoria, o que representa 41,95% do total de registros. Desta forma, observando a totalidade dos registros e os responsáveis pela sua produção, temos a seguinte tabela (Tabela 32):

Fotógrafos	Museu Etnográfico da Colônia Maciel	Museu da Colônia Francesa	Museu da Imigração Pomerana	Total
Wilhelm Weingärtner	0	0	243	243
Heinrich Feddern	0	0	64	64
Júlio Feddern	0	0	1	1
Lindolfo Feddern (Foto Real)	0	0	1	1
Egídio Camargo	16	0	0	16
Daniel	22	0	2	24
Tamagnone	17	0	0	17
Santos - Fritz Hoffmann	18	0	3	21
Del Fiol	10	0	3	13
Aurora	0	0	1	1

Silvino Borges (Foto Rex)	0	0	1	1
Foto Rápido	0	0	1	1
Atelier Otto	0	0	1	1
Bruno Pruski	0	0	1	1
Carl Daniel	0	0	10	10
Baptista Lhullier	0	0	6	6
Amoretty	0	0	1	1
Strap Photo	0	0	1	1
Alb. Lang	2	0	2	4
Honorino Amaral	0	0	1	1
Studio Os 2	0	0	2	2
L. Lanzetta	0	0	1	1
Artur Russ	0	0	1	1
Schloenbach	0	0	1	1
Arte Photographica – Waldemar Mitzan/Pelotas	2	0	0	2
Atelier Dall’Olmo B. Gonçalves Rua Dr. Antunes n°3	1	0	0	1
Ceslau Cangussú	1	0	0	1
CIA Foto Arte	1	0	0	1
Foto Bruno	1	0	0	1
Foto Estrela – Canguçu/RS	1	0	0	1
Foto Gril ? 705 telefone 5835?	1	0	0	1
Foto Studio Pelotas	1	0	0	1
Foto Tuparurli – J. M. Sulek	1	0	0	1
G. Geremia Photo Caxias	1	0	0	1
J. Ant. Porcello/ Porto Alegre	1	0	0	1
Raphael Grecco – Photographo Cangussú	1	0	0	1

Tabela 32: Total de registros por autor.

Fonte: Autor, 2016.

Feitos estes apontamentos, passaremos a seguir, para a segunda parte deste capítulo que tem como objetivo observar isoladamente cada uma das categorias de análise. Uma análise comparativa e os resultados serão efetuados na terceira parte deste capítulo, para então fazermos as considerações finais.

5.1 ARQUITETURA

Cada um vem, escreve a sua história e vai embora.

Oscar Niemeyer

A nota epigráfica de autoria do arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer que abre o presente subcapítulo, nos dá uma dimensão de quão efêmera é a vida. Por mais que um determinado indivíduo faça obras grandiosas, sua existência não perdurará por muito tempo. Mas superior a existência do ser humano, edifícios, quando construídos com materiais de qualidade, com técnicas corretas e utilizados de maneira adequada às suas funções, podem permanecer por um período bastante superior ao tempo de vida de um ser humano. Serão justamente estes bens que foram registrados fotograficamente que serão analisados no presente capítulo.

Todo o registro de um bem cultural edificado pelo ser humano, seja para servir como local de residência, de culto, de lazer ou de trabalho, esteja ele isolado ou em conjuntos com outros elementos, insere-se para fins de análise na presente tese, dentro do eixo temático *Arquitetura*.

No manual explicativo no qual estão dispostas informações sobre os Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional afirma que às “formas tradicionais de construção aliou-se a necessidade de adaptação da nova terra, resultando em soluções originais, únicas e muitas vezes surpreendentes”. Além disso, o contexto no qual a “arquitetura representa um dos testemunhos mais perenes da existência de novos elementos no contexto local, dá forma e confere identidade aos lugares. Torna-os especiais”. “Com formas e composições particulares em cada lugar, a arquitetura é uma das expressões mais significativas e marcantes das regiões de imigrantes”, onde a “maneira de construir a casa, de distribuir os cômodos, de arrumá-la, enfeitá-la; o desenho da igreja, da escola, do comércio, e tantas outras edificações”, é de extrema importância (IPHAN, 2010, p. 19).

Desde “os primeiros anos da fixação dos colonos, as soluções construtivas por eles trazidas do seu país de origem adaptaram-se às novas condições geográficas e climáticas, valendo-se também da experiência de grupos locais” (IPHAN, 2010, p. 19).

Falar sobre o patrimônio arquitetônico dos grupos estudados é uma tarefa difícil, seja pela grande variedade de estilos e técnicas construtivas, seja pela rápida mudança de padrões e comportamentos que fazem com que edifícios muitas vezes centenários sejam destruídos para dar lugar a modernas construções, adaptadas ao modo de vida e estilo atuais.

Na região por nós estudada, alguns estudos já foram empreendidos no sentido de tentar entender um pouco mais os aspectos relacionados aos processos construtivos ou aos estilos arquitetônicos mais utilizados.

Vanessa Bosenbecker (2011) em sua dissertação de mestrado, discorreu sobre os processos construtivos de um grupo de imigrantes de origem pomerana e as influências que estes tiveram. Leandro Betemps e Margareth Vieira (2011) analisam as influências que a região geográfica da qual procediam os imigrantes franceses, fosse determinante na organização do espaço residencial na Colônia Santo Antonio. Já Fabrício Bassi (2008) faz um estudo sobre a arquitetura típica de imigrantes italianos na Colônia Maciel. E por fim, temos o trabalho de Alcir Bach (2009) que tem como objetivo a identificação (inventário) das antigas fábricas de doces do interior do município. Este é um trabalho que permite com que sejam identificadas as técnicas construtivas e os estilos arquitetônicos deste tipo de edifício. Além disso, temos o trabalho de Roberta Mecking Arantes dos Santos (2011) que faz um estudo tipológico sobre as fábricas de doces em Pelotas entre os anos de 1920 e 1970.

Neste sentido, mais informações sobre estilos arquitetônicos de cada um dos grupos podem ser encontradas nas publicações acima citadas, uma vez que o nosso objetivo aqui é apenas analisar quais bens arquitetônicos foram registrados fotograficamente e cujos registros fotográficos estão preservados nas coleções que ora analisamos.

Vale apontar que podemos de certo modo distinguir diferentes estilos construtivos que são atribuídos a cada um dos grupos étnicos por nós estudados. Por exemplo, percebemos que casas com influência italiana, são geralmente sóbrias, simétricas “com proporções e elementos clássicos como cunhais, arcos e cimalkas”. O material empregado vai desde a “madeira até alvenarias de tijolos e pedra, muitas vezes aparente”. Já as casas alemãs, em alguns casos são no estilo enxaimel, que é uma “estrutura com peças de madeira encaixadas entre si em posições horizontais ou verticais e inclinadas, com preenchimento

geralmente em tijolos”. Os telhados geralmente possuem grande inclinação, e apresentam ainda varandas, bem como a presença de lambrequins (IPHAN, 2010, p.20-21).

Não podemos esquecer que os edifícios que ora são identificados/analizados fazem parte de um contexto rural, em uma região, conforme vimos anteriormente, os rendimentos de seus proprietários eram poucos, o que fez com que fossem poucos os investimentos efetuados no embelezamento das moradias, a precariedade de materiais fez com que estes fossem edifícios dotados com pouca ornamentação, e são caracterizados basicamente pela sua simplicidade e rusticidade.

De modo geral, as residências eram sempre formadas por dois edifícios. Isto pode ser constatado tanto na bibliografia consultada (WEIMER, 2004), como em observações diretas empreendidas na região ou mesmo analisando os relatos orais. Um dos edifícios que era o mais amplo, continha uma sala de estar e os quartos. Nesta sala, geralmente de grandes dimensões, eram realizados os encontros familiares, recepcionadas as visitas e era o local onde eram realizadas pequenas comemorações e cerimônias tais como casamentos, batizados e funerais. O segundo edifício, separado do primeiro, era a cozinha.

A justificativa para esta separação nos é fornecida pelos depoentes que são enfáticos ao afirmar que a função disso, era basicamente a segurança. Como o fogão utilizado na cozinha era rústico, em geral apenas um amontoado de pedras em um dos cantos, sob o qual ou pendia uma corrente presa nas vigas de sustentação do telhado na qual estava presa uma panela de grandes dimensões (*trempe*) ou sobre este amontoado de pedras havia uma chapa de ferro, sobre o qual eram colocadas os recipientes para o preparo dos alimentos, conforme atesta a senhora Irene Scaglione³²⁴ em seu relato.

Esta situação de certo modo improvisada, era propensa a causar incêndios e com o objetivo de evitar este tipo de infortúnio, a cozinha era instalada a uma certa distância do edifício maior. Além disso, em um prédio separado, evitava-se que a fumaça e fuligem tomassem conta de todos os cômodos da casa. Tal solução construtiva permaneceu em voga até meados dos anos 1950, quando as cozinhas passaram a ser construídas já anexadas à casa principal,

³²⁴ Entrevista com Irene Casarin Scaglione, 2000 (Acervo MECOM nº inventário 04.02.0244)

conforme relato do senhor Bruno Gehrke³²⁵. Contudo, não são raras as residências nas quais ainda hoje a cozinha é separada do restante da casa.

O senhor João Casarin³²⁶ afirma que muitas das casas eram construídas em regiões com declive acentuado, para que fosse possível a construção de porões, que seriam utilizados para armazenamento de alimentos ou mesmo de pequenos animais.

Aos analisarmos as casas de uma das três regiões estudadas, percebemos que não há um padrão estético ou construtivo que predomine, mesmo dentro de uma mesma colônia. Conforme Fabrício Bassi (2008, p.11), as casas geralmente eram adaptadas às necessidades de produção e subsistência das famílias e em alguns casos apresentavam particularidades provenientes dos locais de origem de seus proprietários.

As primeiras moradias faziam uso de materiais que abundavam na região. Pedras eram coletadas das lavouras, e sobrepostas umas às outras, algumas vezes fixadas por meio de massa de barro, outras, somente encaixadas umas às outras. Estas pedras eram coletadas durante os períodos em que não havia muito trabalho na lavoura. Madeiras oriundas dos matos da região também eram utilizadas, principalmente para as divisórias internas, ou na confecção de forros e soalhos. Paus falquejados a machado eram empregados basicamente nas vigas e nas tesouras que davam sustentação ao telhado.

As aberturas eram poucas, conforme atesta Fabrício Bassi (2008, p. 13) que afirma que no momento em que as paredes eram erguidas, acoplavam-se vergas³²⁷ e peitoris³²⁸ de madeira que sustentariam a abertura da janela e uma vez erguidas as paredes, eram colocadas as ombreiras³²⁹. A utilização de vidros nas aberturas é mais recente. Os primeiros edifícios tinham apenas postigos de madeira. Os telhados quase sempre são de quatro águas ou de duas, em casas mais simples.

³²⁵ Entrevista com Bruno Gehrke, 2014.

³²⁶ Entrevista com João Casarin, 2000 (Acervo MECOM nº inventário 04.02.0247)

³²⁷ Peça de madeira que é apoiada nas ombreiras, em portas e janelas para sustentar a mesma, aparece acima do vão (BASSI, 2008, p. 13)

³²⁸ Superfície horizontal do fecho inferior de uma janela.

³²⁹ Cada uma das peças horizontas que sustentam as vergas.

Com o passar dos anos, materiais cerâmicos passaram a ser produzidos e as casas foram sendo aperfeiçoadas³³⁰. Fornos para assar pães e cucas, poços para captação de água para o consumo, galpões para armazenar os itens produzidos e guardar as ferramentas de trabalho, pocilgas, galinheiros, estrebarias, cocheiras, poteiros com açude eram as benfeitorias que completavam a estrutura de toda propriedade. Vanessa Bosenbecker (2011, p. 953) afirma que “próximo às edificações ficavam as hortas, pomares e o poteiro”, para que se tivesse mais “fácil acesso às frutas e verduras que eram consumidas diariamente e para ter os animais à vista e próximos para oferecer os cuidados diários que os mesmos exigem”.

O estilo arquitetônico de escolas, igrejas, moinhos, casas comerciais, bailantas (salões de baile), ferrarias, entre outros empreendimentos seguia padrões próprios.

Feitas estas considerações passaremos a analisar os registros fotográficos que compõe os três acervos por nós analisados.

Fotografias que registram elementos arquitetônicos totalizam, entre os três acervos pesquisados, 96 registros, o que representa 7,70% do total analisado. Dentro deste grande grupo, os registros foram classificados conforme a funcionalidade do bem arquitetônico retratado. *Arquitetura religiosa*, *Arquitetura escolar* e *Arquitetura doméstica (residencial)* são os eixos nos quais estão classificadas igrejas, escolas, galpões ou residências.

Formas e estilos construtivos, materiais empregados e datações não serão levados em conta para fins de classificação. Tais elementos serão examinados quando da análise individual dos registros.

Dentro da categoria de análise *Arquitetura Doméstica (Residencial)* estão classificados todos aqueles registros de bens arquitetônicos cuja funcionalidade seja doméstica. Estão contemplados aqui aqueles registros nos quais existem casas e/ou galpões. De modo geral são caracterizados por uma sistema construtivo simples. Elementos decorativos são sóbrios e discretos. Os relatos orais consultados³³¹ dão conta de que era rara a contratação de arquitetos. O trabalho era efetuado pelos próprios proprietários com a ajuda de vizinhos por

330 Sobre a produção de tijolos artesanais, ver o Capítulo 7, o item Olarias.

331 Conforme relatos de Bruno Gehrke, 2015, Pedro Potenza, 2006 e Tereza Brodt, 2015.

meio de mutirões³³² e algum profissional com um pouco mais de experiência no ramo da construção civil.

No acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel dois são os registros de arquitetura doméstica (residencial). Ambas as fotos foram produzidas por fotógrafos amadores e fazem parte da Coleção do Padre Luiz Capone. Problemas no enquadramento fez com que partes do edifício na fotografia (01)015 fossem cortados do registro. Ambas fotografias possuem uma iluminação excessiva o que as torna bastante claras.

O estilo arquitetônico dos edifícios é semelhante: são casas de alvenaria, cobertas com telhas estilo capa canal; são pintadas de branco, com diversas aberturas já com a presença de vidro; arbustos, flores e gramíneas circundam os edifícios em ambas as fotografias.

Não há datação nas fotografias, bem como não estão precisadas a localização dos bens registrados. Contudo, conforme os relatos do doador das mesmas, o Padre Luiz Capone, os registros seriam do interior do município de Pelotas e teriam sido produzidos no início do século XX.

No registro (01)016 é possível identificar a presença de dois personagens. Ambos estão posando para a objetiva. Um está posicionado em frente ao edifício, com roupas que se assemelham as de um pároco e outro (uma criança) está debruçado em uma das janelas.

No acervo do Museu da Imigração Pomerana são onze os registros de arquitetura doméstica (residencial). A autoria dos registros está atribuída ao fotógrafo Wilhelm Weingärtner, exceto a fotografia (03)006, cujo autor é desconhecido.

O registro (03)005 representa um dos prédios mais conhecidos do município de São Lourenço do Sul: a casa principal da Fazenda do Sobrado. A fotografia, de pequenas dimensões, capta além da fachada principal do edifício, um pequeno galpão anexo e algumas árvores ao redor. A fotografia está levemente desfocada. Este desfoque é semelhante com o que apresenta a fotografia (03)006 que retrata a residência do pastor da Comunidade Bom Jesus (atual sede do Museu da Imigração Pomerana). Este último edifício está cercado por uma série de arbustos, dando uma impressão de não residir ninguém no

332 Conforme relatos de José Luiz Portantiolo, 2006 e Ilza Karnopp, 2017.

edifício no momento de captura do registro, característica partilhada com a fotografia (03)007, que registra a parte dos fundos de uma residência. Este registro valoriza o telhado da edificação. Ao fundo, na paisagem, é possível identificar outras residências.

A fotografia (03)008 representa dois clichês iguais. No primeiro plano está uma cerca com quatro fios de arame e no fundo “ranchos da Lagoa dos Patos”, conforme identificação que consta no verso do registro. Estes ranchos são um deles em madeira pintada de branco e o outro de pau-a-pique. Em frente a um dos ranchos está disposto um banco de madeira rudimentar.

O registro (03)009 captou uma série de telhados onde as telhas em estilo capa canal são predominantes. Podemos afirmar que a fotografia foi produzida na zona urbana, em virtude da proximidade dos edifícios. Não foi possível identificar a localidade em que foi feito o registro.

O registro (03)010 é uma residência com um estilo arquitetônico rebuscado. São dois os pavimentos. Possui uma platibanda e uma pequena área coberta na lateral. Está pintado de uma cor clara, sendo que as molduras ao redor das amplas aberturas estão em uma tonalidade mais clara.

Ferramentas de trabalho (plantadeiras) estão escoradas na fachada. Em frente ao edifício está um indivíduo, com um longo casaco, segurando um objeto cuja identificação não foi possível efetuar.

O último registro (03)011 é de um grande e imponente prédio de três pavimentos, de tijolos à vista, com telhado alto, chaminé e três estruturas com janelas embutidas no telhado. Na lateral, em uma escada que dá acesso ao prédio está uma menina com um vestido claro, posando para o fotógrafo. O edifício está em um cruzamento de duas estradas. Árvores estão cultivadas ao redor. O registro foi produzido na Alemanha durante uma das viagens do fotógrafo, Wilhelm Weingärtner àquele país, conforme anotações no verso do registro.

No Museu da Colônia Francesa são três os registros de arquitetura doméstica (residencial), todos produzidos por fotógrafo amador (Lino Ribes – atribuído). O primeiro deles (02)001 é a fachada de uma casa em alvenaria, pintada de uma cor clara, construída sobre um elevado alicerce de pedras. A casa possui o telhado de quatro águas, telhas em estilo capa canal. Possui na lateral esquerda um anexo. Na lateral direita está um galpão. Em uma das

janelas pende um objeto que não foi possível identificar. A porta está entreaberta, na qual se vê uma mulher.

No segundo registro (02)002 identificamos três edifícios. Todos de alvenaria, telhados de duas águas com telhas em estilo capa canal. Nas janelas vemos três jovens olhando para a objetiva e uma jovem sentada no chão, em frente a um dos edifícios.

O último registro (02)003 fixou no papel uma casa de alvenaria, telhado de zinco de duas águas. A fotografia foi tomada a uma certa distância do edifício, o que permitiu enquadrar na fotografia parte da paisagem circundante. Veem-se arbustos, gramíneas e algumas árvores.

Analisando os registros de forma conjunta, percebemos algumas recorrências. Todos os registros foram produzidos por fotógrafos amadores. A falta de habilidade no manuseio da objetiva, em alguns casos, fez com que ocorressem problemas no enquadramento ou na iluminação dos registros.

Os edifícios de modo geral são bastante simples. Predominam as casas em alvenaria, telhados de quatro águas, e o uso da telha em estilo capa canal está presente na maioria, exceto no registro (02)003 onde verificamos a presença do telhado de zinco e no registro (02)002 onde são utilizadas as chamadas telhas francesas. Pinturas são sempre de cores claras. A presença de arbustos, flores, gramíneas ou mesmo árvores de pequeno porte são uma constante.

Exceções são as fotografias (03)005, (03)008, (03)009 e (03)011 que por terem sido produzidas durante viagens do fotógrafo, retratam edifícios não da região rural da Serra dos Tapes, mas da zona urbana de São Lourenço do Sul ou mesmo da Alemanha.

A presença de indivíduos junto dos edifícios é comum. Uma forma de além de registrar a arquitetura, registra também os seus proprietários, mesmo que bastante diminutos no resultado final.

O período de construção dos edifícios retratados não está registrado, mas uma análise das práticas construtivas, bem como dos materiais utilizados permite afirmar sua construção tenha ocorrido no início do século XX.

Não estão registradas casas em estilo enxaimel, nem casas de pedra, tidas como casas típicas de alemães (WEIMER, 2004) e de italianos (BERTUSSI, 1987), respectivamente.

Não foi possível identificar através dos registros fotográficos a presença de porões altos ou mesmo um segundo edifício abrigando a cozinha, separado do restante da casa. Tais aspectos além de serem referenciados nos depoimentos, conforme já mencionado, foram também observados durante saídas de campo.

O registro de edificações utilizadas para abrigar animais ou galpões também não foram localizadas no acervo analisado.

Percebemos deste modo, que registrar fotograficamente bens arquitetônicos domésticos não era constante na Serra dos Tapes, seja pela pouca expressividade numérica dos registros, seja pela pouca variedade de bens que foram retratados, dentre os quais não vemos nenhum exemplar daquilo que é considerado típico de determinado grupo étnico.

Na sequência, nos deteremos à análise de bens arquitetônicos utilizados para fins religiosos, que aqui chamamos de *Arquitetura religiosa*.

Dentro da categoria de análise *Arquitetura Religiosa* estão classificados todos aqueles registros de bens arquitetônicos cuja funcionalidade tenha relação direta com a religiosidade dos grupos estudados. Estão contemplados aqui aqueles registros nos quais existem igrejas, cemitérios ou salões paroquiais. De modo geral estes edifícios são caracterizados por um sistema construtivo mais elaborado quando comparados com a arquitetura doméstica. A monumentalidade das altas torres que abrigam sinos, contrasta com os demais bens arquitetônicos da região e se destacam na paisagem.

Vale destacar que por um período de tempo relativamente longo, as igrejas serviam também como escolas (DREHER, 2014), contudo, como a função principal do edifício era abrigar o templo religioso, sua análise ocorre nesta parte da tese.

Diferentemente do que ocorre com os bens arquitetônicos domésticos, para a construção dos templos religiosos eram contratados arquitetos, e eram elaboradas plantas para auxiliar a sua edificação³³³. Mesmo com a contratação

³³³As plantas da Igreja de Sant'Anna na Colônia Maciel, construída no final da década de 1930 fazem parte do acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel (nº inventário: 05.03.0387, 05.03.0388, 05.03.0389, 05.03.0390, 05.03.0391, 05.03.0392 e 05.03.0393)

de profissionais para a execução dos trabalhos, a comunidade auxiliava na construção dos templos, além disso, procedia a doação de materiais³³⁴.

Tratam-se geralmente de templos construídos especialmente para este fim, sendo compostos na sua grande maioria por um edifício em formato retangular, telhado em duas abas e na parte da frente um alta torre onde está contido o sino, utilizado para marcar o início e o final das celebrações, entre outras utilizações.

Vale destacar que até 1889, as igrejas não católicas não tinham autorização de parecerem tais, visto que de acordo com a Constituição Imperial de 1824 em seu artigo 5º estava posto que a religião católica era a religião oficial do Império, contudo, “todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”. Ou seja, mesmo havendo uma certa liberdade de culto, os protestantes alemães sofreram uma série de restrições, ou seja, o culto deveria ser obrigatoriamente realizado em um local fechado e o edifício que seria utilizado como templo, não poderia aparentar isso externamente, sendo portanto, proibidas as torres, os sinos, e até mesmo cruzes, o que de certo modo lhes proibia de expressar publicamente a sua fé.

Esta é a explicação para que uma série de templos religiosos como os apresentados nas fotografias (03)001, (03)002 não tenham aspecto de tais, uma vez que isto lhes era proibido.

Outro aspecto interessante e que merece ser mencionado, é que muitas vezes, o templo religioso, diariamente, era utilizado como educandário e o pastor fazia as vezes de professor³³⁵.

Assim, percebemos que os registros (03)001e (03)002 são bastante semelhantes, ou seja, são templos religiosos mas não tem aspectos exteriores que confirmem tal função, (exceto na pequena cruz coloca no telhado da fotografia (03)002. Percebemos que ambos edifícios ficavam ao lado do cemitério³³⁶, que pode ter algumas explicações. A proximidade de ambos locais facilitava o traslado dos corpos em caso de o velório ser realizado na igreja.

³³⁴Conforme relatos de Elda Ebel (2014), Alzira Bender (2014), João Casarin (2004), Aurora Camelatto (2005) e informações do Livro Tombo da Paróquia de Sant’Anna.

³³⁵ Sobre isso, nos dedicaremos com mais afinco com subcapítulo que fala sobre educação.

³³⁶ Interessante notar que o nome no dialeto pomerano para cemitério é *Kirchhof*, ou seja, pátio da igreja, ou mesmo no alemão *Friedhof*, que seria algo como pátio no em torno da igreja, adro.

Outro aspecto que merece ser levado em consideração é que geralmente o lote doado para a construção tanto da igreja, quanto do cemitério era um único lote, neste sentido, não havia outra escolha a não ser colocar um ao lado do outro.

Outro aspecto que merece ser mencionado em relação a estas duas fotografias está relacionado ao seu eixo arquitetônico, ou seja, são edifícios cuja porta está localizada em uma das laterais, a outra servindo provavelmente de local onde ficava o altar na parte interna.

Pintura branca e janelas em formato de guilhotina estão presente em ambos os registros, mas o registro (03)002, por ser mais recente, além de já possuir uma cruz no topo do telhado, já possui uma diferença no formato das janelas e também da porta, ou seja, estes possuem um formato superior circular. Neste registro a igreja tem um telhado de folhas de zinco e na sua lateral está um monumento ao qual vamos nos referir na sequência. Já o registro (03)001 não se diferencia em nada de uma residência normal, janelas são retangulares, telhado com telhas em estilo capa e canal, mas um aspecto que chama a atenção é a bandeira brasileira hasteada junto da porta, o que nos leva a crer que além de igreja o local servia com escola e que o registro foi produzido no final da década de 1930, quando ocorre o processo de nacionalização na região e atitudes de brasilidade com o hasteamento do pavilhão nacional se enquadravam perfeitamente para que tanto os alunos, quando o pastor/professor estivessem livres de qualquer suspeita.

Em relação aos demais registros fotográficos que se enquadram dentro do subtema *Arquitetura religiosa* temos o registro (03)003 que destaca o monumento instalado na lateral da Igreja Luterana de Bom Jesus II. O monumento em forma de um obelisco possui duas placas de bronze, uma na frente e outra na parte de trás³³⁷. O monumento é em granito e foi erigido como um homenagem em comemoração aos 50 anos de fundação do Seminário Concórdia. A data do registro é a década de 1950, ou seja, logo após a construção do mesmo.

³³⁷ Na parte da frente consta o seguinte texto: “1903 Monumento em memória da fundação do Seminário Concórdia da Igreja Evangélica Luterana no Brasil. Para a glória de Deus por bem da igreja”. Na parte de trás: “1953 Seminário Concórdia atual em Porto Alegre. *Verbum dei manet aeternum* [a palavra permanecerá por sempre]”.

O registro (03)004 mostra duas fotografias uma da fachada e outra da lateral da Igreja da Comunidade São João. A igreja já possui uma torre onde está instalado o sino, existe uma pequena escadaria em frente da mesma. Percebemos que aos fundos do edifício se encontra o cemitério, nos mesmos moldes das fotografias anteriormente analisadas.

No acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel os registros (01)005, (01)006, (01)007, (01)008, (01)009 registram a evolução do processo e construção da casa paroquial da Igreja de Sant'Anna na Colônia Maciel. O primeiro registro mostra as paredes sendo erguidas e o último o edifício já finalizado, muitos anos depois.

A casa paroquial tem um pequeno porão, uma porta e quatro janelas na fachada e duas janelas em uma das laterais. Gramíneas e árvores rodeiam o edifício. Em nenhuma das fotografias foi possível identificar a presença de trabalhadores, somente no registro (01)008 que identificamos algumas pessoas, mas pela localização dos mesmos, estes estão saindo da igreja. Todos estes registros foram produzidos por fotógrafos amadores não identificados. Percebemos a presença de problemas de enquadramento e foco. Dos registros datam de finais da década de 1940 e fazem parte da coleção do Padre Luiz Capone.

O referido edifício está na lateral da Igreja, que pode ser visualizada claramente no registro (01)008.

No registros (01)012, (01)013 e (01)014 vemos alguns aspectos do interior de templos religiosos. O primeiro é referente à Igreja da Comunidade de Cachoeira, enquanto os outros dois são registros da igreja da Comunidade de Sant'Anna.

Em relação ao subtema *Arquitetura Escolar*, são poucos os registros. Estes estão localizados apenas no acervo do Museu da Colônia Maciel e retratam o processo de construção da Escola Garibaldi na Colônia Maciel, que ocorreu ao longo da década de 1960. Nos registros (01)001, (01)002, (01)003 vemos o processo inicial de construção da escola, já o registro (01)004 mostra o estágio de finalização do mesmo, quando a estrutura descola já está pronta, com telhado, faltando apenas a colocação das portas e janelas.

Em relação ao subtema *Arquitetura Pública* temos dois registros. O primeiro (03)012 mostra os banheiro público instalado na Praia de São Lourenço

do Sul. Edifício todo em madeira, construído na orla da praia e destruídos nos anos 1960.

O último registro analisado é o registro de (02)004 que retrata a Ponte Cordeiro de Farias, localizado na Vila Nova, por ocasião da sua queda. A queda da Ponte, conforme depoentes, ocorreu na década de 1950 por ocasião de uma forte enchente. Na fotografia vemos a estrutura da ponte, em concreto, e uma fissura ao centro. Vemos uma série de restos de galhos resultantes da enchente. Sobre este episódio temos alguns relatos sobre a grande devastação que esta enchente teria causado na região. Destruição de lavouras, estradas, inundação de residências, entre outros prejuízos.

Percebemos deste modo, que retratar edifícios, sejam estes escolares, religiosos, residenciais ou públicos não era uma prática muito comum na região que estamos estudando. Atribuímos tal escassez de registros basicamente em função de algo que um de nossos entrevistados destaca e seu relato³³⁸, ou seja, que para ele, na condição de fotógrafo não era lucrativo tirar fotografias de edifícios ou de paisagens, pois não era o tipo de registro imagético que as pessoas gostariam de adquirir, o pouco dinheiro que existia, visto que os imigrantes e seus descendentes passaram por uma série de agruras aos longo dos anos não era empregado na aquisição de fotografias de registros de bens arquitetônicos, tanto que das fotografias analisadas, 27 pertenciam ao Padre Luis Capone, 8 à Guerda Koch e 4 a Lino Ribes. O primeiro por ser padre da região, é uma espécie de responsável pela guarda da memória histórica da região. A segunda fez a doação dos registros produzidos pelo seu pai, o senhor Wilhelm Weigärtner, cujo um dos *hobbies* era a produção de fotografias das mais diversas tipologias. Já Lino Ribes era um grande empresário local, que tinha como um de seus objetivos preservar a história da comunidade onde residia, ou seja, são indivíduos que se diferenciam dos demais moradores da região, seja pelas suas profissões (padre, médico farmacêutico e empresário), seja pelo papel de liderança que exerciam nas comunidades onde estavam inseridos.

Feitas estas considerações passamos a nos dedicar ao próximo eixo temático, contudo vale fazer alguns apontamentos. Uma série de edifícios estão registrados intencionalmente ou não em fotografias que no nosso estudo foram

³³⁸ Entrevista com Lindolfo Feddern, 2014.

classificados em outros eixos temáticos. Sua análise irá ocorrer no momento em que tais registros forem analisados.

5.2 COMUNICAÇÃO

“Tudo é tão simples que cabe num cartão postal”

Cazuza

No eixo temático *Comunicação* estão inseridos todos os registros que foram produzidos por gráficas e utilizados como meios de comunicação, ou seja, são cartões-postais que foram utilizados para o envio de mensagens curtas. Vale destacar que alguns dos registros por nós analisados nunca foram utilizados para o fim ao qual foram concebidos, mas sim somente um objeto que faria parte de uma coleção.

Os cartões-postais são uma das formas mais praticas, rápidas e baratas de comunicação utilizadas pela população ao longo dos últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX. Eles eram, conforme apontam Eduardo Arriada e Elomar Tambara (2014, p. 368), utilizados para noticiar somente o essencial dos pequenos acontecimentos do cotidiano, tais como acidentes, tragédias, mortes, nascimentos, casamentos, podendo ainda ser utilizados para declarações de amor ou para cumprimentos natalinos e de aniversário, que o cantor e compositor Agenor de Miranda Araújo Neto, o Cazuza, traduziu na frase, que serve de nota epigráfica para o presente subcapítulo.

De acordo com Francisco Palá Laguna (2004, p. 33) o cartão postal nasceu como sendo uma modalidade do correio. Para o autor, a oportunidade de reduzir os custos do envio de breves mensagens, cujo conteúdo não era sigiloso, determinou que em 1869 aparecessem na Áustria os primeiros cartões postais, caracterizados como sendo “pequenos cartões que levavam impresso um logotipo (uma marca), e reservado ao outro lado, o reverso, estava o espaço para uma mensagem que não deveria ter mais de vinte palavras, incluindo a assinatura e o endereço”³³⁹. Após a edição dos primeiros cartões postais austríacos, outros países como Alemanha, Suíça e Inglaterra logo os introduziram em seu sistema de correspondência. Não demorou muito para que os primeiros cartões comesçassem a ser adornados com ilustrações (PALÁ LAGUNA, 2004, p.34).

³³⁹ “*pequeñas cartulinas que llevaban impresso el franqueo en su anverso, reservando su otra cara, denominada reverso, para el mensaje, que no debía tener más de veinte palabras, incluyendo la firma y dirección*”, conforme tradução nossa.

A popularização do postal ilustrado teve um grande crescimento nos anos 80 do século XIX em virtude das grandes Exposições Internacionais. Neste momento, ao invés de desenhos e litografias, passaram a ser utilizadas fotografias para ilustrar os cartões.

Além das paisagens teve início a comercialização de postais românticos com imagens atraentes de senhoras e cenas de casais (PALÁ LAGUNA, 2004, p.41).

O cartão postal pode ainda ser considerada uma correspondência com o mínimo de comunicação escrita, uma forma daqueles que têm a obrigação de escrever algo a alguém a quem se quer dizer pouco (CARRERAS CANDI, 2002, p.36), de escapar ao jugo de serem taxados como pessoas que não costumam dar notícias de suas vidas.

Conforme Carlos Masotta (2008, p. 64) a popularização do cartão postal teria promovido uma espécie de miniaturização do mundo e uma familiarização com ele. Até os anos 1930, os postais mostravam um mundo feliz. Ainda de acordo com o autor, raramente havia lugar nos postais para desgraças (com poucas exceções como inundações e conflitos armados).

O cartão postal ilustrado serviu como uma espécie de mecanismo para difusão da fotografia em todo o mundo. Seu tamanho reduzido (9x14 cm aproximadamente) e o baixo custo a que era comercializado, popularizou tal artefato de forma que passou a ser considerado uma espécie de instrumento de democratização do conhecimento (LÓPEZ HURTADO, 2011).

Conforme alguns autores, o cartão postal realizou uma silenciosa revolução no âmbito da percepção e da linguagem.

Somando a imagem à tradição da comunicação epistolar logrou uma combinação exitosa de ilustração e escritura que a transformou em um fenômeno universal. O cartão postal pode ser considerado um meio de comunicação massiva. É caracterizada como uma fotografia impressa em um cartão sobre o qual se escrevia uma mensagem (MASOTTA, 2008, p.09)³⁴⁰

Em seu livro “La Historia de la Galantería”, o escritor Ernest Sackville Turner (2001, p.29) afirma que quando

³⁴⁰ “Sumando la imagen a la tradición de la comunicación epistolar logró una combinación exitosa de ilustración y escritura que la transformó en un fenómeno universal. La tarjeta postal puede ser considerada un medio de comunicación masiva. Es caracterizada como una fotografía impresa en un cartón sobre el cual se escribía un mensaje”, conforme tradução nossa.

apareceram os cartões postais para enviar saudações e felicitações, com lindas mulheres, adornos, flores ou objetos delicadamente femininos, sorrindo entre frases românticas, o público masculino se sentiu gratamente atraído a comprá-los e enviá-los. Do mesmo modo, as mulheres ficavam comovidas frente às demonstrações de amor impresso³⁴¹.

Paralelamente à troca de cartões postais, teve início a prática colecionista. O armazenamento dos cartões postais, ocorria por meio de sua reunião em álbuns ou caixas e por consequência, o mesmo se tornava um objeto público e privado, que além de nutrir relações sociais, outorgava prestígio e poder ao possuidor (MASOTTA, 2008, p. 17).

Em relação às mensagens que eram escritas no verso dos postais, estas, conforme a etiqueta, deveriam obrigatoriamente referir-se ao assunto representado no cartão ou ao remetente. (MASOTTA, 2008, p. 42).

Comprovando tal gosto e utilização destes, Arriada e Tambara (2014, p. 373) citam uma reportagem veiculada na imprensa local³⁴²

É extraordinário o consumo de cartões postais em Pelotas, onde a bela moda pegou, criando fortes raízes. Hoje em dia, toda a senhorita gentil ou rapaz de bom gosto não procura outro meio de correspondência que não seja o cartão postal ilustrado, que digamos de passagem, veio a suplantiar essas inquisitoriais folhas de papel de luxo e de fantasia, cujas laudas eram cobertas pela caligrafia entre bocejos e chapas sovadas. O cartão postal veio acabar com isto. Facilita-nos o cumprimento da cortesia em duas linhas traçadas sem artifício. Daí o dispêndio que se faz, hoje em dia, em todo o universo, dessas interessantes cartolinas. Aqui como já aludimos, não há mãos a medir nas livrarias. Os stocks vendem-se como por encanto. É anunciar-se o recebimento de uma fatura e os cartões desaparecem em poucas horas das prateleiras. Ainda agora a Livraria Universal, dos nossos amigos Sr. Echenique Irmãos & C. receberam m esplêndido sortimento desses cartões, verdadeiramente chics e última novidade no gênero, que certamente vão ter pronto consumo. Ao ler isto, certo que os colecionadores de bom gosto correrão à Universal, onde terão ensejo de sortirem-se de lindos postais.

No trecho acima, percebemos a importância dada a este meio de comunicação, que ao longo dos anos não serviu somente para este propósito, mas também como uma forma de mostrar o capital cultural de determinado indivíduo, de mostrar o seu requinte e porque não as suas posses.

³⁴¹ *aparecieron las tarjetas para enviar saludos y felicitaciones, con hermosas mujeres, adornos, flores u objetos delicadamente femeninos, sonriendo entre frases románticas, el público masculino se sintió gratamente atraído a comprarlas y enviarlas. Del mismo modo, las mujeres reaccionaban conmovidas ante las demostraciones de amor impreso*”(pg. 29), conforme tradução nossa.

³⁴² Correio Mercantil de 04/08/1905, p. 02.

Com o seu “tamanho universalmente reconhecido” foi possível o surgimento dos “primeiros álbuns e como consequência o colecionismo” (ARRIADA e TAMBARA, 2014, p. 369) que além de ser guardado como uma lembrança, era colecionado em virtude de sua grande “beleza estética, forte apelo visual, diversidade de imagem” (ARRIADA e TAMBARA, 2014, p. 372) uma vez que com o passar dos anos e a popularização destes artefatos, fotógrafos profissionais eram contratados para a produção de retratos de personalidades famosas, paisagens conhecidas, aspectos pitorescos, enfim, toda a sorte de cenas eram registradas e as imagens reproduzidas em séries e eram vendidas em diversos locais, desde lojas especializadas, em livrarias, estações. Sua popularização pode ser considerado como uma forma de “popularizar o que até então fora apanágio de poucos” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 370).

É muito difícil compreender o que o emissor pretendia dizer visualmente ao escolher, comprar e enviar determinado cartão em detrimento e outros” (FRANCO, 2006, p. 36). Susan Sontag (2004, p. 14-36) argumenta que os cartões-postais (imagens fotografadas) devem parecer críveis como representação direta da realidade – “não manifestações do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade, que qualquer um pode comprar” – um reflexo “verdadeiro” de lugares reais, pessoas e eventos de modo que o ato de comprar um cartão-postal nas férias sirva efetivamente como signo e representação genuína da experiência turística vivenciada.

Feitas estas considerações, passaremos a seguir a nos dedicar a análise dos cartões postais que integram as coleções das instituições por nós estudadas.

O único acervo que contém registros que podem ser classificados dentro da temática *Comunicação* é o acervo do Museu da Imigração Pomerana.

São um total de 183 registros, que podem ser classificados conforme os temas representados. 70 representam algum tipo de paisagem urbana³⁴³, paisagens diversas onde se destacam montanhas cobertas com neve, campos

³⁴³ (03)013, (03)014, (03)015, (03)016, (03)017, (03)018, (03)019, (03)020, (03)021, (03)022, (03)023, (03)024, (03)025, (03)026, (03)027, (03)028, (03)029, (03)030, (03)031, (03)032, (03)033, (03)034, (03)035, (03)036, (03)037, (03)038, (03)039, (03)040, (03)041, (03)042, (03)043, (03)044, (03)045, (03)046, (03)047, (03)047, (03)048, (03)049, (03)050, (03)051, (03)052, (03)053, (03)055, (03)056, (03)057, (03)059, (03)060, (03)061, (03)062, (03)063, (03)064, (03)065, (03)066, (03)067, (03)068, (03)069, (03)071, (03)072, (03)073, (03)074, (03)075, (03)076 e (03)111.

totalizam 38 registros³⁴⁴. 14 registros são de flores³⁴⁵, três são cartões com felicitações de aniversário³⁴⁶ e um não possui nenhuma imagem³⁴⁷, além de alguns com imagens de meios de transporte tais como trem³⁴⁸, navios³⁴⁹ ou um dirigível³⁵⁰. 10 postais são ilustrados com desenhos diversos³⁵¹. Já 35 postais representam pessoas³⁵² podendo estas terem sido registradas individualmente ou em grupo. Dentre este último grupo de cartões-postais 13 se destacam por terem sido produzidas pela *Verlag Deutch Kommunistische Partei* (Editora do Partido Comunista Alemão) e representarem conhecidos personagens tais como Karl Liebknecht³⁵³, Karl Marx³⁵⁴, Leo Jogiches³⁵⁵, Rosa de Luxemburgo³⁵⁶, Ferdinand Lassale³⁵⁷, Friedrich Engels³⁵⁸ e Klara Zetkin³⁵⁹. Existe ainda uma imagem de Anton Lang³⁶⁰ e as demais são de personagens anônimos.

A coleção de cartões-postais foi doada, na sua grande maioria (172 no total), pela senhora Guerda Koch que os recebeu de seu pai, Wilhelm Weingärtner. Um foi doado pela senhora Frieda Buss³⁶¹ e 10 não tem a identificação do doador³⁶².

Os cartões-postais doados pela senhora Guerda Koch pertenceram na sua grande maioria ao senhor Gustav Holl. Holl foi um médico alemão, nascido na Alemanha e que se mudou em 1923 para São Lourenço do Sul, conforme

³⁴⁴(03)077, (03)078, (03)079, (03)080, (03)081, (03)082, (03)083, (03)084, (03)085, (03)086, (03)087, (03)088, (03)089, (03)090, (03)091, (03)092, (03)093, (03)094, (03)095, (03)096, (03)097, (03)098, (03)099, (03)100, (03)101, (03)102, (03)103, (03)104, (03)105, (03)106, (03)107, (03)108, (03)109 e (03)110.

³⁴⁵ (03)114, (03)115, (03)116, (03)117, (03)118 e (03)119.

³⁴⁶ (03)121.

³⁴⁷ (03)054.

³⁴⁸(03)058.

³⁴⁹(03)070 e (03)112.

³⁵⁰(03)120.

³⁵¹(03)113, (03)153, (03)154 e (03)155.

³⁵²(03)122, (03)123, (03)124, (03)125, (03)126, (03)127, (03)128, (03)129, (03)130, (03)131, (03)132, (03)133, (03)134, (03)135, (03)136, (03)137, (03)138, (03)139, (03)140, (03)141, (03)142, (03)143, (03)144, (03)145, (03)146, (03)147, (03)148, (03)149, (03)150, (03)151 e (03)152.

³⁵³(03)129 e (03)141.

³⁵⁴(03)134.

³⁵⁵(03)135.

³⁵⁶(03)136 e (03)146.

³⁵⁷(03)137.

³⁵⁸(03)138.

³⁵⁹(03)140.

³⁶⁰(03)147.

³⁶¹(03)117.

³⁶²(03)014, (03)055, (03)110, (03)111, (03)114, (03)115, (03)121, (03)122, (03)123, (03)124, (03)125.

salvo-conduto preservado na Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul³⁶³.

26 dos postais foram encaminhados para Holl por amigos, conforme pode ser verificado nas mensagens presentes no verso dos mesmos³⁶⁴ o que perfaz um total de 14,20%. Nestas mensagens cuja datação está situada principalmente na década de 1920, amigos de diferentes partes do mundo, em especial da Alemanha, Itália, Estados Unidos, e mesmo do Brasil, encaminhavam notícias de suas viagens, novidades relacionadas às suas famílias, entre outros assuntos.

Os postais remetidos por amigos de Holl geralmente tem no campo reservado à imagem a fotografia de uma paisagem da cidade de onde os mesmos foram encaminhados, o que nos indica de que os remetentes ou residiam ou estiveram a passeio naquela localidade. Muitas das mensagens estão escritas a lápis, o que dificulta a sua integral identificação. Todas as mensagens estão escritas na língua alemã.

Um grande número de postais está em branco, o que significa que provavelmente era difundida a prática do colecionismo. Estes, por não ter nenhum tipo de identificação, não nos permite afirmar que realmente tenham sido adquiridos por Holl, mas números de suas edições, editoras pelas quais foram impressas permitem localizar cronologicamente estes como tendo sido fabricados nos anos 1920 e 1930, o que de certo modo pode ser um indício de que tenham sido adquiridos e colecionados por Holl.

A grande maioria dos registros possui identificada a autoria do fotógrafo responsável pela captação da cena, bem como identifica a casa editorial onde os mesmos foram impressos.

³⁶³ Salvo Conduto de Gustav Holl. 1938. Acervo Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul.

³⁶⁴ (03)021, (03)022, (03)023, (03)024, (03)029, (03)030, (03)033, (03)034, (03)047, (03)048, (03)050, (03)053, (03)054, (03)055, (03)067, (03)068, (03)069, (03)073, (03)075, (03)114, (03)115, (03)116, (03)117, (03)118, (03)119 e (03)121.

Assim temos os seguintes números: 97 registros são oriundos da Alemanha³⁶⁵, 11 são da Itália³⁶⁶, da Espanha são nove³⁶⁷, 16 são do Brasil³⁶⁸ e o país da editora responsável pela impressão não foi identificado em 28 postais³⁶⁹.

O tamanho dos postais é igual ao padrão para este produto, ou seja, 14x9cm podendo ser a fotografia orientada na horizontal ou na vertical.

Feitas estas considerações, podemos concluir que a prática e o envio de cartões postais era algo bastante comum na zona rural de São Lourenço do Sul³⁷⁰ e ao mesmo tempo esta prática não era tão comum na Colônia Maciel ou na Colônia Francesa. São sabemos ao certo quais as possíveis explicações para isto. Temos uma pista nos depoimentos que antigos moradores da Colônia Maciel cederam à equipe. Neles, os mesmos afirmam que haviam altas taxas de analfabetismo na região, que eram ocasionadas por vários motivos. Poucos educandários existentes na região³⁷¹, mesmo com a existência destes, muitas das crianças não eram enviadas para a escola e algumas mulheres eram privadas pelos seus pais de as frequentarem, pois “estudar não era coisa de mulher”³⁷².

Em relação à Colônia Francesa não temos muitos relatos neste sentido. Não percebemos um desestímulo à alfabetização. Do contrário, na antiga Colônia São Lourenço, foram prematuras as tratativas de instalação das

³⁶⁵(03)013, (03)014, (03)021, (03)022, (03)024, (03)026, (03)027, (03)029, (03)030, (03)032, (03)033, (03)034, (03)035, (03)037, (03)041, (03)042, (03)043, (03)046, (03)047, (03)048, (03)049, (03)051, (03)052, (03)053, (03)056, (03)058, (03)061, (03)062, (03)063, (03)066, (03)070, (03)071, (03)072, (03)073, (03)078, (03)079, (03)081, (03)082, (03)083, (03)084, (03)086, (03)087, (03)088, (03)089, (03)090, (03)091, (03)092, (03)093, (03)094, (03)097, (03)099, (03)100, (03)101, (03)102, (03)103, (03)106, (03)107, (03)112, (03)113, (03)120, (03)121, (03)126, (03)127, (03)129, (03)130, (03)131, (03)132, (03)133, (03)134, (03)135, (03)136, (03)137, (03)138, 139, (03)140, (03)141, (03)143, (03)144, (03)145, (03)146, (03)147, (03)148, (03)149, (03)150, (03)153, (03)154 e (03)155.

³⁶⁶(03)025, (03)028, (03)031, (03)036, (03)057, (03)068, (03)075, (03)096, (03)098 e (03)101.

³⁶⁷(03)015, (03)016, (03)018, (03)019, (03)020, (03)038, (03)040, (03)060 e (03)074.

³⁶⁸(03)017, (03)044, (03)045, (03)059, (03)065, (03)067, (03)076, (03)080, (03)085, (03)111, (03)119 e (03)121.

³⁶⁹(03)023, (03)050, (03)054, (03)055, (03)064, (03)069, (03)077, (03)095, (03)108, (03)109, (03)110, (03)114, (03)115, (03)116, (03)117, (03)118, (03)122, (03)123, (03)124, (03)125, (03)142, (03)151 e (03)152.

³⁷⁰ Podemos fazer esta afirmação uma vez que o presente autor possui uma coleção bastante representativa numericamente, que herdou de familiares. O mesmo acontece com alguns entrevistados que possuem em seus acervos coleções de cartões postais, alguns enviados, com mensagens escritas, outros em branco.

³⁷¹ Conforme depoimento de Irene Casarin Scaglione, 2000.

³⁷² Conforme depoimento de Júlia Schiavon, 2005.

primeiras escolas, o que fazia com que seus moradores fossem alfabetizados e assim pudessem trocar correspondências, entre elas, cartões postais.

Outro aspecto que merece ser pontuado, é que grande parte desta coleção faz parte da coleção de um integrante do que podemos chamar de elite colonial, ou seja, um médico/farmacêutico ou seja, era um profissional que desfrutava de viagens (conforme pode ser verificado em salvos condutos), tinha condições financeiras razoáveis, conforme pode ser possível averiguar no seu inventário e ter tido uma educação em grandes centros urbanos, onde provavelmente tenha entrado em contato com manias da época, as quais tentou reproduzir em seu novo domicílio, São Lourenço do Sul.

O que podemos afirmar, tendo por base os acervos dos três museus por nós analisados é que ao que parece, a cultura intelectual da Colônia São Lourenço era muito mais desenvolvida do que nas duas outras colônias, uma vez que o acervo de livros do Museu da Imigração Pomerana é bastante representativo numericamente³⁷³, diferente do que ocorre nas duas outras instituições, onde estes itens são bastante raros³⁷⁴.

Sendo assim, tanto as diferenças entre os índices de alfabetização dos moradores das colônias e a existência ou não de uma cultura literária entre estes, pode ser uma das explicações para a inexistência de registros desta natureza nas duas outras instituições.

Feitas estas considerações nos dedicaremos à análise do próximo eixo temático.

³⁷³ Mesmo não totalmente contabilizado, sabemos que são mais de duas centenas de livros, entre os quais estão principalmente bíblicas, hinários e livros de alfabetização.

³⁷⁴ O Museu da Colônia Maciel possui cerca de 30 livros, sendo que 90% destes foram doados pela Escola Garibaldi e tratam-se de livros das décadas de 1980. Já o Museu da Colônia Francesa possui em seu acervo cerca de 10 livros.

5.3 EDUCAÇÃO

*Relembro
As tardes tórridas
Daqueles verões
Na sala de aula
Única, cheia de alunos.
Pela manhã
2º, 4º e 5º series,
Todos juntos
E uma só professora
Clesis Crochemore*

No poema de Clesis Crochemore, vemos a descrição perfeita do que seria uma típica sala de aula na região da Serra dos Tapes em finais do século XIX até meados do século XX. Um único ambiente compartilhado por vários alunos de séries diferentes, sendo atendidos por um único profissional.

Com este poema, abrimos o subcapítulo que tem como objetivo falar sobre a temática da *Educação* na Serra dos Tapes.

No século XVI, quando ocorre na Europa a Reforma Religiosa, uma das premissas defendidas por Martim Lutero foi a secularização do ensino. Além disso, pode-se considerar que um dos atos de maior relevância e importância para o mundo Ocidental foi a tradução para o alemão que Lutero fez da Bíblia. Com esta árdua tarefa, Lutero fez possível que a Bíblia se tornasse acessível para qualquer indivíduo, bastava que ele soubesse ler; logo, a educação passou a ser um aspecto levado bastante a sério pelas pessoas. Isso de certo modo pode ser considerado como um dos fatores que faz com que a educação em colônias de imigrantes alemães seja tratada com tanto esmero, e seja dada a ela tanta importância, a ponto de ser a escola, muitas vezes, o primeiro prédio a ser construído.

Por outro lado, em países predominantemente católicos, onde a Reforma Religiosa não teve o impacto que teve na região atualmente conhecida como Alemanha, a educação ficava de certo modo restrita aos nobres e aos integrantes do clero. Era essa exclusividade do conhecimento que em muitos os casos lhes assegurava o poder. Deste modo, entre o restante da população, não havia um interesse muito grande em aprender a ler e escrever, logo, a criação de escolas ficava sempre em segundo plano.

Dreher (2014) com base em documentação preservada no arquivo de Hamburgo, afirma que na Europa Central, no século XVIII, havia obrigatoriedade na frequência à escola.

Falamos de Educação de modo geral, mas focados principalmente em fazer um histórico sobre a instituição escolar representada nos prédios que atualmente albergam os museus coloniais cujas coleções são objeto de nosso estudo.

No Museu da Colônia Maciel, são apenas três os registros que fazem alguma referência a algum estabelecimento educacional: (01)017, (01)018 e (01)019. Os dois primeiros são os tradicionais retratos dos alunos, juntamente com o seu professor em frente ao local onde eram ministradas as aulas (Escola da Comunidade São José e Escola Bernardo Taveira Júnior) e o último é de um grupo de alunos em uma saída de campo, na Cachoeira do Templo das Águas.

No acervo de História Oral do Museu da Colônia Maciel, percebemos que, de acordo com os entrevistados, não era priorizada a educação das crianças. Estas até podiam frequentar um educandário, mas o seu aproveitamento era bastante irrisório. Temos ainda uma série de relatos de meninas que não puderam estudar³⁷⁵, uma vez que tinham que permanecer em suas casa fazendo as tarefas domésticas. Tal aspecto pode ser comprovado pelo presente autor em sua dissertação de Mestrado (GEHRKE, 2013), que mostra que existia um grande número de matrículas na então única escola da região, a Escola Garibaldi, hoje sede do Museu, mas que o aproveitamento escolar era baixo. Ocorria uma grande evasão escolar e altos níveis de repetência, o que naquele momento atribuímos à necessidade da força de trabalho dessas crianças nas propriedades, bem como a ideia de total falta de utilidade que os anos passados na escola poderiam representar para as suas vidas, uma vez que as perspectivas dos mesmos era a permanência nas propriedades dos pais, dedicando-se principalmente à agricultura.

No Museu da Colônia Francesa já possuímos um número maior de registros desta temática. As fotografias (02)005 e (02)006 mostram grupos de alunos dentro de uma sala de aula, sem a presença do professor. Já o registro

³⁷⁵ Esta realidade, conforme os relatos, teria sido comum nas décadas de 1910 até 1950, aproximadamente.

(02)007 mostra um grupo de alunos ao ar livre, junto de sua professora. Em (02)008 e (02)009 vemos acompanhados de seus professores em frente aos prédios onde eram ministradas as aulas. Estes registros são interessantes ao serem analisados pois mostram uma grande quantidade de alunos. Todos estão devidamente uniformizados e a organização dos mesmos para a produção da fotografia é esmerada, no sentido de que todos pudessem aparecer na fotografia, sendo levado em consideração o tamanho dos alunos.

Já nos registros (02)010, (02)011 e (02)013 vemos uma série de crianças, posicionadas de forma desordenada, sem a utilização de qualquer tipo de uniforme. E por fim, temos a fotografia (02)012 na qual vemos um grupo composto apenas por meninas, as quais fazem todas o uso de um vestido branco. Suas idades são distintas e estão posicionadas em frente a um edifício.

Por fim, temos as fotografias do Museu da Imigração Pomerana. As fotografias (03)156, (03)158, (03)159, (03)162 e (03)163 são bastante semelhantes entre si. Elas mostram um grupo de alunos em frente ao edifício em que os mesmos tinham aula, diante do qual podemos ver placas com o nome da instituição, o ano em que a fotografia foi produzida, a localidade e o nome do professor. Tal prática, que além de em instituições educacionais, era também utilizada no caso de serem retratados os tradicionais corais de canto orfeônico, são hoje de grande ajuda para os pesquisadores, uma vez que fornecem informações importantíssimas e que permitem aprofundar o estudo sobre as mesmas.

Graças a estas placas, por exemplo, é possível identificar a fotografia (03)156 como tendo sido produzida em 01 de outubro de 1920, sendo retratados os alunos da *Evangelische Schule*³⁷⁶ de Bom Jesus. A fotografia (03)158 de 1932, de autoria do fotógrafo Heinrich Feddern, retrata os alunos da *Evangelische Gemeinde Schule*³⁷⁷ de Bom Jesus com o *Lehrer*³⁷⁸ C.O. Schubert. O documento (03)159 é uma fotografia de 22 de abril de 1932 da *Evangelische Gemeinde Schule* de Bom Jesus com o *Lehrer* Benjamim Flor, também de autoria de Heinrich Feddern.

³⁷⁶ Escola Evangélica, conforme tradução nossa.

³⁷⁷ Escola Evangélica Comunitária, conforme tradução nossa.

³⁷⁸ Professor, conforme tradução nossa.

Já a fotografia (03)162 datada de setembro de 1909, produzida pelo Atlier Otto de Porto Alegre, retrata a *Deutch Evangelische Schule (sic)*³⁷⁹ de Bom Jesus II com o *Lehrer* E. Schulz. Já na fotografia (3)163 a inscrição na placa não pode ser lida. Sabe-se apenas que foi produzida pelo fotógrafo Carl Daniel.

Neste grupo de fotografias, as crianças não fazem uso de uniformes, mas estão perfeitamente alinhadas. Suas roupas são peças que podem ser chamadas de “domingueiras”, uma vez que são trajes que não são usados diariamente, ou seja, meninas com longos vestidos e meninos com paletós, calças, em alguns casos, gravatas, e todos sempre calçados. Isto contrasta com a fotografia (03)160, na qual vemos um grupo de crianças, em frente a um edifício, em que aparentemente todas estão descalças. Mesmo assim, seus trajes são um pouco requintados para serem usados no dia a dia, já que alguns meninos fazem uso de gravatas e as meninas trajam vestidos bastante alvos.

A fotografia (03)161 mostra um grupo de jovens rapazes, todos de camisa, branca, calça escura e gravata. Conforme identificação, seriam jovens que estudavam no Seminário Concórdia em São Leopoldo/Porto Alegre. Não sabemos se existem algum indivíduo natural de São Lourenço na fotografia.

As fotografias (03)164, (03)165, (03)166, (03)167 e (03)168 mostram grupos de alunos, em frente aos edifícios, lhes serviam como escolas. Em nenhuma delas os alunos fazem uso de uniformes. Não existe nenhum tipo de identificação de autoria, bem como não há identificação de período ou do educandário onde as fotografias foram produzidas. Por último, temos uma fotografia de um grupo de alunos em frente a uma igreja, no caso a Igreja de Bom Jesus, que neste caso servia como local onde eram ministradas as aulas, algo bastante comum nos anos que se seguiram à instalação dos imigrantes na região. Percebemos que, ao lado da igreja, existe um cemitério, e, em frente ao edifício religioso, duas palmeiras. No verso da fotografia existe uma inscrição com o que seria um possível datação: 1868, o que conforme informações dispostas no Capítulo 1 da presente tese não é uma informação verídica, uma vez que, nesta data, teriam transcorridos apenas 10 anos da chegada da primeira leva de imigrantes à Colônia São Lourenço, e conforme foi possível averiguar nas fontes, não existiam edifícios religiosos naquele período, o que nos

³⁷⁹ Escola Evangélica Alemã, conforme tradução nossa.

indica que a informação, provavelmente adicionada posteriormente, está equivocada.

Assim, terminamos de fazer a identificação das fotografias que compõem o eixo temático *Educação*. Antes de fazermos as considerações gerais sobre o mesmo, é necessário fazer alguns apontamentos a respeito do tema, para que possamos entender melhor como se deu o processo de desenvolvimento do sistema de ensino nas três regiões estudadas.

Logo após a unificação italiana, a instrução escolar acabou sendo uma das prioridades do governo italiano junto aos emigrantes. De acordo com o pensamento do período, esta seria a única forma de manter vivos os conceitos de italianidade e os laços com a pátria-mãe, ou mesmo criar estes, visto que grande parte dos imigrantes, quando migraram para o Brasil, a unificação da Itália recém havia ocorrido, deste modo, pouco se podia fazer relacionada ao manutenção de um sentimento unificado de italianidade, uma vez que este provavelmente nem existiria. No entanto, em virtude das características dos emigrantes, que na sua grande maioria eram camponeses e analfabetos, a sua distribuição desuniforme no território brasileiro, e o relativo isolamento de muitas das colônias, os ímpetus de ligação intelectual com a Itália foram bastante prejudicados (TRENTO, 1988, p. 177)³⁸⁰.

Além disso, a realidade econômica e geográfica não estimularam muito a educação na região de imigração italiana em Pelotas. O isolamento e a penúria (GIOLO, 2000, p. 132) da grande maioria dos imigrantes aqui chegados, fez com que estes se dedicassem quase única e exclusivamente à economia de subsistência, mesclando a agricultura com a criação de pequenos animais, além do comércio de excedentes e da produção artesanal de vinho.

Esta economia colonial de subsistência demandava o braço familiar como força de trabalho; assim sendo, os filhos eram planejados, criados e educados para que integrassem o grupo familiar e trabalhassem exclusivamente na manutenção da propriedade, até o dia em que o casamento lhes atribuísse a responsabilidade de terem sua própria família (GIOLO, 2000, p. 133). Desta

³⁸⁰ Vale destacar que a eficiência desta política italiana foi mais eficaz em algumas colônias e regiões, e menos eficiente em outras. Por exemplo, nas colônias italianas do sul do Rio Grande do Sul, esta política não obteve êxito.

forma, o trabalho aparecia como uma prioridade natural e a educação dos filhos na média era colocada em segundo plano.

No esquema produtivo, mencionado acima, onde o principal objetivo do trabalho familiar era melhoria das condições materiais, o que por sua vez iria garantir a ampliação da propriedade, a escola apresentava mais desvantagens do que vantagens. De acordo com Ismael Vannini (2004), o *status* colonial não dependia da educação, mas sim da acumulação de terras e capital.

Os imigrantes italianos e seus descendentes, principalmente das primeiras gerações, acreditavam muito mais no valor do trabalho, ou seja, na capacidade pessoal para vencer na vida através de um intenso e continuado esforço físico (FAVARO, 2005) do que através da educação. Alguns autores inclusive afirmam que a grande quantidade de filhos das primeiras famílias decorria do intuito de fornecer mão-de-obra para atuar na propriedade (GIOLO, 2000; MAESTRI, 2000).

De acordo com o pesquisador Jaime Giolo, a ida dos filhos para a escola retirava, em uma grande parte do dia, braços produtivos indispensáveis na lavoura, e adicionava ainda mais gastos ao já parco orçamento familiar (GIOLO, 2000, p. 134), uma vez que, nos primeiros anos que se seguiram à vinda dos imigrantes, a educação era paga e mandar os filhos para um educandário era considerado um desperdício, e representava perda de tempo (VANNINI, 2004).

Mesmo indo para a escola, o ensino não tinha muita qualidade, uma vez que as práticas pedagógicas eram rudes e autoritárias, e desobediências eram punidas com uma sequência de castigos, com agressões físicas, conforme depoimentos dos senhores João Gruppelli, nascido em 1926, João Casarin, nascido em 1932, e Antonio Luis Portantiolo, nascido em 1933.

O senhor Antonio Portantiolo destaca que *“naquele tempo [aproximadamente em 1939] se a gente fazia arte, ele [o professor] dava com a palmatória nas costas, e ainda ficava de castigo”*. Além disso, a escola era tida, pelos alunos, como uma forma de diversão, uma maneira de não precisar ajudar os pais na lavoura, conforme brinca o senhor Pedro Potenza, nascido em 1935, *“quando a gente estava estudando, pelo menos não precisava trabalhar na lavoura, né?”*.

O senhor Pedro Potenza afirma que, no meio rural, as crianças geralmente começavam a trabalhar muito cedo, ajudando os pais, tanto nas lidas

domésticas, quanto na lavoura. Em sua opinião, isto era bastante positivo, primeiro, porque estando ocupados fazendo algo produtivo, não lhes sobrava tempo para brigas com os irmãos, e, segundo, porque a criança começava a aprender um ofício, o que lhe seria de grande utilidade quando se tornasse adulta.

De acordo com o historiador Mário Maestri (2000, p. 91), mais de 50% dos imigrantes chegados ao sul do Brasil, no final do século XIX, não sabiam ler e escrever, conforme corrobora a afirmação de Maria Zanetti Formentin, nascida em 1931, que diz que seus pais “*não sabiam nenhuma letra, eram analfabetos, tanto o pai, quanto a mãe*”. Este fato, de certa forma, contribuiu para a pouca importância que a educação tinha nas colônias, principalmente nos primeiros anos que se seguiram à vinda destes imigrantes.

A lei nº771 de 04 de maio de 1871 determinou que fossem criadas aulas elementares nas colônias, com professores que conhecessem também a língua predominante na região (MAESTRI, 2000, p. 92). Já a Constituição Estadual de 1891, seguindo os preceitos constitucionais, insistia na obrigação do Estado em oferecer a todos o ensino primário (DE BONI, 1980, p. 246).

Contudo, a realidade vivida na região colonial de Pelotas era diferente. A região onde atualmente está localizada a Vila Maciel passou a contar com a primeira escola municipal apenas em meados da década de 1910, existindo anteriormente apenas algumas escolas particulares, de efêmera duração, conforme pode ser apurado através da análise dos depoimentos e como está disposto no estudo de Cristiano Gehrke (2013).

De acordo com Paulo Possamai (2005, p. 99), as primeiras escolas nas colônias italianas no Rio Grande do Sul surgiram por iniciativa de professores e da comunidade, que participava através do pagamento do salário do professor. Para o autor, isto na verdade era uma situação provisória, uma vez que todos esperavam pela chegada da escola pública, que liberaria os pais de pagarem o salário do professor e assim garantiria que o ensino fosse em português, o que por sua vez favoreceria a inserção dos jovens na nova pátria.

Logo, podemos considerar a ausência de escolas étnicas em Pelotas como uma prática que estava inserida dentro de uma política de assimilação dos imigrantes pela sociedade brasileira.

As escolas étnicas, como são chamadas atualmente pelos pesquisadores, eram aulas elementares que ensinavam as noções básicas de escrita, leitura e cálculo. O ensino, nestas instituições, era em italiano, e elas comumente recebiam material didático do Governo Italiano (LUCHES e KREUTZ, 2010). Na colônia Maciel, conforme relatos, não existiu uma escola étnica nos moldes tradicionais, ou seja, com ensino na língua italiana.

Contudo no texto de Carl Otto Ullrich, datado dos últimos anos do século XIX, temos a indicação da existência de duas escolas na Colônia Maciel, uma da comunidade e uma do governo, sobre as quais não foi possível encontrar maiores informações nas fontes consultadas.

Nas escolas particulares, em geral um colono mais instruído assumia a tarefa de educação institucional (MAESTRI, 2000), o que pode ser comprovado, se analisarmos os depoimentos analisados, nos quais vários depoentes citam os nomes de professores com os quais tiveram aulas e que eram naturais da zona rural de Pelotas. Dentre estes, podemos citar os nomes de Dário Campos, Egídio Soares Camargo (que também atuou como fotógrafo), Ivo Dutra, Aníbal Garcia, Oscar Fischer e José Rodeghiero.

Em relação à primeira escola de que se tem notícia e da qual temos um registro fotográfico (01)017, estaria localizada na Comunidade São José, atual município de Canguçu, que de acordo com a senhora Angelina Casarin Zanetti teria funcionado nos primeiros anos na própria igreja da Comunidade, e posteriormente, na década de 1930, teria sido transferida para um edifício próprio.

Especificamente na região hoje conhecida por Colônia Maciel, a primeira escola teria sido criada somente na década de 1910, a qual tinha como professor regente o senhor José Fontoura Grilo. Esta teria sido uma instituição sob responsabilidade do Governo Estadual, mas que, devido à pouca frequência de alunos, foi fechada e o professor transferido para outra localidade.

De acordo com o senhor Jorge Blas, nascido em 1922, a Colônia Maciel passou muito tempo sem ter nenhuma escola. De acordo com ele, *“não tinha colégio, mas depois apareceu aqui na colônia Maciel esse ‘coleginho’. Ali eu estudei (...). Oscar Fischer era nosso professor”*.

O senhor Oscar Fischer, além de professor, era também reverendo, de acordo com o senhor Carlos Blas, que nasceu em 1926. Num primeiro momento,

o mesmo lecionou em colégios particulares, e depois em uma escola municipal no Rincão da Caneleira, fundada no final da década de 1910, que acreditamos ser a mesma à qual se refere o senhor Jorge Blas.

Em 1915 foi criada uma escola regida pelo senhor Mauricio Vergara, o qual, de acordo com relato do senhor Natal Rodeghiero, nascido em 1928, era um colégio particular, onde o governo (não soube precisar em qual âmbito) pagava parte do salário do professor e os pais pagariam o restante.

Ainda de acordo com o senhor Natal, pelo fato deste professor ser “*brasileiro*”³⁸¹, ele teria se envolvido em uma série de desentendimentos com a comunidade, sendo inclusive ameaçado de morte por alguns pais. Com a intervenção do então subprefeito, o professor Mauricio foi retirado da escola e, em seu lugar, assumindo a regência provisoriamente, foi designado o professor José Rodeghiero, nascido em 1894, pai do depoente Natal Rodeghiero. Alguns anos mais tarde, esta escola foi municipalizada, vindo a chamar-se Escola Garibaldi.

De acordo com o documento “*Histórico da Escola Garibaldi*”³⁸², em 1928, o então prefeito Augusto Simões Lopes e o diretor de instrução Dr. João Brum de Azevedo, juntamente com o senhor Pedro Bachini Filho, morador da Colônia Maciel, “insaciáveis pelo desenvolvimento da instrução na nossa terra, deram início a grande obra que é a Escola Garibaldi, que servirá a causa pública e patrocinada como homenagem à Colônia Italiana”. Desta forma, através do decreto de criação nº 1739 de 17 de agosto de 1928 é que a referida instituição passou a existir oficialmente.

Ainda no ano de 1928, tiveram início as obras de construção da futura sede da Escola Garibaldi, em um terreno que foi doado pelo Estado, e estava localizado próximo ao *barracão*, que funcionava, na época, como capela.

Com a conclusão das obras de construção do prédio e a aprovação em concurso realizado em fevereiro de 1929, o professor José Rodeghiero assume efetivamente a regência da escola. O referido professor teria sido nomeado pelo

³⁸¹ Aparece aqui uma referência ao preconceito que existia na época em relação aos nativos (brasileiros), sempre taxados de preguiçosos e brigões.

³⁸² Manuscrito redigido pelo Senhor José Rodeghiero, onde constam as transcrições de todas as atas da Escola, bem como alguns aspectos gerais do histórico da Escola Garibaldi, desde a sua fundação, até o ano de 1950. O original está guardado no Arquivo da Escola Garibaldi. Consultado pelo autor em 2012 e reproduzido de forma digital pelo mesmo.

ato nº 39 de 28 de fevereiro de 1929, assinado pelo prefeito Sr. Dr. João Py Crespo, mas somente em abril o mesmo passou a residir na Colônia Maciel, na casa que foi construída especialmente para servir de residência ao professor da escola e que ficaria ao lado desta.

De acordo com o *Histórico da Escola Garibaldi*, o dia 11 de abril de 1929 é assinalado como o dia em que “foi iniciada a luta contra o analfabetismo na Colônia Maciel”.

Precisamente sobre o cotidiano desta instituição, foram poucas as referências encontradas nos arquivos consultados. Através do *Livro de Notas*³⁸³ da instituição, sabe-se que as disciplinas ministradas pelo regente da escola, desde a sua fundação, eram português, matemática, história pátria, geografia, *siencias* (sic) físicas e naturais, educação moral e cívica e educação higiênica. Além destas disciplinas, eram avaliadas questões como higiene, comportamento, bem como o número de faltas.

Através da análise destes documentos, percebe-se que, além de modificações no sistema de ensino, ocorreram mudanças também no próprio registro destas informações. Por exemplo, em 1938, ocorreu uma alteração na forma em que o *Livro de Atas*³⁸⁴ passou a ser escrito. Os resultados até então apareciam em forma de lista, com o nome completo do aluno e ao lado sua respectiva nota (denominada grau), aparecendo em primeiro lugar o nome dos meninos e em seguida o nome das meninas. A partir desta data, foi feito um texto corrido, sendo os alunos separados conforme o sexo e conforme a série que cursavam, sendo apenas relacionados os seus nomes, seguidos da indicação “aprovados” e “reprovados”, sem constar a nota deste. Além disso, após o ano de 1967, passou a ser registrada, no *Livro de Matrículas*, a religião dos alunos, informando que 49 eram católicos e somente 7 protestantes.

No *Histórico* estão apresentados inúmeros fatos que marcam a trajetória da Escola Garibaldi. Entre estes, podemos destacar: a realização de festas de encerramento do ano letivo; entrega de premiações aos melhores alunos; produção de relatórios anuais da Semana da Pátria e do Dia da Criança por parte

³⁸³ Manuscrito no qual constam, conforme o ano, o nome de todos os alunos e as respectivas notas, em cada uma das disciplinas oferecidas. Está guardado no Arquivo da Escola Garibaldi. Consultado pelo autor em 2012 e reproduzido de forma digital pelo mesmo.

³⁸⁴ Trata-se do mesmo documento, anteriormente denominado de Histórico da Escola Garibaldi.

dos alunos; saídas de campo para a zona urbana de Pelotas ou outras cidades; doação, por parte da extinta Sociedade Cooperativa Viti-vinícola Pelotas Ltda., da qual o senhor José Rodeghiero era presidente, de considerável quantia em dinheiro, que foi utilizada na compra de um relógio para a escola³⁸⁵.

Melhorias na infraestrutura também eram relatadas. Por exemplo, em fevereiro de 1949 foi feita a canalização de água, sendo colocado um lavatório na escola e uma pia na casa do professor.

Ao longo da sua trajetória como professor na escola, o senhor José Rodeghiero ganhou seguidos aumentos, somando cerca de 250% de aumento salarial, em 14 anos. De acordo com o relatório, o aumento se justifica, pois ele [o professor] “trouxe desenvolvimento para o ensino desta terra”.

Inexistem atualmente, em poder da escola, fotografias dos primeiros anos. A explicação para isto encontramos no próprio relatório elaborado pelo senhor José, quando o mesmo coloca que um terrível incêndio atingiu a sua residência e muitos documentos da escola, que ali ficavam guardados, foram destruídos.

A história da escola se mescla, de certa forma, com a trajetória de atuação do senhor José Rodeghiero. O mesmo ficou à frente do ensino na referida instituição por 29 anos consecutivos, mesmo havendo tentativas de retirar o professor da escola, tais como abaixo-assinados e reuniões com o pároco. Mas todas as tentativas se mostraram infrutíferas, e acabaram dando ganho de causa ao professor, de modo que o mesmo permaneceu no posto para o qual fora designado por um longo período. Ele encerrou as atividades naquela escola tão-somente devido a sua transferência para outra instituição. Isto se deu em 1951, quando foi transferido para a Escola Euclides da Cunha, localizada também no interior do município de Pelotas.

José Rodeghiero, primeiro professor da escola, é lembrado pelos ex-alunos como sendo bastante rígido. De acordo com o senhor João Gruppelli, nascido em 1930, que estudou na escola Garibaldi e teve como tutor o senhor Rodegueiro, este seria um professor “*muito duro*”.

O senhor Antonio Portantiolo, nascido em 1945, que estudou juntamente com a sua irmã na escola, conta que as aulas do professor Rodeghiero eram

³⁸⁵ Vale destacar que o mesmo relógio foi, com a transferência do professor José, levado com ele para sua residência, e, em 2004, doado pelos seus filhos Natal e Ariano Rodeghiero, ao *Museu da Colônia Maciel*.

boas, mas que “*ele era muito rigoroso*”, e que, em caso de desobediência, havia inclusive castigos físicos. Vale destacar que, analisando a data de nascimento do senhor Antonio Portantiolo, suas lembranças são reforçadas pela memória de pessoas mais velhas, uma vez que o mesmo provavelmente não teve aulas com o referido professor, tendo em vista a data de desligamento do mesmo das funções de educador naquela instituição.

O relatório redigido pelo senhor José Rodeghiero é marcado também pelas críticas do mesmo em relação à “falta de cooperação e a desatenção geral da parte dos pais para com o mestre”.

O ano de 1948 marcou a contratação de uma nova professora, a senhora Maria de Lourdes Rodrigues, que passou a auxiliar o senhor José Rodegheiro e também foi o ano com o maior número de alunos matriculados. Ao todo foram 72 alunos, mesmo número citado pelo senhor João Casarin em seu depoimento³⁸⁶.

Tendo como objetivo desmistificar algumas questões, efetuou-se um levantamento junto aos documentos consultados, do número de alunos que estudaram na escola, sendo ainda, quantificados conforme o sexo.

Conforme foi possível averiguar, com o logo no início houve um pequeno crescimento no número de alunos matriculados na escola, que pode ser identificado apenas nos primeiros três anos, ou seja, de 1929 a 1931, quando chegaram a estar matriculados 47 alunos. Logo após o ano de 1931, houve um declínio no número de matrículas, a ponto de em 1933 ser registrado o menor número de matrículas desde a fundação da escola, apenas 28 alunos. Após esta data, houve um gradual crescimento no número de matrículas. Em relação ao número de mulheres, elas foram superiores numericamente apenas no ano de 1930, quando ultrapassaram em três o total de homens.

Na segunda década, o número de alunos teve um significativo aumento nos anos de 1943 e 1946. Já 1948 foi o ano com o maior número de alunos desde a fundação da Escola. No restante dos anos, não houve muita variação

³⁸⁶ Inúmeros outros profissionais atuaram na instituição ao longo dos anos, entre eles podemos citar Nahir Ondina Rodrigues Oliveira (1951), Nely Nogueira Afonso e Maria Tereza Muller de Vasconcelos (1952), Luis Carlos Alves Pinto (1953), Licelmina Martins Borges e Amélia Ianczszak (1954), Maria Helena Costa (1955), Carmem Porto Lemos (1956), Ácrata Souza Martins (1957), Ivone Martins (1958), Lucia Schiavon Martins e Tania Sirley Cardoso Guido (1963), Leny Esteves (1964), Marlene Pegoraro (1967) e Alda Maria Härter (1968), para mais detalhes ver Gehrke (2013, p.125-126).

nos números de matrículas. O número de mulheres não ultrapassou o de homens em nenhum ano desta década.

O ano de 1952 marcou o menor número de matrículas desde a fundação da escola: apenas 21 alunos matriculados. Nesta década pode-se dizer que houve um crescimento progressivo relativamente uniforme no número de matrículas, e uma característica que se sobressai em relação às outras décadas: as mulheres ultrapassam os homens numericamente, em praticamente todos os anos, exceto em 1959, mesmo assim, a diferença é bastante pequena.

O último período analisado se refere aos anos de 1961 a 1974, data em que encerramos a análise. Percebemos que ocorreu certo equilíbrio entre o número de matrículas de homens e mulheres. Em cinco anos (1962, 1969, 1971, 1972 e 1973) o número de matrículas de homens ultrapassou o número de mulheres, cuja maioria aparece em sete anos (1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968 e 1970). Em relação ao número total de alunos, percebemos que não existia uma linearidade, uma vez que em anos como 1969 existiam apenas 29 matrículas, enquanto em 1971, 56.

De posse destes dados, podemos chegar a algumas conclusões. Dos 45 anos analisados, o ano com maior número de matrículas (72), foi o ano de 1948. Mas também foi o ano com a maior evasão escolar: dos 72 matriculados, apenas 39 frequentaram as aulas e fizeram os exames finais. Já em 1949, dos 51 matriculados, apenas 30 frequentaram as aulas e fizeram os exames finais. Além da grande evasão que existiu durante todo o período analisado e exemplificado nestes dois anos, existiam ainda altos índices de reprovação. Estes índices ficavam em torno de 50 e 60%. Em 1954 houve a maior reprovação de todos os tempos, cerca de 80%.

Os grandes índices de evasão e reprovação podem ser explicados pelo fato de os alunos necessitarem faltar à aula em épocas em que o trabalho na lavoura demandava a sua colaboração. Não podemos esquecer do pouco tempo despendido para estudo em casa, conforme relato do senhor João Casarin, e a falta de vontade de estudar, que contribuíam para esta evasão ou reprovação.

Isto pode ser comprovado por uma passagem datada do dia 31 de dezembro de 1957, do *Livro Tombo* da Paróquia da Sant'Anna, que diz que mesmo com "escolas muitos bem pagas e em bons prédios, havia pouca frequência (sic)".

Além disso, existia também a questão da distância a ser percorrida pelos alunos, para que estes pudessem chegar até a escola. Conforme o senhor João Casarin, “*todo mundo ia lá [até a escola] a pé*”. O que pode ser considerado mais uma agravante para os grandes índices de evasão e reprovação na escola. O problema da distância foi resolvido apenas em 1994, quando passou a ser utilizado o transporte escolar oferecido pela prefeitura municipal, ano em que a escola teve um significativo crescimento em seu número de alunos.

Alguns autores, tais como Ismael Antônio Vannini (2004, p. 107), afirmam que para a mulher a necessidade de conhecimento escolar era bastante restrita, uma vez que ela, desde pequena, era responsável pela realização dos afazeres domésticos.

Isto pode ser comprovado de certa forma pelos depoimentos, tais como o da senhora Julia Schiavon Machado, nascida em 1924, que diz que o seu pai não deixava as filhas mulheres estudarem, apenas os homens teriam tal direito. Ela completa afirmando que sabe ler e escrever porque aprendeu com o seu irmão mais velho, mas que o ensino foi realizado na sua própria casa.

Maria Lorenzon, nascida em 1907, também não estudou, devido ao fato de seu pai não autorizar. Conforme a mesma, seu pai enfatizava: “*Tu é mulher! Mulher não precisa estudar*”. E completa ainda dizendo que, de uma família com quatro filhos, e três deles sendo mulheres, apenas o homem estudou. Ela relembra isto, e fala com certa consternação, que sua “*assinatura é o dedo*”.

Contudo, conforme percebemos analisando as informações contidas nos livros de matrícula da instituição, existia um certo equilíbrio entre o número de crianças do sexo masculino e crianças do sexo feminino.

Além disso, não apenas as mulheres eram privadas de frequentar uma sala de aula. Muitos homens também não tiveram a oportunidade de estudar. Comprovando tal afirmação, temos o depoimento da filha do senhor Cesário Zanetti, nascido em 1917, que afirma que seu pai “*não teve nenhum dia de colégio e de aula*”. E o mesmo ainda confirma tal afirmação, colocando que era o seu falecido avô que lhe “*ensinava um pouco*”.

Questionado sobre se havia ou não frequentado uma escola, o senhor Luis Antonio Casarin, nascido em 1933, relata que estudou muito pouco, em uma escola paga, da qual ele não mais lembrava o nome, tendo como professor o senhor Ivo Dutra. O mesmo lembra que fora o seu falecido pai que lhe ensinou

alguma coisa: *“pouco, porque era só de noite, porque de dia tínhamos que trabalhar (...) mas tem muita gente aí que não estudou”*. Ele destaca ainda que todo o ensino era em *“brasileiro”* (português), informação confirmada pelo senhor Carlos Blas, que estudou em um colégio localizado na Colônia São Manoel, ainda no distrito do Rincão da Cruz, cujo professor fora o senhor Oscar Fischer.

O Senhor Carlos Blas destaca que era um *“colégio de comunidade, não era assim, vamos dizer, do município. Era particular. O pai pagava uma mensalidade, pagava, me lembro bem, 3 mil réis por mês.”*

A informação de que o ensino era praticado em português é confirmada pela grande maioria dos entrevistados. Desta forma, diferentemente do que afirma Paulo Possamai (2005, p. 99), que *“nas escolas provinciais se ensinava português e nas particulares italiano”*, podemos concluir que, na região de colonização italiana de Pelotas, o ensino sempre foi em português, mesmo em escolas particulares³⁸⁷.

O primeiro prédio que abrigou a Escola Garibaldi possuía pequenas dimensões. Ele tinha um espaço bastante exíguo para o grande número de alunos que o mesmo iria comportar nos anos seguintes.

A lateral esquerda do prédio, não apresenta nenhuma abertura e conforme o relato do senhor João Casarin, era a parede onde estava fixado o grande quadro negro, no qual o professor colocava as lições. Os alunos *“sentavam entre quatro, enfileirados em cada classe, até o fundo, encostando na parede... Eram duas filas de classes, cheinho, de manhã, e de tarde (...)”*.

Cabe aqui destacar que, conforme os relatos analisados, a escola não contou, por muito tempo, com banheiro. Para fazer as vezes deste, nos fundos da escola, existia uma *“casinha”*, de madeira, denominada de *“patente”*, que tinha a função de banheiro, sendo este instalado apenas na década de 1940.

Na década de 1970, com o crescimento da comunidade e o consequente aumento no número de crianças em idade escolar, o prédio que era até então utilizado como escola passa a não ser mais satisfatório. Este aumento no número de alunos pode ser entendido também como decorrente de uma política do

³⁸⁷ Não estamos contando aqui as duas escolas citadas por Ullrich (1980), das quais, conforme mencionado anteriormente, não encontramos maiores informações e que pelo seu distanciamento temporal (1890 aproximadamente) podem não ter deixado rastros nas memórias dos entrevistados.

governo do estado de nucleamento das escolas em áreas rurais, quando, instituições pequenas foram desativadas e os alunos encaminhados para instituições maiores, centralizadas.

Desta forma, é aprovado o processo de construção de dois novos edifícios para sediar a escola. O início das obras foi no ano de 1973, e sua conclusão em 1974. Com o patrocínio da Prefeitura Municipal de Pelotas, sua exceção ficou a cargo da própria comunidade. As fotografias do processo de construção puderam ser analisadas no Capítulo que se refere à *Arquitetura*.

A região hoje conhecida como Colônia Francesa e arredores, ao longo dos anos passou por uma série de imbrólios no que tange o sistema educacional. Foram vários os educandários existentes na região e poucas as informações disponíveis sobre os mesmos.

A primeira informação encontrada no texto de Carl Otto Ullrich (1984, p. 2), texto escrito em 1894, nos dá conta de que foi construída uma escola de alvenaria pela comunidade alemã sobre meio lote colonial. Conforme o autor, a construção teria tido um custo não muito elevado, e teria sido construída na forma de mutirão, sendo que cada membro da comunidade teve que trabalhar por 7 dias na mesma. Esta instituição teria sido inaugurada em 1896, e junto da escola existiria “ainda uma agradável casa para o professor, juntamente com os estábulos necessários”.

No momento da redação do texto de Ullrich, a escola estaria sendo frequentada por 28 crianças alemãs, da religião evangélica, sendo 15 meninas e 13 meninos. As aulas tinham duração de quatro horas diárias e a idade de frequência era de 8 até 12 anos. O autor ainda destaca que a escola possui “apenas 7 carteiras (com 4 lugares cada uma), um grande quadro negro sobre um cavalete e uma cátedra, carecendo de material didático, sobretudo no que se refere a mapas para aulas de Geografia” e afirma que o salário do professora seria de 450\$000 por ano, além da moradia e de um pedaço de terra para o cultivo que o mesmo poderia fazer uso.

Em seguida, Ullrich fala sobre a escola que teria sido construída pelos franceses e a primeira afirmação que o mesmo faz é que estes não “fizeram uso do direito de utilização do lote doado”. Eles teriam construído uma escola com moradia para o professor, mas que este edifício não poderia ser de forma alguma comparado com a escola alemã. Além disso, ele destaca: “o pouco interesse que

as pessoas manifestam em relação ao ensino, não as deixa chegarem a um acordo necessário, por isso nem se pode falar em ensino organizado”. O autor destaca que os professores, cujo salário seria pago pela própria comunidade, nunca permaneciam por muito tempo lecionando na instituição. E ele afirma que isso ocorria porque não existia um salário fixo. O salário variava com o número de alunos.

Ullrich ressalta ainda dos inúmeros transtornos ocasionados pelo fato de a escola estar localizada na propriedade de um colono. Por fim, ele destaca que pouco tempo antes a municipalidade teria enviado um professor para esta escola. Além de um pagamento fixo, o município pagava uma taxa extra ao professor pela matrícula de meninas, uma vez que a escola era apenas voltada para o público masculino e, deste modo, o mesmo não teria compromisso em dar aula para as meninas. Já as aulas, eram realizadas de forma bastante irregular, uma vez que o professor moraria longe e precisava ir a cavalo até a escola.

Leandro Betemps (2017, p. 04) cita em seu trabalho a existência de um abaixo assinado de 1898, endereçado ao então Intendente Municipal, no qual os colonos afirmam que sua localidade se encontra sem escola há cerca de dois anos, que antes disso havia um professor, mas cuja regularidade de idas à escola para lecionar deixava a desejar, tanto que em alguns momentos, ficava cerca de sete dias sem aparecer na mesma. No abaixo assinado consta, que naquele momento haveria 60 crianças em idade escolar e que o desejo deles, era de que a promessa que havia sido feita nove meses antes, de instalação de uma escola mista na localidade, fosse cumprida.

Não temos muita informação sobre o exato local onde esta última instituição teria funcionado. Mas sabemos que a mesma não teve uma duração muito grande, uma vez que novas escolas foram construídas e não existem referências a esta instituição citada por Ullrich. Já em relação à escola alemã, sabemos, por meio do relato do senhor Lino Ribes, que a mesma teve um funcionamento bastante longo e que o ensino era realizado todo na língua alemã. Em sua entrevista, Ribes coloca que na década de 1950, teriam construído na região uma escola em um terreno doado pelo seu pai.

O entrevistado afirma que os professores que atuavam nas escolas da região geralmente eram velhos e solteiros, e que os mesmos se hospedavam

em casas de família, porém não permaneciam na função por muito tempo. Ribes coloca ainda que, em meio a essas dificuldades, em alguns casos, alguns colonos se juntavam e pagavam a vinda de um professor, que lecionava para seus filhos em suas residências.

Eliane Souza (2018, p. 78-79) afirma que a escola, onde hoje funciona o Museu da Colônia Francesa, foi construída pela municipalidade em um terreno doado pelo senhor Alfonso Crochemore. A instituição que viria a ser denominada de Escola Municipal Antônio José Domingues, teria sido inaugurada pelo então prefeito Joaquim Duval, no dia 28 de agosto de 1949, e teria permanecido em funcionamento até a década de 1970, quando então foi construída uma nova escola, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Nestor Elizeu Crochemore. Um aspecto interessante que vale ser mencionado era a necessidade ou mesmo o costume que os professores tinham de residir na escola, tanto que o edifício, possuía uma sala de aula, uma cozinha e um quarto, que servia de local de moradia do docente.

Não foi possível encontrar informações referentes ao número de alunos que teriam frequentado a instituição, nem dados referentes ao nome dos profissionais que teriam atuado na instituição.

De modo distinto do que ocorre nas outras duas instituições pesquisadas, o Museu da Imigração Pomerana não funciona atualmente em uma antiga escola, mas sim, em um edifício e terreno pertencentes à igreja de Bom Jesus II, cuja sede atual está localizada ao lado do Museu.

Assim, não temos uma instituição educacional específica que sirva como objeto de estudo. Desta forma, para que a análise do conjunto não seja prejudicada pela falta de material sobre o sistema educativo da região estudada, utilizamos as referências às escolas que foram feitas durante as entrevistas, bem como as fotografias e a identificação das escolas nelas representadas para elaborarmos o estudo sobre a educação na Colônia de São Lourenço.

Porém, pelo pouco número de fontes disponíveis sobre estas escolas, optou-se em utilizar as informações de algumas destas instituições, e não somente uma, de forma a termos um entendimento mais amplo de como se desenvolveu o sistema de ensino na colônia de São Lourenço, colonizada por imigrantes de origem alemã-pomerana.

Vale destacar ainda, que não se empreendeu o estudo de todas as instituições de ensino criadas em São Lourenço, visto o seu grande número. Foram identificadas 106 instituições, mas sobre as quais não vamos nos deter neste momento, pois fugiria aos objetivos do nosso trabalho.

Quando falamos da educação no atual município de São Lourenço do Sul, são grandes e inúmeras as lacunas. As primeiras informações sobre o sistema de ensino da região podem ser obtidas através da análise de um *Unterzeichnete*³⁸⁸ de 07 de agosto de 1862, reproduzido no livro de Carlos Rheingantz (1907), que contou com a assinatura de 36 colonos, bem como da do então diretor da Colônia, e que tinha como objetivo a construção de uma escola.

A análise do documento traz uma série de informações sobre as perspectivas de ensino na Colônia. Com este *Unterzeichnete*, podemos inferir que provavelmente antes desta data não havia nenhuma instituição de ensino na colônia e que esta provavelmente veio a ser a pioneira, uma vez que não tivemos referências a outras instituições nas fontes consultadas.

Após a chegada dos imigrantes à região em 1858, foram necessários somente quatro anos para que a comunidade se organizasse e procedesse à criação de uma escola. Com isso, percebemos que mesmo o grupo de imigrantes chegando em uma região sem infraestrutura alguma, tendo que proceder à construção de estradas para o acesso aos lotes e em seguida à derrubada da mata que cobria a faixa de terra a eles destinada, para que por fim pudessem efetuar a construção de suas residências, eles tiveram desde logo, uma grande preocupação com o ensino escolar de seus filhos.

Com base nisso, percebemos que o grupo de colonos, residentes nas adjacências da *Mühlenstrasse*³⁸⁹ (atual Picada Moinhos), organizaram-se e com o pagamento de uma taxa puderam efetuar a aquisição do terreno, bem como a construção do edifício que viria a abrigar a escola.

Percebemos que a iniciativa teve apoio do então diretor da colônia, Jacob Rheingantz, que doaria as telhas para a cobertura do edifício. A escola, seria

³⁸⁸ Abaixo assinado, conforme tradução nossa.

³⁸⁹ Atual Picada Moinhos.

uma escola particular, na qual os alunos faziam um pagamento mensal, diretamente ao professor responsável.

No documento, percebemos que houve uma preocupação em estipular a idade na qual as crianças deveriam frequentar a escola: dos 7 aos 13 anos ou dos 8 aos 14 anos, conforme lhes conviesse. As meninas podiam ser retiradas antes dos meninos, conforme interesse dos pais. Está estabelecido, no documento, o horário de funcionamento das aulas, bem como a matrícula de novos alunos, provenientes de outras localidades.

Não foi possível comprovar, através de nenhuma fonte, se a construção desta escola realmente foi efetivada.

No ano de 1867 Karl von Koseritz, agente intérprete da colonização, envia um relatório ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o senhor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello. Neste documento (KOSERITZ, 1867, p. 13), o autor coloca que em 31 de dezembro de 1866 “contava essa colônia com 1.637 almas”; além disso, o agente relata que existiam duas escolas, sendo uma subvencionada e outra particular. Vale destacar que neste mesmo ano, conforme o relatório, não existia nenhuma igreja na região.

Em 1871, data em que percorreu a Colônia de São Lourenço, o escritor e jornalista irlandês Michael Mulhall (1873, p. 144) cita que existiam na colônia duas escolas. O referido escritor não fornece mais detalhes sobre a constituição ou localização dos referidos educandários, mas nos fornece o número de habitantes da colônia, que nesta data era de 1637 pessoas, demonstrando que o vertiginoso crescimento da população, não foi proporcional ao número de instituições de ensino na região.

Cerca de 15 anos depois da primeira referência a uma instituição de ensino na Colônia, temos um relatório, escrito por Carlos Rheingantz, dirigido ao Presidente da Província, redigido em 24 de outubro de 1877, por ocasião da morte de seu pai, o senhor Jacob Rheingantz. Neste relatório, transcrito na íntegra por Coaracy (1957), há algumas referências à educação. A primeira destas referências coloca que “a Colônia possui uma escola pública que se acha, porém acéfala. Escolas particulares há dezesseis” (RHEINGANTZ, 1877 apud COARACY, 1957, p.114).

Percebemos que nesta data, ou seja, passados 19 anos da chegada do primeiro grupo de imigrantes, havia um número bastante expressivo de escolas criadas na região. Ao mesmo tempo, este pode ser considerado um número baixo. Tomando por base o mesmo relatório, onde o autor afirma que na data (1877) a colônia contava com “6.130 adultos em sua quase totalidade alemães”, o que equivalia aproximadamente a uma escola para uma população de 360 adultos, o que era insuficiente, dado principalmente as grandes distâncias entre uma localidade e outra e que deveriam ser enfrentadas pelas crianças, para que estas pudessem frequentar a instituição de ensino.

Em outro ponto do relatório, Carlos Rheingantz faz um segundo comentário relacionado à educação, desta vez dando mais detalhes:

quanto aos resultados obtidos com as Escolas de São Lourenço, abstenho-me de dar opinião, por não ter acompanhado o ensino. Porém posso afirmar que com uma ou duas exceções, os professores não possuem a educação necessária para dar cabal desempenho às suas funções. A maior parte deles nunca frequentou senão uma aula rudimentar de aldeia. Por aí se pode julgar o provável aproveitamento dos discípulos. Nas mãos de indivíduos que apenas receberam uma educação muito superficial está o ensino moral e religioso da mocidade e do futuro povo da Colônia. Só um ou dois destes professores ensinam a língua portuguesa que é ignorada pela maior parte dos futuros cidadãos. Boa vontade, entretanto, revelam os colonos. Cada Picada possui para uso do professor um lote de terras (em parte doado pelo empresário) e casa para escola. Que, porém se pode exigir de um professor que apenas ganha 200\$000 ou 300\$000 por ano? (RHEINGANTZ, 1877 apud COARACY, 1957, p.119-120)

Percebemos assim, que, mesmo contando com um número razoável de escolas, o ensino era precário. O autor se detém basicamente na crítica da falta de formação dos professores e do não ensino da língua portuguesa, além do interesse dos colonos em promover o acesso dos filhos a uma educação de qualidade, mas que esbarrava na falta de incentivos governamentais, o que fazia com que os profissionais responsáveis pela ensino tivessem uma baixa remuneração.

Em um relatório apresentado pelo engenheiro Marcelino Ramos da Silva, chefe da comissão organizada em 1889 pelo Dr. João Teixeira Soares, para realização dos estudos definitivos para implantação da estrada de ferro de Pelotas às Colônias da São Lourenço, o autor coloca que, para demonstrar o desenvolvimento “desta florescente região”, serve-se de dados estatísticos, embora fossem deficientes, porque foram obtidos com as “maiores dificuldades

percorrendo-se as diferentes colônias e tomando-se as informações que se pudessem aproximar da verdade”

Conforme o relatório, “exclusivamente com seus próprios recursos, esses colonos possuem cerca de 30 escolas que são frequentadas por 1.500 à 1.600 alunos de ambos os sexos, onde o ensino é feito em condições muito satisfatórias para as necessidades do camponês” (SILVA, 1891, p. 07).

Percebemos aqui um grande salto, tanto no número de habitantes da região, como do número de escolas e de crianças que as frequentavam.

Carlos Rheingantz, no livro publicado em 1907, em que traz um pequeno histórico do projeto empreendido pelo seu pai, faz algumas referências à questão educacional. Num primeiro momento, comenta: “como colônia particular que, além disso, ficava muito retirada da zona que era colonizada por parte dos governos do Império e da Província, não desfrutava São Lourenço da subvenção oficial para escolas e igrejas”³⁹⁰.

A seguir, está um extrato de uma petição endereçada ao governo, reproduzida no livro de Carlos Rheingantz. Ela se refere em geral a assuntos escolares:

O ensino público nesta colônia encontra-se totalmente descuidado por parte do governo da província.

Há aqui, nas diferentes picadas, 10 escolas mantidas pelas comunidades acatólicas, frequentadas por crianças de ambos os sexos. É sabido que nem todos os colonos estão em condições de pagar a mensalidade de seus filhos. Resulta daí, que tantas crianças crescem sem aprender a ler ou a escrever, enquanto se mostra atualmente, tanto interesse na instrução popular.

Seria de grande sacrifício criar escolas, pelo menos nas picadas situadas mais ao centro, onde os filhos dos colonos nascidos aqui pudessem aprender a língua da terra, que seus pais escolheram para ser sua nova pátria. Não se tornariam assim, vítimas de intérpretes e outros indivíduos que tiram proveito de sua ignorância³⁹¹.

³⁹⁰Als Privatkolonie, die doch dazu weit ab von der Zone lag, die seitens der Kaiserlichen und der Provinzialregierung besiedelt wurden, erfreute sich São Lourenço keiner officiellen Unterstützung für Schule und Kirchen (RHEINGANTZ, 1907, p.17), conforme tradução nossa.

³⁹¹Folgendes ist ein Auszug aus einer an die Regierung gerichteten Eingabe. Sie handelt im grossen und ganzen über Schulangelegenheiten:

„Der öffentliche Unterricht auf dieser Kolonie wird gänzlich seitens der Provinzialregierung vernachlässigt.

Es giebt hier in den verschiedenen Pikaden 10 von akatholischen Gemeinden unterhaltene Schulen, die von Kindern beiderlei Geschlechts besucht werden.

Er ist bekannt, dass nicht alle Kolonisten in der Lage sind, für ihre Kinder Schulgeld zu bezahlen. Daher kommt es, dass so viele Kinder aufwachsen, ohne lesen und schreiben zu lernen, während man sich doch gegenwärtig für den Volksunterricht so sehr interessiert.

Es wäre von grossen Nutzen, wenigstens in den mehr im Mittelpunkt gelegenen Pikaden Schulen zu errichten, wo die hier geborenen Kolonistenkinder die Sprache des Landes erlernen könnten, das sie ihre Eltern zu neuen Heimat erwählt haben; sie würden dann nicht das Opfer von

Encontramos no texto de Rheingantz uma outra passagem que se refere a questões relacionadas à educação, no momento em que este faz um balanço sobre o que existe na Colônia: “24 edifícios que servem de escola e templo religioso³⁹²”.

Nestas passagens percebemos que os responsáveis pela direção da colônia reclamavam das péssimas condições a que eram relegadas as colônias no que tange a educação.

“É uma lástima que até agora tão pouco se pode fazer em relação à instrução. Atualmente, muitos habitantes inteligentes da Colônia empenham-se em dar às crianças do lugar os benefícios de um bom ensino escolar”³⁹³ afirma Rheingantz no mesmo documento.

Foi efetuada uma consulta nos Livros de Actos da Intendência Municipal de São Lourenço do período de 1896 até 1950, com o objetivo de observar a evolução do sistema educativo do município através dos sucessivos atos, leis e decretos publicados pela Intendência e depois Prefeitura do município.

Nos primeiros anos eram poucas as referências. Dentre estas foram identificadas algumas dentre os relatórios de expediente da Intendência³⁹⁴.

O Acto nº 17 de 14 de abril de 1902 cria a Escola Júlio de Castilhos na localidade de São João da Reserva. O referido Acto traz as justificativa da criação da escola e é interessante ser analisado, pelo teor do mesmo:

considerando que a instrução publica neste tem sido pelos poderes competentes vesada com o abandono como bem sencível o que não está na razão directa do socialismo que tem por dilema esse grande melhoramento; Considerando que, assim sendo muito tem clamado o município na aquisição de tão importante, quão elevado ramo de progresso que aliás não tem sido attendido pelo Estado a quem compete sannar à sencibilidade dessa falta; Considerando que inumeras tem sido as reclamações feitas pelos habitante deste Município, maximo na

Dolmetschern und anderen Menschen werden, die aus ihrer Unwissenheit Vorteil ziehen’(RHEINGANTZ, 1907, p.18), conforme tradução nossa.

³⁹² 24 dem Schulunterricht und Gottesdienst dienende Gebäude (RHEINGANTZ, 1907, p.20), conforme tradução nossa.

³⁹³ Schade dass man bis jetzt so wenig für Schulzwecke hat tun können. Heute bemühen sich viele intelligente Bewohner der Kolonie, den dortigen Kindern die Segnungen eines guten Schulunterrichts zukommen zu lassen.

(RHEINGANTZ, 1907, p.20), conforme tradução nossa.

³⁹⁴ Foram encontradas referências à temática educacional nos dias 05/03/1896, 30/04/1896, 09/06/1896, 16/06/1896, 01/12/1896, 05/12/1896, 05/01/1897, 09/01/1897, 12/01/1897, 30/03/1897, 14/04/1897 e 21/07/1907. Vale destacar, que o primeiro livro de registro de Actos da Intendência, de 1894 até 1902 não foi localizado, o que indica que o mesmo tenha sido extraviado, fato que impede o acesso a uma série de informações bastante pertinentes para o estudo de diversos aspectos sobre a história do município.

Freguezia da Reserva lugar este onde a habitação e extraordinariamente crescida e que no entretanto se veem privados da intrucção, melhoramento este indispensável sob todos os pontos de vista normal; Considerando mais que nestes casos cumpre ao poder Municipal zelar administrativamente pela infancia assim abandonada que tem suas vistas para elle supplicando o desenvolvimento de suas intellectualidades até hoje incultos; considerando ainda que vivendo aquela população privada da instrução, base sobre que descança o grande edificio social gravissimas e sérias consequencias trará fucturamente.

Interessante observar que no Acto está expresso que a escola irá funcionar com pelo menos 15 alunos, que o professor será nomeado pelo Intendente do município. O horário de funcionamento da respectiva instituição será das 9 da manhã às 2 da tarde. O salário do professor foi estipulado em 40\$000 mensais, sendo este obrigado a fazer relatórios mensais sobre a frequência dos alunos, bem como de seus rendimentos.

Sobre as primeiras escolas criadas, e cujas referências encontram-se na documentação por nós analisada, temos a informação de uma escola criada em Potreiros em 05 de junho de 1902 (Acto nº 22). Em 1902 temos referências de escolas criadas em Boqueirão e Quevedos. Já o Acto nº 85 de 01 de setembro de 1905, tendo em vista a pouca frequência escolar, fecha duas escolas, uma no 2º e uma no 4º distrito.

São ainda criadas escolas no Evaristo (Acto nº 263 de 08/02/1912), em Pinheiros (Acto nº 276 de 25/09/1912) e na Picada João Moreira (Acto nº 289 de 13/01/1913).

Analisando estas fontes, foi constatado um volume grande de informações sobre o sistema educacional em São Lourenço. Este volume foi bem maior do que o esperado. Porém a grande maioria destes documentos referiam-se a contratação de professores para que atuassem nos educandários. Porém, através destes documentos, puderam ser identificadas algumas escolas que tiveram uma duração efêmera e cujos registros não estavam presentes nas outras fontes consultadas.

Com o objetivo de divulgar as informações levantadas para que estas possam servir de subsídio a outros estudos, visto que o acesso a estes documentos é labiríntico devido a questões burocráticas e problemas de gestão do espaço onde estão guardados, procuramos sistematizar todas estas informações.

Além da análise da documentação oficial do município, de forma a termos um panorama mais completo do sistema educacional na região, foi empreendida uma análise nos registros de seis escolas, que estão preservados na Secretaria Municipal de Educação de São Lourenço do Sul.

Na nossa análise, vamos observar o número de alunos, os índices de aprovação, bem como as profissões, religiões e nível de escolaridade dos pais destes alunos, o que irá permitir criarmos um mapa de cada uma das instituições estudadas no que tange ao público que frequentava estes educandários.

Não foi empreendida análise de outras instituições devido ao grande volume de material disponível. As instituições escolhidas foram aquelas cuja localização geográfica coincidissem com a região em que hoje está situado o Museu da Imigração Pomerana, ou seja, a localidade de Bom Jesus. Deste modo, serão analisadas de forma mais detalhada as escolas General Osório e Padre Anchieta.

Em relação à escola General Osório, sabemos que a mesma foi criada através do Acto nº 26 de 19 de junho de 1918, na localidade de Bom Jesus, sendo denominada de “aula primária mista”. A escola começou a funcionar no dia 01 de maio de 1918 e estava sob responsabilidade do professor Henrique Predow que recebia um salário de 600\$000, pagos pelo governo do estado.

Foi encontrada outra referência a esta mesma escola, somente no ano de 1940 em uma ata assinada pelo intendente, que menciona a existência da escola e a sua denominação.

A partir de 1943 temos preservados os livros com os registros de matrícula desta instituição, porém vale destacar que nem todos os livros após esta data foram preservados, ficando desta forma alguns períodos em aberto; além disso, nem sempre foi efetuado o preenchimento correto de todas as informações solicitadas pelos livros, o que deixa algumas lacunas.

Em 1943, eram 43 alunos, 20 do sexo masculino e 23 do sexo feminino. Destes, 35 estavam matriculados no 1º ano e 8 no 2º ano. Nas profissões dos pais dos alunos estavam identificados 30 agricultores, 1 carpinteiro, 1 comerciante, 1 funcionário, 2 ferreiros e uma doméstica.

No ano de 1944, eram 38 alunos matriculados, sendo 18 do sexo masculino e 20 do sexo feminino. Sendo que 12 eram do 1º ano, 11 do 2º ano,

12 do 3º ano e 1 do 4º ano. Entre os pais das crianças estavam 31 agricultores, 1 funcionário, 1 ferreiro, 1 doméstica, 1 comerciante e 3 estavam falecidos.

A professora regente no ano de 1945 era a senhora Clementina Timm. Estavam matriculados 39 alunos, sendo 18 do sexo masculino e 21 do sexo feminino. 22 estavam matriculados no 1º ano, 7 no 2º ano e 9 no 3º ano. Entre os pais, havia 1 doméstica, 1 funcionário, 1 comerciante, 1 ferreiro e os demais eram agricultores. Por parte dos alunos, no mês de junho houve uma frequência de 68%, em agosto 79%, em novembro 60% e em dezembro 64%.

No ano de 1946 a professora responsável era a senhora Maria Alice Kern. Estavam matriculados um total de 31 alunos, sendo destes 12 do sexo masculino e 19 do sexo feminino. 22 eram os alunos do 1º ano, 6 do 2º ano e 3 do 3º ano. Dentre as ocupações dos pais, estavam 1 ferreiro, 2 negociantes (os mesmos indivíduos foram identificados em 1945 como sendo comerciantes), 1 correio (sic) (o mesmo indivíduo foi identificado em 1948 como sendo um profissional de curtume) e os demais agricultores.

Em 1947 a Escola General Osório era regida pela professora Maria de Jesus e contava com 26 alunos, sendo que 12 eram do sexo masculino e 14 do sexo feminino. Destes, 22 eram protestantes e 4 católicos. A profissão da totalidade dos pais dos alunos era “agricultor”, sendo que destes, 24 sabiam ler e apenas 2 eram analfabetos e todos foram declarados “brasileiros”. A idade média dos alunos variava entre 7 e 12 anos. 15 alunos estavam matriculados no 1º ano, 6 no 2º ano e 5 no 3º ano.

No ano de 1948, sob regência do professor Eny Oliveira Rodrigues, estavam matriculados 43 alunos, sendo 20 do sexo masculino e 23 do sexo feminino, cuja idade variava entre 5 e 12 anos. Em relação à religião professada, 4 foram identificados como sendo católicos e 39 como protestantes. Dentre as profissões dos pais dos alunos, temos referência a 1 açougueiro, 1 profissional de curtume, 2 ferreiros e 1 cuja profissão não pode ser identificada, 37 agricultores e um havia falecido. Na profissão das mães, identificamos 1 costureira, e 42 domésticas. Todos brasileiros e alfabetizados.

Em 1949, sob regência da professora Maria Moreira, estavam matriculados 38 alunos, destes, 16 eram do sexo masculino e 22 do sexo feminino. 28 estavam matriculados no 1º ano, 5 no 2º ano e 5 no 3º ano. Os pais

foram declarados todos agricultores, e as mães domésticas. Foram ainda declarados todos brasileiros, alfabetizados e protestantes.

No ano de 1950, estavam matriculados 42 alunos, dos quais 22 eram do sexo masculino e 20 do sexo feminino, suas idades variavam entre 8 e 12 anos. 19 estavam matriculados no 1º ano, 18 no 2º ano e 5 no 3º ano. Os pais foram declarados todos brasileiros, protestantes, alfabetizados até o ensino primário, um deles foi declarado como sendo um profissional que trabalhava em curtume, o restante agricultores e as mulheres domésticas em sua totalidade. A escola era regida pelo professor Inay Hildegard Kern.

Em 1951, sob regência do professor Otto Kern, estavam matriculados 36 alunos. 20 do sexo masculino e 16 do sexo feminino. 18 estavam matriculados no 1º ano, 13 no 2º ano e 5 no 3º ano. No mês de março ocorreu uma frequência de 80% e no mês de abril havia 65% de frequência.

Em 1953 eram 27 os alunos matriculados: 16 do sexo masculino e 11 do sexo feminino. Todos os pais eram agricultores e as mães domésticas. Além disso, todos estes foram identificados como protestantes, brasileiros e tinham concluído o ensino primário. A professora responsável pela escola neste ano e também nos seguintes (de 1953 até 1957) foi a senhora Theresinha Andrade.

No ano de 1954, eram 21 alunos do sexo masculino e 8 do sexo feminino, totalizando 29 alunos matriculados na escola. Destes, 12 estavam no 1º ano, 8 frequentavam o 2º ano, 7 o 3º ano, e 2 o 4º ano. Todos os pais eram agricultores, protestantes e brasileiros. Já as mães, eram todas domésticas, e apenas uma delas foi identificada como sendo católica (vale destacar que o marido da mesma estava identificado como protestante, deixando evidente que ela não abandonou sua crença religiosa após o casamento).

28 alunos estavam matriculados no ano de 1955, dos quais, 20 eram do sexo masculino e 8 do sexo feminino. 13 estavam no 1º ano, 6 no 2º ano, 5 no 3º ano e 3 no 4º ano.

Em 1956, novamente 28 alunos matriculados, sendo 17 do sexo masculino e 11 do sexo feminino. 7 matriculados no 1º ano, 8 no 2º ano, 9 no 3º ano, 4 no 4º ano. Todos os pais dos alunos foram identificados como sendo agricultores e as mães domésticas. Além disso, todos eram brasileiros, protestantes e haviam concluído o ensino básico.

No ano de 1957 existiam 28 alunos matriculados. 17 do sexo masculino e 11 do sexo feminino.

Em 1958, 30 alunos estavam matriculados. 17 do sexo masculino e 13 do sexo feminino. 12 cursavam o 1º ano, 8 o 2º ano, 9 e o 3º ano e 1 o 4º ano. Dentre as ocupações dos pais, havia 1 ferreiro, 1 carpinteiro, o restante eram agricultores. As mães todas domésticas. Todos teriam concluído o ensino primário, e dos 30 pais, apenas um deles seria católico, os outros seriam protestantes. A professora responsável foi a senhora Silva Lindemann.

28 alunos estavam matriculados em 1959. 10 no 1º ano, 9 no 2º ano, 7 no 3º ano e 2 no 4º ano. Destes, 14 eram do sexo masculino e 14 do sexo feminino. Entre os pais havia 2 comerciantes e 1 carpinteiro, os demais eram agricultores.

No ano de 1960, havia 21 alunos matriculados, 13 do sexo masculino e 8 do sexo feminino. 9 estavam matriculados no 1º ano, 4 no 2º ano, 5 no 3º ano e 2 no 4º ano. Dentre os pais dos alunos estavam dois comerciantes e o restante estava identificado como sendo agricultores.

13 alunos do sexo masculino e 11 do sexo feminino era o público da escola no ano de 1961, totalizando 24 alunos, dos quais, 13 estavam no 1º ano, 6 no 2º ano e 5 no 3º ano. Nas profissões dos pais foi identificado um mecânico, e os demais agricultores e as mães todas domésticas. Protestantes, com ensino primário e brasileiros foi comum a todos os pais.

No ano de 1962, eram 13 alunos do sexo masculino e 16 do sexo feminino, totalizando 29 alunos, dos quais, 13 eram do 1º ano, 9 do 2º ano, 4 do 3º ano e 3 do 4º ano.

No ano de 1964, eram 29 alunos, 7 do sexo masculino e 22 do sexo feminino. Destes, 7 estavam no 1º ano, 18 no 2º ano, 3 no 3º ano e 1 no 4º ano.

Já no ano de 1965 estavam matriculados 29 alunos. 8 do sexo masculino e 21 do sexo feminino. 11 eram do 1º ano, 12 do 2º ano, 5 do 3º ano e 1 do 4º ano.

Em 1966, eram 45 alunos. 16 eram do sexo masculino e 29 do sexo feminino. 25 do 1º ano, 9 do 2º ano, 7 do 3º ano e 4 do 4º ano. Neste ano, dos 45 alunos matriculados, foram reprovados 34, ou seja, 75,5% dos alunos foram reprovados.

Em 1967, dos 41 alunos, 16 eram do sexo masculino e 25 do sexo feminino. Destes, 26 eram do 1º ano, 10 do 2º ano, 4 do 3º ano e 1 do 4º ano.

Foram reprovados 33 dos 41 alunos, ou seja, 80,48% dos alunos foram reprovados neste ano.

No ano de 1968, eram 54 alunos, dos quais 26 eram do sexo masculino e 28 do sexo feminino. Destes, 35 alunos eram do 1º ano, 12 do 2º ano, 5 do 3º ano e 2 do 4º ano.

Em 1969, 50 era o número de alunos matriculados. Dos quais 24 eram do sexo masculino e 26 do sexo feminino. 15 estavam matriculados no 1º ano, 22 no 2º ano, 11 no 3º ano, 1 no 4º ano e 1 no 5º ano.

Em 1971 eram 52 alunos matriculados, 26 do sexo masculino e 26 do sexo feminino. No 1º ano estavam matriculados 14 alunos, no 2º ano 12, no 3º ano 10, no 4º ano eram 13 alunos e no 5º ano 3. Nesta data, o currículo era composto pelas disciplinas de Língua portuguesa, matemática, ciências naturais, estudos sociais, educação moral e cívica, ensino religioso, educação artística e educação física.

Em 1972, eram 36 os alunos matriculados, destes, 16 eram do sexo masculino e 20 eram do sexo feminino. 10 alunos estavam matriculados no 1º ano, 6 no 2º ano, 9 no 3º ano, 6 no 4º ano e 5 no 5º ano.

No ano de 1973, estavam matriculados 44 alunos, sendo 22 do sexo masculino e 22 do sexo feminino. Destes, 15 estavam matriculados no 1º ano, 11 no 2º ano, 4 no 3º ano, 9 no 4º ano e 5 no 5º ano.

As informações fornecidas acima, foram sintetizadas nos gráficos abaixo:

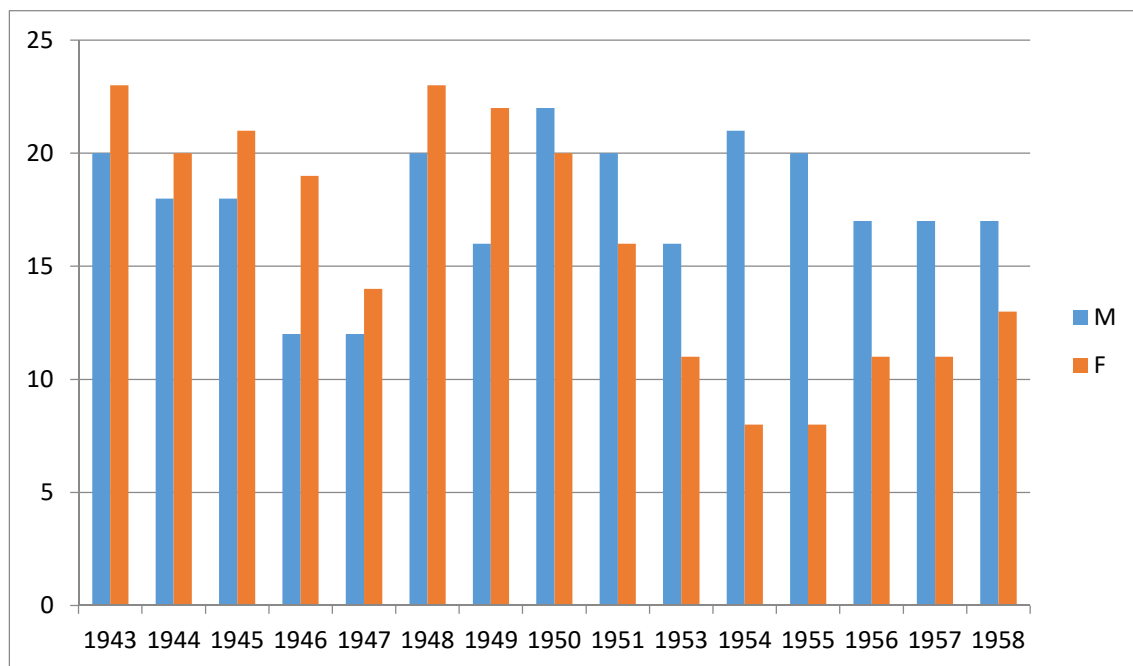


Figura 39: Gráfico com o número de matrículas conforme o sexo dos alunos.
 Fonte: Elaboração do autor, com base nos livros de matrícula/frequência da Escola General Osório. 2018

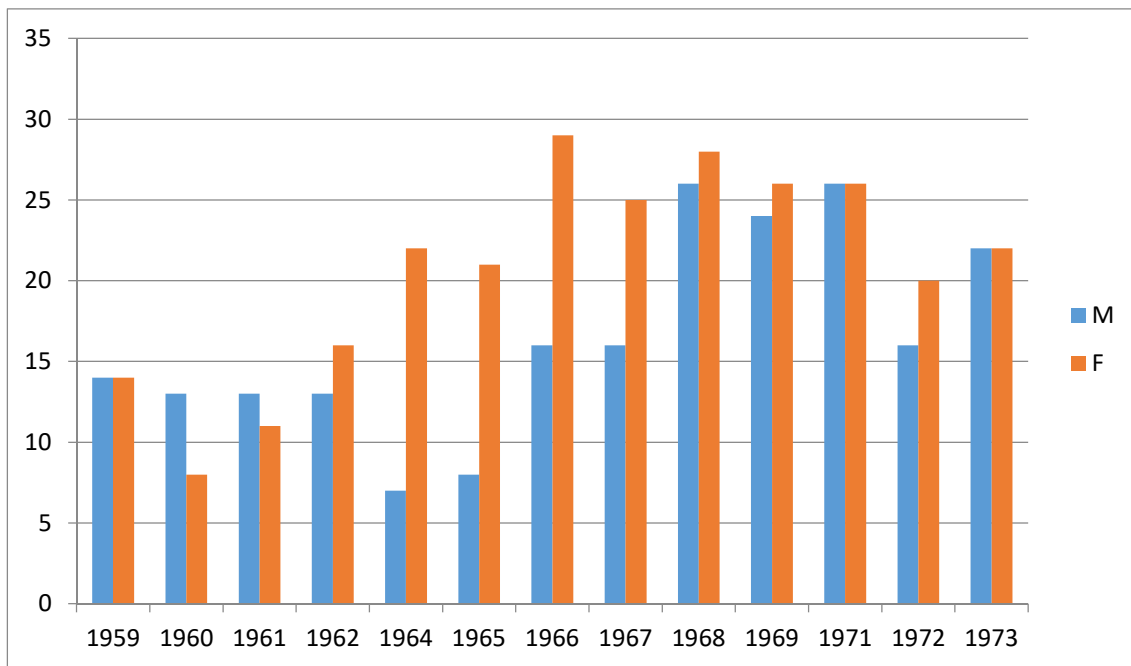


Figura 40: Gráfico com o número de matrículas conforme o sexo dos alunos.
 Fonte: Elaboração do autor, com base nos livros de matrícula/frequência da Escola General Osório. 2018

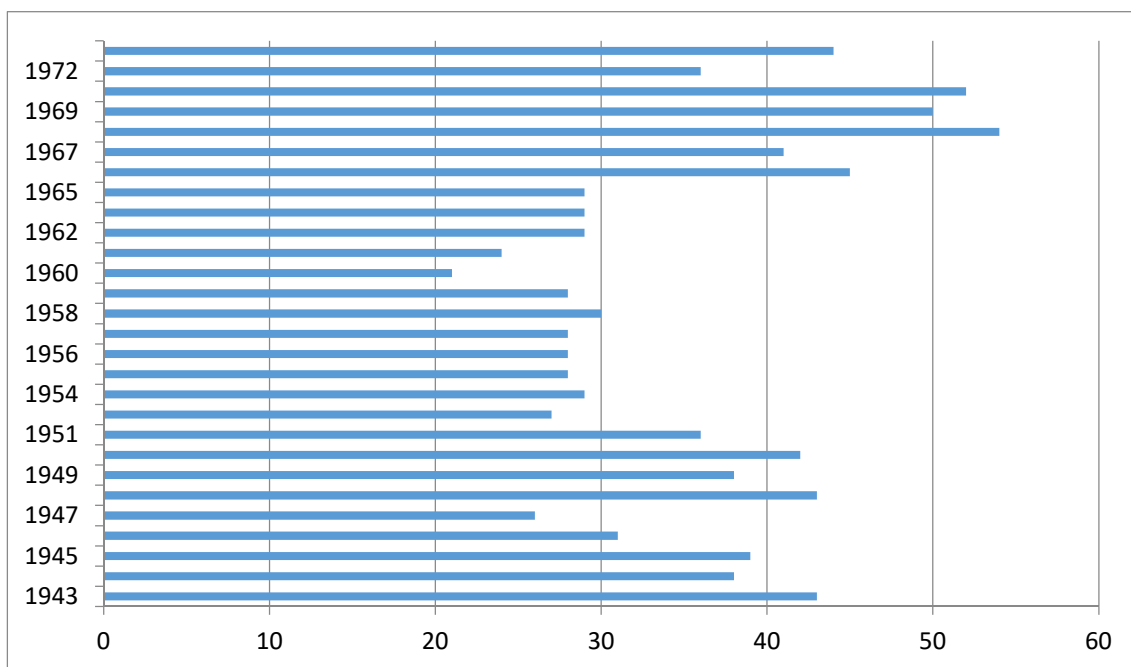


Figura 41: Gráfico com o número total de matrículas.
 Fonte: Elaboração do autor, com base nos livros de matrícula/frequência da Escola General Osório. 2018

Tendo por base as informações prestadas acima, podemos inferir que o número de matrículas era bastante inconstante. O ápice ocorreu em 1968 com 54 matrículas, já no ano de 1960, foi verificado o menor número: 21.

Da mesma forma, foram percebidas diferenças entre as matrículas de alunos do sexo masculino e feminino. Entre os anos de 1943 até 1949 e novamente entre 1962 e 1969 era superior o número de meninas matriculadas. Já entre os anos de 1950 e 1961 o número de jovens do sexo masculino foi superior. Não foi possível identificar que fatores contribuíram para esta diferença, tanto no total geral de matrículas, quanto no sexo dos alunos. Em relação às profissões dos pais, percebemos que grande parte destes eram agricultores, enquanto as mães se intitulavam domésticas. Poucos eram os pais que não fossem protestantes.

Em seguida, faremos alguns apontamentos sobre a escola Padre Anchieta. Seu funcionamento teve início em 1930, quando o professor regente seria o senhor Max Strauss, o qual receberia um ordenado de 50\$000 mensais subsidiados pelo governo do Estado, que teria sido o responsável pela solicitação de criação da escola, que foi criada oficialmente pelo decreto nº 10 de 29 de janeiro de 1931. A portaria de denominação nº293 de 01 de abril de 1948 denomina a escola como Escola Municipal de 1º grau incompleto Padre Anchieta.

Não pode ser precisada a data em que ocorreu a transferência da mesma da localidade de Picada Moinhos para Bom Jesus. Em 1992 a escola foi desativada pelo decreto nº1599.

26 alunos estavam matriculados no início do ano de 1951, sendo que no mês de outubro, 10 desistiram, pois foram confirmados. Dos alunos matriculados, 14 eram do sexo masculino e 12 do sexo feminino. Dentre os pais dos alunos haviam 2 moleiros, e os demais eram agricultores. Sendo que chamou-nos a atenção que um dos moleiros, possuía ensino secundário completo, enquanto dos demais apenas o primário.

No ano de 1952 estavam matriculados 34 alunos, dos quais 17 eram do sexo masculino e 17 do sexo feminino. Entre os pais 11 eram católicos e os demais protestantes, 1 trabalhador braçal analfabeto, 1 negociante, enquanto os demais eram todos agricultores alfabetizados.

Em 1953, estudavam na escola 28 alunos, sendo 14 de cada sexo. 12 destes, foram reprovados. Entre os dados referentes aos pais dos alunos, temos 8 católicos e os demais protestantes. Temos ainda 1 único alemão e os demais brasileiros. Em relação às profissões, temos uma gama maior: 2 tamanqueiros, 1 ferreiro, 1 comerciante, 1 pastor evangélico, 1 funileiro, 1 professor público e 1 trabalhador braçal analfabeto, os demais todos alfabetizados e agricultores.

33 alunos estavam matriculados no ano de 1954, sendo 15 do sexo masculino e 19 do sexo feminino. Em relação à ocupação dos pais, temos 1 tamanqueiro, 1 professor público, 1 funileiro, 1 ferreiro, 1 comerciante, 1 trabalhador braçal (analfabeto). Estavam também registrados 8 católicos, e um alemão, os demais alfabetizados, protestantes e brasileiros.

25 alunos era o número de matriculas no ano de 1955, sendo 8 do sexo masculino e 17 do sexo feminino. Entre os pais dos alunos estavam 2 alemães, 1 funileiro, 1 sapateiro, 1 professor, 1 trabalhador braçal, 1 tamanqueiro, 1 comerciante, os demais agricultores. 7 eram católicos e os demais protestantes.

Estavam matriculados em 1956, 24 alunos, sendo 12 de cada sexo. Dentre os pais dos alunos estava 1 chineleiro, 1 trabalhador braçal, 1 professor público, 1 tamanqueiro, 1 comerciante, 1 sapateiro, 1 fotógrafo, 1 funileiro. Apenas 2 eram analfabetos e 7 eram católicos. Os demais eram agricultores, alfabetizados e protestantes e as mães, todas domésticas.

22 alunos matriculados em 1957, 13 do sexo masculino e 9 do sexo feminino. Havia 1 trabalhador braçal, 1 professor público, 2 fotógrafos, 1 sapateiro, os demais eram agricultores. 8 eram católicos, os demais protestantes. Apenas 1 analfabeto. Todas as mães eram domésticas e todos eram alfabetizados.

No ano de 1958, a escola contava com 20 alunos, sendo 13 do sexo masculino e 7 do sexo feminino. Dentre as profissões dos pais estão 1 sapateiro e 2 fotógrafos, 1 professor, 1 comerciante, 1 tamanqueiro sendo os demais agricultores, e as mães domésticas. Todos eram protestantes e alfabetizados.

26 alunos é o número de matriculados na escola no ano de 1959, dos quais 16 eram do sexo masculino e 10 do sexo feminino. As profissões dos pais eram: 2 fotógrafos, 1 sapateiro, 1 professor, 1 comerciante, 1 tamanqueiro e 1 graniteiro, os demais agricultores. 8 católicos, o restante era protestante. Todos eram alfabetizados. As mães, todas domésticas.

De um total de 24 alunos, sendo 14 do sexo masculino e 10 do sexo feminino, puderam ser identificados 7 católicos e os demais protestantes. Todos eram alfabetizados. Dentre as profissões estavam 1 comerciante, 1 fotógrafo, 1 professor, 1 tamanqueiro, 1 sapateiro, 1 funileiro, 1 graniteiro e os demais agricultores. Já as mães, eram todas domésticas.

No ano de 1961, a regência estava a cargo do professor Silvino Kern. Estavam matriculados 25 alunos, dos quais, 14 eram do sexo masculino e 11 do sexo feminino. 10 estavam matriculados no 1º ano, 4 no 2º ano, 7 no 3º ano e 4 no 4º ano.

Em 1962, estavam matriculados 27 alunos, sendo 14 do sexo masculino e 13 do sexo feminino. 11 no 1º ano, 8 no 2º ano, 1 no 3º ano e 7 no 4º ano.

Passando estes números para gráficos, visualizamos melhor estas informações:

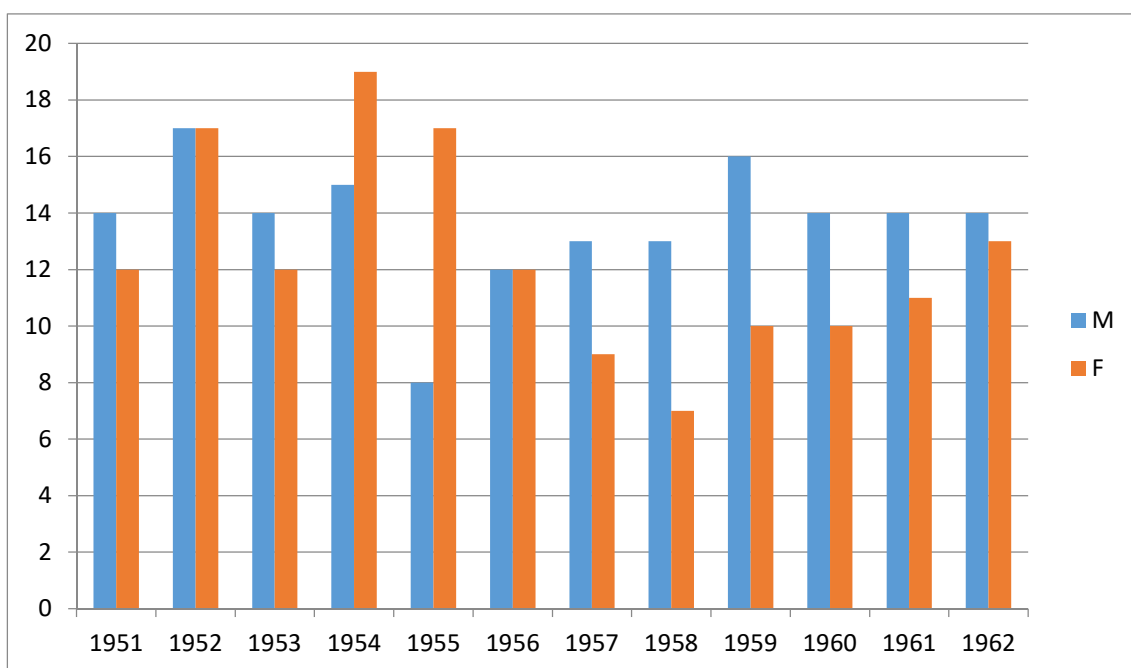


Figura 42: Gráfico com o número de alunos, conforme o sexo, matriculados na Escola Padre Anchieta conforme o ano.
 Fonte: Elaboração do autor, conforme livros de Matrículas da Escola Padre Anchieta. 2018

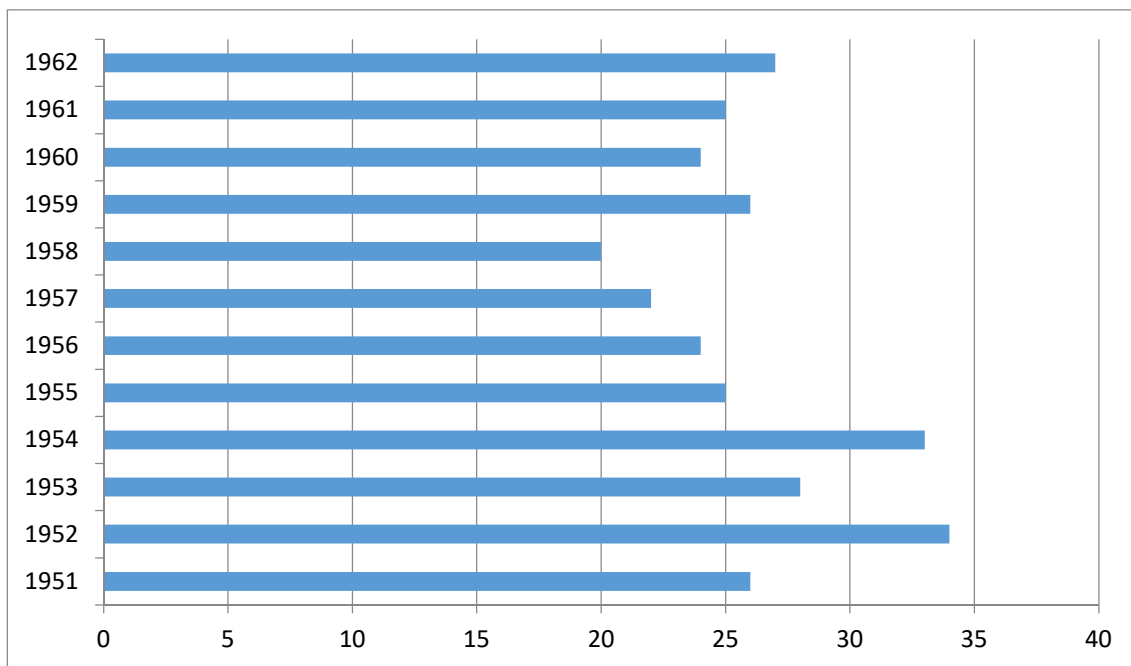


Figura 43: Gráfico com o número de alunos matriculados na Escola Padre Anchieta conforme o ano.

Fonte: Elaboração do autor, conforme livros de Matrículas da Escola Padre Anchieta. 2018

Um aspecto interessante que pode ser observado ao analisar os dados da Escola Anchieta, é a grande variedade nas profissões dos pais dos alunos, bem como da religião professada por estes, o que diferencia esta escola da anteriormente analisada, onde de certa forma, pode ser verificado um predomínio de pais agricultores e protestantes.

Percebemos que pelo fato de a região ser de certa forma, mais “desenvolvida” em comparação às outras colônias, afinal foi para lá que afluíram as primeiras levas de imigrantes em 1858. Deste modo, com um tempo maior de existência, foi possível que surgissem casas comerciais e profissionais com as mais variadas especialidades, dentre os quais podemos destacar 2 profissionais fotográficos: Edgar e Julio Feddern, filhos de Heinrich Feddern, sobre os quais já tratamos anteriormente.

Feitas essas considerações sobre as duas escolas que analisamos, percebemos que de maneira geral, existia um certo equilíbrio entre o número de matrículas de alunos do sexo masculino e do sexo feminino. Em alguns momentos, existe uma leve vantagem de um sexo sobre outro, mas no conjunto, e tomando por base os censos do período estudado, percebemos que neste momento a população masculina era maior que a feminina, o que pode justificar

de certa forma essa pequena vantagem numérica que os homens tiveram sobre as mulheres³⁹⁵.

Estes números desmentem as teorias que afirmavam que às mulheres não era permitido o acesso à educação, uma vez que estas necessitavam ficar em casa, ajudando os familiares. Teoria, que poderia facilmente ser desconstruída observando as fotografias, anteriormente analisadas, onde vemos um número expressivo de crianças do sexo feminino.

Percebemos que as crianças do sexo feminino, frequentavam sim a escola, da mesma forma que os as crianças do sexo masculino, porém, notamos uma vantagem um pouco mais evidente do número de meninos nas séries mais avançadas, ou seja, às meninas não era permitido concluir todo o currículo escolar.

Percebemos analisando os dados, que o 1º ano era de longe a série com o maior número de matrículas, e que o 4º e o 5º anos, eram as séries com o menor número de alunos matriculados, sendo que em vários momentos, este número não passava de 1 ou 2 alunos.

Percebemos também, que mesmo que as matrículas fossem expressivas, o ensino era pouco aproveitado, seja pelos altos índices de reprovações, que pode ser verificado em alguns momentos, bem como pelos baixos índices de frequência por parte dos alunos, em determinadas épocas do ano.

A evasão escolar é outra característica que chamou bastante atenção, ao procedermos à análise dos livros de chamada de algumas instituições. Esta evasão, conforme pode ser verificado, ocorria basicamente durante o período de maior trabalho na propriedade familiar, durante o cultivo e colheita dos produtos³⁹⁶, quando a ajuda das crianças era de fundamental importância para o empreendimento agrícola.

Analisando os dados de uma forma geral, percebemos que era de certa forma insignificante o número de pais analfabetos. Alguns dos pais, identificados como sendo analfabetos, pelo sobrenome, percebeu-se que eram brasileiros, ou seja, não eram descendentes germânicos. Assim, podemos concluir que a

³⁹⁵ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1948.pdf, acessado em 20/09/2018.

³⁹⁶ Meses de março e abril e outubro e novembro.

educação era sim valorizada, desde um período remoto, mesmo quando as escolas eram poucas e distantes, e o ensino fosse pago.

Conforme os livros de registro de matrículas e de frequência consultados, chegamos a alguns dados interessantes, por exemplo, em várias segundas-feiras os alunos não compareciam às aulas, bem como em dias de chuva, as aulas eram suspensas.

Este não comparecimento dos alunos nas segundas feiras, principalmente após os feriados, ocorria pelo fato de os colonos comemorarem o 2º dia da festividade, em alguns casos, era comemorado ainda o 3º dia.

Quanto às profissões, foi identificado um rol grande de profissões, mas os agricultores se sobressaíram em ambas as instituições analisadas e um dado interessante é que as mães dos alunos eram declaradas como sendo domésticas ou donas de casa e não agricultoras.

Podemos fazer ainda algumas outras considerações tendo por base a documentação analisada. O primeiro é que foi criado um número bastante elevado de instituições de ensino no município de São Lourenço do Sul. Pelo fato de não existirem informações precisas sobre cada uma destas instituições, bem como da não existência de referências de sua nomenclatura ou localização, ficamos impossibilitados de organizar um mapa geral, com todas as instituições que foram criadas, porém, tendo por base os Actos, Decretos e Portarias analisadas, arriscamos afirmar que ultrapassa o número de 200 o de instituições que existiram no município ao logo de sua história.

Algumas destas instituições tiveram uma duração efêmera, seja pelo fato de serem instituições particulares, muitas delas escolas cujo ensino ocorria somente no idioma alemão e que durante a campanha nacionalista do Governo Vargas foram fechadas, ou seja pelo fato da pouca frequência de alunos. Outras instituições, que foram criadas no início do século XIX estão em atividade nos dias atuais.

Neste sentido, podemos afirmar que São Lourenço teve um sistema educacional, bastante complexo, caracterizado por um sistema em que as diferenças salariais entre os professores era uma constante, o que se manteve desde os primeiros registros analisados que datam de 1902 até os últimos, em 1949. Além das enormes discrepâncias salariais, percebemos que uma constante, era a pouca valorização destes profissionais. Comparando as tabelas

de pagamentos de outros funcionários municipais, percebemos que o salário de um professor, era um dos mais baixos de todos do quadro de funcionários públicos. Um professor recebia um salário maior, apenas que o do zelador do cemitério e o do faroleiro em 1932, conforme tabela salarial do referido ano.

Ocorreu uma predominância, nos primeiros anos que se seguiram à chegada dos imigrantes à região, das chamadas escolas alemãs, nas quais o ensino era ministrado em alemão, panorama que é modificado gradualmente com a criação de escolas mantidas tanto pela intendência municipal quanto pelo governo estadual e que cessará em definitivo na década de 1940 durante a nacionalização.

Vale destacar que no período de 1938 até 1945 o sistema educacional do município sofreu uma forte queda no número de instituições em funcionamento. Somente o Acto nº 29 de 01 de agosto de 1938 executa a demissão de 22 professores, acusados de ensinarem o idioma alemão, ou de serem estrangeiros. Muitos destes professores não foram repostos e as escolas foram fechadas³⁹⁷.

As grandes dimensões da área que compreende o interior do município, e o pequeno número de instituições, fazia com que as distâncias percorridas pelos alunos, fossem bastante grandes. O que vai, de certa, forma ser amenizado ao longo dos anos, quando são criadas mais instituições, e assim universalizando, de certa forma, o acesso às escolas.

Os primeiros anos foram caracterizados pelo pouco preparo dos professores, muitos deles oriundos da própria comunidade e sem grandes conhecimentos. Em geral bastava saber ler e escrever para conseguir o cargo de professor. A falta de critérios para a nomeação de professores será uma constante. Referências, no Livro de Atas do município ao primeiro concurso público para o magistério municipal ocorrem em 10 de fevereiro de 1940, quando é nomeada uma banca. Porém, percebemos através da análise da documentação, que indicações ainda eram frequentes, mesmo no final da década.

O ano de 1914 assinala a criação da primeira escola feminina no município. Foram criadas até o ano de 1926 outros 6 educandários

³⁹⁷ Faremos, ao final deste subcapítulo um adendo comentando este episódio.

exclusivamente femininos. Número que contrasta com o de instituições voltadas para o público masculino: foram 14.

Um representativo número de escolas mistas foi criado. Foram contabilizadas 52 escolas. A última referenciada foi criada em 1936, data em que este adjetivo deixou de ser utilizado para caracterizar as escolas, momento em que, acreditamos, todos os educandários criados passaram a ser mistos.

Percebemos que, nos primeiros anos, havia uma predominância do número de professores do sexo masculino. A primeira referência a uma mulher no magistério municipal ocorre através do Acto nº 56 de 31 de dezembro de 1904, que exonera a professora da Barra de Camaquam, Rosa Mathildes Silveira Duarte, “ficando suprimido o dito lugar de professora”. Sem o objetivo de ser conclusivo, arriscamos pontuar que o baixo número de professores do sexo feminino ocorria pela relativa predominância de escolas do sexo masculino, onde a regência sempre era feita por professores do sexo masculino. Com a criação de instituições mistas e femininas, a presença feminina no magistério municipal vai aumentando gradativamente, a ponto de o número de mulheres ultrapassar o de homens.

Num diálogo com as fontes orais, percebemos que as escolas eram ao mesmo tempo um local de refúgio, pois no período em que se estava na sala de aula, os alunos não precisavam auxiliar os seus pais na lavoura. Por outro lado, estar na sala de aula, poderia ser um martírio, tendo em vista os inúmeros castigos físicos e humilhações a que eram submetidos os alunos. Professores severos, rígidos, que impunham respeito na classe toda são uma constante em todos os depoimentos.

A idade escolar, conforme analisado, ocorria dos 7, 8 anos até o 12, 13 anos. Poucos alunos completavam os quatro anos de ensino que era ofertado na grande maioria das instituições. No momento em que ocorria a confirmação (ritual luterano, equivalente à comunhão entre os católicos) de um aluno, este era imediatamente retirada da instituição de ensino, uma vez que o mesmo passava então a ser visto como um adulto pela comunidade, desta forma, não estava mais na “idade” de frequentar uma escola.

Cabe destacar que mesmo que o ensino fosse caracterizado por uma série de deficiências, sejam estas estruturais, de pessoal, são poucos os índices de analfabetismo na região, ou seja, a comunidade relegou uma importância

grande para a educação, que era útil ou mesmo necessária nas negociações econômicas, mas também era a forma como ocorria a manutenção das crenças religiosas do grupo, uma vez que a leitura dos hinários e da Bíblia era quase que uma obrigação a cada um dos indivíduos.

Digno de nota é a questão do idioma e do dialeto. O uso do dialeto pomerano pode ser considerado uma estratégia de perpetuação da identidade no novo habitat (HEREDIA, 1999, p. 154). Conforme nossos entrevistados, a utilização da língua alemã era uma constante em toda a população de origem teuta até meados da década de 1940, período em que o ensino e as prédicas religiosas eram feitas neste idioma. O pomerano era apenas utilizado em ambiente doméstico. Conforme pode ser verificado, na igreja e na escola era usado o alemão. Em casa o pomerano. O dialeto nunca foi uma forma de comunicação que não fosse oral. Nunca teve escrita. Durante o período de nacionalização, o idioma alemão passou a ser proibido, mas o dialeto pomerano, como estava mais restrito ao ambiente doméstico, acabou passando incólume pelos censores.

Conforme já comentado, ocorreu um processo de censura bastante elevando nas instituições escolares do município, motivo pelo qual, nos deteremos a falar um pouco mais sobre este episódio, uma vez que o mesmo será de substancial importância, não somente para a vida escolar no município de São Lourenço, mas também afetará uma série de outras facetas da vida cotidiana e uma delas será a fotografia. Podemos tomar a data de 28 de abril de 1938 como um marco. Após esta data não foram produzidas fotografias de instituições escolares sem a presença da bandeira brasileira ou do retrato de Getúlio Vargas, ou de ambos. Essa foi uma tática encontrada para que o estabelecimento ficasse livre de qualquer suspeita e as atividades pudessem ser desenvolvidas de maneira normal.

Sabemos que em uma correspondência datada de 28 de abril de 1938³⁹⁸, o então inspetor de educação narra que foi efetuada uma vistoria em 21 instituições, quando foi verificado que os respectivos professores não faziam o ensino da língua portuguesa nos educandários. O inspetor, neste documento,

³⁹⁸ Documento preservado no Arquivo Morto da Prefeitura de São Lourenço do Sul. Pasta: Documentos expedidos, 1938.

sugere que “a bem da moralização do ensino” os referidos professores sejam todos demitidos.

Temos em um relatório³⁹⁹ escrito pelo então Inspetor Escolar, em 18 outubro de 1938, endereçado ao Prefeito Municipal Alfredo Born. Conforme o referido relatório, o Inspetor teria cumprido a missão a ele conferida, que seria visitar todas as aulas e escolas particulares do município. Percebemos, após a leitura do relatório, que o mesmo serviria como subsídio para um reunião do prefeito, com o então secretário estadual de educação.

Antes de iniciar o relatório propriamente dito, é feito, no documento, um breve histórico sobre o processo de colonização do município, para que desta forma, o entendimento sobre a realidade educacional do município seja mais facilmente compreendida, conforme nos indica o Inspetor, na introdução do documento.

Com o objetivo de não influenciar o entendimento do conteúdo de tal descrição, faremos a transcrição integral do seu conteúdo, para que possamos avaliar melhor, todas as questões expressas nele, e somente no final, faremos comentários sobre o seu conteúdo.

A colônia de São Lourenço, fundada em 1858, foi povoada com elementos germânicos, vindos da Província da Pomerânia. Estes elementos, que eram servos de senhores feudais, são os mais atrasados e mais difíceis de assimilação, que entraram em nosso Estado. Conta esta colônia, atualmente com uma população superior a 20 mil habitantes, desse total, 75% não conhecem o vernáculo e 90% desconhecem completamente as cousas de nossa pátria. A cultura atual dessa população é, em grande parte inferior à que tinham há 80 anos passados, os iniciadores da colonização. Quase que em geral o colono perdeu a noção de higiene, de educação e enfim, de civilização, tão próprias dos povos da Europa.

O ensino foi sempre ministrado em idioma alemão, prova-o a maioria da população colonial desconhecer o vernáculo. Do Brasil, nada lhes foi ensinado. Encontra-se Picadas em que só os que serviram ao Exército Nacional, como sorteados, é que falam o português, sendo portanto os únicos com quem pudemos nos entender.

Esta população ignorante, foi nos últimos tempos, fortemente trabalhada por agentes de propaganda antibrasileira, desta forma, mostram relativa resistência aos propósitos das leis de nacionalização do ensino, o que só se conseguirá com uma fiscalização rigorosa e quase que permanente, afim de evitar que ditas leis, sejam burladas tendo-se em vista que a maioria dos professores que ministram o ensino na zona colonial, eram filiados à Sociedade dos Professores Evangélicos de São Leopoldo, sociedade esta que tinha como diretor do conhecido Sr. Franzmeyer, dirigente da campanha racista em nosso Estado.

³⁹⁹ Documento preservado no Arquivo Morto da Prefeitura de São Lourenço do Sul. Pasta: Documentos expedidos, 1938.

As escolas existentes são todas de propriedade de Comunidades e Irmandades Religiosas, que se formaram sucessivamente em cada Picada de acordo com a progressão dos colonos para o *hinterland*, todas primárias, dirigidas por pessoas a quem, em parte, não nos é lícito chamar professores. A maioria desses professores não são mais que colonos menos protegidos da sorte ou impossibilitados de trabalharem na lavoura, que buscaram outra ocupação com que pudessem viver. Esses professores que nunca tiveram em suas mãos uma 'Gramática, História do Brasil, Geografia, Manual de Civilidade ou de Higiene' simplesmente aprenderam as quatro operações e um pouco de leitura, isto mesmo, em idioma alemão. Que poderemos conseguir com esses elementos dentro de uma população sem vontade?

No geral esses professores são mal pagos, recebem de um conto até dois contos de reis anuais e mais alguns hectares de terras, pertencentes às comunidades, de onde tem que conseguirem o seu sustento. Ora, uma pessoa, que tenha conhecimentos para poder ministrar ensino à outrem, não se sujeitará a ter que tirar seu sustento da terra como colono, e ainda servir como professor. E aí está a rotina que seguir esta zona colonial durante quase oitenta anos.

Os professores que a princípio eram melhores, não tardaram a encontrar ocupações com mais renda, cedendo lugar aos pobres de espírito, e assim, cada ano que passa, temos piores elementos a testa desses estabelecimentos de ensino, acrescentando ainda a circunstância de muitos deles, conhecerem apenas algumas palavras em português a ponto de não se fazerem entender no vernáculo.

Algumas comunidades, onde o número de sócios é maior, bem poderiam manter um professor melhor, sem que isso viesse constituir sacrifício para seus cofres. Mas mesmo assim, que poderia fazer um professor com uma matrícula e frequência de 60, 70 até 80 alunos que frequentam as aulas apenas 3 e 4 meses, e que quando lá chegam, conhecem somente o dialeto pomerano, em meio de um ambiente que em nada lhes ajuda.

Na viagem de inspeção, teriam sido gastos 35 dias úteis, e visitadas 45 aulas isoladas e uma escola agrupada. Não foram inspecionadas 2 aulas, pois os professores não estariam presentes e as aulas estariam suspensas, quando da realização da inspeção.

O inspetor, em seu relatório, classificou as escolas em dois grandes grupos. No primeiro grupo estariam as escolas onde era possível executar o programa de nacionalização⁴⁰⁰. Já no segundo grupo estariam as escolas

⁴⁰⁰ São elas: Escola Paroquial São João da Reserva, professor responsável Frederico Lewin, mista, 24 alunos, sendo que dois destes desconheciam o vernáculo; Escola Comunidade Picada Moinhos, professor Leopoldo Matzenauer, mista, 24 alunos, sendo que 6 desconheciam a língua portuguesa, esta escola não possuía uma bandeira nacional; Escola da Comunidade da Picada Caipira, professor Leopoldo Matzenauer, mista, 11 alunos, 5 alunos não conheciam o português, esta escola também não possuía uma bandeira nacional; Escola da Picada Monte Alegre, professor Frederico Lewin, mista, 14 alunos, esta escola também não possuía uma bandeira nacional; Escola São José no Boqueirão, professora Silita Kern, mista, 30 alunos; Escola sem denominação nas Pedrinhas, mantida pela Empresa Arrozeira São Roque, professora Alicia Kern, 19 alunos, não dispõe de sala de aula adequada, nem bandeira nacional; Escola da Comunidade Santa Cecília, professor Otto Germano Kiechle, misto, 14 alunos; Aula Católica Boa Vista, professor Otto Germano Kiechle, mista, 28 alunos.

“totalmente incapazes de aplicar o programa de nacionalização”, basicamente pelo fato dos alunos desconhecerem por completo a língua portuguesa⁴⁰¹.

⁴⁰¹ São elas: Aula da Comunidade da Picada Sant’Anna, professor Guilherme Findt, mista, 28 alunos, nenhum dos alunos conhece o português, assim como o professor também não conhece o idioma brasileiro, a escola não possui a bandeira nem mapas do Brasil; Aula Evangélica da Comunidade Sesmaria, professor Oscar Schubert, mista, 41 alunos, poucos conhecem o idioma vernáculo; Aula Evangélica Luterana da Picada Harmonia, professor Alberto Roberto Wille, mista, 16 alunos; Aula na Comunidade Evangélica Harmonia, professor Cornelius Loges, mista, 38 alunos, sendo que a maioria não conhece o português (há uma observação que destaca que o professor é “mediocre”); Aula na Comunidade Evangélica Taquaral, professor Oscar Protzen, mista, 32 alunos, quase todos desconhecem o idioma vernáculo e o professor é “quase analfabeto”; Escola da Irmandade Bom Jesus, mista, 37 alunos, sendo que apenas a metade conhece o idioma português; Aula na Picada das Antas, professor Willy Cuth Schmitz, mista, 17 alunos, 50% dos alunos não conhecem o vernáculo; Aula da Comunidade Evangélica Evaristo I, professor João Stifft, mista, 42 alunos, o professor, assim como o alunos não conhecem o idioma português; Aula da Comunidade Evangélica Boa Esperança, professor Gustavo Lilge (quase analfabeto) mista, 55 alunos dos quais somente 4 tem noções de português; Aula da Comunidade Pinheirinho, professor Gustavo Lilge, mista, 26 alunos, dos quais apenas um compreende o português; Aula da Comunidade Evangélica Santa Thereza, professor Augusto Radmann (quase analfabeto), mista, 18 alunos, somente um aluno conhece o português; Aula da Comunidade Evangélica Pinheiros II, professor Alberto Geri, mista, 60 alunos. De acordo com o professor é impossível ensinar o português, sem primeiramente ensinar o alemão, pois os alunos iniciam o curso conhecendo apenas o pomerano. É considerado um dos melhores professores; Aula na Comunidade Evangélica Gusmão, professor Guilherme Schwaleberg, mista, 35 alunos. Este professor, apesar de ser um bom profissional, é descrito como sendo “um dos que percorriam o nosso município empunhando a Bandeira da Cruz Gamada fazendo forte propaganda de suas ideologias entre a população colonial”. Aula na Comunidade Evangélica Evaristo II, professor Henrique Haller, mista, 39 alunos, a maioria não conhece o idioma português; Aula da Comunidade Campos Quevedos, professora Augusta Heitmann, mista, 26 alunos dos quais apenas 3 conhecem o português; Aula da Comunidade Evangélica de Picada Feliz, professor Herberto Otto Schulz, mista, 37 alunos, destes, 19 tem noções de português; Aula Adventista na Picada Continuação Feliz, professor Willy Wiedenhoef, mista, 30 alunos, em geral todos conhecem um pouco do idioma português. O relatório destaca que de todas as escolas visitadas, esta é a única que funciona em prédio especificamente construído para tal função, sendo bastante amplo e bem iluminado e arejado; Aula da Comunidade Evangélica Campos Quevedos II, professor João Guilherme Brandt, mista, 50 alunos, dos quais apenas 7 compreendem o vernáculo; Aula na Comunidade Evangélica Santo Antônio, professor Frederico Decker, mista, 27 alunos, dos quais apenas 8 conhecem o português; Aula da Comunidade Evangélica Continuação Harmonia II, professora Rodolpho Müller, mista, 39 alunos, dos quais apenas 10 tem noções de português. Existe uma observação de que o professor é um indivíduo medíocre, e que na comunidade, em função de uma forte propaganda antinacionalista, ainda existem alguns elementos que procuram fazer resistência às novas determinações de ensino; Aula da Comunidade Evangélica da Picada Bom Jesus, professor Guilherme Augusto Krüger, mista, 31 alunos dos quais apenas 10 tem noções de português. Vale destacar que existe uma observação, na qual está disposto de que o professor, em função de seus reduzidos honorários, necessita cultivar lavouras, para auxiliar no seu sustento, sendo desta forma, sua atuação na sala de aula, comprometida; Aula da Comunidade Evangélica Santa Augusta, professor Germano Koppelman, mista, 26 alunos, sendo que nenhum compreende o português; Aula da Comunidade Evangélica do Butiá, professor Emilio Kuhn, mista, 26 alunos dos quais apenas 10 conhecem o português. Em relação ao professor, o relatório traz a informação de que ele seria analfabeto e não teria noção alguma de higiene; Aula no segundo distrito, professor Loersch, que por ser alemão, afastou-se do trabalho para estudar a língua portuguesa, em seu lugar assumiu um jovem de 16 anos. A aula é mista, 35 alunos matriculados, todos conhecem relativamente o português; Aula da Comunidade Evangélica Santa Izabel, professor Otto Lilge, quase analfabeto, mista, 30 alunos, Aula da Comunidade Evangélica Picada Moinhos, professor Pastor Felipe Loersch, mista, 23 alunos, dos quais três não conhecem o português; Aula da Comunidade Evangélica Picada Quevedos II, professor

Vale lembrar que, a nível nacional, foram criados os decretos nº 7212, de 08 de abril de 1938 e nº 7247 de 23 de abril de 1938, para promover esta nacionalização das escolas. O primeiro decreto obrigava as instituições a se registrarem junto ao órgão competente, sob pena de fechamento do estabelecimento, enquanto o segundo decreto estipulava o tempo de menos de uma hora de atividade, em sala de aula, em língua estrangeira. A promulgação de tais decretos nos indica que tais ações não foram exclusivas de São Lourenço, mas sim inseridas dentro de um contexto nacional.

Após a listagem de todas as escolas, o nome dos respectivos professores, número de alunos e conhecimentos destes da língua portuguesa, bem como da infraestrutura das instituições, o relatório é concluído. Na conclusão, são trazidas uma série de informações. Dentre elas, que um grande número de professores, que teriam sido relacionados, alegaram ser impossível ensinar o idioma português, sem primeiro ensinar o alemão, visto que as crianças quando matriculavam-se na escola, somente conheciam o dialeto pomerano.

O autor destaca ainda que a escola era o único local na zona rural em que seria possível fazer uso da língua portuguesa, uma vez que os pais dos alunos quase nunca conheciam o idioma, e mesmo que o conhecessem, preferiam fazer uso do alemão em lugar do português em suas residências.

Em relação aos prédios que seriam usados por estas escolas, o autor afirma que a grande maioria funcionava nos edifícios destinados aos cultos religiosos, ou seja, igrejas, e que por este motivo, eram espaços inadequados ao ensino.

Nestas instituições, não seria feito o ensino de práticas manuais, educação cívica ou física. O autor sugere ainda que fossem feitas substituições na grade escolar, visto que seria mais frutífero se fossem ministradas aulas de técnicas rurais e agrícolas.

Guilherme Tessmer Filho, quase analfabeto, mista, 34 alunos; Aula da Comunidade Picada Quevedos I, professor João Luiz Germano Fischer, mista, 54 alunos, dos quais somente 16 tem noções de português; Aula da Comunidade Evangélica do Sítio (privativa), professor Otto Kern, mista, 40 alunos; Colégio Evangélico Boa Vista, professor Oscar Lange, misto, 66 alunos, dos quais somente 20 conhecem o idioma; Aula da Comunidade Evangélica Faxinal do Arroio Grande, professora Clementina Timm, 8 alunos, como está localizada numa região com poucos elementos germânicos, o ensino do português ocorre de forma normal, porém, está localizada numa região extremamente pobre; Aula da Comunidade Evangélica Monte Alegre, professor Carlos Guilherme Gass (suíço) 23 alunos, dos quais quase todos conhecem o português.

O autor destaca que “outro ponto conveniente esclarecer é o referente à água usada e ao sistema de defecação dos alunos. Esta é feita ao ar livre, no meio do campo ou das capoeiras existentes ao redor da aula. Em nenhuma escola há local próprio para este fim. A água é servida em um balde exposto ao pó e outras sujeiras, em um canto da aula, de onde todos os alunos se servem de uma caneca”, o que na visão do autor é uma “ameaça à saúde pública”, uma vez que, várias destas regiões, são frequentemente afetadas pelo “tifo e outras verminoses contagiosas”.

Ele cita ainda, que outro empecilho para a nacionalização da população germânica, seria a questão religiosa, uma vez que os “evangélicos fazem seus ensinamentos religiosos, sermões unicamente em alemão, e não querem traduzir os seus livros religiosos”.

O autor destaca ainda a necessidade de criar um grupo escolar na localidade da Boa Vista, considerada por ele, como uma das “mais importantes e povoadas zonas do município, centro da zona colonial e ponto de irradiação mental para toda colônia” e como sendo o local onde teriam ocorrido um “série de incidentes provocados pelo professor José Hofer, grande propagandista de ideias Nazistas neste município”.

O relatório é encerrado, pelo autor destacando que o trabalho foi feito percorrendo toda a região colonial com uma carroça, e que o mesmo teria sido prejudicado pelas chuvas.

O Acto nº 29 de 01 de agosto de 1938 da prefeitura Municipal, que traz o seguinte texto:

Considerando que da inspeção procedida em todas as escolas deste município, ficou apurado e plenamente provado que os professores, João Stifft, Alberto Geri, Guilherme Augusto Krüger, Maria Joaquina dos Santos Kneib, Otto Kern, Eleutéria Rodrigues da Silva, Albertina Durão Laroque, Germano Koppelman, Guilherme Schwalenberg, Paulo Schank, Cornelius Loges, Maria José Moreira, Leopoldo Matzeneuer, Otto Germano Kiechle, Erico Diitberner, Emilio Kuhn, Egard Halfen, Frederico Lewien, Frederico Decker, Henrique Franz, Alice Gomez Dias e Otto Lilge, uns por serem de nacionalidade estrangeira e outros por incompetência, não ministravam o ensino da língua pátria a seus alunos, assim não observavam as demais determinações regulamentares conforme se vê no relatório apresentado em 28/04/1938 pelo Inspetor Escolar do Município;

Considerando que a remuneração de 50\$000 mensais que lhes vinha sendo concedida a título de gratificação era justamente para que nas escolas que regem, fosse ministrado diariamente a seus alunos o ensino português e demais matérias elementares, o que não cumpriam;

Considerando que os professores em referência foram nomeados interinamente conforme contas no Acto nº 07 de 02/03/1936;
Considerando ainda que o critério de interinidade para as nomeações dos vinte e quatro professores constantes da Tabela 20 da Lei Orçamentária vigente, vem se mantendo desde aquela data;
Considerando finalmente que cumpre ao Prefeito zelar pelos dinheiros publicos municipais, de forma que sejam eles aplicados em proveitos da coletividade e dos interesses nacionais, a bem dos interesses publicos e da nacionalização do ensino neste município,
Resolve:
Exonerar os professores acima referidos, cuja exoneração deve ser contada desde o dia 01/05/1938.

Com a publicação deste Acto administrativo, percebemos os níveis extremos à que chegou a política nacionalista empreendida no município. Em 1936, conforme pode ser verificado, o município contava com 32 professores subvencionados, divididos nas várias escolas. Em 1938 são exonerados num único Acto, 22 destes profissionais.

Percebemos, com a análise dos Livros de Actos posteriores ao episódio, que não houve uma substituição imediata destes profissionais, o que representa uma grande retrocesso no sistema educacional do município, que em períodos anteriores havia se destacado pela importância que dedicava a este tema; para termos uma ideia, dois anos após esta exoneração, o município ainda contava somente com 11 profissionais responsáveis por reger aulas, tanto na cidade, quanto no interior⁴⁰².

Feitas estas considerações, damos por encerrado o subcapítulo que tem por objetivo falar sobre a temática da *Educação*.

⁴⁰² Conforme o decreto Lei nº 01 de 02/01/1940.

5.4 LAZER

A vantagem de ter péssima memória é divertir-se muitas vezes com as mesmas coisas boas como se fosse a primeira vez.
Friedrich Nietzsche

O presente subcapítulo se destina a falar sobre um aspecto que gozava de grande importância nas regiões estudadas, principalmente no que tange a sua grande diversidade, trata-se do eixo temático *Lazer*. Nas comunidades rurais que estudamos, dadas as grandes dificuldades a serem enfrentadas quando de sua criação, a esfera do trabalho era a principal preocupação de toda a população e deste modo as práticas de lazer eram bastante limitadas nos primeiros anos.

Mesmo com estas limitações, a população, principalmente aos finais de semana, gozava de momentos em que eram esquecidas as adversidades e eram praticadas celebrações, realizados torneios, concursos, ou simplesmente atividades solitárias no sentido de fruição.

Lazer, cujo sinônimo direto é a palavra ócio, está associado diretamente a todas as práticas que se encontram em oposição a qualquer tipo de atividade laboral, sendo também definido como aquele tempo livre de que dispõe uma pessoa. Feitas estas considerações, passemos a nos dedicar às diferentes práticas de lazer que estão representadas fotograficamente nos acervos por nós ora analisados.

No acervo do Museu da Imigração Pomerana, dentro da temática *Lazer*, temos uma série de subtemas que merecem destaque. O primeiro deles é a *Caçada*, representada em apenas um registro (03)170. No Museu Etnográfico da Colônia Maciel são dois os registros (01)020 e (01)021, já no Museu da Colônia Francesa não temos nenhum registro desta atividade.

As caçadas além de serem consideradas como um momento de fruição, de ócio, eram em alguns casos uma alternativa para conseguir uma outra variedade de alimentos ou também uma forma de defesa da propriedade, ou

seja, uma forma de defender as plantações e os animais domésticos de possíveis ataques.

Em seu relato, o senhor José Luis Portantiolo⁴⁰³ refere-se às caçadas, como sendo uma das únicas formas de diversão existentes no período. Segundo ele,

naquela época [décadas de 1940 e 1950] a diversão era pouca, se ia para as carreiras de cancha reta, pescava, caçava. Meu pai gostava muito de caçar perdizes e perdigão, ele atirava muito bem no voo (...).

Esta informação é confirmada pelo senhor Antonio Portantiolo⁴⁰⁴. Segundo ele, “*não tinha festa quase, então a gente vivia caçando*”, o que nos sugere que esta prática de lazer ocorria também por falta de outras opções.

A inexistência de uma legislação que regulava a posse de armamentos, fazia com que qualquer cidadão pudesse ter acesso a este tipo de artefato. Conforme nos relata o senhor Bruno Gehrke⁴⁰⁵, eram poucas as casas onde não se encontrava uma espingarda, que além de ser utilizada nas caçadas, eram também usada para garantir a segurança da família. Neste período, anúncios de armamentos eram bastante comuns na imprensa local⁴⁰⁶.

As caçadas podiam ser praticadas de forma solitária, ou grupal. Neste último caso era um momento de congregação com amigos e vizinhos. Num registro preservado no Museu Municipal de São Lourenço do Sul, temos um exemplo bastante interessante de um destes momentos, em que um grupo de oito indivíduos, posam junto ao automóvel, aos armamentos, cães e ao resultado da caçada. O registro, datado de 08 de agosto de 1931, retrata uma caçada de perdiz e tatus, da qual fez parte o senhor Ademar Landegraff.

⁴⁰³ Entrevista com José Luis Portantiolo, 2005.

⁴⁰⁴ Entrevista com Antonio Portantiolo, 2005.

⁴⁰⁵ Entrevista com Bruno Gehrke, 2014.

⁴⁰⁶ Reportagem no jornal Voz do Sul 25/12/1961, p. 04; periódico *Jornal* dias 01/04/1926, p.3 e 22/04/1926, p.2.



Figura 44: Caçada em São Lourenço do Sul.

Fonte: Arquivo Histórico de São Lourenço do Sul (nº inventário: 4948- 1194)

Conforme já exposto, as caçadas poderiam garantir para a família do caçador, a inclusão de novos e diversificados alimentos na mesa, uma vez que, em meados do século XX, a diversidade de animais apreciados pelos caçadores era bastante grande e não havia nenhum órgão que regulamentasse a matança destes animais.

Esta prática pode ser considerada uma grande aliada das famílias nas épocas em que existiam poucos recursos à disposição para a compra de alimentos e as colheitas não haviam sido muito produtivas. Eram a garantia de inclusão de carne no cardápio muitas vezes composto apenas por produtos cultivados na propriedade.

Interessante observar que um livro de receitas (PETERSEN, 1953) editado em Munique na Alemanha, e que faz parte do acervo pessoal da avó do autor, encontramos uma sessão inteiramente dedicada ao preparo de *Wildtiere*, ou seja, animais selvagens. Nele estão presentes, além das receitas, alguns conselhos de quais são as melhores caças, de qual a idade e sexo mais indicados. Dentre os animais citados estão cervos (*Hirsch*), corços (*Rehwild*), Javali (*Wildschwein*), lebres (*Hase*) além de aves silvestres (*Wildgeflügen*). Encontram-se receitas de patos selvagens (*Wildenten*), perdizes (*Rebhuhn*), faisão (*Fasan*) e narceja (*Schnepfen*).

A presença de um grande número de receitas que em seus ingredientes levam carne de animais selvagens, nos indica que era comum o consumo destes. Caçar poderia também ser considerada uma espécie de distinção social, tendo em vista os anúncios localizados na imprensa local, que buscam apenas dar conta de que determinado indivíduo pretende ou efetuou uma caçada⁴⁰⁷.

Outro aspecto que merece destaque é a presença e utilidade de cães nesta atividade. Estes eram utilizados para farejar e assim localizar as presas, ou para capturar as mesmas em caso de o tiro não ter sido certo e ocorrer uma fuga. No Manual do Caçador de toda a América Tropical, de 1860, que nos fornece um compêndio com uma série de dicas, restrições, habilidades que um bom caçador deve ter, temos referências ao uso de cães. Conforme este manual, não existiria nenhum ser de “mais utilidade ao caçador do que o fiel companheiro proverbial do homem, nas suas variadas espécies, designadas pelo nome genérico de cães de caça” (HUBERTO, 1860, p. 45). Em relação ao tipo de raça, o mesmo destaca os perdigueiros, pelo seu faro apurado e aconselha que o cão deve ser criado e educado deste filhote e não ter conhecido antes outro dono. O manual ensina qual o melhor tipo de cão a ser utilizado em caçadas, bem como indica como escolher este, ainda sendo um filhote e ainda dá orientações do tipo de alimentação e dos cuidados que se deve ter com um cão cuja função será auxiliar nas caçadas.

De acordo com Peter Burke, o uso de cães em retratos é algo bastante antigo (o autor assinala a utilização de cães de grande porte na arte italiana renascentista) e destaca que a sua função é a mesma desde o seu surgimento. Sempre associado à caça e desta forma à masculinidade aristocrática (BURKE, 2004, p.34), não esquecendo que o cão simboliza ainda a fidelidade.

Feitas estas considerações nos dedicaremos a analisar os três registros, classificados neste subtema. O registro (03)170 mostra um senhor de certa idade, com uma barba comprida, segurando um cachimbo na boca e vestindo calça, paletó e chapéu. Em uma das mãos segura uma ave de penugem clara. Ele está posando para foto em frente a uma série de arbustos e claramente exhibe o animal abatido como uma espécie de troféu. A autoria do registro foi atribuída ao fotógrafo Wilhelm Weingärtner.

⁴⁰⁷ Periódico *Jornal* 04/06/1931, p. 03; periódico *Jornal* 17/05/1928, p. 4.

Já o registro (01)020 vemos um homem usando um traje de coloração clara, levando na cintura um cinto do qual pende uma faca. Ele está posicionado em frente a um galpão. Seu braço direito apoia uma espingarda, e na mão esquerda segura uma ave, novamente a exemplo do que ocorreu na fotografia anteriormente analisada, o que é corroborado tanto pela posição do personagem, como a presença dos três elementos de maior destaque: a caça, a espingarda e o cão.

Por fim, temos o registro (01)021, no qual vemos um homem, com roupas claras e chapéu, trazendo à cintura um cinto com os cartuchos utilizados para recarregar a espingarda. Na mão direita traz a espingarda, com o cano voltado para cima. O cão da raça perdigueiro se faz novamente presente na fotografia. Ao fundo existe uma vegetação rasteira. Ou seja, aqui, mais uma vez, o retrato foi produzido no exato local onde a atividade da caça ocorria: longe da casa, perto das lavouras e dos matagais que circundavam as plantações, e onde comumente as presas ficavam escondidas.

As duas últimas fotografias analisadas fazem parte da coleção do Museu Etnográfico da Colônia Maciel e foram doadas ao museu pela senhora Elisabeth Portantiolo. O autor dos registros não pode ser identificado, mas observando uma série de aspectos nas mesmas, como a iluminação, enquadramento, foco, e observando outros exemplares da mesma coleção, inferimos que estas tenham sido produzidas provavelmente por algum membro da família.

Feitas estas considerações, destacamos que nesta temática são apenas três os exemplares existentes nas três coleções que analisamos, o que entretanto não deve ser interpretado no sentido de que atividade fosse pouco frequente ou incomum, uma vez que referências às mesmas são frequentes, como vimos, nos relatos orais. Entendemos que a sua pouca representatividade numérica pode ser um indicativo de que, devido ao fato de ocorrer com frequência bastante grande, não havia muito interesse em eternizar tal atividade através da produção de retratos, uma vez que a mesma era considerada corriqueira, banal.

Outra razão que pode ser apontada a essa pouca expressividade deste tipo de registro, envolvida o modo em que se procedia, uma vez que era necessária a ida ao mato, e numa época em que ainda poucos possuíam máquinas fotográficas próprias, leva a diminuição de ocorrência de fotos com

este tema, pois dependiam de os próprios caçadores se interessarem em levar a câmera e de disporem de uma.

Deste modo, dedicar-nos-emos a uma outra forma de lazer que são os *Corais*. No Museu da Imigração Pomerana, temos quatro registros desta natureza⁴⁰⁸. No Museu da Colônia Maciel, um registro⁴⁰⁹, ao passo que no Museu da Colônia Francesa não temos nenhum registro desta natureza.

Em nossos estudos, percebemos que a presença de Sociedade Filarmônicas, Grupos de Corais e Concursos eram bastante comuns e frequentes entre os imigrantes e descendentes de origem alemã, enquanto entre os franceses e italianos, esta prática não era tão comum.

Para termos ideia, em São Lourenço do Sul, realiza-se anualmente a Festa dos Cantores, que em 2018 esteve em sua 86ª edição, com a participação de seis Sociedades Musicais⁴¹⁰, que competem entre si nas categorias de Canto Livre e Canto Oficial, sendo a primeira de grupos mistos e a segunda composta apenas por indivíduos do sexo masculino.

O número de grupos que se dedicam a este tema teve uma grande redução ao longo dos anos. O maior impacto que ocorreu neste setor foi o processo de nacionalização, quando as atividades de algumas sociedades foram suspensas e estas tiveram que trocar seus nomes, que eram em alemão. Após este episódio, muitas não voltaram mais a entrar em atividade.

Já na Colônia Maciel, temos notícia de um único coral que teria existido em princípios do século XX com a participação dos representantes dos primeiros imigrantes chegados à região.

A atividade coral, além de congregar parte da população local, era uma forma de manter vivos aspectos culturais dos imigrantes. Grande parte das canções entoadas eram nas suas línguas maternas e a participação nestes fazia com que os indivíduos mantivessem viva a sua identificação étnica.

Sua atuação ocorria em grande parte em eventos de cunho religioso. As apresentações ocorriam em festas, concursos, e no caso de São Lourenço do Sul, nos enterros. Cada vez que um membro de uma comunidade, que era sócio

⁴⁰⁸ (03)171, (03)172, (03)173 e (03)174.

⁴⁰⁹ (01)022).

⁴¹⁰ Sociedade Carlos Gomes, Sociedade Boa Esperança, Sociedade Picada Moinhos, Sociedade Filarmônica Estrela, Sociedade Filarmônica 3 de Maio e Coral Orfeônico Feliz.

de uma destas sociedades musicais falecia, o grupo de cantores entoava alguns hinos em sua homenagem. Tal aspecto, conforme observação empreendida em São Lourenço do Sul⁴¹¹, ocorre ainda nos dias atuais, sem grandes modificações. Alguns dos hinos entoados são feitos inclusive em língua alemã.

Como dito, os corais poderiam ser mistos, ou seja, poderia ocorrer a participação tanto de homens quanto de mulheres, mas poderiam também ser formados somente por integrantes do sexo masculino. A formação do tipo de coral depende de cada sociedade, de cada filarmônica.

Já na Colônia Maciel, atualmente, existe apenas um pequeno grupo que atua na entoação de cantos durante os cultos na Igreja local, mas que não chega a formar um coral propriamente dito, uma vez que não há uma regularidade nos ensaios, nem um maestro que seja o responsável pela regência do grupo.

No Museu da Imigração Pomerana, a fotografia de número (03)171 é o registro de um coral misto com 19 integrantes, sendo 10 do sexo feminino e 9 do masculino. O maestro encontra-se sentado. Não temos a identificação do coral, nem do fotógrafo. A datação pode ser localizada nos princípios do século XX. Já os registros (03)172 e (03)173 são mais recentes, provavelmente da década de 1960, conforme registro feito na capa do álbum que armazenava os mesmos. Tratam-se de dois corais mistos da comunidade de Bom Jesus. Os registros foram feitos no interior do templo religioso e neles aparece o órgão, que hoje faz parte do acervo do Museu da Imigração Pomerana. No primeiro dos registros, os 17 integrantes seguram as partituras, destes 9 são mulheres e 8 são homens. O maestro encontra-se posicionado ao lado do órgão, mesma posição que o mesmo personagem da fotografia (03)173 se encontra. Neste registro temos 7 integrantes do sexo masculino e 9 do sexo feminino. Não temos a identificação da autoria das fotografias. Os trajes usados pelas personagens são trajes cotidianos, não notando-se uma grande preocupação com o item vestimenta.

Temos ainda o registro (03)174 no qual vemos 18 indivíduos do sexo masculino, todos com terno e gravata. Alguns encontram-se sentados, outros estão em pé. Temos identificada a presença de apenas um indivíduo, o senhor Carl Neugebauer. Ao fundo vem estendida uma bandeira do Brasil e a bandeira

⁴¹¹ Descrição deste evento consta do Diário de Campo do referido autor.

do coral. Trata-se do “Gesang Verein Germânia” de Bom Jesus, conforme indicado na placa em frente ao grupo. O registro é do início do século XX, e a autoria não está identificada.

Por fim, temos o registro (01)022 no qual vemos o coral com os representantes dos primeiros imigrantes que chegaram à Colônia Maciel no século XIX. Conforme relatos, a fotografia teria sido produzida por ocasião de uma festividade, na qual o grupo teria se apresentado. Todos os indivíduos estão identificados. Trajam calças e paletós, que apesar de apresentarem uma certa rusticidade, demonstram um certo esmero na vestimenta, ou seja, não eram as mesmas roupas que este utilizavam para trabalhar na lavoura.

Fábio Vergara Cerqueira, Luciana Peixoto e Cristiano Gehrke colocam esta fotografia simboliza a unidade e identidade étnica do grupo, uma vez que eram todos imigrantes vindos da Itália e fundadores da colônia. (CERQUEIRA, et al., 2009).

Feitas estas considerações vale fazer alguns apontamentos que julgamos pertinentes. Como já foi dito, a presença de corais era mais comum na colônia de São Lourenço do que nas duas outras analisadas. Isso pode ser comprovado tanto pelo número de registros fotográficos preservados, como na consulta a outras fontes, inclusive na análise dos relatos orais, que dão conta da expressiva regularidade em que apareciam naquela colônia. Além disso, em praticamente nenhum dos relatos analisados temos referências à presença de corais na Colônia Maciel ou na Colônia Francesa.

Motivações para tal aspecto não são conclusivas, uma vez que teríamos que fazer um estudo mais aprofundado sobre o tema, o que fugiria aos objetivos da presente tese, mas podemos inferir que, conforme vimos, a questão educacional pode ter influenciado, uma vez que na grande maioria dos casos, para poder cantar, é necessário que o cantor saiba ler, para que possa fazer o acompanhamento da letra da música, da partitura. Como vimos, no subcapítulo anterior, a existência de escolas e a frequência a estes estabelecimentos não era tão expressiva na Colônia Maciel e na Colônia Francesa, como na Colônia São Lourenço.

Outro aspecto que merece menção é a questão da preservação da identidade étnica, que nesta última vemos mais forte do que nas outras, o que pode ter uma relação direta com a manutenção destes corais e sociedades

filarmônicas, ou quem sabe, os corais e as sociedades filarmônicas sejam um dos responsáveis por essa preservação.

Feitas estas considerações, passaremos a nos dedicar a um outro subtema, ainda dentro da temática *Lazer* que são as *Bandas*.

As bandas eram um tipo e formação musical cujo objetivo era a animação de eventos em geral, tais como festas de casamento, confirmação/comunhão, bailes entre outros. Geralmente compostas apenas por indivíduos do sexo masculino, não possuíam entre seus integrantes vocalistas, ou seja, todos eram responsáveis pelo toque de algum tipo de instrumento.

As bandas existentes na região, conforme relatos eram sempre pequenas, compostas apenas por 4 ou 5 integrantes e sua formação ocorria por afinidade dos integrantes.

Este subtema está presente apenas entre as fotografias que fazem parte da coleção do Museu da Imigração Pomerana. Tratam-se de quatro registros desta natureza. O primeiro deles (03)175 é uma banda composta por quatro indivíduos, dois deles empunham um violino, um bandoneón e o último um sousafone. Os quatro estão sentados, estão trajados com terno e gravata. A fotografia é de autoria de Heinrich Feddern, o que nos indica que o registro foi captado entre as décadas de 1910 e 1930.

Já as fotografias (03)176, (03)177, (03)178 foram produzidas durante a apresentação dos mesmos em algum tipo de evento, cuja identificação não foi possível efetuar. Enquanto os registros (03)176 e (03)177 retratam bandas pequenas, provavelmente animando algum casamento ou festa do gênero, a fotografia (03)178 retrata uma banda militar, devido ao uniforme usado pelos integrantes da mesma. Os três registros são atribuídos à Wilhelm Weingärtner e estão localizados cronologicamente entre meados do século XX. Não existe qualquer tipo de identificação acerca de nenhum dos registros.

Feitas estas considerações, vale apontar que a inexistência de registros desta natureza nos acervos fotográficos tanto do Museu da Colônia Maciel quanto no do Museu da Colônia Francesa, não indica que nestas regiões não ocorriam apresentações de bandas; pelo contrário, o senhor Udo Weber⁴¹² atesta que todos os bailes da região eram animados por pequenas bandas, e

⁴¹² Entrevista com Udo Weber, 2005.

que inclusive existiriam algumas na região. A própria existência de um violino no acervo do Museu da Colônia Maciel pode atestar que este tenha sido utilizado em algum grupo musical, mas do qual não ficou nenhum tipo de registro.

Em seguida, nos dedicaremos a falar sobre uma prática de lazer que foi, e ainda continua sendo, bastante comum nas três regiões estudadas, o *Futebol*.

A realização de torneios era bastante frequente e a produção de registros fotográficos quase que obrigatória. No Museu da Imigração Pomerana temos os registros (03)179, (03)180, (03)181 e (03)182.

Banhos em rios, arroios, lagos ou praias era uma outra forma de lazer bastante praticada, porém existem nas coleções analisadas apenas registros deste gênero no Museu da Imigração Pomerana. (03)183, (03)184 (03)185, (03)186, (03)187, (03)188, (03)189, (03)190, (03)191, (03)192, (03)193, (03)194... o que chama a atenção é que os registros são todos espontâneos, ou seja, não são feitas poses. Percebemos que os banhos ocorriam com os banhistas não fazendo uso de nenhum tipo de vestimenta.

Na sequência, faremos a análise de um outro subtema, cuja representação fotográfica somente pode ser encontrada no Museu da Imigração Pomerana. Trata-se das pencas e é ilustrado através do registro (03)197. Um poema de Bernardo Taveira Júnior serve como elemento introdutório à próxima prática de lazer analisada em nosso estudo. Tratam-se das chamadas pencas:

De longe e de perto, do campo e cidade,
Desfila, vem gente, vem povo às carreiras;
Alegres vem todos: uns montam cavalos,
São outros puxados em rodas ligeiras.

Ao sítio marcado, na cancha escolhida,
Já chegam qual onda sobr'onda espumosa;
Se agrupam, conversam, discutem, apostam;
Não há quem os vença na férvida prosa.

O dia é festivo. Com traje vistoso
As moças do pago também vêm a festa;
Ornadas de flores e fitas e risos,
Nenhuma só delas tristezas atesta.

E a festa é de encantos! Os guapos rapazes
Folheiros governam bizarros cavalos;
Meneiam chicotes de lindo feitio,
Que às vezes nos ares desprendem estalos.

Segundo os haveres, o gosto, o capricho,
Envergam a roupa mais bela e decente,
Um pala vistoso, chapéu meio ao lado

Com seu barbicacho, do queixo pendente.

Nos pés lhe tintinam custosas chilenas
De prata batida com arte lavrada;
Por trás ou na frente, segura a guaiaca
Destaca-se a faca chibante, embainhada.

(...)

Carreiras!...Meninos e moços e velhos,
Não perdem tal festa, não perdem carreiras!
E a par das apostas pequenas ou grandes,
Apostam-se olhadas às moças faceiras.

(...)

Bernardo Taveira Júnior (1886)

O poema de Bernardo Taveira Júnior, publicado em 1886, trata das corridas de cavalos, carreiras ou pencas como também eram conhecidas, e são um ótimo exemplo de uma prática oficialmente reconhecida como sendo parte integrante do patrimônio imaterial da região⁴¹³. Sua origem é decorrente das trocas culturais que ocorreram entre os diferentes imigrantes e a população nativa da região.

A origem desta prática esportiva estaria na Inglaterra por volta do século XVII. No continente sul-americano, estaria ligada às camperiadas, nas quais os peões oriundos de diferentes estâncias faziam apostas entre si, com o objetivo de identificar o animal mais veloz (TAU GOLIN, 1999). Em virtude destas apostas, teriam surgido as primeiras corridas de cavalo em cancha reta.

De acordo com o relato de Emeric Essex Vidal (1820), oficial da marinha britânica que esteve em Buenos Aires e Montevideo em 1816, e realizou uma série de aquarelas e mais tarde as publicou em um livro publicado alguns anos depois, “as corridas de cavalo são a diversão favorita para as pessoas de Buenos Aires”. Apesar disso, “não há cavalos treinados para corridas, nem há qualquer atenção para a raça, com vista a esse objetivo”⁴¹⁴. O fato de o autor fazer este comentário, se dá em razão da grande popularidade que tal modalidade esportiva tinha na Europa, sendo considerado uma prática de elite, na qual eram

⁴¹³ Lei 223/2012 que declara como bem integrante do patrimônio histórico e cultural do estado do Rio Grande do Sul as carreiras de cavalos em cancha reta.

⁴¹⁴Conforme tradução do autor: “Horse Racing is the favorite diversion of the people of Buenos Aires. There are no horses trained for racing, nor is any attention paid to the breed with a view to that object”.

empregadas grandes somas de dinheiro, muitas vezes no cruzamento de animais.

Emeric Essex Vidal se refere a uma pessoa da “lowest class”, que seria conhecida aqui como “peão”, ou “o trabalhador” que seria um ginete. E destaca algo que para ele é extraordinário, que é o fato de até mesmo os “mendigos cavalgarem”, coisa que na Inglaterra era impossível de se ver, pois a prática era considerada de elite.

Em seu livro, Vidal explica quais os acessórios que eram ou não utilizados nas carreiras:

Eles andam sem sela, chicote, ou espoas, têm apenas um arreio sem freio; e, assim, o espírito e a velocidade dos animais tem fair play. Parece que não há proporção de peso ou idade do cavalo, nem qualquer atenção é dada para a equalização dos pesos dos jóqueis; é suficiente, se não houver qualquer desproporção notável. Grandes somas de dinheiro, no entanto, são muitas vezes apostadas nesses jogos (p.113)⁴¹⁵.

O autor em seu ensaio apresenta uma aquarela (Figura 45) de tais corridas e faz uma descrição minuciosa da imagem. Ele inicia oferecendo a localização espacial do local onde era realizada a corrida. Trata-se de uma corrida na praia, ao norte da cidade de Buenos Aires. Ele destaca que os personagens que aparecem são os espectadores habituais, que em geral são bastante numerosos.

⁴¹⁵Conforme tradução do autor: “They ride without saddle, whip, or spur, having only a bridle without a bit; and thus the spirit and speed of the animals have fair play. It does not appear that the proportion of weight to the age of the horse is at all considered, or that any attention is paid to the equalization of the weights of the riders; it is enough if there is not any remarkable disproportion. Great sums of money, however, are often staked on these matches”.



Figura 45: The Horse Race.

Fonte: VIDAL, Emeric Essex. Picturesque illustrations of Buenos Ayres and Monte Video (1820), p.111.

Tal modalidade esportiva, embora bastante associada à população nativa do Rio Grande do Sul, teve uma grande difusão nas colônias de imigrantes instaladas na Serra dos Tapes. Relatos de suas práticas estão presentes em um número bastante grande de relatos.

O poema “Carreiras” de Bernardo Taveira Júnior, escrito em 1886 e publicado no livro *Provincianas*⁴¹⁶, nos oferece uma série de elementos para que possamos entender melhor tais eventos que se destacaram nas regiões coloniais de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul.

O autor inicia o poema se referindo ao grande público que afluía a tais eventos, oriundos de toda a região, vindos montados em cavalos ou em carroças.

Pelo fato de serem grandes aglomerações de público, conforme o poema de Taveira, poderiam ocorrer conversas, discussões. Mas o dia era festivo, e as pessoas ao se dirigirem a tal evento, colocavam suas melhores roupas: os homens com seus palas, chapéus, suas botas, e as mulheres, ricamente adornadas com fitas e flores nos cabelos. No local ocorriam os flertes que

⁴¹⁶Para o presente estudo, foi utilizado o livro organizado por Regina Zilberman publicado em 1886, cuja cópia foi gentilmente cedida ao autor por Mariana Couto.

futuramente terminariam em casamento, conforme o relato da senhora Irene Scaglione, que diz que conheceu seu marido em uma carreira de cancha reta.

O autor cita ainda as apostas, que podiam ser grandes ou pequenas. E é dada uma ênfase também na alegria que contagiava o grande público que participava destes eventos.

De acordo com o senhor Bruno Gehrke, em seu depoimento, as carreiras eram realizadas sempre aos domingos e em casos de haver uma quantidade grande de cavalos inscritos, poderia se estender até a segunda-feira, sendo na parte da tarde o desempate, que seria a grande final, mas era raro que isso ocorresse. Geralmente o evento tinha início no domingo pela manhã com os remates, quando eram feitas as apostas nos cavalos e se encerrava no final do dia, com a disputa dos cavalos.

As disputas poderiam ocorrer entre dois, três ou mais cavalos. A chegada era comandada por quatro juízes, escolhidos por cada proprietário de cavalo e o *juiz da carreira*, ou seja, aquele que dava a largada. Este juiz determinava quem havia ganhado e com qual distância: cabeça, pescoço, paleta, ou mesmo por *luz* (quando o cavalo passava um corpo inteiro na frente). Essas medidas eram todas controladas por balizas exatamente posicionadas para que o juiz visualizasse o vencedor e, ao mesmo tempo, a distância que apresentava dos demais (KILPP, 2008, p.).

De acordo com Ester Liberato Pereira (2010, p.660), um problema que ocorria com certa frequência nas carreiras era o fato de muitas apostas serem feitas “de boca”, isto é, sem registros formais. “Por esse motivo, quando sucedia qualquer confusão na chegada da corrida, o ambiente se tornava tenso e perigoso, com brigas violentas envolvendo inclusive o uso de facões”. Em relação à violência perpetrada em eventos deste tipo, trazemos novamente o relato de Vidal (1820, p.115):

Todos estes estão armados com uma faca longa, que é transportada em uma bainha em seu cinto, ou preso à perna na sua bota, e que é desbainhado na menor provocação. Em suas disputas, no entanto, eles não buscam, em geral, a vida de seu oponente, mas sim cortar um ao outro até o sangue aparecer, quando se considera o direito de desistir. Assassinatos, no entanto, ocorrem com frequência, o que fez com que o presente congresso aprovasse uma lei, sabiamente proibindo o porte de uma faca ou qualquer outra arma depois do por do sol⁴¹⁷.

⁴¹⁷Conforme tradução do autor: “All these are armed with a long knife, which is carried in a sheath in their sash, or stuck into the leg fo their boot, and which is draw on the slightest provocation. In their squabbles, however, they seek not in general the life of their opponent, but cut at one another till blood appears, when it is considered right to desist. Murders, nevertheless, so frequently

Percebemos que os casos de violência não eram exclusividade das carreiras no sul do Rio Grande do Sul. No relato do senhor Bruno Gehrke, esta violência decorria principalmente do consumo de bebidas alcoólicas, que potencializava a competitividade e a agressividade das pessoas.

Em relação ao consumo exagerado de bebidas alcólicas, confirmando essa fala do senhor Bruno Gehrke, temos a reportagem do *Jornal* de 24 de maio de 1928 (ano nº p. 4), na qual o “senhor Carlos Kems que tinha tomado parte numa carreira (sic), achando-se um pouco alcoolizado, errou o caminho para a sua residência, e embrenhando-se na roça de um seu visinho, caiu numa sanga” após três dias desaparecido a família do senhor Carlos “foi até a alludida sanga encontrar o cadáver deste”.

Destarte, era necessária a presença de policiamento nos locais de realização destes eventos e pode ser esta a explicação do trecho veiculado em reportagem do *Jornal* de 12 de fevereiro de 1931 (ano nº, p.04), que afirma que a “carreira decorreu na melhor ordem, não havendo o menor incidente”, o que nos leva a acreditar que brigas e desentendimentos seriam de certa forma, frequentes, para a pequena nota merecer este tipo de observação.

No entanto, não foi encontrado nos jornais pesquisados nenhum registro que narrasse alguma destas brigas ou desentendimentos, ocorridos em algum destes eventos. Embora não tenhamos feito uma averiguação exaustiva de tal aspecto, porque fugiria muito do objetivo deste trabalho.

Questionada sobre a frequência da realização destes eventos, Magali Jeske, em seu depoimento é taxativa, ao afirmar que “ocorriam quando as pessoas tinham dinheiro”. Estes eventos, conforme pode ser observado nas falas dos nossos entrevistados, congregavam uma grande parcela da população. O senhor Bruno Gehrke traz uma informação interessante, ele relembra que nas pencas em que o mesmo teria ido, em meados da década de 1940, quando a campanha nacionalista estava a todo vapor, as mulheres, principalmente as mais idosas, que não sabiam se comunicar em outro idioma a não ser o alemão ou o dialeto, ficavam sentadas nas carroças, evitando contato com outras pessoas,

ensue, that the present congress has passed a law, wisely prohibiting the carrying of a knife or any other weapon after sunset”.

com o objetivo de furtar-se de se falar em alemão e serem repreendidas pelas autoridades policiais que se faziam presentes nestes eventos. Além de autoridades policiais, existiam muitos delatores, que ao sinal de qualquer infração, comunicavam os policiais.

Paralelo a estes eventos, podemos citar a realização dos tradicionais jogos de osso e a gastronomia oferecida, que tinham grande destaque. De acordo com o senhor Bruno Gehrke em seu relato, havia barracas onde se comercializava basicamente dois produtos,: “*crinhals*” e “*carei schututta*”, que eram biscoitos, em forma de rosquinhas e pães doces. Conforme afirma Magali Jeske na sua entrevista, os dias em que ocorriam as carreiras eram os únicos em que eles podiam comer tais produtos.

As bebidas que existiam, conforme relembram os entrevistados, eram basicamente uma espécie de vinho de laranja e o capilé, uma espécie de suco, que era mesclado com água e que possuía uma coloração avermelhada.

As carreiras movimentavam quantias razoáveis de dinheiro. Esta movimentação de altas cifras se explicava basicamente pelos investimentos que eram feitos nos animais. Ana Kunde, em seu depoimento lembra que seu marido, o senhor Arno Kunde, era “fissurado” por carreiras. Ele tinha inclusive um cavalo que participava de algumas pencas.

Existiam diversas modalidades de pencas. Estas poderiam ser entre “cavalos carroceiros” como eram conhecidos os cavalos.... Havia também as pencas entre os “matungos”, que são, conforme veiculado na reportagem do dia 07 de novembro de 1936 no *Jornal* (ano 13, nº16, p.4),” cavalos de terceira categoria, muito bem cuidadinhos”. Havia também a penca de potrancos, onde estes “deverão ser filhos de reproductores deste município, correndo com peso relativo a idade e grão de sangue inglez. Este pareo foi instituído como incentivo aos criadores de potrancos de corrida, para deste modo reputarem melhor seus reproductores”⁴¹⁸, mas havia também o “puro sangue”⁴¹⁹.

Os anúncios publicados nos periódicos eram carregados de expressões que visavam a atrair o maior público possível. Como por exemplo, o anúncio do dia 15 de agosto de 1936, publicado no *Jornal* (ano 12, nº 8, p.7), que trazia a

⁴¹⁸ *Jornal* 20/05/1926, ano II, nº6, p. 4.

⁴¹⁹ *Jornal* 02/09/1926, ano II, nº20, p.3.

seguinte manchete: “Grande carreira onde poderão e deverão comparecer os apaixonados deste esporte genuinamente Rio Grandense”. Era frequente aparecer o termo “as maiores carreiras já vistas no município”. Em 21 de maio de 1949, no *Jornal Voz do Sul* (ano 6, nº 10, p.6), é anunciado que “uma grande multidão calculada em 2.500 pessoas assistiram às pencas no último domingo na cancha de Franz Fröming”.

O tamanho das canchas podia variar. O mais comum a aparecer nos anúncios eram as canchas de 350m. Mas existiam as canchas de 400, 500, 750 e 1000m, conforme verificado nas peças publicitárias analisadas.

Atualmente, de acordo com o Projeto de Lei nº010/2014, de autoria do vereador Raul Lourenço Soares Crespo, declaram-se como “bem integrante do patrimônio histórico e cultural do município de São Lourenço do Sul as carreiras de cavalos em cancha reta”. A lei entrou em vigor no dia 21 de março de 2014, tendo sido aprovada por unanimidade pela câmara legislativa deste município.

Observando o referido projeto de lei, percebemos que a justificativa utilizada pelo vereador lourenciano é uma cópia, no sentido fiel do termo, da lei estadual nº 14.459 de 15 de janeiro de 2014, de autoria do deputado estadual Edegar Pretto, baseada no projeto de lei 223/2012, que “declara como bem integrante do patrimônio histórico e cultural do estado do Rio Grande do Sul as carreiras de cavalos em cancha reta”.

Dentre as justificativas para a elevação das carreiras à categoria de bem integrante do Patrimônio Histórico e Cultural do estado, está citado que as “carreiras de cancha reta se enquadram como uma manifestação cultural, que é confirmada e legitimada pela história da formação do povo gaúcho”.

A justificativa traz ainda uma menção à gastronomia típica destes eventos, onde o chamado “pastel de carreira” teria o maior destaque, tendo inclusive, segundo o projeto de lei, dado origem a um termo bastante praticado nas regiões da campanha do estado do Rio Grande do Sul, onde quando um produto teria uma grande aceitação e uma conseqüente comercialização, fala-se que o mesmo “vendeu mais que pastel em carreira”.

Nos periódicos *Jornal* e *Voz do Sul* existia uma coluna fixa destinada às notícias relativas às carreiras realizadas no município de São Lourenço do Sul. O fato de existir esta coluna por si só já demonstra a grande popularidade que estes eventos possuíam, uma vez que se fazia necessária à veiculação das

notícias relativas à sua realização. Além disso, percebemos que tais eventos eram realizados com uma frequência bastante grande, praticamente em todos os finais de semana.

Através destes anúncios, foi possível fazer um mapeamento do número aproximado de canchas de carreiras localizadas no município de São Lourenço do Sul. Foram identificadas entre os anos de 1926 e 1956, 36 canchas diferentes⁴²⁰.

Ainda no Museu da Imigração Pomerana, temos dois registros, (03)195 e (03)196, que se referem à pesca. Além de uma prática de lazer, esta poderia ser considerada também uma ocupação e uma forma de obtenção de alimento e mesmo uma profissão, nas comunidades ribeirinhas, o que não é o caso dos grupos por nós estudados. Em ambas as fotografias vemos um mesmo personagem, mexendo com suas redes de pesca. Na segunda fotografia podemos ver o barco utilizado na pescaria, bem como alguns dos peixes que foram capturados.

Claramente estas fotografias não foram tiradas na zona colonial de São Lourenço, pelo simples fato de não existir naquela localidade um rio destas proporções. Por serem fotografias com autoria atribuída a Wilhelm Weingärtner,

⁴²⁰ Dentre as canchas onde eram realizados tais eventos, podemos citar a cancha de Ernesto Hüttner, que ficaria em Picada Pinheiros (*Jornal* 15/04/1926), o Prado Coronel Américo no Passo dos Baios (*Jornal* 02/07/1931), a Cancha dos Orelhanos (*Jornal* 02/09/1926), o Prado de São Lourenço (*Jornal* 05/01/1928), a Cancha da Rondinha (*Jornal* 05/05/1928), a Cancha de Santa Isabel (*Jornal* 06/05/1926), a Cancha da Camponesa (*Jornal* 18/06/1955), a Cancha Capão da Marca (*Jornal* 24/11/1927), a Cancha de Oscar Martins (*Jornal* 13/06/1936), a Cancha do Banhado Grande (*Jornal* 07/12/1933), a Cancha de Correntes (*Jornal* 12/01/1928), o Prado Konflanz (*Jornal* 14/12/1933), a Cancha da Pacheca de Pedro Sanguiné (*Jornal* 05/02/1936), o Prado Coronel Américo Ferreira (*Jornal* 18/06/1931), a Cancha Rondinha no 1º Distrito (*Jornal* 26/09/1936) a Cancha Sarandi no 1º Distrito, próximo da casa comercial de Oscar Martins (*Jornal* 23/05/1936), a Cancha de Augusto Göcks na Harmonia (*Voz do Sul* 06/11/1954), a Cancha de Paulo Peglow em Pinheiros (*Voz do Sul* 05/10/1957), a Cancha de Willy Krüger na Figueira Branca (*Voz do Sul* 06/10/1956), a Cancha de Carlos Westendorf na Picada Quevedos (*Voz do Sul* 01/07/1950), a Cancha de Reinaldo Härtter em Arroio Grande (*Voz do Sul* 03/03/1956), a Cancha da Boa Vista (*Voz do Sul* 03/03/1956), a Cancha de Oscar Dieckmann (*Jornal* 13/06/1936), a Cancha de Aldredo Timm no Parador (Picada Esperança), 3º Distrito (*Voz do Sul* 03/03/1956), a Cancha de Emilio Heiddman (*Voz do Sul* 07/01/1950), a Cancha de Ervino Hartwig na Harmonia (*Voz do Sul* 08/08/1959), a Cancha de Carlos Dröse (*Voz do Sul* 11/03/1950), a Cancha do Germano Krüger na Boa Vista (*Voz do Sul* 11/09/1948), a Cancha da Camponesa (*Voz do Sul* 11/09/1948), a Cancha Costa Alegre (*Voz do Sul* 18/02/1955), a Cancha Jockey Clube do Banhado Grande (*Voz do Sul* 15/10/1949), a Cancha do Rincão (*Voz do Sul* 18/11/1950), a Cancha de Franz Fröming (*Voz do Sul* 21/05/1949), a Cancha de Francisco Fröming (*Voz do Sul* 30/07/1949), a Cancha de Alberto Pommerening em Picada Pinheiros (*Voz do Sul* 26/11/1949).

acreditamos que as mesmas tenham sido produzidas durante uma de suas viagens.

No entanto, sabemos por meio da análise dos relatos orais, que a prática de pesca era bastante comum, principalmente aos finais de semana e era um dos esportes preferidos das crianças.

A senhora Elda Ebel em seu relato, comenta que as pescarias eram um dos passatempos preferidos das crianças. Ela recorda que quando era pequena, ia com seus irmãos até a casa dos seus tios, o senhor Arthur Jeske, e na companhia dos primos iam até o riacho que ficava nas proximidades da casa e ficavam pescando, sendo que algumas vezes assavam os peixes, ali mesmo, ao lado do rio. Exemplares fotográficos deste gênero foram encontrados somente no Museu da Imigração Pomerana.

As próximas fotografias analisadas fazem todas parte do acervo do Museu da Imigração Pomerana e exemplares similares não puderam ser localizados nas coleções dos outros dois museus.

Na fotografia (03)198, podemos visualizar um acampamento, no qual estão dois homens, sendo que um deles está acendendo uma fogueira. Não temos relatos em nossas entrevistas e mesmo nas outras fontes analisadas da realização de acampamentos.

Nas fotografias (03)199 (03)200, podemos ver os tradicionais passeios em regiões rurais. Enquanto na primeira fotografia vemos um grupo atravessando uma comprida ponte, na segunda vemos um trio em meio a uma mata. Já nas fotografias (03)201 e (03)202 temos exemplares clássicos dos passeios em centros urbanos, ou o tradicional *footing*, como era chamado. Não sabemos se os personagens retratados eram moradores da colônia, ou parentes que viviam nas cidades. Caso se tratassem de pessoas que residiam no interior, desfaz-se o mito de que os colonos viviam completamente isolados, numa espécie de gueto.

No registro (03)203 é possível ver uma grande fogueira sendo queimada. A fotografia é noturna, não é possível distinguir muitas coisas, uma vez que a luminosidade das chamas ofuscou as coisas que existiam ao redor. É possível apenas distinguir algumas pessoas, reunidas ao redor da mesma. A queima de fogueiras geralmente acontecia nos meses de junho, junta das comemorações

das chamadas festas juninas. Sua queima, conforme pôde ser averiguado, podia estar associada à crença de ser uma forma de espantar os maus espíritos.

Na sequência, temos um grupo de quatro fotografias: (03)204, (03)205, (03)206, (03)207 e (03)208, nas quais estão registrados eventos que contavam com a realização de churrascos, cuja datação não pode ser precisada. A preparação do tradicional churrasco gaúcho é o foco principal dos registros. O seu preparo de forma bastante rudimentar, com a abertura de uma valeta no chão, onde ficavam as brasas e, por cima, apoiados em uma madeira, os espetos com a carne, como vemos nos dois primeiros registros. Já no terceiro registro, vemos um indivíduo acendendo o fogo e algumas pessoas em sua volta. No quarto registro é possível ver uma mesa improvisada, ou seja, são dois troncos, sobre os quais estão algumas tábuas e sobre estas estão garrafas de bebida e, é claro, o churrasco sendo consumido pelo grande grupo que redor desta. A última fotografia deste grupo mostra três cordeiros sendo assados inteiros em um braseiro montado próximo ao local onde estão as estacas em forma de cruz, que sustentam os animais.

Mesmo que fotografias registrando o consumo ou o preparo do churrasco sejam uma exclusividade do Museu da Imigração Pomerana, sabemos, por meio dos relatos, que a sua utilização teve e ainda tem, nos dias atuais, um largo emprego em toda a região estudada. Não há festividade ou comemoração na qual não seja servido o churrasco. Mais um costume, do mesmo modo que as pencas, era o hábito de se tomar chimarrão, que foi uma tradição local absorvida pelos imigrantes e seus descendentes, de forma a quase se tornar algo genuinamente tradicional destes grupos.

Em seguida, temos os registros que se referem às chamadas *Paradas Cívicas*. Estes eventos, que já ocorriam de forma bastante irregular antes da década de 1930, passaram a ser mais regulares, mais organizados, mais protocolares. Com a campanha de nacionalização do governo de Getúlio Vargas, todas as escolas, fossem elas municipais, estaduais ou particulares deveriam participar destas festividades, que também eram conhecidas como Desfiles de Sete e Setembro.

Sua representatividade numérica é impressionante. Existem registros nas três instituições. Para termos uma ideia de como funcionavam, basta que analisemos um documento preservado na prefeitura de São Lourenço do Sul, e

encaminhado para todas as escolas do município, em 19 de agosto de 1939, pela diretoria de instrução da Prefeitura Municipal que continha um programa com as orientações de como deveriam ser conduzidas as comemorações da semana da Pátria⁴²¹.

A análise do referido documento é importante no sentido de que estes eventos gozavam de grande importância nas regiões estudadas, principalmente pelo seu caráter de obrigatoriedade. A realização de uma série de atividades alusivas à Semana da Pátria foi implantada no sentido de promover o conhecimento das causas e símbolos nacionais e gerar uma identificação da população com tais eventos. Neste sentido, faremos a transcrição do conteúdo do respectivo documento. Nele estão listados cada um dos dias e as atividades que deveriam ser desenvolvidas.

“01/09 – as 8h30m, início das comemorações, hasteamento da Bandeira Nacional e vocalização do Hino Nacional pelos alunos. Esta cerimônia deve ser precedida de uma rápida alocução, pela diretora do estabelecimento, ou professora para tal fim designada, com o fim de motivar as crianças para as atividades da semana da Pátria.

Desfile de todos os alunos, no pátio da escola, com saudação ao Pavilhão Nacional, recolhendo-se as crianças às suas respectivas aulas. Início dos trabalhos de classe, visando a participação ativa e consciente das crianças nas comemorações da data máxima da nacionalidade e desenvolvendo-se em torno desse fato histórico: pesquisa de dados, informações, material ilustrativo, preparo de dramatizações, composições, preparação do ambiente escolar (cartazes, frases ilustradas, retratos, etc.).

No encerramento dos trabalhos escolares, no estabelecimento, ao ser descida da bandeira Nacional, os alunos entoarão o Hino à Bandeira e o Hino Nacional.

02/09 – Hasteamento da bandeira, com formatura dos alunos e canto do Hino Nacional no início das aulas. Continuação dos trabalhos em classe. Descida da Bandeira no encerramento do dia escolar.

03/09 – Hasteamento da Bandeira, com formatura e canto do Hino Nacional, no início dos trabalhos escolares. As 10hs demonstrações de Educação Física: marchas, exercícios calistenicos⁴²², jogos e bailados (interno para os cursos primários e em conjunto com outras instituições para as escolas secundárias). Descida da bandeira no encerramento do dia escolar.

04/09- Programa idêntico ao do dia 02/09.

05/09- Reservado para as festividades que se realizarão na Boa Vista.

06/09- Hasteamento da bandeira, como nos outros dias, sessão de auditório como preparação para as comemorações máximas do dia seguinte e apresentação dos trabalhos em que podem figurar: leituras, dramatizações, declamações, diálogos, narrações, hinos ou canções alusivas à data, etc. Descida da bandeira, como nos dias anteriores.

⁴²¹ Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul. Correspondências expedidas. 1939.

⁴²² Exercícios físicos onde procura-se movimentar grupos musculares, concentrando-se na potência e no esforço.

07/09 – Hasteamento da bandeira, com formatura dos alunos e canto do Hino Nacional, demonstrações de Educação Física: marchas, exercícios calistenicos, jogos e bailados. Descida da bandeira, no encerramento do dia, com o Hino Nacional e Hino à Bandeira”.

Percebemos que não existe uma grande diferença entre as atividades de um dia em relação ao anterior. Em todos ocorria o hasteamento do pavilhão nacional, bem como entoavam o Hino Nacional e do hino à Bandeira.

No Museu da Colônia Maciel fazem alusão a tais festividades as fotografias (01)023, (01)024, (01)025, (01)026 e (01)027. Já no Museu da Colônia Francesa o número é mais expressivo: são nove os registros⁴²³. E no Museu da Imigração Pomerana são dois os registros: (03)209 e (03)210. Todas as fotografias, apesar de diferenças entre si, possuem praticamente os mesmos elementos. As crianças sempre estão devidamente uniformizadas com calças escuras, no caso dos meninos, e saias escuras, no caso das meninas, e uma camisa branca. A presença da bandeia brasileira é maciça. Os alunos sempre estão enfileirados, no sentido de demonstrarem ordem, organização.

Nestes eventos, apesar de os mesmos serem voltados para o público escolar, acontecia uma grande afluência do público em geral, era uma forma de demonstrar às autoridades o seu apreço e respeito aos símbolos nacionais e a refutação completa de qualquer desconfiança de que não seriam indivíduos patriotas.

O próximo subtema analisado é o *Futebol*. Temática também presente nos três acervos analisados, pode ser considerada como uma das práticas mais apreciadas pela população, seja adulta ou infantil, uma vez que, em algumas fotografias vemos o esporte sendo praticado por crianças.

No Museu da Colônia Maciel existem três registros (01)028, (01)029 e (01)030. Nos dois primeiros registros vemos a pose clássica do time de futebol, devidamente uniformizado. Metade do time em pé e a outra metade de cócoras. Já o último registro, além dessa formação, temos a presença de uma mulher, que seria a rainha das festividades onde estaria ocorrendo o jogo.

No Museu da Colônia Francesa esta temática está representada por meio de uma imagem que captou o momento da realização de uma partida. Trata-se

⁴²³ (02)014, (02)015, (02)016, (02)017, (02)018, (02)019, (02)020, (02)021, (02)022 e (02)023.

da fotografia (02)030. E no Museu da Imigração Pomerana, o futebol está representado em quatro fotografias: (03)179, (03)180, (03)181 e (03)182.

A primeira foto é com os jogadores posando na sua clássica forma para a produção de uma fotografia; a segunda, o momento de realização de uma partida. A terceira mostra um grupo de crianças jogando futebol nas areias de uma praia. E por fim, o quarto registro, mostra um grupo escolar, em frente a um edifício, e um dos jovens segura uma bola.

No Museu da Colônia Francesa aparece uma série de registros, que pelo contexto representado, acabamos classificando como práticas de lazer não definidas. Podem tratar-se de algum tipo de evento. Como exemplo, na fotografia (02)024 vemos um grupo de homens, vestidos elegantemente, sendo um que um deles está sentado sobre uma pipa de vinho e todos seguram copos na mão. Outros dois personagens seguram um grande garrafão e simulam despejar o conteúdo em um balde. Pode tratar-se de uma comemoração relacionada com a produção do vinho. Mas não temos certeza.

A fotografia (02)025, também da coleção do Museu da Colônia Francesa, mostra um grande número de pessoas em frente a um edifício. O posicionamento das personagens se assemelha com uma das tradicionais fotografias de casamento, contudo, não foi possível localizar os noivos em meio ao grupo.

Ainda no Museu da Colônia Francesa temos um grupo de quatro fotografias, onde vemos algumas autoridades no que parece ser a inauguração ou premiação de algo⁴²⁴.

Em seguida, na mesma coleção, temos os registros de algumas brincadeiras infantis. Em (02)031 vemos uma menina levando um bebê em um carrinho de mão. A fotografia (02)032 mostra um grupo de crianças em uma brincadeira de roda. E por fim as fotografias (02)033 e (02)034 mostram crianças brincando na areia.

Um piquenique é tema da fotografia (02)035 e finalizando o grupo de fotografias do Museu da Colônia Francesa dedicada ao tema *Lazer* temos os registros (02)036, (02)037 e (02)038 nas quais estão registradas cenas de uma peça de teatro, possivelmente de Natal, em função do pequeno berço que aparece nas fotografias.

⁴²⁴ (02)026, (02)027, (02)028 e (02)029

No Museu da Imigração Pomerana, formas diversas de lazer estão representadas nas seguintes fotografias: (03)211, onde vemos um grupo de jovens bebendo; (03)212, com uma multidão reunida em um campo aberto; (03)213, com um grupo de pessoas em frente ao antigo prédio da Prefeitura de São Lourenço do Sul, no que parece ser algum tipo de inauguração.

Brincadeiras infantis aparecem nas fotografias (03)214, (03)215 e (03)216, em que vemos as crianças numa brincadeira de roda. A fotografia (03)217 mostra uma menina ao lado de um triciclo⁴²⁵; enquanto que as imagens (03)218, (03)219, (03)220, (03)221 e (03)223 mostram crianças em campos abertos, praticando brincadeiras diversas, possivelmente pega-pega ou algo do gênero; a fotografia (03)222 mostra crianças em uma espécie de balanço.

E por fim a fotografia (03)224 mostra uma série de montagens feitas com peças de madeira, um passatempo tanto e adultos quanto de crianças.

Com as análises acima expostas, percebemos que a variedade de práticas de lazer dos Museu da Colônia Francesa e do Museu da Imigração Pomerana são muito mais representativas e muito mais variadas do que as que aparecem na coleção do Museu da Colônia Maciel.

Muitas das práticas se repetem nos três acervos. Outras estão representadas em apenas uma instituição e outras não possuem nenhum registro fotográfico, o que não significa que não fossem praticadas, como é o caso do jogo de bocha e dos jogos de cartas, tão mencionados nas entrevistas analisadas.

⁴²⁵ Cabe o registro que foi recentemente incorporado ao acervo do Museu da Colônia Francesa uma fotografia, que não está sendo analisada no presente estudo, de um jovem em uma bicicleta de madeira, o que mostra a criatividade e o espírito de invenção do qual eram imbuídos os colonos.

5.5 OCUPAÇÕES

“O trabalho dignifica o homem”

Benjamim Franklin

A frase que abre o presente capítulo, dita por Benjamim Franklin no século XVIII, atravessa os tempos como uma verdade absoluta. É através do trabalho que o homem encontra meios de subsistência, é através dele que o ser humano tem chances, tendo por base a sociedade capitalista na qual estamos inseridos, de se obter o tão desejado sucesso, o tão desejado conforto.

Quando no referimos ao termo ocupações, estamos falando sobre toda e qualquer atividade laboral à qual se dedicaram os indivíduos que habitaram a região conhecida como Serra dos Tapes e que foram registradas fotograficamente. Sabemos que o universo de atividades laborais era bem maior do que aquelas às quais vamos analisar. Este número mais reduzido se deve ao fato de que muitas não tiveram um registro produzido ou pelo fato de estes registros não tenham sido preservados nos acervos das instituições que analisamos.

Procuramos, nesta parte do trabalho, agrupar todas aquelas fotografias que de forma ou outra poderiam ser consideradas ocupações que pudessem gerar algum tipo de retorno, seja pecuniário, ou não.

Deste modo, o Eixo Temático *Ocupações* está subdividido em algumas Subcategorias, dentre as quais podemos citar: Agricultura, Produção de Vinho, Costura, Criação de animais, Marceneiro/Carpintaria, Ferraria, Saúde, Costura, Ofícios de Oleiro, Pedreiro, Fotógrafo, entre outros.

Feitas estas considerações iniciais, vamos nos dedicar a analisar cada um dos registros, preservados em cada um dos museus e em seguida fazer uma relação entre estes.

No Museu Etnográfico da Colônia Maciel, o primeiro registro a ser analisado é uma fotografia que ilustra o processo de construção da ponte sobre o Arroio Caneleira (01)031. Sua construção fazia parte do projeto de construção da Estrada de Ferro que ligaria os municípios de Pelotas e Canguçu, cuja conclusão ocorreu na década de 1970. Apesar de existir apenas uma fotografia que representa este evento, sabemos que o mesmo teve uma grande importância na região estudada, em vista do grande número de referências que

existem ao mesmo nas entrevistas hoje preservadas no museu⁴²⁶. Na fotografia podemos ver uma série de trabalhadores sobre a ponte, que ainda está sendo sustentada por uma série de andaimes.

Em seguida, temos uma série de cinco fotografias (01)032 e (01)033, onde está registrado o processo de construção das novas instalações da Escola Garibaldi, obras que ocorreram na década de 1970. Nas fotografias podemos ver dois estágios diferentes da obra. A primeira, mostra o edifício ainda em construção e os trabalhadores posando junto ao mesmo. Já na segunda, vemos o edifício concluído, e os trabalhadores novamente posando, mas desta vez, a uma certa distância, mas todos com suas ferramentas e utensílios de trabalho. Estes são os únicos registros que temos preservados no museu que nos mostram a profissão de *Pedreiro*.

Os próximos registros retratam a *Produção de vinho*, são (01)034 e (01)035, e mostram o senhor Angelo Ceron (1866-1950) em sua adega. No primeiro registro o mesmo consome um copo de vinho, fotografia esta que veio a se tornar fonte de inspiração para a logomarca atual do museu, já o segundo registro mostra um aspecto do interior de sua adega, com uma série de pipas de vinho, algumas posicionadas de forma vertical, outras de forma horizontal. Junto ao senhor Angelo Ceron, estão alguns membros da sua família e a esposa do fotógrafo, o senhor Egídio Camargo, amigo da família.

Ainda sobre a produção de uva, temos a fotografia (01)036 que nos mostra uma parreira no pátio da casa paroquial da Comunidade de Sant'Anna.

Em seguida temos uma série de registros sobre a temática *Vida Militar*⁴²⁷. Esta é a temática mais representativa numericamente no Museu da Colônia Maciel. São diferentes tipos de registros que vão desde jovens sozinhos, utilizando o uniforme militar, até grupos de jovens em seus destacamentos.

Na fotografia (01)049 temos o registro de dois indivíduos que estão identificados como Carlos Scaglioni e um companheiro. Segundo a senhora Irene Scaglioni, doadora da fotografia, ambos teriam atuado na Revolução de

⁴²⁶ Mais detalhes sobre o processo de construção da estrada de ferro ramal Pelotas-Canguçu, podem ser encontradas na dissertação de mestrado do presente autor (GEHRKE, 2013).

⁴²⁷ (01)037, (01)038, (01)039, (01)040, (01)041, (01)042, (01)043, (01)044, (01)045, (01)046, (01)047, (01)048, (01)049 e (01)050.

1930, informação esta que não pode ser confirmada em outras fontes. A autoria da fotografia tampouco está identificada.

Pelo fato de o registro ter sido efetuado, provavelmente anteriormente ao ano de 1930, e a mesma ter sido captada na parte externa, somos levados a crer que o fotógrafo responsável pela sua fixação devesse ser um fotógrafo itinerante.

Conforme conversas informais com moradores da colônia, neste período fotógrafos frequentavam as estações de trem e quartéis com o objetivo de produzir retratos dos jovens rapazes. O fato de os mesmos receberem pagamento e estarem longe de suas famílias, eram outros fatores que aumentavam as chances de estes profissionais serem requisitados.

Com o objetivo de deixar os familiares tranquilos e informar a estes as últimas novidades, os “milicos” (como eram chamados os jovens que estavam no quartel) “tiravam fotos” e enviavam estas através de cartas aos entes queridos. Estas fotografias eram guardadas com bastante orgulho, pois ter um filho no exército garantiria a família certo status. A fotografia era um indicativo de que o mesmo não estava trabalhando na lavoura, mas se dedicando à carreira militar. Além disso, a ida ao quartel era uma forma de o jovem aprender muitas coisas, entre elas aperfeiçoar a sua pontaria.

Muitas das famílias tinham em suas residências espingardas, utilizadas nas caçadas. Desta forma, a ida ao quartel e os inúmeros treinamentos pelos quais os jovens eram submetidos seria a forma de aperfeiçoar o manejo de tal artefato.

A ida para o exército era ainda um momento em que as relações de vizinhança se transformavam em amizades. Pelo fato de os “milicos” serem de regiões muito diversas, aqueles que compartilhavam a mesma localidade de origem acabavam por se aproximar, formando amizades que perdurariam por toda sua vida.

Outros aspecto que de certo modo atribuir esta grande representatividade numérica a este tipo de registro se dá ao fato de que na Colônia Maciel, termos tido um indivíduo, o senhor Aristides Bassi de Lima (01)209, que foi um ex-pracinha que integrou o grupo de brasileiros que foi lutar contra o Eixo junto da Força Expedicionária Brasileira, na Itália, em 1945. Isto conferiu um grande prestígio ao senhor Aristides, e a grande representatividade numérica pode de certo modo indicar o prestígio que esta ocupação teve na comunidade local.

Outro aspecto que merece ser levado em consideração é o fato de que no início do século XX, as idas até o quartel faziam com que o jovem soldado permanecesse longe de casa por aproximadamente um ano, período que durava o serviço militar. Durante este período, por uma série de limitações, visitas eram quase impossíveis, assim, a comunicação entre o soldado e a família ocorria por meio de cartas, que muitas vezes vinham acompanhadas por fotografias do mesmo com o seu uniforme. Segundo o senhor Cezar Zanneti, em sua entrevista: “*era muito longe, não vinha para casa*”.

Por fim, o último registro que pode ser encaixado dentro da temática *Ocupação*, no subtema *Trabalho doméstico*, temos a fotografia (01)051, onde vemos uma família nos fundos de sua residência. Na foto, vemos a mulher junto ao tanque lavando roupa, vemos uma criança brincando num carrinho de mão e o homem parado junto da criança. Podem ser vistas algumas parreiras e uma série de moirões que pelo tamanho, e padrão dos outros utilizados, provavelmente seriam utilizados na construção de uma nova estrutura para novos parreirais.

No Museu da Colônia Francesa, os registros (02)039 e (02)040 se dedicam a mostrar o processo de cultivo de parreirais. Em ambas as fotografias podemos ver indivíduos, todos do sexo masculino, fazendo a abertura de buracos para o cultivo de videiras, além da abertura destas valetas, que ocorrem através da utilização de enxadas e pás, vemos alguns marcadores de madeira que servem como espécie de indicador de qual o local para o plantio da muda seguinte. Na fotografia (02)041 vemos dois homens posicionados em frente a um galpão, ambos com um pulverizador nas costas. Os pulverizadores costais, geralmente feitos de bronze, era utilizados para aplicação de defensivos nas lavouras, principalmente nas de uva e pêssego. Artefatos deste gênero se encontram nos acervos das três instituições. Percebemos que, no período, não existia preocupação com a questão da periculosidade das substâncias aplicadas, uma vez que os indivíduos não fazem uso de nenhum equipamento de proteção, eles trajam roupas normais e não usam sequer luvas.

Homens fazendo o uso deste implemento agrícola podem ser visualizados na fotografias (02)043, quando um grupo de seis indivíduos, com os seus pulverizadores nas costas, estão em meio a um grande parreiral. Novamente

chama a atenção para a inexistência de qualquer equipamento individual de proteção.

A fotografia (02)044 registra o momento da vindima, ou seja, um período que se inicia com a colheita da uva e a produção do vinho. Na fotografia vemos um grande grupo posando para a foto, com cestos e um moedor de uvas. Entre o grupo se destaca o número elevado de crianças e também de mulheres. Neste ponto é importante salientar que em propriedades rurais, tanto no século XIX até finais do século XX, era comum o trabalho de crianças no auxílio das tarefas executadas pelos pais. Apenas a partir da década de 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente⁴²⁸, que esta realidade passa por algumas modificações, mas nada de muito significativo, como podemos observar ainda hoje visitando as propriedades nas regiões onde se realiza o nosso trabalho⁴²⁹.

O registro (02)045 mostra dois homens e um menino em frente a um galpão posando junto de uma pipa de vinho. Já na fotografia (02)046 vemos uma criança em uma adega de grandes dimensões. O mobiliário da adega é composto por pipas de tamanho grande, todas na posição horizontal. A fotografia (02)047 faz o registro da produção de vinho, doce de uva e/ou suco de uva. Nela vemos alguns indivíduos, todos do sexo masculino, sentados em uma clareira, rodeados por algumas pipas de vinha e um tacho, utilizado para o preparo do doce ou do suco.

E por fim, a fotografia (02)042 retrata um menino, com seu carrinho de mão, sobre o qual estão alguns ramos, que provavelmente irão servir de alimento para os animais da propriedade. Sobre o carrinho está ainda um pequeno cão. A criança parece estar bastante feliz com o trabalho, uma vez que esboça em seu rosto um grande sorriso.

A autoria de todos os registros que fazem parte do acervo do Museu da Colônia Francesa estão atribuídos ao senhor Lino Ribes. São fotografias com pouca qualidade técnica (iluminação saturada, problemas no enquadramento) mas isso não tira o poder informativo destas imagens. São registros que retratam uma pequena parcela do que era o dia a dia na Colônia Francesa em meados do século XX. Percebemos que a quase totalidade dos registros se refere à

⁴²⁸ Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

⁴²⁹ Conforme descrição efetuado no Diário de campo do presente autor, quando da realização de sua pesquisa.

produção de vinho, o que pode ser explicado pelo fato de que o autor das imagens era proprietário de uma vinícola. As fotografias tem um certo olhar etnográfico sobre um pequeno recorte daquela comunidade, por isso podemos nos ajudar a entender um pouco sobre o universo da produção de vinho e cultivo da uva. É através das fotografias que percebemos que este era um trabalho quase que eminentemente masculino. As mulheres e também as crianças, tinham a sua participação principalmente na colheita da uva, quando mais mãos eram necessárias, visto que, uma vez que as uvas estivessem maduras a sua colheita tinha uma certa urgência. As demais atividades como o cultivo, a aplicação de defensivos e a própria produção do vinho pode ser considerada uma atividade estritamente masculina. Cristiano Gehrke e Fábio Vergara Cerqueira (2010) já haviam notado esta divisão sexual no trabalho de produção de vinho em artigo no qual analisam a confecção de pipas de madeira e a produção artesanal de vinho na Colônia Maciel.

No Museu da Imigração Pomerana, fotografias que retratam algum tipo de ocupação são bastante representativas numericamente.

O principal motor da economia da Colônia São Lourenço, conforme disposto no Capítulo 1 da presente tese, foi a agricultura, contudo, são poucos os registros que retratam este tipo de ocupação. Assim, o primeiro subtema a ser analisado, será a *Agricultura*. Na fotografia (03)225, vemos um trator Lanz Bulldog e uma plantadeira com duas rodas de alinhamento, em uma lavoura prestes a ser semeada. A datação da fotografia é 1928. O local onde o registro foi produzido é uma planície e não foi possível identificar o local onde o mesmo foi produzido. O que também ocorre com a fotografia (03)226, em que vemos dois cavalos puxando um implemento agrícola, cuja manipulação ocorre por meio de três indivíduos. Ao que parece, trata-se de um arado. O registro é atribuído à Wilhelm Weingärtner, e portanto, produzido em meados do século XX.

A fotografia (03)227 registra um indivíduo com dois cavalos presos a um arado. Estes estão posicionados em frente a uma grande residência, com janelas e portas de grandes proporções, diante da qual, sobre uma pequena elevação em frente do edifício, composta por escadarias e um muro, vemos um grupo de pessoas. Todos estão posando para o fotógrafo. E por fim temos o registro (03)228, em que vemos alguns indivíduos fazendo o plantio de uma árvore.

O seguinte tipo de ocupação presente nos registros do Museu da Imigração Pomerana é a *Costura*. A prática de costurar é uma prática quase que exclusivamente feminina e praticamente em quase todas as residências havia pelo menos uma máquina de costura. Isto pode ser explicado, quando analisamos as falas de Magali Jeske⁴³⁰ e Teresa Brot⁴³¹, que afirmam que um dos itens obrigatórios no enxoval de uma noiva era a sua própria máquina de costura. Esta poderia ser utilizada tanto para fazer peças inteiras de roupas, conforme relato de Bruno Gehrke⁴³², ou apenas para fazer pequenos reparos. Os modelos, marcas e formatos das máquinas de costura variavam conforme o poder aquisitivo da família. Existiam as máquinas manuais e as com pedal, estas últimas mais caras.

Além de produção de roupas, reparos, as máquinas eram também utilizadas na produção do enxoval do casal. Preparadas para fazer bordados dos mais diferentes tipos, as máquinas de costura se tornarão, nas mãos dessas habilidosas mulheres, verdadeiros instrumentos produtores de obras de arte, conforme vemos na peça sendo produzida na fotografia (03)231.

Sabe-se que o início da prática da costura é difícil definir. Helder Carvalho (2007, p.22) afirma que os primeiros registros de instrumentos usados como agulhas, que eram confeccionadas com ossos e marfim, são de mais de 30 mil anos. Ainda conforme o autor, tal prática manteve um caráter artesanal até a Revolução Industrial, quando passaram a ser fabricadas máquinas que foram substituindo o trabalho dos artesãos. Estas mais rápidas e com uma padronização dos produtos finais foram ganhando sucessivos aperfeiçoamentos. O ano de 1790 conforme Wilhen Renters (1957, p. 7) é o ano em que foi fabricada a primeira máquina de costura usada para costurar calçados. Segundo o mesmo autor, somente em 1830 é que irá surgir a primeira máquina de costura que se dedicava ao vestuário. A comercialização destas teve início após uma série de aperfeiçoamentos nas mesmas. Helder Carvalho (2007, p. 24) aponta que as primeiras máquinas teriam surgido em 1851 fabricadas por J.M. Singer. Em seguida, em 1852 fabricadas por A.B. Wilson e J.M.Singer. Em 1858 foi a vez de

⁴³⁰ Entrevista com Magali Jeske, 2014.

⁴³¹ Entrevista com Teresa Brot, 2014.

⁴³² Entrevista com Bruno Gehrke, 2016.

Clemens Mueller, 1862 Georg Michale Pfaff e 1878 Max Gritzner trouxe ao mercado o seu produto.

Nos anos que se seguiram à instalação dos imigrantes na região da Serra dos Tapes, o baixo poder aquisitivo da população em geral, a grande distância dos centros urbanos, as dificuldades de locomoção e a total ausência de casas que comercializassem roupas, fez com que a máquina de costura fosse um item quase que obrigatório em todas as residências.

Conforme apontam nossos entrevistados, sacos de farinha e de açúcar eram transformados em roupas nas mãos habilidosas das mulheres, que exerceram com quase total exclusividade as tarefas de costura. Estas eram realizadas nos períodos noturnos, quando sua força de trabalho na lavoura ou em outras lides domésticas já não eram mais necessárias, ou em dias chuvosos.

Com o passar dos anos e o desenvolvimento da região, surgem as primeiras profissionais que se dedicam exclusivamente ao ramo da costura, uma vez que os moradores da localidade passaram a ter condições de pagar pelos seus serviços. E é justamente uma fotografia de uma pequena empresa de confecção de roupas do início do século XX que está registrado na fotografia (03)229, onde vemos três senhoras sentadas em frente às suas máquinas de costura. Uma quarta senhora está em pé ao fundo e num banco, em frente das mesmas, estão dispostas duas crianças. Um grande pano serve de fundo para a fotografia produzida por Heinrich Feddern, no qual está fixado um pano menor com a seguinte inscrição, que podemos ler parcialmente: “Agulha, tesoura e dedal são o melhor dote. Quanto mais trabalho e (?)”⁴³³. As duas primeiras são máquinas da marca Mundlos e a última é da marca Original Victoria.

Conforme posicionamento das personagens, podemos dizer que a senhora que se encontra em pé é a proprietária da empresa de costura e as três que se encontram sentadas seriam suas funcionárias. Já as crianças seriam filhos destas últimas, que acompanhavam as mães no trabalho. Tal informação pode ser confirmada pela doadora da fotografia, a senhora Roni Iwen.

Na segunda fotografia deste eixo temático, (03)230, temos duas senhoras retratadas junto de suas máquinas de costura. Ao fundo vemos a fachada de

⁴³³ *Nadel Schere und Fingerhut sind das beste Heiratsgut. Je mehr Arbeit und (?)*, conforme tradução nossa.

uma casa, em frente à qual também estão, em pé, um homem, um menino, e a mesma senhora presente na fotografia anterior, porém com evidentes sinais de envelhecimento, o que nos indica que a fotografia foi produzida na mesma empresa, alguns anos após a produção da primeira analisada. Neste registro, são duas máquinas de costura da marca Mundlos e novamente o autor da imagem é Heinrich Feddern e sua doadora é a mesma da fotografia anterior.

Por último, temos o registro (03)231 no qual aparece uma jovem menina com sua máquina de costura da marca Pfaff. Sobre a máquina há um livro aberto e uma toalha que está sendo bordada; a máquina está posicionada em frente à residência. O registro está datado de 10 de janeiro de 1943 e foi doado pelo senhor Martin Buss. A fotografia não tem identificação de autoria.

Com apenas estes três registros, percebemos que a prática de fotografar este *métier* não era algo muito comum. Um dos possíveis casos, além de não existir muito interesse em registrar práticas laborais cotidianas, pode ser o fato de que para a produção de retratos deste gênero, era necessário levar a máquina de costura para uma área aberta, ou seja, onde fosse possível efetuar o registro com uma luminosidade adequada, em razão da pouca difusão que o flash teria naquele período.

Por fim, os registros, por menos representativos numericamente que sejam, são de grande valor informacional, seja pela sua raridade, visto que nas duas outras instituições não existe nenhuma fotografia do mesmo eixo temático, seja pelo papel de destaque que a mulher acaba assumindo nas mesmas.

Esta pouca expressividade número dos registros com máquinas de costura não as torna menos importantes ou mesmo raras, visto a presença de um número elevado de máquinas de costura em várias instituições museológicas coloniais.

O protagonismo feminino fica tanto para a condução da empresa de costura, quanto para a realização do trabalho. Uma característica interessante de notar é que as mulheres que se dedicam a esta atividade laboral de maneira geral são jovens, podemos presumir que ainda não estivessem casadas e que por isso, poderiam assumir um compromisso fora de sua residência, já que não haveria uma casa e filhos para cuidar, nem um marido para ajudar no trabalho na lavoura. A profissão de costureira era uma profissão que permitia à mulher conquistar uma certa liberdade financeira. Muitas vezes, mesmo sem dedicação

exclusiva, algumas mulheres se dedicavam a esta profissão como forma de ajudar nas finanças domésticas, exemplo disso nos é narrado pelo senhora Noemia Casarin⁴³⁴.

Os registros (03)232 e (03) 233 retratam dois touros em um potreiro. Já o registro número (03)234 retrata um grupo de aves, entre elas gansos, galinhas, marrecos e patos, nas margens de um pequeno açude. Estas três fotografias, sem identificação de autoria e datação, retratam a *Criação de animais*, seguinte eixo temático analisado.

Os bovinos, além de oferecer leite, com o qual eram produzidos queijos e manteiga, serviam também como fonte para carne e couro, produtos com grande interesse no mercado comercial no final do século XIX e início do século XX, conforme pode ser averiguado nos relatórios de diferentes presidentes da província, quando fazem a descrição dos produtos comercializados pelas colônias (BELLO, 1852; CASTALLAT, 1894). Além disso, touros e bois eram também muito utilizados como animais de tração, seja para puxar carroças, carretas⁴³⁵ ou para arar a terra. Sua escolha ocorria em função de sua grande força física e grande resistência.

Já as aves domésticas, além de produzirem ovos, cuja comercialização complementava a renda familiar, eram responsáveis também por fornecer carne e penas, que seriam utilizadas na fabricação de travesseiros e cobertas.

Vale destacar que alguns dos pratos típicos da culinária pomerana tem como seus ingredientes base a carne de aves (sopa de pés de galinha, peito de ganso defumado, marreco assado⁴³⁶).

(03)235, (03)236 e (03)237 são retratos inseridos dentro da temática *Vida militar*. As fotografias são de jovens rapazes, que provavelmente produziram seus retratos durante a sua estada no quartel, quando cumpriam o serviço militar.

A fotografia (03)238 retrata uma ferraria/carpintaria. Este tipo de empreendimento, na maioria das vezes familiares, era uma das atividades necessárias para o bom andar de qualquer colônia. Uma empresa que consorciava uma ferraria, onde eram forjados metais, com uma carpintaria, cuja função era beneficiar a madeira bruta para ser empregada na construção civil ou

⁴³⁴ Entrevista Noemia Casarin, 2013.

⁴³⁵ Para mais informações ver Eixo Temático *Transporte*.

⁴³⁶ *Huinna Poudda Sup, Spickboast, Brot Marec*, conforme tradução nossa.

na fabricação de móveis e ferramentas, era o local perfeito para a fabricação de carretas e carroças, meio de locomoção necessário para qualquer agricultor, seja para o transporte de pessoas, seja de mercadorias.

A atividade de um ferreiro incidia basicamente em forjar o ferro, transformando chapas e cabos em ferramentas ou consertar estas, além de produzir peças que seriam utilizadas na fabricação de utensílios na grande maioria das vezes com o objetivo de facilitar a vida do colonos. Esta era uma atividade penosa, uma vez que o profissional além de força física, necessitava suportar trabalhar junto ao fogo.

Estes empreendimentos podiam variar de tamanho, mas eram constituídos basicamente por alguns núcleos. O núcleo no qual eram produzidas as peças em madeira. Plainas, cerrotes, martelos, formões eram algumas das ferramentas necessárias neste *metier*. O profissional que se dedicava à carpintaria necessitava de grande habilidade e destreza, uma vez que a produção de uma roda de carroça, por exemplo, necessitava de cortes perfeitos na madeira, e um alinhamento milimetricamente calculado entre os raios da mesma. Em seguida, o trabalho, quase finalizado, era passado para um segundo profissional, o ferreiro, que com chapas de metal, cobria as partes mais sensíveis e àquelas mais expostas à força e aos impactos. Em alguns casos, era apenas um profissional que executava ambas as atividades, mas no caso de existir uma grande demanda, o trabalho era realizado por diferentes pessoas, cada um com a sua especialidade.

Percebemos que a especialização e a atuação em apenas um ramo, era algo difícil de ocorrer, um exemplo disso é uma reportagem publicada no periódico lourenciano *Jornal* em 10 de junho de 1932 (p.2), na qual, no idioma alemão, é anunciada a contratação de um artesão⁴³⁷ para a casa comercial Lindemann em Picada Bom Jesus. De acordo com o anúncio, o objetivo era encontrar um profissional que soubesse atuar em ferrarias, que soubesse trabalhar como “ferreiro de rodas de carroça”, que tivesse noções de selaria, de

⁴³⁷ “*Handwerker - Schimied, Stellmacher, Schumacher, Sattler u. Gerber finden lohnende Arbeit und gute Wohngelegenheit (Haus, Garten, Pflanzland etc) in der Pikade Bom Jesus. Näheres zu verhandeln mit dem Eigentümer G.E. Lindemann (Altbekanntes Geschäftshaus Lindemann in der Pikade Bom Jesus)*“.

trabalhos com couro cru e teria à sua disposição um gratificante local de trabalho com uma boa estrutura residencial, como casa, jardim e terras para cultivo.

Além das solicitações de funcionários, os periódicos eram também utilizados pelos empreendimentos como forma de publicidade⁴³⁸.

Na região de São Lourenço, o profissional que atuava nestes estabelecimentos era conhecido como “*schimit*”, cuja tradução abarca toda a gama de funções que o mesmo poderia vir a ter de executar. Em uma edição de um periódico local, na década de 1940, é veiculada uma reportagem que fala sobre esta profissão⁴³⁹. São mostrados alguns exemplos de profissionais do município, bem como algumas fotografias.

Não obstante, é o ano de 1961, mais precisamente na edição de final de ano do jornal *Voz do Sul* (25/12/1961, ano nº 36), que possuímos o maior número de ferrarias, desejando a seus clientes, amigos e familiares, boas festas. Nesta edição aparecem 12 ferrarias⁴⁴⁰.

Feitas estas considerações, passamos a analisar o registro que faz parte do acervo do Museu da Imigração Pomerana. Na fotografia, por nós analisada (03)238, percebemos dois indivíduos no interior do que podemos chamar de carpintaria/ferraria, uma vez que um dos indivíduos segura uma marreta e uma

⁴³⁸Reportagem de 29/10/1928 (*Jornal*, ano V nº23, p. 3) peça publicitária do empreendimento de Paulo Heimberg. Em 19/11/1931 (*Jornal*, ano VIII nº27, p.2) é a vez de Germano Haag publicar um anúncio nos mesmos moldes do citado anteriormente, inclusive com a mesma ilustração. O jornal *Voz do Sul* de 10/10/1949 (ano X, nº 27, p. 4) traz a seguinte nota: “Vende-se três carroças em ótimo estado. Preço de ocasião. Tratar com snr. Reinaldo Treptow. Evaristo, 3º sub distrito”. Anúncios semelhantes são publicados em outras ocasiões, como por exemplo Oscar Specht (*Voz do Sul* em 10/12/1955, ano XIV nº 32, p.5) Paulo Wendt (*Voz do Sul* em 10/12/1949 ano X nº 33) Nestor Brahm (*Voz do Sul* em 19/03/1949, ano X nº8, p. 2). Outras vezes, os periódicos eram usados para anunciar a mudança de ramo e a venda do empreendimento, foi que acontecer com o senhor Willy Hellwig, que em 07/05/1955 (*Voz do Sul*, ano XIV nº17, p.3). Além da promoção dos empreendimentos juntos aos colonos, o jornal servia também como uma maneira de o fornecedor da matéria prima chegar ao seu público alvo: o ferreiro. No dia 14/11/1929 o *Jornal* (ano VI nº 7 p. 4) publica um cartaz da Ferragem Maciel, localizada em Pelotas (Andrade Neves nº 715) no qual está disposto que o mesmo tem um sortimento especial para ferreiros: “*Spezial Geschäft für Schmiede: Komplettes sortiment in Roh-Eisen und Stahl, Hufnägel, Ambosse, Wagem- Achsen, Feien und Raspen, Laffilte, Schiede-Hammer, Buchsen und Schrauben, Shneidzeuge, Zangen, Schraubstöcke, Schmiedekohle, Stacheldraitt, Welblesh von 6 und 9 Fuss, Pflanzmaschinen, et.etc. zu billigsten Preisen. Bestellungen auf Grabplatten, versiert mit Blumen etc. Aus Deustschland werden ehestens ausgeführt. Bitte auf Strasse und Hausnummer achten!*”

⁴³⁹ Jornal “A Tribuna” 03/03/1940, nº49. Pg. 05.

⁴⁴⁰ Arthur Wiegand de Pinheiros, Hugo Hübner da Estrada Pinheiros, Ferraria Santa Augusta de Rudi Karnop, Otto Schneid, Henrique Bartz, Ramão Tam no Boqueirão Velho, Marcel Görnah, Oscar Hermann, Albino Michaelis, Rodolfo Ehlert, Bertoldo Hellwig e Frederico Thurow Filho. Vale destacar que alguns destes anúncios são compostos apenas por uma pequena nota com o nome do empreendimento, enquanto outros ocupam ¼ de página, e trazem uma mensagem natalina, bem como a sua localização.

outra ferramenta em metal sobre uma grande bigorna. Já o outro indivíduo segura um martelo e um formão e está apoiado sobre uma roda de carroça. Por maior que fosse a periculosidade nestes locais, nenhum dos dois personagens fazem uso de nenhum equipamento de segurança. A fotografia com péssimo estado de conservação não tem os personagens identificados. O que sabemos é que foi produzida por Heinrich Feddern, o que nos permite localizar o registro cronologicamente entre as décadas de 1920 e 1930, quando este profissional atuava com este nome.

Como dito anteriormente, eram empreendimentos comuns, levando em consideração ao grande número de anúncios encontrados na imprensa local; contudo, os registros fotográficos estão restritos a apenas um, incluindo-se aqui os acervos das três instituições analisadas.

Sabemos que estas empresas existiam e eram bastante importantes e necessárias. Sua importância pode ser percebida também através da análise do acervo de cultura material dos três museus, onde fazem parte do acervo do Museu da Colônia Maciel, por exemplo um grande fole⁴⁴¹, uma marreta⁴⁴² e uma bigorna⁴⁴³, ou seja, ferramentas de trabalho de um ferreiro. Além disso, em todas as três instituições percebemos a existência de objetos produzidos por estes profissionais, como ferros de marcar gado à brasa, ferraduras, enxadas, foices, entre outras ferramentas constituídas de ferro.

As cintas de metal que vão ao redor das pipas, são outro exemplo de artefatos que devem se trabalhadas por um ferreiro. Assim, muitos produtores de vinho, tanoeiros, como o senhor João Casarin, mantinham em suas residências ferrarias para uso privado, como pôde ser verificado durante visita à sua residência⁴⁴⁴.

Através dos relatos orais, temos outra fonte que atesta a existência deste tipo de empreendimento nas colônias pesquisadas. Por exemplo no relato do senhor Jorge Blas⁴⁴⁵, este narrou que durante o período de construção da estrada de ferro na Colônia Maciel (décadas de 1940-1960), existiam ferrarias onde os funcionários aprontavam as ferramentas. E ele era o responsável por

⁴⁴¹ n° inventário 05.03.0489.

⁴⁴² n° inventário 05.03.0678.

⁴⁴³ n° inventário 05.03.0794.

⁴⁴⁴ Conforme caderno de campo do presente autor.

⁴⁴⁵ Entrevista com Jorge Blas, 2005.

levar as ferramentas ali produzidas até o local onde estas seriam utilizadas. Sua atividade, era conhecida, conforme lembra o senhor Jorge, como “bocha”.

Deste modo, mais uma vez a pouca expressividade numérica dos registros fotográficos de ferrarias/carpintarias não é um atestado da inexistência destes estabelecimentos na região, pelo contrário, mais uma vez nos indica que a sua grande popularidade, que o fato de serem locais comuns, com idas frequentes, não despertavam nas pessoas o interesse por produzir fotografias.

Em seguida, temos dois registros fotográficos sobre os quais não nos deteremos com muito afinco, uma vez que, sobre tal ocupação já nos debruçamos em capítulos anteriores. Trata-se de fotografias que registram a atuação de fotógrafos. (03)239 nos mostra um profissional utilizando uma câmera com fole, tripé e este tapa a cabeça com um grande pano preto. Já no registro (03)240, vemos um fotógrafo elegantemente vestido, manipulando uma câmera de fole, sobre um tripé. Percebemos que ao fundo encontram-se uma série de pessoas, que o observam. Ambos os registros foram doados pela senhora Guerda Koch e sua autoria é atribuída a Wilhelm Weingärtner. A escassez deste tipo de registro é de certo modo óbvia: como os aparatos fotográficos eram caros e a sua manipulação exclusiva a um pequeno número de pessoas, ficava difícil produzir imagens onde este profissional pudesse ser retratado.

As fotografias (03)241 que retrata o senhor Evaldo Hirschmann em seu quarto de estudos, sentado próximo a uma escrivaninha com uma série de livros, e as fotografias (03)242, (03)243 e (03)244 que retratam um homem em frente à escrivaninha fazendo algum tipo de leitura, seja esta de um periódico, seja de um livro, não nos remetem necessariamente a uma profissão, a uma ocupação em si, mas a algumas atividades que permitiriam ou mesmo requisitavam a estes profissionais a realização de leituras e a aquisição de livros, envolvendo a formação de pequenas bibliotecas particulares. Padres, pastores, professores, farmacêuticos, médicos, fotógrafos podem ser algumas das profissões cuja atualização e estudo se faz necessário para a boa execução de suas tarefas laborais.

Como este tipo de registro deveria ser obrigatoriamente realizado dentro de um ambiente fechado, podemos inferir que os registros não sejam tão antigos. Os localizamos cronologicamente em meados do século XX, quando, de certa

forma, o uso do flash já não era mais tão restrito. Os três últimos registros são atribuídos a Wilhelm Weingärtner e não sabemos a identificação do personagens neles registrados.

Como dito anteriormente, não podemos considerar tais registros como representação fotográfica de uma ocupação específica. Sabemos, por exemplo que o senhor Evaldo Hirshmann era pastor, ou seja, o momento de leitura que foi captado pela objetiva, fazia parte ou de um momento de lazer ou de um momento de preparação de algum culto ou aula. Deste modo, nos limitaremos a apresentar os registros e fazer considerações sobre cada uma das profissões citadas anteriormente, que fazem uso de ambientes internos, livros e mesas para o preparo e qualificação de suas habilidades nos momentos em que analisaremos estes profissionais.

O registro (03)245, doado pelo senhor Arthur Leitzke, retrata a oficina mecânica e Walter Hirshmann. De autoria do fotógrafo Santos, o registro é de meados do século XX. O empreendimento, localizado na zona urbana do município de São Lourenço do Sul, possui uma grande fachada que, além do nome do estabelecimento, contém relacionados os principais serviços oferecidos, tais como pinturas e autopeças. Vemos que o edifício possui três portas nas quais podem ser avistados veículos. Na primeira, vemos um Chevrolet modelo 1943, na segunda um Dodge Coronet modelo 1952 e na terceira porta um Plymouth Sedan modelo 1936.

Este tipo de estabelecimento, inexistente nos primeiros anos do século XX, foi se tornando cada vez mais comum com o passar do tempo, uma vez que a aquisição de automóveis foi se tornando cada vez mais frequente, e com isso, viu-se a necessidade de criação de empreendimentos cujo objetivo era fazer reparos nos veículos, cada vez mais numerosos.

Único registro inserido dentro da temática *Oficina mecânica*, pode ter a sua pouca expressão numérica atribuída ao fato de que o recorte cronológico do presente trabalho não avançar suficientemente ao ponto da massificação destas empresas, o que sugere, que realmente era pouco expressiva a sua presença, principalmente na região colonial da Serra dos Tapes, visto que eram poucos os indivíduos que tinham acesso a automóveis.

Em seguida, passaremos a nos dedicar a uma outra temática. Trata-se das chamadas *Olarias*, que do nosso ponto de vista são todos aqueles locais que fazem a produção de objetos tendo como base o barro e a cerâmica.

Em relação à presença de olarias na Serra dos Tapes, percebemos, no estudo realizado por Ester Gutierrez (2001), que dentre os inúmeros inventários de charqueadores e estancieiros analisados pela autora, vários deles possuíam em suas propriedades olarias, que eram responsáveis pela fabricação de elementos cerâmicos. Conforme a autora destaca, “três entre cinco charqueadas/estâncias possuíam instalações destinadas ao fabrico de elementos cerâmicos e a metade das fábricas do Monte Bonito também fabricavam tijolos e telhas” (GUTIERREZ, 2001, p.182).

Ainda de acordo com a autora, entre os meses de novembro e maio, “quando o gado estava mais robusto e os dias eram os mais quentes do ano”, os escravos ficavam responsáveis pela produção do charque. Nos outros meses, provavelmente, atuavam nas “olarias existentes nas charqueadas que impulsionariam a construção de prédios na cidade” (GUTIERREZ, 2001, p. 211).

A autora destaca que

ao colocarmos em relação o caráter sazonal da salgação de carnes; a grande quantidade de propriedades urbanas; a presença quase constante de olarias nas charqueadas e o significativo plantel de escravos surge como hipótese mais do que plausível a construção de prédios urbanos como uma atividade alternativa à charqueadora. O processo de produção e organização do espaço se teria verificado desde a fabricação de tijolos e telhas, até o erguimento e manutenção das edificações” (GUTIERREZ, 2001, p. 79).

Ainda conforme Gutierrez, os galpões das olarias eram “construídos de pau-a-pique e tinham cobertura de capim. Com a produção desses estabelecimentos, pisos, caminhos, circulações, tanques, canaletas de esgotos, paredes e coberturas passaram a ser feitos de elementos cerâmicos” (p. 220), ou seja, os materiais produzidos, eram empregados na grande maioria das vezes na própria propriedade.

Ainda conforme aponta a autora, a constatação de “olarias e ao mesmo tempo a verificação de que nenhum escravo possuía a profissão de oleiro, reforçou a probabilidade da construção civil como uma atividade alternativa à produção da carne salgada” (GUTIERREZ, 2001, p. 177).

Possivelmente isso se deve ao fato de que o objetivo do empreendimento charqueador não era produzir tijolos, mas sim charque. A produção de tijolos ocorria somente no período em que a produção daquele não era possível devido a fatores de ordem climática. Assim, a utilização da população escrava nas olarias possibilitaria um aproveitamento “ininterrupto da mão-de-obra cativa da fabricação sazonal do charque e, como consequência, alargaria o tempo de permanência da escravidão, por ser um regime rentável (GUTIERREZ, 2001, p.221).

Vale destacar que no presente estudo não cabe discutir qual o papel desempenhado pela população cativa empregada no núcleo charqueador pelotense, mas sim observar o aproveitamento da sua mão de obra no período das entressafras de charque na indústria oleira, bem como na construção civil, no sentido de dar o maior rendimento possível aos proprietários, explorando ao máximo a mão de obra gratuita que tinham a sua disposição.

Com o passar dos anos, e a chegada das primeiras levas de imigrantes à região da Serra dos Tapes, em função de uma política de trabalho forçado que obrigava os cativos a no período da entressafra do charque efetuar a produção de tijolos e telhas, dificilmente existiriam na região fábricas que comercializassem estes produtos, uma vez que o consumo seria bastante ínfimo. E mesmo que atestada a sua existência, sabemos, conforme relatos preservados nas diferentes instituições, que as condições financeiras da população migrante eram muito limitadas, o que não permitiria a compra deste tipo de material.

Desta forma, percebemos que num primeiro momento sem o conhecimento prévio da possibilidade de fabricação destes materiais, alguns imigrantes empregaram na construção de suas residências pedras brutas que eram encontradas nas lavouras que iam sendo preparadas para o cultivo.

Este aproveitamento dos materiais naturais ocorre com uma frequência maior entre os imigrantes franceses, conforme estudo encabeçado por Leandro Betemps e Margareth Vieira (2011) e pelos italianos, conforme pode ser verificado através de observações empreendidas na região onde se concentra o núcleo mais representativo de imigrantes desta procedência, bem como no estudo realizado por Fabrício Bassi (2008) e Cristiano Gehrke (2013).

Dentre os imigrantes germânicos, nota-se que o primeiro material utilizado teria sido a madeira e em seguida o tijolo, já fabricado na propriedade.

Vários estudos (BETEMPS e VIEIRA, 2011; POSENATO, 1982) apontam que na Europa a construção em geral ocorria com outros materiais, que na maioria das vezes estavam disponíveis no local de erguimento da propriedade, ou seja, não se procedia a fabricação de novos materiais.

Deste modo, conforme pode ser verificado com o andamento da nossa investigação, com o passar dos anos, os imigrantes e os seus descendentes passaram a abandonar as práticas trazidas do velho continente e passaram a efetuar a fabricação de tijolos. Não foi possível identificar a origem deste aprendizado, provavelmente o mesmo tenha ocorrido através das trocas culturais que ocorreram na região, principalmente com a população negra, remanescente dos antigos quilombos, localizados próximos aos núcleos coloniais estudados e que conforme relatos⁴⁴⁶, sua mão de obra era contratada em determinados períodos do ano por algumas famílias.

Até meados do século XX, a fabricação de tijolos na região estudada ocorria quase que na sua totalidade nas propriedades dos moradores, conforme apontam os relatos. De acordo com Magali Jeske⁴⁴⁷, a produção ocorria em casa, devido ao fato de os preços dos tijolos e das telhas serem geralmente bastante altos, o que fazia com que a construção de uma residência ou mesmo de um galpão demandasse somas de dinheiro bastante altas.

Desta forma, percebemos que a fabricação dos tijolos foi uma maneira encontrada pelos grupos estudados para tentarem diminuir a quantia gasta para construção das benfeitorias de sua propriedade.

De acordo com o senhor Bruno Gehrke⁴⁴⁸, o período indicado para a execução do trabalho de confecção de tijolos geralmente ocorria num período em que tradicionalmente não existe uma regularidade pluviométrica elevada na região, bem como no período em que os trabalhos na lavoura não necessitam de grande dedicação.

⁴⁴⁶446 Entrevista com o senhor Bruno Gehrke, 2006; Entrevista com a senhora Alzira Bender, 2014.

⁴⁴⁷447 Entrevista com Magali Jeske, 2014.

⁴⁴⁸448 Entrevista com o senhor Bruno Gehrke, 2014.

Além disso, o período em que eram fabricados os tijolos era um período que possuía temperaturas mais elevadas, bem como uma baixa umidade relativa presente no ar, o que por sua vez facilitava o processo de secagem dos tijolos, que deveriam permanecer ao ar livre, secando até que estivessem suficientemente secos e pudessem ser transportados para os fornos, onde os mesmos passariam pelo processo de queima.

Narrado pelo nosso entrevistado, anteriormente citado, e observado também nas fotografias a seguir analisadas, percebemos que o processo de fabricação dos tijolos ocorria com bastante proximidade do local onde era efetuado o processo de queima, bem como do local onde seria construído o novo edifício, no qual se utilizariam os tijolos fabricados. Esta proximidade é explicada basicamente pela fragilidade dos tijolos produzidos, que não suportariam um transporte de longa distância.

Em relação à forma como os tijolos eram fabricados, o depoimento do senhor Bruno Gehrke, já citado, é bastante elucidativo. De acordo com ele, o primeiro passo seria a escolha do local onde seria construído o edifício (residência ou galpão), em seguida, num local com certa proximidade deste, era escolhido o local onde seriam preparados os tijolos. Esta escolha ocorria com base no tipo de terreno, uma vez que terrenos muito arenosos não eram utilizados, devido à pouca resistência que os tijolos, fabricados com este tipo de matéria prima, iriam adquirir. O senhor Bruno Gehrke é enfático ao afirmar que o melhor tipo de terra era o saibro vermelho, material com o qual os tijolos adquiriam uma resistência muito maior em comparação com outros tipos de terra.

Uma vez escolhido o terreno, era efetuado o processo de limpeza do mesmo, que ocorria num primeiro momento através de uma capina, e num segundo momento com uma varredura, para retirada de todos os gravetos, plantas e raízes maiores, pois os de menor dimensão serviam para dar mais resistência aos tijolos.

Era preparada uma área bem maior do que o local onde seria feita a mistura da terra com a água, pois se fazia necessário ter um espaço bastante amplo, onde os tijolos seriam colocados para que os mesmos pudessem secar ao sol.

Uma vez preparado o terreno, se procedia ao transporte da madeira até o local, madeira esta que seria utilizada para a posterior queima dos tijolos.

Preparados a lenha e o terreno, tinha início então o processo de escavação com a abertura de um buraco, no qual era depositada a terra revolvida e misturada com água, para formar uma liga homogênea. No início, esta mistura ocorria com o auxílio de enxadas, mas com o aumento da cova e a consequente expansão da quantidade de terra a ser misturada com água, o processo de mistura ocorria através do uso de cavalos, podendo ser utilizado um ou dois animais, dependendo da quantidade de tijolos a serem fabricados.

O senhor Bruno Gehrke comenta que o cavalo era encilhado, e que uma pessoa o montando, o conduzia para dentro da cova, para que este procedesse à mistura, enquanto outra pessoa colocava mais água, ou mais terra, conforme fosse a necessidade⁴⁴⁹.

Este procedimento era executado até o momento em que a mistura estivesse homogênea e bastante firme. A partir de então, tinha início o processo de moldagem das peças. Uma determinada quantidade de barro era lançada dentro de uma caixa de madeira com uma tela presa no fundo, para que o excesso de água pudesse sair⁴⁵⁰ (vale destacar que os tijolos então produzidos, tinham dimensões superiores aos tijolos atuais).

Esta forma na qual era colocada a mistura de terra e água e que dará origem ao tijolo, de acordo com o senhor Bruno, era como se fosse uma caixa, com laterais confeccionada em madeira e o fundo era uma placa metálica com diversos furos, como se fosse uma peneira.

No lançar do barro dentro da forma, era aplicada uma certa força, para que todos os cantos fossem preenchidos e o tijolo não ficasse com falhas. Em seguida, conforme nos relata o senhor Bruno Gehrke, outra pessoa vinha, passava por cima da forma um pequena vareta para retirar o excesso de barro, bem como para nivelar a peça. Na sequência, a peça era retirada da forma, colocada diretamente no chão, para que secasse ao sol, por um período não superior a três dias.

⁴⁴⁹ Os entrevistados narram que este buraco que era aberto para retirada da terra, seria mais tarde aproveitado para o acúmulo de água para saciar a sede dos animais domésticos, ou seja, o buraco era transformado em um açude, sendo em alguns casos inclusive expandido.

⁴⁵⁰ Existe no acervo do Museu da Imigração Pomerana um molde para fabricação de tijolos. O mesmo, ainda não inventariado, encontra-se exposto na sala dedicada ao *Trabalho*.

Aqui era um momento crucial para a produção de tijolos, uma vez que estes ainda eram bastante sensíveis e necessitavam de manipulação, pois a sua face, que estava em contato direto com o chão, tinha que ser virada em torno de três vezes, para que a secagem ocorresse de forma homogênea. Este era um dos momentos que mais ocorriam quebras, juntamente com o momento em que eram transportados para o local onde seria feita a queima.

O senhor Bruno lembra que não raras vezes, quando produziu tijolos, tanto na residência dos seus pais e tios, quanto mais tarde, já na década de 1960, quando construía a sua residência, ocorreu que no momento em que acontecia a secagem dos tijolos, afluíam chuvas fortes que desfaziam o trabalho de um dia inteiro de mistura do barro e modelagem dos tijolos. Ele lembra também que eram feitas tentativas de salvar a produção, mas que surtiam pouco efeito, uma vez que não existiam muitas alternativas.

Passados três dias, o senhor Bruno nos relata, fazia-se necessário fazer o transporte dos tijolos já enrijecidos até o local onde ficaria posicionado o forno. Os tijolos eram então posicionados de modo a formar uma espécie de paralelepípedo, cujas dimensões variavam conforme a quantidade de tijolos produzida, podendo ter até três metros de altura. Esta estrutura contava com três ou quatro aberturas (o número de aberturas dependia da quantidade de tijolos feitos) que seriam utilizadas para alimentar o fogo. Os tijolos eram acomodados deixando entre si um pequeno espaço, por onde circularia mais tarde o calor emanante da queima.

Finalizada a montagem dos tijolos, se procedia a colocação da lenha e o acendimento do fogo, que num primeiro momento era um fogo de baixa intensidade, uma vez que os tijolos, de acordo com Bruno, “suavam”, e isto fazia com que a queima ocorresse de forma lenta. No momento em que se verificava que os tijolos estavam já completamente secos, não “suando” mais, a fornalha, como era chamado o local de queima, era tapada com terra, de forma a não escapar mais calor por entre os espaços deixados abertos entre os tijolos, e assim, concentrar todo o calor e efetuar o processo de queima dos tijolos.

O fogo era então alimentado de maneira a produzir o máximo de calor. No momento em que os tijolos ficassem “vermelhos”, conforme afirma o senhor Bruno, o processo de queima poderia cessar, uma vez que estavam prontos os tijolos.

Ocorria então o esfriamento natural dos tijolos e dentro de 24hs poder-se-ia utilizá-los na edificação da obra para os quais foram fabricados.

Esta descrição minuciosa se deu através de relato do senhor Bruno Gehrke e também de sua esposa, a senhora Magali, e mesmo suas falas referindo-se a um período relativamente recente (década de 1960), percebemos através da análise das fotografias analisadas na sequência, que a produção, algumas décadas antes, seguia exatamente este ritual. Podemos afirmar também que, mesmo que ambos os narradores sejam oriundos da região colonial de São Lourenço do Sul, provavelmente não ocorriam muitas diferenças em relação à forma como ocorria a fabricação de tijolos no restante da região colonial da Serra dos Tapes.

A mecanização da produção vem a ocorrer já na década de 1930 na Villa de São Lourenço, conforme pode ser observado nas reportagens veiculadas nos periódicos, porém, mesmo com avanços tecnológicos, estas empresas continuavam a fornecer a opção de tijolos artesanais, que de acordo com os nossos entrevistados, seriam de qualidade superior.

De forma a ilustrar a descrição efetuada anteriormente, e complementar a análise dos registros preservados no acervo do Museu da Imigração Pomerana, reproduzimos abaixo duas fotografias de autoria do fotógrafo Heinrich Feddern, que são de uma qualidade informativa que salta aos olhos já na primeira mirada sobre as mesmas.

Sem informações sobre a localização geográfica e cronológica dos registros⁴⁵¹, limitar-nos-emos a fazer uma descrição dos registros, os quais, como já dito, dialogam de forma constante com os relatos dos senhores Bruno Gehrke e da senhora Magali Jeske, sintetizados anteriormente.

Na primeira fotografia (Figura 46), podemos ver o buraco no qual é preparada a mistura de terra e água. Percebemos que neste caso, foi utilizado somente um cavalo. O processo de retirada da terra e confecção de tijolos era executado por toda família, até mesmo as crianças ajudavam, pois havia pressa em fazer os tijolos e edificar a residência.

⁴⁵¹ A não ser a data de atuação do fotógrafo com este nome que está situado entre as décadas de 1920 e 1930.

Ao lado do buraco, percebemos a presença de uma pipa e uma tina, que eram utilizadas para o transporte de água até o local.

Ao fundo, percebemos uma edificação, cujas paredes e cobertura são feitas de palha. Não foi possível precisar se tal construção foi apenas utilizada como espaço de apoio para a família enquanto procedia à fabricação dos tijolos e à posterior construção da casa, ou se realmente foi a residência utilizada pela família.

Ao lado deste primitivo edifício, vemos uma aglomeração de madeira (lenha), que seria o combustível utilizado na queima dos tijolos. Em frente à lenha, vemos as fileiras de tijolos devidamente posicionadas para secagem.

A escolha do local onde seria edificada a casa, não seria muito longe do local onde foram feitos estes registros, cujas razões já explicitamos anteriormente. Além disso, percebemos a presença de uma “cerca” de bambus, que era bastante apreciado pelos colonos, uma vez que forneciam uma proteção natural contra intempéries naturais, principalmente de ventos fortes.

Percebemos a presença de onze pessoas. Supomos que seja uma família que está sendo ajudada por parentes/vizinhos, costume bastante comum entre os moradores das regiões estudadas.

Nenhum dos retratados usa qualquer tipo de calçado. As mulheres, todas, foram retratadas usando saias, e com um lenço na cabeça. Notamos apenas a presença de uma criança, uma menina, que se encontra sentada em uma das laterais da cova de onde era extraída a terra.

Pelo tipo de fotografia, pelo cenário apresentado, dificilmente os personagens tenham efetuado alguma troca de roupa para posar para o fotógrafo.

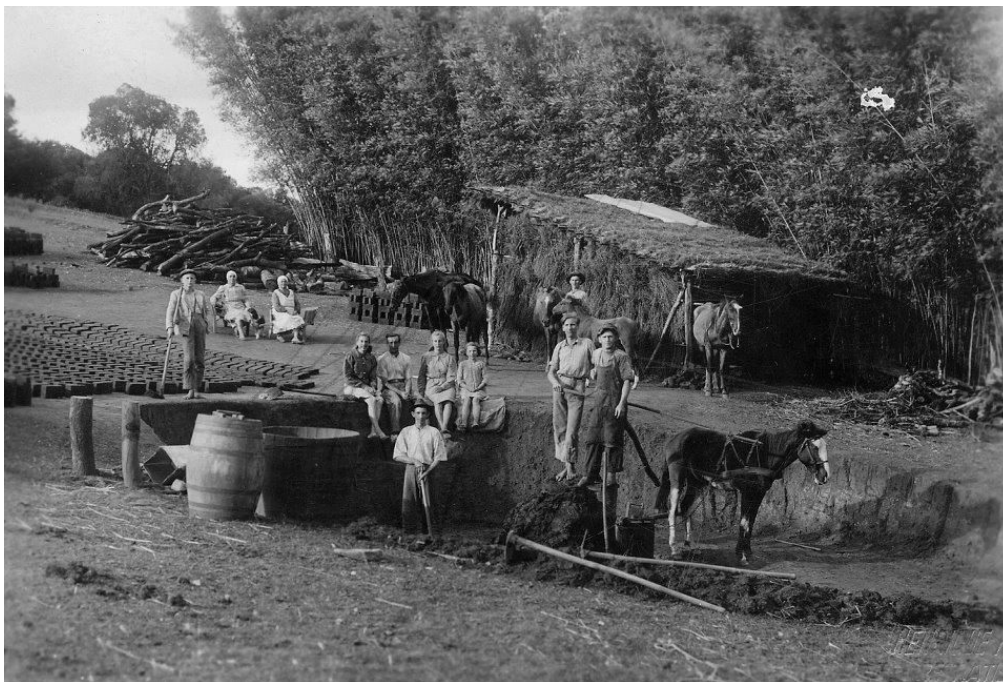


Figura 46: Processo de fabricação de tijolos
Fonte: Museu Histórico de São Lourenço do Sul (sem nº inventário). Autor: Heinrich Feddern



Figura 47: Processo de fabricação e tijolos.

No segundo registro (Figura 47), percebemos uma grande quantidade de tijolos colocados em pé, de modo que suas laterais sequem.

Dos sete personagens retratados, todos são do sexo masculino. Todos estão posando para o fotógrafo.

Próximo a um edifício, percebemos a presença de algumas árvores que se assemelham a árvores frutíferas e uma certa quantidade de lenha, que conforme já foi destacado anteriormente, provavelmente seria utilizada para a queima dos tijolos.

No canto direito vemos uma estrutura montada de tijolos, local para o qual, provavelmente estão sendo levados os restantes que ainda podemos ver espalhados pelo terreno. Este seria o forno de queima.

Percebemos que a parte superior do forno já se encontra com terra. Este era um costume, conforme aponta Bruno Gehrke em seu relato, que não era muito utilizado. Tratava-se de tapar a parte superior, efetuar a queima inicial e num segundo momento tapar o restante da estrutura. A forma como era efetuado isso, dependia do fabricante. De acordo com nosso depoente, isso não interferia no resultado final.

No canto inferior da fotografia, vemos o local de onde foi retirada a terra, matéria prima para a fabricação os tijolos.

Feitos estes apontamentos, nos deteremos agora a analisar as fotografias que retratam estes momentos, já que não podemos, conforme apontado anteriormente, considerar estas fotos como registros de empreendimentos, uma vez que a sua montagem, a sua existência, ocorria somente era durante o processo de construção de um novo edifício na propriedade. Vale destacar que nenhum registro desta natureza foi encontrado nos acervos do Museu da Colônia Maciel e no Museu da Colônia Francesa.

Já no Museu da Imigração Pomerana, o registro (03)246 mostra uma olaria com um pequeno grupo de pessoas trabalhando. O registro (03)247 mostra o forno de queima de alguns tijolos e a fotografia (03)248 retrata um grupo familiar composto por adultos e crianças, efetuando a produção de tijolos.

Vale destacar a grande importância que esta atividade possuía na região, uma vez que após a instalação efetiva dos colonos, as suas residências e mais

tarde os galpões passaram todos a serem construídos com tijolos, todos estes fabricados em casa, de forma artesanal, conforme a descrição feita anteriormente, que guarda forte semelhança com os registros imagéticos acima descritos.

Feita a produção de tijolos, entra em cena um novo tipo de ocupação, que é a do *Pedreiro*, ou seja, daquele profissional que é responsável por edificar todo e qualquer tipo de edifício em alvenaria. Podemos ver estes profissionais atuando nas fotografias (03)249, (03)250, (03)251, (03)252, (03)254 e (03)255. São diferentes os edifícios erguidos em cada uma destas fotografias. Podemos visualizar a construção da igreja⁴⁵² da comunidade de Bom Jesus e da sua torre⁴⁵³, o processo de acabamento de uma ponte⁴⁵⁴ e os demais edifícios, como residências e galpões.

Sabemos, através da análise de diferentes fontes, que estes profissionais não se dedicavam única e exclusivamente a esta profissão, mas a executavam quando havia demanda. O depoimento de Bruno Gehrke, Nair Hübner e Elda Ebel comprovam isso. O senhor Bruno Gehrke destaca que inclusive atuou como pedreiro em diversas oportunidades, mas que sua verdadeira profissão era a de agricultor. Nos registros das escolas municipais de São Lourenço do Sul, preservados na Secretaria Municipal de Educação, temos um outro indicativo de tal prática. No registro de matrícula dos alunos, eram colocadas informações sobre os seus pais, informações tais como endereço, nome e profissão. De todos os registros analisados, em nenhum momento aparece a profissão pedreiro. O que nos leva a concluir, conforme já dito, que a profissão não era algo fixo, mas uma forma de auxiliar nos gastos domésticos em tempos que o trabalho na lavoura não exigia sua integral atenção.

Sabemos que os serviços de arquitetos ou engenheiros não era requisitado. De todas as entrevistas analisadas, nenhuma faz referência a estes profissionais. E mesmo quando seus serviços eram contratados, como no caso da Igreja de Sant'Anna na Colônia Maciel, cujas plantas hoje estão preservadas no Museu da Colônia Maciel, sabemos que o processo construtivo contou não com profissionais, mas sim com o trabalho voluntário de pessoas que pertenciam

⁴⁵² (03)254

⁴⁵³ (03)255

⁴⁵⁴ (03)250 e (03)251.

à comunidade⁴⁵⁵. A utilização de trabalho voluntário e coletivo na construção de obras públicas como igrejas, escolas e pontes era bastante comum. Sobre este aspecto, falaremos com mais afinco na sequência.

A última ocupação da qual existe algum tipo de registro fotográfico se refere à temática *Saúde*. São dois registros (03)256 e (03)257 que fazem parte da coleção doada por Guerda Koch e tem autoria atribuída a Wilhelm Weigärtner. Como já dito anteriormente, Weingärtner atuava como farmacêutico, odontólogo e médico, e as fotografias provavelmente são registros desta sua ocupação, onde vemos, na primeira foto, uma espécie de tumor que foi retirado de paciente e uma série de tesouras, e, na segunda, um problema na região anal de uma paciente.

Percebemos que possivelmente tratavam-se de moléstias raras, pois foram as duas únicas fotografias deste gênero encontradas em seu acervo⁴⁵⁶.

A profissão de médico, embora não exercida em conformidade com as exigências do período, não impedia que existisse na região por nós estudada. Geralmente praticada por profissionais com formação no exterior, não possuíam muita credibilidade entre a população. Conforme Nair Hübner⁴⁵⁷, somente se procurava a ajuda de um médico quando o paciente estivesse à beira da morte, o que o associava diretamente a esta. Assim, por mais grave que fosse a enfermidade, os colonos hesitavam muito em procurar algum médico ou mesmo ir para um hospital. Eles preferiam a ajuda de um benzedor ou benzedora.

Quando nos referimos ao conjunto de crenças que fazem parte do patrimônio cultural dos descendentes de imigrantes que residem na Serra dos Tapes, referimo-nos a práticas e superstições ancestrais, que por meio da transmissão oral, passaram de geração em geração e que não são necessariamente reconhecidas como sendo parte integrante dos bens culturais de natureza imaterial destes grupos.

Muitas destas crenças tem sua origem em solo europeu e foram trazidas pelos primeiros imigrantes, crenças que encontraram um solo propício para o enraizamento e propagação.

⁴⁵⁵ Conforme relato de José Portantiolo e João Casarin.

⁴⁵⁶ Vale destacar que todo o acervo de Wilhelm Weigärtner foi doado ao Museu da Imigração Pomerana. O acervo é composto por livros, instrumentos cirúrgicos, frascos de medicamentos, fotografias, documentos e objetos diversos.

⁴⁵⁷ Entrevista com Nair Hübner, 2014.

Um país onde a infraestrutura das regiões colonizadas era deficiente, quando não inexistente, permitiu que as famílias não permanecessem, num primeiro momento, sob olhar atento e vigilante de representantes da Igreja, o que fez com que práticas pagãs, condenadas pelos clérigos, pudessem ser praticadas sem grandes constrangimentos ou restrições.

Desta forma, preservaram-se até o presente muitas destas manifestações, cuja análise permite entender um pouco mais sobre diferentes aspectos destes grupos. A crença em fenômenos de ordem sobrenatural, bem como a existência de profissionais cuja atuação e poder são reconhecidos em praticamente toda a região, povoa o imaginário dos habitantes da Serra dos Tapes, espaço geográfico que o presente estudo engloba. Estas crenças são das mais diversas ordens, podendo se referir a simples hábitos cotidianos, medos, até práticas de feitiçaria.

Tais costumes, tradições, em nenhum momento aparecem registrados no universo fotográfico, seja pela sua imaterialidade, seja pela marginalidade com que foram e ainda são, muitas vezes, tratados. Porém, optou-se por incluir esta análise no presente estudo devido à grande representatividade que tais práticas possuem ainda hoje, na região estudada, bem como devido às inúmeras referências às mesmas tanto nas entrevistas, quanto nas conversas informais empreendidas durante o trabalho de campo, o que demonstra a existência destas na vida cotidiana da população.

Maíra Vendrame (2007, p. 25 a 28) afirma que através da análise da obra de Carlo Ginzburg, autor que estudou a cultura camponesa na Itália dos séculos XVI e XVII, podemos perceber que “certas crenças em bruxas e ritos à fertilidade faziam parte de uma vasta cultura oral com origens pagãs que se difundia nos quatro cantos da Europa e que não desapareceu totalmente frente à expansão da religião católica na época moderna”. A mesma autora afirma que “essa visão de mundo é característica das sociedades agrárias com formação antiga, e, ao que parece, fazia-se presente entre os imigrantes” que chegaram ao Brasil. “Para os colonos tais crenças não dificultaram a vivência dos sacramentos, mas, para os sacerdotes, a religiosidade popular era uma questão que devia ser controlada”. Desta forma, a “população procurava fazer com que as forças sagradas agissem no sentido de atender suas necessidades cotidianas, estabelecendo uma relação de troca com o sagrado, ao solicitarem proteção às

lavouras, aos bens materiais e à saúde das pessoas” e através da “construção de uma ‘capelinha’, constituíam vínculos com determinados santos, possibilitando que se estabelecesse uma relação de troca com o sagrado”.

Ainda em consonância com a mesma autora, de acordo com o pensamento que vigorava entre os imigrantes, “as doenças tinham origens sobrenaturais, por isso nada mais seguro do que recorrer aos santos para obter a cura de seus males”. Ela afirma que provavelmente “havia a concepção de que as doenças estavam associadas aos pecados cometidos”, neste sentido a autora afirma que os imigrantes, “dentro do seu mundo, criaram meios para fazer com que suas crenças fossem atendidas”, e os “sacerdotes reagiram frente a essas situações”, fazendo uso de diferentes instrumentos “para garantir e afirmar o seu controle”. Assim, “não somente as casas das famílias deveriam ser bentas, mas também os parreirais, as plantações ao redor da casa, as árvores, os animais e os chiqueiros”. Maíra Vendrame afirma que, com a “proibição das visitas às benzedadeiras, aumentou o número de pessoas que passaram a procurar o padre para benzer diversas doenças físicas”, o que fez com que “por um lado, os sacerdotes espantavam-se frente às crenças dos imigrantes, por outro tiveram que ser condescendentes com esse tipo de manifestação”.

Apesar do estudo acima referido estar circunscrito à região de colonização italiana da Serra Gaúcha, percebemos uma série de semelhanças entre a realidade estudada pela autora e o nosso campo de pesquisa.

Assim, vamos analisar, neste momento, algumas destas manifestações culturais com o objetivo de procurar entender de maneira mais ampla o repertório cultural de tais grupos e tentar situar tais práticas e rituais dentro de um universo mais amplo, de modo que, do nosso ponto de vista, estas manifestações podem sem sombra de dúvida serem consideradas como manifestações culturais de caráter imaterial.

Vale destacar que Gilberto Freire, em seu estudo sobre assombrações em Recife Velho, afirma que não foi preocupação “entrar no mérito de qualquer sobrenatural, cuja presença [existência], real ou suposta, apenas foi constatada através de testemunhos e de experiências” (FREIRE, 1987, p.8). O presente autor faz este mesmo alerta.

Num período em que os hospitais e os profissionais de saúde eram poucos, as enfermidades eram tratadas pela população basicamente com a utilização de chás e através da consulta com os benzedores.

As distâncias eram aumentadas em função do sistema de transporte deficitário, e principalmente devido à ausência de automóveis. Os profissionais que se dedicavam à cura por meio do uso de plantas ou palavras eram a única alternativa, a única esperança de salvação em muitos casos.

Mesmo atualmente, com os avanços tecnológicos, que tornam o acesso ao sistema de saúde muito mais rápido, a presença de benzedoras ainda é uma constante em toda a região estudada. Desta forma, por fazerem parte e estarem introjetados no cotidiano dos grupos estudados, tais práticas e profissionais passarão a ser analisados.

Antes de iniciarmos a explanação, vale destacar que a “simpatia” é um ritual praticado por leigos, onde basta que o mesmo tenha conhecimento dos materiais, palavras e etapas dos procedimentos, enquanto o benzimento e a bruxaria podem apenas ser executadas por pessoas credenciadas conforme os conhecimentos e crenças, por seus conhecimentos especiais ou por sua condição espiritual mágica que teriam sido “abençoados” ou “amaldiçoados” com tais poderes.

Foram poucas as referências a benzedores encontradas nos periódicos pesquisados. Lorena Gill (2007, p. 209-214) traz algumas referências a atuação deste tipo de profissionais na imprensa. As notícias encontradas pela referida autora são geralmente denúncias e processos movidos contra os mesmos, que em geral eram mulheres e negros.

Uma das poucas referências por nós encontradas em nossa investigação trata de um anúncio publicado com grande periodicidade no jornal *O Brado do Sul* de Pelotas no ano de 1860. A peça publicitária se referia basicamente a uma “deligencia para o Boqueirão” até a casa da “curandeira Maria Felipa”. A veiculação deste tipo de anúncio e a sua grande representatividade numérica nas edições subsequentes, faz com que acreditemos que a referida profissional gozava de grande credibilidade e que a procura pelos serviços da mesma era bastante representativa⁴⁵⁸.

⁴⁵⁸ *O Brado do Sul* 22/01/1860. Pelotas. Ano II, nº 245, p. 02.

No jornal *Voz do Sul* de 01 de março 1950 (p. 5), publicado em São Lourenço do Sul, na “Página Policial”, existe uma reportagem que trata da prisão e indiciamento de uma curandeira.

A reportagem referia-se à prisão de Mary da Silva, uma mulata que foi presa enquanto estava “concentrada sobre a mesa para descobrir a doença de um cliente”. De acordo com a reportagem, foram encontrados na mesa uma vela acesa, além de diversos objetos “próprios de uma feiticeira”, no entanto sem especificar que objetos seriam estes.

A ré dizia que recebia luzes do além e que por esse meio praticava curas. A reportagem cita ainda a grande clientela que a mesma possuía, bem como o fato de esta estar “amancebada com Artur Gebryske, operário quase sempre a serviço pelo interior”, ou seja, numa tentativa de desqualificar a honra da senhora, pois em uma sociedade extremamente conservadora, uma mulher que não fosse casada e cujo companheiro não fosse presente, era mal vista aos olhos da comunidade.

Mesmo não encontrando referências diretas sobre a atuação de profissionais de origem alemã, italiana ou francesa, podemos afirmar categoricamente que estes sim existiam, o que é comprovado através de relatos, em especial através da análise das entrevistas que efetuamos. O fato de estes geralmente residirem em localidades rurais fazia com que não ocorresse uma divulgação de suas práticas na imprensa, bem como possíveis denúncias nunca chegavam a ser feitas contra os mesmos.

Superstições, muitas delas, sem cunho religioso, mas que podem ou não evocar a Deus, Jesus Cristo ou a Trindade, são transmitidas de geração em geração. Pelo fato de serem crenças de cunho popular, não têm sua efetividade comprovada; porém, de acordo com os depoentes, mesmo não sabendo se determinada crença é efetiva ou não, melhor não arriscar, visto que algumas estão relacionadas com má sorte e inclusive morte de parentes próximos.

Helmar Rölke (1996), quando estudou os aspectos culturais da Pomerânia, fez uma compilação de várias superstições que acompanham as pessoas, nas diferentes etapas da vida. Em seu estudo sobre o grupo de pomeranos de Santa Maria do Jetibá no Espírito Santo, Joana Bahia (2011) também recolheu muitas destas crenças populares. Algumas destas são partilhadas pelo grupo de pomeranos analisados no presente estudo, outras são

totalmente desconhecidas, o que nos leva a crer, que várias destas podem ser elaborações mais recentes, ou que foram aprendidas pelo contato com os outros grupos sociais.

Em relação às crenças populares praticadas pelos descendentes de imigrantes italianos, temos o estudo de Maíra Vendrame (2007), já citado, e também a pesquisa de Angela Pomatti (2013) que faz um estudo sobre a prática do benzimento na região colonial de Pelotas. Já sobre imigrantes de origem francesa, tendo em vista a escassa bibliografia sobre o tema, somente foram encontradas referências nos estudos empreendidos por Leandro Betemps (2009).

Sendo assim, permeando referências já apontadas em outros estudos, juntamente com elementos observados ao longo da nossa investigação, bem como elementos obtidos através da realização e análise de entrevistas, reunimos um vasto *corpus* informacional sobre o tema, que apresentaremos na sequência, sempre sendo efetuadas as indicações de sua procedência.

A grande importância dada ao universo mítico religioso, como forma de explicação de fatos cotidianos é algo presente em toda a região da Serra dos Tapes. Zonas rurais se caracterizam por um grande quantidade de superstições. Temporais, mudanças bruscas das condições climáticas, são relatadas pelos nossos entrevistados como sendo constantes e que teriam, em tempos pretéritos, dimensões muito maiores do que atualmente. Uma alternativa encontrada por estes imigrantes seria a realização de pequenas simpatias, pequenas orações, com o objetivo de atenuar as consequências destes.

Para temporais, são inúmeras as “simpatias” conhecidas pelos nossos entrevistados. A senhora Magali Jeske⁴⁵⁹, descendente de imigrantes pomeranos, possui uma “simpatia”, que nas suas palavras é “certeira”. De acordo com a mesma, quando há um agrupamento de nuvens muito escuras e a ocorrência de muitos raios, trovões e ventos fortes, é o momento de colocar em prática os ensinamentos que aprendeu com o seu pai, o senhor Arthur Augusto Jeske.

Percebemos que este aprendizado teria seguido a linha de pensamento, na qual somente um homem pode repassar o seu conhecimento, o seu poder de

⁴⁵⁹ Entrevista com Magali Jeske, 2014.

cura, para uma mulher, e esta por sua vez a um homem, e assim sucessivamente. Tivemos o relato de que seria sim possível uma pessoa passar os ensinamentos a outra do mesmo sexo, porém, era necessário que tivesse uma mesa entre ambos, de forma com que as fórmulas mágicas não perdessem a efetividade.

Magali Jeske, nascida em 1945, relata que, munida de um machado, utilizado para cortar lenha no dia a dia, se posiciona na mesma direção em que o temporal se aproxima e faz um corte longitudinal na terra e em seguida um corte vertical, sobre o anterior, de maneira a formar uma cruz. O ritual, segundo a mesma, é realizado com a entoação das seguintes palavras, na língua pomerana: “Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, Amém”⁴⁶⁰.

De acordo com a entrevistada, no momento em que é feito o corte na terra, as nuvens se partiriam e o temporal perderia a sua força, não representando mais riscos para a lavoura ou mesmo para a casa e os animais.

A senhora Magali lembra ainda, do costume de jogar uma peneira, bastante fina, para fora da casa, em caso de temporais com queda de granizo. De acordo com a tradição, o granizo se dissiparia e as pedras reduziriam o seu tamanho conforme fosse a espessura dos buracos da peneira. A senhora Magali lembra ainda que, em caso de temporais, todos os espelhos deveriam ser tapados e deveriam ser evitados os locais próximos as janelas e portas.

Bruno Gehrke, descendente de imigrantes pomeranos, nascido em 1939, cita que em caso de temporais, sua mãe costumava colocar uma cruz feita de sal sobre a mesa, e que toda a família se reunia em um único cômodo, onde rezavam e faziam a leitura do *Himmelsbrief* (Carta Celeste).

A importância destes ritos é clara, quando percebemos através dos relatos uma série de prejuízos causados às lavouras por temporais de granizo, ventos fortes ou mesmo descargas elétricas. O senhor Bruno Gehrke lembra de um episódio: em sua propriedade uma descarga elétrica, produzida por um raio, matou 7 porcos.

Estas mesmas superstições relacionadas ao controle de questões relacionadas a mudanças climáticas foram citadas pelos entrevistados de Bahia (2011), mas não estão presentes no estudo de Rölke (1996).

⁴⁶⁰ “Im Namen Gott der Vater, das Kind und der Heiliger Geist, Amen“, conforme tradução nossa.

A prática realizada por Magali Jeske para “acalmar” um temporal, descrita acima, é praticada exatamente da mesma forma por Maria Scaglioni, descendente de imigrantes italianos e que reside na Colônia Maciel. Já Maria Zanetti, também descendente de imigrantes italianos, possui uma simpatia que consiste na repetição de algumas palavras que devem ser proferidas na direção do temporal, e que, de acordo com ela, fariam com que a tempestade se dissipasse.

Além de dominar o tempo, existem simpatias e credences relacionadas a cada um dos eventos mais importantes na vida da pessoa. Ações que devem ou não devem ser feitas por mulheres grávidas, crianças, adultos durante o seu casamento e até mesmo ações que não devem ser executadas em caso de morte.

Ginzburg (2010, p. 88) afirma que na Itália do século XVI exista um ritual denominado *perchtenlaufen* que consistia basicamente em ritos que eram compostos por dois grupos que se perseguiram, agitando chicotes e bastões de madeira, que seriam resíduos das antigas batalhas rituais, sendo o objetivo propiciar fertilidade das colheitas. O que de certo modo nos remeteu a uma prática bastante comum na região colonial de São Lourenço, que é o fato de “surrar árvores”, o que daria fertilidade e mais produção de frutos.

A crença no universo mítico é muito forte e presente nas comunidades estudadas. Muitas das práticas são formas de garantir uma maior tranquilidade, são maneiras de pôr em segurança seus entes queridos, não deixando que nenhum mal lhes aflija. Bahia (2011, p. 137) coloca que as chamadas superstições fazem parte dos rituais de passagem de cada pomerano. Podemos estender esta afirmação também para descendentes de outras ascendências.

Bahia (2011, p. 159) afirma ainda em seu texto que teve grandes dificuldades durante a realização das entrevistas para que seus depoentes exteriorizassem informações relacionadas às crenças populares. A autora atribui essa relutância em falar sobre tal tema devido ao fato de ter sido, durante muitos anos, alvo de duras críticas e repreensões por parte dos pastores locais, e esse atual medo de falar seria um reflexo deste período.

Enfrentamos em parte os problemas citados por Bahia. Conforme já foi exposto, o fato de o autor possuir descendência pomerana facilitou de certa forma o acesso às informações, bem como a introdução no universo de pesquisa

na Colônia Maciel já ser superior a uma década, o que facilitou em parte o trabalho naquela comunidade.

Em seguida, faremos uma compilação de algumas das crenças que puderam ser identificadas durante a pesquisa e que conforme pode ser averiguado, possuem uma continuidade temporal bastante grande, podendo em vários casos ser identificada uma herança europeia pré-imigração em várias destas práticas.

O nascimento de uma criança é um período bastante esperado. E o momento em que o casamento cumpre com o seu papel e a nova família tem início. Não é à toa que Bahia (2011) coloca que mulheres com problemas de fertilidade não são muito bem vistas na sociedade por ela estudada, pois não podem dar continuidade à manutenção da *Land*, o que significa o fim da família, a não continuidade da linhagem.

Desta forma, a nascimento de uma criança é um momento bastante esperado e comemorado por toda comunidade. É através dele que será perpetuada a família, que serão perpetuados os costumes ancestrais, independente de sua origem étnica.

Antes mesmo do bebê nascer, a gestante deve se ater a uma série de recomendações para que a criança não nascesse com nenhum problema de saúde. Dentre estes cuidados, podemos citar alguns no mínimo curiosos, que foram observados entre os descendentes de imigrantes pomeranos em São Lourenço do Sul.

A grávida não poderia passar por uma cerca de arame, sob o risco de o bebê se enrolar no cordão umbilical. Ela não poderia olhar para sapos ou rãs, sob o risco de a criança nascer com fissura labiopalatal (lábio leporino). Caso a futura mãe olhasse através do buraco de uma fechadura, a criança nasceria com estrabismo. Este último também é citado por Rölke (1996, p. 47).

Bahia (2011, p.143) cita alguns costumes praticados pelos pomeranos no Espírito Santo. Por exemplo, em caso de hemorragia e de muita dor, as parteiras amarravam um barbante na mão da mãe da criança, ou ainda enrolavam a criança em uma camisa do pai, para afastar qualquer mal que pudesse vir a ser provocado por bruxaria, porém, estes costumes não puderam ser identificados no grupo aqui estudado.

Após o nascimento, as preocupações com a criança não cessavam. Bruno Gehrke coloca que devido à fragilidade das crianças, existia uma grande mortalidade infantil que perdurou, na opinião dele, até a década de 1970. Antes desta data, conforme o entrevistado, a vacinação infantil ainda não ocorria de forma sistemática como ocorre hoje. Raras eram as famílias que iam a algum hospital. O parto era feito nas residências com o auxílio de uma parteira, que na grande maioria dos casos não tinha qualquer especialização na área.

Foram identificados alguns anúncios de parteiras nos periódicos consultados, porém sua atuação era basicamente restrita ao centro urbano de São Lourenço. No interior atuavam mulheres que no dia a dia eram donas de casa ou agricultoras e que não possuíam nenhuma formação para executar tal tarefa. Magali Jeske lembra que os partos de seus dois primeiros filhos, que ocorreram em meados da década de 1960, foram feitos por parteiras da localidade de Pinheiros. Os nomes de Olga Monteiro e Vilma Spiering são lembrados como sendo parteiras que atuaram naquela comunidade.

Dentre algumas das crenças populares, uma que chama a atenção é o método pelo qual se evitava que a placenta permanecesse dentro da barriga da mãe após o parto (o que poderia causar infecções). Assim, colocava-se a camisa do pai, do avesso, em cima da barriga da mãe. Para evitar que o umbigo da criança ficasse infeccionado, eram colocadas cinzas de cigarro sobre o mesmo. Estes mesmos costumes foram também relatados por Bahia (2011, p. 143).

Antes de completar o primeiro ano de vida não poderiam ser cortados os cabelos da criança. Para o corte das unhas não poderia ser utilizado nenhum objeto cortante, para isto as senhoras entrevistadas contam que cortavam as unhas dos seus filhos com os dentes. Nenhuma das entrevistadas soube expor as motivações de tal prática. Quando questionadas, colocam que era um costume e que somente o seguiam à risca. Este mesmo costume pôde ser observado por Bahia no Espírito Santo (2011).

Realizado o parto, já começavam os planos para o batizado. Antes de a criança ser batizada eram necessários uma série de cuidados. Bahia (2011) coloca que a mãe e a criança não podiam ultrapassar os limites da propriedade antes do batizado da criança. Este costume não foi verificado em São Lourenço do Sul.

Rölke (1996, p. 47) coloca que no dia do batizado a mãe não podia conversar ao longo do trajeto até a igreja, pois do contrário a criança se tornaria conversadeira. Já no caminho de volta, a mãe deveria sussurrar o pai nosso próximo aos ouvidos do pequeno filho, isto faria com que a criança aprendesse a oração com grande facilidade.

Ao término do batizado, a água utilizada pelo pastor era levada pelos pais da criança e era lançada sobre uma roseira, para que a criança sempre tivesse a face rosada (que é sinônimo de saúde). Deveria tomar-se muito cuidado para que esta água não respingasse sobre um cão, pois assim a criança adquiriria uma personalidade parecida com a do animal.

Caso a criança viesse a falecer antes de ter sido batizada, esta não poderia ter um velório. Apenas alguns parentes e vizinhos mais próximos eram comunicados e acompanhavam os pais da criança. O pastor não podia pronunciar o nome desta. O bebê não podia ser enterrado em um túmulo específico para ele, mas sim colocado sobre um túmulo de outro familiar, pois a criança não podia ter uma lápide.

Percebemos aqui que a criança antes de ser batizada era como que não existisse, uma vez que não estava autorizada a pronúncia de seu nome, nem abertura de uma sepultura, bem como a não autorização para colocação de uma lápide, que de certa forma é a garantia da sobrevivência na memória, da permanência da lembrança de sua existência.

Para evitar tal destino, que era bastante triste, era realizado muitas vezes o *Nout Tauf* (Batismo de urgência), que podia ser realizado por qualquer pessoa, não necessariamente um pastor. Tal liberdade era consentida pois a morte da criança era eminente e a espera da chegada de um pastor poderia tardar e a criança não resistir.

A criança antes de um ano de idade não pode se olhar em um espelho, sob risco de ficar uma pessoa com medo do futuro. Antes do primeiro ano, a criança também não podia pegar chuva, pois do contrário teria sardas, que só poderiam ser removidas através da aplicação de água de chuva acumulada naturalmente sobre uma pedra.

No dia em que a criança completa o seu primeiro ano de vida, esta passava por uma espécie de teste, no qual eram colocados a sua frente uma nota de dinheiro, um pedaço de pão e um livro. A criança era então estimulada

a escolher um destes objetos. O objeto escolhido seria aquele que a criança teria mais identificação, mais aptidão quando adulta. Bahia (2011, p. 146) cita este mesmo costume e coloca que o objeto escolhido seria aquele que a criança disporia com abundância no futuro, bem como seria um indicativo da profissão que seguiria: trabalho, comércio, estudo.

Crianças eram comumente levadas a benzedeadas para que fossem desfeitos o “quebranto” e o “olho grosso”. De acordo com nossas entrevistadas, estes poderiam ser passados para as crianças mesmo involuntariamente e até mesmo pelos próprios familiares (mais informações sobre benzimentos, serão fornecidas na sequência).

Os dentes da criança eram também motivo de certa preocupação. Nascer com dentes poderia ser considerado um mal sinal, pois a criança poderia ter poderes mágicos, muitas das vezes malignos. Rölke (1996, p. 49) coloca ainda que quando o primeiro dente nasce no maxilar superior, a criança corria perigo iminente de morrer, pois o dente estaria apontado para a terra, para a sepultura. Quando a criança perde o primeiro dente, a mãe o joga para trás, por cima da cabeça dizendo "Rato, rato eu te dou um dente de osso, dê-me novamente um dente de ferro"⁴⁶¹. Uma criança pular a janela era mal visto, pois acreditava-se que esta tornar-se-ia desonesta no futuro.

Em seguida, temos o casamento, evento de grande representatividade e grande importância. É o momento em que se constitui uma nova família. É uma cerimônia cheia de simbolismos e cheia de práticas de caráter mágico, que visam a assegurar o sucesso da união do casal e a sua prosperidade.

Todos os jovens solteiros eram proibidos de abrir guarda-chuvas dentro das residências, sob risco de não contraírem matrimônio.

No caso de uma mulher se casar e o irmão mais velho permanecer solteiro, o mesmo era conduzido até o forno onde são assados os pães e cucas, para sentar sobre o mesmo, com o objetivo de que o mesmo se casasse logo.

É um ritual interessante, pois este evento é tido como bastante constrangedor para o jovem. Os entrevistados lembram que o jovem era conduzido para o forno com a banda tocando músicas, todos os convidados acompanhavam, sob muitas risadas e gritos descontraídos. Em alguns casos, o

⁴⁶¹“*Mus, Mus ick gäw di'n knöckern Thän, Giw mi'n isern wäre*”, conforme tradução nossa.

forno acabava despencando com o peso e também eram produzidas fotografias no momento em que o mesmo estivesse sentado no local, para que ficasse registrada a sua demora em casar.

Podemos entender isso como uma espécie de imposição do casamento por parte de toda comunidade. Não casar em tempo era considerado motivo de desprestígio, pois é uma família que deixa de ser formada. O constrangimento pelo qual os rapazes passavam seria uma forma de pressionar os mesmos a se casarem.

Sentar sobre o forno tem uma conotação sexual: a sua colocação neste local seria uma forma de “esquentar o rabo” do jovem e fazer com que ele saísse de sua zona de conforto e procurasse por uma esposa. Bahia (2011) coloca que neste caso, o fogo é invocado como elemento de fecundidade.

No dia do casamento, tomava-se muito cuidado para que nada caísse da mão da noiva. Se viesse a ocorrer, seria o sinal de um dos seus filhos se perderia na vida. Neste dia também era evitado trancar portas, pois como explica Bahia, (2011, p. 202) isto significaria que a noiva poderia ter um neném trancado na barriga.

Percebemos ao longo de nossa pesquisa, que durante os casamentos são lançados muitos fogos de artifício. De acordo com Roelke (1996, p.71), o uso de foguetes, além de demonstrar alegria, é uma forma de espantar os maus espíritos, e foi uma criação que teria ocorrido com base numa crença antiga de fazer barulhos altos. Conforme este mesmo autor, na entrada da igreja observa-se quem primeiro pisava no interior do templo. Este, ou esta, mandaria e teria sempre a última palavra em casa.

A morte está, assim como os demais ritos de passagem, cercada de rituais e várias crenças populares. No momento em que uma pessoa falecia, todos os relógios da casa deveriam ser parados, somente devendo retornar a sua atividade um dia após o enterro da pessoa. Os espelhos eram também cobertos.

Os velórios até a poucos anos atrás eram sempre realizados na residência do falecido (sobre o tema morte, ver mais informações no capítulo especificamente dedicado ao tema). Por este fato, várias das crenças estão diretamente relacionadas à casa. Estas práticas relacionadas com a morte foram todas abordadas por Bahia (2011) e algumas delas por Rölke (1996).

De acordo com a crenças, o morto só poderia ser retirado de sua casa com a cabeça posicionada para a frente, em direção à porta, pois se o mesmo saísse de costas ele, no caso o espírito, poderia retornar. No momento em que fosse feito o traslado do corpo até o cemitério, o cortejo não poderia se deter durante o trajeto em hipótese alguma, sob risco de uma pessoa que residisse próximo ao local da detenção fosse a próxima a falecer.

Até alguns anos atrás, o traslado era efetuado por meio de carroças puxadas por cavalos. Estes eram observados durante todo o trajeto, a fim de verificar o direcionamento dos seus olhares, pois seria aquela a direção/a casa de onde sairia o próximo morto da comunidade.

Bahia (2011, p. 297) coloca que caso o defunto morresse de olhos abertos, seria um sinal de que logo alguém da comunidade iria morrer. Em São Lourenço, pode ser verificado que quando isso acontecia, eram colocadas moedas sobre os olhos, para que estes permanecessem fechados e assim tentar enganar a morte.

Conforme Roelke (1996, p.82 e 83), o gritar da coruja era visto como prenúncio de uma morte iminente. Segundo o autor, alguns sonhos poderiam ser presságio de uma morte. Durante o féretro, era proibido falar mal do defunto, pois sua alma ouviria as maledicências e acusações e poderia voltar para se vingar. Bahia (2011, p. 302) cita ainda algumas práticas mágicas que eram usadas para fazer frente à volta dos mortos: “encostar a vassoura na frente da casa ou pendurar panos molhados na porta da entrada”.

Temos ainda a proibição de transplantar mudas de salsa. Estas somente podiam ser semeadas, nunca transplantadas, pois do contrário, alguém da família iria morrer em breve.

As crenças relacionadas com as festividades são bastante comuns. Magali Jeske diz que não podia faltar comida no primeiro dia do ano. O costume praticado pela sua família era de que todos os estoques de todos os produtos alimentícios deveriam estar completos na despensa, não poderia faltar nada nesta data, mesmo que não fossem consumidos, pois do contrário o produto faltante seria escasso ao longo do ano. Isto, de certa forma, podemos relacionar com os primórdios da imigração, quando as condições financeiras das famílias eram precárias e, assim, o medo da fome era mais presente. O costume foi

mantido, mesmo que o fantasma da falta de alimentos tenha há muito se dissipado.

Além disso, no primeiro dia do ano, era expressamente proibido o consumo de carne de frango. Apenas era consumida carne suína. O porco, ao revirar a terra, estaria indo em busca do futuro, enquanto que a galinha cisca para trás, o que seria um sinal de atraso de vida.

Existiam também algumas práticas que eram executadas na noite de Ano Novo, quando as moças solteiras abriam a porta de entrada da casa e, ficando de costas, jogavam um chinelo por cima da cabeça, para trás. “Se o chinelo caísse indicando para fora da casa, era sinal que iriam casar no ano novo. Se o chinelo indicasse para dentro de casa, permaneceriam solteiras por mais um ano” (ROELKE, 1996, p. 61).

Além disso, a noite do dia 31 de dezembro era uma noite na qual a dona da casa dormiria com o hinário que era utilizado na igreja, debaixo do travesseiro. No outro dia pela manhã, ela abria o mesmo de forma aleatória e lia um dos cânticos, o mesmo daria indícios de como seria o ano que estava começando.

Bahia (2011) compilou alguns costumes que não foram identificados no grupo aqui estudado. Costumes tais como aquecer o forno onde se faz pão no último dia do ano, que garantiria longevidade e fecundidade à toda *Land*, bem como o fato de não lavar roupas no período entre Natal e Ano Novo.

Um costume bastante interessante praticado até os dias atuais refere-se à coleta do *oustar wootar* (água de páscoa). Trata-se de uma água que deve ser coletada em um rio, cuja correnteza, no ponto em que fosse feita a coleta, seja em direção ao leste, ou seja, ao local onde o sol “nasce”. Esta água deve ser coletada ainda na madrugada, antes do sol nascer, no domingo de páscoa. Devendo ser colhida por uma pessoa, que vai até o local desacompanhada. A pessoa não pode, durante todo o trajeto de ida e volta, rir ou conversar, sob pena de a água perder as suas propriedades mágicas.

A água deve ser, mais tarde, colocada em garrafas e utilizada para lavar os olhos, livrando-os de qualquer patologia. É uma água que pode ser mantida por um ano inteiro dentro da garrafa e a mesma não perderá a sua pureza. É uma água santa. Pode ser utilizada também para purificar ambientes. São colocadas algumas gotas nos cantos da residência, nos galpões, galinheiros, objetivando abençoar os locais.

Bahia (2011, p. 229), sobre este mesmo ritual, coloca que “a água de páscoa é colhida no período do ano mais sagrado e no dia considerado mais purificado (amanhecer, na direção em que o sol nasce), sendo observadas atitudes de relevância tais como o silêncio e o segredo”.

Os entrevistados lembram que apesar de ser cercado de simbolismo e a *oustar wootar* ser de grande utilidade na propriedade, sua coleta nem sempre era frutífera, pois este era um período em que ocorriam muitas brincadeiras entre os jovens.

Muitas vezes, os rapazes apareciam na hora em que uma moça ia fazer a coleta, e lhe davam sustos, com o objetivo de fazer a mesma rir ou falar. Caso isso ocorresse a água se tornaria *schlota wootar*, ou seja, água comum, sem poder mágico algum.

O senhor Bruno Gehrke recorda de um vizinho seu que foi mordido por um cão, gritou pedindo ajuda, mas que teve o socorro negado pela sua tia, pois esta estava fazendo a coleta de *oustar wootar*. Percebemos assim que, ao mesmo tempo que eram feitas brincadeiras, o ritual era sagrado e a água era bastante desejada.

A água para os pomeranos tem um poder especial, é sagrada. Isto já foi constatado por Bahia (2011). A água era usada para purificar o corpo do morto e usada em vários ritos de benzeção, conforme veremos em seguida.

Na Páscoa, na cidade de Pomerode em Santa Catarina, percebeu-se um costume bastante popular e que de acordo com conversas informais⁴⁶² seria uma tradição que teria vindo dos imigrantes pomeranos que povoaram aquela região. Trata-se da árvore de páscoa, que consiste em um galho seco, que é decorado com cascas de ovos coloridas. Este costume não pode ser verificado em São Lourenço do Sul com tanta frequência.

Na época de Pentecostes, uma tradição bastante comum e que pode ser visualizada nas casas até os dias atuais é o costume de colocar ramos de palma ou murta atrás de quadros e imagens sacras. É uma tradição, de certa forma, que pode ser associada ao Domingo de Ramos, porém ocorre em momento diferente.

⁴⁶² Informações presentes no diário de campo do presente autor, observadas em 2015.

A senhora Magali Jeske lembra ainda que, durante o dia 24 de junho, dia de São João, se colocavam todas as roupas na rua, em varais improvisados na sombra das árvores; com isto, seriam evitados os ataques de traças às roupas. É justamente no dia de São João em que são efetuadas as podas de parreiras.

Ginzburg (2010, p. 113) cita uma grande quantidade de curandeiros na Itália no século XVII. Segundo o autor, praticamente todas as doenças podiam ser curadas por meio de encantamentos, unguentos, sortilégios. Ele fala inclusive da existência de uma noite que era consagrada às mais diversas superstições populares, que era a noite de São João.

A mudança era um período de grande preocupação por parte dos pomeranos. De acordo com os nossos entrevistados, esta deveria ser efetuada em um dia sem vento. No caso de estar soprando vento a favor do roteiro que iria ser percorrido, este era um sinal de que não voltarão, mas que provavelmente terão outra mudança, para mais longe. Caso o vento seja “contra” era um indicativo de que provavelmente voltariam ao local de onde saíram, que não teriam sucesso na nova moradia.

De acordo com Bahia (2011, p.234), o período ideal para mudanças eram os dias que sucedem ao casamento, que é considerado um “período sem perigos”. A autora cita ainda Droogers (1984, p. 61), que afirma que os dias ideais para as mudanças seriam terças e sextas-feiras. Não se faria uma mudança na segunda-feira, pois se diz que “quem sai na segunda, vai vigiar os porcos”.⁴⁶³ Além disso, uma vez na casa nova, para que nunca faltasse dinheiro, eram colocadas quatro moedas, uma em cada canto da casa.

Dentre as crenças populares, talvez uma das mais fortes e que aparece em um grande número de famílias é a *Himmelsbrief* ou Carta Celeste. Trata-se de uma carta cuja origem é incerta, mas que o próprio texto que aparece na mesma nos oferece algumas pistas. Esta teria surgido no ano de 805 d.C., em um túmulo na Terra Santa. Atualmente existem versões da mesma tanto em alemão quanto em português.

Sua utilização ocorre de várias maneiras. A mais comum é a sua presença dentro da carteira, ou em uma moldura pendurada na sala da casa. A carta é usada como uma forma de proteção. Crê-se que quem a possuir não irá sofrer

⁴⁶³“*Wer Mondays wegtrekke dat wad da Schwin hore*”, conforme tradução nossa.

nenhum tipo de mal. Ela seria, quando levada próxima ao corpo, conforme aponta Bahia (2011, p. 357), como uma espécie de escudo. Em ocasião de temporais, a família se reúne toda em um único cômodo, e é feita a leitura da carta.

Relacionada a esta carta, foi percebida ainda atualmente, a grande importância que este item tem na comunidade estudada⁴⁶⁴.

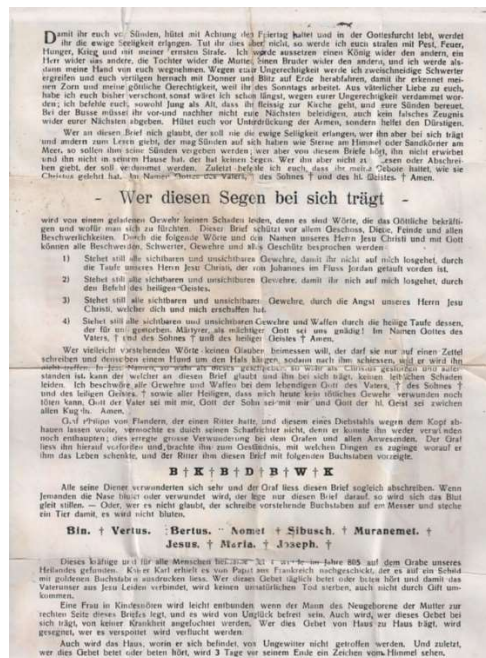


Figura 48: Carta celeste.
Fonte: Autor, 2015.

Bahia (2011, p. 365) afirma que embora a “linguagem destas cartas expresse valores universais, a sua circulação se restringe à população camponesa de origem Pomerana”. A utilização e crença no poder deste artefato não é “reconhecido como credo da tradição da Igreja Luterana”.

Até esta parte do trabalho, dedicamo-nos a falar um pouco mais sobre as crenças, as simpatias que eram executadas, principalmente entre os imigrantes de origem pomerana. Na Colônia Maciel e na Colônia Santo Antônio, foram verificadas algumas crenças, mas estas são bastante pontuais e estão mais

⁴⁶⁴ Aqui será feito uma rápida descrição, de cunho autobiográfico que ilustra a importância mágica de tal artefato. No momento em que o presente autor, transferiu sua residência, do interior de São Lourenço do Sul, para Pelotas, para fins de estudo, seus pais lhe presentearam com uma carta celeste, que passaria a proteger o mesmo a partir daquela data, momento no qual ele não poderia mais aos cuidados dos genitores.

relacionadas a práticas de benzeção, assunto sobre o qual iremos nos deter a partir de agora.

Apesar de esta temática não estar presente em nenhum dos registros fotográficos pesquisados no presente estudo, se faz necessário fazer uma análise sobre o mesmo, devido à grande importância dada a esta prática, dentro dos grupos pesquisados. Esta importância pode ser percebida através da análise dos relatos, bem como através da observação direta efetuada em campo.

De acordo com Nikelen Witter (2001, p. 93), as práticas de cura popular são “uma série de saberes tradicionais, passados de geração em geração, constantemente adaptados e acrescidos de novos conhecimentos e que se disseminavam pelos mais diferentes segmentos sociais”

Diretamente relacionado com questões relativas à saúde e ao bem estar da sociedade, o benzimento era e ainda continua sendo uma prática bastante comum nas regiões estudadas. Geralmente praticada por mulheres, mas com a presença masculina sendo uma constante, estas práticas tinham como objetivo principal auxiliar no tratamento de enfermidades, tanto físicas quanto espirituais da população.

O entendimento que alguns dos historiadores tradicionais tinham em relação à grande procura por profissionais responsáveis pela realização de benzimentos ao longo da história, estava focado na existência de poucos profissionais habilitados para exercer a medicina, bem como a suposta ingenuidade e ignorância das pessoas que se deixavam levar por falsas promessas de cura (WITTER, 2001).

Sabe-se que no final do século XIX e início do século XX, as dificuldades de acesso aos núcleos coloniais, nos quais estavam localizados os grupos estudados, o que dificultava as consultas médicas e idas a hospitais, obrigando o enfermo a recorrer a tratamentos alternativos. Tais tratamentos em geral se davam através de ingestão de chás, e principalmente de idas a “curandeiros”⁴⁶⁵, como também são denominados os benzedores, que em tempos pretéritos, conforme depoentes, existiam em número maior.

Além disso, foi possível verificar a existência de outros fatores que determinavam a procura por estes profissionais, dentre estes, as dificuldades

⁴⁶⁵ Termo usado pelos próprios moradores.

financeiras. Sabemos que as consultas com médicos eram geralmente caras, ao passo que a consulta com uma benzedeira não necessitava de pagamento. Este, caso fosse efetuado, poderia ser com algum alimento, algum animal, conforme será analisado na sequência.

Contudo, mesmo que verificada uma diminuição no número destes “profissionais”, atualmente ainda é frequente encontrar mais de uma benzedeira na mesma comunidade. A sua presença na sociedade globalizada, onde o acesso aos remédios e a tratamentos médicos está ao alcance de quase toda a população, os tratamentos em muitos casos sendo gratuitos, oferecidos pelo Estado à população carente, é justificada pelo fato da crença das pessoas, por elas atribuírem em muitos casos a doença a infortúnios de ordem espiritual.

Sabemos e não ignoramos as dificuldades e as limitações de deslocamento que existiam naquele período, mas partilhamos da mesma opinião de Maíra Vendrame (2007), que afirma que muitas vezes os problemas de saúde, na visão dos colonos, eram causados por elementos sobrenaturais, e desta forma, de nada adiantaria um médico. A única possibilidade de cura era a consulta com profissionais que lidassem com questões relacionadas ao universo sobrenatural.

As doenças curadas pelas benzedeiros se configuram como perturbações que atingem não apenas o corpo, a esfera física, mas estão relacionadas a questões sociais, psicológicas e/ou espirituais que afetam a vida cotidiana como um todo (SANTOS, 2007).

Ainda sobre esta questão, de acordo com Angela Pomatti (2011, p. 83), a crença de que estas doenças seriam provocadas por feitiçaria, por mau-olhado, era muito presente, ou seja, as doenças teriam uma origem de natureza sobre-humana, e isso faria com que apenas tratamentos espirituais apropriados pudessem curar definitivamente a pessoa da enfermidade da qual sofria. Um tratamento com médico seria tempo perdido.

Esta afirmação é confirmada por Alzira Bender, em seu depoimento, que diz que para várias enfermidades os médicos não possuem tratamentos, nem existem medicamentos eficazes, e que estas podem ser curadas apenas através de benzimentos.

Sobre esta questão, a senhora Maria Scaglioni, em entrevista para Angela Pomatti, afirma que era bastante complicado ir até algum hospital a alguns anos

atrás, razão pela qual as pessoas faziam fila para se benzer na casa de sua avó, que era benzedeira na Colônia Maciel.

A fala é confirmada, de certa forma, pelo depoimento de Eldorilda de Ávila em entrevista para Angela Pomatti, que narra que em caso de alguma enfermidade, quando não fosse possível tratar a pessoa na localidade, esta teria que ir até Pelotas, o que era bastante complicado. Muitas vezes pessoas enfermas deveriam ir na carroceira de um caminhão de carga. A entrevistada cita que sua mãe, inclusive, teria morrido por complicações decorridas no seu parto, e pela demora em ter acesso a um tratamento médico.

Sabe-se de certa aversão/perseguição da igreja em relação a estes profissionais especializados nas benzeduras, cujas práticas teriam origem nos cultos pagãos pré-cristãos. As origens de tais práticas são incertas. Willems, citado por Bahia (2011, p.288-289), faz uma interessante observação. De acordo com o autor, a prática do benzimento seria uma espécie de assimilação dos imigrantes da “magia cabocla”, ou então, uma combinação de aspectos já presentes na cultura do imigrante e que se acentuaram na medida em que estes se aculturaram à sociedade local.

Logo, podemos afirmar que cada grupo étnico, no momento da sua transferência para o Brasil, seja esta voluntária, no caso dos imigrantes europeus, ou involuntária, no caso dos escravos africanos, trouxe consigo na bagagem elementos culturais que foram integrados às práticas dos nativos, dando origem a um complexo sistema de curas por meio de palavras, plantas, poções e rituais.

Essa fusão de culturas que é uma realidade em todo território nacional é percebida também nos grupos que são objeto de pesquisa do presente estudo. E a mescla de elementos oriundos de diferentes povos, e suas respectivas adaptações às características de cada grupo, faz com que a funcionalidade e eficácia de tais ritos sejam respeitadas por toda população independente de sua origem étnica.

A adoção destas práticas pagãs, atualmente com mesclas cristãs, pode ser entendida conforme aponta Edla Eggert (2004, p. 4-5) como um aspecto influenciado pela grande distância de sua terra natal. Uma vez estabelecidos no Brasil, foi possível adotar práticas religiosas mais autônomas, o que permitiu aliar as práticas de religiosidade popular (benzimento) e a frequência aos cultos na

igreja luterana ou católica, como foi muito bem verificado por Maíra Vendrame (2007), quando esta estudou o grupo de imigrantes de origem italiana instalados na antiga colônia de Silveira Martins.

Conforme Susana Araújo (2007, p. 38), a prática da benzeção é composta de rezas e orações, proferidas pelas benzedadeiras, com o intuito de aliviar os malefícios e curar as doenças que atingem o cotidiano dos moradores. Beatriz Lonner e Lorena Gill (2010, p.04) destacam que as ações praticadas por benzedadeiras são ações simples, embora cobertas de segredos e de rituais, e servem para apaziguar corpos que se sentem enfermos, mediante a fé em um ato simbólico.

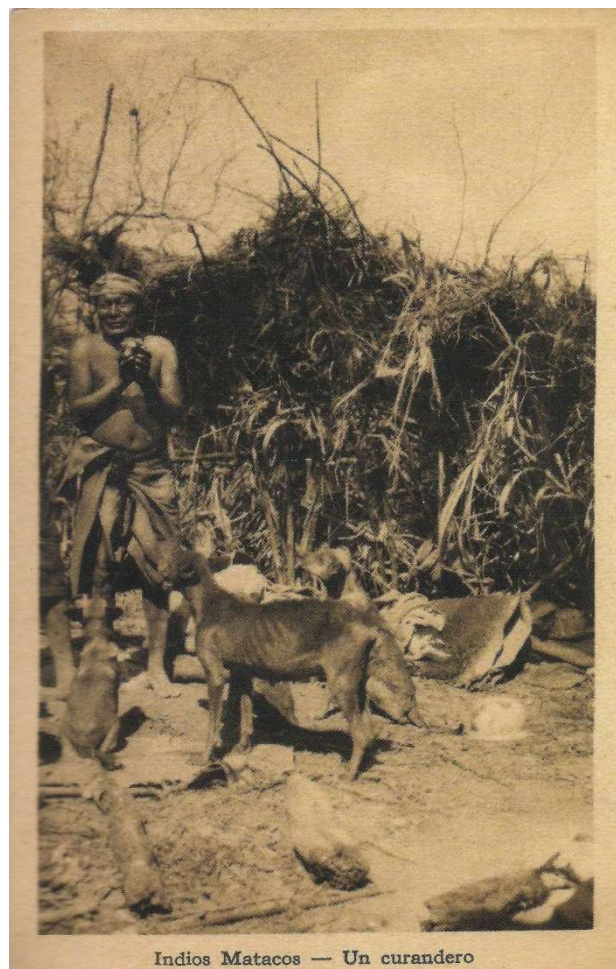


Figura 49: Indios Matakó – Un curandero

Fonte: MASOTTA, 2008, p. 202.

A figura trazida anteriormente (Figura 49) retrata um curandeiro da tribo dos Índios Matakó, que povoam a região do Chaco em território argentino. A

imagem, divulgada através de um cartão postal, comercializado nos grandes centros europeus em fins do século XIX, mostra, de certa forma, o exotismo com que tais práticas eram vistas. Conforme percebemos, as práticas de benzeção eram utilizadas na Europa, porém com limitações, e em território americano sofreram inúmeras influências das culturas locais. Na imagem reproduzida por Masotta, percebemos uma figura de um ancião, cercado de elementos da natureza, que poderiam, em muitos casos, ser utilizados na realização dos rituais. Podemos ver ao seu redor três cães que o observam.

A presença de elementos relacionados com a natureza é uma constante entre as benzedeadas até os dias atuais. Em vários dos rituais, estas fazem uso de plantas para realização das orações, ou até mesmo recebem o consumo de chás.

Léo Nogueira (2012) em seu estudo verificou a utilização de objetos e plantas nos rituais. De acordo com o autor, o uso de facas seria representação do corte do mal, ou seja, corta-se a doença e impede-se que a mesma avance ou retorne. Este utensílio seria muito utilizado em doenças tais como cobreiro e erisipela. Ainda de acordo com este autor, os ramos, muitas vezes usados, podem adquirir várias significações, dentre elas a transferência das características do ferimento para a planta. Algumas moléstias são benzidas com pequenos galhos, colhidos no momento da benzeção e que, depois de concluído o ritual, são descartados em locais específicos e, de acordo com a crença, conforme estes galhos secarem, ocorrerá a cicatrização/cura da moléstia

O benzimento não se restringe apenas a alguma moléstia. Este pode ocorrer como uma forma de se precaver de um possível dano, uma forma de abençoar algo. Estes rituais também não são praticados apenas em pessoas, podem ser estendidos a todo o universo comunitário.

Conforme destacou Joana Bahia (2011, p. 270) e Maíra Vendrame (2007), fornos de barro, ferramentas, a terra, pessoas, quase tudo pode ser benzido. Os benzimentos podem ainda ser utilizados para desfazer alguma bruxaria, ou para identificar o responsável por algum furto. Os animais eram constantemente benzidos, assim como os fenômenos climáticos.

Angela Pomatti (2011), em seu estudo sobre as práticas de cura na Colônia Maciel, constatou que todas as práticas populares de cura estão sempre relacionadas a questões religiosas. Ela constatou em seu estudo que as

benzedeiros, que atuavam na época de realização de seu estudo, ou seja, em 2011, possuíam em suas residências altares com imagens de santos católicos, cujos poderes eram invocados durante os benzimentos.

Este mesmo costume pode ser identificado em outros momentos. Porém, entre as benzedeiros de origem pomerana, identificadas como sendo luteranas, não são todas que fazem uso destes artifícios. Por exemplo, as senhoras Ilsa Bartz e Naira Kruger⁴⁶⁶ não possuíam qualquer imagem em seu ambiente de trabalho.

Já as senhoras Alzira Bender e Inilda Radunz possuem no ambiente em que realizam os rituais, uma mesa onde ficam dispostas algumas imagens, o que de certa forma poderia ser considerado contraditório, uma vez que as mesmas se identificam como sendo luteranas, porém fazem uso de imagens de santos católicos.

Unânime entre todas as benzedeiros analisadas é a invocação da Santíssima Trindade, geralmente na conclusão de um benzimento. Orações que invocam Jesus Cristo, Maria e o Espírito Santo também são comuns, assim como o Pai Nosso e a Ave Maria⁴⁶⁷.

Sabe-se que em vários momentos, houve por parte das Igrejas Católica e Luterana condenação às práticas de benzimento, que, na visão destas, concorriam com a sua eclesiástica, aspecto analisado por Maíra Vendrame (2007), que observa o modo como os padres palotinos passaram a conviver com este costume dos imigrantes.

A senhora Alzira Bender, quando questionada a respeito desta condenação por parte dos pastores, é direta, ao afirmar que “é contra quem não acredita” e afirma que nunca sofreu qualquer hostilidade por parte da Igreja. A mesma opinião é partilhada pela senhora Nair Hübner.

As benzedeiros nos grupos estudados são figuras conhecidas e reconhecidas pelos seus poderes. Estas usufruem de grande credibilidade no seu meio, e são extremamente respeitadas e bem vistas na comunidade,

⁴⁶⁶ Estas visitas ocorreram no ano de 2012 por ocasião do desenvolvimento de uma pesquisa coordenada por Lorena Gill, dentro do grupo de pesquisa do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, que tinha como objetivo fazer um estudo sobre as profissões em extinção na região sul do Rio Grande do Sul.

⁴⁶⁷ Vale destacar que Luteranos não fazem esta oração.

conforme foi verificado por Susana Araújo (2007), em seu estudo sobre as benzedoras na Ilha da Pintada em Porto Alegre.

Em relação ao aprendizado destes ritos, podemos destacar basicamente duas formas: através da aprendizagem com o auxílio de outra pessoa, ou pode ser um aprendizado espontâneo, que de acordo com as entrevistadas teria sido através da descoberta de um dom e podendo as revelações serem feitas durante os sonhos ou visões que estas teriam. De acordo com Carlo Ginzburg (2010, p. 35 – 92), as crianças nascidas com o pelico (membrana amniótica) estariam condenadas a se tornarem feiticeiros. Conforme algumas tradições populares, esta seria a sede da alma externa, e quem nasce empelicado teria o dom de ver fantasmas. Não ouvimos referências a este processo em nossas entrevistas. De acordo com nossos entrevistados, somente as duas primeiras formas de “aprendizagem” estariam presentes.

As senhoras Eldorilda de Ávila e Alzira Bender teriam recebido os ensinamentos através de um dom, enquanto os demais teriam aprendido tais orações e rituais através dos ensinamentos de uma pessoa. A senhora Nair Hübner, que recebeu o ensinamento de seu pai, conta ainda com o auxílio de um livro manuscrito que acompanha a família há muitos anos.

É interessante apontar que quando os entrevistados se referem ao fato de aprenderem os ensinamentos da benzedura com outra pessoa, este ensinamento deve ser ofertado através de uma pessoa do sexo oposto. Nunca pode ocorrer a passagem do conhecimento a uma pessoa do mesmo sexo sob risco da perda da efetividade dos rituais.

Porém, a senhora Maria Scaglioni teria aprendido os benzimentos com a sua avó, fato que foge à regra da transmissão dos ensinamentos. Há porém, uma forma de para que o poder de cura não se perca, mesmo que não seja respeitado o costume de uma pessoa do sexo oposto passar os ensinamentos. No momento da transmissão, deve existir entre os envolvidos uma mesa, que permitiria a manutenção da eficácia dos ensinamentos, conforme já dito anteriormente.

Poucos homens adquirem a função de benzedor. Foram citados alguns nomes de benzedores que teriam atuado na região. Mas todos já faleceram. O senhor Bruno Gehrke não se considera um benzedor. Ele apenas conhece alguns rituais que são usados para benzer animais.

Joana Bahia (2011, p. 271) destaca que não basta apenas demonstrar aptidão para o aprendizado mágico, é necessário ter dotes morais, tais como virtude e honra, para que a pessoa possa se tornar benzedora. Relacionado com este tema, pode-se verificar, através da observação participante, que a própria comunidade atua como fiscal de quem pode ou não assumir a função de benzedor. Uma benzedora na localidade de Santa Tereza, 3º distrito de São Lourenço do Sul, cuja identidade não será revelada por questões de privacidade, possui idade avançada, e demonstrou, em vários momentos, o seu interesse em repassar os seus conhecimentos a outra pessoa.

Um dos candidatos seria um dos seus sobrinhos (vale destacar, que de acordo com a mesma, ela deve passar os conhecimentos mágicos a alguém do sexo masculino, do contrário, os poderes perderiam o efeito); porém, este jovem sofre com problemas relacionados ao uso excessivo de álcool e a sua indicação é criticada por toda a comunidade, que serve como uma espécie de reguladora social do grupo através dos comentários repassados de uma família para outra.

Assim, a senhora, que conta atualmente com 84 anos, não encontrou até o momento nenhum interessado em aprender tais práticas, correndo o risco de que o seu importante patrimônio se perca no tempo.

Apesar de ter ouvido de mais de um depoente que para a transmissão do conhecimento mágico, para que não perdesse a eficácia, seria necessário que fosse transmitido a alguém do sexo oposto, foi verificado um número muito baixo de representantes do sexo masculino.

De acordo com alguns autores, a explicação para a atuação de mulheres como benzedoras, pode estar relacionada com uma passagem bíblica. A serpente é considerada como a produtora do fruto do pecado, contudo, Paiva (2006, p. 46) afirma que a árvore cujo fruto era proibido era a árvore do conhecimento, estando aí incluído o segredo sobre a reprodução humana, ou seja, o sexo. Ao provar daquele fruto, a mulher teria, na visão do autor, tido o conhecimento antes do homem, do sexo e dos outros segredos divinos, quando então foram repreendidos por Deus. Assim, argumenta o autor, que a mulher maligna era, portanto, a que tinha o conhecimento e inclusive aquela que conhecia antes do homem e mais que ele. Não seria à toa que a Inquisição julgou mulheres acusadas de feitiçaria e bruxaria e frequentemente foram condenadas à fogueira. Assim, tratava-se de reprimir rigorosamente um certo tipo de

conhecimento interdito ao gênero humano, que alguns, e sobretudo algumas, teriam se apropriado indevida e perigosamente. Outra vez o demônio estava por traz de tudo isso e usava a mulher como instrumento importantíssimo de sua ação.

Joana Bahia (2011, p. 271) também disserta sobre este tema. Para a autora,

ser benzedeira é considerado um atributo estritamente feminino, pois são as mulheres que se dedicam aos serviços domésticos, ao aprendizado sobre o uso medicinal das ervas, especialmente ao lidar com as doenças infantis, e melhor conhecem o universo religioso. Sua esfera de atuação compreende a cozinha, as crianças, a igreja (*Küche, Kinder, Kirche*) espaços sociais nos quais é aprendido o conhecimento mágico e (no caso dos pomeranos) são preservadas as línguas alemã e pomerana. É preciso que o benzedor tenha o mínimo domínio da leitura, que tenha uma vida correta, sem bebidas, sem excessos e com devoção à Igreja, senão a sua magia não tem força, não funciona. Além de os homens não possuírem o conhecimento necessário ao conjunto de transformações operadas no universo da casa, há o alto índice de alcoolismo que parece ser um dos motivos para que existam poucos exercendo a função.

Apesar de Joana Bahia (2011) citar a necessidade de as benzedeiros saberem ler⁴⁶⁸, ela constatou que a oralidade está na base de tal prática. Apenas uma das benzedeiros consultadas possuía registros escritos das fórmulas de cura. “*Alles im Kopf*” (Tudo na cabeça!) foi a resposta ouvida de três das depoentes, quando questionadas sobre como ocorre o registro destas práticas.

Conforme observações realizadas ao longo da pesquisa, percebeu-se que durante o ato de benzer, o benzido deve estar atento a algumas questões, tais como a posição das pernas e dos braços. Estes nunca podem estar cruzados, é necessário que o benzido fique sentado em uma cadeira, geralmente posicionada em frente a uma porta que dá acesso ao exterior da residência, ou mesmo ao ar livre. Ambos os pés devem estar em contato com o chão e as mãos apoiadas sobre os joelhos, viradas para cima, numa forma de permitir que o “mal” que estaria agindo sobre este saia e não permaneça no local onde está acontecendo o ritual.

⁴⁶⁸Todas as benzedeiros que foram entrevistadas sabem ler e escrever.

Assim, a “eficácia da benção se alicerça em dois pilares fundamentais: a fé daquele que benze e a crença daquele que é benzido” (NOGUEIRA, 2012, p.244).

Quando analisamos as benzedeadas, percebemos que, no geral, estas procuram basicamente se ocupar de cura de familiares e de vizinhos próximos. Porém, em alguns casos, a sua atuação se estende. Joana Bahia (2011, p.270) coloca que a benzedeadada está a serviço da comunidade em tempo integral. Isto algumas vezes não é muito bem visto, pois elas precisam abdicar dos seus momentos de lazer ou mesmo das atividades domésticas, para atender os clientes, pois recusar uma consulta seria considerado de certa forma uma ofensa e faria com que esta perdesse a sua credibilidade junto da comunidade.

Angela Pomatti (2011, p.97) constatou que benzedeadas afro-brasileiras seriam consideradas mais poderosas. Discordamos da autora, baseado nas falas dos próprios entrevistados, que afirmam que sim uma benzedeadada de outra região, de outra comunidade é considerada mais poderosa, mas que a origem étnica não exerce nenhuma influência sobre os poderes destas.

Sobre isto, Joana Bahia (2011) coloca que algumas doenças são consideradas mais difíceis de serem benzidas que outras (não é toda a benzedeadada que possui conhecimentos suficientes para benzer todas as enfermidades). Nestes casos, tais doenças são consideradas casos de bruxaria e as pessoas mais indicadas para benzerem, seriam benzedeadas que estivessem situadas fora da comunidade, de preferência pertencentes a outra etnia, e não necessariamente afro-brasileiras.

O não aceite de pagamentos ou cobranças pelo serviço prestado é unânime entre todas as benzedeadas. Elas não cobram dinheiro pelo que fazem, em geral recebem em troca produtos e alimentos, que significam uma forma de retribuição a uma dívida recebida. A benção que protege e cura os males da sociedade é uma dívida que assegura os laços e a unidade do grupo (MAUSS apud BAHIA, 2011). A gratidão e o medo do agravamento da enfermidade, ou uma possível maldição, faz com que exista um certo dever em efetuar o pagamento de uma benzedeadada, pelos serviços prestados pela mesma. A unanimidade de todas as profissionais consultadas, de não exigirem pagamento, é pautada justamente na sua certeza de que o mesmo, independentemente desta negação de obrigatoriedade, será efetuado.

O fato de ser um serviço onde não existe qualquer obrigação de pagamento faz com que as benzedoras não possam se dedicar exclusivamente ao ato de benzer. Dentre as mulheres que atualmente praticam benzimento, na região por nós pesquisada, todas possuem rendimentos oriundos da agricultura ou até mesmo de pensões ou aposentadorias, sendo que a gratificação pecuniária que por vezes recebem por conta do benzimento atua apenas como auxílio na sua sobrevivência, não como seu principal meio.

As benzeduras são consideradas de certa forma um tabu, sendo, portanto, pouco divulgadas. Desta forma, como objeto de pesquisa, optamos em utilizar depoimentos orais que foram tomados em diferentes oportunidades com distintas finalidades.

No ano de 2010, participamos da realização das entrevistas para a pesquisa de mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, de Angela Beatriz Pomatti. A pesquisa foi realizada com benzedoras que residiam nas proximidades da Colônia Maciel. O grupo de três entrevistas foi gentilmente cedido pela pesquisadora para integrar o *corpus* de fontes deste trabalho.

No ano de 2011, participamos da condução de um grupo até o interior de São Lourenço do Sul. O grupo era formado por pesquisadores do Núcleo de Documentação História da UFPEL, coordenado pela professora Lorena Gill, que levavam a cabo um projeto sobre profissões em vias de extinção. Nesta localidade o grupo efetuou a realização de algumas entrevistas com benzedores da região, sendo a grande maioria descendentes de pomeranos. Este grupo de entrevistas, que fazem parte do acervo do Laboratório de História Oral da UFPEL, foi gentilmente cedido ao autor pela professora Lorena Gill.

Em 2014, já no âmbito da pesquisa para o doutoramento, foram efetuadas algumas entrevistas com este tipo de profissionais. A primeira das entrevistas foi com a senhora Alzira Bender, nascida em 1945, benzedora bastante conhecida em São Lourenço do Sul, que exerce esta função a aproximadamente 10 anos. Mesmo que a senhora Alzira não atue no interior do município, optou-se em entrevistar a mesma, devido ao fato de esta ter residido uma grande parte da sua vida na localidade de Pinheiros, 3º distrito de São Lourenço do Sul, e ter sido o espaço onde aprendeu as suas práticas mágicas, bem como pelo fato de ser procurada por um número muito grande de pessoas oriundas do interior do

município. Foi entrevistada ainda a senhora Nair Hübner, nascida em 1939, cujo aprendizado foi herdado do seu pai, o senhor Carlos Hübner. Da mesma forma que a entrevistada anterior, Nair não reside atualmente na zona rural, mas a sua infância e o período em que aprendeu as práticas, foram vividas também, na localidade de Pinheiros.

Destacamos que os entrevistados Bruno Gehrke, Magali Jeske, Ilsa Bartz, Inilda Radünz, Naira Kruger e Alzira Bender, são naturais do município de São Lourenço do Sul e todos descendentes de pomeranos. Seus rituais são executados na língua pomerana ou na língua alemã.

Os senhores Bruno Gehrke, Magali Jeske, Ilsa Bartz e Naira Krüger foram entrevistados pelo grupo de pesquisa em Profissões em Extinção, citado anteriormente. Bruno Gehrke nasceu em 1939, filho de Irma e Adolfo Gehrke; Magali Jeske nasceu em 1945, é filha de Frida e Arthur Augusto Jeske; Naíra Krüger nasceu em 1946, e Ilsa Bartz, em 1930.

As senhoras Maria Scaglioni, Eldorilda de Ávila e Maria Zanetti foram entrevistadas por Angela Pomatti (2010), e são naturais no município de Pelotas, residentes na Vila Maciel e Colônia São Manoel, e são descendentes de italianos. Seus rituais são todos praticados na língua portuguesa. A senhora Maria Zanetti, nascida em 1925 na Colônia Maciel, filha de José Zanetti e Ana Isabel Casarin, que viria a ser filha de Mateus Casarin, cuja família está representada na foto (01)302; a senhora Eldorilda de Ávila, nascida em 1936, moradora da Colônia Maciel e filha de italianos, porém casada com um “brasileiro”; e a senhora Maria Scaglioni, nascida em 1944, residente na Colônia São Manoel.

A seguir, faremos a descrição de algumas das benzeduras mais praticadas, e que puderam ter o seu ritual identificado entre os entrevistados, e desta forma estão aqui transcritos. A realização de tais descrições tem como objetivo identificar semelhanças e diferenças nos rituais praticados. Procura-se, desta forma, entender se as particularidades étnicas influenciam na execução dos rituais de cura, ou se os mesmos são, por assim dizer, um conhecimento universalizado entre as benzedouras.

A descrição dos rituais ocorrerá da seguinte maneira. Será identificada a enfermidade, onde serão descritas as principais características destas, conforme as benzedouras. Logo, será feita uma descrição da forma como ocorre o

benzimento, bem como das orações pronunciadas, por parte de cada uma das profissionais, cujos relatos tivemos acesso para a realização do presente estudo.

Vale destacar que muitas vezes as palavras pronunciadas podem não fazer muito sentido, estas podem ser apenas balbuciadas, pois na reza de algumas benzedadeiras, as palavras deixam de transmitir uma mensagem. Importa é o ato de falar, que está dizendo algo, e não as palavras em si. É através do ritual de sua pronúncia que se procura comunicar (QUINTANA apud POMATTI 2011, p.102).

Helmar Roelke (1996, p. 52) afirma que

as fórmulas não podem ser ditas em voz alta, por um motivo simples: se o rezador, ou aquelas pessoas que está invocando a ajuda de Deus e que domina as fórmulas mágicas de cura, falasse em voz alta, o diabo em suas múltiplas formas de estar presente, poderia ouvir a invocação e atrapalhar todo o processo de cura.

Ainda sobre esta questão, Joana Bahia (2011, p. 278) coloca que as fórmulas mágicas dos benzimentos seriam pronunciadas de forma especial, ou seja, não devem ser ouvidas ou compreendidas por aqueles que estão sendo benzidos, pois são ditas em segredo. Somente as futuras benzedadeiras é que têm acesso à compreensão e pronúncia correta destas palavras.

O que pode ser verificado junto aos entrevistados de origem pomerana, que misturam nas orações o pomerano e o alemão, é o que Joana Bahia (2011, p.280) destaca como sendo a evidência do caráter estritamente sagrado que ambas as línguas possuem para o grupo e que aqui estão combinadas com o sussurro, que aumenta o seu caráter sagrado.

Durante a pesquisa, foi possível visualizar um livro manuscrito, que contém as fórmulas mágicas de benzimentos utilizadas pela senhora Nair Hübner. O livro foi-lhe repassado pelo seu pai, o senhor Carlos Hübner, que o teria recebido de sua avó.

No livro, podemos identificar três tipos diferentes de caligrafia. Os primeiros estão escritos com tinta na cor acobreada, em seguida, são fórmulas escritas à lápis. E mais para o final, com caneta na cor preta e azul, que teriam sido escritos pelo pai da proprietária do livro.

O livro de pequenas dimensões (15x8cm) tem suas folhas costuradas. As páginas são pautadas, e na parte superior estão numeradas as páginas. Contém ao todo 12 páginas de encantamentos, de fórmulas. Está todo escrito em

alemão. O papel é de uma espessura grossa, demonstrando ser um papel de boa qualidade, o que possivelmente permitiu que se mantivesse em um bom estado de conservação, mesmo tendo uma avançada idade, conforme se presume.

A proprietária do livro não permitiu que o mesmo pudesse ser lido, nem transcritas as suas fórmulas. Ele teve uma de suas páginas fotografadas e é tratado pela proprietária como sendo um tesouro, tanto pela sua importância na tradição do benzimento, bem como por ser uma relíquia familiar.

E é justamente aqui, que podemos afirmar que não concordamos com os autores que afirmam que os benzimentos seriam resultados de trocas culturais. Se as informações da depoente estão corretas, seus conhecimentos, suas práticas são as mesmas de há pelo menos 4 gerações atrás, sendo que uma destas era nativa do território europeu.

Vale apontar ainda que achamos pouco provável que tenham ocorrido, pelo menos nos primeiros anos, qualquer troca cultural com indígenas ou negros, seja pelo isolamento das comunidades teuto, seja pelo desconhecimento da língua local.

Carla Schneid (2008, p. 13) afirma que “tradicionalmente, os colonos eram muito místicos, tendo eles valores culturais e religiosos diferenciados, o que facilitou a aceitação das rezas e benzeduras dos indígenas locais, usados quando os problemas de saúde tornavam-se mais difíceis de solucionar”, mas o que não significa que estes não fizessem uso de práticas semelhantes já em território europeu.

Uma comprovação disso são as frequentes referências à utilização do livro *Das 6. und 7. Buch Moses*, publicação que contém a descrição de rituais e utilização de plantas para a cura dos mais diversos problemas, que teria sido escrito na Idade Média.

Moisés, de acordo com antigas tradições, ao invés de apenas cinco livros, teria escrito dez livros, porém, apenas cinco deles são considerados canônicos e foram incluídos na Bíblia (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio), os demais seriam considerados apócrifos. Os chamados Sexto e Sétimo livros

de Moisés⁴⁶⁹ teriam sido excluídos da Bíblia por supostamente ensinarem abertamente todo tipo de magia, através de uma descrição minuciosa.

A primeira referência ao mesmo ocorreu em um depoimento de uma benzedeira no município de São Lourenço do Sul. De acordo com a mesma, que pediu para não ser identificada, a benzedura estaria presente em sua família a várias gerações e os rituais teriam sido aprendidos por meio do estudo deste livro. Questionada, se ainda possuía a referida publicação, a resposta foi negativa. Joana Bahia (2001) menciona que seus entrevistados teriam citado este livro, mas que a mesma não teria tido a oportunidade de encontrar um exemplar. A consulta a uma versão do referido livro⁴⁷⁰ se mostrou surpreendente. O livro traz uma série de fórmulas mágicas com os mais diversos fins.

Por fim, vale destacar que um grande número das que serão transcritas na sequência do trabalho continua sendo praticada nos dias atuais, com pouca ou nenhuma variação, isso torna clara a afirmação de Stuart Hall (2014) de que globalização não faz com que as práticas culturais se extingam, pelo contrário, faz com que as práticas sejam fixadas e permaneçam cada mais fortes e enraizadas.

Um dos mais frequentes e mais populares “rituais” de cura é o contra o “cobreiro”. Conforme os entrevistados, esta é uma doença de pele caracterizada pelo aparecimento de bolhas com secreções. Sua origem estaria atrelada à passagem de uma aranha ou lagartas pelo local, ou mesmo a passagem destas por um arbusto e este entrar em contato com a pele. Não há remédios eficientes para o tratamento da doença, conforme os entrevistados. As pomadas fazem com que o ferimento fique úmido e retarde em muitos dias a sua cicatrização. Desta forma, o tratamento mais eficaz seria o benzimento.

A senhora Ilsa Bartz, para o benzimento do cobreiro, utiliza três galhos de arruda, balbucia uma oração, cujas palavras não puderam ser identificadas, e descarta os galhos em um local onde não refletia a luz do sol nem da lua.

A senhora Inilda Radünz faz o ritual de forma bastante semelhante, porém, utiliza outros arbustos no lugar da arruda.

⁴⁶⁹Das 6. Und 7. Buch Mose.

⁴⁷⁰ A versão por nós consultada é uma versão do ano de 2013, impressa pela Bohmeier Verlag, da cidade de Leipzig na Alemanha. Gostaríamos de agradecer ao professor Fábio Vergara Cerqueira pelo auxílio em nos facilitar o acesso à referida publicação.

A realização deste ritual também é descrita pelo senhor Bruno Gehrke, que narra a forma como uma antiga benzedeira efetuava o seu ritual de cura. A benzedeira que era conhecida como Uld Chinnaj na região, fazia o uso de galhos de murta porém, antes a mesma circulava com uma caneta o local da lesão, para evitar que essa se propagasse pelo corpo do indivíduo. Conforme o nosso entrevistado, o ferimento nunca ultrapassava a marca e começava a secar após a aplicação dos benzimentos.

Já Joana Bahia (2011, p.269) descreve o benzimento contra cobreiro da seguinte forma: “a benzedeira conta o número de erupções na pele e os reproduz num galho de uma árvore, quando o galho seca e apodrece, significa que a pessoa está curada”.

A senhora Maria Zanetti executa o seguinte ritual para benzimento do cobreiro: ela leva a pessoa até um chiqueiro de porcos, onde existe um cocho. Neste local, ela deixa cair um pouco de baba, e com o auxílio de uma faca, faz um sinal da cruz e diz as seguintes palavras: “o que corte” o benzido responde “cobreiro brabo” e ela continua “ai corto a cabeça e o rabo e a cabeça, que não brote nem reapareça, em nome de Deus e da Virgem Maria”. Ela então reza um Pai Nosso e uma Ave Maria três vezes.

A senhora Maria Scaglioni benze a pessoa perto do fogão, onde derrama um pouco de água, e no local onde está o ferimento, ela recita as seguintes palavras: “Cobreiro brabo, com o que eu te corto? Com barro de alegria, com barro do pote, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

O próximo ritual envolve verrugas que são erupções cutâneas que de acordo com os entrevistados teriam a sua origem em decorrência do contato com a urina de rãs. Esta seria uma ocorrência, cujo único tratamento eficaz seria o benzimento. Existem vários tipos de verrugas, desde as isoladas, cujo tratamento é simples, até aquelas que presentes nos membros das pessoas, que têm um tratamento um pouco mais complexo e exigem, portanto, benzedeiras especializadas.

O senhor Bruno Gehrke, que apesar de não se considerar um benzedor, conhece o tratamento para cura (eliminação) de verrugas menores e isoladas. De acordo com ele, deve ser passado um barbante na volta da lesão. Uma linha branca de preferência. Com esta, é efetuado um nó, citadas algumas palavras mágicas que não foram reveladas. Após a realização do ritual, o barbante deve

ser colocado em um local úmido, onde não bate sol, nem lua. Assim como o barbante apodrece, as verrugas desaparecem.

O rito praticado por Bruno é semelhante aos praticados pelas senhoras Maria Scaglioni e Maria Zanetti, que a exemplo de Bruno, fazem uso de um barbante. As palavras proferidas por Maria Zanetti são as seguintes:

Elias teve nove filhos, de nove ficou com oito, de oito ficou com sete, de sete ficou com seis, de seis ficou com cinco, de cinco ficou com quatro, de quatro ficou com três, de três ficou com dois, de dois ficou com um e de um com nenhum. Assim como diminui a família de Elias até o fim, que diminua essas verrugas.

Em relação a dores de cabeça, conforme nossos entrevistados, estas teriam origem através da luz. Seja do sol ou da lua, estando, portanto, o benzimento para esta enfermidade, relacionado com tais fenômenos.

Maria Scaglioni benze dores de cabeça com o uso de uma garrafa de vidro, dentro da qual a mesma coloca água e sal e com um pano sobre o gargalo, põe a garrafa sobre a cabeça do doente, esta então, em caso de “sol na cabeça”, faria borbulhas e a enfermidade sumiria.

Ilsa Bartz, em São Lourenço do Sul, usa técnica parecida, porém, substitui o sal por cinzas. Vale lembrar que o líquido devia ser descartado em local onde não pegaria a luz do sol, nem da lua. A senhora Inilda Radunz faz uso somente de palavras mágicas, que não foram reveladas.

Já a senhora Maria Zanetti tem uma oração: “a tua mãe que te pariu, Deus te crie, tens quebrante de olho mal ou de inveja, ou de mal olhado, que te seja tirado, em nome de Deus e da Virgem Maria, sol, lua, luz, em nome dela e da Santa Cruz (3 vezes)”. E então, ela reza um Pai Nosso e uma Ave Maria 3 vezes. Além disso, a entrevistada ainda faz uso de um copo de água com um pano branco, da mesma forma que o ritual descrito anteriormente, utilizado pelas outras entrevistadas.

Dentre as benzedeadas cujos relatos foram analisados, apenas a senhora Alzira Bender revelou que efetua benzimentos de plantações. O ritual que a mesma executa não foi revelado. De acordo com a mesma, ela benze para absolutamente todas as moléstias, inclusive animais e propriedades. Ela não faz uso de nenhum objeto nem de plantas, e suas orações são uma mescla do dialeto pomerano com o alemão, porém a mesma afirmou que nunca aprendera

o alemão, assim, ela atribui o conhecimento que possui deste idioma aos poderes que lhe foram conferidos.

Conforme Bahia (2011, p. 269), a simpatia usada para casos de lagarto no pasto e bicheira na vaca ocorre da seguinte forma: deve-se olhar para o pasto através de um capim amarrado e rezar para que ambos os males desapareçam de sua terra e de seu gado. Põe-se também uma cruz no meio do milharal para que Santa Bárbara possa proteger seu milho.

A colocação de caveiras de animais domésticos nos galpões também foi uma prática encontrada em uma série de residências, e cuja finalidade seria a de proteger aquela propriedade.

A peste em galinhas é uma enfermidade que se abate sobre as aves, que causa uma mortandade acentuada. De acordo com os entrevistados, sua origem estaria relacionada à água de má qualidade consumida por estes animais. O benzimento para combater tal praga foi citado apenas por um dos entrevistados. O senhor Bruno Gehrke citou que a Uld Chinnaj teria sido a responsável por erradicar esta de sua propriedade. A mesma teria sido chamada até a residência do entrevistado, e teria trazido consigo um arbusto que cultivou próximo à residência e, de acordo com o entrevistado, após este episódio, nunca mais houve esta peste entre suas aves.

Joana Bahia (2011, p. 270) cita que entre os descendentes de pomeranos, para curar a catapora (*poka*) em galinhas, era necessário pegar um pedaço de pau assa-peixe, o qual seria então cortado em um número de vezes igual ao número de erupções de cataporas que havia na galinha. Depois pendurava o pau em cima do fogão. Quando o pau estivesse seco, as cataporas teriam sumido da galinha. Vale destacar que este rito de certa forma se assemelha a um outro, porém praticado contra pessoas, visando ao seu aniquilamento, que será descrito na sequência. A erisipela é uma infecção cutânea que se caracteriza por vermelhidão na pele, além de forte coceira e ardência. Seu tratamento pelas benzedeadas consultadas é semelhante ao tratamento efetuado para o cobreiro, e descrito anteriormente.

A senhora Ilsa Bartz recita as seguintes palavras em seu benzimento: “77 erisipela existem. 77 estão de pé. 77 permanecem. 77 desaparecem⁴⁷¹”. Depois

⁴⁷¹77 Hose sind. 77 stehen. 77 hose vorgehen. 77 verschwinden.

de faladas essas palavras, ela soprava as feridas da erisipela em forma de cruz e fazia por 3 vezes o sinal da cruz, tocando a pessoa.

Já no Espírito Santo, o ritual de cura desta enfermidade se caracteriza pela pronuncia das seguintes palavras:

Mãe Maria e Jesus sua criança,
Brincavam juntos ao redor de um anel de ouro.
Jesus venceu, e erisipela desapareceu.
Dito três vezes em nome do pai, do Filho e do Espírito Santo (BAHIA, 2011, p. 277)⁴⁷².

A dor de dente, de acordo com os entrevistados, teria origem em fatores diversos, sendo o seu tratamento ou a extração do dente ou a benzedura, que não solucionaria o caso, mas apenas amenizaria os sintomas, até que fosse possível procurar um dentista.

A senhora Maria Scaglioni cita a oração que profere em caso de dor de dente. Ela narra que deve ser citado o nome da pessoa, fazer três vezes o sinal da cruz e dizer as seguintes palavras: “fulano, te benzo em nome do pai, do Filho e do Espírito Santo, esse dente que está te incomodando, que leve pra mata, o mar e o deserto. Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” e que deve ser repetido três vezes.

Bahia (2011, p. 276) transcreveu a oração proferida pela benzedeira, em caso de dor de dente:

“Para dor de dente
São Pedro respondeu:
Por que não devo estar triste
Se meus dentes a boca querem me desmanchar?
Então o senhor respondeu a Pedro:
Pedro vai até a fonte beba água e cuspa de novo na fonte.
Assim o seu dente ficará saudável”⁴⁷³.

As linhas que separam o quebranto, olho-grande ou mau-olhado para o público leigo são bastante tênues. Porém para uma benzedeira, cada uma possui sintomas específicos. Podem ser vitimados, tanto adultos quanto crianças. De acordo com Susana Araújo (2007, p. 79)

⁴⁷²Mutter Marien und Jesus ihr Kind | Spielten beid um einen goldenen Ring | Jesus gewann, die Rose verschwand. | Dreimal gesprochen im Namen Gottes, des Vater, des Sohens und das Heiligen Geistes.

⁴⁷³Für Zahn Wei | Sankt Petrus stand | Unter einen Eichbaum | Da kam unser lieber | Herr Jesus Christus | Zu Petrus und Sprach: Petrus, Warum bist du so traurig? | Petrus antworte: Warum sool ich nicht traurig sein die Zahne im Mund. | Woller mir verfallen. | Da Sprach Christus zu Petrus: | Petrus get in den Grund | nimt Wasser in den Mund speig es wieder in den Grund. | So wieder | Den Zahn Gesund, tradução no original.

o olho-grande está relacionado à inveja e ao ciúme e pode atingir também as plantas e animais. O quebranto, por sua vez pode ser colocado pelos próprios pais da criança, ao expressarem grande afeto pelo filho. Já o mau-ohado relaciona-se, na interpretação das benzedadeiras, à maldade, sendo mais 'pesado' que o olho-grande. Seria o caso de pessoas desejarem o mal dos outros, mas que não necessitam utilizar meios técnicos ou objetos externos para executá-lo.

Os sintomas do olho-grande, quando dirigido às pessoas são: dor nas pernas, dor de cabeça, ausência de apetite, ansiedade, ânsia de vômito, tristeza, entre outras. O olho-grande é uma ação generalizada que atinge as pessoas e seus bens, podendo mesmo ocasionar a morte da vítima se não for tratado com rituais de benzeção (ARAÚJO, 2007, p. 81). Angela Pomatti (2011, p.99) coloca que quebranto é uma das doenças mais comumente benzidas.

A senhora Eldorilda ao benzer esta moléstia, faz o uso do alecrim. Ela descreve o ritual, da seguinte forma: “pega um ramo e então a gente pergunta: do que eu benzo? E o cliente diz, ou responde pela criança: quebranto. Então eu digo alecrim quando nasceste sem ser semeado, eu quero que tu me benza esse quebranto malvado e repete três vezes”.

A senhora Maria Scaglioni utiliza outra oração. Ela cita o nome da pessoa e diz: “não te pari, mas eu te benzerei, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, Amém” e que deve ser repetido três vezes.

As palavras proferidas por Maria Zanetti são um pouco diferentes: “tua mãe te pariu, Deus que te crie, tem olho mal, inveja, mal olhado ou de quebrante, vai ser tirado”. Após estas palavras ela reza um Pai Nosso e uma Ave Maria.

As senhoras Ilsa Bartz, Inilda Radunz benzem com o auxílio de arbustos. A senhora Magali Jeske benze, porém apenas pessoas da sua família, com um copo de água e três carvões. Ela pega enche um copo com água limpa. Coloca em uma mesa. Próximo, é colocada uma cadeira, de frente para uma porta, que dá acesso ao exterior da casa. Com uma colher a benzedeira pega um carvão em brasa, e “passeando” com o mesmo próximo ao corpo do benzido, ela sussurra palavras, no final ela coloca o carvão no copo de água. Se o carvão afunda é sinal de que o benzido está com quebranto, se o carvão flutua é sinal de que não está. Esta operação é repetida três vezes.

A oração que a entrevista entoou é a seguinte: “Em nome de Jesus Cristo. Há de me ajudar a benzer em nome de Deus Pai, filho e Espírito Santo. Olho

grosso, inveja ou quebrante há de me ajudar a benzer em nome de Jesus Cristo nosso senhor”.

Questionada sobre as motivações que levam a entrevistada a praticar o ato um número de três vezes, a entrevistada diz que ignora o fato, mas acredita que tenha alguma relação com a santíssima trindade.

Temos ainda o *afnemman* (fraqueza), cujo benzimento consiste em um ritual no qual o nome do paciente é recitado e são feitas medições na mão da benzedeira, conforme pode ser apurado.

Joana Bahia (2011, p. 278) fez uma coleta de alguns ritos e fórmulas mágicas que seriam praticados ou verbalizados na reza, dentre as quais estão citamos aqui algumas. Caso de bicheira em animais: “Bicheiras para fora do buraco, ou devem os cães e os gatos as arranharem – para fora – depois de amanhã eles tem de estar fora”⁴⁷⁴. Para hérnias a mesma autora afirma que “o local do corpo era medido com um barbante, então o barbante é cortado na medida exata da hérnia e colocado junto ao tronco de uma árvore”. O tronco era então medido e “em torno da medida são arrancadas as cascas da árvore, quando as cascas tornarem a crescer, a hérnia estará curada” (p. 269).

Além destes conhecimentos mais específicos, muitos casos podem ser tratados por “qualquer membro da comunidade, pois constituem parte de um conhecimento de domínio público que todos acionam em determinados momentos” (BAHIA, 2011, p. 270), alguns destes exemplos são o costume de cortar a orelha de um porco ou cachorro doentes, que de acordo com a crença, faria com que, através do susto, o mesmo se curasse⁴⁷⁵.

Joana Bahia (2011, p. 274) afirma que grande parte dos “objetos que usam para benzer constituem parte do rol de instrumentos usados no cotidiano do trabalho feminino na casa”. Ela cita alguns exemplos, tais como a “linha e a agulha são usados contra o mau jeito, na qual junto com a reza a benzedeira simula que está costurando sobre a parte do corpo que foi machucada. Contra dor de cabeça, a garrafa com água”.

⁴⁷⁴*Maden Heraus um das Loch oder sollen dir Hunden oder Cattsen heraus krattsen über morgen mitssen sie Heraus sein*, conforme tradução da autora.

⁴⁷⁵ Lembramos aqui das chamadas “sangrias” praticadas antes do aperfeiçoamento das técnicas medicinais.

Outros são os inúmeros infortúnios passíveis de serem curados através de benzimentos, porém não nos deteremos à descrição de tais rituais, pois tornar-se-ia demasiado extensa esta parte do trabalho e fugiria ao objetivo principal deste trabalho.

Assim, concluímos que a temática das benzeduras é algo que acompanha as populações de longa data. Suas origens são controversas. Certos estamos de que, uma vez em solo brasileiro, os imigrantes europeus, que já trouxeram na sua bagagem cultural a crença nos poderes de cura de algumas pessoas, receberam influência dos outros grupos étnicos que já habitavam as regiões para as quais foram direcionados. Assim, práticas europeias, indígenas e africanas convivendo em um mesmo espaço de tempo e em um mesmo espaço geográfico se mesclaram e formaram um amplo universo de práticas e rituais mágicos, influenciados por ideias cristãs e pagãs ao mesmo tempo.

Ao tentar entender um pouco melhor o universo mítico e simbólico das benzedoras que atuam na Serra dos Tapes atualmente, foi possível detectar semelhanças e diferenças entre estas, mesmo possuindo origens em grupos étnicos distintos. Essas diferenças, podem ser atribuídas à sua origem, enquanto as semelhanças podem ser atribuídas ao diálogo, às trocas culturais que ocorreram em uma região de “fronteiras”.

Destacamos ainda que não foram percebidas diferenças significativas entre benzedoras católicas e luteranas. Seus ritos, conforme pode ser verificado, possuem semelhanças entre si, mesmo que algumas diferenças ficam claras. O uso de santos é realizado mesmo por benzedoras cuja fé professada é o luteranismo, que aboliu a adoração de imagens.

A condenação por parte da Igreja (referimo-nos a Igreja, no seu sentido mais amplo) das práticas de benzimento, que já foi bastante forte em outros momentos, é atualmente bastante tímida. Talvez porque, no seu entender, a crença nas benzedoras não representa um risco real de perda de fieis, pelo contrário.

Com este capítulo, objetivamos demonstrar que os diálogos entre os grupos existiram e continuam existindo. E a sua crença em questões relacionadas ao sobrenatural fez e ainda continua fazendo parte do cotidiano destas comunidades, que ainda preferem ir a uma benzedora do que procurar auxílio médico.

Nosso objetivo não foi esmiuçar todos os aspectos simbólicos ou mesmo as origens de tais procedimentos, de tais crenças, mas sim tentar entender como tais práticas, muitas delas de cunho pagão, sobreviveram no tempo, mesmo após uma série de contatos interculturais. Percebemos que, ao longo da pesquisa, as crenças mais fortes estão evidenciadas nas comunidades de origem pomerana/alemã, em seguida na italiana e por última na comunidade francesa. Mesmo que referências a tais eventos não tenham sido frequentes entre as entrevistas analisadas com integrantes da colônia francesa de Pelotas, temos uma passagem na qual fica clara a importância que tal prática tinha na comunidade, uma vez que a mesma era considerada “tipicamente francesa” e quem não a executasse, não poderia se considerar “francês”. Luiza Magallon e Albino Magallon Borges deixam isto bastante evidente na sua fala. De acordo com eles: “Isso é o habito do francês. E acho que a benzedura também. É só o camarada ter uma dor de barriga que vai ali no Vitorino Ney ou outro e já faz uma benzedura. O francês é da benzedura. Esse é o habito dele, pelo que eu conheço desses franceses daqui”.

Assim, percebemos que independente de sua origem étnica, a procura por práticas de benzimento era e ainda continua sendo uma constante em toda a região.

Feitas estas considerações, podemos de certo modo entender, a pouca importância dada a profissionais de saúde, o que era feito, conforme já destacado, em casos de extrema gravidade.

Vale destacar que, mesmo assim, no final da década de 1920, foi inaugurado um hospital na Colônia São Lourenço. No dia 07 de novembro de 1929 é publicado um convite bilíngue (português e alemão), no periódico *Jornal*, que trata da inauguração do Hospital São João da Reserva⁴⁷⁶. No convite lemos:

“Convida-se a população em geral deste lugar para comparecer à inauguração que realizar-se-á nos dias 17 e 18 de novembro na Reserva. Da manhã: às 9 horas: Inauguração. Depois grande leilão e rifas no recinto da Reserva. De tarde: Jogos esportivos, divertimentos para crianças e leilão. De noite: Grande baile familiar. Bebidas geladas, excelente churrasco e sandwicks a qualquer hora. A comissão: Guilherme Braecher, José B. Morrain, Guilherme Neutzling, Luiz Kroll, Arthur Kneip”.

⁴⁷⁶ Jornal, 07/11/1929, ano III nº 2, p.6.

Contudo, no dia 13 de fevereiro de 1930, no espaço destinado às notícias, no mesmo periódico citado anteriormente⁴⁷⁷, há um pequeno texto que se refere à inauguração do Hospital São João da Reserva, o qual transcrevemos na íntegra:

“Foram surpreendentes os festejos realizados no sabbado, domingo e segunda feira ultima, no pittoresco lugar de São João da Reserva, quando se inaugurou o importante Hospital. Os festejos iniciaram-se com a celebração de solene missa campal pelo Padre Max Strauss, virtuoso vigário das capellas da Colônia. Este acto, ainda não visto na colôia, foi abrilhantado pelo coro dirigido habilmente pelo distincto professor J.B. Morrain e pela afinada banda “Ziebel”. A afluência do povo foi enorme, vendo-se o pittoresco lugar repleto de famílias desta Villa, Pelotas e de toda a colonia, unanimes em elogiar a Commissão dos festejos pela ordem e exacto cumprimento do programma. A parte mais attrahente de agrado dos forasteiros foi o canto em desafio de 15 Sociedades deste Municipio e de Pelotas, o qual enthusiasmo freneticamente a assistência. Conquistou o 1º lugar a sociedade “Eintracht” da Boa Vista. O 2º a da Reserva e o 3º a sociedade “Sangerbund” da Picada Moinho”.

Esta nota nos mostra que a primeira iniciativa de inauguração não foi efetivada. Sua real inauguração viria ocorrer somente alguns meses mais tarde. Temos frequentes referências a este centro de saúde da colônia de São Lourenço na imprensa local. Uma das mais extensas é a do dia 07 de novembro de 1939⁴⁷⁸, onde, após uma década de funcionamento nos é dado um pequeno histórico da instituição, do qual, transcrevemos alguns trechos:

“Em São João da Reserva existe um magnífico hospital dirigido pelo Dr. Walter Thofehrn cuja projeção do nome deste jovem mas renomado facultativo já transpoz de há muito tempo as fronteiras deste município, repercutindo vitoriosamente nos maiores centros cientistas do país. Atua como clinico, pediatra, obstetra e cirurgião. O Sanatório São João da Reserva foi fundado em janeiro de 1929 pelo dr. Walter Franz, conceituado clinico, que hoje reside em São Pedro, neste Estado. Depois de formado, o dr. Walter Thofehrn dirigiu-se para o Velho Mundo, afim de aperfeiçoar seus conhecimentos científicos, localizando-se em Viena, capital da Austria, onde praticou durante largo tempo, no Alguemeines Krankenhaus, retornando após, para o Brasil, para se radicar em São Pedro onde clinicou durante longe tempo. Mais tarde, adquirindo, por compra o Sanatório São João da Reserva, ampliou suas atividades, dominando completamente a zona colonial, em cujo conceito se firmaria. Cirurgião competente, clinico consciencioso, medico, enfim na mais exata concepção do vocabulo, não tardou que o seu prestigio se irradiasse por todo o municipio, fazendo com que afluíssem verdadeiras multidões sofredoras aquela localidade em busca de cura para seus males. Atendendo, carinhosa e eficazmente sua numerosa clientela, o dr. Walter Thofehrn cuidou então ao mesmo tempo que tratava de seus doentes, de tornar mais aprazível a vida naquela localidade. Fez construir predios para residências, ampliou o edificio do

⁴⁷⁷ Jornal, 13/02/1930, ano IV, nº 4, p. 5.

⁴⁷⁸ A Tribuna, 07/09/1939, ao I nº 28, pg. 22

Sanatório dando-lhe maior número de quartos, a que deu mobiliário confortável, adquiriu e instalou uma usina elétrica com motor a óleo cru; cuidou das estradas adjacentes; organizou a vida social da Reserva; fundou um Coro Orfeônico de que ainda hoje é maestro; promoveu a intensificação do serviço de comunicações; modernizou sua sala de cirurgia; tornou enfim habitável, satisfatoriamente habitável, uma localidade onde havia bem pouco, a noite apenas se ouvia o coaxar das rãs nos banhados vizinhos. Hoje graças, ao espírito empreendedor do Dr. Walter Thofehn, a Reserva apresenta um magnífico aspecto, sendo um dos mais pitorescos locais do município”.

A reportagem segue, estão presente ainda na reportagem algumas fotografias que atestam a sua importância. Vale destacar que o hospital segue em funcionamento até os dias atuais

Questões relacionadas à saúde tinham atendimento ainda bastante precário. Mesmo com a inauguração em 1929 do Hospital São João da Reserva, no interior do município, as mortes pelas mais diferentes causas ainda eram comuns, seja por falta de cuidado uma vez que os colonos estavam acostumados a se tratarem em casa e somente em casos muito graves recorriam a um hospital, seja pela falta de condições do próprio estabelecimento, uma vez que as práticas médicas ainda eram bastante rudimentares.

Assim, encerramos estes subcapítulo destinado a falar um pouco sobre as diferentes ocupações que puderam ser verificadas nas três instituições que analisamos em nosso trabalho.

Percebemos ao longo deste subcapítulo, que são diferentes as ocupações que fizeram, e ainda fazem parte do cotidiano das populações que vivem na chamada Serra dos Tapes. Sabemos que nem todas as ocupações estão registradas fotograficamente, o que não indica que as mesmas não existiam, que não eram executadas na região, mas sim, que simplesmente não existia um interesse em fazer um registro fotográfico das mesmas. Essa falta de interesse, conforme já abordado anteriormente, pode ser atribuído basicamente ao fato de que estas eram tarefas realizadas com grande frequência e por este motivo não seriam “dignas” de serem eternizadas por meio de uma fotografia.

5.6 PAISAGEM

A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, e sim ter novos olhos.
Marcel Proust

O termo paisagem, pode ser definido, conforme o dicionário como tudo aquilo que “é composto por elementos do presente e do passado, dotada de aspectos naturais e culturais do mundo” (AURÉLIO, 2008, p. 345). Deste modo, entendemos que a paisagem é toda aquela parte do espaço geográfico que pode ser percebida pelos sentidos humanos, principalmente a visão. Neste sentido, Marcel Proust, na frase que serve de nota epigráfica para o presente subcapítulo, afirma que a busca e a percepção de novas paisagens não dependem de fatores externos, e sim do próprio jeito de observarmos as coisas.

Indo ao encontro do disposto anteriormente, Liz Abad Maximiano (2004, p.84) afirma que “a noção de paisagem está presente na memória do ser humano antes mesmo da elaboração do conceito” e está baseada principalmente na percepção.

A busca por uma definição satisfatória vem sendo feita desde tempos remotos. Maximiano (2004, p. 87) destaca que na Alemanha do século XVIII o naturalista alemão Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander von Humboldt fez referências à paisagem, em sua obra, “demonstrando seu interesse pela fisionomia e aspecto da vegetação, pelo clima, sua influência sobre os seres e o aspecto geral da paisagem, variável conforme a natureza do solo e sua cobertura vegetal”. Maximiano destaca ainda que em suas análises, Humboldt partiu da observação da vegetação para caracterizar um espaço, e da observação das diferenças paisagísticas da vegetação para aplicar o método ao mesmo tempo explicativo e comparativo.

A conceituação do termo foi proposta na década de 1970 pela Organização para Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas – Unesco, que a definiu como sendo simplesmente a “estrutura do ecossistema”. Já o Conselho Europeu, diz que “o meio natural, moldado pelos fatores sociais e econômicos, torna-se paisagem, sob o olhar humano”. Em outros idiomas, o termo nos oferece algumas pistas de seu significado. Na língua francesa, *paysage* refere-se principalmente aos aspectos visuais, sendo este o mesmo sentido do termo holandês, *visueel landschap*. Para os alemães, *Landschaft*

envolve a noção de território, semelhante ao *landscape inglês*, embora ambos também se refiram ao aspecto visual. (MAXIMIANO, 2004, p.87).

Deste modo, feitos estes apontamentos preliminares, passaremos a nos dedicar à análise do conjunto de fotografias que foram classificadas dentro do eixo temático *Paisagem*. Nele, estão inseridas todas as fotografias que retratam algum tipo de paisagem, seja ela urbana ou rural. Este eixo se caracteriza basicamente pela ausência de pessoas registradas nas fotografias e pela predominância de paisagens naturais. Vale destacar que apenas foram encontrados registros desta natureza no acervo do Museu da Imigração Pomerana, sendo todos autoria atribuída a Wilhelm Weingärtner e foram doados pela sua filha Guerda Koch. O fato de este tipo de registro constar exclusivamente no acervo do Museu da Imigração Pomerana não permite concluir que este tema tivesse pouca importância para os demais, mas talvez que tenham forma diferente de olhar.

Dando início à análise, temos a fotografia (03)258 que nos mostra um pôr do sol em um rio, onde encontra-se atracado um barco. Na lateral vemos uma grande figueira. Uma identificação no verso da mesma nos indica ser este o Arroio São Lourenço, mesmo arroio que aparece na fotografia (02)259. Desta vez vemos o arroio e ao fundo uma série de edificações e dois barcos atracados. A fotografia (03)274 mais uma vez registra o Arroio São Lourenço. Desta vez a fotografia foi produzida a bordo de um barco, uma vez que podemos ver as cordas que prendem as velas do mesmo em primeiro plano. Ao fundo vemos o arroio e algumas residências. O registro (03)277 mostra novamente o Arroio São Lourenço. Vemos a sua margem, onde crescem juncos, além de algumas embarcações atracadas e ao fundo alguns edifícios.

Já nas fotografias (03)260 e (03)0276, vemos uma paisagem rural. A fotografia (03)261 traz o registro de uma grande figueira que se encontra ao lado de um rio.

A fotografia (03)263 mostra uma paisagem com algumas montanhas ao fundo e, no primeiro plano, a vegetação parece estar recoberta de neve, o que pode nos indicar que a mesma não foi produzida em solo brasileiro, mas fazemos essa afirmação com ressalvas.

O registro (03)263 é uma fotografia que foi produzida do interior de um automóvel. Nela vemos ao fundo algumas casas, todas de madeira, algumas

com dois pavimentos, outras com apenas um. Ao redor das residências existem várias árvores, sendo que algumas destas parecem ser frutíferas. Da mesma localidade, temos o registro (03)267, só que desta vez de outro ângulo, um pouco mais distante e com um enquadramento mais amplo. Observando características físicas e arquitetônicas, podemos pressupor que as fotografias tenham sido produzidas na região da Serra Gaúcha, em razão do tipo de edificação e do relevo.

A fotografia (03)264 mostra alguns automóveis, residências e uma paisagem ao fundo. O registro (03)264 mostra uma pequena embarcação atracada nas margens de um rio. Ao fundo podemos ver uma névoa que encobre a paisagem e domina grande parte do registro.

Um rio é o tema registrado na fotografia (03)268, (03)271, (03)272 e (03)273. Em (03)269 vemos uma imagem noturna, onde a lua reflete no rio em que se encontram duas pequenas embarcações. Rios novamente são tema de registro nas fotografias (03)278, (03)279, (03)284 e (03)285. No primeiro registro temos em primeiro plano alguns moirões e arame, formando um potreiro e ao fundo algumas residências. O segundo registro mostra parte de um carro estacionado perto de uma grande figueira. Já os dois últimos registros são muito semelhantes. Retratam um rio cheio de juncos e outras vegetações aquáticas.

O registro (03)265 mostra algumas residências e uma paisagem rural ao fundo.

A fotografia (03)269 mostra uma grande montanha rochosa, que pelo tipo de relevo, podemos afirmar mais uma vez, que a mesma não foi produzida na Serra dos Tapes.

A fotografia (03)275 mostra uma paisagem rural, onde se destaca uma estrada de terra cercada pelos dois lados por plantações, cuja identificação não foi possível ser efetuada.

O registro de número (03)280 mostra uma paisagem montanhosa. Já o registro (03)281 mostra a localidade de Coxilha do Barão, no interior de São Lourenço do Sul. Na fotografia podemos ver em primeiro plano a igreja católica da comunidade (Comunidade de Santa Cecília) e em segundo plano, mais ao fundo, a igreja luterana (Igreja de São Mateus). Predomina na fotografia a vegetação que separa os dois edifícios.

A fotografia (03)282 mostra uma paisagem, onde podemos ver algumas edificações e vegetação de pequeno porte. Na fotografia (03)286 vemos duas imagens repetidas, onde podem ser observadas uma vegetação rasteira e um pequeno local com água. Na fotografia (03)287 vemos uma grande figueira e, na parte inferior, a sombra do fotógrafo.

A fotografia (03)288 é da Praia das Nereidas em São Lourenço do Sul.

Na fotografia (03)289 vemos uma paisagem e ao fundo vemos uma pequena aglomeração de casas e uma igreja. E por fim, na fotografia (03)290 vemos alguns prédios e equipamentos de ginástica.

Como já afirmado anteriormente, todos os registros são de autoria de Wilhelm Weingärtner. São deste modo registros de um fotógrafo amador e por isso não possuem uma grande qualidade técnica, nem enquadramento ou iluminação perfeitamente adequados.

Conforme vimos, os registros têm uma variedade bastante grande no que tange a questão de locais e tipos de paisagens registrados. Percebemos um grande número de fotografias da zona urbana de São Lourenço do Sul, com registro do Arroio São Lourenço e da própria praia. Além disso, percebemos a existência de fotografias claramente produzidas em outras cidades ou mesmo em outros países, o que nos indica que este fotógrafo efetuava uma série de viagens, informação esta que pode ser confirmada quando da produção da biografia deste fotógrafo, presente no Capítulo 3.

Mais uma vez, ressalta-se que não havia um interesse em registrar aspectos relacionados às paisagens por parte de fotógrafos profissionais. O senhor Lindolfo Feddern nos dá uma pista, em seu depoimento, de qual poderia vir a ser a explicação para tal aspecto. Segundo o fotógrafo, estes registros não eram motivo de interesse por parte da população, uma vez que eram locais geralmente vistos em seu dia a dia, e portanto não dignos de fixação em uma fotografia. Como não eram temas de interesse da população, visto que segundo o seu entendimento, as paisagens permaneceriam ali, logo, não faria sentido em fazer um registro de sua existência, os fotógrafos não faziam a produção de tais registros, basicamente, porque, conforme o nosso entrevistado, seria “dinheiro colocado fora”, uma vez que seriam fotografias que apenas gerariam despesas e nenhum tipo de lucro, visto que a sua comercialização seria praticamente impossível.

5.7 RELIGIOSIDADE

O medo dos poderes invisíveis, inventados ou imaginados a partir de relatos, chama-se religião.
Thomas Hobbes

A nota epigráfica de autoria de Thomas Hobbes aponta que a religião nada mais seria do que uma espécie de medo, podendo ser este inventado ou imaginado a partir de relatos. Karl Marx na sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, publicado em 1848, afirma que a “religião é o ópio do povo”. Ambos autores, polêmicos em suas afirmações, podemos dizer, tinham uma certa objeção à grande importância que este tema possuía na sociedade à época em que produziram suas obras.

Tal importância, como é possível verificar, não diminuiu ao longo dos anos, e este aspecto pode ser comprovado quando analisamos um grupo de fotografias que inserimos em nossa pesquisa dentro do Eixo Temático *Religiosidade*, que além de ser um dos mais expressivos numericamente, contém uma vasta gama de informações, que suscitam diferentes interpretações. Deste modo, para fins de análise, este capítulo foi dividido em diferentes subtemas: *Casamento, Comunhão, Confirmação, Morte, Festa*.

Começamos este estudo com a análise de fotografias de casamento. O casamento religioso era celebração na qual se estabelecia a união conjugal entre o homem e a mulher. Era através do casamento que seriam constituídas as famílias tão desejadas pelas autoridades. Sabe-se que a política de colonização valorizava a concessão de terras a famílias, como forma de garantir a permanência dos imigrantes nas áreas coloniais, supondo que o sucesso dos empreendimentos coloniais seria maior (SILVA, 2000).

Observamos esse interesse por parte das autoridades, através da análise dos registros de chegada de imigrantes, onde são consideravelmente superiores os números de famílias do que de indivíduos solteiros. Como exemplo, trazemos informações referentes aos imigrantes chegados na Colônia Maciel, através da análise do *Livro Tombo*, onde percebemos que dos 48 nomes arrolados, 44 eram casados e apenas quatro eram solteiros, o que reforça esta proposição governamental.

O casamento trata-se de uma celebração religiosa que nas comunidades estudadas era um acontecimento onde marcado por grandes festejos e

comemorações. Para muitas mulheres, este era o ponto alto de suas vidas. Elas passavam muitos anos se preparando para tal ocasião.

Eram anos investidos no preparo do enxoval. Estas peças seriam utilizadas pela mulher e seu marido e também pelos seus filhos. A sua confecção ocorria nos intervalos entre os trabalhos domésticos e aqueles realizados na lavoura, ou à noite no decorrer das reuniões familiares (FAVARO, 2002).

Mesmo singelo e despretensioso, o conjunto das peças que compunha o dote matrimonial comportava outros sentidos e significados, uma vez que cabia à própria noiva a sua confecção: a demonstração efetiva de domínio de habilidades manuais, de capricho e senso de economia revelavam não apenas as qualidades da candidata, mas, principalmente, a estrutura moral, os valores e a situação econômica da família de origem (FAVARO, 2002, s.p.).

Lençóis, fronhas, toalhas de mesa, toalhas de banho, cortinas, camisolas e roupas de criança estavam entre as peças confeccionadas. Estes eram confeccionados na própria máquina de costura da jovem, um dos primeiros presentes que ela recebia de seus pais e que viria futuramente, ser uma peça de bastante importância, pois através dela é que seriam cosidas todas as roupas da nova família.

De certo modo, podemos afirmar que o processo de educação de uma mulher era voltado para o seu casamento. Para ser considerada uma boa esposa, ela deveria saber cozinhar, ter jeito com crianças, gostar de fazer os afazeres domésticos e, é claro, saber como proceder nos trabalhos da lavoura, uma vez que acompanharia o marido. Em relação à educação feminina, existe um provérbio popular português citado por Expilly (1977, p. 269), que afirma que “uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada”.

Alguns depoimentos por nós analisados, reforçam isso. A senhora Julia Schiavon, nascida em 1924, quando questionada se chegou a estudar, diz que não, e enfatiza

o meu pai não deixava filha mulher estudar. Só os homens. Eu não fui. Nem sei como era um colégio, uma escola por dentro. Não conheci. O meu irmão mais velho era que me ensinava um pouco, por isso eu aprendi a ler e escrever.

As diferenças sociais entre os sexos não deixam de ter relação com as diferenças biológicas. Para ser reconhecido como um homem ou uma mulher,

não bastava ser macho ou fêmea, era preciso comportar-se da maneira esperada pela sociedade (CHILAND, 2005, p. 31 e 32). Neste caso, a mulher deveria ser trabalhadora, prendada e submissa ao marido.

Já dos homens, eram exigidas constantemente provas de seu empreendedorismo físico, de sua coragem frente às mais diversas adversidades, de não chorar caso se machucasse. O cumprimento do serviço militar era uma ilustração disso (CHILAND, 2005, p.59), mais um motivo para produzir ou guardar fotografias de tal feito, e exibi-la nos álbuns familiares.

Hoje se sabe que não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e de mulheres, apesar das inúmeras regras sociais estarem calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos, que são usadas nos exemplos mais corriqueiros, como, por exemplo, a mulher não poder levantar peso ou homem não ter jeito para cuidar de crianças (GROSSI, 1998)

O casamento seria então a forma que equilibraria estas diferenças, já que ele procurava unir duas capacidades de trabalho, por isso a escolha do parceiro recaía em gente de “boa família”, que significava gente trabalhadora, fisicamente forte e saudável e, de preferência, alguém com quem se mantinha vínculos de vizinhança e amizade. Daí a regra da endogamia manter-se forte. Era através dos casamentos que se estreitavam ainda mais os laços de solidariedade que uniam as pessoas,

Muitas vezes o casamento significava, além da união de um casal e da perspectiva da ampliação da família através dos filhos, a união de famílias, de negócios e empreendimentos. Escolher com quem casar implicava na manutenção dos laços de amizade, parentesco e de identidade do grupo étnico (CINTRA, 2010, p.12).

A mulher era escolhida com tanto cuidado quanto era escolhida a terra. Ambas deveriam produzir riquezas e filhos. Tanto a terra quanto as mulheres deveriam ser férteis e reproduzir as sementes plantadas pelo homem (GIRON, 2008, p. 36).

Desta forma, para a família era interessante um grande número de filhos, pois seriam estes os responsáveis pela atuação no trabalho da lavoura, e o conseqüente desenvolvimento da propriedade. As fotografias não nos deixam

mentir. Até meados do século XX as famílias dos três grupos estudados eram numerosas.

De acordo com Vanini (2010), o governo brasileiro, numa tentativa de povoar as regiões colonizadas por imigrantes, despendia quantias consideráveis em dinheiro quando ocorria o nascimento de um filho, cujos subsídios eram pagos até os três anos de vida, aos pais da criança. Para a Igreja, havia um interesse bastante grande em famílias numerosas, uma vez que o número de fiéis aumentaria consideravelmente, assim como a sua influência sobre a sociedade.

Desta forma, conforme afirma Ismael Vanini (2010), havia uma confluência de interesses entre a família, o governo e a igreja: o casamento e o conseqüente grande número de nascimentos interessava a quase todos.

Estruturada na economia familiar, a colonização (...) seguiu um arquétipo dependente da força de trabalho gerada pelo casal monogâmico. Aos moldes cristãos, o matrimônio era a inserção na vida social, na qual deveriam ser mantidos os princípios morais de comportamento sexual. A plenitude do casal monogâmico era a sua proliferação, e o sucesso da pequena propriedade policultora dependia da força de trabalho gerada no seio familiar, logo uma família com poucos membros estaria fadada ao fracasso (VANINI, 2010, p.3)

Com base nestas informações, vemos que o casamento era quase que uma necessidade, tanto para o homem quanto para a mulher. Para uma mulher solteira, não havia muitas opções. Geralmente permaneceria na casa dos pais e mais tarde na casa de um dos irmãos, e era vista aos olhos da comunidade como uma pessoa sem muito êxito na vida. Muitas vezes, acabava se dedicando às benzeduras, conforme afirma Angela Pomatti (2011), e passava a ser conhecida na comunidade como solteirona, permanecendo na casa dos parentes, muitas vezes, por compaixão dos mesmos.

Assim, casar era quase que uma necessidade, e os filhos, uma conseqüência. O descaso em relação à estética e o desgaste físico ilimitado em prol do trabalho eram sinônimos de comprometimento com o bem estar da família (VANINI, 2010, p. 6).

A forte religiosidade destes imigrantes fazia com que o sexo fosse apenas para procriação (FAVARO, 2002), desta forma, a média de filhos de um casal era bastante grande. Para Olívio Manfroi (2001), esta média era de 12 filhos por casal, sendo comuns casos de 19, 20 filhos.

Em relação à economia doméstica colonial, o papel da mulher era de fundamental relevância. Suas funções eram múltiplas, pois eram atividades que nunca se extinguíam. Era responsabilidade feminina o bom andamento da unidade familiar: ela cuidava da casa, dos filhos menores e cuidava da alimentação familiar. Porém, as mulheres não ficavam restritas ao trabalho da casa e à atenção aos filhos, sua presença era estendida aos trabalhos agrícolas, ao lado dos homens. Elas acompanhavam o homem no cuidado com os animais, assim como nas plantações, do plantio à colheita. Porém, tanto suas tarefas como em suas contribuições, sempre eram vistas como secundárias, não essenciais (VANINI, 2010, p.6).

Diversos autores que se debruçaram sobre estudos relacionados à imigração italiana, como Rovílio Costa e Luiz De Boni (1980), ressaltam que a maior carga de trabalho no lote colonial recaía sobre a mulher. Os mesmos destacam que as mulheres quase não possuíam tempo para o lazer e que muito raramente cabia-lhes o manuseio do dinheiro.

Em todas essas tarefas, a mulher encontrava-se sob a autoridade indiscutível do marido. Neste contexto, os filhos homens é que tinham os braços fortes para o trabalho braçal, o nascimento de uma filha mulher era considerado um ônus para a produção agrícola (VANINI, 2010, p. 7).

Mesmo a agricultura sendo sazonal e a produção doméstica constante, o trabalho feminino absorvia uma carga de tempo e dedicação muito superior ao encargo masculino. Além disso, em algumas famílias, parte da receita provinha do trabalho feminino (ALVIN, 1986). Além de cuidar da casa, tinha que cozinhar, costurar, cuidar da horta, juntar lenha, fazer o sabão, criar e cuidar dos porcos e galinhas, confeccionar colchões, fazer conservas, farinha de milho e mandioca, polvilho, fazer queijo e manteiga. Ou seja, a mulher era fundamental para a sobrevivência da família (ALVIN, 1986).

Os critérios de masculinidade e feminilidade variam de uma cultura para outra e referem-se à aparência, às roupas, às atitudes, às condutas, à linguagem, aos sentimentos supostamente experimentamos, às características psicológicas que supostamente temos, às atividades para as quais somos considerados aptos, ao estatuto na sociedade (político, econômico, jurídico e religioso) (CHILAND, 2005, p. 35), sendo estes papéis perfeitamente identificáveis nas fotografias.

Mesmo essa sendo uma data bastante importante para o casal, geralmente um dia de muita felicidade, analisando as fotografias, podemos ver que esta alegria não era representada, pelo contrário, os casais estão sérios na quase totalidade dos registros.

Vemos, nas fotografias, que a masculinidade e o consequente “poder” do homem estão expressos nas suas atitudes corporais e faciais, sempre de caráter rígido e sóbrio. Os homens aparecem nos registros de casamentos, levemente recuados em relação à mulher, em grande parte das fotos, segurando a mulher pelo braço, como que se estivessem a impedindo de sair daquele local, numa clara alusão ao domínio masculino sobre a mulher.

Já a mulher, era sempre retratada de forma que fica clara a sua submissão ao homem, ao marido. O conceito de beleza sempre era associado a ela, através do requinte do vestido, com seus adornos, bordados, rendas, bem como a sofisticação dos penteados e dos buquês de flores.

Neste sentido, a fotografia de corpo inteiro era uma grande aliada, uma vez que todo o glamour do vestido da noiva podia ser visualizado através da fotografia em tamanho grande e na vertical.

O senhor José Luis Portantiolo relata que o *“vestido da noiva era muito comprido. Tinha vestido que ia três, quatro metros arrastando e sempre estava limpinho como novo. Era muito lindo” (...)*

As roupas dos homens eram sempre bastante sóbrias, geralmente um terno escuro, camisa branca e uma pequena flor na lapela do paletó, identificando-o como sendo o noivo.

As festas eram o ponto alto do matrimônio. Eram o momento em que as famílias comemoravam a sua união e recebiam os parentes e amigos. Estas eram a oportunidade em que as famílias tinham de mostrar aos convidados o conforto em que viviam e a fartura com que contavam.

Geralmente estas festas eram realizadas na residência dos pais da noiva, e estes eram os responsáveis pelo fornecimento da alimentação aos convidados. Já os familiares do noivo eram os responsáveis pelo fornecimento das bebidas, bem como pela animação da mesma, através da contratação de músicos, conforme afirma a senhora Aurora Camelatto, em seu relato.

A alimentação neste tipo de evento era sempre muito farta e diversificada. O senhor José Luis Portantiolo coloca que, pessoalmente, era um grande fã de casamentos, devido à quantidade de doces. Segundo ele,

nos casamentos começavam a fazer doces muito tempo antes, bolachinhas e doce de caldas e armazenavam. Cada qual queria fazer mais tipos de doces diferentes, então na hora de sentar na mesa, provando um pouquinho de cada um, já se ficava cheio. Tinha o sagu de vinho, que até hoje a gente faz. Faziam doce de coco, doce de melancia, doce de abóbora.

Este tipo de festividade reunia toda a vizinhança já na sexta feira, uma vez que tais eventos ocorriam sempre aos sábados. Na data que antecedia o grande dia eram preparados os quitutes que seriam servidos, eram preparadas as mesas onde os alimentos seriam servidos, eram carneados animais e preparadas as bebidas. O domingo era o dia em que ocorria a limpeza dos materiais e locais utilizados, bem como a distribuição dos alimentos que haviam sobrado.

Conforme afirma a senhora Aurora, *“era uma fartura só, criavam animal, galinha, porco, só pra isso... E eram dois ou três dias de festa. Bebiam e faziam de tudo, faziam muito vinho...”*.

Numericamente é um dos eixos temáticos mais representativos. Porém, muitos destes exemplares fotográficos são bastante semelhantes, seja pelo cenário, seja pelo enquadramento.

No Museu da Colônia Maciel, no sub tema *Casamento*, temos um grande número de fotografias, com vários registros de diferentes momentos do evento e com diferentes tipos de composição cênica.

O primeiro registro (01)052 mostra o casal Pedro Bassi e Leopoldina Torchelsen, saindo da igreja, após a realização da cerimônia religiosa. O mesmo casal ainda foi fotografado em um outro momento das festividades de seu casamento. Na fotografia (01)053, o casal posa em frente ao bolo de casamento, em cujas laterais se encontram garrafas de refrigerante. Ao lado dos noivos encontram-se os pais destes e, em frente, uma menina que fez as vezes de aia. Ao fundo, vemos uma parede onde encontra-se uma série de porta-retratos com imagens sacras ou fotografias de casamento.

As fotografias (01)054, (01)055 e (01)056 registram a festa de casamento. Para tanto, todos os convidados, juntamente com os noivos, encontram-se posicionadas em frente da residência.

Os registros (01)057 e (01)058 são as tradicionais lembranças de casamento. São pequenos brindes oferecidos pelos noivos aos convidados de sua festa de casamento. Além de conterem a fotografia do casal, o item traz informações bastante pertinentes como o nome do casal e a data do enlace. A datação dos registros aqui analisados varia de 1951 até 1964.

Nos registros (01)059 e (01)060, vemos o casal de noivos junto com suas aias. Em seguida temos um número significativo de fotografias do casal de noivos⁴⁷⁹. Estas fotografias, em sua totalidade produzidas por fotógrafos profissionais, seguem um rígido padrão, no qual a noiva sempre está posicionada do lado direito, prevendo o uso do traje completo do casamento como regra. O fundo varia desde cortinas até paredes pintadas, essa variação dependia do estúdio contratado para a fotografia, o que também influenciava na qualidade e acabamento do registro.

Temos um registro que foge um pouco a este padrão. Trata-se da fotografia (01)083 na qual a noiva encontra-se sentada. Não soubemos precisar se a mesma sofria de alguma enfermidade que a obrigasse a ficar nesta posição enquanto era produzida a fotografia, ou se esta posição foi uma escolha da mesma.

O registro (01)084 mostra duas fotografias do busto de dois casais. Estas fotografias, após um significativo aumento, foram emolduradas e transformadas em grandes retratos que se encontravam pendurados na sala dos doadores das mesmas.

No Museu da Colônia Francesa temos apenas três registros dentro da temática *Religiosidade*, sendo que os três estão inseridos dentro do subtema *Casamento*.

Assim, temos o registro (02)058) no qual vemos um casal de noivos, dentro de uma residência. Já o registro (02)059, mostra-nos um casal de noivos, sentados, e ao seu redor se encontram outros três casais. E por fim o registro

⁴⁷⁹ (01)061, (01)062, (01)063, (01)064, (01)065, (01)066, (01)067, (01)068, (01)069, (01)070, (01)071, (01)072, (01)073, (01)074, (01)075, (01)076, (01)078, (01)079, (01)080, (01)081 e 082.

(02)060 é o registro de uma festa de casamento, na qual podemos ver os noivos, juntamente com todos os convidados da festa em frente à residência.

No acervo do Museu da Imigração Pomerana, temos os tradicionais retratos de um casal de noivos em 15 registros⁴⁸⁰. No registro (03)306, temos um casal cortando o bolo de casamento. Já 10 registros⁴⁸¹ nos mostram um costume bastante comum entre imigrantes de origem pomerana: trata-se do fato de as noivas trajarem um vestido preto.

No tempo da primeira, segunda ou mesmo da terceira geração de imigrantes pomeranos, no dia do casamento, a noiva se vestia de preto, com uma fita verde na cintura e uma grinalda de murta. Esta imagem da noiva vestida de preto é acionada hoje em dia, como um dos principais elementos constitutivos da identidade pomerana.

Muito já se debateu sobre este tema, e vários equívocos foram sendo reproduzidos, como por exemplo, o fato de este costume ser uma espécie de luto por parte das mulheres, o que segundo historiadores (HAMMES, 2014; JACOB, 1992) e mesmo a tradição oral⁴⁸² seria uma herança trazida da Europa, do tempo feudal, quando as mulheres, antes de se casarem, seriam obrigadas a passar a primeira noite com o senhor feudal e, então, estas, como uma forma de protesto, teriam passado a usar um vestido preto.

Ao longos dos anos, a historiografia tentou em vários momentos explicar o real significado da utilização do vestido preto pela noiva. Começamos analisando a obra de Alain Boureau (1998) que faz um estudo sobre o tema. Na sua obra, o autor afirma que o *Droit de Cuissage*⁴⁸³ seria fruto de um mal entendido, uma vez que não há nenhuma comprovação científica de que realmente tenha existido essa prática. O que o autor é taxativo em afirmar a existência, seria da obrigação por parte dos servos em efetuarem pagamentos monetários ao senhor feudal, em caso de que algum casamento ocorre em seu feudo. O autor não descarta que possivelmente em alguns casos, por falta de

⁴⁸⁰ (03)291, (03)292, (03)293, (03)294, (03)295, (03)296, (03)297, (03)298, (03)299, (03)300, (03)301, (03)302, (03)303, (03)304 e (03)305.

⁴⁸¹ (03)307, (03)308, (03)309, (03)310, (03)311, (03)312, (03)313, (03)314, (03)315 e (03)316.

⁴⁸² Quando analisamos o discurso dos guias turísticos de São Lourenço do Sul ou mesmo o *speech* utilizado durante visitas monitoras a diferentes museus, essa versão acaba estando sempre presente.

⁴⁸³ Direito à primeira noite, conforme tradução nossa.

condições financeiras, os pais puderam ter oferecido a primeira noite da sua filha como forma de pagamento, mas que essa prática nunca se tornou comum.

Além disso, Alain Boureau afirma que em grande parte dos feudos o senhor feudal autorizava o casamento entre servos através de um gesto simbólico, no qual o mesmo colocava a mão ou mesmo uma perna na cama dos noivos, o que teria ficado conhecido como “pernada”, evento este que segundo o autor passou a ser mal interpretado por pesquisadores, não familiarizados com o tema, encontrando neste costume, meramente simbólico, uma prova da exploração sexual a que as jovens seriam submetidos nos antigos feudos.

“Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”, frase atribuída ao Ministro de Propaganda da Alemanha Nazista, Joseph Goebbels, pode ser perfeitamente aplicada neste caso. Alain Boureau (1998, p. 4) afirma que pode possuir um conteúdo sexual, por fascinar as pessoas por sua alteridade e por alimentar um pretense consentimento institucional e até mesmo jurídico à violência, causava grande indignação nas pessoas e tinha como principal objetivo tirar todo e qualquer *status* de dignidade dos líderes de outrora.

Como vimos, o costume de passar a primeira noite com o senhor feudal não tem nenhuma evidência ou comprovação científica e não passa de um mito.

Mas qual então seria a explicação para a utilização de um vestido negro na cerimônia de seu casamento?

Ismael Tressmann (2015, p. 16) afirma que uma das possíveis explicações para a utilização do preto pode ser uma espécie de símbolo da morte social da noiva e da sua separação de sua família, pois, ao casar-se, a mesma abandona o lar, mudando a sua rede de parentesco, passando a fazer parte da família do marido, de quem, inclusive, herdou o sobrenome. Nesta mesma linha, vão os argumentos de Joana Bahia (2000), ao afirmar que a coloração preta do vestido o tornava semelhante a uma mortalha, e sua utilização tinha uma forte conotação de ruptura das redes de relações para a criação de uma nova aliança social. Segundo Bahia, este momento era vivido como uma separação da noiva de sua família, um tempo de mudanças no grupo doméstico, na ordem social do mundo camponês. Neste sentido, o preto simbolizava a morte social, a separação da noiva de sua família pois, diante da regra de residência patrilocal, quem se desloca da sua rede de parentesco é a mulher. Esta “morte” e “separação” seria seguida de transformações e da aquisição de um novo papel social.

Uma outra versão aponta que a hipótese para a utilização do vestido de coloração negra no dia do casamento ocorria basicamente por questões financeiras, também não apresenta qualquer fundo de veracidade, conforme ficou claro em uma série de depoimentos por nós coletados⁴⁸⁴. Segundo nossas depoentes, o casamento entre pomeranos sempre foi uma das festividades mais importantes, tanto que a duração da festa (três dias) dá claros sinais desta importância. As depoentes afirmam que até o primeiro quartel do século XX a mulher, quando se casava, adquiria três vestidos diferentes, o que ocorria até mesmo nas famílias mais humildes. Dentre os vestidos, estavam um preto, e outros dois de coloração mais clara; logo, a escolha desta coloração não tem relação alguma com condições materiais da família. A escolha do preto, segundo as entrevistas, não teria uma explicação baseada nem em questões míticas ou financeiras, era basicamente uma cor sóbria e neutra, o que possibilitava que o vestido pudesse ser utilizado em outras ocasiões, além do casamento, fato que também acontecia com os dois outros vestidos.

De acordo com Helmar Rölke (1996), a tradição da cor tem a ver com os costumes na Alemanha. Segundo o autor, existiriam duas explicações: segundo o autor, os casamentos, na Alemanha, sempre ocorreriam em períodos pós colheita, ou seja, já no início do mês de outubro, período em que as temperaturas já começavam a dar sinais de queda. A cor preta, por absorver calor, seria então uma espécie de subterfúgio para a mulher se aquecer no inverno rigoroso, que muitas vezes chegava cedo. Ainda de acordo com o autor, a segunda explicação teria uma relação direta com questões religiosas: o preto simbolizava respeito diante do momento religioso na igreja.

A produção das fotografias de festas de casamento, tão comuns, foi-nos narrada em detalhes no depoimento do fotógrafo Lindolfo Feddern, que nos sugere certa predileção por estas, inclusive em razão de seu grande retorno financeiro: era retratado um grande número de pessoas e as fotografias eram reproduzidas em dimensões maiores, além disso, a aquisição destas era feita não somente pelo noivos, mas também por grande parte dos convidados, retratados nas fotografias.

⁴⁸⁴ Depoimentos de Magali Jeske, Teresa Brot, Alzira Bender.

Neste sentido, temos os registros (03)329, (03)330, (03)331, (03)332, (03)333, (03)334 e (03)335. Nestas fotografias, vemos os noivos posicionados em frente à residência, geralmente a casa da noiva, onde ocorriam os matrimônios e em volta a totalidade dos convidados da festividade do casamento.

Saindo da temática do casamento, entramos em uma outra fase da vida das pessoas. Trata-se do batizado. Este tema não possui nenhum registro fotográfico em nenhuma das três instituições, apesar da importância que o mesmo possuía.

Em seguida, vinha a outra fase da vida religiosa das pessoas que dentre os católicos era a crisma e entre os luteranos a confirmação.

Podemos perceber que tais eventos gozavam de grande importância para a família. No Museu da Colônia Maciel, por exemplo, a totalidade dos registros deste tipo de evento, ocorria por meio da contratação de um fotógrafo profissional. As fotografias, quando não produzidas dentro do próprio templo religioso onde ocorria a cerimônia, eram realizadas no estúdio fotográfico, que estava localizado nos centros urbanos de Pelotas, Canguçu ou São Lourenço do Sul. Em tais espaços, fotografados podiam contar com painéis, móveis que remetiam diretamente à fé católica, conforme apontado por Tais Soares (2007).

Outro fator que media a importância do evento era a questão das vestimentas utilizadas. Os trajes usados pelos jovens eram sempre especialmente confeccionados ou adquiridos para aquela data, o que acarretava custos, mas que eram necessários, afinal a família tinha que honrar com os seus compromissos religiosos.

Algumas famílias, principalmente aquelas com melhores condições financeiras, celebravam a data através de uma festa, para a qual eram convidados parentes e vizinhos.

No Museu da Colônia Maciel tem uma série de registros fotográficos que ilustram tais eventos. O primeiro deles (01)085 mostra a cerimônia da crisma ocorrendo dentro de um templo religioso. A datação da fotografia é de 07 de agosto de 1949. Conforme a doadora da fotografia, a senhora Irene Casarin Scaglioni, o evento teria ocorrido na igreja de Sant'Anna, na Colônia Maciel.

Já nas fotografias seguintes⁴⁸⁵ podemos ver apenas o jovens que passaram pela primeira comunhão em retratos individuais. Comparando o grupo de fotografias citados, percebemos que, mesmo em se tratando de fotografias distintas, elas possuem muitos aspectos em comum. Dentre o grupo de dez fotos analisadas, vemos que em nove delas aparece a cadeira genuflexória. Vemos a presença de um rosário nas mãos dos jovens nove vezes. O livro aparece cinco vezes, e a vela, quatro.

Nas fotografias podemos ver três jovens do sexo masculino e onza do feminino. A totalidade dos registros foi feita por fotógrafos profissionais e a presença de dedicatórias é comum.

Conforme conversa informal, com a senhora Maria Silva Dias, auxiliar do Padre Luis Capone, na igreja da Paróquia de Sant'Anna, a presença das velas acesas nas mãos dos jovens representava a sua fé, a iluminação do seu caminho, cuja luz protegeria os mesmos das trevas do inimigo.

O livro aberto (geralmente este livro apresentava a relação dos mandamentos e algumas orações) representava o conhecimento, a aceitação das leis divinas. Do mesmo modo, estar ajoelhado era uma demonstração de fé, de piedade a Deus.

Os meninos, sempre com terno e gravata escuros, e uma fita branca atada no braço; já as meninas, com um vestido branco e um véu na cabeça. De acordo com os relatos, estas roupas eram sempre novas, ou seja, o dia da Crisma era o primeiro dia em que estas roupas eram usadas em público, de forma que as roupas (novas e brancas, no caso das meninas) simbolizavam a inocência virginal, a purificação, a remissão dos pecados e a aproximação com Deus. Como os meninos não usavam roupas totalmente brancas, traziam amarrada no braço uma fita, cuja função era a mesma.

Conforme já destacado, um aspecto que diferenciava a comunidade luterana da católica era a diferença tanto no ritual quando na nomenclatura da cerimônia pela qual os adolescentes deveriam obrigatoriamente passar. Ao analisar os registros fotográficos do Museu da Imigração Pomerana, percebemos que se formou um novo subtema, dentro do Eixo temático

⁴⁸⁵ (01)086, (01)087, (01)088, (01)089, (01)090, (01)091, (01)092, (01)093, (01)094, (01)095 e (01)096.

Religiosidade. Trata-se do subtema aqui chamado de *Confirmação*. A confirmação, de acordo com o livro Catecismo Menor de Martin Lutero, considerada como uma leitura obrigatória para todo o luterano, aponta que para indivíduos que professam a fé luterana, a confirmação seria um importante passo na vida do jovem. O jovem, após passar por um período de ensino confirmatório, em que recebe aulas semanais de leituras bíblicas, recebe ensinamentos sobre valores e sobre a importância de se ter uma vida religiosa regrada e cumprir com suas obrigações de cristão.

De acordo como esse manual, a igreja, de certa forma, se faz presente em todas as fases da vida das pessoas e, com a chegada da adolescência e a conclusão desta etapa (o Ensino Confirmatório é oferecido aos jovens com cerca de 13 e 14 anos), o jovem estaria pronto para a confirmação. Esta ocorre em um dia de culto, quando são reunidos pais e demais familiares, padrinhos e madrinhas dos jovens, e ele professa publicamente a sua fé, não somente “diante de Deus”, mas de toda a comunidade.

Dentre os preceitos do luteranismo, a confirmação representa uma continuidade ao batismo, e não um reforço deste. É nesta etapa que o jovem assume maiores responsabilidades. A partir de sua confirmação, este já pode participar da Santa Ceia. Segundo a tradição, após ser confirmado, o jovem está liberado para ir a festas e bailes, podendo namorar e inclusive casar.

Feitas estas breves considerações, passaremos a nos dedicar à análise das fotografias que registram este tipo de evento, que são exclusividade do Museu da Imigração Pomerana.

Na fotografia (03)317 vemos um grande grupo de pessoas reunidas em frente à igreja, quando da confirmação de vários jovens, cerimônia esta conduzida pelo pastor Emilio Wille. Já na fotografia (03)318, são cinco meninos que estão sendo confirmados pelo pastor Benjamin Flor. Esta fotografia diferente da primeira, pois foi produzida no interior do templo religioso, o que se repete nas seis fotografias seguintes⁴⁸⁶. Nestes registros, sempre está presente o pastor responsável pela condução do ritual. Os confirmandos sempre estão muito bem vestidos, isso porque este era uma dos eventos mais importantes na vida dos jovens; era de certo modo o momento em que se assinalava a sua saída

⁴⁸⁶ (03)319, (03)320, (03)321), (03)321, (03)322, (03)323, (03)324 e (03)328.

da adolescência para a vida adulta. Os jovens do sexo masculino sempre se encontram trajados com terno e gravata (algumas vezes o uso da gravata não ocorre). As jovens do sexo feminino sempre fazem uso de um vestido, geralmente de uma cor clara, meias claras e sapatos. Nas fotografias, os jovens quase sempre seguram um rolo de papel. Trata-se da certidão de confirmação, que é o documento que atesta a conclusão desta etapa de suas vidas. Tal documento em alguns momentos era emoldurado e pendurado em alguma parede de destaque na casa, servindo com um atestado de que tal indivíduo passou por aquele momento.

Além das fotos coletivas de confirmandos, existe também a modalidade de fotos individuais, como é o caso das fotografias (03)325, (03)326 e (03)327. Na primeira, vemos a jovem Emília Hellwig, numa foto tirada por Baptista Lhullier; na segunda, a foto de um jovem rapaz, cuja identificação não foi possível precisar, assim como no caso do rapaz da terceira foto.

As festividades religiosas eram um evento de grande afluência de pessoas. Podendo ser inseridas em duas categorias de análise, *Lazer* e *Religiosidade*, tais registros nos mostram um pouco da sociabilidade das pessoas que residiam nas regiões que hoje são foco da nossa investigação.

As festas religiosas podem ser consideradas eventos que, além de demonstrações de fé, eram uma oportunidade de reunir a comunidade, assim como de uma eficiente forma de arrecadação de dinheiro, que seria utilizado em melhorias nas igrejas e casas paroquiais.

Nossos entrevistados apontam que a realização deste tipo de eventos ocorria anualmente, conforme afirma a senhora Wilma Schüller. Ainda conforme as entrevistas, e de acordo com a observação atual deste tipo de evento, percebemos que, na sua organização, estas festas mantêm as mesmas características de outrora, ou seja, são os integrantes da comunidade, mais particularmente os vizinhos da Igreja, que auxiliavam (e auxiliam ainda hoje) nas tarefas de organização dos festejos, no preparo dos alimentos e na comercialização destes; enfim, são eventos em que a Comunidade participava não como mera figurante, mas, sim, como protagonista, o que de certo modo podia caracterizar estes eventos como uma forma de trabalho, ao invés de lazer. Assim, podemos identificar como sendo a religião a esfera da vida social que cria uma das mais intensas experiências de vida coletiva que a comunidade

experimentava. Ela reconhece as “Festas da Igreja” como o ponto alto das atividades de lazer, pois estas eram uma das poucas oportunidades de reunir amigos, parentes e vizinhos em um mesmo local. Geralmente era nestes eventos em que ocorriam os flertes, que mais tarde dariam início aos namoros e, muitas vezes, futuros casamentos.

Assim, no Museu da Colônia Maciel temos o registro (01)097 que, mesmo retratando uma reunião paroquial, realizada na Casa Paroquial da Colônia Maciel, com a presença do Padre Jacob Lorenzet e do Bispo Joaquim Ferreira de Mello, pode ser considerado como uma festividade, uma vez que, após a reunião, em função da importância dos convidados e do grande público presente, era comum que fossem oferecidas refeições fartas, podendo até estes encontros serem animados por bandas, conforme exposto em alguns relatos. A fotografia (01)098 mostra uma festa familiar, na qual o Padre Jacob Lorenzet se fez presente. Não se sabe qual família estaria comemorando, nem qual a ocasião do evento, mas, analisando a fotografia, vemos que se trata de um evento de grande importância, como se deduz da grande quantidade de pessoas que se fazem presentes.

Em (01)099, (01)103 e (01)104, vemos a festa de inauguração do telhado da Igreja de Sant’Anna, que ocorreu em 1930. São três fotografias diferentes, doadas por indivíduos diferentes, mas que registram o mesmo evento, o que nos demonstra a grande importância que a conclusão da construção do templo religioso veio a significar para a comunidade local.

Festas de cunho religioso ainda são tema das fotografias (01)100, (01)101, (01)102 e (01)105, caracterizadas por um grande número de pessoas, geralmente com algum templo religioso ao fundo, ou alguma anotação no verso indicando de qual festejo religioso se trata.

Conforme já dito, não existe nenhum registro deste tipo no acervo do Museu da Colônia Francesa. Já no acervo do Museu da Imigração Pomerana, as fotografias (03)336 e (03)338 retratam um evento que teria ocorrido na Comunidade Bom Jesus II. Vemos que existe um grande grupo de pessoas que estão reunidas na lateral da igreja, onde já é possível distinguir o obelisco erigido na década de 1930. As fotografias (03)339 e (03)340 são novamente registros feitos durante festividades na Comunidade Bom Jesus II, sendo que o terceiro apresenta o ano exato de produção: 1930.

Além das festas propriamente religiosas, ocorriam junto às igrejas outros tipos de festividades religiosas, como por exemplo a Convenção da Igreja Luterana em Porto Alegre,, local onde a fotografia foi produzida, em janeiro de 1963 (03)342. Diferentes eventos aparecem em um número representativo de fotografias⁴⁸⁷, sendo que em cinco puderam ser identificadas, como sendo eventos que ocorreram na Comunidade de Bom Jesus II⁴⁸⁸.

As fotografias (03)337 e (03)341 representam eventos religiosos, não sendo possível precisar o local de realização.

E por fim, o último subtema ao qual nos deteremos nesta parte do estudo se refere à *Morte*.

Os registros fotográficos de pessoas já falecidas, principalmente de crianças, mas também adultos, eram bastante comuns no final do século XIX e início do século XX. Estas fotografias de modo geral tinham como objetivo fazer parecer que o indivíduo não estivesse morto, sendo assim, os mesmos em alguns dos casos eram retratados com os olhos abertos. Para Maria Elisa Linhares Borges, isto acontecia não apenas por ocasião da produção do retrato, mas era a forma como o indivíduo era enterrado. Segundo a autora, as “crianças eram consideradas anjinhos⁴⁸⁹”, e não estavam “acostumadas com as coisas da vida, e quase não conheciam as coisas de Deus”, sendo assim, enterrá-las de olhos abertos seria a única forma de estas encontrarem o caminho do céu, pois, com os olhos fechados, elas “andariam a esmo no limbo, sem nunca encontrar a casa do Senhor” (BORGES, 2003, p.65).

Ainda segundo a autora, para os familiares, com os olhos abertos de um bebê recém-morto, por exemplo, a fotografia funcionaria como prova de que a criança partiu preparada para a sua longa viagem em direção ao paraíso (BORGES, 2003).

Em relação à coloração das roupas destes personagens, temos a predominância do branco, que era a cor mais utilizada neste tipo de evento, quando se tratava de alguma criança. Esta cor não apenas estava presente nas roupas, mas em outros elementos do funeral, tais como as flores e o caixão. Para

⁴⁸⁷ (03)341, (03)343, (03)344, (03)345, (03)346, (03)347, (03)348, (03)349, (03)350, (03)351, (03)352 e (03)353.

⁴⁸⁸ (03)346 (datado de 1967), (03)343, (03)344), (03)347, (03)348 (estes quatro datados de 1970) e (03)351.

⁴⁸⁹Vale destacar que o termo "*anjinho*" é utilizado para designar a criança morta.

Vailati (2011), os compêndios de semiologia cristã nos informam ser esta cor o símbolo da alegria e, antes de tudo, da inocência e da pureza virginal. Como a cor da alegria, o branco do hábito mortuário infantil se opõe à mortalha do adulto, muitas vezes de cor preta ou roxa, as cores da penitência. George Ferguson se referindo à cor branca, no cristianismo, afirma que "branco sempre foi aceito como símbolo de inocência de alma, de pureza e santidade de vida"⁴⁹⁰. (FERGUSON, 1961, p.152 apud VAILATI, 2006, s.p.).

Representando algo que nos provoca ao mesmo tempo repulsa e fascinação, fotografias de pessoas/crianças mortas eram uma situação bastante comum em determinadas regiões do país, devido à frequência da morte prematura destas, ocasionada por uma série de motivos. Entre estes, a dificuldade de acesso a atendimento médico que enfrentavam os habitantes dos núcleos coloniais, a falta de médicos especializados, a inexistência ou não-obrigatoriedade da vacinação infantil.

Luiz Lima Vailati trata deste tema em sua tese de doutoramento, em que afirma que era dada uma grande importância aos funerais infantis, o que decorria de uma espécie de crença da "positividade da morte infantil", ou seja, morrer ainda criança era uma garantia de salvação (VAILATI, 2004, p. 152). E, ainda, a morte de uma criança, para uma família, era um sinal de que esta contaria com alguém intercedendo a seu favor junto "às autoridades celestes" (VAILATI, 2006, p.53).

Para a historiadora Ana Maria Mauad, fotografias de pessoas mortas, inclusive de crianças, não eram raras nos álbuns familiares (MAUAD, 1999). Quando a morte chegava, muitas famílias percebiam que não haviam tido tempo para captar a imagem do ser amado que estava para desaparecer. Por este motivo, mesmo sem vida, o corpo deveria ser fotografado (SOARES, 2007, p. 79), de sorte que esta seria a única e última oportunidade de acrescentar à memória familiar a imagem dos que partiram prematuramente. Deste modo, o funeral era a última oportunidade para o indivíduo ser fotografado (VAILATI, 2006).

⁴⁹⁰"white has always been accepted as symbolic of innocence of soul, of purity, and holiness of life" conforme tradução nossa.

Esta fotografia era o único meio de eternizar a condição humana, o único registro material da existência da criança e uma espécie de indicativo do apreço pela mesma, pois, “providenciar certidões de nascimento e falecimento envolvia uma série de entraves burocráticos, bem como um alto custo, principalmente para as populações rurais” (SOARES, 2007, p. 80).

Dentre as motivações da produção destes retratos, temos ainda a necessidade de preservar a memória do filho morto, através de um artefato que ajudava os pais a enfrentarem o luto, e que representava não só a imagem, mas os significados mais bonitos da breve existência daquele ser amado. Podia representar até mesmo a vontade, mesmo que inconsciente, de trazer à vida a pessoa que acabou de morrer, funcionando quiçá como uma espécie de negação do fim, uma forma de prolongar a vida (SOARES, 2007, p.13, 86 e 104).

Na maioria das vezes, de acordo com Vailati (2006, p.64), a fotografia do "*anjinho*" não apenas recordava um evento que era fundamental na afirmação da família perante a sociedade (cujo investimento material e simbólico tinha papel estratégico nisso). Mais que isso, permitia também o exercício da celebração da unidade familiar, ao registrar um acontecimento cuja periodicidade dá lugar aos reencontros que reforçam a identidade da comunidade de sangue.

Assim percebemos que, como único registro, ou ao menos o último, daquele que prematuramente partira, alguns aspectos nesta representação fotográfica tinham grande importância: por exemplo, a preparação do cadáver, a escolha da posição em que era fotografado e demais cuidados que tinham como objetivo “guardar a imagem do falecido de forma mais próxima de quando este vivia, contornando, desta forma, a transformação que a morte já se encarregara de iniciar” (VAILATI, 2006, p.65).

No Museu da Colônia Maciel existe um registro que pode ser classificado dentro deste subtema. Trata-se da fotografia (01)119, onde vemos a bebê Otília Bonat em seu caixão. A jovem menina está com a chupeta na boca, usa uma bata branca, uma touca, está com os braços estendidos e os olhos abertos.

No Museu da Colônia Francesa não temos nenhum registro. Já dentre o acervo do Museu da Imigração Pomerana existem quatro fotografias deste gênero. A fotografia (03)355 mostra um menino, dentro de um caixão, cercado por tecidos brancos e uma quantidade muito grande de flores cercado o mesmo. O menino segura um hinário e está trajado com um terno nas cores

escuras. Já a fotografia (03)356 mostra o busto de uma senhora em seu caixão. A mesma está usando uma roupa escura e segura um laço em uma das mãos. A fotografia (03)357 mostra uma família ao redor de um caixão, no qual se encontra o cadáver de uma mulher, trajando roupas escuras. Ao redor do caixão e sobre a sua tampa, posicionada no chão ao seu lado, encontra-se uma grande quantidade de flores. No verso da fotografia existe uma anotação que traz a data de nascimento e falecimento da senhora: 17 de janeiro de 1895 e 30 de outubro de 1940.

A última fotografia deste gênero mostra um grande número de pessoas em frente a uma residência. Alguns seguram guarda-chuvas. Em meio à multidão, pode-se notar que um grupo de homens carrega um caixão. O momento registrado foi justamente aquele em que o corpo é retirado da casa, onde ocorria o velório, encaminhando-se para o cemitério onde iria ocorrer o sepultamento.

Em se tratando de descendentes de imigrantes pomeranos ou italianos, a religiosidade sempre foi uma característica importante, de modo que a devoção aos mortos assumia um especial valor. Para eles, existia a necessidade de realização de missas/cultos que assegurassem que o morto atingiria o paraíso. Outros procedimentos se faziam necessários: acendiam-se velas, colocavam-se flores. Enfim, existia toda uma simbologia que servia como uma espécie de atestado para os vivos de que a alma do morto estava bem encaminhada.

Desta forma, a produção de retratos de pessoas já falecidas pode ser classificada como um certificado de que a passagem até o caminho dos céus tenha sido feita com sucesso, baseado em símbolos e aspectos que devem ser respeitados, no momento da produção de um retrato deste gênero.

A pessoa que viria a falecer podia esperar sobreviver apenas na memória de amigos, familiares. Desta forma, a imagem de uma pessoa morta possuía uma função memorial, que nascia no momento em que um olhar saudoso repousava sobre ela. O desejo de lembrança e de conforto, no trabalho de luto, somado à religiosidade, fez com que os usos e funções da imagem tivessem o poder de representação, de tornar presente o ausente, de servir como objeto de culto e adoração, de confirmar que a pessoa realmente existiu (SOARES, 2007, p.68).

Atualmente esta prática entrou em desuso, devido a uma série de fatores, dentre os quais podemos destacar a facilidade de acesso a máquinas fotográficas e a grande quantidade de fotografias produzidas diariamente, além do barateamento de todo o processo, o que permite que sejam produzidas muitas fotografias da criança ou do adulto, ainda em vida.

A pouca representatividade desta categoria pode ter uma série de significados. Entre outros fatores, podemos destacar os seguintes: as dificuldades de acesso a um fotógrafo, devido à grande distância entre núcleo rural e o centro das cidades de Pelotas e São Lourenço do Sul, onde se localizavam os estúdios fotográficos; e os altos custos que tal procedimento traria às famílias, que contavam com um limitado orçamento familiar.

Por fim, o último subtema analisado são as chamadas *Procissões*. Eventos religiosos que ocorriam em determinadas épocas do ano e tinham diferentes finalidades. Poderiam ser em honra a alguma santidade, em agradecimento por alguma graça recebida ou em comemoração a alguma data especial.

No Museu da Colônia Maciel o primeiro registro deste gênero (01)106 mostra um grande número de indivíduos se deslocando em direção à igreja da Paróquia de Sant'Anna na Colônia Maciel. É possível inclusive ver ao fundo, a fotografia da antiga Escola Garibaldi, atual sede do Museu. Conforme pode ser averiguada, a procissão seria em honra ao Divino Espírito Santo. O seguinte registro (01)107 mostra uma nova procissão ocorrendo em uma zona rural, com um grande número de participantes; maiores informações sobre a mesma não foram localizadas. Em (01)108 vemos uma procissão que estaria ocorrendo em comemoração ao lançamento da pedra fundamental da nova igreja da Paróquia de Sant'Anna, evento que teria ocorrido na década de 1920. Uma nova procissão ocorrendo na Colônia Maciel está registrada em (01)109.

Na dissertação de mestrado de Cristiano Gehrke (2013), onde o mesmo analisa as procissões na Colônia Maciel, o autor destaca que estas eram, geralmente realizadas em feriados, tais como a da Padroeira da Comunidade (Sant'Ana), Sexta-feira Santa, Domingo de Ramos e Natal. Estes seriam momentos de grande participação popular e ocorreriam até os dias atuais, porém com frequência e participação menor da comunidade, conforme observado à época pelo autor.

Referências à realização destes eventos existem no *Livro Tombo*: em 1926 ocorre uma procissão durante a Semana Santa; ocorrem outras procissões, junto com os festejos para a Padroeira da Comunidade, para o Sagrado Coração de Jesus e para Santo Antônio.

Estes eventos eram, na sua grande maioria, ritos de abertura de festividades, ou seja, primeiro ocorria a procissão, em seguida era realizada uma missa, que poderia ser campal, ou realizada dentro da igreja, para depois ocorrerem as festividades.

Em seguida, na coleção fotográfica do Museu da Colônia Maciel estão nove registros⁴⁹¹ nos quais podemos ver crianças fazendo uso de trajes e paramentos religiosos. Seriam espécies de “fantasias”, como nos foi referido em alguns relatos. Sua função seria basicamente o cumprimento de alguma promessa em função de uma graça alcançada ou seria uma das etapas do pedido de uma graça. As crianças usavam roupas que imitam roupas de conhecidos santos católicos. Em (01)110, (01)111, (01)112, (01)113 e (01)114 jovens meninas, de diferentes idades, fazem o uso de um indumentária que se assemelha àquela utilizada por uma santa, tais como Santa Edwiges, Santa Beatriz, Santa Clara ou Santa Teresinha, que é a santa mais provável em estar sendo homenageada, uma vez que no acervo do museu existem dois quadros desta santa, que foram doados pela comunidade⁴⁹². Além disso, observando mais atentamente aos registros fotográficos, percebemos que além da doação destes quadros, o que indica a existência de fieis devotos a esta santa, podemos observar alguns detalhes, tais como a túnica, o capuz e o limpel (paramento geralmente utilizado por mulheres de ordens religiosas), o cingulo amarrado na cintura, o crucifixo com a imagem de Jesus Cristo e as flores (principalmente rosas) na mão esquerda (viradas para o lado direito) que nos remetem diretamente à Santa Teresinha.

Nos registros (01)116 e (01)117, duas crianças usam roupas que se assemelham às vestes de Santo Antônio ou de São Francisco. E na fotografia (01)117, vemos duas jovens, cada uma faz uso de uma túnica, escura, a qual se assemelha bastante à veste utilizada por um santo bastante popular na região

⁴⁹¹ (01)110, (01)111, (01)112, (01)113, (01)114, (01)115, (01)116, (01)117 e (01)118.

⁴⁹² nº inventário: 05.01.0254 e 04.01.1008.

estudada, Santo Antônio. Além disso, as meninas trazem novamente o cingulo na cintura e seguram também nas mãos alguns ramos com flores e folhas de trigo, bem como um rosário.

E por último temos a fotografia (01)118, na qual podemos ver uma jovem com roupas brancas e asas nas costas, representando uma figura angelical. E ajoelhado em sua frente um menino, com uma fita amarrada no braço.

No Museu da Imigração Pomerana, são apenas dois os registros classificados neste subtema. O primeiro deles (03)359 mostra uma procissão ocorrendo na zona urbana de São Lourenço e vemos nela uma série de indivíduos negros. Já no segundo registro (03)360, vemos a chegada da procissão a uma igreja. Não foi possível localizar mais informações sobre ambas as fotografias, que são de autoria atribuída a Wilhelm Weingärtner.

Encerrando a análise do subtema *Procissão*, podemos chegar a algumas conclusões. O primeiro aspecto é a presença exclusiva de meninas nas fotografias onde as crianças e jovens fazem usos de trajes sacros. Não existe nenhuma personagem do sexo masculino representado. Pode-se depreender daí que costume se aplicasse exclusivamente às meninas, e que funcionaria como uma espécie de atestado que reforçaria o papel da mulher como sendo a responsável pela manutenção e mesmo propagação da fé religiosa na família.

Sendo estas personagens na grande maioria crianças, podemos afirmar que estão sendo reforçados entre estas, desde muito cedo, os preceitos religiosos a serem seguidos, de forma que o seu crescimento ocorresse conjuntamente com a aprendizagem dos princípios da fé católica e da devoção aos santos.

O registro de tais práticas pode significar uma espécie de certificado do alcance de determinada graça, funcionando a fotografia neste caso como uma espécie de ex-voto, mesmo esta não sendo depositada como oferenda ao santo em alguma capela ou altar. Além disso, a fotografia era também uma forma de demonstrar que a família participava ativamente das atividades religiosas na comunidade.

Outro ponto a ser destacado é que a grande maioria destas fotografias foi produzida não no ato de procissão, mas em estúdios fotográficos; ou seja, demonstra que houve o interesse em registrar tal acontecimento, uma vez que, conforme esclarecido ao longo deste trabalho, as idas à cidade eram

esporádicas e, nestas idas, geralmente os adultos eram os únicos que se deslocavam (o patriarca, principalmente), uma vez que o objetivo era quase sempre a comercialização de produtos. Desta forma, a ida de crianças não era muito comum, o que reforça o caráter de excepcionalidade de tal evento, bem como a importância de se deixar um registro visual do mesmo.

5.8 RETRATOS

*Fotografia é o retrato de um côncavo,
de uma falta,
de uma ausência.*
Clarice Lispector

Um retrato diz muito sobre uma pessoa. Em retratos são expostas emoções, sentimentos. Criamos personagens. Elaboramos uma narrativa sobre nós mesmos. Usamos um retrato para aplacar a dor de uma ausência. Para admirar o belo. Zombar do feio. Os “antigos” diziam que a alma da pessoa ficava presa em um retrato, por isso, estes nunca poderiam ser destruídos e por isso evíamos ter muito cuidado para quem os oferecíamos, porque nas mãos erradas, o retrato poderia ser utilizado para fazer o mal contra nós mesmos⁴⁹³.

É com um retrato que somos identificados perante as autoridades. É com a divulgação de um retrato que uma pessoa desaparecida passa a ser procurada. É com um retrato que o político faz a sua publicidade. É com um retrato que identificamos a pessoa falecida em um túmulo.

É através de um retrato que grandes acontecimentos são marcados. O casamento. A crisma, a confirmação, o batizado. Hoje, não mais a morte. Mas já o foi.

É como um retrato postado nas redes sociais que mostramos a nossa rede de contatos que fomos a tal restaurante. Que fizemos tal passeio. Que recebemos tal visita.

Ninguém se importa se o retrato é uma montagem. Se aquilo ali representado não passa de um encenação. De que aqueles sorrisos não são verdadeiros, de que aquela alegria não é sincera, de que aquela fartura não existe. Todos querem apenas ver retratos.

Neste sentido, neste capítulo vamos analisar o que aqui chamamos de retratos. Fotografias individuais ou coletivas, onde o principal objetivo era mostrar os personagens ali retratados.

⁴⁹³ Referimo-nos aqui a um trecho de um diálogo que o presente autor ouvia com certa frequência de sua mãe.

Assim, partamos para a análise em si. No Museu da Colônia Maciel, fotografias de crianças de corpo inteiro aparecem em 36 registros⁴⁹⁴. As poses, as vestimentas, os acessórios e as idades dos retratados variavam.

Fotografias de jovens onde somente o busto é retratado aparece em seis fotografias⁴⁹⁵. Percebemos que quando o indivíduo já não era mais considerado como uma criança perante aos olhos da sociedade, a forma de se posicionar frente à câmera mudava. Ao invés dos sorrisos e de poses, antes tão comuns nas fotografias de crianças, são agora estáticas e somente o busto passava a ser registrado. O tamanho destas fotos também era padrão: eram as chamadas fotografias 3x4. Deste modo, podemos assinalar que a produção de uma fotografia no tamanho 3x4cm indica que o indivíduo já não é mais considerado uma criança perante os olhos dos pais e possivelmente da sociedade.

Assim como os jovens, que depois de certa idade passam a ser retratados em fotografias menores, onde apenas é visível o seu rosto, e quase sempre sem nenhum tipo de emoção⁴⁹⁶, o mesmo acontece com os adultos do sexo feminino⁴⁹⁷.

Com indivíduos do sexo masculino o padrão de representação individual não se diferencia muito do padrão observados nos registros de indivíduos do sexo feminino⁴⁹⁸, exceto por dois registros (01)209 e (01)226, em que os homens, são retratados esboçando um leve sorriso.

A representação de pessoas, não importando o sexo, em fotografias pequenas, onde só é possível ver o rosto do indivíduo, não oferece muitas opções de análise, principalmente porque são poucos os acessórios e atributos que podem ser observados. Sabemos que a expressão do rosto pode ser

⁴⁹⁴ (01)120, (01)121, (01)122, (01)123, (01)124, (01)125, (01)126, (01)127, (01)128, (01)129, (01)130, (01)131, (01)132, (01)133, (01)134, (01)135, (01)136, (01)137, (01)138, (01)139, (01)140, (01)141, (01)142, (01)143, (01)144, (01)145, (01)146, (01)147, (01)148, (01)149, (01)150, (01)151, (01)152, (01)153, (01)154, (01)155 e (01)156.

⁴⁹⁵, (01)157, (01)158, (01)159, (01)160, (01)161 e (01)162.

⁴⁹⁶ Exceção ocorre nos registros (01)166, (01)167, (01)168, (01)183, (01)184 onde as jovens mulheres esboçam um leve sorriso.

⁴⁹⁷ (01)163, (01)164, (01)165, (01)166, (01)167, (01)168, (01)169, (01)170, (01)171, (01)172, (01)173, (01)174, (01)175, (01)176, (01)177, (01)178, (01)179, (01)180, (01)181, (01)182, (01)183, (01)184, (01)185, (01)186, (01)187, (01)188, (01)189, (01)190, (01)191, (01)192 e (01)193.

⁴⁹⁸ (01)194, (01)195, (01)196, (01)197, (01)198, (01)199, (01)200, (01)201, (01)202, (01)203, (01)204, (01)205, (01)206, (01)207, (01)208, (01)209, (01)210, (01)211, (01)212, (01)213, (01)214, (01)215, (01)216, (01)217, (01)218, (01)219, (01)220, (01)221, (01)22, (01)223, (01)224, (01)225 e (01)226.

entendida como um signo da identidade individual, onde exigências religiosas, normas sociais e políticas sempre estão em jogo, impedindo qualquer sinal de personalidade, em que todos os excessos devem ser afastados, onde os indivíduos devem assumir um comportamento moderado, medido, reservado, prudente, circunspecto, calculado e em algumas vezes reticente ou até mesmo silencioso (COURTINE e HAROCHE, 2016, p.16 e 17).

Após as fotografias onde apenas são retratados os rostos dos indivíduos, passamos para um segundo grupo. Nestas as pessoas são retratadas de corpo inteiro. Aqui a sua identidade poderia aparecer de forma mais clara, mesmo que em grande parte dos casos, as poses fossem estáticas e a sua elaboração fosse orientada pelo fotógrafo. Nos estúdios, as personagens contavam com o auxílio de um mobiliário para tentar tornar a posição mais natural, o que na grande maioria dos casos não fazia muita diferença, pois é visível a sua tensão e em alguns casos, até mesmo o seu desconforto, frente à câmera e ao indivíduo, muitas vezes estranho, que era o responsável pela produção do retrato.

Mulheres⁴⁹⁹ aparecem em um número um pouco mais expressivo numericamente do que os homens⁵⁰⁰. Elas são um pouco mais desinibidas do que os homens. Em alguns momentos, poses mais extravagantes podem ser observadas. Já entre os homens predomina a sobriedade.

Por entendermos que o corpo é expressão, interprete do pensamento, linguagem natural da alma (COURTINE e HAROCHE, 2016, p.31), percebemos que as pessoas gostavam de ser retratadas em ambientes esteticamente belos, que de certo modo poderiam ter alguma relação com sua personalidade. Em (01)244 vemos a jovem posando em meio a um roseiral, o que poderia ser uma forma de indicar a sua delicadeza, a sua beleza e, é claro, o esmero com que a mesma cuidou deste, que provavelmente era um roseiral de sua propriedade. Lembrando que os cuidados com tudo ao redor da casa ficava a cargo das mulheres.

Fotografias de mulheres com paisagens ao fundo aparecem em um número não muito expressivo numericamente⁵⁰¹.

⁴⁹⁹ (01)227, (01)228, (01)229, (01)230, (01)231, (01)232, (01)233, (01)234 e (01)235.

⁵⁰⁰ (01)236, (01)237, (01)238, (01)239, (01)240, (01)241, (01)242 e (01)243.

⁵⁰¹ (01)245, (01)246 e (01)247.

Em (01)248 além da presença de uma mulher, retratada de corpo inteiro, com a sua residência ao fundo, a mesma foi retratada ao lado de um cordeiro. Em seguida temos as fotografias de corpo inteiros de homens, que não se diferenciam muito das fotografias femininas⁵⁰², já que os mesmos foram retratados em frente a paisagens, onde predomina a presença de árvores e arbustos, o que nos leva a concluir que se trata de uma paisagem rural.

Dentro da categoria retratos, temos um outro grupo de fotografias que são as fotografias de casais, onde é retratado apenas o busto dos mesmos⁵⁰³. A produção de tais fotografias tinha um objetivo: o retrato serviria para uma posterior confecção de um quadro, que seria emoldurado e utilizado na decoração da residência. Geralmente as personagens eram pessoas mais velhas, ou seja, os patriarcas da família.

Temos um único exemplar de uma fotomontagem no acervo do Museu da Colônia Maciel. Trata-se da fotografia (01)260, que na verdade trata-se de uma lembrança de casamento.

Em seguida, existem registros de casais, retratados de corpo inteiro⁵⁰⁴. Tais registros eram produzidos ou em estúdios fotográficos, onde as personagens tinham à sua disposição um mobiliário que ajudaria na tarefa de tornar as poses um pouco mais espontâneas. As fotografias poderiam também ser produzidas ao ar livre, com uma paisagem de fundo. Tal padrão de representação ocorria também com crianças. Nestas fotografias, eram retratadas mais de uma criança⁵⁰⁵.

Em seguida temos fotografias de grupos familiares ou mesmo de grupos de amigos⁵⁰⁶. Neste grupo de fotografias não existe um padrão de representação a ser seguido. O grupo pode ter produzido a fotografia tanto em estúdios, quanto em ambientes externos. Não percebemos a presença de sorrisos ou poses mais descontraídas nas personagens.

⁵⁰² (01)249 e (01)250.

⁵⁰³ (01)251, (01)252, (01)253, (01)254, (01)255, (01)256, (01)257, (01)258 e (01)259.

⁵⁰⁴ (01)261, (01)262, (01)263, (01)264, (01)265, (01)266, (01)267, (01)268, (01)269, (01)270, (01)271 e (01)272.

⁵⁰⁵ (01)273, (01)274, (01)275, (01)276, (01)277, (01)278 e (01)279.

⁵⁰⁶ (01)280, (01)281, (01)282, (01)283, (01)284, (01)285, (01)286, (01)287, (01)288, (01)289, (01)290, (01)291, (01)292, (01)293, (01)294, (01)295, (01)296, (01)297, (01)298, (01)299, (01)300, (01)301, (01)302, (01)303, (01)304, (01)305, (01)306, (01)307, (01)308, (01)309, (01)310, (01)311, (01)312, (01)313, (01)314, (01)315, (01)316 e (01)317.

A produção de tais fotografias pode ser entendida como uma forma de registrar o grupo familiar completo ou parte dele. Em muitos casos, tais retratos eram oferecidos como lembranças a amigos e parentes que residiam em locais diferentes, um vez que, em algumas destas fotografias podemos ver dedicatórias endereçadas a determinados indivíduos. Pelo fato de algumas destas fotografias serem ofertas recebidas, podemos pressupor que estas não residiam na região que serve de palco para o nosso estudo, visto que, quando existe a identificação do autor da imagem, este é de outra cidade ou mesmo de outro estado. Ou seja, são famílias que após a chegada ao Brasil e mesmo com o passar dos anos acabaram tomando rumos diferentes e passando a residir em outros locais.

Neste caso, a troca de fotografias, conforme relato da senhora Ingeburg Feddern, geralmente vinha acompanhada por cartas, nas quais eram expostas as novidades: o nascimento de um novo filho, o falecimento de um parente, a aquisição de determinado bem, etc.

Alguns aspectos chamam atenção neste grupo de fotografias. Por exemplo, no registro (01)274 vemos dois jovens, sendo que um deles segura um bandoneón. Ou seja esta pode ser considerada, conforme já exposto anteriormente, uma forma de demonstrar que os mesmos eram pessoa cultas, já que dominavam a arte da música, algo que os diferenciava do restante da população, cujo sustento provinha basicamente da agricultura, atividade que além de exigir bastante tempo e dedicação, não permitia que pudesse ser dada uma grande importância a atividades tais como a cultura musical, que de acordo com os relatos, nunca foi algo muito presente na região de colonização italiana na Serra dos Tapes. De acordo com os nossos entrevistados, essa seria uma característica dos imigrantes e descendentes de imigrantes de origem alemã.

Como já destacado, na fotografia (01)248, onde a jovem retratada aparece na fotografia com um cordeiro, temos outro exemplares de pessoas com a presença de animais. Em (01)153 vemos um jovem menino com dois gatos no colo e em (01)286 vemos quatro jovens posando para a objetiva e em frente deles um cão. O significado da presença de animais já foi trabalhado e as possíveis explicações já foram expostas anteriormente e variam de acordo com o animal retratado.

Um outra fotografia que merece ser mencionada é a fotografia (01)287 na qual vemos três jovens da família Romano. O trio está com cigarro nas mãos e

eles estão tomando chimarrão, um costume tipicamente local e que logo caiu na graça de tanto dos imigrantes, quanto de seus descendentes. O registro desta prática mais uma vez pode ser entendido como uma forma de mostrar a sua inserção na comunidade local e a absorção de costumes e tradições, ou seja, a sua perfeita integração com o ambiente.

Em muitos casos, as fotografias de grupos familiares era produzida em frente à residência dos mesmos. Disto podemos pressupor que o fotógrafo responsável pela produção do registro atuava de forma itinerante e que a sua presença provavelmente tenha sido solicitada pela família para que fosse possível a produção de um registro de todo o grupo familiar.

Em alguns casos, quando de famílias pouco numerosas, como é o caso da fotografia (01)301, onde são apenas quatro os indivíduos da família Zanetti representados, foi utilizada como fundo uma cortina ou um lençol, cujo uso não foi totalmente eficiente, uma vez que, é possível ver partes da parede ao fundo.

Outro registro digno de nota é a fotografia (01)302, na qual vemos a família Casarin em frente a sua residência. Esta fotografia, além de sua recuada datação (a mesma teria sido produzida nos primeiros anos do século XX) mostra uma característica fundamental das primeiras famílias italianas da Colônia Maciel, a que já nos referimos anteriormente, ou seja, o grande número de filhos. Trata-se de uma família com nove filhos e os mesmos estão em frente da sua residência. Trata-se de uma residência de pau a pique. Tal edificação possivelmente tenha sido construída logo da chegada do senhor Mateus Casarin ao Brasil, pois, conforme relatos, assim que chegavam à Colônia Maciel, os imigrantes, após receberem o seu lote, faziam a limpeza do terreno, ou seja, cortavam o mato e em seguida faziam a construção de uma casa provisória, nos mesmos moldes da residência que aparece no fundo desta fotografia. Com o passar dos anos e a melhora das condições financeiras, tal edificação era substituída por uma residência feita de alvenaria.

Por fim, temos um grupo de três fotografias que retratam clérigos de diferentes procedências e que foram ofertados ao padre Jacob Lorenzet, pároco que atuou na Colônia Maciel em meados do século XX⁵⁰⁷. Os registros mostram os clérigos devidamente paramentados conforme a sua posição dentro da igreja,

⁵⁰⁷ Para mais informações sobre Jacob Lorenzet, consultar Gehrke (2013).

ou seja, bispos, e estavam, quando doados ao Museu da Colônia Maciel, em porta-retratos que decoravam a casa paroquial.

No Museu da Colônia Francesa não possuímos nenhum registro com dimensões reduzidas, tais como os do Museu da Colônia Maciel (fotografias em tamanho 3x4cm). Tampouco existem fotografias apenas do busto de um indivíduo. Os retratos foram todos tomados a uma certa distância e em sua totalidade foram produzidos em ambientes externos, ou seja, não existe entre este grupo de fotografias nenhum que foi produzido em um estúdio fotográfico.

Os registros individuais de crianças, fazem a utilização de uma série de elementos cênicos. Na fotografia (02)061 e (02)062, vemos uma menina em um banco e uma série de flores e almofadas ao seu redor. A presença de cadeiras acontece e é verificada em dois registros⁵⁰⁸. O registro (02)065 mostra uma criança nua, sentada sobre um pano escuro, na lateral de uma residência.

Assim como no acervo do Museu da Colônia Maciel, no Museu da Colônia Francesa, a presença de animais nas fotos também é recorrente. Em (02)066, (02)067, (02) 085, (02)088 e (02)113 temos a presença de cães, em (02)068 a presença de um bezerro, em (02)073 é verificada a presença de galinhas, em (02)082 e (02)083 é possível ver um cabrito⁵⁰⁹.

Um único registro é capturado em ambiente interno, possivelmente sem a utilização de *flash*, pois o registro é bastante escuro. Trata-se da fotografia (02)069, onde vemos uma jovem sentada com um bebê na cama.

Grupos familiares e de amigos aparecem em um grande número de fotografias⁵¹⁰. Dentre estas, podemos destacar alguns registros que mostram o grupo familiar em um momento de lazer: por exemplo, na fotografia (02)095 possivelmente está ocorrendo um piquenique. Em todos os registros, o único em que os indivíduos não estão com roupas chamadas “domingueiras” é a fotografia (02)087, onde aparecem três homens, na lateral de uma residência.

O posicionamento das personagens varia. Em algumas estas se encontram em pé, em outras sentados. Em (02)097 vemos que um grupo se

⁵⁰⁸ (02)063 e (064).

⁵⁰⁹ A presença de cavalos, será analisada no subcapítulo *Transporte*.

⁵¹⁰ (02)070, (02)071, (02)072, (02)074, (02)075, (02)076, (02)077, (02)078, (02)079, (02)080, (02)081, (02)082, (02)083, (02)086, (02)087, (02)088, (02)089, (02)090, (02)091, (02)092, (02)093, (02)094, (02)095, (02)096, (02)097, (02)098, (02)099, (02)100, (02)101, (02)102, (02)103, (02)104, (02)105, (02)106, (02)107, (02)108, (02)109, (02)110, (02)111, (02)112, (02)113, (02)114 e (02)115.

encontra sentado sobre uma grande pedra. Em (02)080 dois jovens estão em um riacho: o menino dentro da água e a menina sobre um tronco estendido por cima do riacho.

Existem ainda duas fotografias com dois indivíduos sozinhos. Em (02)084, em que vemos um jovem do sexo masculino sentado em uma cadeira, e em (02)085, em que aparece um jovem ajoelhado ao lado de dois cães.

Servem de fundo para as fotografias diversas residências. Todas estas de alvenaria, mas com enquadramentos que não permitem afirmar que se tratem de residências grandes ou pequenas.

Como a totalidade dos registros tem autoria atribuída ao senhor Lino Ribes, podemos inferir que as personagens ou fazem parte de um único grupo familiar ou de um único círculo de relações, do qual o autor das fotografias faz parte, o que de certo modo acaba limitando a análise e deixando impressa apenas a visão do autor das fotografias, apresentando baixa diversidade temática, diferentemente do que se vê nos dois outros acervos analisados.

No Museu da Imigração Pomerana, são poucas as fotografias em tamanho reduzido, ou seja, com as dimensões de 3x4cm. Mas o número de registros individuais, de corpo inteiro, é bastante representativo numericamente.

Fotografias individuais de crianças, produzidas principalmente em ambiente externo, têm um papel de destaque⁵¹¹. Estas não seguem um padrão de representação. As poses das personagens variam, bem como a presença ou não de acessórios. Variam também o enquadramento.

Em relação aos acessórios, temos a presença de brinquedos nas fotografias (03)368, (03)369 e (03)376. Flores nas mãos das crianças estão presentes nas fotografias (03)361 e (03)362, e uma bolsa na fotografia (03)363.

Este grupo de fotografias apresenta jovens, alguns de forma bastante espontânea, outros com uma pose bastante rígida.

Crianças ainda estão presentes em outras fotografias⁵¹², mas desta vez em duplas, trios ou grupos. A presença de brinquedos, flores e carrinho de bebê novamente é verificada nestes registros.

⁵¹¹ (03)361, (03)3, (03)362, (03)363, (03)364, (03)365, (03)366, (03)367, (03)368, (03)369, (03)370, (03)371, (03)372, (03)373, (03)374, (03)375 e (03)377.

⁵¹² (03)378, (03)379, (03)380, (03)381, (03)382, (03)383, (03)384, (03)385, (03)386 e (03)387.

Em seguida temos os registros de adultos, individuais, do sexo masculino⁵¹³. As fotografias, algumas produzidas em estúdios, outras ao ar livre, possuem acessórios e mobiliário utilizados para servir de apoio aos fotografados. Elas possuem uma variedade bastante grande. Em (03)394, (03)314, (03)315 e (03)316, um homem aparece sentado em uma sala de estar; (03)412 mostra um senhor em meio a alguns túmulos em um cemitério; (03)413 mostra um senhor em frente a uma mesa com uma série de objetos, que ao que tudo indica seriam presentes que o mesmo teria recebido; na fotografia (03)417 vemos um senhor em meio a arbustos junto com um cão; já na fotografia (03)418 vemos um homem em meio ao seu desjejum.

Na fotografia (03)419 um homem se encontra parado sobre uma linha de trem e a fotografia (03)421 mostra um homem dentro de uma igreja.

Em relação às fotografias de mulheres retratadas individualmente⁵¹⁴, percebemos que ocorre uma grande variação em relação à forma como estas eram retratadas, mas em quase a totalidade dos registros, quando retratadas de corpo inteiro, aparecem móveis que, além de objeto decorativo, acabam servindo como um elemento de apoio. Em (03)423, vemos que além de a mulher estar apoiada em um móvel, a mesma segura em um das mãos uma sombrinha, elemento que aparece em outras fotografias e cuja simbologia já nos referimos anteriormente, e que está presente também na fotografia (03)447. O único exemplar onde a personagem aparece sorrindo é a fotografia (03)434.

Na sequência, as fotografias são de grupos familiares ou de amigos⁵¹⁵. Um dos elementos que possui grande destaque é a presença de flores nas mãos, principalmente das mulheres. Em (03)448 vemos que as duas jovens retratadas seguram, cada um, um leque. Em (03)454, a presença de um bandoneón é um

⁵¹³ (03)388, (03)389, (03)390, (03)391, (03)392, (03)393, (03)395, (03)396, (03)397, (03)398, (03)399, (03)400, (03)401, (03)402, (03)403, (03)404, (03)405, (03)406, (03)407, (03)408, (03)409, (03)410, (03)411, (03)412, (03)413, (03)414, (03)415, (03)416, (03)417, (03)418, (03)419, (03)420, (03)421 e (03)422.

⁵¹⁴ (03)423, (03)424, (03)425, (03)426, (03)427, (03)428, (03)429, (03)430, (03)431, (03)432, (03)433, (03)434, (03)435 e (03)436.

⁵¹⁵ (03)438, (03)439, (03)440, (03)441, (03)442, (03)443, (03)444, (03)445, (03)446, (03)447, (03)448, (03)449, (03)450, (03)451, (03)452, (03)453, (03)454, (03)455, (03)456, (03)457, (03)458, (03)459, (03)460, (03)461, (03)462, (03)463, (03)467, (03)468, (03)469, (03)470, (03)471, (03)472, (03)473, (03)174, (03)475, (03)476, (03)477, (03)478, (03)479, (03)480, (03)481, (03)482, (03)483, (03)484, (03)485, (03)486, (03)487, (03)488, (03)489, (03)490, (03)491, (03)492, (03)493, (03)494, (03)495, (03)496, (03)497, (03)498, (03)499, (03)500, (03)501, (03)502, (03)502, (03)503, (03)504, (03)505, (03)506, (03)507, (03)508, (03)509, (03)510, (03)511, (03)512, (03)513, (03)514, (03)515, (03)516, (03)517 e (03)518.

dos destaques. Assim como o destaque em (03)455 é uma bola de futebol. Quando ocorre a presença de crianças nas fotografias, geralmente estas fazem o uso de algum brinquedo, seja este uma boneca ou um carrinho. Em (03)466, a mulher segura sobre o colo um livro, que, pela espessura, acreditamos tratar-se de uma Bíblia ou de algum outro livro religioso, o que acaba repetindo-se na fotografia (03)468, mas desta vez tanto a mulher quanto o homem seguram o objeto.

Quando da presença exclusiva de personagens do sexo masculino, em alguns casos, estes seguram cigarros.

Um fotografia bastante interessante é a (03)487 onde vemos o casal com um filho. A mulher segura a criança no colo, enquanto o marido segura um cerrote e um cepilho, o que provavelmente nos indica a sua profissão, ou seja, um marceneiro.

Quanto as demais fotografias, as poses são mais estáticas, sem nenhum tipo de emoção exposta. Nas fotografias (03)491, (03)492, (03)493, (03)494, (03)495, (03)496, (03)497 e (03)513, os personagens são retratados de forma mais espontânea. Em algumas das fotografias, as personagens sorriem, em outras são "flagradas" conversando ou observando alguma paisagem. Não por acaso, todas estas fotografias têm autoria atribuída ao senhor Wilhelm Weingärtner e as personagens são pessoas de sua família, que possivelmente adotaram tal comportamento, pelo fato de a fotografia ser algo corriqueiro em suas vidas, como por exemplo a fotografia (03)513, em que vemos uma família sentada à mesa, tomando café.

Já as demais fotografias, todas produzidas em estúdios fotográficos ou mesmo em ambientes externos, mas por fotógrafos profissionais, é perceptível uma rigidez nas poses e pouca expressividade nos rostos, quase sem nenhum tipo de emoção.

O predomínio de famílias numerosas chama a atenção. Assim como chama a atenção o fundo de muitas destas fotografias: são ou a casa onde estes personagens residiam, ou paisagens que possivelmente estavam localizadas no entorno da residência.

Analisando conjuntamente os três acervos, percebemos que não existem diferenças substanciais entre os mesmos no que se refere ao tratamento dos retratos. As fotografias do Museu da Colônia Francesa podem num primeiro

momento transparecer um pouco mais de espontaneidade, mas isso ocorria basicamente pelo fato de o fotógrafo ser alguém da comunidade, senão da própria família, o que foi percebido igualmente em fotografias do Museu da Imigração Pomerana, pois, quando produzidas pelo fotógrafo Wilhelm Weingärtner, exprimem o mesmo comportamento.

As vestimentas domingueiras, as poses estáticas, a pouca expressividade dos rostos, o posicionamento das personagens obedecendo a uma rígida hierarquia, na qual o papel do patriarca ficava em destaque, é uma característica que se sobressai nos registros.

Quando retratados apenas os rostos dos personagens, percebemos que este é uma espécie de enigma, conforme dito por Jean-Jacques Courtine e Claudine Haroche (2016, p. 46 e 47), Atrás dele estão escondidas emoções, sentimentos, mas a simples observação não nos acrescentará nada em termos de análise comportamental. Justamente por este aspecto, pelo fato de o rosto ser uma espécie de elemento identificador que ele têm tanta importância (não é à toa que os documentos de identificação levam uma fotografia do rosto da pessoa). É ela que assegura a existência do indivíduo. Em alguns casos, é nela que podemos ver um pouco mais sobre a personalidade do indivíduo.

Muitas destas fotografias analisadas anteriormente, eram oferecidas a parentes ou amigos. Era uma forma de demonstração de algum tipo de sentimento, era uma maneira de informar familiares ou amigos que residiam longe, de que o núcleo familiar prosperava. A utilização de roupas, que, em alguns casos, são maiores ou menores do que o manequim das personagens retratadas, demonstrando que não eram de uso cotidiano, é um dos elementos mais curiosos presentes neste tipo de fotografia. Podendo ser entendido como uma forma de mascarar a realidade, uma maneira de transmitir uma mensagem inverídica ao observador, ela ao contrário, mostra ao historiador os desejos daquele grupo. Desejo de ser representado de modo que o observador, ao dar uma olhada rápida para a fotografia pensasse que os mesmos atingiram o tão sonhado sucesso econômico, o tão sonhado conforto. Ser retratado em frente à residência, tendo essa um grande destaque na imagem, é outro indício disso. Além de querer mostrar a família, de como esta cresceu, de como o principal objetivo da formação de uma família fora atingido, afinal, uma das máximas de todo casamento em regiões coloniais, no século XIX e boa parte do século XX,

era seguir o apregoado no segundo versículo bíblico do capítulo 9 do Livro de Gênesis: “Sede fecundos – disse Ihes Ele – multiplicai-vos e enchei a terra”. Afinal, a família só era considerada próspera quando, além de uma boa residência, tivesse um grande número de filhos que ajudariam os pais nas lidas diárias.

5.9 TRANSPORTE

A história é meu meio de transporte
Vitor Cezar Furquim

A última temática abordada em nosso estudo se refere ao tema *Transporte*. Neste eixo temático estão incluídas todas aquelas fotografias nas quais se faz presente algum tipo de meio de transporte, podendo este ser um barco, automóvel, ônibus, caminhão, carroça ou cavalo. Esta não é uma temática muito representativa numericamente em nenhuma das instituições. A pouca expressividade numérica pode ser atribuída ao fato de que se locomover é algo corriqueiro, banal, algo que se faz todos os dias, várias vezes por dia, neste sentido, seguimos a lógica de que quanto mais frequente é um evento, menos interesse em registrar o mesmo existe, principalmente na região e nos grupos que estamos analisando.

Se locomover implica ir de um lugar para outro, se deslocar, seja por conta própria ou através de auxílio de um veículo ou de um animal. Deste modo, passaremos na sequência, a analisar todas as fotografias que fazem algum referência a este eixo temático.

No Museu Etnográfico da Colônia Maciel, temos o registro (01)321 que retrata um Ford T, estacionado em frente a uma casa de dois pavimentos, com um sótão. Em frente da casa encontram-se oito indivíduos, sendo que entre eles um é um padre. Está presente ainda uma menina que toca um piano. A fotografia não possui datação, podemos ter uma ideia pelo ano de fabricação do automóvel presente na fotografia, ou seja, sua fabricação está situada entre 1908 e 1927. Já o autor do registro não foi encontrado nas fontes por nós consultadas, sabemos apenas que da cidade de Caxias do Sul, de onde acreditamos que seja o registro, visto que não existem exemplares deste tipo de arquitetura na região por nós estudada. O registro faz parte da coleção do Padre Luis Capone, e o fato de estar presente na imagem a figura de um clérigo nos leva a crer que mesma foi um presente dado ao mesmo pelo personagem ali retratado, cuja identificação não foi possível obter.

O segundo registro, (01)322 que pertence à coleção do Museu da Colônia Maciel retrata o jovem Luis Romano montado em um cavalo, em frente à uma residência. E por fim o registro (01)323 mostra o senhor Giacomo Ceron com

alguns amigos em uma carroça puxada por dois cavalos. Ambos os registros não tem identificação de autoria e estão datados cronologicamente no início do século XX.

Já no acervo do Museu da Colônia Francesa, temos o registro (02)116 onde vemos um jovem rapaz sentado no volante de um Chevrolet, numa posição que induz o leitor a pensar que o mesmo dirige o automóvel. E o registro (02)117 mostra um grupo familiar em uma carreta de puxadas por uma junta de bois. Os dois registros tem sua autoria atribuída ao senhor Lino Ribes e estão datados cronologicamente em meados do século XX.

E por fim, no Museu da Imigração Pomerana, temos o registro (03)519 onde vemos uma pequena embarcação à vela. Já o registro (03)520 mostra um indivíduo em um pequeno barco e ao fundo o antigo porto de São Lourenço do Sul.

A fotografia (03)521 retrata uma embarcação de maior porte, e uma série de indivíduos presentes nela. O registro (03)522 mostra um pequeno barco em um córrego, no qual está um jovem rapaz. A fotografia (03)523 mostra uma balsa navegando num rio. Pela passagem vista ao fundo, percebemos ser uma cidade grande, provavelmente localizada na Europa.

O registro (03)524 mostra o capitão de uma embarcação, enquanto está velejando, posicionado ao lado do timão da mesma. Conforme a inscrição contida no verso, sabemos que se trata do capitão da embarcação que levou o autor da fotografia, o senhor Wilhelm Weingärtner até São Lourenço do Sul.

As fotografias (03)525, (03)526 e (03) 527 mostram detalhes do convés de um navio de grande porte. A fotografia (03) 528 mostra um grupo de remadores numa pequena embarcação em movimento num rio, tratam-se provavelmente de esportistas. E encerrando o grupo de fotografias que retratam algum tipo de transporte seja ele fluvial, lagunar ou marítimo, temos a fotografia de um homem puxando uma pequena embarcação para dentro da água. O registro foi captado de dentro da embarcação.

Em um segundo grupo de fotografias, desta vez registrando automóveis, temos a fotografia (03)530 onde vemos um jovem rapaz escorado em um automóvel Modelo A. Na foto (03)531 é um senhor na lateral de um Chevrolet Ramona.

Um série de registros retrata apenas diferentes tipos de veículos: (03)532 e (03)536 um Ford T e um Ford T Pic Up, respectivamente, (03)534 e (03)535 um Modelo A. Já outros mostram os veículos em meio a paisagens e com alguns personagens representados junto aos mesmos. Em (03)533 vemos três veículos Chevrolet estacionados lado a lado e uma série de indivíduos ao redor dos mesmos. Na fotografia (03)543 vemos um Modelo A e dois Ford T, em frente a uma residência e vários indivíduos ao redor.

Na fotografia (03)537 vemos duas senhoras na parte dianteira de um Modelo A. Na fotografia (03)538 vemos a entrega da chave de um Fusca em frente ao Obelisco da Igreja de Bom Jesus. Os registros (03) 539 e (03)540 mostram veículos Chevrolet Ramona e Pavão sobre uma ponte. Fechando essa categoria temos as fotografias (03)541 mostra um Modelo A de frente para um local totalmente alagado. Em (03) 542 está retratado um Willys debaixo de uma figueira.

Na fotografia (03)544 vemos duas carroças sendo puxadas por duas juntas de boi cada. Carroças também estão presentes nos registros (03)546, (03)547, (03)548, sendo que neste último, a carroça está no meio de um local totalmente alagado.

Na fotografia (03)545 vemos uma série de cavalos carregados com produtos em um estrada. Em (03)549 vemos uma carreta carregada com feno, um cavalo e um senhor sobre a carreta. Em (03)550 e (03)555 vemos um senhor junto de um cavalo. Em (03)551 e (03)559 temos um registro com grandes semelhanças ao registro (01)322, já descrito, onde vemos um jovem montado em um cavalo.

Jovens montados em cavalos aparecem também nas fotografias (03)554, (03)556. Já nos registros (03)557 e (03)558 vemos apenas cavalos, sem a presença de nenhuma pessoa.

O registro (03)522 nos mostra uma família e dois cavalos. A cena de um grupo familiar e um cavalo se repete no registro (03)553, onde vale destacar o fundo que aparece na imagem. Trata-se de uma casa com parte dela em madeira e parte de pau a pique, sendo a cobertura feita de capim.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*The only way to win immortality is either
to do things worth the writing, or to write things
worthy the reading⁵¹⁶.
George Pettie*

⁵¹⁶ “A única forma de conquistar a imortalidade é fazer algo que valha a pena ser registrado, ou escrever algo que valha a pena ser lido”, conforme tradução nossa.

Georg Pettie, na nota epigráfica que abre o presente capítulo, onde estão dispostas as considerações finais de nosso estudo, destaca que a imortalidade se dá quando se faz algo que valha a pena ser registrado ou escrever algo que valha a pena ser lido. Desta forma, podemos afirmar, os moradores das antigas Colônia Maciel e Colônia Francesa, em Pelotas, e da Colônia São Lourenço, em São Lourenço, ao longo dos anos, desde a criação destas, ainda no século XIX, escreveram o seu nome na história, não por terem realizados grandes feitos, ou produzidos grandes obras, mas sim por terem sido de certo modo, os desbravadores de uma região que até então era pretensamente selvagem. Digo pretensamente, por serem regiões há muito ocupadas por populações indígenas antes da chegada do europeu.

Mesmo suportando uma série de agruras, acabaram por trazer desenvolvimento a toda uma região, desenvolvimento este que pode ser atestado pelo rico e diverso patrimônio cultural que se mantém preservado ao longo dos anos. Este patrimônio, que pode ser tanto de caráter tangível, quanto intangível, confere ainda hoje aos moradores destas regiões uma singularidade. Singularidade esta que, em alguns casos, passou a ser reinventada quando esta foi percebida como uma forma de aquisição de possíveis ganhos econômicos.

Deste modo, ao longo da presente tese, quando nos dedicamos a estudar o cotidiano de três grupos étnicos e de seus descendentes (italianos, franceses e alemães), foi possível perceber alguns aspectos que diferem de um grupo para outro e também aspectos comuns aos três grupos. As diferenças podem ser atribuídas principalmente às suas diferentes origens étnicas. Já as similaridades podem ser atribuídas a uma série de fatores, sendo que o principal seria os contatos interétnicos ocasionados principalmente pela proximidade geográfica dos núcleos coloniais e também de sua inserção em uma ruralidade condicionada às características naturais da região e à inserção desta no desenvolvimento social, econômico e territorial brasileiro, próprio à região sul do Rio Grande do Sul.

Campanhas de unificação identitária (criação de uma identidade única – brasileira) pode ser outro aspecto que explique de certa forma a adoção de costumes e práticas comuns. O tomar chimarrão e o comer churrasco, por

exemplo, prática associada como sendo típica do morador “nativo” dos pampas gaúchos, foi rapidamente absorvida tanto pelos imigrantes, quanto pelos seus descendentes. Essa absorção pode ter ocorrido como uma forma de tentar se mesclar com a comunidade local e assim evitar qualquer tipo de hostilidade, bem como podem ter sido adotadas em função da disponibilidade de tais produtos na região e a ausência daqueles tidos como típicos das regiões de onde eram oriundos.

Em alguns dos relatos por nós analisados ao longo desta pesquisa, percebemos que, em grande parte dos casos, as motivações da vinda dos primeiros imigrantes para solo brasileiro ocorreu basicamente com um único propósito: melhorar as condições de vida.

Perseguições de cunho religioso, político, cultural ou problemas de ordem econômica estimularam estes indivíduos a saírem de seus países de origem e migrarem para o novo mundo, mesmo sabendo que enfrentariam toda sorte de dificuldades, tanto na viagem, quanto depois que chegassem em solo brasileiro. Deste modo, a sua inserção na sociedade local e a absorção de alguns elementos da cultura local podem ser entendidos como uma tentativa de lograr uma espécie de esquecimento daquele passado que os compeliu a deixarem sua pátria natal. De outro modo, a preservação de alguns elementos culturais pode ser entendida como uma forma desesperada de manter vínculos com a terra de origem, tanto para manterem o grupo homogêneo, quanto para, quem sabe, poderem algum dia voltar ao velho continente, só que com condições de vida melhores daquelas de sua partida.

Independente das motivações, sabemos que alguns aspectos culturais foram preservados e outros não. Alguns aspectos culturais foram absorvidos das populações locais, e outros preservados de suas origens, e isto faz com que estes grupos se tornem únicos, singulares, e nessa singularidade, se tornem grupos, indivíduos, cujas ações entraram para a imortalidade, conforme afirmava George Pettie, visto que vale a pena escrever sobre eles.

Sem querermos superestimar o nosso trabalho, acreditamos que ao nos dedicarmos à escrita da história do cotidiano deste grupos que povoaram a Serra dos Tapes, acabamos por registrar algo que valha a pena ser lido, tendo em vista a grande importância que estes possuem para a região e conseqüentemente

para o estado, e deste modo, a importância do entendimento de temas a eles diretamente relacionados.

Ao fazermos das fotografias nossa principal fonte, mas sempre dialogando com outros tipos de fontes, tais como entrevistas, relatórios, jornais, entre outros documentos, se fez necessário que atentássemos para uma série de aspectos que em muitos casos conferem ao registro fotográfico um caráter ficcional, podendo, de certa forma, ser o registro entendido como uma encenação. Deste modo, tivemos que ter claro ao longo da nossa investigação dois aspectos: a aparência real e a aparência pretendida dos registros.

Estes aspectos, ao mesmo tempo em que podem ser entendidos como um fator que limita a utilização deste suporte como fonte de estudo, revelam-se particularmente importantes, uma vez que os mesmos nos indicam alguns padrões de comportamento vigentes em determinado período, bem como aos anseios de determinado grupo, visto que a forma como estes se faziam representar num registro desta natureza, tornaria perene uma imagem que os mesmos gostariam que fosse transmitida para familiares, entes queridos e que fosse cristalizada na memória do grupo.

Elementos que sugerem uma distinção social, que sugerem que o indivíduo fosse erudito, estão presentes de forma maciça nos registros por nós analisados.

A exaustividade deste trabalho, que em princípio poderá levantar questões sobre a aplicação de uma metodologia específica, certamente poderá levar o leitor a pensar sobre a quantidade de explorações efetuadas. Tais explorações, bastante diversas, fizeram-se fundamentais justamente para cumprirmos com o rigor acadêmico que obriga que um pesquisador esteja disposto a abordar todos os elementos que se apresentam dentro do universo pesquisado na tentativa de acolher o maior número de símbolos e significados que poderão colaborar não só na tentativa de compreensão histórica, como também dando elementos a uma historiografia alicerçada na realidade estudada que sempre é multifacetada.

Ao longo do texto, o leitor pode perceber que alguns capítulos são mais curtos e diretos, enquanto outros mais longos e detalhados. Tal diferença se dá principalmente porque, no nosso entendimento, tudo que é óbvio não necessita ser explorado com exaustão.

Assim, no Capítulo 1, pretendemos fazer um estudo sobre o processo e formação de cada uma das colônias. Sabemos que as mesmas surgiram em momentos históricos diferentes. A Colônia de São Lourenço foi criada em 1858, a Colônia Francesa em 1883 e a Colônia Maciel em 1886. Sua criação ocorreu por iniciativas distintas, enquanto a Colônia de São Lourenço foi uma iniciativa particular, a Colônia Francesa, quando ainda em São Feliciano, era uma iniciativa do governo provincial, e uma vez em Pelotas era um investimento particular, mas regulado pela lei municipal e a Colônia Maciel um iniciativa do governo imperial, administrada pelo governo provincial. E por fim, mais evidente, cada uma das colônias recebeu imigrantes de distintas origens: alemães, poloneses, franceses e italianos.

O desenvolvimento de cada região teve momentos distintos. Algumas se desenvolveram com mais rapidez do que outras; algumas receberam maiores incentivos pecuniários por parte dos organizadores do que outras; algumas passaram por mais dificuldades do que outras; algumas se mantiveram mais isoladas do que outras; algumas, com o passar dos anos, mantiveram preservadas características identitárias, enquanto outras, as foram perdendo de forma gradativa.

O objetivo deste capítulo foi justamente entender como se deu o processo de formação desta região e uma vez efetuado este entendimento, conseguimos entender alguns aspectos que são vistos ou não nos acervos fotográficos posteriormente analisados.

No segundo capítulo pretendemos falar um pouco sobre o que denominamos aqui de *Patrimônio de Imigração*. Com o surgimento de políticas patrimoniais, ocorreu nos últimos anos uma espécie de supervalorização da memória e com isto veio a criação de instituições cujo objetivo principal era a preservação de aspectos culturais de determinado grupo. Assim, surgiram o Museu da Etnográfico da Colônia Maciel em 2006, o Museu da Imigração Pomerana, em 2008 e o Museu da Colônia Francesa, em 2009.

Apesar de possuírem diferenças significativas, as instituições têm vários aspectos em comum, entre eles, a sua localização em espaços tidos como rurais, a dedicação a um determinado grupo étnico e o objetivo de traçar, preservar e mostrar a memória história de cada um destes grupos e auxiliar na preservação

de aspectos culturais, os quais, em alguns casos, vinham caindo no esquecimento.

Foi tratado neste capítulo ainda como o turismo cultural tem tido papel fundamental na consolidação e efetivação destes empreendimentos e como, de certo modo, a criação destas instituições museais alavancou as “idas à colônia” por parte de moradores dos centros urbanos localizados em regiões limítrofes.

Tratamos ainda de aspectos relacionados com as identidades. Identidades étnicas. Etnicidades. Temas polêmicos, dinâmicos, assim como a cultura, que com o passar dos anos vão se modificando, que conforme interesses vão sendo alterados. Não pretendemos ter sido conclusivos nesta parte do trabalho, basicamente pelo fato de ser um tema que possui uma necessidade maior de pesquisas, de observações e averiguações, coisas que não tivemos tempo suficiente para realizarmos durante o nosso trabalho.

O que pretendemos mostrar é que o entendimento de aspectos como a identidade de colono, ou a identidade de italiano, alemão ou francês, são fundamentais quando analisamos os acervos fotográficos das três instituições analisadas. Podemos inclusive afirmar que a própria formação destes acervos estava a serviço de “criar” uma identidade para a comunidade onde os museus estavam inseridos, uma vez que, conforme pôde ser visto, não ocorreram doações sistemáticas e desordenadas de fotografias, visto que estas tiveram critérios. Os próprios idealizadores das instituições em alguns casos efetuaram seleções, em alguns casos até mesmo arbitrárias. Se o objetivo destes era criar um espaço onde não fossem vistas incoerências, mas sim apenas aspectos relacionados somente àquela etnia, aquele grupo étnico que se pretendia ser o foco da instituição, não sabemos. O que podemos afirmar é que, mesmo possuindo em seus acervos materiais relacionados com os povos autóctones que viveram na região antes da chegada dos imigrantes europeus, as três instituições não expõem estes materiais, que por hora estão guardados, ou até mesmo “escondidos”, em suas reservas técnicas, talvez esperando o momento certo para serem expostos, o momento em que o “turismo étnico” já não seja mais atraente, e seja necessário criar uma nova maneira de atrair visitantes para suas instituições.

Posto isto, e entendendo que na Serra dos Tapes, a interação entre diferentes grupos étnicos ocorreu de forma multifacetada, partimos para a

análise de um processo de valorização patrimonial que ocorreu na região nos últimos dez anos, e cujo ponto alto foi a criação de espaços museológicos que tiveram como objetivo preservar a herança cultural de cada um destes grupos.

Assim, passamos, na sequência, a nos dedicar um pouco mais sobre o processo de formação de cada uma destas instituições, da constituição de seus acervos, bem como do contexto que envolveu a criação destes espaços.

No capítulo seguinte, falamos sobre a fotografia na Serra dos Tapes. De que forma ocorreu a penetração deste avanço tecnológico na região e quais eram os procedimentos utilizados para a sua propagação, e como foi a inserção desta no espaço rural, cujo tempo é diferente do tempo da cidade. Fizemos um largo estudo acerca dos profissionais que atuam na região e do quais possuímos registros de sua autoria preservados em ao menos uma das instituições por nós estudadas. A inclusão desta parte na nossa tese se justifica pelo simples fato de que temos o mesmo entendimento que Bóris Kossoy (2002), que considera o fotógrafo como uma espécie de filtro cultural, ou seja, é ele quem faz as seleções de o que fotografar e como fotografar. Mesmo que os fotografados deem orientações de como gostariam de ser retratados, as imagens que hoje analisamos são frutos de seu trabalho, de suas escolhas, de seus olhares.

Em seguida, analisamos as coleções fotográficas de cada uma das instituições. Falamos sobre o processo de doação, falamos rapidamente sobre quem foram os responsáveis pela doação das fotografias, e qual o estado atual das mesmas, se estão ou não catalogadas e como estão acondicionadas, de como estão guardadas.

E o último capítulo é aquele dedicado à análise das nove categorias, dos nove eixos temáticos que foram criados para classificar as fotografias e facilitar a sua análise. Vale destacar, como já dito anteriormente, que em alguns casos esta classificação pode parecer de certo modo arbitrária, mas sempre que o for, fazemos a justificativa das motivações ao longo de nossa análise. Vale nota ainda o fato de que uma mesma fotografia pode estar classificada em mais de uma categoria ao mesmo tempo.

É neste capítulo que fazemos uma análise quantitativa dos registros. Gráficos e tabelas nos auxiliam na tarefa de entender quais temáticas são numericamente mais ou menos representativas. E em seguida ocorre a análise qualitativa, onde os registros são analisados de forma individualizada.

Percebemos, antes mesmo de analisar as temáticas representadas nas fotografias, alguns aspectos que merecem ser apontados. Quando analisamos os registros orais, percebemos que em vários deles há referências à destruição, perda e extravio de coleções fotográficas. Além disso, quando doados para comporem o acervo de um dos três museus pesquisados, as fotografias passavam por um processo de análise e seleção por parte dos doadores: geralmente eram doadas aquelas fotografias das quais já não se tinham muitas informações, muitas delas sem nenhum tipo de identificação do período em que foram produzidas ou das personagens ali retratadas. Eram portanto, simples objetos que já não tinham mais espaço na vida daquelas pessoas. Em outros casos, quando ainda existia uma certa atribuição de valor aos registros fotográficos, estes eram apenas emprestados para que pudessem ser feitas cópias e assim os originais permanecessem com os seus proprietários.

É importante destacar, ainda, que no momento da seleção das fotografias que seriam doadas ao museu, ocorria uma seleção por parte dos doadores no sentido de não existir dentre as fotografias nenhuma que pudesse causar qualquer tipo de desconforto futuro. Um exemplo claro disso são as fotografias com emblemas ou com a suástica nazista, tão comuns durante certo período e tão raros de serem encontradas.

Logo, concluímos que apenas uma pequena parcela da produção fotográfica existente na Serra dos Tapes se encontra sob a tutela de instituições museológicas. Como dito anteriormente, muitas se perderam ao longo dos anos, outras foram propositalmente deixadas de lado no momento da doação. Assim, é necessário que se leve em consideração que ao fazermos a análise das coleções fotográficas destas três instituições, não podemos de modo algum sermos taxativos sobre nenhuma questão, uma vez que a parte analisada é uma parcela muito pequena de um todo produzido, que jamais poderá ser dimensionado.

Assim como o fotógrafo ou o fotografado selecionavam aquilo que seria digno de registro, seleções ocorriam na guarda das fotografias produzidas, na passagem destas coleções de uma geração para outra e por fim na doação para os museus.

Percebemos que o número de fotografias é bastante baixo. Assim como número de doadores. Explicações para isso pode ser uma espécie de medo de

publicizar a sua vida, de tornar públicos aspectos que outrora eram apenas de conhecimento de membros da família.

Um outro aspecto que é digno de nota, refere-se aos doadores. De modo geral, os responsáveis pela doação eram figuras do sexo feminino, mesmo que o nome do doador que constasse na ficha, mais tarde, fosse o nome do marido ou de um filho. A isso podemos atribuir o papel de “guardiãs de memória” que é um papel, na grande maioria das vezes, reivindicado pelas mulheres da família. Logo, são elas quem decidem quando e o que deve ser doado.

Nosso universo de pesquisa se restringiu à observação e análise de 1.246 fotografias. Ou seja, a pesquisa teoricamente se encerraria nestas imagens e nos temas nelas retratados. Contudo, não podemos fechar os olhos para fatos e aspectos que, muitas vezes, não estão presentes nestes registros. E é justamente neste aspecto que é importante o confronto com as outras fontes de pesquisa. Não para desmentir ou para confirmar algo que está registrado em uma fotografia, mas para termos outro ponto de vista, para podermos problematizar tal questão, tal aspecto, que mesmo não estando presentes, não significam que sejam menos importantes na vida cotidiana destes indivíduos.

Quando tratados aspectos relacionados com a *Arquitetura*, são poucos as fotografias que fazem um registro único de alguma residência. A maioria são de igrejas, escolas, ou mesmo fotografias tiradas durante alguma viagem. Isso não significa que a residência não tivesse importância para as comunidades estudadas, pelo contrário, ela era motivo de orgulho e se tornava perene quando da produção dos aqui chamados retratos de família ou mesmo em retratos de casamento. Era a casa que servia de fundo no momento em que os convidados de uma festividade de casamento se reuniam para a produção de uma fotografia. Era a casa que servia de fundo quando uma família decidia produzir uma fotografia de todo o grupo. Algumas vezes a casa assumia um papel de maior destaque que os próprios indivíduos retratados.

Mas por que não produzir fotografias somente da casa? Acreditamos que pelo simples fato de que estas poderiam ser feitas em qualquer lugar, de qualquer edifício e não necessariamente garantiriam ao observador de que tal edifício era a propriedade de uma determinada família. Deixar-se fotografar, ao mesmo tempo em que tornava eterna a imagem da família reunida, tornava

eterno também o local onde esta família morava. Mostrava ao observador que tal edificação fora construída com o suor de seu trabalho, que ela era fruto da sua dedicação e esforço. Enquanto no Museu da Colônia Maciel predominam fotografias da Escola Garibaldi e da igreja de Sant'Anna, no Museu da Colônia Francesa predominam espaços públicos como uma ponte caída, devido a uma enchente, ou mesmo algumas residências foram motivo de registro; já no Museu da Imigração Pomerana predominam fotografias de residências e espaços religiosos de diversos locais – neste caso, fotografias produzidas ao longo das viagens do fotógrafo.

A explicação desta diversidade de abordagem das fotografias guarda relação direta com os doadores das coleções. Os exemplares do Museu da Colônia Maciel foram doados pelo Padre Luis Capone, ou seja, uma das autoridades máximas da Colônia e o responsável pela manutenção da memória história da comunidade, papel que este assumiu para si, enquanto não existia um museu na localidade. Com a criação do museu, em 2006, o mesmo passou a sua coleção e a tarefa de preservar a história da Colônia Maciel a esta instituição.

Os exemplares do Museu da Colônia Francesa foram todos doados pela Família Ribes, e tem autoria atribuída ao senhor Lino Ribes, que como vimos no desenvolver da tese, era um homem culto, que possuía em sua residência uma biblioteca e assumiu para si a tarefa de preservar a história da Colônia Francesa. Além da redação de históricos, da anotação de fatos relevantes, o mesmo produziu ao longo de sua vida fotografias que no entender dele eram importantes para a concretização de seu objetivo.

Por fim, as fotografias do Museu da Imigração Pomerana registram templos religiosos, cujos exemplares possivelmente tenham sido doados pelos antigos integrantes da diretoria da Igreja de Bom Jesus, uma vez que não temos identificadas a procedência de tais documentos. Além disso, a coleção é formado por um representativo número de fotografias doada pela senhora Guerda Koch, que faziam parte do acervo de seu pai, o senhor Wilhelm Weingärtner, que além de médico, farmacêutico, dentista, era fotógrafo diletante. Estas fotografias, por sua vez, registram o que o senhor Wilhelm achava digno de registro. São fotografias de exemplares arquitetônicos de outros países produzidas durante

duas viagens, além de fotografias de edificações da zona urbana de São Lourenço do Sul.

Como dito anteriormente, não verificamos interesse por parte das populações locais em produzir e guardar este tipo de registro. Fotografias eram artefatos caros; as condições econômicas dos moradores das três colônias analisadas, até o primeiro quartel do século XX, não eram as mais prósperas, o que fazia com que o seu interesse por fotografias que faziam apenas um registro de algo inanimado e que permaneceria ali, da mesma forma, por anos e anos, não fosse despertado. Afinal, qualquer um que visitasse a sua casa, antes mesmo de adentrar ao espaço, já teria observado a edificação.

O segundo eixo temático analisado é o que aqui denominamos de *Comunicação*, ou seja, são cartões postais, cuja finalidade de produção era enviar mensagens curtas e objetivas, mas que ao longo dos anos acabou caindo no gosto popular e se tornou um apreciado objeto de colecionismo.

Temos apenas no Museu da Imigração Pomerana imagens inseridas dentro deste eixo temático. Grande parte dos exemplares faziam parte da coleção de já mencionado Wilhelm Weingärtner, que, além de ter efetuado ao longo de sua vida uma série de viagens, mantinha uma rede de contatos que fazia com que fosse corriqueira a troca de mensagens por meio destes artefatos. Grande parte dos cartões-postais estão em branco, ou seja, a sua aquisição ocorreu com o fim precípua de colecionar os mesmos, já outra parte contém mensagens no verso. E aqui chama a atenção para um aspecto interessante. Muitas das mensagens são endereçadas ao senhor Gustav Holl. Gustav Holl, conforme averiguado, seria um médico alemão, diplomado na Universidade de Heidelberg, e que teria mais de cinco anos de experiência como médico em Nápoles e Heidelberg⁵¹⁷. Sabemos que Gustav Holl se consorciou com Wilhelm Weingärtner (SCHNEID, 2008) e ambos, na década de 1920 teriam alugado o prédio onde atualmente funciona a Biblioteca Municipal de São Lourenço do Sul e criado ali o segundo hospital do município, conforme disposto no histórico fixado no Museu Municipal de São Lourenço do Sul, que funciona no mesmo edifício. O hospital se destacaria pela grande qualidade de serviços e pelos

⁵¹⁷ Conforme um série de anúncios publicados na imprensa de São Lourenço. Usamos como referência aqui, apenas um destes anúncios, publicado no periódico *O Jornal* de 02/07/1928, ano IV, nº 16, p. 3.

materiais. E no mesmo local, funcionaria também uma farmácia. No final da década de 1930, Gustav Holl teria voltado para solo alemão, com o objetivo de ajudar seu país natal que passava por grandes transformações, tornando-se médico de guerra em um navio, onde em 1933 acabou falecendo. Com a partida de Gustav Holl, o hospital ficou a cargo de Wilhelm Weingärtner e de sua agora esposa e então parteira do hospital Elisabeth. O casal permaneceu pouco tempo à frente do estabelecimento. Tanto que, conforme o histórico anteriormente citado, já na década de 1930, o estabelecimento onde funcionava o hospital, era agora a Intendência do Município.

Com a partida de Gustav Holl, este provavelmente tenha deixado todos os seus pertences aos cuidados de Wilhelm Weingärtner, que acabou herdando a coleção de cartões postais. Tudo leva a crer que mesmo os sem dedicatória, tenham pertencido a Holl, pois aparecem cidades alemãs e italianas vizinhas das quais o mesmo teria atuado. Causa estranheza, apenas, que dentre a coleção figuram imagens de Karl Liebknecht, Klara Zetkin, Leo Jogiches, Ferdinand Lassalle, Rosa de Luxemburgo, Friedrich Engels e Karl Marx, autores ligados à escola socialista de pensamento, e mesmo assim Gustav Holl tenha retornado à Alemanha para auxiliar o então governo embrionário de Adolf Hitler, que justamente era contrário a algumas ideias que autores defendiam.

Além dos cartões postais doados pela filha de Wilhelm Weingärtner, temos ainda alguns doados por outras pessoas. Estes todos com mensagens e dedicatórias. Podemos de certo modo atribuir esta existência de cartões postais apenas no acervo do Museu da Imigração Pomerana como um indício da cultura de letramento que acompanhou ou imigrantes de origem teuta. Como vimos, a educação sempre foi um aspecto bastante valorizado entre estes imigrantes e os seus descendentes, logo, o recebimento e a troca de mensagens escritas acabava se tornando uma forma de manter o contato com parentes e amigos distantes.

Em seguida, analisamos as fotografias que de forma ou outra faziam referência à temática *Educação*. Esta temática é uma das formas pelas quais achávamos que seria possível medir o interesse ou não pela educação por parte dos moradores das regiões estudadas. Contudo, observando a porcentagem de fotografias inseridas dentro deste tema com a porcentagem das demais, as conclusões a que chegamos são diferentes daquelas que imaginávamos antes

de dar início aos pesquisas, mas que vão diretamente ao encontro das conclusões a que chegamos agora, com a finalização.

Mesmo que mais representativos numericamente no acervo do Museu da Imigração Pomerana, dentro da totalidade dos registros as fotografias inseridas dentro desta temática são poucas, e contrastam com a grande quantidade de fotografias sobre a temática no Museu da Colônia Francesa ou mesmo no Museu da Colônia Maciel. E este foi um ponto que nos chamou a atenção no decorrer das pesquisas: se a educação era tão valorizada entre os imigrantes de origem alemã, por que tão pouco registros? E uma segunda questão: se entre os franceses e mesmo entre os italianos não se via esta mesma importância, por que o número de registros é percentualmente maior?

A resposta a estes questionamentos é muito simples e é o eixo central do nosso trabalho: quando se trata de algo corriqueiro, banal, que ocorre todos os dias, os registros fotográficos não são necessários; agora, quando é algo cuja frequência não é tão grande, parece que se torna mais importante a produção de registros, justamente para que fiquem evidências de que um dia tenham existido.

Ora, para os imigrantes alemães não era necessário que existissem fotografias de escolas. Afinal, quase todos sabiam ler e escrever, e isso demonstrava que estes tinham frequentado uma instituição escolar, por mais precária que fosse. Já entre os imigrantes franceses e italianos, essa frequência nem sempre ocorria, e a fotografia surge então como uma forma de demonstrar um grau de importância que a educação não teve nestas comunidades.

Tais conclusões não somente estão pautadas nas fotografias - muito embora nosso objetivo não seja o de testar a validade de nenhuma conclusão feita a partir da análise de fotografias, pois, pelo contrário, procuramos referendar as mesmas e demonstrar que todas as fontes consultadas apontam para o mesmo caminho.

Como visto, já nos primeiros anos após a chegada dos imigrantes na Colônia São Lourenço, já era requisitada a construção de escolas, visto que o ensino vinha ocorrendo de forma improvisada na residência de algum colono, conforme exposto tanto no Capítulo 1, quanto no Capítulo 5. Já na Colônia Maciel, a construção da primeira escola vai se dar de forma tardia, e mesmo com a existência de educandários, os entrevistados narram que a frequência não era

muito grande, principalmente de mulheres, pois a estas, em muitos os casos o ensino não era facultado, principalmente nos primeiros anos de século XX, o que não pode ser comprovado através da análise documental, empreendida por Gehrke (2013).

As fotografias deste tipo são sempre muito semelhantes. O grupo de alunos se posiciona em frente ao educandário, juntamente com o professor e então é produzida a fotografia. Constatamos que os alunos eram previamente avisados da vinda do fotógrafo e, assim, deveriam vir para a escola no dia combinado com roupas melhores do que as que costumavam vir. Tanto que nas fotografias, geralmente os alunos estavam perfeitamente alinhados, cabelos muito bem penteados e fazendo uso de calçados. O uso de calçados é interessante destacar, pois conforme relatório citado ao longo da presente tese, no Capítulo 5, para sermos mais precisos, não era algo comum, bem como deixam claro alguns de nossos entrevistados.

O posicionamento obedecia o tamanho das crianças, as maiores ficavam atrás e as menores na frente. Quase sempre as meninas ficavam posicionadas na parte da frente, enquanto os meninos ficavam na parte de trás de fotografia. Um pequena diferença constatada entre os registros das três instituições é que nas fotografias do Museu da Imigração Pomerana, geralmente ficava posicionado em frente aos alunos um quadro com uma inscrição. Nessa inscrição constava o nome da escola, o nome do professor, a localidade onde o educandário estava localizado, bem como a data em que o registro foi produzido. De grande ajuda para pesquisadores, pois ali constam informações importantes e que muitas vezes facilitam a identificação de personagens.

Sabemos que esta era uma prática comum de um fotógrafo, Heinrich Feddern, conforme narrado pelos seus netos, contudo, foram localizadas fotografias de outros autores, com a mesma prática, prática esta que não foi possível localizar nos registros fotográficos das duas outras instituições pesquisadas.

Uma prática, que em nosso estudo foi classificado como sendo uma prática de *Lazer*, mas que tem uma relação direta com o tema *Educação*, são as chamadas Paradas Cívicas.

Estes eventos, que aconteciam não com muita frequência até meados dos anos de 1930, passaram a ocorrer de uma forma sistemática, obrigatória e muito

mais organizada a partir deste momento. Além de sua realização, estes eventos também passaram a ser registrados fotograficamente. Mais uma vez, era a política nacionalista de Vargas interferindo na vida cotidiana das comunidades analisadas.

As Parada Cívicas contavam principalmente com a presença de crianças nos desfiles, onde as mesmas empunhavam bandeiras brasileiras. As marchas percorriam pequenas distâncias e eram rigorosamente ensaiadas pelos professores. Sempre vestidos com calças (no casos dos meninos) e saias (no caso das meninas) de coloração escura e uma camisa branca, os alunos eram estimuladores, além da marcha, a entoarem o hino nacional.

Em 19 de agosto de 1939, a diretoria de instrução da Prefeitura Municipal de São Lourenço encaminha a todas as escolas do município um documento⁵¹⁸, contendo o programa e as orientações de como deveriam ser conduzidas as comemorações da Semana da Pátria. A análise do referido documento foi interessante no sentido de entender melhor como estes eventos eram organizados. Percebemos que a realização de uma série de atividades alusivas à Semana da Pátria foi implantada no sentido de “promocionar o conhecimento das causas e símbolos nacionais e gerar uma identificação da população” com os mesmos.

Mesmo sendo um momento em que as crianças tinham protagonismo, as Paradas eram assistidas pelas comunidade toda, no sentido de ver, ali, o verdadeiro patriotismo, aquele que deveriam adotar e seguir.

Em relação às práticas de *Lazer*, estas estão inseridas dentro de um novo eixo temático, e estão divididas em uma série de subcategorias de análise no sentido de facilitar a análise e interpretação. As caçadas, por exemplo, “esporte” praticado basicamente por pessoas do sexo masculino, ocorriam principalmente nos momentos em que os trabalhos na lavoura não eram muitos. Neste momento, em alguns casos ocorria a formação de grupos que saíam com o objetivo de caçar. Nestas caças, que por vezes duravam mais de um dia, eram abatidos muitos animais, que mais tarde eram utilizados na alimentação da família. Ou seja, uma prática de lazer, mas que tinha como resultado a aquisição de alimentos que viria a diversificar o cardápio dos envolvidos.

⁵¹⁸ Livro de Correspondências Expedidas. Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul. 1939.

Os tempos eram outros. A legislação permitia que possibilitava que cada colono tivesse seu próprio armamento e também havia uma disponibilidade maior de animais selvagens que serviam de caça. Exemplos de fotografias retratando momentos de caça foram encontrados nos acervos do Museu da Colônia Maciel e no Museu da Imigração Pomerana. Entre o acervo do Museu da Colônia Francesa, estas não se fizeram presentes, o que não significa que tal prática não fosse adotada; pelo contrário, simplesmente não foi registrada por meio de uma fotografia.

A produção de fotografias destes momentos era uma forma de lembrar os momentos de uma caça bem sucedida, farta. Momentos em que geralmente o caçador estava acompanhado de seu fiel parceiro nestas jornadas, o cachorro.

As pescas, semelhante com as caçadas, eram momentos de lazer e que também forneciam alimentos para os familiares dos envolvidos. Em alguns casos, tal prática é uma profissão, aqui, pelo fato de os grupos analisados residirem em regiões de difícil acesso, onde não existem nas proximidades meios para que isto pudesse a ser transformar em uma profissão, tal pratica era somente um lazer.

Muito apreciado por crianças que aos finais de semana se reuniam e faziam as pescarias em arroios próximos ou mesmo nos açudes de das propriedades.

A existência de corais era outro aspecto que vale nota. Uma forma de reunir os membros de uma determinada comunidade e reavivar práticas ancestrais, pois na grande maioria das vezes os hinos entoados eram hinos na língua materna dos imigrantes ou de seus descendentes. A formação destes grupos era então uma maneira de promover, de estimular a noção de pertencimento a um determinado grupo, contribuindo para a manutenção de uma identidade étnica. Em muitos casos, os corais tinham uma ligação umbilical com a igreja. Suas apresentações ocorriam durante os cultos ou missas. No município de São Lourenço, esta prática era tão comum que, inclusive, na década de 1910 cria-se uma entidade responsável pela organização anual de um concurso de corais orfeônicos. Num primeiro momento, somente com a participação de homens. Com o passar dos anos, surgem os corais mistos. Tal festividade ocorre até os dias atuais, mas com um número menor de grupos participantes. A política estado-novista de Vargas, além de proibir a entoação de vários hinos em língua

alemã, obrigou a muitos destes grupos de mudarem seus nomes, que originalmente eram em alemão.

Quando tratamos desta questão no município de São Lourenço do Sul, percebemos que a organização destes grupos era tamanha, que suas apresentações não se limitavam a cultos, ou festas. Estas ocorriam inclusive em velórios, quando para se ter o direito de contar com uma apresentação era necessário que a família fosse sócia de uma Sociedade Filarmônica. A importância da presença destes grupos em funerais era tamanha, que uma de nossas entrevistadas⁵¹⁹, comentando um enterro de um vizinho seu ocorrido recentemente (2014), onde não teve a apresentação e um coral, o comparou com o enterro de um cachorro. Nas palavras dela, “ninguém cantou, ninguém fez nada”.

Exemplares registrando a prática da música coral puderam ser encontrados nos acervos do Museu da Colônia Maciel e no Museu da Imigração Pomerana. Não foi encontrado nas fontes consultadas nenhum registro da existência de um coral ou grupo de canto na Colônia Francesa, bem como não foi encontrado nenhum registro fotográfico.

Seguindo a mesma linha, temos as famosas bandinhas. Grupos, majoritariamente compostos por indivíduos do sexo masculino, que faziam a utilização de diversos instrumentos musicais e eram responsáveis pela animação de bailes, festas e casamentos.

Este tipo de registro fotográfico somente foi encontrado no Museu da Imigração Pomerana. Do mesmo modo, nas fontes consultadas, não foi possível encontrar nenhum tipo de referência à existência de algum tipo de banda nas duas outras colônias pesquisadas.

Não sabemos ao certo quais seriam as origens desta cultura musical tão arraigada na colônia de imigração alemã de São Lourenço. Sabemos que nos corais das Sociedades Filarmônicas, em alguns casos, era comum a utilização do violino. Assim como era comum, algumas famílias terem em suas residências instrumentos musicais, bem como existirem instituições voltadas para o ensino da música na região colonial do município. Com pessoas dominando as técnicas

⁵¹⁹Entrevista com a senhora Teresa Brot, 2014.

musicais e a necessidade de existir algum tipo de animação nos eventos comemorativos, formaram-se os primeiros grupos, as primeiras bandas.

Algo que merece ser pontuado é o grande número de iniciativas, na área rural, por parte de imigrantes de origem alemã, de associações destinadas a estimular o convívio social, tais como as sociedades de cantores, os clubes de tiro, os grupos de dança. Tal aspecto pode, em tese, ser considerado como um dos fatores que contribuíram para a manutenção de características culturais deste grupo.

Contudo, não podemos esquecer que tais iniciativas somente foram possíveis devido ao grande número de imigrantes. Colônias tais como a Maciel ou a Francesa, pelo fato de terem sido consideravelmente menores, não foram palco de tais iniciativas, mesmo que, conforme aponta Marcos Hallal dos Anjos (2001), na zona urbana de Pelotas tenham surgido sociedades italianas e francesas.

Os jogos de futebol foram outra prática bastante comum, basicamente a partir da década de 1930. Registros fotográficos de jogos, de finais de torneio, puderam ser encontrados nas três instituições pesquisadas. Os jogos de futebol podem ser considerados como uma prática genuinamente masculina e que atraía grande público, principalmente quando eram realizados os tradicionais torneios, onde equipes rivalizavam pela vitória. Existem estudos que apontam a grande influência de que times de futebol amador tiveram na formação dos atuais grandes clubes de futebol brasileiro, e de como o elemento étnico teve importância nesse processo. Sendo considerado inclusive como um elemento de promoção identitária, uma vez que só podiam participar dos times pessoas de uma determinada região. Como as regiões estudadas eram de certo modo homogêneas etnicamente (com exceção da Colônia Francesa), semelhantes a verdadeiros guetos rurais, os times saídos dali eram majoritariamente compostos por elementos e origem itálica ou teuta. Já na localidade conhecida como Colônia Francesa, existiam dois times, onde diferentes etnias participavam e possuíam uma rivalidade bastante grande entre si. Quando da realização de jogos contra times vindos de outras localidades, a rivalidade era grande e era neste momento que vinham as comparações, que vinham os cognomes e em muitos os casos era nestes momentos em que as chacotas e o preconceito davam as caras, seja pelo jeito desengonçado dos

jogadores, que durante a semana trabalhavam na lavoura, e que por *hobby* aos finais de semana se dedicavam a este esporte, seja pela pele extremamente alva e com marcas do sol pelo corpo todo, ou então pelo sotaque carregado, ou pelo total desconhecimento da língua vernácula.

Estimulados a praticarem este esporte desde cedo, as crianças viam nos adultos exemplos a serem seguidos e isso fica claro em fotografias do Museu da Imigração Pomerana, onde além de adultos, as crianças praticam este esporte.

Banhos de rio ou de lagoa, aqui conhecidos como banhos de praia, eram uma outra prática de lazer bastante apreciada, que pode também ser uma forma de higiene, uma vez que, até meados do século XX, os chuveiros ainda não estavam difundidos na região e os banhos eram feitos em grandes tinas. Registros desta prática puderam ser encontrados apenas no Museu da Imigração Pomerana, e o aspecto que mais chamou a atenção é de que estes banhos aconteciam, independentemente de serem adultos ou crianças, com os envolvidos inteiramente nus.

As pencas ou corridas de cavalo, como também eram chamadas, eram umas das formas de lazer mais apreciadas pelos moradores da região. São inúmeras as referências a estes eventos nos relatos por nós analisados. Contudo, apenas um único registro fotográfico foi localizado, e que faz parte do Museu da Imigração Pomerana.

Este tipo de evento aliava uma série de questões que faziam com que fossem momentos de grande afluência de público. O cavalo sempre esteve no imaginário dos imigrantes e de seus descendentes, conforme veremos na sequência, quando falaremos sobre os meios de transporte. Ter um cavalo num primeiro momento era um símbolo de distinção social. A partir do momento em que isso se torna algo relativamente comum entre os colonos, passa a ser símbolo de diferenciação social a posse de um animal de raça e que estivesse apto a participar das tradicionais corridas.

Estas corridas, que visavam a premiar o cavalo mais rápido, eram um momento em que se faziam generosas apostas, se bebia bastante e também o momento em que desentendimentos surgiam, seja por conta de algum cavalo, seja por conta de um desafeto antigo. Não raro, como nos narram os nossos entrevistados, as pessoas iam armadas para estes eventos, no intuito de se defender de um possível briga. E foi justamente este esporte que foi um dos mais

afetados pela campanha nacionalista de Getúlio Vargas. Vários locais onde aconteciam as carreiras foram fechados e os frequentadores proibidos de falarem o alemão ou mesmo o dialeto pomerano deixaram de frequentar as pencas, e o esporte vai os poucos perdendo o lugar e a importância que tinha na vida social da comunidade.

Passeios, sejam eles pelo interior ou pela cidade, podem ser considerados como uma prática de lazer. Eram poucos os momentos de descanso que os colonos tinham. E estes eram aproveitados para a realização de visitas a amigos, parentes e vizinhos. Nestas visitas ocorriam trocas de produtos, novidades eram contadas e os laços sociais estreitados. Registros de tais práticas podem ser encontrados tanto no acervo do Museu da Colônia Maciel, quanto no Museu da Imigração Pomerana.

Toda e qualquer festividade, para que fosse digna de ser chamada como tal, necessitava que fosse servido aos convidados o tradicional churrasco. Preparado em grandes valas abertas no chão, em quantidades que variavam conforme a quantidade de convidados, foi se tornando aos poucos a comida típica de toda uma região. Italianos com suas massas e polenta, franceses com seus queijos e carnes, alemães com seus chucrutes, sopas. Nada disso foi capaz de aplacar a “invasão” que o churrasco teve na região. Provavelmente em função da grande quantidade de carne disponível, uma vez que nos relatos temos informações de que a fome e a carestia em solo europeu teriam sido uma das motivações para a saída daquele continente, tal alimento passou a ser obrigatório. E um evento, para que fosse digno de receber tal nome, deveria ter no seu cardápio o churrasco, preparado de forma parecida com que os “nativos” preparavam. Este, porém, sempre era acompanhado por pratos tidos como típicos de cada um dos locais de origem destes imigrantes e de seus descendentes.

Nestes eventos, era comum o consumo de bebidas alcoólicas, geralmente fabricadas nas destilarias que existiam em algumas propriedades.

As tradicionais festas de igreja, também classificadas dentro da temática religiosidade, serão aqui comentadas, uma vez que, além da realização de toda a parte da religiosa, como uma missa, procissão, apresentação de corais, tinha um momento de descontração. Almoços eram servidos e a renda utilizada para

benefício das comunidades que organizavam as festas. Foi com esse dinheiro que foram erguidas as igrejas e casas paroquiais da região.

Estes eventos, que misturavam o sagrado com o profano, eram o local ideal para a formação dos casais. Era neste tipo de festividade que ocorriam os flertes que mais tarde se transformariam em namoros. Registros desta natureza podem ser encontrados nas três coleções analisadas. Sua produção pode de certa forma ser explicada como uma forma de registrar as novidades que ocorriam a cada ano; por exemplo, na Colônia Maciel eram feitas festas de inauguração do telhado da igreja, da conclusão das obras da Igreja, da conclusão das obras da casa paroquial. Além de apresentar de maneira formal a toda a comunidade, os avanços ocorridos nas obras eram uma forma de arrecadar mais fundos para fazer novas reformas, novas construções.

Eventos menores, onde somente compareciam pessoas de uma mesma família, ou mesmo vizinhos, também foram registrados fotograficamente. Em muitos casos esses eventos aconteciam ao ar livre com a promoção de um piquenique.

Além das práticas de lazer adultas, existem ainda algumas infantis que também possuem registros fotográficos. Podemos aqui citar as brincadeiras de roda, corridas e brincadeiras na areia. Possivelmente aconteciam em todas as comunidades analisadas, mas somente existem registros fotográficos no Museu da Colônia Francesa.

Assim, feitas as referências às principais práticas de lazer das quais temos algum tipo de registro, é digno de nota que outras práticas eram bastante comuns, visto a sua importância nos dias atuais e as inúmeras referências aos mesmos nos relatos analisados. O jogo de bocha e os jogos de carta são algumas destas práticas das quais não existe nenhuma fotografia, mas que são costumes trazidos para solo brasileiro pelos imigrantes e que se mantiveram sendo praticados ao longo dos anos.

O seguinte eixo temático analisado se refere às *Ocupações*, ou seja, toda aquela prática laboral que poderia ou não gerar algum tipo de recompensa pecuniária. São inúmeras as atividades que aparecem neste eixo temático, mas também são inúmeras aquelas que sabemos que eram praticadas, mas das quais não existe nenhum registro preservado nas coleções por nós analisadas.

A agricultura, a criação de animais, os ofícios de pedreiro, oleiro, marceneiro, ferreiro, fotógrafo, costureira, a produção do vinho e a vida militar são aqueles que despontam entre os acervos analisados. Contudo sabemos que outras ocupações existiram, tais como os comerciantes, graniteiros, seleiros e as próprias indústrias coloniais, como é o caso da Colônia Francesa com as suas fábricas de compotas, da Colônia de São Lourenço com as suas Empresas de beneficiamento de Couro, entre outras. Estas atividades, quando analisadas conjuntamente com todo o acervo, levando em consideração o percentual de fotografias de cada museu, são pouco numéricas. Mais uma vez a explicação lógica é de que são atividades praticamente imutáveis aos olhos de quem as praticava, portanto, não dignas de registro.

Outro aspecto digno de nota refere-se às duas fotografias que tratam do subtema *Saúde* e, a partir delas, desenvolvemos um longo estudo sobre a prática do benzimento na região. Num primeiro momento acreditamos não ser totalmente necessária a sua inclusão na presente tese, contudo, após uma longa reflexão, percebemos que sim, que o tema é de fundamental importância e por este motivo deve aparecer no trabalho, mesmo que seja invisível nos testemunhos fotográficos em estudo.

Quando falamos sobre saúde, sabemos ser este um aspecto crucial na vida de qualquer pessoal e imprescindível para o desenvolvimento de qualquer comunidade. Assim, nos perguntamos, por que não existem fotos deste tema em duas das instituições analisadas e por que, na única instituição em que aparecem, são apenas dois os registros?

Talvez existam muito mais coisas atrás do fato de existirem apenas duas fotos representando esse tema, dentro de um total de 1.246 registros. Não seria correto dentro do rigor acadêmico para um trabalho deste escopo, simplesmente porque este elemento não se encaixa dentro de nossa investigação, deixar o mesmo de lado e ignorar tudo por trás disso. Devemos estar cientes de que a realidade sempre é maior que a pesquisa. E a pesquisa deve ter rigor e o rigor não é obtuso, ele deve ser abrangente.

E esta abrangência pode ser estendida também a outras partes de nossa investigação. Por exemplo, quando falamos sobre o Estado Novo e sua política de nacionalização, quando falamos sobre as ferrovias, quando falamos sobre o processo identitário, entre outros aspectos.

Mas voltando ao tema da saúde, e da ausência de fotos neste sentido, podemos ainda nos perguntarmos: o que eles queriam esconder? Do que eles tinham medo? A resposta é simples: da morte. Ora, se o medo da morte não estivesse tão presente na comunidade, não haveria uma celebração tão forte da vida nas outras fotos. Todas as 1.240 fotografias celebram a vida, apenas seis delas estão relacionadas com um tema que para eles era doloroso: a morte.

Sabemos que mesmo depois da invenção da medicina moderna, as comunidades não tinham acesso a ela. As curas eram feitas por meio da administração de unguentos e automedicações. O uso de chás era quase que indiscriminado, basicamente por que não havia farmácias. Mesmo depois da popularização dos hospitais, com o acesso facilitado aos centros urbanos de Pelotas, Canguçu ou São Lourenço, a ida ao hospital sempre foi a última das possibilidades. A primeira coisa a se fazer em caso de qualquer tipo de enfermidade é procurar uma benzedeira. Esta realidade ainda está presente na comunidade nos dias de hoje, onde basta observarmos a grande afluência de público nas casa destas senhoras.

O benzimento tem um papel fundamental na psiquê das pessoas. O desejo da solução mágica por parte das benzedeadas é tão grande que ultrapassa qualquer tentativa de entendimento por parte de um pesquisador não familiarizado com esta realidade. E elementos desta realidade não podem ser obliterados somente para se encaixar em uma metodologia previamente estabelecida. E apresentar isso ao leitor é ser honesto e este foi um dos desafios de nosso estudo, desde que damos início ao mesmo.

O seguinte eixo temático, *Paisagem*, foi criado no sentido de contemplar aqueles registros onde não existia nenhum indivíduo presente ou mesmo nenhuma edificação, que a pudesse inserir dentro do eixo temático *Arquitetura*. Temos portanto, um grupo de fotografias onde estão paisagens coloniais, urbanas e de outros países. Tais registros apareceram somente no Museu da Imigração Pomerana e são todos de autoria atribuída ao senhor Wilhelm Weingärtner. Contudo, não podemos esquecer que um grande número de fotografias fazem o uso da paisagem como fundo. As personagens estão em primeiro plano e a paisagem em segundo plano, muitas vezes chamando mais atenção do que o próprio indivíduo fotografado, ou seja, existia um interesse em

registrar tais elementos, só não se tinha dinheiro para o fazer de forma isolada, sem a presença de uma pessoa que justificasse a tomada da imagem.

Em seguida, um dos temas de maior representatividade e maior importância nas coleções analisadas: a *Religiosidade*. Aqui estão incluídas todas as fotografias que registram eventos que têm alguma relação com elementos religiosos, podendo ser crismas, confirmações, casamentos, falecimentos ou mesmo festas e procissões.

Tais eventos eram fartamente registrados fotograficamente. De longe, o evento mais fotografado era o casamento. Sua importância decorre do fato de ser o marco inicial de uma nova família e de ser algo abençoado por Deus. Neste caso, a fotografia servia como uma espécie de atestado para os noivos do cumprimento de todos os seus deveres como cristãos; aos pais de que deram uma educação adequada aos filhos e estes seguiram os ensinamentos prestados e seguida o caminho de Deus, formando uma nova família; aos filhos, de que seus pais celebraram a sua união e que eles são o fruto desta.

Nesta categoria, analisamos fotografias de grandes grupos, na qual além do casal de noivos, estavam presentes quase todos os convidados do evento, reunidos em frente da residência de um dos noivos, geralmente da noiva. A produção deste tipo de fotografia, conforme relato de um ex-fotógrafo, era muitas vezes estimulada pelo retratista, uma vez que, para o mesmo, estas eram as mais vantajosas financeiramente. Eram fotografias cuja organização e posicionamento de todos os personagens levava um certo tempo, mas que por outro lado, proporcionavam recompensa no final, já que a sua comercialização ocorria em larga escala. Grande parte dos convidados acabava por adquirir um exemplar da mesma, pois sua família estava representada. As grandes dimensões destas fotografias permitiam quem as personagens pudessem ser reconhecidas, mesmo com a relativa distância entre estes e a objetiva.

Como fruto de uma união abençoada por Deus, os filhos deveriam seguir no mesmo caminho cristão dos pais. O primeiro passo deveria ser dado quando ainda eram bebês. Trata-se do batismo. Contudo, não existe em nenhuma das coleções registro fotográfico algum deste tipo de evento.

Não foi possível precisar o real motivo para que isso acontecesse, o que podemos afirmar é que o batizado era sempre realizado com a criança ainda muito pequena e em muitos casos bastante frágil. Em muitos casos era o próprio

padre ou pastor que ia até a residência para efetuar o batismo, deste modo, deslocar a criança até um estúdio fotográfico para produzir um registro deste evento seria uma grande irresponsabilidade, além de completamente inverossímil. Seria preciso contratar o fotógrafo para vir à cerimônia, o que teria custo elevado.

Conforme vimos no Capítulo 5, era o batismo que garantia uma identidade à criança. Caso esta viesse a falecer sem ser batizada, iria ser enterrada não num túmulo próprio, mas junto com outro familiar, e sem direito a uma lápide, sem direito a um nome. Para evitar tal destino, que era bastante triste, era efetuado muitas vezes, na Colônia de São Lourenço, conforme relatam os entrevistados, o *Nout Tauf* (Batismo de urgência), que podia ser realizado por qualquer pessoa, não necessariamente um pastor. Tal liberdade era consentida pela igreja, pois nestes casos a morte da criança era eminente e a espera pela chegada de um pastor poderia tardar e a criança não resistir.

Realizado o batizado, passados alguns anos, a criança entrando na adolescência, após frequentar ou a escola dominical ou o ensino confirmatório, ela estava apta a ser crismada e receber a primeira comunhão para os católicos ou confirmada para os luteranos. Ritual que de certo modo apresentava o agora adolescente à comunidade e era uma espécie de ritual de passagem da infância para a vida adulta.

Existem ainda as fotografias relacionadas com as *Procissões*. Momentos em que a comunidade se reunia para comemorar algo, ou fazer algum pedido para os seres celestiais. Nestes episódios, as famílias “fantasiavam” seus filhos de santos católicos, como sinal de alguma graça alcançada. A produção de fotografias destes episódios podem ser entendidos como uma espécie de ex-votos.

Enfim temos ainda as fotografias de pessoas já falecidas. Temática comum em determinadas regiões do país, mas incomuns, nas coleções analisadas e arriscamos que na própria região da Serra dos Tapes, por este motivo costumam causar estranheza quando nos referimos às mesmas. Existem exemplares tanto no Museu da Colônia Maciel, quanto no Museu da Imigração Pomerana. Conforme já dito no Capítulo 5, podem ser considerados como uma espécie de *memento mori*, demonstrando um dos aspectos de que as pessoas mais têm medo, ou seja, de que elas são mortais. Estas fotografias têm várias

funções e são produzidas por vários motivos, dentre os quais podemos apontar a necessidade de produção de um artefato que fizesse a família lembrar-se de um ente querido que veio a falecer, sem que o mesmo tenha tido a possibilidade de produção de um retrato em vida. Elas poderiam servir ao mesmo tempo como uma maneira de aplacar a dor da perda de um ente querido, como uma forma de assegurar aos familiares que o mesmo foi para junto de Deus, em função de uma série de elementos presentes neste tipo de fotografia, como os olhos abertos, no caso de crianças, por exemplo.

Sobre a temática *Retratos*, a mais numerosa de todas as coleções, podemos pontuar alguns aspectos que julgamos pertinentes. O primeiro deles se refere às diferenças entre retratos individuais de adultos e crianças. As crianças na grande maioria das vezes eram fotografadas de corpo inteiro, enquanto os adultos aparecem de duas formas: com retratos somente do busto ou de corpo inteiro.

Nesta categoria também foram inseridas aquelas fotos cujo objetivo é retratar um grupo familiar ou reuniões de amigos. Em relação aos grupos familiares é interessante pontuar o quanto eram numerosas as famílias, as poses estáticas, poucos sorrisos esboçados e a hierarquia de uma sociedade patriarcal na grande maioria dos casos se fazendo ser representada. Neste tipo de fotografia o patriarca da família tinha um espaço privilegiado. Geralmente o mesmo se encontra no centro da fotografia e o seu olhar, diferente do demais integrantes do grupo familiar, é um olhar severo, e que mira a objetiva. Já a mulher, a progenitora, tem um olhar mais submisso, e desvia da objetiva. Aos redor de ambos, estão os filhos, muitas vezes posicionados conforme a idade.

Tais fotografias, muitas vezes produzidas em frente das residências, podem ser considerados como um atestado do sucesso do empreendimento familiar: além de terem gerado muitos filhos, a família logrou construir ou adquirir uma casa de dimensões razoáveis, apta para abrigar o grande número de moradores.

Conforme já dito, o grande número de filhos poderia ser considerado como uma forma de benção divina, uma vez que Deus lhes teria dado a oportunidade de os ter e os criar com saúde, e deste modo seriam mais braços para atuar no empreendimento familiar e assim aumentar os ganhos financeiros do mesmo.

Podemos afirmar que as famílias na Serra dos Tapes, do final do século XIX até meados do século XX, eram bastante numerosas. A não popularização de métodos contraceptivos e a necessidade de mais mão de obra na propriedade para o pleno desenvolvimento desta podem ser as explicações mais lógicas para este aspecto, mas não pretendemos ser conclusivos neste sentido, uma vez que seriam necessários estudos mais aprofundados sobre o tema, o que não é objetivo deste estudo.

Por fim, temos a temática *Transporte*. Neste grupo estão fotografias de diferentes meios de locomoção, utilizados ao longo dos anos pelas comunidades que viviam ou ainda vivem na região colonial da Serra dos Tapes. Não procuramos ser muito prolixos nesta parte do trabalho, basicamente porque aspectos relacionados ao sistema de transporte têm pouca variação em relação a outros lugares e mesmo a outros períodos. A utilização de cavalos era comum e com os avanços tecnológicos, e a melhora nas condições de vida da população, automóveis passaram a ser adquiridos, e esta aquisição era motivo de orgulho, e por este motivo o seu registro fotográfico se fazia necessário. Era uma maneira de mostrar as boas condições financeiras da família.

Feitos breves comentários sobre cada uma das temáticas analisadas, faz-se necessário que alguns pontos ainda sejam abordados, entre eles as consequências da política de nacionalização de Getúlio Vargas e a produção fotográfica na Serra dos Tapes.

O hiato existente na produção fotográfica após o ano de 1938, principalmente de instituições escolares e sociedades de canto e corais, pode ser explicado pela política nacionalista empreendida naquele momento, levada a cabo pelo governo de Getúlio Vargas, que instaurava o Estado Novo. Com esta política, uma série de restrições acabou ocorrendo, e conforme vimos no decorrer deste trabalho, alguns fotógrafos foram encarcerados e seus equipamentos fotográficos apreendidos sob a acusação de que estes poderiam estar prestando informações ao governo nazista na Alemanha. No período, mais precisamente em 1938, conforme disposto no Capítulo 4, ocorreram inúmeras prisões, a apreensão e a destruição de muito material gráfico, tanto por parte das autoridades competentes, como pelos próprios imigrantes e seus descendentes, que agiam desta forma com medo de sofrer algum tipo de represália. Sendo assim, justificamos a inclusão das páginas onde tratamos deste tema específico.

Ou seja, mesmo fugindo ao nosso objetivo, que é a análise do cotidiano de diferentes grupos étnicos, não podemos esquecer os fatores políticos que interferiram diretamente nas suas vidas e mudaram a sua rotina e principalmente afetaram a produção fotográfica de algumas décadas.

Quando falamos em política nacional, muitas vezes a consideramos distante de nós, acreditamos que dificilmente comunidades isoladas como as que são foco de nossa investigação pudessem sofrer as consequências de alguma lei. Após a conclusão de nossa pesquisa, temos certeza justamente do contrário. E uma das principais mudanças que vão ocorrer na vida de toda a comunidade se dará após 1938, quando se torna mais efetiva a política de nacionalização do governo de Getúlio Vargas.

Ao longo do nosso trabalho, fizemos inúmeras referências a este episódio, tanto que o mesmo mereceu algumas páginas explicando o que foi esta política, de forma a familiarizar o leitor da gravidade de muitas das medidas adotadas pelo governo e das dificuldades e violências pelas quais passaram as comunidades por nós analisadas.

Temos convicção de que muito mais da cultura imigrante poderia ter sido preservado, caso não tivesse existido uma lei que proibisse o uso do idioma alemão e italiano. Aqui vale destacar que a comunidade italiana pelotense, cujo núcleo central é a Colônia Maciel, perdeu de forma rápida e espontânea seus traços identitários. Entre os fatores, podemos apontar a necessidade de sua integração com as colônias existentes ao redor principalmente para fins de comercialização, uma maior proximidade dos centros urbanos de Pelotas e de Canguçu e os grandes problemas linguísticos enfrentados, uma vez que eram praticados diferentes dialetos. O italiano “puro” era conhecido por poucos, deste modo, para que pudessem se entender entre si, aprenderam o português, o que para eles representava dificuldade menor do que para um falante de língua teuta, por se tratarem de línguas neolatinas.

Com os franceses não foi muito diferente. O primeiro grande revés que os imigrantes deste grupo étnico sofreram foi a sua transferência da Colônia de São Feliciano para Pelotas. Quando aqui chegaram, já estavam em solo brasileiro há alguns anos e se instalaram em uma região cuja característica principal é a heterogeneidade étnica. Deste modo, foram perdendo muito rápido o costume de falar francês, bem como alguns de seus costumes e tradições.

Apesar das inúmeras perdas, muito ficou preservado. A campanha nacionalista tinha como objetivo apagar todo e qualquer traço identitário, mas de certo modo teve efeitos contrários. Na comunidade teuta de São Lourenço, uma grande parcela era de origem pomerana, o que significa que faziam o uso do dialeto e também da língua alemã. O pomerano sempre foi um dialeto doméstico, utilizado em casa, motivo de chacota pelos próprios alemães. Já o alemão era usado na igreja, na escola e em todos os ambientes fora da casa, como comércios, Sociedade de Canto, entre outros.

A campanha de nacionalização visou a extinguir o alemão destes locais, porém, esqueceu que antes de aprender o alemão, se aprendia o pomerano, resultando em que, mesmo com a proibição daquele, este se manteve preservado e o continua até hoje. Com a preservação do dialeto pomerano, ocorreu ainda a preservação de uma série de traços culturais domésticos, por assim dizer. Práticas alimentares e artesanato são o melhor exemplo disso. Deste modo, podemos afirmar que foi a mulher, já que era ela a responsável pela casa, que fez com que pudessem ser preservados e encontrados ainda hoje nas casa de muitas pessoas os tradicionais *spickboast* (peito de ganso defumado), *rivelsback* (bolinho de batata ralado), entre outras iguarias, mas principalmente o próprio pomerano, não por acaso chamado de língua materna.

Mas e quanto às fotografias? Alguns questionamentos merecem ser respondidos. O primeiro deles é: não havia singularidades quanto aos temas, ao fato de a foto ser em estúdio ou na própria colônia?

A resposta é afirmativa. Fotografias produzidas em estúdios são menos espontâneas. As personagens posam em frente a uma parede, em alguns casos com um cortina servindo de fundo, em outros com uma pintura. Além disso, os fotografados contavam com o auxílio de um mobiliário no qual pudessem se apoiar.

Já nas fotografias produzidas fora de um estúdio, ou seja, na própria colônia, no local onde residiam estes imigrantes, percebemos que mesmo que as poses fossem igualmente artificiais, as feições igualmente sérias, a encenação igualmente presente, havia uma diferença substancial: o retratado estava no seu ambiente. No ambiente em que ele vivia, num ambiente com o qual estava familiarizado – e isso, para o pesquisador, é um dado de extrema relevância. Posar com a família em frente da residência mostra ao pesquisador

o local onde esta família vivia, onde passavam grande parte do tempo. Mostra alguns costumes. Por exemplo, a presença quase que obrigatória de flores, servindo como um elemento decorativo nas fotografias, indica que nestas propriedades havia um cuidado grande em manter os jardins aprumados. Ter um jardim em volta da casa era um sinal de que a mulher da família era uma mulher caprichosa e dedicada.

As flores, além de servirem como objeto de decoração nas fotografias, eram também utilizadas para homenagear os mortos, uma vez que estas eram levadas para os parentes que jaziam no cemitério.

Mesmo que exista nas fotografias um certo ar de artificialidade, percebemos que as personagens estão um pouco mais à vontade do que aquelas, cujas imagens foram captadas em estúdios no centro da cidade, afinal, eles estavam em casa. Tudo ao redor lhes era familiar. A única coisa estranha ali era o fotógrafo e a sua máquina.

Analisando o conjunto de fotografias, o que está pressuposto é o valor da exemplaridade ou da excepcionalidade? A resposta a este questionamento é de que ambas as questões podem ser vistas. Ao mesmo tempo em que existem muitas similitudes entre os acervos, o que a própria classificação destas em eixos temáticos já deixa claro, existem também muitas diferenças, dentro de um mesmo tema.

Citamos como exemplo, as fotografias de casamento. Algo que não aparece em nenhuma outra instituição, a não ser no Museu da Imigração Pomerana, são as noivas usando vestidos pretos, contudo, mesmo esta diferença na coloração da vestimenta, o que estava por trás, ou seja, a união de duas pessoas por meio do matrimônio permanecia a mesma.

Percebemos que no Museu da Imigração Pomerana são mais numerosas as fotografias que registram temas tido como banais. As temáticas *Ocupações* e *Lazer* são um exemplo claro. Mesmo que, quando analisamos numericamente os acervos, tais registros não se sobreponham aos demais, a sua excepcionalidade é digna de menção. Afinal, muitas das práticas ali registradas não são encontradas nas duas outras instituições. O que não acontece quando fazemos a análise inversa. Nenhuma das temáticas presentes nos acervos do Museu da Colônia Maciel ou no Museu da Colônia Francesa não está presente no acervo do Museu da Imigração Pomerana.

Com o encerramento da pesquisa, percebemos que a cultura letrada dos imigrantes de origem alemã se sobressai quando comparada aos dois outros grupos étnicos, e esta percepção não ocorre por meio do número de fotografias de instituições escolares, mas sim por meio da análise de outros temas, tais como a existência de um grande número de corais, nos quais, para a participação se fazia necessário que o indivíduo soubesse ler. O mesmo ocorre com a troca de correspondências, neste caso de cartões postais. Mesmo que um número significativo deles tenha sido doado por uma só pessoa, outros integrantes da comunidade fizeram doações com materiais desta tipologia, e mais uma vez, percebemos que para que alguém pudesse enviar e mesmo receber um cartão postal, fazia-se necessário que o indivíduo soubesse ler e escrever.

Tal afirmação é corroborada pela documentação analisada. Relatórios, abaixo assinados não nos deixam mentir. Não que para referendar o que afirmamos acima, necessitássemos consultar outras fontes, uma vez que, julgamos que as fotografias são fontes cujo poder informacional é suficiente por si só. O fazemos, neste caso, somente a título de exemplo.

A conclusão de nosso estudo indica a ordem de valores das temáticas e como essas apontam para a importância da religiosidade como critério mantenedor de uma suposta identidade étnica. No entanto, ao confrontarmos estas fotografias com dados coletados em outras fontes, percebemos que esta era a imagem que os grupos gostariam de passar, e não obrigatoriamente era o que acontecia na prática.

Percebemos que assim como a religiosidade tinha esse poder agregador, outros temas tais como as práticas de lazer, as diferentes ocupações, os modos alimentares, a prática de um idioma comum, tudo isso contribuía para que o grupo visse em si um diferencial, quando comparado com seus vizinhos. Afinal, é somente na alteridade que surge a ideia de similitude. É olhando para o indivíduo de fora, que nos vemos partícipes de um grupo e procuramos cada vez mais fazer parte deste grupo, de modo a aumentar o sentimento comunitário.

Podemos de certa forma entender que os diferentes grupos étnicos, no momento em que ocorriam as trocas culturais, se recriavam uma vez que partilhavam e interagiam no mesmo espaço. Esta partilha e recriação não significa que os mesmos perdiam características próprias; pelo contrário, em

muitos casos, estas características foram reforçadas pela adoção de novos comportamentos. Bem como foi efetuada uma delimitação, uma demarcação das diferenças, era comum ocorrerem absorções de alguns aspectos das culturas lindeiras.

Conforme dito anteriormente, no que se refere à religiosidade, discordamos daqueles autores que entendem que ela assuma esse papel central de afirmação da identidade cultural. Afirmamos com total convicção de que o central para os três grupos é a família. Ora, um casamento assinala a criação e a comemoração do surgimento de um nova família. Batizados, crismas, confirmações, assinalam o sucesso do “investimento”, afinal são os frutos daquele casamento que estão sendo comemorados. A religiosidade serve apenas como um pretexto para os eventos que afirmam a família. Mas é a família o elemento central de todos os três grupos étnicos.

Podemos de certa forma enxergar um registro de aspectos culturais destes grupos através da fotografia. No momento em que o registro de determinada prática social é priorizada em prol de outra, podemos perceber a importância que tal grupo atribui a tal aspecto.

Dados os três universos que nos são apresentados, percebemos que muitos temas, muitas práticas, por mais comuns que fossem, conforme outras fontes analisadas, não estão representados fotograficamente. Por quê?

Ora, podemos afirmar que nem a fotografia era tão evoluída a ponto de todas as práticas cotidianas serem registradas, nem a prática de colecionismo estava tão imbuída no espírito dos moradores na região por nós estudada.

Conforme vimos tanto ao longo do Capítulo 5, quanto ao longo de nossas considerações finais, aquelas práticas que eram comuns, que não fugiam do cotidiano, eram pouco registradas, quando muito. Percebemos que esta ideia de apenas perenizar por meio de uma fotografia eventos cuja importância estava em sua excepcionalidade, portanto não no aspecto corriqueiro, estava arraigado dentro da cultura da população que serviu de base para a nossa investigação.

De modo geral, podemos afirmar que aquele acontecimento que porventura pudesse vir a se repetir rotineiramente já não era digno de registro. Agora os eventos, que eram únicos, que eram assim julgados como mais importantes, que assinalavam o início de um nova fase, estes sim deveriam ser registrados, como é o caso das crismas, confirmações, casamentos, das festas.

Estes eventos, além de serem únicos, possivelmente não se repetiriam; deste modo, ou era produzido um registro fotográfico, ou o mesmo cairia no esquecimento.

Seria mais ou menos o que Peter Burke (2008) afirma quando coloca que uma foto não mostra a vida comum, mas sim performances. Deste modo, nos perguntamos: mas porque a escolha de certa performance em detrimento de outra? Será que isto já não é um dado a ser considerado? Será que isto não nos indica o que este grupo pensava? O que este grupo acreditava ser importante?

A resposta por mais óbvia que possa parecer é sim. O grupo acreditava que sua verdadeira identidade somente estaria impressa nas fotografias se estas não registrassem as privações, as dificuldades pelas quais por vezes passavam, mas sim pelas alegrias, pelos momentos felizes que comemoravam.

Claro que não podemos esquecer o alto custo de aparatos fotográficos. Os grupos aqui estudados eram compostos basicamente por agricultores. Pessoas que retiravam o seu sustento da terra, cuja produção estava condicionada a uma série de fatores, tais como a fertilidade da terra, condições climáticas e, após a colheita, a aceitação de tal produto no mercado.

Assim, eram pessoas cujas condições pecuniárias não possibilitavam que os mesmos pudessem comprar máquinas, cujos preços ainda eram bastante altos; deste modo, a máxima da Kodak em 1920 *“you press the botton and we do the rest”*, utilizada em seus anúncios publicitários, tardou muito para chegar às colônias de Pelotas, São Lourenço e Canguçu. Para termos ideia, no Processo de Inventário⁵²⁰ do fotógrafo Henirich Feddern, aberto em 1952, por ocasião de sua morte, o aparelho fotográfico tinha o mesmo valor de 5 hectares de terra. Proprietários de máquinas fotográficas eram pessoas que tinham boas condições financeiras. O senhor Lino Ribes possuía um aparelho; conforme Marinês Grando (1987), ele era oriundo de uma família de industriais, que chegou a ter mais de 200 funcionários atuando em sua fábrica. Wilhelm Weingärtner foi outro personagem que tinha um aparato fotográfico. Este por sua vez foi um famoso médico e boticário na região. Ou seja, ter uma máquina fotográfica não estava ao alcance de qualquer indivíduo; logo, a produção em

⁵²⁰ Arquivo Público Histórico do Estado. Inventário Heinrich Feddern. 1952.

massa de elementos do cotidiano tardou bastante em chegar tanto na Colônia Maciel, quanto na Colônia Francesa e na Colônia São Lourenço.

Por fim, ao fazer este estudo, procuramos examinar como cada comunidade se deixou fotografar ao longo dos anos. Quais, e de que forma, os momentos, as datas, os episódios mais importantes foram eternizados por estas comunidades. Procuramos entender por que estes eventos foram retratados e por que foram representados de determinado modo. Além disso, tentamos também entender por que tais registros sobreviveram ao tempo, visto que grande parte da produção fotográfica se perdeu ao longo os anos.

Analisando evidências iconográficas femininas atenienses, Fábio Vergara Cerqueira (2008, p. 103) coloca que

escolhas e silêncios pelos quais o pintor opta por lembrar alguns temas e esquecer de outros, ou ainda, pelos quais ele decide mostrar um determinado aspecto da experiência cotidiana e ocultar, ou simplesmente não enfatizar outro, correspondem a como essas esferas da vida diária são integradas socialmente.

Podemos comparar este papel do artista (pintor de vasos) com o do fotógrafo (ou do próprio retratado), onde no contexto de execução da cena registrada ocorre uma encenação de práticas cotidianas. Ao mesmo tempo em que tratam de modo realista elementos do cotidiano, idealizam-no, dele selecionando alguns aspectos e censurando outros (CERQUEIRA, 2008, pg. 104).

Isto fica bastante evidente com as fotografias apresentadas anteriormente, onde em muitas fica clara uma espécie de encenação. Onde atuam o fotógrafo e o fotografado.

Conforme apontado no Capítulo 3, o fotógrafo atua como um filtro cultural (KOSSOY, 2003); é através de seus conhecimentos, de suas experiências pretéritas que irá produzir o registro. Contudo, quando observamos uma fotografia, também o fazemos a partir de nossa cultura, selecionando aquilo que queremos ver e o que não queremos. Novamente citando Boris Kossoy, este afirma que a fotografia contém em si realidade e ficção, o que faz com que a mesma seja de certa forma ambígua. Mesmo assim, ela ainda é capaz de nos fornecer provas, indícios e, como também já apontado anteriormente, a fotografia mesmo que minta, contém evidências sobre algo ou alguém que de fato existiu e cabe portanto ao pesquisador descobrir por que ela mente.

Já para Ulpiano Meneses (2003, p. 142) “a imagem não mente jamais, o discurso dos homens sobre ela ou por seu intermédio é que pode ser mentiroso. Como diz (...) Lewis Hine, fotógrafos não podem mentir, mas mentirosos podem fotografar”.

Diferenças no número de fotografias que fazem parte das coleções de cada uma das instituições podem ser explicadas por alguns motivos. A superioridade numérica de fotografias no Museu da Imigração Pomerana pode ser influência direta da data de criação da Colônia, conforme abordado no Capítulo 1 da presente tese. Enquanto a Colônia de São Lourenço foi criada em 1858, as Colônias Francesa e Maciel foram criadas em 1880 e 1886, respectivamente, ou seja, a larga diferença de duração entre a criação de um em relação às outras pode ser um indicativo de que tal colônia alcançou um desenvolvimento maior e com isso, seus moradores foram mais numerosos além de possuírem mais condições financeiras para a contratação dos serviços de um fotógrafo.

Outro aspecto que merece ser mencionado se refere ao modo de como cada uma das instituições foi criada, aspecto desenvolvido no Capítulo 2. Enquanto a criação e organização do Museu da Imigração Pomerana foi uma iniciativa da comunidade, sem interferência de qualquer instituição externa, o Museu da Colônia Maciel, mesmo tendo sido uma iniciativa da comunidade, contou com a ajuda da Universidade Federal de Pelotas no sentido de prestação de assessoria técnica; já o Museu da Colônia Francesa, mesmo com o diagnóstico e apoio de integrantes da comunidade local, foi uma iniciativa da própria universidade. Esta diferença na concepção e instituição de cada uma das instituições foi diretamente responsável pelo sentimento de pertencimento da comunidade para com o museu. Um museu totalmente concebido e criado pela comunidade teve uma identificação maior, portanto, mais doadores, e conseqüentemente mais fotografias. Já, no outro extremo, a instituição que foi planejada pela universidade e que conforme já analisado teve desde o seu início dificuldades com as comunidades locais, no sentido de criar um sentimento de identificação, conta com menos doadores e conseqüentemente com um menor número de registros fotográficos.

Sabemos que o auxílio da universidade foi de substancial importância para a sistematização do acervo, criação da documentação museológica e

preservação do acervo; contudo, isso não serviu como aspecto que auxiliasse na criação de um sentimento de pertencimento na comunidade. Por outro lado, a instituição que não conta com este auxílio externo, e por conseguinte não possui nenhum tipo de documentação museológica, nenhuma sistematização no acervo, bem como não conta com um projeto de preservação do acervo, é dotada de um sentimento de pertencimento genuíno por parte da comunidade. É a própria comunidade que gere o museu, é ela que abre a instituição para receber visitantes, é ela que é responsável pela manutenção do prédio e do gramado em volta do mesmo.

Este é um tema delicado e sobre o qual não pretendemos nos estender. Fica apenas a provocação para que futuros pesquisadores pensem melhor a respeito de como a parceria comunidade-museu pode não ser tão benéfica quanto se pensa. E, mais do que isso, como melhorar este sistema no sentido de que todos saiam ganhando. Universidade enquanto instituição que realiza ação de ensino, pesquisa e extensão. Comunidade enquanto mantenedora da instituição e museu, com um sistema qualificado de documentação e um sistema de preservação do acervo.

Ao encerrar este trabalho, uma das principais conclusões a que chegamos é que tantos os imigrantes, quanto os seus descendentes, são seres mortais, e como seres mortais, celebram a vida. E a vida celebrada é aquela onde grande parte das dificuldades, grande parte dos problemas não são representados fotograficamente. O que é representado são basicamente momentos felizes, momentos alegres, de comemoração. Mesmo tendo algumas fotografias que registrem eventos tristes, como o falecimento de um ente querido, o objetivo da produção da fotografia era justamente perpetuar na memória do grupo familiar a existência de tal indivíduo, que possivelmente em vida não teve oportunidade de produzir um retrato de si.

7 REFERÊNCIAS

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar: textos em História Oral**. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, 2000.
- AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. IN: **Revista História**. São Paulo. Vol. 14, p. 125-136, 1996.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX**. Pelotas: Ed.UFPel, 2000.
- ARAÚJO, Adalice Maria de. **Franklin Cascaes: o mito vivo da ilha (mito e magia na arte catarinense)**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.
- ARIÈS, Philippe. DUBY, Georges. **História da vida privada. Da Europa feudal à renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa. Identidade, magia e religião na imigração alemã**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BALLART HÉRNANDEZ, Josep. **Gestion del Património Cultural**. Ariel: Barcelona, 1997.
- BARING-GOULD, Sabine. **O livro dos lobisomens**. São Paulo: Aleph, 2008.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BECKER, Klaus. **Alemães e seus descendentes – do Rio Grande do Sul – na Guerra do Paraguai**. Canoas: Editora Hilgert, 1968.
- BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do mundo**. São Paulo: Fundamento Editora, 2008.
- BORGES, Maria Eliza Linhares (org.). **Inovações, coleções, museus**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BECKER, Klaus (org.). **Enciclopédia Rio Grandense. Imigração**. Volume 5. Canoas: Editora Regional, 1958.
- BENHAMOU, Françoise. **Economía del patrimonio cultural**. Buenos Aires: Ariel Editora, 2014.
- BERTONHA, João Fabio. **Imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.
- BETEMPS, Leandro Ramos. **A presença francesa no sul do Brasil: o caso de Pelotas/RS**. Porto Alegre: Est Edições, 2010
- BETEMPS, Leandro Ramos. Vinho e doces ao som da Marselhesa: um estudo sobre os 120 anos das tradição francesa na Colônia Santo Antonio em Pelotas/RS. Pelotas: Educat, 2003.

- BEUX, Armindo. **Franceses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. A Nação, 1976.
- BLOC, Marc. **A apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BOUREAU, Alain. **The Lord's first night**. University of Chicago, Chicago, 1992.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus um desafio contemporâneo: diagnóstico museológicos e planejamento**. Porto Alegre: Medianiz, 2014.
- CARDOSO, Alice. ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio ferroviário no Rio Grande do Sul: inventário de estações: 1874-1959**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. Porto Alegre: Pallotti, 2002.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, Helder. **A história da costura**. Editora da Universidade do Minho, Portugal, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.
- CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mario de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.
- CHAGAS, Mário. **Museália**. Rio de Janeiro: JC, 1995.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2015.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- COARACY, Vivaldo. **A Colônia de São Lourenço do Sul e seu Fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo: Saraiva, 1957.
- COURTINE, Jean-Jacques.. HAROCHE, Claudine. **História do rosto**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2016.
- CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.
- DAMASCENO, Athos. **Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900): contribuição para o estudo do processo cultural sul-riograndense**. Porto Alegre: Globo, 1974.
- DANKER, Frederick. **Dicionário Grego- Português**. Vida Nova, São Paulo, 1984.
- DE BONI, Luis Alberto (org). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1984.
- DEL PRIORE, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- DREHER, Martin Norberto. **190 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- DUARTE, José Bacchieri (org.). **Centenário Da Imigração Italiana**. Caxias do Sul: Editora Edel, 1975.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra alemães e seus descendentes durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2002.
- FENTON, Steve. **Etnicidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

- FONSECA, Marica Cecilia Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha: A história de um país imaginário**, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- FREIRE, Gilberto. **Assombrações do Recife Velho**. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- FUCHS, Lawrence. **The American kaleidoscope: race, ethnicity, and the civic culture**. Hanover: University Press of New England, 1990.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2006.
- GARCÍA BLANCO, Ángela. **La exposición un medio de comunicación**. Madri: Akal Ediciones, 1999.
- GERTZ, René. **O neonazismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2012.
- GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.
- GILL, Lorena Almeida. **Clientelchiks: os judeus da Prestação em Pelotas/RS (1920-1945)**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2001.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Parlanda, 1994.
- GIRON, Loraine Slomp. BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Terra e homens: colônias e colonos no Brasil**. Caxias do Sul: Ed.UCS, 2004.
- GIRON, Loraine Slomp. BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Colônia: um conceito controverso**. Caxias do Sul: Educs, 1996.
- GIRON, Loraine Slomp. BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Terra e homens: colônias e colonos no Brasil**. Caxias do Sul: Educs, 2004.
- GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1990.
- GUIMARÃES, Josué. **A ferro e fogo: tempo de solidão**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977.
- GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. **Barro e sangue: Mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2004.
- GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Caracas. Anthropos Editorial: Universidad de la Concepcion: Universidad Central de Venezuela, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HAMMES, Edilberto. **São Lourenço do Sul: Radiografia de um município das origens ao ano de 2000**. São Leopoldo: Studio Zeus, 2014.

- HAMMES, Edilberto, L. **São Lourenço do Sul: Radiografia de um município das origens ao ano de 2000**. São Leopoldo: Studio Zeus, 2010.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.
- HEIMANN, Leopoldo. **Lutero – o educador**. São Leopoldo: Editora ULBRA, 2005.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Editora Paz e Terra. São Paulo, 2008.
- HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org). **Leopold Von Ranke: história**. São Paulo, Ática, 1979.
- HUYSSSEN, Andreas. **Memórias do Modernismo**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.
- IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Caxias do Sul: Educ, 2010.
- IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização: legislação de 1747 - 1915**. Caxias do Sul/Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Ed.UCS, 2001.
- IPHAN. **Paisagem cultural**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009.
- IPHAN. **Roteiros nacionais de imigração – Santa Catarina. Guia do Patrimônio cultural do Sul de Santa Catarina**. Florianópolis: IPHAN, 2010.
- IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.
- IZQUIERDO, Ivan. **A arte de esquecer: cérebro, memória e esquecimento**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent: 2004.
- IZQUIERDO, Ivan. **Questões sobre memória**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- JASON, MCDonald. **American Ethnic History: Themes and Perspectives**. Edinburgh: University Press, 2007.
- KADLUBEK, Günther. **Kamera-Katalog das Standardwerk für Sammler und Kamerafans**. Neuss/Deustchland: Hillebrand, 1995. 960p.
- KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: e efêmero e o perpétuo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- KOSSOY, Boris. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)**. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2002.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. São Paulo: Zahar, 2009
- LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.
- LEVI, Primo. **Trilogia de Auschwitz**. Barcelona: El Aleph, 2012.
- LOURENÇO, Maria Cecilia. **Museus acolhem moderno**. São Paulo: Ed. USP, 1999.

- MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: EDUPF, 2010.
- MAESTRI, Mário. **Os senhores da serra: A colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo: EDUPF, 2000.
- MAGALHÃES, Mário Osório. **História e tradições da cidade de Pelotas**. Porto Alegre: Ardotempo, 2008.
- MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1993.
- MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: EST. Editora, 2001.
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto Editora, 2011.
- MAUAD, Ana Maria. A fotografia e a família no Brasil oitocentista. IN: ANDRÉ, Richard Gonçalves. **Álbuns de família: a história e a memória entre os fios luminosos da fotografia**. Londrina: Ed. UEL, p.09-49, 2014.
- MELUCCI, Alberto. **O jogo do Eu: a mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2004.
- MICHAELIS. Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2013.
- MICHELET, Jules. Préface de 1847. In: **Histoire de la Révolution**. Paris, Gallimard, 1952.
- MOEHLECKE, G. O. **São Leopoldo. Contribuição à História da vida política e administrativa (1824-2010)**. São Leopoldo: Oikos, 2013.
- MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
- MORAIS, Fernando. **Souza Cruz 100 Anos - um século de qualidade**. Rio de Janeiro, Dorea Books, 2003.
- NETTO, Jose Paulo. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- NETO, João Simões Lopes. **Contos gauchescos e Lendas do Sul**. Porto Alegre. L&PM, 2011.
- OLINTO, Antonio. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2000.
- PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto: 1984.
- PORTELLI Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios**. Lisboa: Edições UNIPOP, 2013.
- PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010b.
- PORTELLI, Alessandro (org.). **República dos sciuscià: A Roma do pós-guerra a memória dos meninos de Dom Bosco**. São Paulo: Editora Salesiana, 2006.

- POSSAMAI, Paulo. **Dall'Italian siamo partiti: A questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)**. Passo Fundo: Ed.UPF, 2005.
- POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: EST Edições, 2001.
- POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- PRIAMO, Luis. **Juan Pi, fotógrafo y pioneiro**. Buenos Aires: Fundacion Antorchas, 1994. PRIORI, Mary del. VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- PY, Aurélio da Silva. **A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1942.
- PY, Aurélio da Silva. Relatório: **O nazismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. E.D.S.D.
- RAMIL, Vitor. **Satolep**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- RENTERS, Wilhem. **Die Nachmaschine in Schlue und Haus**. 2ª Edição. Werkschriften-Verlag GmbH, Heidelberg, 1958.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Volumes 1 e 2. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- ROELKE, Helmar Reinhard. **Descobrendo raízes: aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo-UFES/Secretaria de Difusão e Cultura, 1996.
- SALAMONI, Giancarla. **Valores culturais da família de origem Pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Editora Universitária, 2002.
- SANTOS, Maria Cristina. **Reflexões sobre a nova museologia**. São Paulo: s.e, 2008.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- SEREN, Maria do Carmo. **Metáforas do sentir fotográfico**. Porto: CPF, 2002.
- SEYFERT, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: FCC, 1981.
- SHILD, Sergiomar Crespo. **Memórias de um caborteiro**. São Lourenço do Sul: Hofstätter, 1980.
- SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- SILVA, Fernando Pedro da. **Arte Pública: diálogo com as comunidades**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2005.
- SONTAG, Susan. **Ante el dolor de los demás**. Buenos Aires: Alfaguara, 2005.
- SONTAG, Suzan. **Sobre fotografia**. Companhia das Letras: São Paulo, 2004.
- SOUZA, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. Curitiba: Ed. Juruá, 2008.
- SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAU GOLIN. **O povo dos pampas**. Passo Fundo: Editora Sulina. Ed. UPF, 1999.

- TENÓRIO, Douglas Apprato. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. Curitiba: HD, 1996.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Paz e Terra: São Paulo, 1998.
- TORNQUIST, Ingrid Margareta. **“Das hon ich von meiner Mama”: zu Sprache und ethischen Konzepten unter Deutschstämmigen in Rio Grande do Sul**. Uppsala: Swedish Science Press, 1997.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso. Livro I**. São Paulo: **Martins Fontes, 1998**.
- VARINE, Hugues de. **O Museu Comunitário é Herético?** Rio de Janeiro Quarteirão, 2006.
- VERÍSSIMO, Érico. **Incidente em Antares**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- VERTANESSIAN, Carlos. **Primeros daguerrotipos de la Argentina (1843-1844): el Almirante Brown y otros retratos de John Elliot**. Buenos Aires: Edicion del autor, 2009.
- VIEIRA, Jair Lot. **Dicionário Latim-Português**. Edipro. São Paulo, 2015.
- VIEIRA FILHO, Dalmo. WEISSHEIMER, Maria Regina. **Dossiê de tombamento. Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina**. 11^a Superintendência Regional IPHAN/ Santa Catarina. Florianópolis, vol. 1 e 2. 2007.
- WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria/RS**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

REVISTAS, PERIÓDICOS, ANAIS

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. In: **Mana**. Nº 7. p. 7-33, 2001. Disponível em: http://nau1.ufsc.br/files/2010/09/Dist%C3%BArbios-identit%C3%A1rios-em-tempos-de-globaliza%C3%A7%C3%A3o_Michel-Agier.pdf, acesso em 10 dez. 2015.

ALENCASTRO, L. F. de e RENAUX, M. L. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, p. 291-335, 1997.

AGULLÓ DÍAZ, Maria Del Carmen. La voz y la palabra de los tesoros vivos: fuentes orales y recuperación del patrimonio histórico-educativo inmaterial. In: **Educatio Siglo XXI**, Vol. 28 nº 2, p. 157-178, 2010.

AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. IN: **Revista História**. São Paulo. Vol. 14, p. 125-136, 1995.

AMARAL, Attila. A presença dos franceses no Rio Grande do Sul. IN: BEUX, Armindo (org). **Franceses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação, p. 81-103, 1975.

AMON, Denise. MENASCHE, Renata. Comida como narrativa da memória social. In: **Sociedade e cultura**. vol. 11, número 001. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, p. 13-21, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/4467>, acesso em 27 jun. 2015.

ANJOS, Marcos Hallal. Breves notas sobre a colônia d. Pedro II. In: **História em Revista**. Pelotas: Ed. UFPEL, p.1-6, 2006. Disponível em: http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_08_Instrumento_de_Trabalho.pdf, acesso em 20 set. 2014.

ARRUTI, José Maurício. Etnicidade. In: SANSONE, Lívio. FURTADO, Cláudio Alves. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

AVEIRA JÚNIOR, Bernardo. Provincianas (1886). In: ZILBERMAN, Regina. **Fixação de texto e estudos crítico e bibliográfico**. Porto Alegre: Ed. Movimento; Brasília - MinC, 1986.

BAHIA, Joana. Práticas mágicas e bruxaria entre as pomeranas. In: **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**. Porto Alegre, ano 2, n. 2, p. 153-176, 2000. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/CienciasSociaiseReligiao/article/download/2164/852, acesso em 10 ago. 2014.

Barth, Frederik. **Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales**. México FEC: D.F., p. 9-49, 1976.

BECKER, Klaus. A imigração no Sul do Estado de 1844-1852. IN: BEUX, Armindo (org). **Franceses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação, p. 143-153, 1975.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Narradores de Javé: a memória entre a tradição oral e a escrita. IN: **Revista Difusão Cultural – UFRGS**. S/D. Disponível em: www.difusaocultural.ufrgs.br/admin/artigos/arquivos/NarradoresJave.doc, acessado em 18/08/2014.

BERTONHA, João Fábio. Trabalhadores imigrantes entre identidades nacionais, étnicas e de classe: o caso dos italianos de São Paulo, 1890-1945.

In: **Varia História**. Belo Horizonte, nº 19, p.51-67, 1998. Disponível em: <http://docplayer.com.br/13982486-Trabalhadores-imigrantes-entre-identidades-nacionais-etnicas-e-de-classe-o-caso-dos-italianos-de-sao-paulo-1890-1945.html>, acesso em 06 jan. 2016.

BETEMPS, Leandro Ramos. Relato sobre a criação do Museu da Colônia Francesa de Pelotas. In: **Cadernos do LEPAARQ- UFPEL**. Vol. XII. nº24, Pelotas, p.166-176, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/5625>, acessado em 08/07/2015.

BETEMPS, Leandro Ramos. VIEIRA, Margareth Acosta. “La Mèison Beteind”: Uma herança ítalo-francesa na Serra dos Tapes no município de Pelotas. In: **Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: memória, patrimônio e tradição**. Pelotas: Ed. UFPel, p. 931-946, 2011. Disponível em <https://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf>, acesso em 24 set. 2015.

BETEMPS, Leandro Ramos. Aspectos da colonização francesa em Pelotas. In: Projeto Brasil França, 2007. Disponível em: https://projetoBrasilFranca.files.wordpress.com/2010/05/leandro_ramos_betemps_volume_05.pdf, acesso em 25 out. 2014.

BIXIO, Beatriz. Problemas de identidad. Buenos Aires: CEMLA, p.31-39, 1999.

BLOISE, Ana Silva. O desafio da gestão dos pequenos museus. In: SISEM-SP- Sistema Estadual de Museus de São Paulo. (Org.). **Museus: o que são, para que servem?** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, v.1, p.43-49, 2011.

BORGES, Jorge Luís. Funes, o memorioso. In: **Ficções**. São Paulo: Círculo do Livro, p.109-118, 1975.

BOSENBECKER, Vanessa Patzlaff. CERQUEIRA, Fábio Vergara. Influências da cultura pomerana nos sítios rurais pelotenses: um estudo de caso. In: **Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: memória, patrimônio e tradição**. Pelotas: Ed. UFPel, p.945-962, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br/handle/123456789/787>, acesso em 10 set. 2015.

BOTTALLO, Marilúcia. Os museu tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo: nº 5, p.283-287, 1995.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; AIDAR, Gabriela. Memorial da resistência: perspectivas interdisciplinares de um programa museológico. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos. BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.) **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Memorial da Resistência de São Paulo, v. 1, p. 195-204, 2009.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: **As várias faces do Patrimônio**. LEPA. Santa Maria: LEPA/UFMS, 2006, p. 119-140, 2006.

BRUNO, Maria Cristina. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Centro de Estudos de sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, p. 1-37, 1996.

CANDAU, Joel. Base antropológicas e expressões mundanças da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. In: **Memória em rede**. Nº 01 v.01, p.43-58, dez. 2009- março, 2010. Disponível em: <http://lasmic.unice.fr/PDF/candau-article-10.pdf>, acesso 12 jan. 2015.

CANDAU, Joel. **Metamemória ou a entrada em uma narrativa de memória**. S.E. 2012. Disponível em: <http://centrealbertobenveniste.org/formail-cab/uploads/La-metamemoire-ou-la-mise-en-recit-du-travail-de-memoire.pdf>, acessado em 09/04/2011.

CARBONI, Florence. A origem italiana dos falares da serra gaúcha. In: J. DAL BÓ; L.H. IOTTI e M.B.P. MACHADO (orgs.). **Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros**. Caxias do Sul, Educs, 2002.

CARVALHO, Aline Vieira de. FUNARI, Pedro Paulo. Memória e Patrimônio: diversidade e identidades. In: **Memória em Rede**. PPGMP Universidade Federal de Pelotas. Vol. 2 nº2, p. 07-16, 2012. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/43/42>, acesso em 15 jun. 2015.

CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CERQUEIRA, F. V.; GEHRKE, C. *A confecção de pipas de madeira e a produção artesanal do vinho na Colônia Maciel - Pelotas / RS*. **Revista Memória em Rede**, v. 2, p. 73-76, 2010.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: **Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: memória, patrimônio e tradição**. Pelotas: Ed. UFPel, p.905-915, 2011. Disponível em: <https://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf>, acesso em 15 fev.2014.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa: ULHT, n.19, p.35 – 67, 2002.

CIARCIA, Gaetano. A suspensão do pasado da escravidão no Benin meridional. IN: FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. MICHELON, Francisca Ferreira (org.). **Memória, patrimônio e tradição**. Pelotas: CAPES/Ed.UFPEL, p. 73-108, 2010.

CONNERTON, Paulo. Seven types of forgetting. In: **Memory Studies**, 2008. Disponível em: <http://www.history.ucsb.edu/faculty/marcuse/classes/201/articles/08Connerton7TypesForgetting.pdf>, acessado em 22/05/2011.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulher imigrantes. In: **Estudos Ibero Americanos**. Revista do Programa de Pós Graduação em História PUC- RS. Porto Alegre. Ano XXXI nº 01, p.63-73, 2006.

CONZEN, Kathlen Neils (et. Al). The invention of ethnicity: una lettura Americana. In: **Altreitalie**. Turim: Fondazione Giovanni Agnelli, ano II, n. 3, abr. 1992.

Coradini, Odaci Luiz. Os significados da noção de “italianos”. In: MAESTRI, Mário (coord.). **Nós, os ítalo-gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, p. 33-39, 1996.

- CORSETTI, Berenice (et all). Neoliberalismo, memória histórica e educação patrimonial. In: **Revista Ciência e letras**. Faculdades Porto Alegrense de educação, ciências e letras, n° 27: p.49- 57, 2007.
- DA MATTA, Roberto. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. In: **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 22-23, 1987.
- DEL PRIORE, Mary. **História do cotidiano e da vida privada**. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
- DOHMAN, Marcos. Et all. **A experiência material: a cultura do objeto**. Rio de Janeiro: Rio Books, p. 31-49, 2013.
- EGGERT, Edla. Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular. In: **Cadernos IHU Ideias-Unisinos**. Ano 2, n° 13. São Leopoldo, 2004.
- EGIDO LEÓN, Ángeles. El testimonio oral y las historias de vida: el exilio español de 1939. IN: **Migraciones y Exilios**. Vol. 10, p. 83-100, 2009.
- ERTZOGUE, Maria Haizenrender. *Associações rurais, sindicatos agrícolas e cooperativas*. **Estudos Íbero Americanos**. PUCRS XXII n° 1, p. 103-109. 1996.
- FABRIS, Annateresa. Reivindicação de Nadar a Sherrie Levine: autoria e direitos autorais na fotografia. In: **ARS**. São Paulo, vol.1, n.1, pp. 59-64, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ars/v1n1/06.pdf>, acessado em 20/02/2015.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. GASTAUD, Carla RIBEIRO, Diego Lemos. Memória e emoção patrimonial: Objetos e vozes num museu rural. In: **Revista Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro: MAST, v. 6, p.57-74, 2013.
- FRASER, Ronald. Historia oral, historia social. In: **Historia Social**. Valencia: Fundación Instituto de História Social, n. 17, outono, p. 131-139, 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4034035>, acesso em 20 ago. 2014.
- FUNARI, Pedro Paulo. Considerações sobre o Profissional de Museu e sua Formação. In: **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim: Habilis, p. 97-106, 1999.
- GEHRKE, Cristiano. CERQUEIRA, Fábio Vergara. *A educação em colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul: o caso da Colônia Maciel em Pelotas*. In: BRESCIANO, Juan Andrés. (Org.). **Las migraciones europeas a través de sus fuentes. Relevamientos heurísticos en Argentina, Brasil y Uruguay**. 1ed.Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2016, v. 1, p. 160-190.
- GEHRKE, Cristiano (et.all). A trajetória do Museu Etnográfico da Colônia Macie. In: **Anais do SEURS**. Unipampa: Bagé, p.1-6, 2015.
- GEHRKE, Cristiano. Em busca do *Schlaraffenland*: a migração sob a ótica das narrativas de descendentes de pomeranos na Serra dos Tapes. IN: **Anais do XIX Congresso de Iniciação Científica – UCPEL**. Pelotas, UCPEL, 2015.
- GEHRKE, Cristiano. ZORZI, Mariciana. *Circuito Étnico de Museus: uma proposta de museus integrados na Serra dos Tapes*. IN: **Anais do XVII Congresso de Iniciação Científica – UCPEL**. Pelotas, UCPEL, 2008 (a).
- GEHRKE, Cristiano Gehrke. ZORZI, Mariciana. *Proposta de elaboração do Circuito Étnico de Museus da Serra dos Tapes*. IN: **Anais do XVII Congresso de Iniciação Científica – UFPEL**. Pelotas, UFPEL, 2008 (b).
- GERTZ, René. Os “alemães” no Rio Grande do Sul. In: **Diversidade étnica e identidade gaúcha**. Santa Cruz: Ed. UNISC, 1994.

- GERTZ, René. A construção de uma nova cidadania. In.: MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história**. Canoas: Ed. da Ulbra, p. 29-40, 1987.
- GEVEHR, Daniel Luciano. Memória visual da imigração: a história dos alemães no vale do Paranhana (RS) nos registros fotográficos familiares. In: **Anais III Encontro Nacional de Estudos da Imagem**. Londrina, 2011. Disponível em: [www.uel.br/eventos/.../pdf/Daniel%20e%20Marlise%20_6_\[1\].pdf](http://www.uel.br/eventos/.../pdf/Daniel%20e%20Marlise%20_6_[1].pdf), acesso em 22 jul. 2014.
- GIOVANAZ, Marlise Maria. Práticas de coleção: seleção e classificação dos restos do passado. In: **Revista anos 90**, Porto Alegre, S/E. nº 11, p. 162-172, 1999.
- GOMES, Flávio Augusto de Oliveira. **Biografia de Augusto Amoretty - Francisco Augusto M. Amoretty**. 2010. Disponível em <https://sites.google.com/site/augustoamoretty/>, acessado em 11/05/2015.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mario (org.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, p.25-39, 2009.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia e Museu. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1990.
- GUERRA, Thelma e SILVA, Priscila Rodrigues. Cartazes de cigarro: tragos desta publicidade. In: **Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Recife, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-0437-3.pdf>, acesso em 25 ago. 2014.
- GRÜTZMANN. Imgart. A mágica flor azul: canções, romantismo, nostalgia e continuidade no germanismo. In: **Revista Escritas**. Universidade Federal de Tocantins - Curso de História de Araguaína. Volume 01. p.01-29, 2008. Disponível em: <http://revista.uft.edu.br/index.php/escritas/article/view/1132> acesso em 15 set. 2015.
- GOMES, Flávio. Augusto Amoretty - Francisco Augusto M. Amoretty. In: **Sites Google**. 2010. Disponível em: <https://sites.google.com/site/augustoamoretty/>, acesso em 25 abr. 2015.
- GURAN, Milton. Bricolagem da memória: fontes orais e visuais na construção da identidade agudá. In: **Revista História Oral**, v. 16, n. 1, p. 125-150, jan./jun. 2013.
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In: **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>, acesso em 15 set. 2015.
- HEREDIA, Luis. Procesos de transformación identitaria: el caso de los marchigianos en Córdoba, Rep. Argentina. In: BLANCO DE GARCÍA, Trinidad (org.). **Presencia e identidad de los italianos en Córdoba**. Córdoba: Ediciones del Copista, 1999.
- HUBER, Valburg. A literatura dos imigrantes alemães do Vale do Itajai. In: **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**. Blumenau, v. 1, n. 3, p. 277 – 288, 2007. Disponível em:

<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/929>, acesso em 28 out. 2015.

HUYSSSEN, Andreas. En busca del tiempo futuro. In: **Puentes**. p.12-29, 2000. Disponível em:

http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=1641832&pid=S0717-554X201200030000500018&lng=es, acesso em 20 set. 2014.

IOTTI, Luiza Horn. A política imigratória brasileira e sua legislação - 1822-1914. In: **Anais do X Encontro Estadual de História**. UFSM: Santa Maria, 2010. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf, acesso em 12 jul. 2015.

IZQUIERDO, Ivan. **Memórias**. 2001 Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000200006&script=sci_arttext, acessado em: 12/04/2011.

JOUTARD, Philippe. HAMMU, Mohamed. La historia, oral: Balance de un cuarto de siglo de reflexión metodológica y de trabajos. In: **Historia, Antropología y Fuentes Orales**. Barcelona: Editora Universidad de Barcelona, nº15, p. 155-170, 1996.

JULIÁN GIL, Gastón. Las identidades regionales italianas en la Argentina y la reinención de la etnicidad. In: **Estudios migratorios latinoamericanos**. Buenos Aires: CEMLA, nº 63, p. 299-330, 2007.

JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, p.19-32, 2002.

KLUMB, Guilherme Peglow Klumb. A cultura dos imigrantes pomeranos como atrativo do Turismo rural em São Lourenço do Sul/RS. In: **V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil, p.1-10, 2009 Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19485.pdf>, acessado em 12/08/2014.

KNAUSS. Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In: **ArtCultura**. Uberlândia, S/E. v. 8, n. 12, p. 97-115, 2006.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxén. Capitalismo e colonização: alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (orgs.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2ª ed., 1981.

KREUTZ, Lúcio. **Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio**. Revista Brasileira de Educação, núm. 15, novembro-diciembre, p. 159-176, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a10.pdf>, acesso em 18 ago. 2014.

LAWSON, Barbara. From curio to cultural document. In: KNELL, S. J. (Org.). **Museums and the future of collecting**. Leicester: Ed. Ashgate Publishing Limited, p. 103-112, 2013.

LE GOFF, Jacques. A história do cotidiano. In: DUBY, G. **História e Nova História**. Teorema Editora: Lisboa, 1986.

LENZI, Teresa; MENESTRINO, Flávia. Pioneiros da fotografia em Rio Grande. Índícios de passagens e permanências. Relato de uma pesquisa histórica. In: **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.5, 2010. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/21/21>>. Acesso em 11 ago. 2012.

- LÉRTORA MENDOZA, Celina. ¿Por que hacemos colecciones? In: **Episteme**. Porto Alegre, n.20, Suplemento especial, p.217-228, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia. In: **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. p. 193-213, 1975.
- LILI PREVEDELLO, Nora. Identidad étnica de la comunidad Carroyense de origen friulano. IN. BLANCO DE GARCÍA, Trinidad (org). **Presencia e identidad de los italianos en Córdoba**. Córdoba: Ediciones del Copista, p.101-122, 1999.
- LONER, Beatriz Ana. GILL, Lorena Almeida. Memórias sobre o cuidado: o (a)s benzedeiro (a)s na região sul do RS. In: **Anais do X Encontro Nacional de História Oral**. Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2010. Disponível em: www.encontro2010.historiaoral.org.br/.../1268243136_ARQUIVO_Memoriasso_breoc..., acesso em 20 set. 2015.
- LOUREIRO, José Mauro. LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. SILVA, Sabrina Damasceno. Museus, informação e cultura material: o desafio da interdisciplinaridade. In: **Anais do IX ENANCIB**. Diversidade cultural e políticas de informação. USP. São Paulo, p.1-9, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/2990/2116>, acesso em 20 set. 2015.
- LOWENTHAL, David. Why Sanctions Seldom Work: Reflections on Cultural Property Nationalism. In: **International Journal of Cultural Property**. Nº12, p.393-423, 2005.
- LUSTOSA, Isabel. Alma de colecionador: Plínio Doyle, entre amigos e livros. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro. BEZERRA, Rafael Zamorano. **Coleções e colecionadores: a polissemia as práticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p.24-36, 2012.
- MACHUCA, Jesus Antonio. Patrimonio y retradicionalización en la cultura indígena y popular en Mexico. In: FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. MICHELON, Francisca Ferreira (org.). **Memória, patrimônio e tradição**. Pelotas: CAPES/Ed.UFPEL, p.17-72, 2010.
- MACIEL, Maria Eunice de Souza. Considerações sobre gaúchos e colonos. In: **Diversidade étnica e identidade gaúcha**. Santa Cruz: Ed. UNISC, p. 31-42, 1994.
- MALTZAHN, Gislaine Maria. Memórias Míticas: uma proposta de análise sobre as narrativas orais dos descendentes pomeranos da Serra dos Tapes/RS. In: **Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: memória, patrimônio e tradição**. Pelotas: Ed. UFPel, p.905-915, 2011. Disponível em: <https://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/ mesa-serra-dos-tapes.pdf>, acesso em 15 fev.2014.
- MARCOS ARÉVALO, Javier M. **La tradición, el patrimonio y la identidad**. [S.l.: s.n.], 2001. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1125260>, acesso em 11 mar. 2015.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo: Edusp. p. 183-294, 1974.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, nº21, p. 89- 103, 1998.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). In: **Anais do Museu Paulista**. Nova Série Nº1, p.207-309,1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a14v1n1.pdf>, acesso em 19 dez. 2015.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? In: **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v.2, n.3, ago-nov. 2010. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/ich/memóriaemrede/wp/wp-content/uploads/2010/09/MICHEL_Johann.pdf, acesso em 28 mai. 2011.

MICHELON, Francisca Ferreira. (org). **Imagens da Cidade - Catálogo Fotográfico Séc. XIX/1930, Acervo do Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense**. Pelotas - RS: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2010.

MICHELON, Francisca Ferreira. BEAL, Marisa Gonçalves. Lembrar do tempo através dos olhos das mulheres: memória da fotografia em histórias de fotógrafas. In: MICHELON, F.F. TAVARES, F. S. **Fotografia e Memória**. Editora e Gráfica UFPEL: Pelotas, p.67-88, 2008.

MICHELON, Francisca Ferreira. A fotografia: um click nos tempos modernos. In: TAU GOLIN, Nelson Boeira. **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos v.3, 2007.

MICHELON, Francisca Ferreira. FAGUNDES, A. S. R. . Amoretty e Lhullier: semelhantes não muito iguais. In: L. R. Achutti. (Org.). **Ensaio sobre o Fotográfico**. Porto Alegre - RS: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Unidade Editorial. Série Escrita Fotográfica, p. 45-57, 1998.

MONSMA Karl. Histórias violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zelia; TRUZZI, Oswaldo (org). **Estudos migratórios. Perspectivas metodológicas**. São Carlos: EDUFSCar, 2005.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em História Oral In: **Estudos Ibero Americanos**. Revista do Programa de Pós Graduação em História PUC- RS. Porto Alegre. Ano XXXI nº 01, p.117-125, 2006.

NETO, Edgard Ferreira. História e etnia. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

NORA, Pierre. Entre memoire et histoire: la problematique des lieux. IN: **Les Lieux de memoire**. Paris: Galimard, 1984.

OLIVEIRA, Flávia Arlanck Martins de. Padrões alimentares em mudança: a cozinha italiana no interior paulista. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 26, nº 51, p.47-62, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100004, acesso em 07 ago. 2014.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade étnica, identificação e manipulação. In: **Sociedade e cultura**. Vol. 6. n. 2. p.117-131, 2003. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/download/912/1116 acesso em 30 jun. 2013.

PEARCE, Susan M. Pensando sobre os objetos. In: **MAST COLLOQUIA, Museu: instituição de pesquisa**. v. 7. Rio de Janeiro, p.11-22, 2005.

PEDROCI, Mara Angelica. MURGUIA. O devir de uma coleção: a institucionalização do Museu "Eduardo André Matarazzo" de Armas, Veículos e Máquinas. In: **VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Salvador, p.1-15, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/DMP--100.pdf> acesso em 22 ago. 2015.

PEREIRA, Ester Liberato. MAZO, Janice Zarpellon. LYRA, Vanessa Bellani. Corridas de cavalo em cancha reta em Porto Alegre (1852-1877) uma prática cultural-esportiva sul-rio-grandense. In: **Cadernos da Educação Física**. UEM Maringá, v. 21, n. 4, p. 655-666, 2010.

PERTILE, Krisciê. GASTAL, Susana. Turismo e gastronomia: As vozes italianas e a culinária de imigração. In: **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo no Mercosul**. Caxias do Sul, p.1-12, 2012. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/qt14/arquivos/14/01_16_42_Pertile_Gastal, acesso em 17 ago. 2014.

PIMENTEL, Thais Velloso; BITTENCOURT, José Neves; FERRON, Lucina Maria Abdala. A teoria, na prática, funciona. Gestão de acervos no Museu Histórico Abílio Barreto. In: **Revista CPC USP**, n.3. São Paulo, p. 91-109, 2007.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia – Memória-História**. Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, p.51-86, 1984.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e poder. **Mnemosine**. Vol. 6 nº2, p. 02-13, 2010a.

PORTELLI, Alessandro. C'è sempre un confine. Memoria storica, dialogo e racconto collettivo. In: **Storie orali: Racconto, immaginazione, dialogo**. Roma: Donzelli, p. 59-74, 2007.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. IN: **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, p. 59-72, 2006.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: **Projeto História**. São Paulo. nº 10. p. 41-58, 1993.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). In: MORAES, Marieta de Moraes Ferreira, AMADO, Janaína. **Usos & abusos de la História Oral**. Fundação Getulio Vargas. Brasil. p. 103-130, 1991.

POSSAMAI, Zita Rosane. O circuito social da fotografia em Porto Alegre (1922 e 1935). In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. S/E, v.14. n.1. p. 263-289, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100009, acesso em: 15 jul. 2014.

POSSAMAI, Paulo César. O processo de construção da identidade ítalo-sul-riograndense (1875-1918). In: **História Unisinos**. Vol. 11 nº 1 p. 49-57, 2007.

POSSAMAI, Paulo César. Voando com o leão alado de São Marcos: a invenção do talian no Rio Grande do Sul. In: **História em Revista**. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.16, Pelotas: Editora da UFPel, 2010.

POSSAMAI, Zita Rosane. As artimanhas do percurso museal: narrativas sobre objetos e peças de museu. In: **Mouseion**. Unilasalle. vol. 4, n.7, p.64-72, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/164/182>, acesso em 22 out. 2015.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. In: **Política y Sociedad**. Nº 27 Madrid, p. 63-76, 1998.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 163-198, 1992.

RADLEY, Alan. Artefactos, memoria y sentido del pasado. In: MIDDLETON, David (org). **Memoria compartida**. Buenos Aires, Paidós, 1992.

RAINERI, Adriana. Influencia de la cocina italiana en la cocina familiar de la ciudad de Córdoba. In: BLANCO DE GARCÍA, Trinidad (org.). **Presencia e identidad de los italianos en Córdoba**. Córdoba: Ediciones del Copista, 1999.

RANGEL, Marcio Ferreira. A cidade, o museu e a coleção. In: **Liinc em Revista**, v.7, n.1, Rio de Janeiro, p. 301 – 310, 2011. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2037/marcio%20ferreira%20rangel.pdf, acesso em 10 set. 2015.

RODRIGUEZ. Miguel Angel. O cigarro como protagonista no cinema clássico de Hollywood. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**: Londrina, p.1-7, 2005. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1436.pdf>, acesso em 09 out. 2015.

RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José. Las fuentes orales: Metodología para trabajar con una fuente que buscas y te busca. In: RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, J. L. y RUBIO, Antonio (eds.), **Primer Encuentro entre el Periodismo de Investigación y la Historia. Homenaje a Kapuscinski**. Madrid, Universidad Rey Juan Carlos e Instituto de Humanidades de la URJC, 2008.

ROQUE, M. Isabel Rocha. Comunicação no Museu. In: Sahra Fassa Benchetrit; Rafael Zamorano Bezerra; Aline Montenegro Magalhães. (Org.). **Museus e Comunicação: exposição como objeto de estudo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v.1, p. 47-68, 2010.

ROULLET, Antoine. A Marselhesa não nasceu em Marselha. In: **História Viva**. Edição 82. São Paulo, 2010.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma Falta. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. In: **Revista Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/2670/2657>, acesso em 11 ago. 2015.

SANJAD, Nelson e BRANDÃO, Carlos Roberto. A exposição como processo de comunicação. In: **Cadernos de Diretrizes Museológicas 2 – Mediação em Museus: Curadorias, Exposições e Ação Educativa**. Belo Horizonte: SUM, p.24-33, 2008.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O Papel dos museus na construção de “uma identidade nacional”. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. XXX, Rio de Janeiro, p. 21-36, 1996.

SANTOS, Mirian. ZANINI, Maria Catarina Chitolina. As memórias da Imigração no Rio Grande do Sul. In: **MNEME – Revista de Humanidades**. nº11 (27), Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p. 1—11, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/mneme/article/viewFile/836/774>, acesso 20 ago. 2014.

SASAKI, Silvia. Smoking fetish: representações femininas nas propagandas de cigarro (1940 – 1960). In: **Anais do Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Florianópolis, p.1-8, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277920551_ARQUIVO_SmokingFetish_SilviaSasaki_Texto_Competo_FG9.pdf, acesso em 17 set. 2014.

SAVOLDI, Adiles. A reconstrução da italianidade no sul do Estado de Santa Catarina. In: BANDUCCI, Alvaro. BARRETTO, Margarita. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Papyrus Editora, São Paulo: 1999.

SCHEINER, Tereza Cristiana. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7.n,1, p. 15-30, 2012.

SCHEINER, Tereza Cristina. O museu como processo. In: **Cadernos de Diretrizes Museológicas 2 – Mediação em Museus: Curadorias, Exposições e Ação Educativa**. Belo Horizonte: SUM, p. 35-47, 2008.

SCHOSSLER, Joana. Lembranças fotográficas da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul. In: **Anais X Encontro Estadual de História ANPUH/RS**. Santa Maria: Ed. UFSM, p.1-14, 2010. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1278280844_ARQUIVO_JoanaCarolinaSchossler-TextoANPUH.pdf, acesso em 15 ago. 2015.

SCHWARZSTEIN, Dora. Fuentes orales em los archivos: desafios y problemas. IN: **XXXV Conference Internationale del Table Ronde des Archivs. Archies et societè: que conserver?** Reykjavik, Islandia, p.167-178, 2001.

SEYFERTH, Giralda. O conceito de cultura teuto-catarinense. In: Simpósio sobre imigração e cultura alemãs na grande Florianópolis: história, língua e cultura. **Anais...** Florianópolis: Instituto Carl Hoepcke, p. 241-276, 2008.

SEYFERTH, Giralda. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida. **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 21-61, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cultura: a constituição da identidade teuto-brasileira. In; ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). **Etnia e nação na América Latina**. Washington: Secretaria Geral da OEA, v. 2, p. 17-36.1996.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 18, p. 78-95, 1992. Disponível em:

http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=219:rbc-18&catid=69:rbc&Itemid=399, acesso em 30 dez. 2015.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e Identidade étnica. In: **Revista de Antropologia**. Vol.29, SP: USP, 1986

SILVA, Giovani José da. Diversidade étnica e fontes orais em fronteiras: vivências e narrativas Camba-Chiquitano entre Brasil e Bolívia. In: **História Oral**, v. 16, n. 1, p. 23-49, jan./jun. 2013.

SILVA, Heloísa da. ROLKOUSKI, Emerson. A(s) voz(es) do passado – história oral: Paul Thompson x Philippe Joutard. In: **Anais do II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos: A pesquisa Qualitativa em Debate**. SE&PQ/USC – FAPESP, 2004. Disponível em:

<http://www.sepq.org.br/iisipeq/anais/pdf/gt5/09.pdf>, acesso em 04 jan. 2016.

SILVA, Karen da. O patrimônio identificado e a ruralidade ressignificada na Colônia de Pelotas/RS. In: **Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: memória, patrimônio e tradição**. Pelotas: Ed. UFPel, p. 916-930, 2011. Disponível em:

<https://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/sumario2.pdf>, acessado em 15/04/2015.

SOUZA, José Inácio de Melo. **Inventário dos espaços de sociabilidade cinematográfica da cidade de São Paulo (1895-1929)**. S/D. Disponível em: <http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>, acessado em 10/05/2015.

SPALDING, Walter. Franceses no Rio Grande do Sul. IN: BEUX, Armindo (org). **Franceses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação, p.27-60, 1975.

SPAMER, Helmar. Imigração pomerana no Espírito Santo: território e identidades. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). **Memórias, traumas e rupturas**. Vitória: LHPL/UFES, 2013, p. 1-15. Disponível em: <http://lhpc.ufes.br/sites/lhpc.ufes.br/files/Helmar%20Spamer.pdf>, acessado em 13/08/2014.

SPINDLER, Magda Micheline. SANTOS, Eurico de Oliveira. O Roteiro de Turismo Rural Caminho Pomerano em São Lourenço do Sul (RS): algumas características. In: **IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. UESC, ano 7 nº 3, p.105-130, 2013. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano7-edicao3/5.pdf>, acesso em 27 mar. 2015.

STECANELA, Nilda. O cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências sociais. In: **Conjectura /UCS**. v. 14, n. 1, jan./maio 2009.

TERWIND, Carolijn. **Etnicidad en el conflicto 'Mapuche'**. In: **Ethesis**. Disponível em: <http://www.ethesis.net/chili/Etnicidad.pdf>, acesso em 14 set. 2015.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal. Archivos – propuestas metodológicas. IN: **Historia y Fuente Oral**. Barcelona: Universidad de Barcelona, p.181-189, 1991.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 341-364, 1995.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. O problema das reservas técnicas: como enfrentar o apego devorador? In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 31, Brasília, DF: MINC/IPHAN, p. 74-80, 2005.

VAILATI, Luiz Lima. *As fotografias de “anjos” no Brasil do século XIX. Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.14. n.2. p. 51-71. jul.- dez. 2006.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Museus e desenvolvimento social: balanço crítico. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos. BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.) **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Memorial da Resistência de São Paulo, v. 1, p. 12-20, 2009.

VENDRAME, Maíra Inês. “Costumes dos italianos”: os padres palotinos frente às crenças dos imigrantes italianos. In: **Anais IX Encontro Estadual de História. ANPUH/RS**. Caxias do Sul. Ed. UCS, p. 1-10, 2008. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1211300997_ARQUIVO_MairaArtigoAnpuh2008.pdf, acessado em 18/04/2014.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. Caminhos ferroviários: um balanço da historiografia ferroviária brasileira. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Vol. 2 Nº 4, Dezembro de 2010. Disponível em: www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Caminhosferroviários.pdf, acesso em 12 fev. 2012.

VIEIRA, Margareth Acosta. Retratos emoldurados, lembranças expostas: monumentos da paisagem doméstica. In: **Revista Travessias**. Universidade do Oeste do Paraná. v. 01 nº 01, Cascavel, p. 1-12, 2007. Disponível em http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_001/artigo_sensaios/RETRATOS%20EMOLDURADOS,%20LEMBRAN%20C7AS%20EXPOSTAS.pdf, acesso em 29 out. 2015.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 2v. p. 315-327, 1969.

WEBER, Regina. O avanço dos “italianos”. **História em Revista (UFPEL)**, Pelotas: Ed. UFPEL, v. 10, p. 75-94, 2004.

WEBER, Roswithia. A criação de um museu de imigração alemã no pós-nacionalização. In: **Revista Memória em Rede**. Pelotas: PPGMP, v.3, nº9, Jul./Dez.2013.

WEBER, Regina. Estudos sobre imigrantes e fontes orais: identidade e diversidade. In: **Revista História Oral**, v. 16, n. 1, p. 5-22, 2013. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=270>, acesso em 11 ago. 2015.

WEBER, Roswithia. As comemorações da imigração no Rio Grande do Sul: o 25 de Julho, uma data e muitas histórias. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Vol. 5 Nº 10, p.187-202, 2013. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/195/189>, acesso em 15 mai. 2015.

WEBER, Roswithia. RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. As comemorações do centenário da imigração alemã no contexto do pós Primeira Guerra Mundial. In: **História: Debates e Tendências**. v. 14, n. 2, p. 347-359, jul./dez. 2014. Disponível em <http://www.upf.br/seer/index.php/rhdt/article/view/4577>, acesso em 24 mar; 2014.

WEBER, Roswithia. Integração do ambiente rural e reavivamento étnico em experiências turísticas. In: **MÉTIS: história & cultura**. v. 9, n. 17, p.217-226, 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1035/701>, acesso em 25 nov. 2014.

WOORTMANN Ellen. Identidade e memória entre teuto brasileiros: os dois lados do Atlântico. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, Ano 6 nº 14, p. 205-238, 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ha/v6n14/v6n14a09>, acesso em 07 abr. 2016.

ZAMBRANO PÉREZ, Milton. La historia oral y el Caribe Colombiano. In: **Revista Amauta**. Universidad del Atlántico. Barranquilla – Colombia. Nº 13, 2009.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Entre memórias e identidades (étnicas)**. Anais da 25ª Reunião da Aba (Associação Brasileira de Antropologia). São Leopoldo/RS: Unisinos, Janeiro/Abril 2007.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. IN: **Mana**.vol.13, no.2, p.521-547, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132007000200009, acessado em 24/05/2012.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Mídias, Italianidades e Pertencimentos Étnicos no sul do Brasil. In: COGO, Denise. ELHAJJI, Mohammed. HUERTAS, Amparo (eds.) **Diasporas, migrations, technologies de la communication et identités transnationales**. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, p.283-298, 2012.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Entre memórias e identidades (étnicas). In: **Revista História Unisinos**. Vol. 11 Nº 1. São Leopoldo. p. 40-48, 2007. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5874>, acesso em 08 fev. 2015.

TESES E DISSERTAÇÕES

ARAÚJO, José Renato de Campos. **Migna terra: migrantes italiano e fascismo na cidade de São Paulo (1922/1935)**. 2003. 274f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ARAÚJO, Susana de Azevedo. **Paradoxos da modernidade: a crença em bruxas e bruxarias em Porto Alegre**. 2007. 246f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

AREND, Isabel Cristina. **Representações de germanidade, escola e professor na Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul [Jornal geral para o professor no Rio Grande do Sul]**. 2005. 264 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

BETEMPS, Leandro Ramos. **A colônia Francesa de Pelotas e seus acervos culturais: história, memória e etnia**. 2009. 232f. Dissertação. (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

BÖHLKE, Moacir. **A colônia particular de São Lourenço: se contexto dentro do processo colonial do Rio Grande do Sul**. 2003. 72f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2003.

BOSENBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço do Sul/RS (1857-1877)**. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CAETANO, Rosendo da Rosa. **O nazi-fascismo nas páginas do Diário Popular: Pelotas, 1923-1939**. 2014. 249f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CHAGAS, Mario de Souza. **A imaginação museal. Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. 2003. 307f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil**. 2007 Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo, 2007.

ERWINDT, Carolijn. **Puzzel van geweld: Een constructie van stukjes Een discoursanalyse naar de legitimering van geweld in het Mapuche conflict in Chili**. 2004. 150f. Tesis (Doctoraalscriptie Culturele Antropologie). Universiteit Utrecht. Utrecht, 2004.

FETTER, Leila Maria Wulf. **A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX**. 2002. 327f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas 2002.

GEHRKE, Cristiano. **Imigrantes italianos e seus descendentes na zona rural de Pelotas/RS: representações do cotidiano nas fotografias e depoimentos orais do Museu Etnográfico da Colônia Maciel**. 2013 390f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2013.

GEHRKE, Cristiano. **Fotografia e musealização da história da imigração italiana: sistematização do acervo fotográfico do Museu Etnográfico da Colônia Maciel**. 2010. 60f. Monografia. (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

GONÇALVES, Dilza Porto. **A memória na construção de identidades étnicas: um estudo sobre as relações entre 'alemães' e 'negros' em Canguçu.** 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a Colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história.** 2008. 280f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

KOLLING, Nilo Bidone. **Educação e escolas em contextos de imigração pomerana no sul do Rio Grande do Sul – Brasil.** 2000. 235 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2000.

KILPP, Cecília Elisa. **Kriegerverein: a constituição da Sociedade de Guerreiros e das primeiras associações esportivas de Teutônia/Estrela (1874-1950).** 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LEMOS, Vanessa dos Santos. **Propaganda e coerção na política educacional do Estado Novo (1937-1945), em Pelotas/RS.** 2012. 186f. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

LISBOA, Karen Macknow. **Viajantes de língua alemã no Brasil. Olhares sobre a sociedade e a cultura (1893 - 1942).** 2000. Tese. (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo 2002.

LOPES, Lara. **Páginas singulares: propagandas de cigarro na revista Ilustração Brasileira.** 2014. 225f. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

MAUAD, A. M. **Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX.** 1990. 340f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990.

PANIS, Marcelo. **Circuitos turístico ítalo-descendentes: o uso contemporâneo das heranças culturais no Sul e Sudeste do Brasil.** 2014. 333f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

PEIXOTO, Luciana. **Memória da imigração italiana em Pelotas / RS - Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas.** 2001. 96f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2001.

POMATTI, Angela Beatriz. **Italianos na cidade de Pelotas: doenças e práticas de cura - 1890-1930.** 2011. 155f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2011.

REINHARDT, Juliana Cristina. **Dize-me o que comes e te direi quem és: alemães, comida e identidade.** 2007. 204f. Dissertação (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SANTOS, Francimario Vito dos. **O ofício das rezadeiras: um estudo antropológico sobre as práticas terapêuticas e a comunhão de crenças entre as rezadeiras de Cruzeta/RN**. 2007. 196f. Dissertação (Mestrado Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SANTOS, Roberta Mecking Arantes. **Da colônia à cidade: estudo tipológico das fábricas de doces em Pelotas (1920-1970)**. 2011 Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). UFPEL, Pelotas, 2011.

SCHNEID, Carla Rejane Narz Redmer. **Guilherme Weingärtner e a sua trajetória no contexto da história da medicina no RS no início do século XX**. 2008. 33f Trabalho de conclusão de Especialização (Especialização em História do Brasil). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2008.

SILVA, Michel Platini Fernandes da. **Coleção, colecionador, museu: entre o visível e o invisível. Um estudo acerca da Casa de Cultura Christiano Câmara em Fortaleza, Ceará**. 2010. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) UNIRIO / MAST – Rio de Janeiro, 2010.

SOARES, Taís Castro. **Memória da fotografia em Pelotas/RS na produção dos ateliês de Lhullier e Amoretty (1876-1906)**. 2009. 174f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

SOARES, Taís Castro. **A fotografia entre o distinto e o popular: uma memória dos estúdios Foto Robles e Del Fiol em Pelotas/RS (Século XX)**. 2007.44f. Monografia (Especialização em Bens Culturais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

SOUZA, Eliana Menezes de. **Inclusão e exclusão comunitária no Museu da Colônia francesa: um estudo de caso**. 2015. 80f. Monografia (Graduação em Museologia) – Instituto de Ciências Humanas, Bacharelado em Museologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

THUM, Carmo. **Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes**. 2009. 384f. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

VÖLZ, Elaine Seus. **Retratos pomeranos: uma cultura revelada pela fotografia de 1930 a 1950**. 2009. 85f. Monografia (Especialização em Artes Visuais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

WEBER, Roswithia. **Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica – RS**. 2006. 310f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, 2006.

WEBER, Roswithia. As comemorações da imigração no Rio Grande do Sul: o 25 de Julho, uma data e muitas histórias. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Vol. 5 Nº 10, p.187-202, 2013. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/195/189>, acesso em 15 mai. 2015.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS:

Arquivo Morto Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul
Biblioteca Pública Municipal de São Lourenço do Sul
Biblioteca Pública Pelotense
Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Sul
Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Sul
Cemitério Público Municipal de São Lourenço do Sul
Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul
Museu da Imigração Pomerana
Museu e Arquivo Histórico de São Lourenço do Sul
Museu da Colônia Francesa
Museu Etnográfico da Colônia Maciel
Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul – Setor Cemitério
Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul – Setor Expediente Geral
Secretaria Municipal de Educação de São Lourenço do Sul

FONTES PESQUISADAS

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

Processo Judicial/Crime. Nº do processo: 1068. Réu: Mathilde Jacobsen. Vítima: Mario. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1938.

Processo Judicial/Crime. Nº do processo: 745. Réu: Fernando Fich - Henrieta Fich. Vítima: - Comarca de Rio Grande. Data do processo: 01/01/1867.

Processo Judicial/Testamento. Nº do processo: 766. Nome do testador: Elisabeth Schmit Weingartner. Nome Testamenteiro: Paulo Hecker Comarca de Porto Alegre. Data do processo: 01/01/1953.

Processo Judicial/Crime. Nº do processo: 1191. Réu: Wilhelm Guilherme Weingartner - Alfredo Bergman -Erna Taubenheim. Vítima: Gustavo Klug. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1943.

Processo Judicial/Testamento. Nº do processo: 2218. Testador: Jacob Rheingantz. Testamenteiro: Maria Carolina Rheingantz. Comarca de Rio Grande. Data do processo: 01/01/1877.

Processo Judicial/Inventário. Nº do processo: 1240. Inventariado: Maria Carolina Rheingantz. Inventariante: Oscar Felipe Rheingantz. Data do processo: 01/01/1904. Comarca de Rio Grande.

Processo Judicial/Crime. Nº do processo: 1702. Réu: Andre Meseth. Vítima: Elida Hilsiger. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1944.

Processo Judicial/Crime. Nº do processo: 1874. Réu: Andre Messeth Vítima: Elida Hilsinger. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1943.

Processo Judicial/Inventário. Nº do processo: 355. Inventariado: Justo Casarim. Inventariante: Maria Casarim. Comarca de Pelotas. Data do processo: 31/12/1908.

Processo judicial/crime. Nº do processo: 552. Réu: Germano Michaelles, Otto Michaelles. Vítima: Frederico Weigner, Carlos Weigner. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1914.

Processo Judicial/Arrolamento. Nº do processo: 387 M 9. Inventariado: Ernesto Henrique Julio Feddern. Inventariante: Frieda Feddern. Comarca de São Lourenço do Sul. Data do processo: 1952.

Processo Judicial/arrolamento. Nº do processo: 411. Inventariado: Augusto Frederico Saalfeld. Inventariante: Ulrica Saalfeld. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1922.

Processo Judicial/Inventário. Nº do processo: 983. Inventariado: Ana Kunde. Inventariante: Bertoldo Kunde. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1945.

Processo Civil/Crime. Nº do processo: 1191 M 51. Réu: Wilhelm Weingartner. Comarca de São Lourenço do Sul. Data do processo: 1943.

Processo judicial/crime. Nº do processo: 1433. Réu: Germano Lucke, Augusto Schwanz, Emilio Fick. Vítima: Alberto Tessmann. Comarca de Pelotas. Data do processo: 31/12/1918.

Processo Civil/Crime – Ação ordinária. Nº do processo: 807 M 28. Réu: Maria Rohmer. Comarca de São Lourenço do Sul. Data do processo: 1942.

Processo Crime. Nº do processo: 632 M 15 E 35. Réu: Jorge Dietrich. Vítima: Jacob Rheingantz. Comarca de Pelotas. Data do processo: 1863.

Processo judicial/ inventário. Nº do processo: 48. Inventariado: Frans Alberto. Augusto João Gehrke. Inventariante: Carlos Gehrke. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1920.

Processo judicial/ inventário. Nº do processo: 213. Inventariado: Catharina Jerke. Inventariante: Carlos Jerke. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1892.

Processo judicial/ inventário. Nº do processo: 1350. Inventariado: Francisca Sugasti Amorety. Inventariante: Augusto Amorety. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1896.

Processo Judicial/Inventário. Nº do processo: 1478. Inventariado: Amadeo Gustavo Gastal. Inventariante: Margarida Gastal. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1903.

Processo Judicial/Inventário. Nº do processo: 707. Inventariado: Maria Clara Paulina. Inventariante: Amadeo Gustavo Gastal. Comarca de Rio Grande. Data do processo: 01/01/1869.

Processo/Habilitação para casamento. Nome do noivo: Amadeo Gustavo Gastal. Nome da noiva: Alice Braga. Cartório de Registro Civil de Santa Maria. Data do processo: 01/01/1912.

Processo Judicial/Inventário. Nº do processo: 291. Inventariado: Cecília Ernestina Flora Knüppeln. Inventariante: Carlos Otto Knüppel, Frederica Guilhermina Knüppel, Cecília Maria. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1895.

Processo Judicial/Executiva. Nº do processo: 296. Prenome executado: Carlos Otto Knüppel. Prenome executante: - . Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1900.

Processo Judicial/Executiva. Nº do processo: 285. Prenome executado: Carlos Otto Knüppel. Prenome executante: - . Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1902.

Processo Judicial/Inventário. Nº do processo: 172. Inventariado: Joaquina Soares Pinheiro. Inventariante: João Antônio Pinheiro. Comarca de Pelotas. Data do processo: 31/12/1897.

Processo Judicial/arrolamento. Nº do processo: 380. Inventariado: Anna Saalfeld. Inventariante: Frederico Filho. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1921.

Processo Judicial/Inventário. Nº do processo: 41. Inventariado: Wilhelmine Liermann. Inventariante: Wilherlm Liermann. Comarca de Pelotas. Data do processo: 31/12/1901.

Processo Judicial/Inventário. Nº do processo: 140. Inventariado: Antônio Jeske. Inventariante: Carlos Jeske. Comarca de Pelotas. Data do processo: 31/12/1919.

Processo Judicial/Inventário. Nº do processo: 82. Inventariado: Carlos Jeske. Inventariante: Berthe Mailahn Jeske. Comarca de Pelotas. Data do processo: 31/12/1929.

Processo Judicial/Inventário. Nº do processo: 137. Inventariado: Carlos Jeske Filho. Inventariante: Carlos Jeske. Comarca de Pelotas. Data do processo: 31/12/1919.

Processo Judicial/Inventário. Nº do processo: 210. Inventariado: Bertha Hübner, Augusto Alberto Germano Hübner. Inventariante: Otto Hübner. Comarca de Pelotas. Data do processo: 31/12/1895.

Processo Judicial/Arrolamento. Nº do processo: 437. Inventariado: Germano Carlos Gustavo Jeske. Inventariante: Maria Jeske. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1942.

Processo Judicial/Crime. Nº do processo: 520. Réu: José Pons, Carlos Reinbrik, Jacob Vogt, Guilherme Riruger. Vítima: Jacob Decker. Comarca de Pelotas. Data do processo: 01/01/1942.

Processo Civil/Crime. Nº do processo: 1265 M 55. Réu: Eraldo Ritter. Comarca de São Lourenço do Sul. Data do processo: 1947.

Processo Civil/Crime – defloramento. Nº do processo: 1638 M 64. Réu: Carlos Ziebell. Comarca de São Lourenço do Sul. Data do processo: 1952.

Processo Civil/Crime – Infanticídio. Nº do processo: 1186 M 51. Réu: Maria Setembrina Ferreira. Comarca de São Lourenço do Sul. Data do processo: 1949.

Processo Civil/Crime – Indagações policiais. Nº do processo: 1970 M 92. Réu: Artur Geske. Comarca de São Lourenço do Sul. Data do processo: 1948.

Processo Civil/Crime – Indagações policiais. Nº do processo: 1937 M 91. Réu: Augusto Jeske. Comarca de São Lourenço do Sul. Data do processo: 1945.

BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE

ABAIXO ASSINADO solicitando a abertura de uma estrada obstruída. São Lourenço. 06/05/1872. Caixa BIC 002.

ABAIXO ASSINADO solicitando a criação/implementação de um código de posturas para evitar problemas relacionados à demarcação de terras. São Lourenço. 16/03/1868. Caixa BIC 002.

CARTA do senhor Domingos José de Almeida dirigida ao senhor Jacob Rheingantz, comunicando a existência de terras devolutas na Serra dos Tapes. Pelotas. 30/10/1855. Caixa BIC 002.

CARTA do senhor Domingos José de Almeida dirigida ao senhor Joaquim Afonso Abreu, solicitando a abertura de estrada na Colônia de São Lourenço. Pelotas. 20/09/1858. Caixa BIC 002.

CARTA do senhor Carlos Rheingantz dirigida ao senhor Henrique Ávila, presidente da província, solicitando a concessão de novas terras para expansão do projeto de colonização. Pelotas. 08/11/188?. Caixa BIC 002.

EXTRACTO do Relatório do Engenheiro Marcelino Ramos da Silva. S/d. Pasta DPM 002.

LEITÃO, José Montary de Aguiar. IMMIGRAÇÃO. Relatórios dos trabalhos e despesas realizadas pela agência de imigração de 1º classe na cidade de Rio Grande estado do Rio Grande do Sul no ano de 1894. Typografia Trocadero. 1895.

MEIRA, Francisco. Código rural do município de São Lourenço. Livraria Commercial Officinas à vapor. 1908.

MORAES. Henrique Carlos de. Colonização estrangeira e luso-brasileira em Pelotas. Caixa HCM 007.

MORAES. Henrique Carlos de. Colonização no interior do município de 1834-1910. Caixa HCM 007

MORAES. Henrique Carlos de. Subsídio para a História da colonização de São Lourenço. Caixa HCM 007.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal de Pelotas pelo Intendente Dr. Augusto Simões Lopes em 20 de setembro de 1928.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO LOURENÇO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO LOURENÇO DO SUL.
Ata nº 19/92. Sessão solene. São Lourenço do Sul: 1992, p. 53-54.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO LOURENÇO DO SUL.
Ata nº 25/96. Sessão solene. São Lourenço do Sul: 1996, p. 43-44.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO LOURENÇO DO SUL.
Discursos proferidos na Sessão Solene. São Lourenço do Sul: 29/05/1992. p. 78-81.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO LOURENÇO DO SUL.
Discursos proferidos na Sessão Solene. São Lourenço do Sul: 16/08/1996. p. 39-41.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES⁵²¹

ALMEIDA, Thomaz José Coelho de. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa**. Rio de Janeiro: Thyppographia Perseverança, 1877.

ANDRÉA, Francisco José Souza Soares. **Additamento em relatório apresentado à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Thyppographia do Commercio, 1848.

ANDRÉA, Francisco José Souza Soares. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Thyppographia Universal de Laemmert, 1850.

ASSEMBLEIA Legislativa. **Falla dirigida ao vice presidente da província**. Porto Alegre: Thyppographia do Jornal do Commercio, 1889.

BARÃO DE LUCENA. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil – 1890**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BARÃO VON KALDEN. **Relatório sobre a colônia de S. Feliciano**. Porto Alegre: Oficinas Thyppográphicas do Conservador, 1881.

BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Thyppographia do Mercantil, 1852.

CAMARA, Patrício Correa da. **Relatório Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Thyppographia do Mercantil, 1851.

CASTALLAT, Bibiano Sérgio Marcelo da Fontoura. **Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil -1893**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

CASTRO, José Antonio de Azevedo. **Falla dirigida a Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Thyppographia Rio Grandense, 1876.

CUNHA, Francisco Xavier da. **Relatório da Inspetoria Geral das Colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Thyppographia do Rio Grandense, 1866.

FARIA, Antão Gonçalves de. **Relatório apresentado ao Vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brazil- 1891**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Thyppographia do Correio do Sul, 1858.

GALVÃO, Manuel Antonio. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Thyppographia do Argos, 1847.

GLICÉRIO, Francisco. **Relatório apresentado ao Chefe de Governo Provisório pelo Ministro -1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Thyppographia do Correio do Sul, 1859.

⁵²¹ As fontes a seguir relacionadas, fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e estão disponíveis em formato digital no <http://www.crl.edu/>

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thytopographia do Correio do Sul, 1860.

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thytopographia do Jornal a Ordem, 1861.

LIMA, Francisco Xavier Pinto. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thytopographia Rio Grandense, 1871.

LIMA, Francisco Xavier Pinto. **Relatório de abertura da 1ª sessão da 14ª legislativa da Assembléa Provincial.** Porto Alegre: Thytopographia Rio Grandense, 1871.

LOPES, João Simões. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thytopographia do Rio Grandense, 1871.

LUCENA, Henrique Pereira. **Falla dirigida a Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Oficinas Thytopographicas do Conservador, 1887.

LUCENA, Henrique Pereira. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Oficinas Thytopographicas do Conservador, 1887.

MAIA, Alfredo Eugênio de Almeida. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil – 1899.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

MAIA, Alfredo Eugênio de Almeida. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil – 1900.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. **Falla dirigida a Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thytopographia Rio Grandense, 1872.

MELLO, Francisco Marcondes Homem de. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Oficinas Thytopographicas do Jornal do Commercio, 1868.

MENDONÇA, Joaquim Jacintho. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Oficinas Thytopographicas do Conservador, 1888.

MORAES, João Pedro Carvalho. **Falla de abertura da 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thytopographia do Constitucional, 1873.

MORAES, João Pedro Carvalho. **Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thytopographia do Correio do Sul, 1874.

MOURA, João Ferreira. **Relatório apresentado à Assembleia Geral na Primeira Sessão da Décima Nova Legislatura.** Rio de Janeiro: S/E, 1884.

MURTINHO, Joaquim. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil – 1896.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

PEREIRA JUNIOR, José Fernandes da Costa. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa.** Rio de Janeiro: Thytopographia Americana, 1875.

PIMENTEL, Espiridião Eloy de Barros. **Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thytopographia do Correio do Sul, 1863.

PIMENTEL, Espiridião Eloy de Barros. **Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thypographia do Correio do Sul, 1864.

PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil – 1894.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil – 1895.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

SERTÓRIO, João. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thypographia Rio Grandense, 1870.

SILVA, Antonio da Costa Pinto da. **Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thypographia Rio Grandense, 1869.

SILVA, Antonio Augusto da. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil – 1901.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thypographia do Mercantil, 1853.

SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão. **Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thypographia do Mercantil, 1854.

SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa.** Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1878.

SOUZA Antônio Francisco de Paula. **Relatório apresentado ao Vice Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil – 1892.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

VIEIRA, Severino Santos. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil – 1898.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SÃO LOURENÇO DO SUL

LIVRO de registro de ocorrências policiais. 1938-1940. Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul/RS.

LIVRO de registro de ocorrências policiais. 1940-1942. Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul/RS.

LIVRO de registro de ocorrências policiais. 1943-1945. Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul/RS.

LIVRO de correspondências recebidas. 1938-1946. Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul/RS.

LIVRO de correspondências expedidas. 1938-1946. Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul/RS.

LIVRO de salvo-condutos. Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul/RS.

LIVRO Registro de prisões e detenções. 1938-1946. Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul/RS.

LIVRO de Ofícios Expedidos 1942 – 1944. Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul/RS.

LIVRO de Ofícios recebidos 1939-1940. Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul/RS.

LIVRO de Telegramas transmitidos 1943. Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul/RS.

LIVRO de Telegramas recebidos 1945. Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul/RS.

LIVRO de Registro de intimações 1938. Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul/RS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL – SETOR CEMITÉRIO

Livro nº01. Livro de Lançamento de óbitos cathólicos e acathólicos sepultados no cemitério público desta Vila. Vila de São Lourenço – Pelotas/RS. 1887.

Livro nº02. Livro de indicação de local de sepultamentos no cemitério público de São Lourenço. São Lourenço/RS. 1914.

Livro nº 03. Livro de registro de enterramento. Cemitério de São Lourenço. São Lourenço. 1918.

Livro nº05. Registro de sepultamento no cemitério público desta Vila. São Lourenço. 1932.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL – SETOR
EXPEDIENTE GERAL**

Livro de Actos da Intendência Municipal de São Lourenço nº 02 (1894 – 1902).

Livro de Actos da Intendência Municipal de São Lourenço nº 03 (1903-1914).

Livro de Actos da Intendência Municipal de São Lourenço nº 04 (1914-1927).

Livro de Actos da Intendência Municipal de São Lourenço nº 05 (1927-1934).

Livro de Actos da Intendência Municipal de São Lourenço nº 06 (1934-1937).

Livro de Actos da Intendência Municipal de São Lourenço nº 07 (1937-1950).

Livro de Audiências da Intendência Municipal de São Lourenço (1896-1899).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SÃO LOURENÇO DO SUL

Acta de criação da Escola General Osório. Bom Jesus-São Lourenço do Sul/RS. Ata nº 26. 19/06/1918.

Ata de denominação de nome da Escola General Osório. Bom Jesus-São Lourenço do Sul/RS. Ata nº 7. 28/02/1940.

Livro de Registro de matrículas. Escola General Osório. Bom Jesus-São Lourenço do Sul/RS. 1942.

Livro de Registro de matrículas. Escola General Osório. Bom Jesus-São Lourenço do Sul/RS. 1943.

Livro de Registro de matrículas. Escola General Osório. Bom Jesus-São Lourenço do Sul/RS. 1945.

Livro de Registro escolar: matrículas e frequência. Escola general Osório. Bom Jesus-São Lourenço do Sul/RS. 1946

Livro de Registro de matrículas. Escola General Osório. Bom Jesus-São Lourenço do Sul/RS. 1947.

Livro de chamada. Escola General Osório. Bom Jesus-São Lourenço do Sul/RS. 1949.

Ata de final de ano letivo Escola General Osório. Bom Jesus-São Lourenço do Sul/RS. 08 e 09/12/1967.

Relatório anual da Escola General Osório. Bom Jesus-São Lourenço do Sul/RS. Relatórios referentes aos anos 1966, 1967, 1971, 1972, 1973.

Portaria de designação da Escola General Osório para Escola de Ensino Fundamental Guilherme Augusto Krüger. Bom Jesus-São Lourenço do Sul/RS. Portaria nº 361. 12/09/1978. Resolução 111/74.

Livro de Registro escolar: matrículas e frequência. Escola Paulo Afonso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1946.

Livro de Registro de frequência diária. Escola Paulo Afonso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1970.

Acta de criação da Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. Acta nº57. 11/10/1929.

Livro de chamada. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1941.

Livro de chamada. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1944.

Livro de chamada. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1946.

Livro de Atas. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1951.

Livro de chamada. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1951.

Livro de Registro Escolar. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1952.

Livro de matrículas. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1953.

Livro de Registro escolar. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1955.

Livro de Registro Escolar. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1956.

Livro de Registro de presença. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1958.

Livro de Registro Escolar. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1959.

Livro de Relatórios de final de ano. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1961.

Livro de chamada. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1963.

Livro de chamada. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1965.

Livro de frequência diária. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1966.

Livro de chamada. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1967.

Livro de Registro de presença. Escola Maurício Cardoso. Pinheiros-São Lourenço do Sul/RS. 1969.

Livro de registro de matrícula. Escola Rodrigues Alves. Harmonia II/São Lourenço do Sul/RS. 1939-1969.

Livro de Frequência escolar. Escola Rodrigues Alves. Santa Isabel/São Lourenço do Sul/RS. 1968.

Livro de Registro Escolar. Escola Rodrigues Alves. Santa Isabel/São Lourenço do Sul/RS. 1969.

Ato de criação da Escola Marechal Hermes. Santa Augusta/São Lourenço do Sul/RS. Ato nº6 de 28/02/1940

Ata de encerramento de atividades. Escola Marechal Hermes. Santa Augusta/São Lourenço do Sul/RS. 1967.

Ato de criação da Escola Padre Anchieta. Picada Moinhos/São Lourenço do Sul/RS. Ato nº10 de 29/01/1931.

Portaria de denominação da Escola Padre Anchieta. Picada Moinhos/São Lourenço do Sul/RS. Portaria nº 293 de 01/04/1948.

Livro de presenças. Escola Padre Anchieta. Picada Moinhos/São Lourenço do Sul/RS. 1952.

Livro de presenças. Escola Padre Anchieta. Picada Moinhos/São Lourenço do Sul/RS. 1961.

Portaria de transferência da Escola Padre Anchieta. Picada Moinhos/São Lourenço do Sul/RS. Portaria nº1814 de 03/05/1966.

Livro registro de matrículas. Escola Padre Anchieta. Picada Moinhos/São Lourenço do Sul/RS. 1973.

Decreto de desativação da Escola Padre Anchieta. Picada Moinhos/São Lourenço do Sul/RS. Decreto nº1599/1993.

Livro de matrículas. Escola Barão do Rio Branco. Harmonia/São Lourenço do Sul/RS. 1939.

Livro de Atas. Escola Barão do Rio Branco. Harmonia/São Lourenço do Sul/RS. 1939.

Ato de criação da Escola Barão do Rio Branco. Harmonia/São Lourenço do Sul/RS. Ato nº 03 de 07/11/1940.

Portaria de denominação Escola Barão do Rio Branco. Harmonia/São Lourenço do Sul/RS. Portaria nº28 de 19/04/1941.

Livro de chamada. Escola Barão do Rio Branco. Harmonia/São Lourenço do Sul/RS. 1943.

Livro de chamada. Escola Barão do Rio Branco. Harmonia/São Lourenço do Sul/RS. 1947.

Livro de atas. Escola Barão do Rio Branco. Harmonia/São Lourenço do Sul/RS. 1948.

Livro de matrículas. Escola Barão do Rio Branco. Harmonia/São Lourenço do Sul/RS. 1953.

Livro de chamada. Escola Barão do Rio Branco. Harmonia/São Lourenço do Sul/RS. 1960.

Livro de Registro Escolar. Escola Barão do Rio Branco. Harmonia/São Lourenço do Sul/RS. 1964.

Livro de frequência escolar. Escola Barão do Rio Branco. Harmonia/São Lourenço do Sul/RS. 1967.

DOCUMENTOS DIVERSOS

- ACTON, Enrico. **La citta di Pelotas**. Bolleino del Ministero degli affari Esteri, Roma: Tipografia delle Mantelatte, p. 157-166, 1890
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)**. São Paulo: Edusp, 1980.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES PELOTAS. **Atas da Câmara Municipal (1853-1860)**. Pelotas: IHGPEL/ Bibliotheca Pública Pelotense. Ideograf, 2014.
- CARVALHO, Raimundo Nonato Barbosa de. **Metamorfoses em Tradução**. São Paulo: Relatório Pós doutorado em Letras Clássicas. USP, 2010.
- CINQUANTENARIO della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925). Volume I e II. S.C.S.E. 1925.
- GEHRKE, Cristiano. **Projeto de Revitalização do Museu e Arquivo Histórico Municipal de São Lourenço do Sul**. São Lourenço do Sul: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, 2012.
- GEHRKE, Cristiano. **Relatório Programa de Educação patrimonial. Museu Etnográfico da Colônia Maciel**. Pelotas, 2009.
- ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1983.
- JOST, Nelson. **Relatório**. Relativo ao exercício de 1940, apresentado a S. Excia o Sr. Coronel Oswaldo Cordeiros de Farias, Interventor Federal do Estado. São Lourenço do Sul, Officina Graphica Edda, 1941.
- LIVRO TOMBO. Paróquia Sant'Anna. Colônia Maciel.
- MICHELON, Francisca Ferreira. **Memória fotográfica Pelotas século XIX: Implantação do arquivo fotográfico do Museu da Biblioteca Pública Pelotense**. Relatório final de Projeto de Pesquisa. Departamento de Artes Visuais. Universidade Federal de Pelotas, 1999.
- MULHALL, Michael G. **Rio Grande do Sul and its German Colonies**. London: Longmans Green and CO., 1873.
- PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1925.
- PEREIRA, Alvaro Nunes. **Estrada de ferro de Pelotas a S. Lourenço: memória sobre a questão de traçados na cidade e subúrbios**. Pelotas. S/E., 1892.
- REIS, Carlos A. **Álbum do Rio Grande do Sul - Política, Funcionalismo, Commercio, Industrias, Artes, Sciencias, Educação**. Porto Alegre: Typographia César Reinhardt, 1905.
- RHENGANTZ, Carlos Guilherme. **Colônia de S. Lourenço. Histórico de sua fundação por jacob Rheingantz**. Rio Grande: Oficina Livraria Americana, 1907.
- RIBES, Lino. **Memórias**. Datilografado. 1980 a.
- RIBES, Lino. **Memórias**. Datilografado. 1980 b.
- RODRIGUES, A .F. **Almanaque Literário e Estatístico e do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Americana, 1909.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal Conselho Editorial, 2002.
- ULLRICH, Carl Otto. As colônias alemãs no sul do Rio Grande do Sul (1898). In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, FEE. vol. 5, 1984, p.57-74.

VIDAL, Emeric Essex. **Picturesque illustrations of Buenos Ayres and Monte Video: consisting of twentyfour views, accompanied with description of the scenery, and of the costumes, manners, &c. of the inhabitant of those cities and their environs.** London: Published by R. Ackermann, 1820.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Resolução Régia de 31/01/1812. Determina a criação da freguesia de Pelotas, separada da freguesia de São Pedro do Rio Grande.

BRASIL. Alvará de 07/07/1812. Divide o território de Pelotas da freguesia de São Pedro do Rio Grande, para constituir uma nova Paróquia, com o título de São Francisco de Paula.

BRASIL. Decreto Imperial s/n.º, 07/12/1830. Eleva à categoria de vila, a freguesia de São Francisco de Paula, compreendendo em seu termo o distrito da mesma freguesia, Boqueirão e Cêro da Buena.

BRASIL. Decreto Imperial s/n.º, 11/12/1830. Cria a paróquia de N.ª S.ª do Boqueirão, desmembrada da freguesia de São Francisco de Paula.

BRASIL. Decreto Imperial s/n.º de 07/12/1830. Cria a vila de São Francisco de Paula (hoje Pelotas), da qual fará parte, o distrito do Boqueirão.

BRASIL. Lei n.º 5 de 27/06/1835. Eleva a vila de São Francisco de Paula à categoria de cidade, com a denominação de cidade de Pelotas.

BRASIL. Decreto Imperial s/n.º de 11/12/1830. Cria a freguesia de N.ª S.ª da Conceição do Boqueirão, cuja capela é desmembrada da freguesia de São Francisco de Paula.

BRASIL. Lei n.º 470 de 22/12/1861. Transfere para o porto de São Lourenço, no município de Pelotas, a sede da freguesia do Boqueirão.

BRASIL. Decreto lei nº 25 de 30/11/1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. Decreto lei nº 3271 de 28/09/1885. Reorganiza o serviço sanitário do Imperio.

BRASIL. Decreto lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada e permanência de estrangeiros no território nacional.

BRASIL. Decreto nº 3.010, de 20 de Agosto de 1938 regulamenta o Decreto lei nº 406, de 4 de maio de 1938.

BRASIL. Decreto nº 11.038 de 04/08/1914 manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra do Imperio Allemão contra a Republica Franceza e o Imperio da Russia.

BRASIL. Decreto nº 11.037 de 04/08/1914 estabelece regras geraes de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre as Potencias estrangeiras

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04/08/2000. Institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro.

BRASIL. Lei nº 11.904 de 14/01/2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 5.753 de 12/04/2006 aprova o cumprimento e a execução da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17/10/2003.

ICOMOS. Declaração de Québec, 2008.

ICOM. Declaração de Santiago, 1972.

PELOTAS. Lei n.º 639 de 22/12/1867. Incorpora o 3º quarteirão do distrito da freguesia de N.ª S.ª do Boqueirão à freguesia de Santo Antônio da Boa Vista.

PELOTAS. Lei n.º 909, 20/04/1874. Remove a sede da freguesia do Boqueirão para a povoação de São Lourenço, à margem do arroio do mesmo nome.

PELOTAS. Lei n.º 1.031, 29/04/1876. Restaura a freguesia do Boqueirão. Eleva a povoação de São Lourenço à categoria de freguesia e fixa os limites.

PELOTAS. Lei n.º 1.127, 24/04/1878. Fixa os limites entre as freguesias de Boqueirão e São Lourenço.

PELOTAS. Lei n.º 1.449, 26/04/1884. Eleva a freguesia de N.ª S.ª da Conceição do Boqueirão à categoria de município, tendo por limites os da freguesia de São Lourenço.

PELOTAS. Decreto n.º 7.589 de 29/11/1938. Município com três distritos: Pelotas, Areal e Capão do Leão. Os distritos de Areal e Capão do Leão passam a ser constituídos, cada um, de três zonas. A sede do distrito de Capão do Leão é elevada à categoria de vila.

PELOTAS. Lei n.º 1.831 de 28/06/1889. Revoga a Lei n.º 1.449 (26.04.1884), que elevou a povoação de N.ª S.ª do Boqueirão à categoria de vila. Eleva a essa categoria, a freguesia de São João da Reserva, conservando o mesmo território que abrangia o extinto município do Boqueirão.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Lei n.º 1.703 de 13/12/1888. Eleva o povoado de São João da Reserva à categoria de freguesia e divide o município do Boqueirão em três distritos: 1º Boqueirão (sede do município), 2º São Lourenço, 3º São João da Reserva.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Lei n.º 470 de 22/11/1861. Transfere a sede da freguesia do Boqueirão para o porto de São Lourenço.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Decreto Municipal n.º 1.933 de 24/06/1938. Altera as divisas entre o 1º e o 2º distrito. Pelotas fica com os seguintes sete distritos: Pelotas (antigo 1º), Areal (antigo 2º), Cerrito Alegre (antigo 3º), Capão do Leão (antigo 4º), Santa Eulália (antigo 5º), Santa Silvana (antigo 6º), Santo Antônio do Quilombo (antigo 7º).

SÃO LOURENÇO DO SUL. Ato n.º 88 de 15/02/1890. Transfere a sede do município de São João da Reserva para São Lourenço, ficando o município constituído das freguesias do Boqueirão, São João da Reserva e São Lourenço.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Ato n.º 196 de 25/03/1891. Cria o 3º distrito de paz no município.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Decreto n.º 7.199 de 31/03/1938. Eleva a vila de São Lourenço à categoria de cidade.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Decreto- Lei n.º 720 de 29/12/1944. Adota o nome de São Lourenço do Sul para o município de São Lourenço.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Decreto nº 2916 de 22/11/2007. Estabelece Localidades por Distritos do Município de São Lourenço do Sul.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Projeto de lei nº 010/2014. Declara como bem integrante do patrimônio histórico e cultural do Município de São Lourenço do Sul as carreiras de cavalos em cancha reta.

SÃO LOURENÇO DO SUL, Projeto de decreto legislativo nº 07/1991. Concede título de cidadão sul-lourenciana. Proponente: José Alfonso Saalfeld. 18 de novembro de 1991.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Projeto de decreto legislativo nº 03/1995. Concede título de cidadão sul-lourenciana. Proponente: Wilson Waskow. 20 de novembro de 1995.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Decreto lei nº 2429 de 27/01/1995. Dá nova denominação ao Museu Municipal.

UNESCO. Recomendação de Paris. Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Outubro de 2003.

Jornal. Órgão dos interesses locais. São Lourenço do Sul. Proprietário: Sociedade Anonyma. Max Stenzel – Gerente. Redatores diversos Redação – Rua Marechal Deodoro nº 17. Edições:

20/10/1927 ano V nº14	07/06/1932 ano VII nº32
13/12/1928 ano IV nº 12	14/06/1932 ano VII nº33
04/01/1929 ano IV nº 13	14/07/1932 ano VII nº 34
14/03/1929 ano IV nº 23	21/07/1932 ano VII nº 35
04/07/1929 ano IV nº39	28/07/1932 ano VII nº 36
18/07/1929 ano IV nº40	04/08/1932 ano VII nº37
25/07/1929 ano IV nº41	11/08/1932 ano VII nº38
01/08/1929 ano IV nº42	18/08/1932 ano VII nº39
08/08/1929 ano IV nº43	25/08/1932 ano VIII nº40
15/08/1929 ano IV nº44	02/09/1932 ano VII nº41
22/08/1929 ano IV nº45	09/09/1932 ano VII nº 42
12/09/1929 ano IV nº46	16/09/1932 ano VII nº 43
29/10/1929 ano IV nº47	23/09/1932 ano VII nº44
12/12/1929 ano IV nº48	29/09/1932 ano VII nº 45
17/04/1930 ano V nº26	07/10/1932 ano VII nº46
12/06/1930 ano V nº36	13/10/1932 ano VII nº47
30/07/1931 ano VI nº25	20/10/1932 ano VII nº 48
19/11/1931 ano VI nº 42	27/10/1932 ano VII nº 49
21/03/1932 ano VII nº24	03/11/1932 ano VII nº 50
28/03/1932 ano VII nº25	10/11/1932 ano VII nº 51
26/04/1932 ano VII nº 26	18/11/1932 ano VII nº 52
03/05/1932 ano VII nº27	
10/05/1932 ano VII nº28	
17/05/1932 ano VII nº29	
24/05/1932 ano VII nº30	
31/05/1932 ano VII nº31	

Jornal. Órgão dos interesses locais. São Lourenço do Sul. Max Stenzel - Diretor Proprietário. Redatores diversos. Redação – Rua Marechal Deodoro 579. Impressão Officina Graphica Edda. Edições:

14/02/1933 ano VIII nº13	07/12/1933 ano VIII nº20
09/08/1933 ano VIII nº 04	14/12/1933 ano VIII nº21
16/08/1933 ano VIII nº 05	05/01/1934 ano VIII nº24
24/08/1933 ano VIII nº 06	12/01/1934 ano VIII nº25
31/08/1933 ano VIII nº07	19/01/1934 ano VIII nº26
01/09/1933 ano VIII nº08	26/01/1934 ano VIII nº27
14/09/1933 ano VIII nº09	09/02/1934 ano VIII nº28
21/09/1933 ano VIII nº10	17/04/1934 ano VIII nº29
28/09/1933 ano VIII nº11	26/04/1934 ano VIII nº30
05/10/1933 ano VIII nº12	03/05/1934 ano VIII nº31
12/10/1933 ano VIII nº13	10/05/1934 ano VIII nº32
19/10/1933 ano VIII nº14	17/05/1934 ano VIII nº33
01/11/1933 ano VIII nº15	24/05/1934 ano VIII nº34
09/11/1933 ano VIII nº16	07/06/1934 ano VIII nº35
16/11/1933 ano VIII nº17	14/06/1934 ano VIII nº36
23/11/1933 ano VIII nº18	21/06/1934 ano VIII nº37
30/11/1933 ano VIII nº19	28/06/1934 ano VIII nº38

05/07/1934 ano VIII nº39

O Jornal. Nova fase. Órgão dos Interesses locais. São Lourenço do Sul. Pamphilio Friedo Stenzel - Diretor Proprietário. Redatores diversos. Redação – Rua Marechal Deodoro 579. Impressão Oficina Graphica Edda. Edições:

23/02/1935 ano IX nº 04

25/01/1936 ano IX nº 13

Voz do Sul. Órgão dos interesses locais. São Lourenço do Sul. Pamphilio Friedo Stenzel - Diretor Responsável. Pedro Baggio Redator gerente. Edições:

31/07/1948 ano I nº 04

07/08/1948 ano I nº 05

14/08/1948 ano I nº 06

21/08/1948 ano I nº 07

28/08/1948 ano I nº 08

04/09/1948 ano I nº 09

11/09/1948 ano I nº 10

18/09/1948 ano I nº 11

25/09/1948 ano I nº 12

02/10/1948 ano I nº 13

09/10/1948 ano I nº 14

16/10/1948 ano I nº 15

23/10/1948 ano I nº 16

30/10/1948 ano I nº 17

06/11/1948 ano I nº18

13/11/1948 ano I nº 19

20/11/1948 ano I nº 20

27/11/1948 ano I nº 21

04/12/1948 ano I nº 22

18/12/1948 ano I nº 23

25/12/1948 ano I nº 24

31/01/1949 ano I nº 25

07/01/1949 ano I nº 26

14/01/1949 ano I nº 27

21/01/1949 ano I nº28

29/01/1949 ano I nº29

05/02/1949 ano I nº30

12/02/1949 ano I nº31

19/02/1949 ano I nº32

26/02/1949 ano I nº33

05/03/1949 ano I nº34

12/03/1949 ano I nº35

19/03/1949 ano I nº36

26/03/1949 ano I nº37

02/04/1949 ano I nº38

09/04/1949 ano I nº39

23/04/1949 ano I nº40

30/04/1949 ano I nº41

07/05/1949 ano I nº42

14/05/1949 ano I nº43

21/05/1949 ano I nº44

28/05/1949 ano I nº45

04/06/1949 ano I nº46

11/06/1949 ano I nº47

18/06/1949 ano I nº48

02/07/1949 ano I nº49

09/07/1949 ano I nº50

16/07/1949 ano I nº51

23/07/1949 ano I nº52

30/07/1949 ano II nº53

06/08/1949 ano II nº 54

13/08/1949 ano II nº55

20/08/1949 ano II nº56

27/08/1949 ano II nº57

10/09/1949 ano II nº58

17/09/1949 ano II nº59

24/09/1949 ano II nº60

01/10/1949 ano II nº61

08/10/1949 ano II nº62

15/10/1949 ano II nº63

22/10/1949 ano II nº64

29/10/1949 ano II nº65

12/11/1949 ano II nº66

19/11/1949 ano II nº67

26/11/1949 ano II nº68

03/12/1949 ano II nº69

10/12/1949 ano II nº70

17/12/1949 ano II nº 71

24/12/1949 ano II nº 72

31/12/1949 ano II nº 73

07/01/1950 ano II nº 74

14/01/1950 ano II nº 75

28/01/1950 ano II nº76

11/02/1950 ano II nº77

18/02/1950 ano II nº78

25/02/1950 ano II nº79

04/03/1950 ano II nº80

11/03/1950 ano II nº81

18/03/1950 ano II nº82
25/03/1950 ano II nº83
01/04/1950 ano II nº84
15/04/1950 ano II nº85
22/04/1950 ano II nº86
29/04/1950 ano II nº87
06/05/1950 ano II nº88
13/05/1950 ano II nº89
20/05/1950 ano II nº90
27/05/1950 ano II nº91
03/06/1950 ano II nº92
10/06/1950 ano II nº93
24/06/1950 ano III nº94
01/07/1950 ano III nº95
08/07/1950 ano III nº96
10/07/1950 ano III nº97
22/07/1950 ano III nº98
29/07/1950 ano III nº99
05/08/1950 ano III nº100
12/08/1950 ano III nº101
19/08/1950 ano III nº102
26/08/1950 ano III nº103
03/09/1950 ano III nº104
10/09/1950 ano III nº105
17/09/1950 ano III nº106
24/09/1950 ano III nº107
31/09/1950 ano III nº108
07/10/1950 ano III nº109
21/10/1950 ano III nº110
28/10/1950 ano III nº111
04/11/1950 ano III nº112
11/11/1950 ano III nº113
18/11/1950 ano III nº114
02/12/1950 ano III nº115
09/12/1950 ano III nº116
16/12/1950 ano III nº117
23/12/1950 ano III nº118
30/12/1950 ano III nº119
06/01/1951 ano III nº120
13/01/1951 ano III nº121
20/01/1951 ano III nº122
09/06/1951 ano III nº 131
06/11/1954 ano IV nº15
13/11/1954 ano IV nº16
20/11/1954 ano IV nº 17
27/11/1954 ano IV nº18
04/12/1954 ano IV nº 19
11/12/1954 ano IV nº 20
18/12/1954 ano IV nº21
25/12/1954 ano IV nº22
08/01/1955 ano IV nº 23
18/02/1955 ano IV nº 29
05/11/1955 ano V nº9
12/11/1955 ano V nº10
19/11/1955 ano V nº11
26/11/1955 ano V nº12
03/12/1955 ano V nº13
10/12/1955 ano V nº14
17/12/1955 ano V nº15
24/12/1955 ano V nº16
31/12/1955 ano V nº17
07/01/1956 ano V nº18
14/01/1956 ano V nº19
21/01/1956 ano V nº20
28/01/1956 ano V nº21
04/02/1956 ano V nº22
11/02/1956 ano V nº23
18/02/1956 ano V nº24
25/02/1956 ano V nº25
04/03/1956 ano V nº26
11/03/1956 ano V nº27
18/03/1956 ano V nº28
25/03/1956 ano V nº29
07/04/1956 ano V nº30
14/04/1956 ano V nº31
21/04/1956 ano V nº32
28/04/1956 ano V nº33
04/05/1956 ano V nº34
11/05/1956 ano V nº35
18/05/1956 ano V nº36
25/05/1956 ano V nº37
01/06/1956 ano V nº38
08/06/1956 ano V nº39
15/06/1956 ano V nº40
30/06/1956 ano V nº41
05/07/1956 ano VI nº42
12/07/1956 ano VI nº43
19/07/1956 ano VI nº44
26/07/1956 ano VI nº45
02/08/1956 ano VI nº46
09/08/1956 ano VI nº47
16/08/1956 ano VI nº48
26/08/1956 ano VI nº49
01/09/1956 ano VI nº50
08/09/1956 ano VI nº51
15/09/1956 ano VI nº52
22/09/1956 ano VI nº53
29/09/1956 ano VI nº54
06/10/1956 ano VI nº55
13/10/1956 ano VI nº56

20/10/1956 ano VI nº57	10/08/1957 ano VI nº88
27/10/1956 ano VI nº58	24/08/1957 ano VI nº89
03/11/1956 ano VI nº 59	31/08/1957 ano VI nº90
17/11/1956 ano VI nº 60	07/09/1957 ano VI nº91
24/11/1956 ano VI nº61	14/09/1957 ano VI nº92
01/12/1956 ano VI nº62	21/09/1957 ano VI nº93
08/12/1956 ano VI nº63	05/10/1957 ano VI nº94
15/12/1956 ano VI nº64	12/10/1957 ano VI nº95
22/12/1956 ano VI nº65	19/10/1957 ano VI nº96
12/01/1957 ano VI nº66	26/10/1957 ano VI nº97
26/01/1957 ano VI nº67	02/11/1957 ano VI nº98
02/03/1957 ano VI nº68	09/11/1957 ano VI nº99
14/02/1957 ano VI nº69	16/11/1957 ano VI nº100
02/03/1957 ano VI nº70	23/11/1957 ano VI nº101
27/03/1957 ano VI nº71	30/11/1957 ano VI nº102
11/04/1957 ano VI nº72	07/12/1957 ano VI nº103
18/04/1957 ano VI nº73	16/02/1958 ano VII nº 113
25/04/1957 ano VI nº74	25/04/1959 ano VIII nº 157
01/05/1957 ano VI nº75	01/05/1959 ano VIII nº158
08/05/1957 ano VI nº76	24/07/1959 ano VIII nº165
15/05/1957 ano VI nº77	08/08/1959 ano VIII nº166
22/05/1957 ano VI nº78	19/09/1959 ano VIII nº169
29/05/1957 ano VI nº79	19/11/1959 ano VIII nº175
05/06/1957 ano VI nº80	19/12/1959 ano VIII nº180
12/06/1957 ano VI nº81	14/02/1959 ano VIII nº184
19/06/1957 ano VI nº82	23/09/1961 ano IX nº421
26/06/1957 ano VI nº83	25/12/1961 ano IX nº 425
03/07/1957 ano VI nº84	07/07/1962 ano IX nº 431
10/07/1957 ano VI nº85	14/07/1962 ano IX nº 432
17/07/1957 ano VI nº86	22/09/1962 ano IX nº 440
03/08/1957 ano VI nº87	

O Esculca. Fabriciano Aristides Haliot – Director. São Lourenço do Sul.
Edição: 25/02/1922 anno I nº 19

O Tempo. Orgam dos interesses gerais do Municipio. Diretor de Redacção: Lauro de Freitas Ramos. Proprietários- Ramos Irmãos. Redacção e officinas - Rua Julio de Castilhos nº 19. Edições:

30/11/1918 ano II nº 47
21/08/1920 ano IV nº 32
29/08/1920 ano IV nº 33
04/09/1920 ano IV nº 34

O Liberal. Orgam Republicano Independente. São Lourenço do Sul/RS. Heitor Laforet Diretor Gerente. Proprietários diversos. Redacção e gerência: Rua Marechal Deodoro nº 5. Edição 13/06/1917 anno I nº 18

Boletim do PRP. Partido da Representação Popular do Rio Grande do Sul. Diretor Zesifredo Azambuja Vieira. Waldemar Fonticilha Gerente. Porto Alegre/RS. Edição 28/04/1948 ano II nº 23

Diário de notícias. Suplemento dos municípios (São Lourenço do Sul)
Porto Alegre/RS. Edição 05/09/1976. Ano I s/n.

A Tribuna. Jornal independente, de propaganda do Estado Novo e de defesa dos interesses gerais de São Lourenço. Diretor responsável Darcy Calafiori

Edições:

13/09/1939 ano II nº 52

13/03/1940 ano II nº49

13/04/1940 ano II nº 52

20/04/1940 ano II nº 53

27/04/1940 ano II nº54

04/05/1940 ano II nº55

11/05/1940 ano II nº56

18/05/1940 ano II nº57

25/05/1940 ano II nº58

01/06/1940 ano II nº59

08/06/1940 ano II nº60

15/06/1940 ano II nº61

22/06/1940 ano II nº62

29/06/1940 ano II nº63

06/07/1940 ano II nº64

13/07/1940 ano II nº65

20/07/1940 ano II nº66

27/07/1940 ano II nº67

03/08/1940 ano II nº68

10/08/1940 ano II nº69

17/08/1940 ano II nº70

24/08/1940 ano II nº71

26/10/1940 ano II nº 72

FONTES ORAIS

ACERVO DE HISTÓRIA ORAL DO MUSEU ETNOGRÁFICO DA COLÔNIA MACIEL

BLAS, Carlos Germano Osvaldo (09/04/1926). Entrevistadores: Fabio Vergara Cerqueira e Daniel Peter Victoria. Entrevista realizada no dia 26/06/2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

BLAS, Jorge Gustavo Adolfo. (?/?/1922). Entrevistadores: Luciana Peixoto e Daniel Peter Victoria. Entrevista realizada em 2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

CAMELATTO, Francisca Aurora Pegoraro (05/02/1915). Entrevistadores: Luciana Peixoto e Daniel Peter Victoria. Entrevista realizada no dia 25/06/2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

CAMELATTO, Jordão (29/04/1941). Entrevistador: Daniel Peter Victoria. Entrevista realizada no dia 26/06/2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

CAMELATTO, Romeu (15/09/1945). Entrevistador: Daniel Peter Victoria. Entrevista realizada em 2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

CASARIN, Angelina Bonat. Entrevistador Fábio Vergara Cerqueira e Luciana Peixoto. Entrevista realizada em 17/06/2000. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

CASARIN, João (?/?/?). Entrevistador: Fabio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada no dia 17/06/2000. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

CASARIN, João (?/?/?). Entrevistador: Daniel Peter Victoria. Entrevista realizada em 2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

CASARIN, Luís Antônio (23/06/1933). Entrevistadores: Daniel Peter Victoria. Entrevista realizada no dia 11/06/2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

GRUPPELLI, João(26/08/1926) e GRUPPELLI, Irene Zafallon (?/?/?). Entrevistadores: Fabio Vergara Cerqueira e Daniel Peter Victoria. Entrevista realizada no dia 04/05/2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

KLUG, Rui (?/?/?). Entrevistador: Fabio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada no dia 2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

LORENZON, Maria (?/?/?). Entrevistadores: Fabio Vergara Cerqueira e Daniel Peter Victoria. Entrevista realizada em 2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

MACHADO, Júlia Schiavon (03/05/1924). Entrevistador: Daniel Peter Victoria. Entrevista realizada no dia 24/09/2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

MARRON, Maria Amelia Sturbelle (?/?/?). Entrevistadores: Fabio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada em 2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

PORTANTIOLO, Antonio Luíz (02/06/1933). Entrevistador: Fabio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada no dia 04/08/2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

PORTANTIOLO, José Luís (23/03/1944). Entrevistadores: Fabio Vergara Cerqueira e Daniel Peter Victoria. Entrevista realizada no dia 25/06/2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

POTENZA, Assis Pedro (?/?/1935). Entrevistador: Daniel Peter Victoria. Entrevista realizada no dia 24/09/2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

RODEGHIERO, Ariano de Paiva (05/02/1927) e RODEGHIERO, Natal de Paiva (25/12/1928). Entrevistadora: Luciana Peixoto. Entrevista realizada no dia 16/08/2004. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

SCAGLIONI, Irene Casarin (??/??). Entrevistadores: Fabio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada no dia 20/05/2000. Colônia Maciel/Pelotas-RS.
SCHÜLLER, Wilma Olinda (06/08/1932). Entrevistador: Fabio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada em 2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.
TESSMER, Delcira (02/03/1938). Entrevistador: Fabio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada em 2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.
WEBER, Udo Carlos (11/06/1956). Entrevistador: Mauricio Paz. Entrevista realizada no dia 26/06/2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.
WESTENDORF, Erna (??/??/1923). Entrevistadores: Fabio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada no dia 11/06/2005. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

ACERVO DE HISTÓRIA ORAL DO MUSEU E ESPAÇO CULTURAL DA ETNIA FRANCESA

BORGES, Albino Magallon. Entrevistador: Leandro Ramos Betemps. Entrevista realizada em 12/12/2008. Pelotas-RS.
BORGES, David Marcelo de Oliveira. Entrevistador: Leandro Ramos Betemps. Entrevista realizada em 12/12/2008. Pelotas-RS.
BORGES, Denis Marcelo Zitzke. Entrevistador: Leandro Ramos Betemps. Entrevista realizada em 12/12/2008. Pelotas-RS.
CARVALHO, Gabriela Guido. Entrevistador: Leandro Ramos Betemps. Entrevista realizada em 30/10/2008. Pelotas-RS.
FOUCHY, Celina Hernandez. Entrevistador: Leandro Ramos Betemps. Entrevista realizada em 30/10/2008. Pelotas-RS.
GUIDO, Valquíria Longchamp. Entrevistador: Leandro Ramos Betemps. Entrevista realizada em 30/10/2008. Pelotas-RS.
LONGCHAMP, Maria Nilza Fouchy. Entrevistador: Leandro Ramos Betemps. Entrevista realizada em 30/10/2008. Pelotas-RS.
MAGALLON, Luiza Conte. Entrevistador: Leandro Ramos Betemps. Entrevista realizada em 12/12/2008. Pelotas-RS.
RIBES, Leinira Prestes. Entrevistador: Leandro Ramos Betemps. Entrevista realizada em 11/12/2008. Morro Redondo-RS
WAHAST, Eugênio Ribes. Entrevistador: Leandro Ramos Betemps. Entrevista realizada em 11/12/2008. Morro Redondo-RS
WAHAST, Lili Jaeckel. Entrevistador: Leandro Ramos Betemps. Entrevista realizada em 11/12/2008. Canguçu-RS
WAHAST, Olmar Jaeckel. Entrevistador: Leandro Ramos Betemps. Entrevista realizada em 11/12/2008. Morro Redondo-RS

ACERVO DE HISTÓRIA ORAL DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

BUCHWEITZ, Irma (??/??/1920). Entrevistadora: Lorena Gill. Entrevista realizada em 2005. Pelotas-RS.
COSWIG, Walter (??/??/1930). Entrevistadora: Lorena Gill. Entrevista realizada em 26/09/2005. Colônia Aliança/Pelotas-RS.
PEDROTI, Afonso (03/09/1921). Entrevistadora: Lorena Gill. Entrevista realizada em 2005. Pelotas-RS.

ACERVO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS – PRODUÇÃO DE DOCES TRADICIONAIS PELOTENSES.

CROCHEMORE, Nelson. Entrevistadores: Fábio Vergara Cerqueira e Marcos Aristimunha. Entrevista realizada em 18/08/2006. 7º Distrito de Pelotas/Quilombo - Vila Nova (cedida por Fábio Vergara Cerqueira).

JESKE, Elizete. Entrevistadores: Fábio Vergara Cerqueira e Marcos Aristimunha. Entrevista realizada em 28/06/2006. Pelotas-RS.

ACERVO PESSOAL DE ANGELA BEATRIZ POMATTI

ÁVILA, Eldorilda. Entrevistadora: Angela Beatriz Pomatti. Entrevista realizada em 07/07/2010. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

SCAGLIONI, Maria. Entrevistadora: Angela Beatriz Pomatti. Entrevista realizada em 08/07/2010. Colônia Maciel/Pelotas-RS.

ZANETTI, Maria. Entrevistadora: Angela Beatriz Pomatti. Entrevista realizada em 07/07/2010. Rincão da Cruz/Pelotas-RS.

ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A PESQUISA

BENDER, Alzira. (02/11/1945). Entrevistador Cristiano Gehrke São Lourenço do Sul-RS. Entrevista realizada em 22/12/2014.

BRODT, Teresa. (09/05/1916). Entrevistador Cristiano Gehrke São Lourenço do Sul-RS. Entrevista realizada em 13/11/2014.

EBEL, Elda. (23/02/1940). Entrevistador Cristiano Gehrke São Lourenço do Sul-RS. Entrevista realizada em 29/10/2014.

FEDDERN, Milton. Entrevistador Cristiano Gehrke. São Lourenço do Sul-RS. Entrevista realizada em 22/12/2014.

FEDDERN, Lindolfo Entrevistador Cristiano Gehrke. São Lourenço do Sul-RS. Entrevista realizada em 27/05/2015.

GEHRKE, Bruno (08/11/1939). Entrevistador Cristiano Gehrke. São Lourenço do Sul-RS. Entrevista realizada em 16/11/2012.

GEHRKE, Magali Jeske (30/05/1939). Entrevistador Cristiano Gehrke. São Lourenço do Sul-RS. Entrevista realizada em 16/11/2012.

HEIDEN. Ingeburg Feddern. Entrevistador Cristiano Gehrke. São Lourenço do Sul-RS. Entrevista realizada em 17/03/2015.

HÜBNER, Nair School. Entrevistador Cristiano Gehrke. São Lourenço do Sul-RS. Entrevista realizada em 06/02/2015.

KALTBACH, Ingolf (15/02/1945). Entrevistador Cristiano Gehrke São Lourenço do Sul-RS. Entrevista realizada em 18/12/2014.

KUNDE, Ana (06/09/1931) Entrevistador Cristiano Gehrke São Lourenço do Sul-RS. Entrevista realizada em 20/10/2014.

LESSA, Beto. (??/??). Entrevistador Cristiano Gehrke São Lourenço do Sul-RS. Entrevista realizada em 15/06/2015.